INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

# *Fazer Política*: uma Etnografia da Assembleia da República

João Nuno Ribeiro Mineiro

Doutoramento em Antropologia

Orientadora:

Doutora Catarina Lopes Oliveira Frois, Professora Auxiliar com Agregação, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor José Manuel Viegas Neves, Professor Auxiliar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

janeiro, 2021

CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Antropologia

# *Fazer Política*: uma Etnografia da Assembleia da República

João Nuno Ribeiro Mineiro

Doutoramento em Antropologia

Júri:
Doutor Tiago Fernandes, Professor Associado com Agregação do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutor João Paulo dos Santos Pina Cabral, Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutor Daniel Alexandre da Silva Seabra Lopes, Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade de Lisboa

Doutora Ana Isabel Drago Lobato, Investigadora de pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Doutora Maria Antónia Pereira Resende Pedroso Lima, Professora Associada com Agregação do Departamento de Antropologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida, Professor Catedrático do Departamento de Antropologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Catarina Lopes Oliveira Frois, Professora Auxiliar com Agregação do Departamento de Antropologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

janeiro, 2021

"O nosso equívoco, o nosso grande equívoco, cujas consequências estamos agora a pagar, foi precisamente essa tentativa de obliteração, não da memória, uma vez que todos poderíamos recordar o que se passou há quatro anos, mas da palavra, do nome, como se, conforme fez notar o ex-colega, para que a morte deixasse de existir bastasse não pronunciar o termo com que a designamos."

*Ensaio sobre a Lucidez*, José Saramago

"Há dias, tempos, em que eu digo uma coisa e emendo, ando para trás, pareço um caranguejo. A verdade é que os caranguejos conseguem andar assim."

*Dias e Dias*, Adília Lopes

Fora da margem de dentro
Entre o caule e o rebento
Há sempre um pequeno espaço
Entre o movimento e passo
Entre passo e movimento
A corda que faz o laço
A força que faz o braço
Acordar o pensamento

*Margem de certa maneira*, José Mário Branco

Para as mulheres da minha vida.

A minha avó, Maria Albertina, que me ensinou a ternura.

A minha mãe, Maria Ascensão Ribeiro, exemplo maior de coragem e de afeto.

Para a Vera, irmã da vida e para além dela.

Para a Mariana, cúmplice de todos os sonhos e do amor que os torna possíveis.

**AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora e ao meu orientador por todo o apoio, paciência e encorajamento na realização desta pesquisa. À Catarina Frois, que me desafiou para este percurso, agradeço em especial a exigência e o rigor, que soube sempre conjugar com a cumplicidade com que me acompanhou e se implicou em todos os momentos desta investigação. Ao José Neves igualmente agradeço a aprendizagem crítica, a confiança, as provocações sempre produtivas e os desafios intelectuais.

A todos os deputados e deputadas à Assembleia da República, aos assessores e às assessoras, jornalistas e funcionários parlamentares que aceitaram o desafio de participar nesta investigação. Sem a sua disponibilidade e abertura esta tese não tinha sido possível.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia, que financiou a investigação.

Ao Centro em Rede de Investigação em Antropologia, que tão bem me acolheu e apoiou nestes anos.

A todas as pessoas que generosamente aceitaram ler, rever e discutir comigo esta tese nas suas diferentes fases. Apesar de não terem responsabilidade no que aqui escrevi, os seus comentários em muito me ajudaram a clarificar as ideias que aqui desenvolvo e a melhorar a sua formulação: Afonso Bento, Alexandre Vaz, André Castro Soares, Antónia Pedroso de Lima, Catarina Príncipe, Cecília Honório, Maria Francisca Ferreira, Hugo Monteiro, João Antunes, Mariana Gomes, Ricardo Sá Ferreira, Rita Brás, Rita Lucas Narra, Vera Palos. Ao João Carlos Louçã em especial, que leu e discutiu todas as dúvidas e inquietações ao longo deste tempo, sendo sempre consciência crítica e cúmplice, generoso como só ele.

Ao José Soeiro, Paulo Raposo, Emma Crewe e Samuel Shapiro pelo diálogo e pelas sugestões em diferentes momentos deste trabalho.

Ao Brian O'Neill, ao Miguel Vale de Almeida, à Antónia Pedroso de Lima, ao Daniel Seabra Lopes e à Paula Godinho que me ajudaram a pensar o projeto de investigação e me apoiaram na candidatura à FCT.

Ao Daniel Seabra Lopes, Ricardo Moreira, Raquel Carvalheira, Sofia Bento e Catarina Frois, equipa de investigação do projeto 'O Estado por Dentro' (FFMS, 2015/16), onde esta investigação começou.

À Rede de Doutorandxs em Antropologia do CRIA, em especial à Joana Martins, Vanessa Amorim, André Soares, Afonso Bento, Catarina Leal, Rita Costa, Julio Sa Rego, Emílio Dantas,

Marta Lemos, Gonçalo Salvaterra, Catarina Leal, Tathiane Mattos, Bruna Botechi e Cecília Luís, gente generosa que investiga com propósito, empenho e compromisso.

Ao Seminário de Doutorandos do Grupo Cultura, Identidade e Poder, do Instituto de História Contemporânea, com quem pude discutir um dos capítulos desta dissertação.

À Associação Portuguesa de Sociologia pela atribuição do Prémio de Iniciação à Investigação em Sociologia, e em especial à Professora Ana Nunes de Almeida pelo diálogo em torno de parte deste trabalho.

Ao projeto 'Hemiciclo', e em especial ao David Crisóstomo, pela generosa partilha de alguns dos dados aqui citados e pelo produtivo diálogo que fomos estabelecendo em diversos momentos da investigação.

Ao Carlos Couto e à Daniela Fernandes, pelo apoio solidário numa das imprevistas sessões de trabalho de campo. Ao Alexandre Carneiro, pela amizade com que me apoiou no período que estive em Londres.

À comuna da Duque de Loulé com quem vivi nestes anos e para quem a política é compromisso coletivo pela emancipação: João Carlos, Alex Gomes, Sérgio Vitorino, Mariana Gomes, José Soeiro (e ainda o Luke, a Xica e as nossas queridas e saudosas Micas e Snifa).

À minha gente do coração que nunca me deixou sozinho: Diana Gomes, Carla Augusto, Maria Couto, Joana Lisboa, Vera Palos, João Antunes, Rodrigo Miguel, Nuno Moniz, Dalila Teixeira (e o nosso novo Manuel), Miguel Heleno, José Soeiro, Bruno Cabral, Alexandre Vaz, Sérgio Vitorino, Fernando Rosa, Ricardo Sá Ferreira, Maria Francisca Ferreira, Gonçalo Pessa, Izaura Solipa, Cleo Tavares, Nádia Yracema, Irina Castro, Alex Gomes, Pedro Rodrigues, João Carlos, Riça, Catarina Príncipe, Inês Tavares, Leonor Carretas, Beatriz Carretas e Amarílis Felizes. Ao António Alves Vieira, estrela cadente que partiu demasiado cedo, mas que continua entre nós.

A todos os meus professores, a quem tantas aprendizagens devo.

Ao meu pai e à minha mãe, pelos valores com que me educaram, pelo esforço que fizeram para que aqui chegasse e por me acompanharem em todos os momentos.

À Mariana, sempre. Pela paciência inesgotável. Pela motivação nas horas difíceis. Pela ternura imensa do seu abraço e pela bravura do seu punho erguido. Pelo amor de todos os dias, e dos que faltam. Sem ela, não teria conseguido.

Esta tese foi realizada com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela atribuição de uma Bolsa de Investigação com a referência SFRH/BD/120193/2016, e com o apoio do projeto 'Negotiating Livelihoods under Transformative Politics: Crisis, Policies and Practices in Portugal 2010–20', com a referência PTDC/SOC-ANT/32676/2017.

## RESUMO

Partindo de uma discussão sobre o carácter polissémico do conceito e ideia de política, esta investigação etnográfica tem por objetivo compreender que entendimento particular da política está subjacente à vida parlamentar e de que forma este é construído, partilhado e reproduzido. Procurando ir além das autorepresentações institucionais e da sua mediatização, realizou-se uma etnografia da Assembleia da República centrada nas interações entre deputados, assessores, funcionários, jornalistas e cidadãos. Sugere-se que no Parlamento se constrói uma ideia da política enquanto prática especializada e estruturalmente articulada com processos de diferenciação e desigualdade social e de poder. Essa ideia é estruturada na relativa circunscrição social e cultural do corpo de representantes, nos rituais públicos que os distinguem e nas relações de bastidores que geram inter-reconhecimento e empatia. Salienta-se ainda que a ação dos deputados depende da posição relacional que ocupam numa rede de hierarquias formais e informais, ao mesmo tempo que incorpora formas de adaptação permanente que proporcionam reconhecimento simbólico ao seu estatuto social. Destaca-se o papel dos funcionários na transmissão da memória, e dos jornalistas na reprodução da política enquanto esfera autónoma da realidade. Conclui-se que no Parlamento se configura uma ideia de política assente na produção de uma distinção entre quem *faz* política e quem dela é *objeto*; entre quem está *dentro* e quem está *fora*; entre *atores* e *espectadores* da produção do fenómeno político. Em suma, a etnografia revela a institucionalização da política enquanto forma de distinção social, por oposição ao seu entendimento enquanto dimensão potencial das relações humanas.



Palavras-chave: Política, Parlamento, Etnografia, Performance, Jornalismo Político, Capital Político

**ABSTRACT**

Starting from a discussion on the polysemic character of the concept and the idea of politics, this ethnographic investigation aims to understand what particular understanding of politics is adjacent to parliamentary life and how it is constructed, shared and reproduced. Seeking to go beyond the institutional self-representations and their media coverage, an ethnography of the *Assembleia de República* was carried out, centred on interactions between members of parliament, advisers, officials, journalists and citizens. It is suggested that in the Parliament a concrete idea of politics is constructed: a specialized practice that is structurally articulated with processes of differentiation of both social and power inequalities. This idea is structured in the relative social and cultural circumscription the representatives, in the public rituals that distinguish them and in the behind the scenes relationships that generate inter-recognition and empathy. It should also be noted that the action of members of parliament depends on the relational position they occupy in a network of formal and informal hierarchies, while incorporating ways of permanent adaptation that provide symbolic recognition to their social status. The role of officials in the transmission of memory and journalists in the reproduction of politics as an autonomous sphere of reality stands out. It is concluded that in the Parliament an idea of politics is configured based on the production of a distinction between those who make politics and those who are the object of it; between who is inside and who is outside; between actors and spectators of the production of the political phenomenon. In short, ethnography reveals the institutionalization of politics as a form of social distinction, as opposed to its understanding as a potential dimension of human relations.

Key words: Politics, Parliament, Ethnography, Performance, Political journalism, Political capital.

# ÍNDICE

**AGRADECIMENTOS** ..... **I**
**RESUMO** ..... **V**
**ABSTRACT** ..... **VII**

**INTRODUÇÃO: AO ENCONTRO DA POLÍTICA** ..... **1**

**CAPÍTULO 1. POLÍTICA, ESTADO E PODER: DA HISTÓRIA DAS IDEIAS AO QUESTIONAMENTO ANTROPOLÓGICO** ..... **9**

A POLÍTICA: ORDEM NATURAL OU PROGRAMA ARTIFICIAL? ..... 11
A AUTONOMIA DA POLÍTICA E A CENTRALIDADE DO ESTADO ..... 15
O SOCIAL E O POLÍTICO (RE)QUESTIONADOS ..... 17
DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO: PLEONASMO OU OXIMORO? ..... 19
REPENSANDO O POLÍTICO: O OLHAR ANTROPOLÓGICO E ETNOGRÁFICO ..... 26
DE QUE FALAMOS, ENTÃO, QUANDO FALAMOS DE POLÍTICA? ..... 33

**CAPÍTULO 2. DA ANTROPOLOGIA DO ESTADO ÀS ETNOGRAFIAS PARLAMENTARES: GENEALOGIAS TEÓRICAS E CONTEXTOS EMPÍRICOS** ..... **37**

PRECEDENTES DAS ETNOGRAFIAS DO ESTADO E DAS ORGANIZAÇÕES ..... 37
UMA GENEALOGIA TEÓRICA PARA O ESTUDO ETNOGRÁFICO DO ESTADO ..... 39
OS CAMINHOS DA ANTROPOLOGIA DO ESTADO ..... 50
O CAMPO MULTIDISCIPLINAR NA ETNOGRAFIA POLÍTICA ..... 55
AS NOVAS ETNOGRAFIAS PARLAMENTARES ..... 55

**CAPÍTULO 3. UM ETNÓGRAFO NA ASSEMBLEIA: ACESSO, MÉTODOS E DILEMAS ÉTICOS** ..... **61**

ESCOLHER A ETNOGRAFIA ..... 61
ENTRAR NA ASSEMBLEIA: NEGOCIAÇÕES E ESTRATÉGIAS ENTRE O ACESSO FORMAL E INFORMAL ..... 64
A PRÁTICA ETNOGRÁFICA: MÉTODOS, TÉCNICAS E ESTRATÉGIAS SITUADAS ..... 67
INOCENTE OU CÍNICO? O ETNÓGRAFO NOS SEUS LABIRINTOS ..... 71

**CAPÍTULO 4. O PARLAMENTARISMO PORTUGUÊS E AS DISPUTAS SOBRE O LUGAR DA POLÍTICA** ..... **75**

UMA REPRESENTAÇÃO SEM POVO: O PARLAMENTARISMO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO LIBERAL E DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL ..... 76
A I REPÚBLICA: O PARLAMENTARISMO ENTRE A IGUALDADE JURÍDICA E A DESIGUALDADE POLÍTICA ..... 83

O Estado Novo: da "política da desordem" à "política da nação" ..... 88
A política no terreno da vida comum: a revolução de 1974-75 e o PREC ..... 91
A Constituição de 1976 e o novo ciclo do parlamentarismo português ..... 95

**CAPÍTULO 5. *ENTRAR* NA POLÍTICA ..... 101**

"Claro que ninguém nasce deputada" ..... 101
"Eu tinha um conjunto de vantagens competitivas" ..... 104
"Todos me conheciam de muito miúda, tinham uma relação muito próxima comigo" ..... 106
"A minha profissão é ser político com a chave do carro no bolso" ..... 108
"Há deputados que acabam por ser mais técnicos" ..... 112
A circunscrição social da representação política: classe, género, qualificações e profissionalização ..... 116
Política, capitais e distinção ..... 124

**CAPÍTULO 6. *TORNAR-SE POLÍTICO*: APRENDIZAGENS, RITUAL E PERFORMANCE NA VIDA PARLAMENTAR ..... 131**

"Somos atirados para a piscina e temos de aprender a nadar" ..... 131
Ritual e performance na vida parlamentar ..... 140
O ritual e os seus efeitos ..... 159

**CAPÍTULO 7. PARA LÁ DO PLENÁRIO: SOCIABILIDADES, CUMPLICIDADE E EMPATIA ..... 165**

A "descida" às Comissões Parlamentares ..... 167
A fabricação do consenso nos Grupos de Trabalho ..... 173
Nos corredores do poder ..... 177
Pares dentro, cúmplices fora ..... 182

**CAPÍTULO 8. APRENDENDO HIERARQUIAS: AUTORIDADES, PRECEDÊNCIAS E CONFLITOS ..... 187**

Grupos, partidos e governos: um triângulo de hierarquias formais ..... 188
Hierarquias informais: precedência, autoridade carismática, capital social e visibilidade mediática ..... 197
No caminho dos votos e das decisões: disciplina, orientações e exceções ..... 199
Consentimento e conflito perante as hierarquias políticas ..... 202
Representação política: tensões e desencontros entre a consciência individual e a representação coletiva ..... 206

**CAPÍTULO 9. METAMORFOSES, RECONHECIMENTO SIMBÓLICO E DRAMATIZAÇÃO NA VIDA PARLAMENTAR ..... 213**

DA TABERNA PARA O PALÁCIO: A SEMANA CAMALEÓNICA DE FRANCISCO ..... 213

DRAMATIZAÇÃO E RECONHECIMENTO SIMBÓLICO NA SEMANA MEDIÁTICA DE SANDRA ..... 221

"É NA PERCEÇÃO DAS PESSOAS QUE NÓS GANHAMOS LEGITIMIDADE": A SEMANA DE JOSÉ, LÍDER PARLAMENTAR ..... 224

METAMORFOSES, RECONHECIMENTO E DRAMATIZAÇÃO DO TRABALHO PARLAMENTAR ..... 230

**CAPÍTULO 10. GUARDIÕES DA MEMÓRIA: A POLÍTICA VISTA POR FUNCIONÁRIOS PARLAMENTARES ..... 243**

FUNCIONÁRIOS PARLAMENTARES: GUARDIÕES DA MEMÓRIA, GESTORES DO TEMPO E PROFISSIONAIS DA PERFORMANCE ..... 244

NA SALA DOS FUNCIONÁRIOS: COLEGIALIDADE, PESSOALIZAÇÃO E HIERARQUIAS ..... 255

O TRABALHO PARLAMENTAR ENTRE A EQUIDISTÂNCIA E O ENVOLVIMENTO PESSOAL ..... 258

**CAPÍTULO 11. A URGÊNCIA MEDIÁTICA: JORNALISTAS, SPINDOCTORS E ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO ..... 261**

O JORNALISMO E A POLÍTICA NOS CORREDORES DA ASSEMBLEIA ..... 261

A URGÊNCIA MEDIÁTICA: DIRETOS, NOTÍCIAS 24 HORAS, LIVEBLOGS E REDES SOCIAIS ..... 267

*SPIN ALL THE TIME* ..... 274

DE QUE "POLÍTICA" FALA O JORNALISMO POLÍTICO? ..... 282

**CONCLUSÃO ..... 285**

**BIBLIOGRAFIA ..... 301**

# ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 4.1: PINTURA DE VELOSO SALGADO REPRESENTANDO AS CORTES CONSTITUINTES DE 1820/21. ..... 71
FIGURA 5.1: DISTRIBUIÇÃO DOS/AS DEPUTADOS/AS POR PARTIDOS POR GRUPO PARLAMENTAR ..... 117
FIGURA 5.2: DIFERENÇA DE GÉNERO ENTRE OS DEPUTADOS PORTUGUESES ..... 118
FIGURA 5.3: GRAUS DE ESCOLARIDADE DOS/AS DEPUTADOS/AS PORTUGUESES/AS ..... 119
FIGURA 5.4: PROFISSÕES DE ORIGEM DOS/AS DEPUTADOS/AS ENTRE OUTUBRO 2015 E JULHO DE 2018 ..... 120
FIGURA 5.5: NATURALIDADE DOS DEPUTADOS PORTUGUESES ..... 121
FIGURA 5.6: REDES DE POLIENVOLVIMENTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL ..... 123
FIGURA 5.7: MECANISMOS DE CONSTRUÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO ..... 126
FIGURA 6.1: ENTRADA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ..... 141
FIGURA 6.2: SALA DAS SESSÕES DURANTE O PLENÁRIO DO ORÇAMENTO DO ..... 149
FIGURA 6.3: TRIBUNA PRESIDENCIAL ..... 151
FIGURA 6.4: TRIBUNA DOS ORADORES ..... 152
FIGURA 6.5: TRIBUNA DOS ORADORES ..... 152
FIGURA 6.6: DEBATE DE ORÇAMENTO DE ESTADO NA SALA DAS SESSÕES ..... 152
FIGURA 6.7: BANCADA DOS JORNALISTAS NA SALA DAS SESSÕES ..... 154
FIGURA 6.8: VISITA DE ESTUDO AO PARLAMENTO ..... 155
FIGURA 7.1: *SNOB BAR* ..... 166
FIGURA 7.2: SALA DE COMISSÃO PARLAMENTAR ..... 170
FIGURA 7.3: FOTOJORNALISTA EM COMISSÃO PARLAMENTAR ..... 171
FIGURA 7.4: CORREDOR DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ..... 178
FIGURA 7.5: ESCADA DE INCÊNDIO DO PISO 2 DO PALÁCIO DE S. BENTO ..... 179
FIGURA 7.6: BAR EXCLUSIVO DOS DEPUTADOS ..... 180
FIGURA 7.7: CORREDOR JUNTO À SALA DAS SESSÕES ..... 182
FIGURA 8.1: TRIANGULAÇÃO HIERÁRQUICA NA VIDA PARLAMENTAR ..... 189
FIGURA 9.1: VISITA DE UM DEPUTADO A UMA TABERNA DO DISTRITO DE ELEIÇÃO ..... 217
FIGURA 9.2: VISITA DE UM DEPUTADO A UMA PLANTAÇÃO LOCAL NO DISTRITO DE ELEIÇÃO ..... 218
FIGURA 9.3: DEPUTADO EM MANIFESTAÇÃO PARTIDÁRIA ..... 231
FIGURA 9.4: DEPUTADOS PARTICIPAM NUMA AUDIÇÃO EM COMISSÃO PARLAMENTAR ..... 231
FIGURA 9.4: DEPUTADOS PARTICIPAM NUMA AUDIÇÃO EM COMISSÃO PARLAMENTAR ..... 231
FIGURA 10.1: ORGANOGRAMA DOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ..... 244
FIGURA 11.1: *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 24 DE MARÇO DE 1993 ..... 264

# ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 6.1: TIPOS E FORMAS DA APRENDIZAGEM PARLAMENTAR ..... 133

## INTRODUÇÃO: AO ENCONTRO DA POLÍTICA

Conta-me a minha mãe que aos dez anos de idade parei estupefacto na estação dos correios da nossa cidade quando um homem grisalho, alto e bem vestido atravessou a sala. Surpreendida, perguntou-me qual a razão daquela curiosidade. Terei respondido que aquele era o homem que aparecia em dezenas de cartazes na cidade. Candidato à Câmara Municipal e simultaneamente deputado à Assembleia da República, era alguém distinto de nós. Não saímos de lá sem que eu pudesse observar e falar um pouco com aquela pessoa, que se me dava a ver como um mistério. Alguns anos mais tarde, sobretudo por influência da música que ouvia, já não me intrigava apenas o comportamento público dos políticos que apareciam nos cartazes, mas sobretudo o que eles pensavam, diziam e faziam – e as consequências que tudo isso tinha na minha vida e nos outros. Sem que tivesse consciência disso, talvez se tenham formado nessa altura as minhas primeiras inquietações e interrogações sobre o mundo da política, os seus atores e discursos, assim como uma certa obsessão com a observação de práticas, discursos e comportamentos.

Passados quase vinte anos, já não tenho o fascínio inocente por pessoas que aparecem em cartazes, tampouco a convicção ingénua de que são elas quem primordialmente deverá ocupar-se dos destinos da *polis*. O encontro com as ciências sociais e a participação política permitiram-me lidar criticamente com esses meus próprios deslumbramentos. Com as primeiras, aprendi a desconstruir os processos históricos, sociais e culturais que moldam a forma como compreendemos a realidade. Com a segunda, compreendi que a política pode ser diversa em protagonistas e não se esgota nos instrumentos de controlo, gestão e governo da ordem social.

Seja como for, algumas das interrogações que fazia nessa altura continuam a acompanhar-me. O que é a política? O significa "fazer política"? Quem são as pessoas que a fazem, onde, porquê e de que forma? Qual a razão por que algumas pessoas votam e outras não? Porque é que há pessoas que aparecem em cartazes, na televisão e são eleitas para cargos ditos políticos, e outras afirmam não gostar ou não perceber nada de política? E o que significa a democracia, para lá do direito de participação no ritual eleitoral?

Esta tese é, antes de mais, uma investigação etnográfica sobre *a* política. O seu objetivo é o de compreender como se produz, reproduz e naturaliza uma ideia particular do que a política significa, de quem está habilitado para a exercer, onde e porquê. Analisam-se, portanto, quais as razões e por via de que mecanismos se pode entender a política enquanto ideia socialmente construída, culturalmente moldada e historicamente situada, que se estrutura em contextos interacionais precisos. Como estudar de um ponto de vista antropológico e etnográfico esta construção eminentemente subjetiva e relacional?

O ponto de partida desta pesquisa é a vida quotidiana da Assembleia da República. Duas razões presidiram à escolha deste terreno. A primeira, o facto de este ser o único órgão de

soberania política e ideologicamente plural, eleito por sufrágio universal e direto, e que tem a missão constitucional de formar uma "uma assembleia representativa dos cidadãos portugueses".[1] Neste contexto, constitui um terreno particularmente interessante para analisar a política num contexto relacional, marcado pela diversidade ideológica e com um sentido de representação eleitoral.

A segunda razão prende-se com o facto de, apesar de esta ser uma das mais importantes instituições do Estado português, e porventura uma das mais visíveis e escrutináveis, um conjunto de questões sobre o seu funcionamento quotidiano permanecer, de certa forma, por problematizar à luz das ferramentas e debates constituintes da antropologia e das ciências sociais. Desta forma, parti para a investigação com um conjunto amplo de questões empíricas. Quanto às deputadas e aos deputados, quais são as suas origens e trajetórias de vida? Como chegam à política e aos partidos? Como aprendem a *ser representantes* – e o que significa para elas e eles representar convenientemente? O que os/as motiva e desilude, une e divide, diferencia e congrega? Agem segundo o seu arbítrio, as orientações do partido a que pertencem ou de acordo com o que consideram ser as exigências do eleitorado que representam?

No que diz respeito ao seu trabalho quotidiano, a que tipo de rotinas e tarefas elas e eles se dedicam? Há diferenças substanciais entre o trabalho realizado por diferentes representantes e Grupos Parlamentares? Que importância se atribui aos rituais e que efeitos simbólicos estes produzem? O que acontece para lá dos momentos mais visíveis como as Reuniões Plenárias e de Comissão Parlamentar? E por que são esses os momentos que detêm maior atenção mediática? O que acontece às segundas-feiras, quando os deputados e as deputadas se deslocam para os círculos eleitorais? Como são feitas as leis?

Finalmente, quanto às relações que se estabelecem no quotidiano, quais os espaços formais e informais, oficiais e oficiosos, de debate e de sociabilidade? Que tipo de interações neles se formam entre deputados, jornalistas, assessores e funcionários? E qual o significado destas relações? Como se criam as notícias? Qual o papel de quem presta assessoria aos partidos, dos/as funcionários/as da Assembleia e dos/as jornalistas?

Em suma, e procurando uma síntese agregadora destes diferentes questionamentos, esta pesquisa orienta-se por três interrogações analíticas: O que *representam*, afinal, os "representantes do povo"? O que significa representar em política? E que ideia de política está subjacente à própria representação parlamentar?

Muitas destas questões abriam campos de possibilidades de análise para problematizar como a política é pensada, organizada e exercida numa instituição central do Estado. Assim, levaram-me ao encontro de uma multiplicidade de pessoas e conduziram à descoberta de espaços e contextos de ação especialmente significativos para os atores: do Plenário às Comissões, dos

[1] Constituição da República Portuguesa, Título II, Capítulo 1, Artigo 147º.

Grupos de Trabalho às visitas aos distritos, das reuniões partidárias aos eventos públicos. Tratava-se, portanto, de analisar *por dentro* os discursos, as práticas e as relações inerentes à vida quotidiana parlamentar – e em que medida estes permitem interpretar a construção de uma subjetividade política realizada quotidianamente nesta instituição.

Cedo se tornou claro que para responder a algumas daquelas questões com profundidade era conveniente recorrer a instrumentos metodológicos pouco utilizados nos estudos parlamentares. O inquérito por questionário (Bryman 2012, p. 231–243; Ghiglione, Matalon 2001, p. 105–155; Johnson, Reynolds, Mycoff 2020, p. 196–207; Vannette, Krosnick 2018), por exemplo, permitia proceder a uma análise da autorrepresentação individual dos atores, eventualmente representativa da generalidade do campo parlamentar, mas não convidava ao confronto de tais discursos com práticas não-discursivas, assim como permanecia à distância dos contextos de interação e sociabilidade, dificultando o nosso inquérito à sua eficácia simbólica. Já a realização exclusiva de entrevistas corria o risco, como adverte Ruth Wodack (2009, p. 116), de dar origem a narrativas "coerentes" e "racionais", através das quais as pessoas dão sentido à sua história, ocultando ao mesmo tempo contradições, conflitos e dilemas ideológicos que se expressam no quotidiano.

Exigiu-se, portanto, uma abordagem metodológica mais ampla. A etnografia revelou-se a metodologia mais adequada para estudar a vida parlamentar, já que permitia analisar a política parlamentar *na prática* e *por dentro*, isto é, a partir das dinâmicas de interação, dos discursos e das práticas não-discursivas, das relações e das performances quotidianas. Usando as palavras de Emma Crewe (2006, p. 1), antropóloga com vários estudos sobre o parlamentarismo britânico, a etnografia tem por base um "processo de 'trabalho de campo', isto é, um envolvimento prolongado com um grupo específico de pessoas para descobrir como agem, pensam, falam e se relacionam uns com os outros e uns perante os outros".[2] Foi na base deste pressuposto que se organizou a investigação.

***

Os parlamentos são um objeto de estudo relativamente recente e raro na literatura antropológica e etnográfica (Abélès 1992; 2000; Crewe 2015a; 2005; Weatherford 1985; Rai, Johnson 2014; Fenno 1978; Busby 2014; Wodak 2009; Bignell 2018; Schumann 2009; Crewe 2015b). Constituem-se como um *objeto etnográfico em construção* que, sob o olhar crítico, imersivo e reflexivo da prática etnográfica, só recentemente começou a ganhar alguma sedimentação analítica, quer a nível epistemológico, metodológico ou ético (Crewe 2021).

[2] São da minha tradução todas as citações de referências bibliográficas publicadas em outras línguas que não o português.

No caso desta pesquisa, a construção do Parlamento enquanto terreno etnográfico teve por base um trabalho de campo levado a cabo entre outubro de 2015 e julho de 2018, ao longo do qual recorri a um conjunto de métodos e técnicas de investigação, consoante cada contexto e situação de interação. Realizaram-se 366 sessões de observação participante, 134 entrevistas, conversas etnográficas, *jobshadowing*, retratos biográficos, análise de conteúdo e de media, e ainda se recorreu a uma base de dados de caracterização sociodemográfica. O esforço consistiu em retratar esta instituição para lá das autorepresentações institucionais e da sua mediatização, analisando o funcionamento do Parlamento a partir de dentro, ou seja, das relações sociais, dos enquadramentos rituais e das performances culturais e simbólicas que se expressam no quotidiano.

Esta abordagem metodológica permitiu ir desvendando gradualmente os contextos de interação da vida parlamentar e os seus significados. Porém, a partir de determinado momento, começou a tornar-se claro que, na verdade, esta não seria uma investigação apenas centrada na descrição desse universo empírico. Um objeto de estudo só ganha coerência no final de um percurso de investigação. Neste sentido, a reflexão foi-se metamorfoseando ao longo do tempo de pesquisa, recentrando-se conceptualmente o próprio lugar que o Parlamento (e a sua etnografia) ocupam numa problematização mais vasta sobre o próprio entendimento da política, e da sua articulação com fenómenos sociais e culturais mais amplos.

Desta forma, o Parlamento constituiu-se como um universo social e cultural etnograficamente relevante para compreender o que designarei por *institucionalização da política*. Por outras palavras, para entender o processo quotidiano de construção de uma ideia particular da política enquanto prática setorial e relativamente especializada, estruturalmente articulada com processos de diferenciação e desigualdade social e de poder, pertencente a um mundo simbólico específico, para o qual se sente atraído um conjunto de pessoas em detrimento de outras.

Investigar a política sob um ponto de vista antropológico e etnográfico é uma tarefa exigente a vários níveis. Primeiro, porque a política é um conceito com um significado plural, divergente e muitas vezes contraditório, consoante os momentos e contextos históricos, sociais e culturais, dependendo igualmente da posição social e política de quem o evoca em cada momento. Neste sentido, não só nunca se encontrou um consenso sobre a sua natureza, como este dificilmente pode ser alcançado. Depois, porque sendo um conceito disputado em vasta literatura, tem sido analisado a partir de incontáveis objetos empíricos – dos mais eruditos aos mais populares; da academia aos movimentos sociais. Exige-se, portanto, um certo engenho teórico para integrar esse debate que percorre a história humana numa reflexão etnográfica centrada no presente. Finalmente, porque reveste-se de particular dificuldade essa tarefa de "pensar a política sem pensar politicamente" (Bourdieu 1988, p. 2). Tal não significa considerar que podemos investigar a política a partir de uma conceção neopositivista de neutralidade, aliás sempre desmentida, e que

está nos antípodas de uma prática etnográfica eminentemente intersubjetiva. Também não implica defender que a investigação antropológica pode ser desenraizada das próprias condições sociais, culturais e políticas de existência de quem a pratica. Significa, isso sim, aceitar o desafio intelectual de pensar a política sem nos deixarmos condicionar pelo pensamento dominante da ordem política instituída, e simultaneamente não cair no erro de confundir o desejo de uma outra política com a realidade da política realmente existente.

***

Esta tese organiza-se em 11 capítulos. No Capítulo 1 começo por mapear uma genealogia do conceito de política, recorrendo a diversas tradições disciplinares, distintos campos do saber e da produção de discurso. No contexto desta reflexão, exponho o conceito de política de que parti e problematizo a forma como se operacionaliza empiricamente nesta pesquisa. No Capítulo 2 analiso o campo específico da Antropologia do Estado, descrevendo algumas das principais gramáticas teóricas que aí se mobilizam e as suas ramificações nas etnografias parlamentares.

Clarificado o ponto de partida teórico e epistemológico, no Capítulo 3 descrevo o processo de construção do Parlamento enquanto terreno etnográfico, centrando-me reflexiva e criticamente na especificidade da abordagem etnográfica, nas negociações e estratégicas de acesso ao terreno, nas técnicas metodológicas empregues e nas questões éticas que se colocaram.

No Capítulo 4 discuto a origem e evolução do parlamentarismo português, contextualizando diversos regimes políticos, apresentando as principais mudanças e continuidades históricas e chamando a atenção para a forma como subjacente aos diversos quadros constitucionais esteve uma disputa sobre o próprio entendimento da política dos protagonistas socialmente legitimados para a exercer. Analisam-se as consequências do projeto liberal de cidadania e detalha-se o desenvolvimento do moderno parlamentarismo português, na sequência da Revolução de 1974/75, como expressão da nova ordem constitucional e enquanto consequência e resposta política e institucional ao Processo Revolucionário em Curso (PREC). Por fim, sintetiza-se a viragem da década de 1980/90, nomeadamente quanto ao processo de especialização, tecnicização e burocratização da vida parlamentar, de reforço das hierarquias e do bipartidarismo e as consequências dessas mudanças na própria composição social da Assembleia.

Definido o ponto de partida, o método e o contexto histórico que enquadra esta instituição, avança-se para a descrição etnográfica. No Capítulo 5 recorro a retratos biográficos e a uma análise sociológica da composição social da Assembleia, com vista a esclarecer "quem são os deputados", quais as trajetórias que os levaram ao Parlamento, desvendando-se alguns dos fatores sociais e culturais que potenciam ou inibem o acesso, a adaptação e a permanência nesta instituição. Argumento que a participação política não é dissociável das dinâmicas sociais e

culturais, nomeadamente os processos de diferenciação, distinção e desigualdade que marcam a sociedade portuguesa contemporânea.

Tendo analisado "quem chega" e "como chega" à instituição, o Capítulo 6 avança numa descrição de como ocorre, e por via de que mecanismos se dá a passagem de "cidadão" a "representante político". Aqui ilustra-se especialmente como se *aprende* a ser deputado, destacando-se o conjunto de aprendizagens situadas, simultaneamente organizacionais, grupais, estratégicas, mediáticas e relacionais, que se desenvolvem ao longo do tempo. Paralelamente, descreve-se como essas aprendizagens se expressam no ritual do Plenário, quais as suas características e que efeitos sociais e simbólicos esse ritual produz na organização da vida quotidiana, nos processos de legitimação da representação política e na distinção do corpo de representantes.

Depois de destacar a dimensão pública, ritual e conflitual do Plenário, o Capítulo 7 detalha a importância de espaços como as Comissões Parlamentares, os Grupos de Trabalho e outros lugares de sociabilidade informal, salientando-se o papel das relações de bastidores, geradoras de laços de cumplicidade, empatia e inter-reconhecimento entre pares.

Sendo o universo parlamentar marcado pela diversidade política, o Capítulo 8 procura explicar como são regulados os conflitos e de que forma é construída e reproduzida a ordem social nesta instituição. Neste aspeto demonstro como a ação individual das e dos eleitos é enquadrada por uma rede de hierarquias internas, formais e informais, que se constituem como instrumento de regulação e enquadramento do dissenso. Por um lado, descrevem-se hierarquias formais, dependentes da articulação entre partidos, Governos e Grupos Parlamentares. Por outro, analisam-se as hierarquias informais de precedência, capital social, autoridade carismática e visibilidade mediática. Em suma, revela-se como a posição relacional de diferentes pessoas face às estruturas de autoridade facilita ou inibe o papel político subjetivamente interpretado na representação política.

O Capítulo 9 analisa a semana de trabalho de dois deputados e de uma deputada, descrevendo-se a diversidade de rotinas e tarefas a que se dedicam, e como através delas se adaptam a diferentes papéis sociais, tendo em conta os seus variados contextos de interação, tanto presenciais como virtuais. Estes contextos implicam uma articulação de diferentes tipos de capitais e conhecimentos organizacionais, decorrentes da participação em distintas comunidades de prática, mais ou menos formais, e que requerem a utilização de diferentes estilos de retórica, corporalidade e apresentação de si próprios.

Para além dos deputados e das deputadas, a vida parlamentar é ainda marcada por um conjunto de outros protagonistas. No Capítulo 10 destaco o papel dos funcionários parlamentares, retratando as suas relações e práticas de trabalho quotidianas e revelando a forma como estas pessoas são fundamentais à reprodução da ordem institucional, nomeadamente através da transmissão da memória, da gestão do tempo parlamentar e da preparação da performance. Já no

Capítulo 11 centro-me na mediatização da política, chamando a atenção para as redes de sociabilidade e cumplicidade entre deputados e jornalistas, para o papel de um conjunto de profissionais de comunicação que medeiam essas relações, e para a forma como o jornalismo político contribui para a formação e reprodução de uma ideia particular da política, que é construída na instituição, e que esta tese retrata.

Na conclusão, reconstituo as premissas teóricas e conceptuais que guiaram este processo de investigação, recapitulo e articulo as principais descobertas e argumentos desenvolvidos, destacando o seu sentido teórico e o alcance do gesto etnográfico realizado. Numa primeira parte fase sintetizo o conceito de política que esteve subjacente à investigação, destacando a sua polissemia e a importância da etnografia para o seu estudo e análise crítica. Numa segunda fase, recupero a discussão realizada sobre as raízes históricas do parlamentarismo português, salientando como essa história se reflete no presente, moldando o entendimento da política que esta instituição materializa. Numa terceira parte caracterizo a ideia de política inerente à vida parlamentar na atualidade, relacionando-a com a composição social do corpo de representantes, as suas aprendizagens e performances rituais, as interações públicas e de bastidores, as hierarquias e rotinas de trabalho, salientando ainda o papel dos funcionários e jornalistas. Em resumo, articula-se uma análise das práticas, interações e relações concretas e quotidianas que atribuem significado ao entendimento da política nesta instituição. Ao salientar o carácter culturalmente construído deste entendimento, a tese conclui com uma reflexão sobre a necessidade de manter em aberto a ideia de política, intrinsecamente vinculada à vontade humana que lhe confere significado, destacando-se o contributo desta investigação para pesquisas futuras que no campo antropológico ou fora dele, procurem pensar as instituições a partir das ideias, práticas, processos e relações que as organizam, materializam e reproduzem.

## CAPÍTULO 1

## POLÍTICA, ESTADO E PODER: DA HISTÓRIA DAS IDEIAS AO QUESTIONAMENTO ANTROPOLÓGICO

> "O *homem* é apolítico. A política emerge *entre homens,* e portanto claramente no exterior do *homem*. Não há, portanto, substância política real. A política emerge no que está *entre os homens* e é estabelecido sob a forma de relações" (Arendt 2007, p. 84)

O que é a política? A esta pergunta – à sua formulação e à tentativa de lhe responder – se têm dedicado todas as gerações. Poderia mesmo dizer-se que se trata de uma das interrogações mais importantes que a humanidade tem feito sobre si própria e que certamente participa da procura incessante, e porventura inesgotável, daquilo que fundamenta a nossa relação com os outros e, neste sentido, a nossa ligação com o mundo. Quando Hannah Arendt afirma que a política emerge *entre homens* (2007, p. 84), a autora remete, justamente, para as dimensões relacionais que vinculam os seres humanos e que, assim, lhes conferem uma existência comum.

O que significa, então, falar de política? É uma arte (ou ciência) do governo de nações, populações e territórios? Será um ofício, uma profissão ou uma vocação? Constitui-se como uma arena de poder e de conflito ou enquanto processo de relacionamento sociocultural? Qual a natureza da política? E como pode ou deve ser analisada? É uma expressão da realidade social que lhe é anterior ou é um instrumento de construção dessa mesma realidade?

A forma como estas perguntas foram sendo colocadas variou ao longo da história, dos contextos culturais, das tradições intelectuais ou das posições socialmente ocupadas por quem lhes tentou responder. E as respostas não só foram diversas, como muitas vezes contraditórias. Algumas tornaram-se hegemónicas, outras, marginais. Na verdade, mesmo que se tentasse mapear a extensíssima bibliografia sobre este assunto, não só se ficaria longe de esgotar a diversidade dos contributos, como não se saberia apurar qualquer tipo de síntese consensual. Ainda assim, esta dificuldade não me isenta de clarificar o conceito de política de que parto. Tanto mais que a ausência dessa clarificação traria consigo o risco de acabar por utilizar um conceito de política implícito, nunca teoricamente delimitado, e, portanto, mais propenso a constituir-se refém ora de categorias de senso comum hegemónico, ora, como adverte Bourdieu (2014), de categorias oriundas do próprio pensamento de Estado. O meu esforço consiste, antes de mais, em tentar não naturalizar estas categorias, antes tornando-as objeto de análise reflexiva e crítica. Neste sentido, procuro neste capítulo uma noção do conceito de política ou, pelo menos, de um conjunto de interpretações que me permitam dotar os argumentos de um mínimo de consistência teórica. Este

esforço é, do meu ponto de vista, indispensável para a compreensão da interpretação etnográfica e dos fundamentos que a sustentam. Para este efeito, decidi recorrer à história de uma polémica intelectual mais vasta sobre a política, o poder, o Estado e a representação política.

Não farei aqui uma história da ideia de política ou das instituições políticas no sentido próprio da metodologia historiográfica. Não é esse o âmbito desta pesquisa. A questão fundamental que atravessa esta investigação é uma questão de atualidade. É um inquérito ao nosso presente, tomando a política como ponto de observação. Neste sentido, inspirado por Michel Foucault, recorro à história na exata medida em que esta nos oferece instrumentos de compressão crítica do presente. Nas palavras de Garland (2014, p. 85) trata-se de recorrer à genealogia, que "não é motivada pela inquietação histórica em entender o passado – embora quaisquer afirmações históricas que se faça devam ser validas e verificáveis –, porém, antes, por um interesse crítico em compreender o presente".

A primeira questão a ter em conta diz respeito, justamente, ao debate sobre a natureza da palavra política e dos significados que lhe foram atribuídos em diversos momentos. Resgatar essa história é um exercício que menos interessará a quem faz da política uma categoria autoevidente, que precede as pesquisas empíricas sobre os "comportamentos políticos", sem nunca chegar a ser realmente problematizada.

A segunda prende-se com a circunstância de que a política pode ser analisada a partir de vários pontos de vista, todos eles legítimos. Como objeto, pode ser discutida tanto a partir da história das ideias e das doutrinas políticas, como da história das instituições. Quanto ao método, pode ser estudada a partir da perspetiva da filosofia, da teoria política, da ciência política, da sociologia ou da antropologia. Cada disciplina remete para uma interpretação particular da história do conceito. Além disso, a política pode ser interpretada distintamente, consoante a tradição e sensibilidade teóricas – ora mais centradas nos mecanismos de produção de ordem, ora mais sensíveis ao papel dos conflitos e das resistências. Finalmente, uma história da política, seja enquanto ideia seja como prática, depende também do ponto de vista da análise, havendo quem mais procure assumir o ponto de vista dos governantes e quem a procure discutir sob o ângulo dos governados.

Como organizar um discurso que faça justiça à pluralidade desta história, sem perder a sua ligação às preocupações desta pesquisa? Poderíamos organizá-la por autores, conceitos, instituições, disciplinas, objetos ou tradições intelectuais. Optei, contudo, por desenhar um mapa do debate por problemas teóricos, tentando articular doutrinas, práticas, objetos e tradições. Será, enfim, um mapa eminentemente transdisciplinar, evidentemente discutível, mas que pretende salientar, justamente, o carácter polissémico do conceito de política, polissemia que a etnografia mostrará presente no nosso próprio tempo.

Este capítulo começa com a enunciação de três problemas. O primeiro deles parte de Aristóteles, centrando-se na forma como o recurso a diferentes conceitos de política tem como

fundamento uma distinta interpretação sobre os protagonistas que lhe são inerentes. O segundo tem por base a teoria hobbesiana e procura analisar o processo que fez equivaler a ideia da política à ideia de Estado, circunscrevendo-a ao campo das suas instituições. O terceiro diz respeito aos processos históricos que contribuíram para o dilatar do espaço da política, a partir da emergência do protagonismo político da sociedade, que se traduziu no debate sobre a representação política. Enunciadas estas questões, numa segunda fase irei centrar-me nos contributos específicos da antropologia política, nomeadamente no alcance teórico que permitiu analisar realidades políticas de sociedades sem Estado, expondo a vivência política que pode existir fora dele. Neste sentido, a antropologia política permite compreender de que forma a política se constitui como um conceito polissémico, historicamente variável, culturalmente diferenciado e subjetivamente interpretado, conclusões que esta pesquisa etnográfica irá retomar.

## A política: ordem natural ou programa artificial?

No seu livro seminal sobre a política, Aristóteles cunhou uma das suas mais citadas e popularizadas expressões: "O homem é por natureza um animal político" (Aristotle 1992, p. 59). A frase ganhou vida própria, desligada da obra em que foi escrita e do respetivo contexto histórico[3], servindo ora para argumentar que todos os cidadãos, e não apenas os governantes, devem participar na vida democrática; ora para salientar que determinada pessoa é "um animal político", destacando assim as características excecionais que o habilitam especialmente para o domínio das regras do campo político. Seja como for, este tipo argumentos esquecem, porém, os limites do "homem" de que falava Aristóteles, assim como a noção de "natureza" nele em jogo.

Todas as conceções e modelos de política têm uma metafísica tácita que coincide com uma determinada conceção antropológica (Veca 1996). Para Aristóteles, a natureza do homem é a *physis* do vivente, coincide com o crescimento e o desenvolvimento do organismo. Neste sentido, o grego apresenta a política como uma decorrência final da natureza. A história natural da política baseia-se na descrição de um processo que vê nesta uma finalidade última, que tem como ponto de partida a natureza das relações humanas. Isto significa que a política decorre do processo de ligação entre o sexo, a família, a cidade e a polis (Aristóteles 1992, p. 56–62).

O que explica, então, a política? Primeiro, é uma consequência do processo de ordenação da natureza. Na sua origem está a diferença entre homens e mulheres que garante a reprodução e se

[3] Deve dizer-se que há interpretações divergentes sobre a origem da obra, com alguns historiadores do período clássico a defender que terá sido escrita em diferentes partes da vida (Sauders 1992), e outros a argumentar que há nela uma forte influência da relação de Aristóteles com Alexandre, o Grande, de quem foi tutor, e da sua condição de meteco, excluído de direitos políticos como cidadão (Sinclair 1992). Seja como for, por contexto histórico, refiro-me ao período democrático grego e à vivência na polis, que entrava numa fase de profunda crise política, depois do processo de Sócrates (Arendt 2007).

manifesta na constituição das famílias enquanto sistema de divisão e estratificação. A família é o que dá origem à *polis*, isto é, à política enquanto fim do processo.

A política é, portanto, o resultado consequente das ordens naturais que regulam as interações humanas. Tem como princípio fundador as divisões naturais, sendo nessa medida que igualmente se legitima a inevitabilidade da submissão política: "Temos de considerar se existem ou não homens que, por natureza, são escravos, e se é melhor ou mais justo serem assim, ou se pelo contrário, toda a escravidão é contrária à natureza. Esta questão não apresenta qualquer dificuldade teórica ou empírica. Que alguns dirijam e outros obedeçam é tão necessário como conveniente, sendo por nascimento que se diferencia quem está destinado a governar e quem está designado a ser governado" (Aristotle 1992, p. 67). A política é, portanto, uma ordem que nasce da ordem, como comentado por Veca (1996) na sua leitura de Aristóteles. E aqui já se começa a compreender qual o protagonista implícito da política em Aristóteles: os homens, adultos, ociosos e libertos da escassez por via da escravatura.[4] Ora, o apuramento deste protagonista ideal da política fundamenta a oposição do autor à oposição a uma conceção da democracia assente no poder soberano do povo. Como argumentará no Livro IV, tal conceção da soberania representaria um risco despótico (Aristotle 1992, p. 49). Na verdade, Heródoto já o afirmara, dois séculos antes de Aristóteles, de forma ainda mais veemente, ao considerar ser preferível a governação de um tirano, que a de uma "multidão desenfreada", "desprovida de conhecimento", "sem instrução" e "sem sentido natural do que é certo e adequado" (citado por D'Eramo 2013, p. 9).

Estou de acordo com o argumento fundamental de Hannah Arendt (2007, p. 101): quando Aristóteles afirma que o ser humano é por natureza um animal político, ele não está a defender que todos os homens sejam políticos, nem tampouco que haja política onde quer que existiam homens. A política, em Aristóteles, só acontece dentro das fronteiras da *polis* e no contexto da sociedade ateniense. Não é político quem vive fora das suas fronteiras físico-geográficas - por exemplo, os bárbaros – ou quem não tem um estatuto que lhe permite participar na vida da *polis* – por exemplo, mulheres, metecos, escravos ou crianças. A política é uma continuidade substancial da natureza, das suas diferenças, distinções e desigualdades.

A *polis* e a sua *eclésia* constituíam, no mundo ateniense, uma experiência política radical, baseada na democracia direta, onde se exprime o sentido da liberdade e a prática da igualdade entre cidadãos. A eclésia, em particular, concretiza o direito de falar e de ser ouvido enquanto atributos políticos por excelência. No entanto, na teorização aristotélica, o pressuposto da política enquanto história natural tem, do meu ponto de vista, duas implicações importantes e que continuam atuais. Por um lado, vai refletir-se num debate político presente até aos dias de hoje,

[4] Assim, a perspetiva aristotélica tinha por base um entendimento da política assente num princípio de estratificação social entre aqueles que trabalham para outros e são escravos; os que trabalham para si, mas não são cidadãos livres; e aqueles que, por possuírem escravos e não trabalharem, são livres e admitidos no domínio público. Só a estes terceiros se admite uma vida propriamente política (Arendt 2007).

sobre a necessidade de distinguir quem se encontra apto para governar e quem, "naturalmente", apresenta uma disposição para ser governado. A essa questão explicitamente se dedicou Platão, antes mesmo de Aristóteles. Na sua famosa "Alegoria da Caverna", diálogo entre Sócrates e Glauco enunciado na *República,* Platão (2001) metaforiza o choque fundamental entre o conhecimento e a *doxa*, ilustrando-se o rigoroso processo que permite a uma parte da humanidade, os filósofos, saírem da caverna, formando-se para serem virtuosos governantes. Apesar da alegoria apontar para a gnoseologia, ela tem uma evidente leitura política, bem patente na sua própria conclusão: "Depois de terem visto o bem em si, usá-lo-ão como paradigma, para ordenar a cidade, os particulares e a si mesmo, cada um por sua vez, para o resto da vida, mas consagrando a maior parte dela à filosofia; porém, quando chegar a vez deles, aguentarão os embates da política, e assumirão cada um deles a chefia do Governo, por amor à cidade, fazendo assim, não porque é bonito, mas porque é necessário" (Platão 2001, p. 540).

Como argumenta Arendt (2007, p. 31), "a alegoria da caverna era assim concebida para descrever, não tanto a filosofia tal como esta se mostra do ponto de vista da política, mas o modo como a política, o domínio dos assuntos humanos, se mostra do ponto de vista da filosofia". Seguindo a sua linha de raciocínio, deveríamos perguntar por que razão os habitantes da caverna não falam, nem agem, isto é, são desprovidos de atributos políticos? Qual a razão por que não dialogam, restando-lhes a passividade perante as sombras? O que permite explicar que uma parte da humanidade saia da caverna, veja a luz, adquira formação e governe a cidade, enquanto outra parte da humanidade esteja condenada à impossibilidade de diálogo, discurso, aprisionada à ilusão das sombras, e, portanto, a disposição a ser governado? Com efeito, o número de argumentos sobre as qualidades ideais dos governantes, as virtudes do filósofo e do guerreiro, está em proporção diametralmente oposta ao número de razões que explicariam a natureza da passividade política dos governados.[5] Este silêncio torna-se, aliás, condição da objeção platónica à democracia, que Arendt considera imprescindível para compreender a tradição do pensamento político e a sua ideologia subjacente: a identificação da política não como um fim em si mesmo, mas como um meio para atingir algo que lhe é externo.

A segunda implicação da interpretação da política como história natural é que, ao fazer da política uma expressão da sociedade, introduz um debate fundamental sobre a diferenciação entre o social e o político. Esse debate, como se verá, está no centro do pensamento moderno sobre a política, a representação e a democracia. Mas não podemos chegar aí sem compreendermos uma segunda interpretação da ideia de política dissonante desta, mas influente até aos dias de hoje.

[5] Com efeito, à figura do artesão, artífice que pode imitar a aparência de algo (e, portanto, que abre a possibilidade de fazer as pessoas acreditarem que *podem ser* ou *fazer* algo diferente da função utilitária que lhes seria atribuída por natureza), é contraposta a virtude do filósofo, que se diferencia daqueles que se dedicam ao trabalho, e por isso não têm tempo de se dedicar mundo das ideias. Na perspetiva platónica, não há *virtude* própria no povo artesão nem na educação da multidão, sendo desta forma que são legitimadas as divisões da ordem social e a própria divisão da ordem do discurso (Rancière 2003).

Essa interpretação assenta na ideia da política como "programa artificial" e a referência paradigmática é Thomas Hobbes (1998) e em especial a sua obra *Leviathan*, publicada em 1651. O seu contexto é o da emergência e expansão dos Estados territoriais, administrativos e coloniais da idade moderna europeia.[6] Essa perspetiva assenta não na continuidade entre natureza e política, mas antes na rutura desse vínculo, tal como era concebido na tradição aristotélica. Agora, entre a natureza e a política encontra-se o artifício[7], o que não é de estranhar, dado Hobbes escrever no período de alvor da revolução científica. A interpretação, aliás, vai ser bastante influente nas modernas teorias políticas do contrato (Butler 2020, p. 30), por exemplo em Rousseau, Montesquieu, Locke, que, na sequência de Hobbes, vão olhar o contrato como um mecanismo de transição entre o que seria o "estado de natureza"[8] e o que é a "sociedade política", ou seja, o Estado.

Também esta conceção da política se baseia numa conceção antropológica específica, que reflete o contexto da revolução científica. A política deixa de ser interpretada como uma evolução lógica da natureza e passa a ser considerada a partir de uma ideia de racionalidade. E em Hobbes a razão é um cálculo, isto é, a capacidade do ser humano em seguir coerentemente as consequências de premissas que estabelece previamente. Assim, a persistência do ser humano no estado de natureza significaria, nas suas palavras, a existência de uma "guerra de todos contra todos", um conflito ora *real* ora *latente*, em que todos são inimigos de todos, induzindo a uma vida de solidão, pobre, desagradável, brutal e curta (Hobbes 1998, p. 84). Contrariamente a Aristóteles, em Hobbes chega-se à política tanto por rutura como por descontinuidade com o estado da natureza, sendo que persistir nele seria permanecer em relações não-políticas, apolíticas ou pré-políticas. O que define, então, a passagem do *estado de natureza*, sinónimo de guerra, ao *estado político*, que garante a segurança? O dispositivo que permite essa transição é o Estado. Uma sociedade sem Estado é o drama da guerra civil.

A racionalidade da política associada ao Estado assenta na rutura com a natureza do conflito. O Estado, portanto, garantiria uma resposta à escassez e ao medo. Nenhuma expressão melhor do que a de Carl Schmidt dá conta desta relação: "O protego ergo obligo é o cogito ergo sum do Estado" (Schmitt 2007, p. 52). A obediência reside na proteção.

Se em Aristóteles, como se disse, a política é uma *ordem que nasce da ordem*, em Hobbes é uma *ordem que nasce da desordem*. É neste sentido se poderá falar da "autonomia da política", agora associada ao Estado. A política não é aquilo que depende de "outra coisa" – como a natureza – mas antes o que permite "outra coisa" – a segurança da população. Assim, é claramente definida,

[6] É importante voltar a salientar que estudar Hobbes é analisar uma doutrina política, o que é bem distinto de conhecer a realidade histórica dos estados territoriais do seu tempo.

[7] Aliás, a incursão da política como correção artificial já estava, precisamente, em Maquiavel (2007), que segundo Bobbio (1989) foi quem terá consagrado o própria termo Estado.

[8] Ainda que, deva dizer-se, o estado de natureza seja apenas uma versão alegórica de uma realidade social e política que não pode ser verificada.

pela primeira vez, a demarcação entre o que é político e aquilo que não é. Por outras palavras, determina-se a distinção entre o social e o político, ou, se quisermos, o arcaico e o moderno.[9]

## A autonomia da política e a centralidade do Estado

Nesta viragem doutrinária, afim ao desenvolvimento dos grandes Estados territoriais, dá-se a identificação do político com o estatal, antes mesmo do debate sobre a representação política que o liberalismo introduz. Apesar dos contributos da antropologia, clássicos e contemporâneos, que permitem pensar a política à margem da esfera exclusiva do Estado, esta identificação ideológica marcou profundamente a moderna teoria política, pelo menos no contexto ocidental, e constitui-se como uma dimensão central do discurso sobre o Estado. As relações que se definem como especificamente "políticas" começam a ser pensadas, não apenas em termos horizontais – isto é, relações comuns na sociedade –, mas antes em termos verticais – isto é, relações estabelecidas com o Estado. Formula-se, desta forma, uma imagem necessariamente hierárquica do poder e da política, sendo que a gestão dessa assimetria, como veremos no próximo ponto, pautará o debate sobre o conceito de representação política.[10]

Evidentemente que o Estado é um objeto plural. Desde logo porque não há qualquer consenso sobre a sua origem. Há quem considere que só se pode falar da consagração do termo Estado a partir da Idade Moderna, depois de Maquiavel, embora existam outras interpretações que argumentam que este já está presente na antiguidade clássica (Bobbio 1989). James C. Scott (2019), por exemplo, num trabalho recente desenvolvido a partir do conhecimento arqueológico contemporâneo, argumenta que a existência dos primeiros estados pré-históricos se deveu às culturas cerealíferas que se podiam converter em moeda. Assim, só às culturas capazes de concentrarem e armazenarem as colheitas corresponderia essa forma de concentração de poder, enquanto modo de governação e controlo das populações. Especialmente na região da Mesopotâmia, as sociedades agrícolas da antiguidade transformavam-se em sociedades com Estados, tendo sido a moeda a tornar-se um dos instrumentos do estabelecimento de classes: entre

[9] Com este exercício não estou a procurar equivaler a ideia de "natureza" de Aristóteles à de Hobbes. Tenho a consciência de que essa expressão não é uniformizável nos dois autores, e que mesmo em Hobbes a própria ideia de "estado de natureza" tem pelo menos cinco versões. Judith Butler (2020) a este respeito chama a atenção para o facto de que as diferentes abordagens à ideia de estado de natureza em autores como Hobbes, Rousseau ou Locke se reflete nas consequências que estes tiram quanto às ideias de soberania, indivíduo ou poder de Estado. O meu gesto não é o de uniformizar estes conceitos, mas antes compreender de que forma fundamentam a própria ideia de política subjacente às abordagens destes autores.

[10] A este respeito deve assinalar-se que a identificação do político com o estatal implicou, segundo Max Weber (2019), o desenvolvimento de um novo tipo de poder racional que está na base do desenvolvimento da burocracia nas sociedades europeias modernas.

produtores e comerciantes; agricultores e coletores de impostos; produtores de riqueza e pessoas que dela se apropriavam.[11]

Paralelamente, o Estado pode ser olhado de diversos ângulos disciplinares (a interpretação filosófica, por exemplo, é distinta da que é desenvolvida pela ciência política, pela economia ou pela antropologia), sendo a sua história descrita de forma distinta consoante a filiação teórica de quem a formula (os estruturais-funcionalistas, por exemplo, acentuam uma visão do Estado como *ordem*, enquanto a tradição marxista tende a concentrar-se mais no conflito) e consoante o ponto de vista (olhar o Estado na perspetiva do governante é muito distinto de o fazer sob o prisma do governado).

A perspetiva geral de que parto tem por base uma dupla recusa analítica. Em primeiro lugar, a rejeição de um entendimento monolítico e a-histórico do Estado, chamando a atenção para o facto de que este não tem sempre a mesma identidade histórica, os seus posicionamentos variam (ora mais protecionistas ora mais liberais; providencialistas ou assistenciais; repressivos ou tolerantes) e a sua ação é múltipla tendo em conta os seus desdobramentos institucionais. Em segundo lugar, a rejeição de uma visão simplista a um nível micro, já que de um ponto de vista antropológico e etnográfico, não é possível analisar o Estado sem olharmos com profundidade para o funcionamento quotidiano das suas instituições e organizações, para a prática dos seus agentes e para a importância das suas relações.[12]

Tal perspetiva não procura resolver o debate sobre a própria natureza do Estado. Tal análise remeteria para uma tripla articulação entre *ideias*, *instituições* e *interesses*, que aqui não poderei desenvolver.[13] Seja como for, uma interpretação porventura mais relacional do Estado (Jessop 2007; Thelen, Vetters, Benda-Beckmann 2018) permite que se tenha particular atenção à vida quotidiana, tal como a podemos observar etnograficamente. Essa visão acentua, então, a relação das instituições com a história, a sociedade e a cultura, que, por sua vez, se encontra no centro das perspetivas antropológicas contemporâneas sobre o Estado. Em suma, da noção de política em Aristóteles à conceção hobbesiana do Estado, tenho descrito o processo que faz do Estado um sinónimo da política, autonomizando-a da sociedade. No entanto, as relações entre sociedade e

[11] Note-se que, segundo o autor, a par destas civilizações, se organizavam outras, mais complexas, nomeadamente no território bárbaro, reflexo oposto ao regime agroecológico do Estado, e que assentava na mobilidade geográfica, em estratégias de subsistência mistas. Assim, os bárbaros não são uma categoria cultural, mas política, designando populações ainda não administradas estatalmente (Scott 2019, p. 48).

[12] Partilho este entendimento com outros colegas que, numa investigação recente (Lopes et al. 2017), destacámos a importância de analisar o Estado enquanto complexo organizacional e lugar de tensões. Esta interpretação tem também por base o esforço de análise etnográfica do Estado que descrevo no Capítulo 2, sendo influenciada quer pelas considerações de Foucault (2011) sobre a diversidade inerente à palavra Estado, ou de Bourdieu (1998) que, apesar de o entender como um *princípio oculto* (2014) não deixou de o considerar na sua pluralidade. Exemplo disso é a sua distinção entre a mão direita e mão esquerda do Estado, que introduz uma possibilidade de interpretação sociológica mais plural (Botelho et al. 2014).

[13] Para um debate mais desenvolvido sobre este aspeto ver, entre outros, por Gold, Lo e Wright (1975), Gramsci (1971, p. 236–265) e mais recentemente Cardina (2010), Carujo (2010) ou Chibber (2020).

Estado, ou entre o social e o político, nunca se estabilizaram. Por alguma razão, aliás, a crise do parlamentarismo é identificada desde pelo menos 1627 (Koselleck 2015, p. 229), ou seja, é praticamente tão antiga como será a própria instituição. Esta noção de crise do Estado, chamando a atenção para uma tensão crescente com a sociedade, é fundamental para compreender a própria evolução das instituições políticas.

## O social e o político (re)questionados

Os séculos XVII, XVIII e XIX foram marcados pela afirmação e expansão do Estado-nação, com ritmos e dinâmicas geograficamente variadas, mas também pela persistência, renovação e emergência de formas de organização social à margem desse mesmo Estado. Falamos de exemplos tão diferentes como seitas, confrarias, associações, e mais tarde, sindicatos.[14] Deste momento de reconfiguração da relação entre o social e o político participam novas filosofias da história, de entre as quais destacamos três. Em primeiro lugar, a filosofia do programa da riqueza das nações (Smith 1994), segundo a qual o homem é, por natureza, um animal individual, movido por interesses próprios, sendo o mercado - e não no Estado - o operador estratégico que garante a felicidade dos indivíduos e, por consequência, das nações.

A segunda filosofia é a grande síntese hegeliana para quem a não identificação natural dos interesses na sociedade civil (isto é, o facto de a irredutibilidade do conflito moderno só poder ocorrer entre indivíduos e não em termos coletivos e públicos), exigia uma "grande política" ou um "estado" (que de resto no pensamento do autor pode remeter para a constituição, para o direito, para cultura ou para a civilização) que se constitua como regra tácita, valores partilhados ou latentes, que permite a integração do indivíduo no coletivo.

A terceira é a filosofia e análise marxista (Marx 2008; Marx, Engels 1997) que argumenta que o espaço da política é uma configuração de superfície sob a qual se encontram as estruturas

[14] Sem poder devolver este aspeto, deve assinalar-se, seguindo (Veca 1996), que a configuração vertical do político em relação social (ou seja, a identificação da política com o Estado) criou igualmente as condições para a emergência da "sociedade" enquanto protagonista. O mercado e o capitalismo industrial emergente seriam agora advento da riqueza das nações, dando origem a um conjunto de teorias do desenvolvimento por estágios (por exemplo, David Hume, William Robertson, Adam Smith ou Adam Ferguson). Estas novas teorias têm importância para o repensar a política, porque se antes era o Estado que garantia a permanência das sociedades com base na segurança, agora seria a sociedade (aqui identificada com o mercado) que, ao querer libertar-se do Estado, garantiria a riqueza e a felicidade das nações, logo, a sua permanência e estabilidade. Se a sociedade só progride graças à economia, então a política não é autónoma. Da mesma forma, quando se identifica, historicamente, uma contradição entre a autonomia do político, por um lado, e necessidade da ética, por outro, ou seja, quando o soberano ou o legislador deve ser submetido a crítica, então o Estado não tem o monopólio político, logo não tem autonomia. A sociedade tem voz - essa será a simbologia política primordial das manufaturas inglesas e da guilhotina na Revolução Francesa.

socioeconómicas. Nos seus termos – ou pelo menos nos termos do marxismo de pendor mais economicista – o Estado faz parte de uma superestrutura que depende da infraestrutura que o precede. A política seria, portanto, uma das formas em que a sociedade se exprime e o Estado uma das dimensões em que o conflito de classes se expressa.

De formas diversas e até contraditórias, estas perspetivas ainda assim representam um certo dilatar do espaço da política, porque integram a sociedade – declinada enquanto conjunto de indivíduos ou sociedade de classes – na consideração do Estado. São manifestações filosóficas afins ao surgimento das organizações de interesse, de partidos e dos sindicatos, surgimento que seria renovado no contexto das lutas pelo sufrágio universal. Em síntese, entre os séculos XVI e XIX, entram em cena, navegando a órbita do Estado, neste se integrando ou a ele se opondo, novos sujeitos da política que não se reduzem ao soberano.

Mas não é apenas ao nível das ideias políticas que encontramos a emergência de novos sujeitos políticos. Esta dá-se também nas ruas e nos movimentos sociais. A comuna de Paris de 1871 foi um exemplo paradigmático de socialização radical da política, constituindo a primeira experiência de poder autónomo do proletariado, que só foi derrotada com os exércitos de dois países e um cerco à cidade que conseguiu liquidar uma das experiências políticas mais inovadoras da modernidade. A afirmação do movimento operário e da social-democracia alemã será um outro caso importante, porque força a entrada em cena dos excluídos e, nesse sentido, politiza o social. A experiência da socialização política dos sovietes é um outro exemplo que baralha as fronteiras entre o social e o político, tal como as revoluções anti-imperialistas e descolonizadoras, da revolução chinesa de 1949 às independências da Argélia ou da Guiné-Bissau. Em Portugal, como veremos, houve também uma dimensão de política popular no século XIX, e em especial no contexto da Revolução de 1974/75, que se constitui igualmente como momento de emergência de novas subjetividades políticas, em relação com as quais se compreende a própria institucionalização da política em democracia, das eleições para a Assembleia Constituinte à vida parlamentar que hoje conhecemos. Em todos os momentos, a política já não é interpretada como uma mera expressão da "natureza", ou, alternativamente, como um programa artificial, implementado por um Estado soberano, mas antes como um terreno de conflito em que se joga e disputa a entrada em cena de novos protagonistas e novas reivindicações. Este conflito terá um importante reflexo no debate sobre a representação política no quadro das democracias parlamentares.

**Democracia e Representação: pleonasmo ou oximoro?**

O problema da relação entre a sociedade e a política foi mediado pela introdução progressiva de um novo mecanismo político: a representação política. Das primeiras formas de representação na Idade Média até aos órgãos institucionalizados do século XVII, os parlamentos tiveram muitas funções, embora tenham sempre assumido a missão de mediar a relação entre a sociedade (ou uma parte dela) e a governação (Marongiu 1968), estando a sua origem associada ao crescimento dos Estados territoriais e aos interesses específicos da sua organização, nomeadamente a cobrança de impostos.

Apesar da expressão "democracia representativa" parecer hoje um pleonasmo, como se a segunda palavra constituísse um apêndice ou instrumento de concretização da primeira, originalmente a representação era uma forma de direito oligárquico, que estabelecia a representação de minorias cujos títulos lhes conferiam direitos de expressão política. A associação da democracia na forma de governo representativo eleito é muito recente (Rancière 2014), sendo em primeiro lugar, herdeira do próprio liberalismo. Se durante séculos a soberania era fundamentada em Deus e residia numa pessoa, a partir das revoluções Americana (1776) e Francesa (1789), o liberalismo redefine a legitimação da soberania na nação e só mais tarde, na era do sufrágio e da democracia, esta passa a residir no povo. Enquanto regime político, o liberalismo caracterizava-se pela exaltação da *razão*, pelo entendimento antropológico do ser humano na sua *individualidade*, pela emergência do *temporal* como condição de existência, pela subjetividade romântica, e o seu apelo a uma filiação numa comunidade história ou contratualmente formada – a Nação (Castro 2000). Assim, os parlamentos estão diretamente associados ao postulado da ideia de liberdade, de governo limitado, de direitos fundamentais e protegidos por Constituições e na separação de poderes. A igualdade encontrou expressão política na democracia eleitoral. Apesar disto, no século XIX os parlamentos ainda se constituíam como "clubes de cavalheiros" (Leston-Bandeira 2016, p. 501–502), baseados em reuniões pequenas e de carácter elitista, bastante próximos do poder executivo. O direito de voto é ainda limitado e o trabalho concentrava-se menos na produção legislativa e no contacto com a sociedade, do que nos grandes debates.

Para além disso, os parlamentos contemporâneos, num segundo momento, são ainda herdeiros do desenvolvimento dos partidos de massas, da expansão do sufrágio universal e da emergência da luta de classes, consequência da revolução industrial e da proletarização das relações de trabalho. Só neste contexto é que de "clube de cavalheiros" se transita para a ideia de um Parlamento representativo (Leston-Bandeira 2016, p. 152).

Assim, o mecanismo representativo introduziu um novo conjunto de questões, cuja resposta irá diferenciar correntes teórico-políticas até à contemporaneidade. Como sustenta Diogo Pires

Aurélio (2009a), estas questões estão para lá dos tópicos de comparação de sistemas eleitorais ou do comportamento dos eleitores, e salientam o facto de que a representação é "um conceito inscrito no próprio cerne da política enquanto tal, ou seja, da questão por excelência da sociedade vista como um conjunto de indivíduos que se atribui a si mesmo, de forma estável, uma identidade e uma vontade comuns, as quais precisam de ser representadas para que o conjunto deixe de ser uma simples abstração e possa, de facto, decidir e agir enquanto todo." (Aurélio 2009a, p. 12–13). Perguntemos então: Para que em política haja representação é necessário que exista um mimetismo entre o representante e aquilo e aqueles que ele representa? Deve o representante do povo ser "como o povo"? É a representação uma projeção mais ou menos linear do representado? O que significa representar em política?

Muitas destas questões parecem hoje ociosas, dado o hegemónico consenso estabelecido em torno das virtudes da democracia representativa e liberal, como se a representação constituísse um qualificativo da democracia e não fosse um conceito inscrito no próprio cerne da política (Vieira, Runciman 2008; Aurélio 2009b). A tal consenso corresponderia a uma espécie de culminar da história política, cabendo às ciências sociais a descrição e comparação dos seus mecanismos formais, da maior ou menor previsibilidade dos comportamentos eleitorais, e do seu pior ou melhor funcionamento. Como se, como argumentam José Neves e Bruno Peixe Dias (2011), a discussão sobre a política pudesse dispensar a análise dos seus mais variados protagonistas e sujeitos coletivos, e ao pensamento político restasse a incorporação de uma conceção simultaneamente democrática, popular e nacional da soberania, baseada na igualdade jurídica, na desigualdade das inteligências e no culto e naturalização da figura das elites.

No entanto, ao procurar analisar a construção da ideia de política na vida parlamentar, torna-se necessário resgatar os fundamentos e a pluralidade de posições sobre a própria noção de representação política. Posições que podem contribuir para compreender as divergências que hoje se manifestam sobre o trabalho parlamentar.

Uma das principais questões consistia em determinar se a representação, em política, era uma condição indispensável da democracia, ou se, pelo contrário, se tratava de um dispositivo que a mitigava ou anulava. Trata-se aqui de um problema histórico que é também uma questão de atualidade. Quando, por exemplo, 100 mil pessoas se concentraram um pouco por todo o Estado espanhol em resposta ao apelo "Democracia Real Ya", ecoando em coro a frase ""¡ Que no! ¡ Que no! ¡ Que no nos representan!",[15] estavam também a retomar uma discussão antiga sobre se

[15] O cântico da manifestação dos Indignados nas Puertas de Sol (Madrid) a 20 de maio de 2011 pode ser consultado em: https://www.youtube.com/watch?v=DPdhdhCgSFk.

o atual modelo de representação política é contraditório com a própria ideia de democracia real[16], ou citando Arendt (2007), com a própria ideia de política no seu sentido mais genuíno.

A relação entre a representação e a democracia suscitou historicamente posições muito distintas. Rousseau (1999), por exemplo, opunha-se à noção de representação em democracia por considerar que o povo jamais poderia ser representado sem anular a sua condição soberana. O autor d' *Do Contrato Social* sustentou mesmo que "a soberania não pode ser representada, pela mesma razão que não pode ser transferida; consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade não pode ser representada; ou é a própria ou é outra coisa; não há outra possibilidade" (Rousseau 1999, p. 127).

No mesmo tipo de crítica incorre Hannah Arendt, para quem a representação significava uma usurpação, uma extração do poder do cidadão. Para a autora: "É verdade que o governo representativo se tornou um governo oligárquico, embora não no sentido clássico do governo de poucos no interesse de poucos; o que hoje chamamos democracia é uma forma de governo onde os poucos governam, pelo menos supostamente, no interesse dos muitos. Este governo é democrático no sentido em que o bem-estar popular e a felicidade privada são os seus principais objetivos; mas pode ser chamado de oligárquico no sentido em que a felicidade e as liberdades públicas se tornaram novamente privilégio dos poucos" (Arendt 1990, p. 269).

A sua conclusão, aliás, não pode ser dissociada da sua tese central da política enquanto liberdade (Arendt 2007; Roque 2012), ação e discurso que tem lugar na esfera pública e que "emerge num espaço-entre constituído paradoxalmente como comum entre singularidades que agem em conjunto" (Roque 2012, p. 154). Talvez por isso tanto Arendt, como Rousseau, oponham a ideia de representação à própria experiência da *polis* grega.

Num sentido distinto, focado na articulação entre instituições e interesses, surgem igualmente as perspetivas de Lukács (2009) e parte considerável da tradição marxista, inclusive contemporânea (Chibber 2020; Miliband 2009; Poulantzas 1971; 1978; Louçã, Lopes, Costa 2014), que questiona a própria abstração da neutralidade do Estado, a partir da análise das redes interpessoais, institucionais e estruturais que determinam o seu viés de classe[17]. O seu contributo foca-se não apenas na combinação entre ideia e instituições, mas também na problematização de

[16] No caso português, uma das novidades do protesto da Geração à Rasca, a 12 de março de 2011, foi o apelo a que os participantes levassem uma folha com os seus problemas e soluções. Esses milhares de documentos foram entregues no Parlamento e analisados por José Soeiro (2015, p. 306–318) tendo constatado que logo a seguir às questões de trabalho e emprego, as matérias referentes ao Estado e ao sistema político, ainda que muito diversas, constituiam a segunda principal preocupação dos manifestantes.

[17] Apesar disto é importante assinalar que Lenine (2011) ao apresentar uma crítica ao parlamentarismo liberal, igualmente lembrava não ser possível conceber uma democracia proletária sem organismos representativos. Quanto a Marx, assinale-se, a título de exemplo, que em *A Ideologia Alemã* (2013, p. 28) já advertia que, apesar de as lutas no seio do Estado serem formas ilusórias das reais que dividem as classes sociais, as classes populares têm primeiro de conquistar o poder político existente, pois só assim poderiam representar o seu interesse como interesse geral.

quais os interesses de classe mais ou menos favorecidos em determinados quadros político-institucionais que reproduzem as elites dominantes.

Em contrapartida, vários argumentos se somaram para defender que a representação seria, não só o contrário da democracia, como até o garante da soberania. Essa é genericamente a posição de Montesquieu (2011), que elogiava a importância de o povo participar na escolha dos governantes, embora se opondo a que este pudesse governar. Assim como a do filósofo e deputado inglês Edward Burke (2009), que salientava que o parlamentarismo era o instrumento de concretização da soberania; nunca poderia ser expressão de vontades individuais, mas antes o lugar de formação da "vontade geral" formada a partir do elevado debate entre representantes.

Importa notar que, tanto para Rosanvallon (2010) como para Rancière (2014), a representação política, mais do que um problema de escala, colocava um problema de competência. Não surge para colmatar o crescimento das populações, mas antes para determinar quem estaria apto para o exercício da política. Por isso, originalmente, a representação era uma forma de direito oligárquico, sendo a eleição a expressão de consentimento. Chamar-se-ão de "elites democráticas" àquelas que se distinguem por competências sociais que as "predestinam" especialmente para o exercício da governação representativa.[18] Estamos aqui diante de um problema que atravessa esta nossa etnografia: o de saber quem são estas elites, como se constrói culturalmente esta competência e de que forma se expressa numa subjetividade política particular.

A representação em política tem assim a missão de transformar o agregado em sujeito, sendo que este último se representa pelo *corpo de representantes* – ou como dissemos, por uma elite democrática. Este corpo não é nem o conselho dos sábios de Platão, nem o cidadão masculino e ocioso de Aristóteles. O que o define não é a sua natureza, mas antes a sua missão: representar politicamente o povo. Mas como representar convenientemente? Deve o representante agir de forma independente, ou expressar o ponto de vista de quem o elege? A estas questões se referia o filósofo e deputado britânico Edward Burke, apresentando uma resposta polémica e que definiu parte da história deste debate.

> A felicidade e a glória de um representante vivem na mais estrita união, na correspondência mais próxima, e na comunicação mais desmerecida com os seus eleitores. [...] Mas ele não deve sacrificar a sua opinião imparcial, o seu julgamento maduro, a sua consciência esclarecida, a qualquer homem, ou a qualquer conjunto de homens vivos. Estes não derivam do seu prazer; nem da lei e da constituição. São uma confiança da Providência, por cujo abuso ele é profundamente responsável. O vosso representante deve-vos, não apenas a sua indústria, mas o seu julgamento; e ele trai-vos, em vez de vos servir, se o sacrificar à vossa opinião. (1854, p. 446–448)

[18] Rossavallon (2010) explica que no caso francês o que distinguia as elites aristocráticas das elites democráticas eram o mérito e a confiança. Ainda que, como veremos, a competência propriamente política seja muito mais fruto de disposições sociais e culturais, que configuram diferentes processos de distinção.

Burke inspirará uma interpretação da representação baseada na independência do representante. Um Parlamento, dizia ele, nunca pode ser um somatório de vontades particulares e os mandatos nunca podem ser imperativos. O Parlamento representa a *vontade geral* e esta só emerge, por um lado, da formulação independente dos juízos dos representantes, e por outro lado, pela sua livre discussão. Ambas devem, no entanto, ter em conta a história, na medida em que, para Burke: "Uma nação não é uma ideia apenas de extensão local e agregação individual momentânea, mas é uma ideia de continuidade [...]. O indivíduo é tolo. A multidão, num dado momento é tola, quando age sem deliberação, mas a espécie é sábia, e, quando dispõe de tempo, age quase sempre, enquanto espécie, corretamente." (Burke 2009, p. 57–58).

Esta interpretação, que continua a influenciar a visão de muitos parlamentares atualmente, contrastava com uma outra, que assentava na necessidade de identificação entre o representante e o representado. A origem histórica dessa oposição foi a que opôs as colónias americanas à coroa inglesa. A famosa expressão "No taxation without representation" tornou-se a base de um novo argumento, segundo o qual a ausência da representação dos colonos no Parlamento britânico fundamentaria a ilegitimidade dos impostos que este fixava sobre as colónias. A esta contestação os ingleses replicavam que toda e qualquer pessoa está representada no Parlamento, mesmo não tendo representantes formais e diretos, porque o Parlamento representa a vontade geral.

Na base desta polémica estavam – e, em certa medida, continuam a estar – duas conceções distintas sobre o papel dos representantes. De um lado, a tradição americana, onde parecia prevalecer a ideia de que os representantes fazem parte de comunidades locais cujos interesses específicos devem representar; do outro, a tradição inglesa, onde a figura do representante se constitui enquanto membro de uma instituição independente e vocacionada para a formulação de uma "vontade geral". Estamos, evidentemente, perante conceções ideais, muito relacionadas com a teoria política. Os estudos etnográficos feitos no Parlamento britânico (Crewe 2015a; 2005) e no Congresso norte-americano (Fenno 1978; Weatherford 1985) mostram que estes modelos não são estanques, identificando-se diversas tensões: entre a representação individual e coletiva; independente e comprometida; entre a representação dos eleitores (sobretudo decorrente dos círculos uninominais) e a representação dos partidos; ou entre as dimensões legislativas, representativas, simbólicas e cerimoniais. Tensões que esta etnografia também irá interpelar.

A emergência da representação política veio colocar uma terceira questão relacionada com o consentimento. Para que a representação funcione como uma mediação entre a sociedade e o Estado, é necessário que o consentimento dos representados se expresse. A relação entre poder, autoridade e consentimento é um dos assuntos mais discutidos na história das ideias e das instituições. Todavia, no quadro da representação política passaram a colocar-se questões específicas. O consentimento deve advir de todos os representados ou apenas de parte deles? Deve ser explicito ou tácito? Esse foi o debate de fundo sobre o sufrágio universal e, de certa forma, algumas dessas preocupações continuam a estar na base nas atuais discussões sobre os sistemas

de quotas e a representação de grupos sociais que, como veremos no Capítulo 5, continuam excluídos da representação institucional.

Também aqui podemos sinalizar duas sensibilidades. Alguns autores defendiam a existência de um consentimento tácito. Por exemplo, para Locke (2007) a detenção de propriedade evidenciava, simultaneamente, um consentimento ao soberano pois era este que a assegurava; para Hobbes (1998) a segurança garantida pelo soberano era razão suficiente de consentimento pela sociedade. Contudo, como referi, a polémica em torno da representação das colónias americanas abria um novo terreno ao acentuar a importância da representação como garantia de consentimento. Nesta perspetiva, o consenso só podia ser explícito.

A luta democrática passou, portanto, por várias estratégias. Primeiro, a luta por qualificar como iguais aqueles que o Estado repelia para a vida privada. Essa foi a história da luta pelo sufrágio universal ou pelo direito de representação de quem era "naturalmente excluído". Depois, a luta contra sistemas de representação em que só estavam representados os dominantes, seja por via de bloqueios político-institucionais, seja pela manipulação dos processos eleitorais. Finalmente, uma terceira estratégia passava por atribuir um carácter público a relações e instituições que antes eram consideradas do foro privado. Por exemplo, a emergência da pobreza salarial como "questão pública" foi uma discussão sobre a desprivatização da relação salarial privada entre senhor e servo (Rancière 2014). Tornada uma questão pública dizia respeito à sociedade e, portanto, deveria basear-se em regras coletivas e comumente partilhadas.

A expansão do sufrágio e dos direitos de representação garantiriam, portanto, uma maior amplitude de consentimento. Contudo, no nosso presente assistimos a uma crise das instituições políticas e representativas (Freire 2015a; Wessels 2011; Putnam, Pharr 2000; Hermet 2008), mas igualmente a formas de participação política não-eleitoral (Rosanvallon 2006; Baumgarten 2015), e novos movimentos sociais têm vindo a promover uma crítica da representação (Hardt, Negri 2012)[19], enquanto um espaço social e económico que restringe as possibilidades políticas; ao mesmo tempo, têm emergido movimentos populistas que aproveitam os instrumentos da espectacularização da política (Mineiro 2018, p. 196), para formularem uma crítica abstrata da representação e das elites, apresentando-se como intérpretes únicos do espírito da nação, do povo ou da pátria maltratada, e favorecendo uma nova e complexa vaga de autoritarismo, conservadorismo e liberalização (Honório 2018). O problema do consentimento torna-se, portanto, uma dimensão fundamental de problematização etnográfica, nomeadamente quanto à forma como os representantes se relacionam, presencial, virtual ou simbolicamente com os cidadãos que representam.

[19] A este respeito, sobre a articulação entre fórmulas organizativas, objetivos estratégicos e as possibilidades políticas da representação coletiva ver Soeiro (2019).

Uma quarta questão diz respeito ao destinatário da representação. Para que haja representação não basta haver quem represente e quem seja representado. É necessário existir "alguém" a quem a representação se dirija. Na origem da representação, esta terceira entidade era evidentemente o rei, figura de soberano, a quem os representantes se dirigiam. Representar não significa rememorar ou figurar, mas "tornar de novo presente, trazer à presença algo que está realmente ausente ou invisível" (Aurélio 2009a, p. 13). Por isso, Carl Schmidt (citado por Aurélio 2009a, p. 15–16) insiste que não há representação sem espaço público, criticando o parlamentarismo, inclusivamente, pela opacidade e falta de transparência pública. Esta questão adquirirá uma preponderância crescente com o advento dos novos media, que alteraram a própria noção da representação, crescentemente articulada com a mediatização e espetacularização do fenómeno político, como veremos no Capítulo 9 e no Capítulo 11. Esse processo terá igualmente implicações na forma como se pensa a ação política e o trabalho dos representantes.

Termino com um último problema introduzido no debate sobre a representação: o surgimento dos partidos políticos. Passando-se a votar em partidos e não apenas em representantes, o sentido da independência e da obediência do eleito também se modificou. Aqui emerge o partido enquanto quadro específico de hierarquias, mas também de representação da pluralidade. Ora, se o povo é constitucionalmente soberano e se o Estado passa agora a ser expressão dos partidos representados em assembleias parlamentares, então o sistema de partidos supera a tradicional oposição sociedade/Estado, por via da representação plural e da estabilidade institucional, que se traduzirá, por um lado, na importância do consenso, e por outro, nas práticas de negociação e compromisso. Os partidos irão introduzir novas formas de pensar a política: não só a ampliarão socialmente, capacitando a sociedade por via das organizações intermédias, mas consigo também trouxeram problemas específicos de desafeição social – se o Estado são os partidos e a sua representação, a crítica da política implica uma crítica dos partidos e, neste sentido, incide diretamente sobre os fundamentos da representação.

Os parágrafos anteriores resumem de forma simples uma história vasta, que apenas posso sintetizar tendo em conta os propósitos desta investigação. O que se torna mais importante reter é que, na viragem da modernidade, a política já não é apenas associada ao Estado enquanto soberano: passa a ser, também, a representação por via da participação em partidos políticos, que se expressando politicamente no Parlamento, representariam a pluralidade da sociedade. Em princípio, portanto, quer o sufrágio eleitoral, quer o sistema de partidos, responderiam ao nosso problema da definição da política. Por esta entender-se-ia, agora, a participação no Estado, por via dos partidos que representariam a sociedade em assembleias parlamentares.

## Repensando o político: o olhar antropológico e etnográfico

O aparente consenso em torno da política como representação da sociedade por via partidária tem sido desafiado por correntes de pensamento moderno que questionam os próprios fundamentos da associação do político com o estatal. Na sua trajetória múltipla, a antropologia política tem dialogado de perto com algumas dessas correntes, ao mesmo tempo que procura dar visibilidade etnográfica à realidade política de sociedades sem Estado e expor a vivência política que pode existir para lá dele. Aliada à valorização do próprio conhecimento produzido pelos movimentos sociais (Pozzi, Godinho 2019; Scott 1985; 2013; Graeber 2009; Fox, Starn 1997; Louçã 2019; Raposo 2015a; 2015b), a antropologia política tem mesmo convidado, por vezes, a que se proceda a uma reinterpretação do que seja ou possa ser a política. Ao fazê-lo, permite compreender que a política continua a ser um conceito polissémico e subjetivamente interpretado. Estas conclusões tornam-se pressupostos essenciais para uma pesquisa como esta, que procura entender a formação de uma ideia particular de política numa instituição central do Estado.

Neste capítulo tenho argumentado que todos os conceitos e modelos de entendimento da política implicam uma imagem antropológica tácita. A política seria expressão de um entendimento mais amplo sobre a natureza e a condição humana. Assim, quando a antropologia se desenvolve enquanto ciência social autónoma e, para todos os efeitos, relativamente especializada nas sociedades ocidentais, esta incorpora muitos dos debates e contributos teóricos que tenho tentado mapear. É certo que a vocação antropológica, virada para o estudo do "outro" e da diversidade cultural, especialmente no contexto das sociedades coloniais, fará com que os antropólogos se dediquem ao estudo de sociedades não-ocidentais. Contudo, as suas interpretações não deixaram de incorporar, de forma mais explícita, ora de maneira mais inconfessada, as ideias em debate das suas próprias sociedades.

Com efeito, os manuais de antropologia de política destacam a inscrição dos antropólogos no seio das correntes de pensamento que tenho analisado (Balandier 1972), ainda que a circunstância epistemológica e política da disciplina obrigasse a um reequacionar dos debates aqui analisados. O contributo antropológico formula-se por referência à epistemologia particular da disciplina: a sua especialização a partir do trabalho de campo etnográfico, por um lado, e a vocação para a construção de um objeto centrado na diferença cultural, por outro, obrigaram a um novo questionamento da relação entre política e sociedade. As conclusões das primeiras gerações de antropólogos eram substancialmente distintas das de outras correntes, já que não só o seu método implicava uma imersão no terreno e um contacto intersubjetivo com o "outro", como igualmente davam visibilidade a formas culturalmente distintas, embora igualmente complexas, de organizar o poder político.

Deve dizer-se que tal contributo não pode ser abstraído das próprias circunstâncias políticas em que surge a disciplina: a política colonial determinou parte dos terrenos de observação, os seus propósitos e circunstâncias. E neste sentido confrontou muitos antropólogos com o desafio de explicar, para os governos europeus, sistemas de poder que estes não compreendiam e que, evidentemente, constituíam ou podiam construir um entrave à própria dominação colonial (Lewis 1973; Harrison 1997; Asad 1973; Narotzky 2010).

Voltemos ao fio da nossa discussão. As perspetivas centradas na autonomia da política em relação à sociedade e aquelas que a analisam enquanto mera expressão da natureza ou das estruturas sociais apresentam muitas diferenças, ainda que ambas confluam num pressuposto semelhante: em ambos os casos a política é algo que acontece num espaço social próprio, seja ele a *eclésia*, o Parlamento ou a instituição soberana. De uma forma ou de outra, e tanto mais assim é quanto mais nos aproximamos do presente, a política é associada ao que acontece no Estado e às práticas de governo. As interpretações variaram, mas o consenso implícito que a teoria política estabeleceu consiste na ideia do Estado (ou a *polis* ou a *civitas*) enquanto lugar onde a política reside. O desenvolvimento da antropologia enquanto ciência social questionou a estrutura deste consenso e, desta forma, introduziu uma complexidade acrescida ao próprio conceito de política.

Ao concentrarem-se na análise de sociedades não-ocidentais, os antropólogos que se dedicam à política chegaram a uma conclusão geral, formulada a partir de diversos exemplos etnográficos: a política existe, mesmo onde não existe um Estado centralizado. A dissociação entre o político e o estatal, operada desde os primeiros antropólogos, era extremamente contraintuitiva na altura, tal como é hoje em dia. Obriga, de certa forma, a compreender que o significado da política pode ser mais amplo, conflitual e paradoxal do que é sugerido pelas tradições ocidentais dominantes. Como tal, nesta etnografia em que procuro os processos que ditam a construção particular de uma ideia de política, farei agora um breve enquadramento sobre como a antropologia desvendou, ao longo do tempo, formas diversas de pensar essa ideia.

Os primeiros trabalhos com maior influência na antropologia política remontam ao estudo dos sistemas políticos africanos, nas décadas de 30 e 40 do século XX, e surgem sobretudo associados aos nomes de Evans-Pritchard e M. Fortes (Evans-Pritchard 1956; Fortes, Evans-Pritchard 1987). Não obstante terem inaugurado um momento importante na disciplina, não creio que se possa ignorar os trabalhos antropológicos que os precederam – mais não fosse, porque estes influenciaram, mesmo que criticamente, o que se produziu depois deles.

Um dos trabalhos essenciais ainda do século XIX que permitiu ampliar o pensamento sobre a política foi o Fustel de Coulanges (2001). Destaco-o não só porque se propôs questionar, de um novo ponto de vista, as próprias sociedades em que a política apareceu pela primeira vez teorizada – a Grécia Antiga e Roma –, como pelo facto de ter introduzido a necessidade antropológica de analisar as instituições relacionalmente. Coulanges relacionou dois domínios que muitas vezes se

analisavam (e analisam) separadamente: o domínio das ideias, por um lado; e o das instituições, por outro. Vejamos, pois, o que argumentava:

> Uma comparação de crenças e leis mostra que uma religião primitiva constituiu a família grega e romana, estabeleceu o casamento e a autoridade paterna, fixou a ordem do relacionamento, e consagrou o direito à propriedade e à herança. Esta mesma religião, depois de ter alargado e ampliado a família, formou uma associação ainda maior, a cidade, e reinou nela tal como reinou na família. Dela emanaram todas as instituições, assim como todo o direito privado, dos antigos. Foi a partir daqui que a cidade recebeu todos os seus princípios, as suas regras, os seus usos e as suas magistraturas. Mas, com o passar do tempo, esta antiga religião foi sendo modificada ou apagada, e o direito privado e as instituições políticas foram modificados com ela [...] (Coulanges 2001, p. 6)

Aqui a política é pensada a partir do encadeamento entre instituições e crenças. Em certo sentido, aliás, a sua interpretação está nos antípodas de uma forma de entendimento dos factos sociais de inspiração durkheimiana (2004), que se revelaria extremamente influente, assentando numa diferenciação entre "os factos como coisas", exteriores à consciência e passíveis de análise e descrição científica, e o mundo das ideias e das pré-noções, que seria mera ideologia e aparência de realidade. Coulanges "rompe" com essa metodologia analítica antes mesmo desta se formular. Só desta forma pode concluir que a religião foi um cimento crucial das relações sociais e políticas greco-romanas. Esta perspetiva abriu múltiplas possibilidades de cruzamento entre política, parentesco, religião e economia. E, neste sentido, ampliou as possibilidades de estudo do político, a partir da relação entre as ideias e as instituições.

As investigações que marcam a primeira fase da antropologia política continuarão a ampliar as leituras possíveis sobre a relação entre o social e o político. Dois desses autores, ainda do século XIX, foram H. S. Maine (1986) e L. Morgan (1985) que defenderiam que a ideia de um "estado natural", tal como apresentada pelos teóricos do contrato, era inverificável. Mas ambos, filhos do evolucionismo do seu tempo, pensam a história enquanto uma série de estágios de passagens sucessivas e universais, do "selvagem" ao "político". A sua leitura geral da evolução das sociedades era evidentemente marcada pelos contextos coloniais da época. Seja como for, quer a distinção de Maine entre sociedades fundadas no parentesco e as fundadas no território, quer a diferenciação de Morgan entre *societas*, alicerçadas na reciprocidade, e as *civitas*, assentes no princípio da subordinação hierárquica a uma autoridade, vão ser bastante relevantes para o caminho posterior da disciplina.[20]

[20] Morgan terá sido o primeiro antropólogo político a realizar trabalho de campo. Imbuído pelas conceções evolucionistas da época, teoriza os diversos passos que os humanos atravessam desde o "estado de natureza" ao "estado da civilização", delimitando o espaço oposicional entre estado parental e estado político, numa lógica de precedência do primeiro sobre o segundo. Em *Ancient Society* descreve o sistema de alianças em que a fratria era uma unidade político-estatal comum à Grécia, Roma, aos Aztecas e aos

Vale a pena destacar um último contributo deste período para o alargamento do conceito de política que aqui detalho. Émile Masqueray (2012), procura explicar como no Norte de África se constituem cidades políticas que não correspondem, necessariamente, à existência de cidades físicas, num sentido urbanístico do termo. A existência política das cidades era garantida por um sentido de coletividade de povos dispersos, regidos por formas de governo e de justiça absolutamente instituídos: a assembleia [*djemma*], a honra [*horma*], a assistência [*anaîa*] e a casa comum [*mechemel*]. Nesta lógica, Masqueray vai defender que nos povos sedentários africanos a família nasce da guerra e do sentimento de perigo constante. É formada tanto por pessoas descendentes de solos ancestrais, como por indivíduos provenientes de diversos lugares, mas submetidos a riscos análogos. Tudo se coloca em comum: a riqueza, a pobreza, a dor ou a alegria. A liberdade individual é desconhecida porque o indivíduo leva um nome comum, interesses comuns, uma vida comum. A solidariedade do grupo forma-se perante ataques exteriores. A propriedade coletiva, familiar e agrária, da qual não se usufrui individualmente, reforça a noção de coletividade de Masqueray.[21]

Nas pesquisas destes autores, ainda que marcadas pelo enquadramento colonial, já se antecipam importantes contributos para repensar o conceito de política, nomeadamente procurando uma análise relacional de instituições, crenças e estruturas de organização social baseadas no território e no parentesco. No entanto, será necessário avançar algumas décadas, para encontrar um segundo momento epistemológico relevante da antropologia política com a publicação de *The Origin of The State*, de Robert H. Lowie (1962 [1927]), por um lado, e da coletânea *Africa Political System* por Evans-Pritchard e Mayer Fortes (1987 [1940]).

Lowie distancia-se simultaneamente do evolucionismo e do marxismo, rejeitando a passagem de sociedades sem Estado para sociedades com Estado. Propõe a ideia de que em todas as sociedades, simples ou complexas, o poder político estava presente ou em formação, definido a partir do reconhecimento que os habitantes atribuem a uma determinada autoridade,

Iroqueses. Entre as funções da fratria estava a realização de cerimónias, a condenação pelos tribunais, a purificação da crise, os censos e os registos demográficos. Nos iroqueses as funções propriamente políticas começam a ser separadas do estado parental, ficando reservadas para a tribo e para a confederação, nas quais o sentido de alianças parentais se obscurece por trás da noção de território. Curiosamente é no trabalho de Morgan que Engels (1986) e Rosa Luxemburgo (2015) vão desenvolver a sua análise da universalidade do comunismo primitivo e agrário como formas de organização social, económica e política anteriores ao próprio capitalismo moderno e aos Estados-nação territoriais (Löwy 2010), usando os exemplos dessas sociedades pretéritas para demonstrar a diversidades de formas económicas e políticas que não poderiam reduzir a história humana a uma sequência evolutiva de modos de produção (Louçã 2019).

[21] Por razões de economia de espaço teremos agora de dar um salto temporal considerável. No entanto, vale a pena aqui assinalar que entre os autores que descrevemos e os que se seguem, se destacam nomes como John Powell, James Dorsey e especialmente William MacLeod (1931) que questionavam, por exemplo, se a origem do Estado se deve a conquistas exteriores ou a uma evolução no interior dos grupos humanos, discutindo igualmente o estabelecimento da gerontocracia como fase de transição entre a anarquia (o estado de natureza) e o aparecimento do Estado.

reconhecendo a legitimidade da sua força. O caminho aberto por Lowie foi ampliado, anos mais tarde por Evans-Pritchard e Fortes (Evans-Pritchard 1956; Fortes, Evans-Pritchard 1987), que introduziram e disseminaram a noção de segmentaridade, isto é, a preeminência de alianças e conflitos entre segmentos de linhagens de parentesco, que seriam a trama sobre a qual assentaria a estrutura do poder político. Os seus trabalhos inspiram, portanto, diferentes formas de analisar a forma como o poder político se podia integrar com relações de parentesco, com práticas rituais, sistemas de idade e outras instituições de manutenção da ordem que não requeriam organismos governamentais centralizados. Uma vez mais, a antropologia irá resgatar o conceito de política do campo específico do Estado, ampliando-o e pensando-o relacionalmente.

Foi neste contexto que surgiram as interpretações do conflito social como eminentemente político. Max Gluckman (1956; 2012), e no geral a escola de Manchester em que se filia, procurará pensar eventos e organizações supostamente "fora da política", mas que podiam, de facto, apresentar-se sob muitas facetas com um profundo significado político. Gluckman vai assim estudar os mecanismos geradores da ordem e da rebelião, dando como exemplo os rituais de rebelião africanas contra os monarcas por decadência física e social, afastando-os do poder. Para o autor, estes rituais de rebelião permitem restabelecer uma ordem social que, apesar de não ser igual à ordem anterior, também não será substancialmente diferente[22]. Neste contexto, as décadas seguintes contribuíram para um pensamento da política com o estudo de hierarquias e do parentesco, do ritual e da identidade (Leach 1973; Dumont 1992).

Outros antropólogos centraram-se no papel dos rituais na estruturação da política. Turner (1996), por exemplo, descreveu como se resolviam ritualmente as crises políticas entre os ndumbu na Zâmbia, enquanto Abner Cohen (1969) destacou o papel político do ritual no desenvolvimento da etnicidade Hausa numa população yorubalandés da Nigéria. Já David Kertzer (1988) tratou também do estudo comparativo de rituais políticos em Itália, EUA, URSS, e entre os Aztecas.

A partir da década de 1980, destacam-se ainda os contributos antropológicos influenciados pelas teorias do sistema mundial e os desenvolvimentos da economia política (Wallerstein 1990), que pensaram novas possibilidades de comparação para a análise das transformações políticas e das classes globais (Wolf 1982; Mintz 1986). Os antropólogos estudaram estratégias usadas pelos indivíduos e sociedades para resistir à penetração de forças externas, como o capitalismo e o Estado centralizado. Além disso, destacam-se neste período estudos antropológicos que, a partir de contextos etnográficos variados, salientam as dissonâncias, os paradoxos e as complexidades entre, por um lado, o domínio abstrato da intervenção política e estatal nos territórios, culturas e populações; e por outro lado, a realidade do tecido cultural e social dos contextos em que essas intervenções se fazem sentir (Frois 2013; 2011; Gupta 2012; Spencer 2007; Ferguson 1990; Li

[22] Um dos trabalhos recentes mais interessantes sobre a relação entre a ritualização de golpes de Estado e o poder político é o da antropóloga Jas Kaur (2017) realizado nas ilhas Fiji.

2007; Scott 1985). Como Catarina Frois sintetiza, na senda destes contributos, a antropologia desenvolve um conhecimento focalizado sobre um tema, que permite uma análise das suas características específicas, a fim de se obter uma visão ampla ou sinóptica dos fenómenos sociais. Esta visão é favorecida por instrumentos metodológicos, interpretativos e teóricos que, apesar de aplicados a um contexto específico (no seu caso a videovigilância ou o sistema prisional em Portugal) permitem compreender fenómenos mais amplos da sociedade contemporânea. Assim, esta abordagem permite olhar para os programas e iniciativas governamentais, analisando as suas fraquezas e lacunas, e descrevendo os seus resultados não esperados (Frois 2013, p. 11–12), destacando um olhar para as relações entre a política, a governação, as estratégias de poder e os contextos culturais onde essas relações atuam.

Finalmente, na nossa procura pelos significados do conceito de política na teoria antropológica, vale a pena assinalar um conjunto de trabalhos que procuram analisar a política a partir de outros lugares e protagonistas. James C. Scott (1985; 2013; 2019), nomeadamente com o conceito de *infrapolítica*, já não centra a política apenas nas instituições e no exercício do poder pelos grupos favorecidos, pensando-a a partir de baixo, isto é, nas artes de resistência através das quais se estruturam as "armas dos fracos". O trabalho de referência de Pierre Clastres (2018), igualmente questionou os pressupostos ideológicos do Estado enquanto evolução política, ao mostrar um sistema de poder de tribos sul-americanas que rejeita o poder hierárquico e a organização centralizada do poder coercivo. David Graeber (2009) procurou, por seu turno, modos de compreensão etnográfica da política no quotidiano da ação direta que resiste ao poder. Do mesmo modo, Paula Godinho (2017) faz da antropologia uma procura incessante das brechas no tempo, que criam as condições para as práticas possíveis entre aquilo que faz com que as sociedades se perpetuem, e ao mesmo o que dá origem a processos de mudança desejados, contingentes ou que resultam de "impossibilidades rejeitadas" e que antecipam "outras hipóteses disponíveis de ordenação da sociedade e das vidas" (2017, p. 340). Este esforço caminha num sentido próximo ao apontado por Boaventura Sousa Santos e José Manuel Mendes (2017), que organizaram e sistematizaram, de um ponto de vista empírico, teórico e sobretudo epistemológico, um amplo conjunto de experiências políticas e práticas democráticas que estão para lá da conceção eurocêntrica da democracia, que apesar de ser dominante, não é a única vigente no mundo. Chamam assim a atenção para a importância de uma conceção "democrática pós-abissal", valorizando uma perspetiva de "demodiversidade" assente numa sociologia das ausências (que denuncia como a dominação capitalista, colonialista e patriarcal retira a muitos grupos sociais a possibilidade de viver em democracia) e numa sociologia das emergências (relevando a resistência de diversos grupos sociais contra as apropriação e a violência e identificando princípios e práticas de governação que apontam para outras experiências democráticas).

Tendo em conta esta diversidade de pesquisas e objetos, o que pode definir, então, uma perspetiva antropológica da política? Tal como no campo da teoria política mais geral, é difícil

chegar a qualquer enunciado teórico consensual. No entanto, as considerações antropológicas sobre a política fora do mundo ocidental serão imprescindíveis para compreender a perspetiva dos antropólogos que, desde a década de 1980, "voltaram a casa" e decidiram estudar e escrever sobre as suas próprias sociedades (Jackson 1987; Mascarenhas-Keyes 1987; Narayan 1997; Jones 1970). Neste sentido, antes de no próximo capítulo descrever os mais recentes trabalhos da antropologia do Estado e das instituições, é relevante sintetizar alguns dos contributos antropológicos sobre a natureza da política.

Naquele que terá sido o primeiro manual de antropologia política, escrito em 1969 por Balandier, o autor procura a natureza da política, uma vez separada do parentesco e da religião, esclarecendo que a esse respeito há duas conceções distintas: uma maximalista e outra minimalista (Balandier 1972, p. 23). Enquanto a primeira é partilhada por autores que defendem uma categoria de política de grande amplitude, a segunda mostra-se reticente em atribuir a noção de Estado/governo a todas as sociedades primitivas. A questão passa por definir quais os limites mínimos para se falar do "político". Neste sentido, como afirma E. Terray (1988) não há política onde a decisão é de um homem só ou remeta para o universo religioso. A política surge como esfera específica no seio do social quando as decisões que ligam o conjunto de membros de uma comunidade são tomadas e produzidas pela discussão e pelo voto. Assim, a política não é universal: só existe onde há debate, isto é, mecanismos coletivos de tomada de decisão.[23]

Num outro manual importante, Swartz, Turner e Tuden (2008) dão enfâse à noção de arena por contraposição à noção de comunidade política. Para estes autores, existiria uma unidade política mínima interna - a comunidade legitimada pelo consenso – e uma outra externa – a competição fundada na coerção (2008, p. 9–10). Só que, como adverte Abélès (1988), a assembleia, sendo um espaço privilegiado, não esgota a arena política. Assim, num primeiro momento a política tem que ver, conceptualmente, com a existência do debate, a *mise-à-scene* na arena política, e depois com a tomada de decisão funcional e consciente. Surge aqui a importância conceptual da "tomada de decisão", enquanto elemento fundamental para compreender o processo político. Em suma, na arena política de competição, colocam-se em ação processos desencadeados na estrutura social, incorporando variáveis sociais, culturais, parentais, psicológicas, económicas, histórias, simbólicas ou estritamente políticas.

Como se percebe, o conceito de política formulado pelos antropólogos introduz um vasto leque de complexidade, não podendo ser desligado de outras esferas, como a religião ou o parentesco, nem ser dissociado do território, dos rituais, da economia política, da globalização, do colonialismo ou dos movimentos sociais. Neste sentido, a relação particular que os

[23] Uma noção semelhante perfilada pelo cientista político David Easton (1959), afirma que a política se subordina à resolução de conflitos. Aí estão em causa três fatores: a segmentaridade, a liderança e a competição. A segmentaridade define o jogo de alianças e contra-alianças. A liderança e a competição são o cerne próprio da arena política. O controlo da competição advém das autoridades.

antropólogos descrevem entre política, cultura e sociedade é central para pensar a política enquanto esfera de relação de poder própria em cada comunidade humana. Quer isto dizer que estudar o que, em cada momento, uma sociedade identifica como *a política* implica compreender as formações culturais particulares em que essa identificação se fundamenta. Esta abordagem tem um importante significado para os propósitos desta pesquisa, na medida em que não se procura partir de uma noção de política enquanto esfera de ação exclusivamente estatal ou institucional. A finalidade deste exercício é oposta: parte do caracter polissémico da ideia de política para compreender como esta adquire sentido, contemporaneamente, numa instituição central do Estado, em processos, discursos e relações particulares.

**De que falamos, então, quando falamos de política?**

A política é uma ideia polissémica, posicional e relacional. Polissémica, porque adquire distintos significados para diferentes pessoas, variando consoante os propósitos com que é invocada. Posicional, já que a sua enunciação varia conforme os tempos históricos, a relação dos indivíduos com os fenómenos que analisam, os quadros de referência teóricos em que se situam e os posicionamentos socias e políticos de quem a convoca. Relacional, já que, como salienta Hannah Arendt (2007) a política é um espaço que se forma *entre* seres humanos, e, portanto, só adquire sentido a partir de processos comuns de relacionamento.

Neste sentido, nada há de "natural", "a-histórico" ou "universal" na forma como, em cada momento, pensamos e representamos o que é a política. No tempo histórico em que vivemos, a política parece estar discursivamente resumida aos processos de deliberação e decisão na esfera do Estado, nomeadamente nos seus quadros institucionais e representativos. Só que esse quadro de análise diz menos sobre a natureza da política, do que sobre quem assim a interpreta e sobre as condições sociais e políticas em que o faz. O pensamento sobre o que é política, quem exerce (ou deve exercer) e onde esta acontece (ou é esperável que aconteça), depende inevitavelmente dos quadros culturais em que nos inserimos, das condições sociais que os determinam e dos contextos histórico-políticos que mediam as perceções simbólicas da realidade. Os significados das ideias são sempre localizados e só nessa medida podem ser etnograficamente apreendidos, compreendidos e problematizados.

É nesse pressuposto, portanto, que se funda o pensamento etnográfico sobre a política. O gesto etnográfico, mais que procurar uma definição formal, universalista e última desse conceito, procura questionar e intrigar-se sobre a forma como as pessoas a interpretam, nos seus contextos de vivência, sociabilidades e interação quotidiana. Em que medida diferente pessoas interpretam algumas relações como políticas, e não outras? E de que forma atribuem significado a essas relações, nos seus contextos políticos, sociais, culturais e históricos de interação? Estas perguntas

constituem o guião etnográfico de uma antropologia que procura os processos de construção cultural das ideias, em vez de as tomar como algo autoevidente, garantido e consensual.

Pensar as relações sociais, culturais e historicamente interpretadas como "políticas" implica assumir que a política é, antes de mais, um tipo de relação social específica, ou, pelo menos, uma forma concreta que as relações sociais podem assumir. Como lembra Latour, a política não pode ser remetida aos "ingredientes que compõem a política como instituição, tal como definido nos corredores dos departamentos de ciência política, ou seja, relações internacionais, direito constitucional, lutas pelo poder, etc." (Latour 2003, p. 45). A política é um tipo de relação e de enunciado que extravasa o campo da sua representação institucional. Mas tal não significa, do meu ponto de vista, que todas as relações sociais sejam políticas ou que a política existe onde existem seres humanos. A política é uma forma potencial que as relações sociais podem assumir, não tendo uma localização definida, um campo determinado ou um protagonista "natural".

Neste sentido, a política não é redutível nem a uma ordem natural que lhe é anterior, nem tão-pouco a um programa artificial que, abstratizado no Estado, garantiria a segurança ou resolveria a escassez. Ambas as interpretações e os seus desdobramentos, ignoram dois aspetos relevantes. O primeiro é que o apelo à "natureza" para a explicação dos fenómenos humanos é sempre uma estratégia instrumental que procura tornar inquestionáveis ou indiscutíveis os seus próprios pressupostos. Depois, porque o Estado, como lembra Foucault (2011), nunca teve a unidade que algumas teorias gerais procuravam que tivesse. O Estado é uma entidade que não está isenta de conflitos, quer no seu interior, quer na relação com o exterior. Muitas vezes, aliás, pode ser garantia da insegurança, contra a qual a infrapolítica se mobiliza. A política, portanto, pode acontecer dentro e fora do Estado, nas sociedades ou nas instituições, onde há e não há poder centralizado.

Qual é, então, o lugar, da política? Na minha perspetiva, a política acontece onde e quando a assembleia se encontra. Como já será evidente, por assembleia não me refiro a nenhuma instituição concreta e historicamente definida, mas antes a um espaço social específico e próprio que se constitui quando os seres humanos se encontram e relacionam, a partir da consciência e/ou do reconhecimento de que há assuntos que lhes são comuns e projetos que os unem ou dividem. A política é o espaço relacional onde os seres humanos "aparecem" diante dos outros e, neste sentido, aos outros se vinculam, a partir de aspetos que os unem e dividem. Ora se a política emerge da assembleia, ela baseia-se sempre na pluralidade humana. Nas palavras de Arendt (2007, p. 83): "A política ocupa-se da coexistência e da associação entre homens *diferentes*. Os homens organizam-se politicamente de acordo com certos aspetos comuns essenciais que descobrem num absoluto caos de diferenças".

Ora se a política emerge da assembleia e se esta tem por base a pluralidade, então para que uma relação social se constitua como política, esta tem de ter contraste, o conflito e o dissenso no seu âmago. São estes que, ora mais explícitos, ora mais tácitos, espetacularizáveis ou ocultos,

conectam a diversidade humana. Em resumo, a pluralidade gera o conflito; o conflito gera a assembleia; a assembleia gera o comum; o comum gera a política. A política torna-se a propriedade das relações sociais que permitem viver em comum não apesar dos conflitos, mas por causa deles.

Recolocar o problema da política no seio das relações humanas não implica retirar as mesmas conclusões políticas de Rancière (1999) ou de Arendt (2007), para quem a política é um acontecimento raro na história humana. Os seus pressupostos entram aliás em contradição em si mesmos: por um lado, resgatam a política do espaço em que o institucionalismo a procurou encerrar; mas por outro, circunscrevem-na de tal forma que, em última análise, apenas a descobrem em excecionais momentos da história humana. Do meu ponto de vista, a política está presente tanto nos momentos de dissidência que desestruturam a ordem social, como nos momentos onde a força do consenso a impõe, aparentando-se como natural ou inevitável. Quer o consenso, quer o dissenso, são uma cristalização dos conflitos que sucedem socialmente, mas que igualmente os influenciam. Nesse sentido, ao contrário do que parece sugerir Rancière, não me parece que o governo político se possa distinguir, por exemplo, do governo oligárquico. Se assim fosse, não haveria como distinguir a política da democracia. A oligarquia, mesmo em contextos de democracia formal, é um governo tão político como qualquer outro.

Se seguíssemos o institucionalismo, apenas veríamos o Parlamento o "lugar natural" da política, a arena ideal onde esta ocorre, espaço social que lhe é dedicado e constituído pelos "políticos". No entanto, se inversamente partilhássemos de uma perspetiva anti-institucionalista, o Parlamento dificilmente poderia ser concebido como um lugar de política, vocacionado que parece estar para a reprodução da ordem social e a estabilidade do sistema institucional que a sustenta. Política, ali, só sucederia em momentos de convulsão. Há, no entanto, um outro caminho possível e teoricamente mais fértil. O Parlamento é heuristicamente útil para pensar a política não por ser um lugar onde esta naturalmente ocorre, mas por se constituir como um lugar que cristaliza, a partir de uma tensão entre o conflito e o consenso, uma forma particular de construir um significado sobre o que é a política, quem deve fazer e em nome de que princípios. O Parlamento deve, portanto, ser estudado etnograficamente, com atenção aos discursos, às práticas e às interações quotidianas, na medida em que, ao expressar e materializar as relações de força sociais, para estas igualmente contribui ao formular uma narrativa sobre o que é a política no nosso presente, e sobre quem está vocacionado, habilitado e qualificado para o seu exercício. Entrar no Parlamento e compreender essa narrativa será inquirir as condições do nosso presente e, desta forma, as possibilidades políticas do nosso futuro.

***

Ao longo deste capítulo procurei demonstrar como o conceito de política foi sendo analisado distintamente consoante os tempos históricos, os contextos socioculturais e as tradições intelectuais ou disciplinares. Adicionalmente, na medida do possível, e ainda que necessariamente incompleto, tracei um mapa de algumas tentativas de dar significado e consistência teórica a esse conceito. Este gesto leva-me, necessariamente, a compreender que a política não tem nem um lugar natural onde ocorre, nem um protagonista inerente ao seu exercício. Assim, concluí com uma clarificação sobre qual o conceito de política de que parto, procurando explicitar como este será operacionalizado nesta investigação. A pesquisa etnográfica que aqui desenvolvo tem como universo empírico uma instituição central do Estado, onde se produz e reproduz uma ideia particular do que significa "fazer política". Como estudar etnograficamente esta instituição, assumindo esta compreensão mais ampla de que a política não tem nem uma localização circunscrita, nem um protagonista natural? Para encontrar uma resposta consistente a esta questão, torna-se necessário refletir sobre um conjunto de contributos que têm recentrado a antropologia política nas instituições e centros de poder ocidentais. Trata-se do desenvolvimento do campo das antropologias do Estado e das instituições, muitas vezes com uma forte vocação interdisciplinar, e cujo centro de análise são as relações entre política, sociedade e cultura. Esta tradição, ao desenvolver uma visão realista e não normativa das instituições, recoloca o papel seres humanos nas instituições, que por eles são construídas a partir de discursos, representações, práticas e relações concretas, que a etnografia deve tentar alcançar.

## CAPÍTULO 2

## DA ANTROPOLOGIA DO ESTADO ÀS ETNOGRAFIAS PARLAMENTARES: GENEALOGIAS TEÓRICAS E CONTEXTOS EMPÍRICOS

> "As lutas culturais determinam o que o Estado significa para o seu povo, como se torna uma instância nas suas vidas, e onde são traçadas as suas fronteiras" (Sharma, Gupta 2006, p. 11).

> "É fácil concordar que há uma teatralização do conflito na Câmara. Mas na condição de se reconhecer que se houver um "jogo", é apenas um espetáculo de relações de poder muito reais" (Abélès 2000, p. 330)

No capítulo anterior procurei mostrar como a política é um conceito eminentemente polissémico, plural e por vezes contraditório, que deve ser pensado relacionalmente, compreendendo os contextos sociais, históricos e culturais que lhe dão sentido e de que participa. Concluí esse mapeamento mostrando como a antropologia contribuiu historicamente para ampliar o conceito de política, subtraindo-o à exclusividade da esfera institucional e estatal, ao qual tem sido associado por grande parte da literatura científica. No entanto, o universo etnográfico desta pesquisa é a vida quotidiana na Assembleia da República, um dos mais relevantes órgãos de soberania da democracia portuguesa. Como analisar etnograficamente esta instituição sem reproduzir a perspetiva reducionista da política que tenho tentado desconstruir? Para responder a esta questão será necessário compreender o contributo específico de abordagens antropológicas e etnográficas contemporâneas que se têm dedicado ao estudo do Estado, dos seus variados contextos e das suas mais diversas instituições. Para tal, começarei por discutir os precedentes destas abordagens, as bases teóricas em que se fundamentam, terminando com uma análise de etnografias parlamentares que nos mostram em que medida estas instituições podem ser analisadas a partir das conexões entre política, sociedade e cultura.

### Precedentes das etnografias do Estado e das organizações

As etnografias organizacionais estão longe de ser uma novidade nas ciências. Constituem, aliás, uma tradição com quase um século de existência sociais (Zickar, Carter 2010). Os primeiros estudos que aplicaram esta abordagem realizaram-se no início do século XX e permitiram a uma primeira geração de investigadores observar as vivências quotidianas dos locais de trabalho, a partir de uma relação de proximidade com trabalhadores em variados contextos de vivência –

fábrica, casa, tabernas, igrejas, etc. O contexto histórico destas primeiras pesquisas foi marcado por grandes transformações introduzidas pela industrialização, êxodo rural, convulsões sociais, entrada das mulheres no mercado de trabalho, desemprego e desenvolvimento tecnológico e também por atitudes políticas orientadas para a realização de reformas sociais que requeriam um entendimento das mutações das condições de trabalho e das condições de vivência dos trabalhadores.

A pesquisa nos locais de trabalho foi feita por académicos, reformadores sociais e jornalistas *muckraking*, que procuravam compreender a vida das classes populares. No âmbito académico, nos anos 20 do século XX, desenvolveram-se os trabalhos pioneiros de Charles Walker (1977; 1970) ou Frances Donovan (1920; 1929), o primeiro estudando a indústria siderúrgica, a segunda refletindo sobre o serviço de restauração de Chicago ou a vida de trabalho em armazém. Chicago, aliás, será um ponto cardeal desta história. O departamento de sociologia da Universidade de Chicago, conhecido originalmente por figuras como William Isaac Thomas ou Robert Park, foi um contexto institucional que estimulou investigadores a saírem da academia, dedicando-se à observação direta e participativa em ruas, greves e em fábricas (por exemplo Bulmer 1984; MacLean 1923; Hiller 1928). O propósito era empreender análises centradas na cidade, a partir de temas como as relações étnicas, o desenvolvimento urbano, a marginalidade e as convulsões sociais (Lopes et al. 2017, p. 26). No entanto, só no período do pós-guerra surgiria uma vaga de sociólogos que amplia epistemológica, teórica e metodologicamente este primeiro legado, sendo nesse sentido que se pode falar de uma "segunda escola de Chicago" (Fine 1995).[24]

Os estudos etnográficos daquele período constituem, pois, um importante precedente das contemporâneas etnografias do Estado (Lopes et al. 2017, p. 25–29). O seu pressuposto epistemológico era o de que nas organizações a socialização precede a individualidade, sendo a identidade construída nos contextos de interação social. Isto implicava atribuir uma atenção especial à gestão de expetativas e às performances realizadas pelos indivíduos nas instituições. Everett C. Hughes (1931; 1981), por exemplo, foi um dos autores fundamentais desta escola, colocando o enfoque nas instituições, no trabalho e nas carreiras profissionais, influenciando em grande medida os trabalhos posteriores de autores como Goffman (1970), Becker (1977; 1991) ou Anselm Strauss (2001; 1978).[25]

É importante que se diga que muitos destes estudos serão influenciados pela tradição filosófica do pragmatismo, designadamente pela sua segunda geração, que tinha por base o

[24] Deve dizer-se, no entanto, que esta escola era bastante diversificada, e não tinha um pensamento sistematizado (Becker 1998), havendo diversos pontos de vista no mesmo departamento (Fine, Manning 2003, p. 38).

[25] Becker e Strauss não estão preocupados apenas em desenvolver estudos empíricos, mas igualmente em criar uma gramática que permite articular a observação empírica e a elaboração teórica mais ampla. Esforço, esse, que será central para as etnografias contemporâneas, institucionais e não só. Ver, por exemplo, Becker (1998; 1977) ou Glaser e Strauss (1980) ou Strauss (2010) e mais recentemente Frois (2013).

pressuposto de que a compreensão do mundo é inseparável da agência humana, e que as ideias e devem ser entendidos a partir dos desdobramentos práticos e empíricos. Assim, autores como John Dewey, George Herbert Mead ou Charles Horton Cooley acentuavam uma perspetiva analítica em que a construção do *self*, mesmo nos contextos organizacionais, recuperava o papel, a agência e a prática dos indivíduos na construção da realidade. Como se sabe, estas abordagens viriam a ficar conhecidas como *interacionismo simbólico* (Blumer 1969). Contrariamente à interpretação da realidade como uma "coisa" (Durkheim 2004) que precede a existência individual, esta corrente analisava a realidade social como sendo formada e constituída nas e pelas interações situadas, sendo através delas que se pode compreender realidades mais amplas, como a sociedade, o mercado ou as classes sociais (Blumer 1969, p. 57–59).

Assim, as instituições tornam-se um contexto empírico que permite salientar, por exemplo, que as organizações são grupos que interagem regular e padronizadamente, o que nos permite compreender o papel de categorizações coletivas e a pluralidade de posições em jogo. A este respeito saliente-se que a conceção de *self* desenvolvida por Goffman, a partir de variados exemplos de encontros presenciais, vai oferecer ao léxico etnográfico um conjunto de conceitos hoje amplamente difundidos, tais como "desempenho", "equipas", "papéis discrepantes", "palcos", "bastidores, "audiências" (Goffman 1993),[26] que se expressam quer em momentos rituais, quer na observação de comportamentos em espaço público.[27]

Embora de forma distinta, o que está em causa nestas perspetivas é uma precedência da epistemologia face à ontologia (Lopes et al. 2017, p. 29), quer dizer, a ideia de que a interrogação sobre a natureza das coisas deve ser precedida de uma análise da forma como as pessoas partilham um determinado ambiente – por exemplo, institucional – que só "existe" na medida em que é mutuamente compreendido por quem o partilha e nele se encontra socialmente implicado.[28]

## Uma genealogia teórica para o estudo etnográfico do Estado

Estas perspetivas expandiam o campo de possibilidades teórico e empírico das ciências sociais, constituindo a base de desenvolvimentos das contemporâneas abordagens etnográficas sobre o

[26] Deve salientar-se que Goffman não considera que todas as dimensões sociais possam ser analisadas a partir da extrapolação das situações de interação (Goffman 1982), assim como evitou partilhar um léxico teórico comum na sua obra, que varia constantemente de terminologia (Collins 2013).

[27] Outro autor importante deste período é Harold Garfinkel (1984) que propôs o conceito de etnometodologia para designar o conjunto de métodos mobilizados pelos atores sociais enquanto membros de grupos organizados para o mesmo fim, e que contribuem para a produção de uma ordem social reconhecível e mutuamente constituída.

[28] Alguns dos contributos destas correntes não foram consensuais, mesmo entre quem praticava estudos etnográficos. Burawoy (1998), por exemplo, salienta que as etnografias devem estabelecer relações com teorias mais amplas e outros contextos empíricos alargados. Só isso permite compreender o que é realmente único e o que remete para processos de poder hegemónicos. Neste sentido, a sua alternativa procura superar um certo conservadorismo político que identificava na escola de Chicago (Burawoy 2009, p. 3).

Estado, as instituições e as organizações. Contudo, o seu foco na investigação qualitativa e localizada levanta a questão de saber como algumas das suas conclusões e pressupostos podiam ser generalizados para lá dos contextos empíricos da investigação. Como apresentar estudos de caso intensivos, ricos em detalhe, sem que se apresentem como "casos isolados", mas antes como instrumentos de interpretação de fenómenos mais amplos?

*Estado, burocracia e governamentalidade*

Os etnógrafos procuraram responder a esta questão integrando nas suas descobertas empíricas um quadro de discussões teóricas alargadas sobre a sociedade, a política, a economia ou a cultura, mostrando que a etnografia podia revelar empiricamente um conjunto fenómenos sociais se expressam no domínio concreto das relações humanas, e de como estas igualmente os estruturam. Ao mobilizarem diferentes quadros conceptuais, relativamente estabilizados e debatidos, e ao procurarem linhas de comparação multisituadas, as etnografias inseriam-se em debates académicos mais amplos, contribuindo para uma articulação frutífera entre as descobertas empíricas e os fenómenos sociais, culturais e políticos que ultrapassam as fronteiras dos seus terrenos. Quais têm sido, então, as principais articulações teórico-conceptuais na base das perspetivas antropológicas sobre o Estado e as organizações?

Uma das mais importantes trata de relacionar os conceitos de Estado e de burocracia em contextos etnográficos diversos. É sabido que Weber (2019) questionou os limites do Estado, discutindo a emergência de uma forma de autoridade e de poder racional e burocrático, assente na desumanização de procedimentos e na impessoalidade das regras. Na sua teoria da dominação (*herrschaft*), a burocracia assenta numa cadeia hierárquica de autoridade, no estatuto de funcionário públicos impessoais, na delimitação de funções, responsabilidades e competências, na legitimação por referência a estatutos legais e procedimentais, no "ator burocrático" enquanto agente executivo de decisões políticas e na separação normativa ente a "administração" e a política. Para Weber, a modernidade do capitalismo implicou uma racionalização burocrática da vida social, que permitiu uma legitimação da relação de dominação inerente ao poder político. O funcionamento rotineiro das burocracias cria, reproduz ou mantém a ordem socioeconómica, as hierarquias e a distinção entre o público e o privado, tão essencial ao moderno conceito de Estado.

Contudo, como assinala David Nugent (2004), a abordagem antropológica do Estado sofreu uma revolução desde a década de 70, a partir da crítica desta noção normativa inspirada em Weber, que representava o Estado como uma entidade centralizada que cobrava impostos, recrutava e monopolizava a violência legítima num dado território. A burocracia racional, seguindo Weber, implicaria uma noção de Estado acima da sociedade, implementando técnicas e decisões de forma neutral e desinteressada. Ora, a antropologia, desde logo com Michael Herzfeld (1993), mostrou que as sociedades modernas e burocraticamente reguladas não são nem mais

"racionais" nem menos "simbólicas" do que as sociedades tradicionais historicamente estudadas pelos antropólogos.[29] Neste sentido, também Aradhana Sharma and Akhil Gupta (2006), colocam a noção de burocracia no centro da sua abordagem conceptual às antropologias do Estado, chamando a atenção de que, contrariamente à perspetiva weberiana, esta abordagem não pensa a cultura como um produto do Estado, mas antes o Estado como um efeito de processos culturais. Nas suas palavras: "As lutas culturais determinam o que o Estado significa para o seu povo, como se torna uma instância nas suas vidas, e onde são traçadas as suas fronteiras" (Sharma, Gupta 2006, p. 11).

Neste sentido, também Philip Abrams (2006) vai ampliar as noções weberianas e marxistas de Estado, advertindo contra a sua reificação como um objeto ontológico e material. Para Abrams o Estado não é nem "uma coisa", nem a realidade por detrás das agências governamentais ou das práticas políticas: constitui, antes, um objeto que deve ser examinado de forma variada, destacando as dimensões ideológica, morais, culturais, reguladoras, remetendo assim para uma interpretação inspirada em Antonio Gramsci (1971). O estudo do Estado, deveria implicar o exame de como a sua legitimação opera, se consolida, isto é, como se realiza a subjugação social politicamente organizada. Olhando especialmente para as instituições estatais coercivas, o autor procura contrapor as práticas políticas e os processos que as legitimam àquelas que reificam o Estado como se este fosse uma estrutura invisível que molda as instituições existentes.

A análise do Estado a partir das práticas políticas, dos processos de legitimação e dos desdobramentos institucionais estará na base das mais recentes tentativas de analisar o Estado a partir de etnografias institucionais comparadas que se têm desenvolvido a nível internacional (Sharma, Gupta 2006; Thelen, Vetters, Benda-Beckmann 2018; Fassin 2015) e também em Portugal (Lopes et al. 2017). O foco está, portanto, na análise do que é plural, contextual e situacional neste objeto geral e abstrato a que chamamos "Estado".

Finalmente, é importante destacar um outro contributo antropológico que procura equacionar o Estado, tendo em conta os contextos transnacionais que marcam o atual paradigma neoliberal (Sharma, Gupta 2006; Ferguson, Gupta 2002; Ferguson 1990; Rose 1996; 1996). Esta linha de investigação procura elaborar uma antropologia capaz de separar analiticamente a questão da governação, do conceito de espaço e de território, abrindo espaço para o estudo etnográfico e transnacional dos processos de governamentalidade. Influenciados Michel Foucault (2011), esta perspetiva chama a atenção para a necessidade de superar o quadro de interpretação do Estado

[29] Herzfeld demostra, aliás, que as raízes da burocracia racional moderna se encontram ligadas a uma cosmologia pré-moderna que remete para metáforas populares locais, baseadas no "sangue", no "parentesco", no "nascimento", na "pátria" ou no "destino", associando-se assim à própria ideia e prática do nacionalismo. Outros autores questionaram a narrativa weberiana e os seus reflexos na ciência política, salientando que nada existe de naturalmente racional na ação do Estado. Chamaram assim à atenção para os efeitos perversos da "racionalidade do Estado" (por exemplo Scott 1998) ou mesmo a sua irracionalidade (por exemplo Aretxaga 2000).

enquanto "detentor" do supremo poder de dominar e governar, procurando analisar como o poder se exerce socialmente através de variadas relações sociais, institucionais e organizacionais, alguns dos fora da esfera estatal, mesmo que com ela se relacionem. Este é apenas um nó de uma rede de instituições através dos quais o poder é exercido, e não uma instituição vertical da qual o poder emana sobre a sociedade.

*Habitus, campo e capitais*

Um outro eixo teórico que marcará as abordagens etnográficas sobre o Estado diz respeito à articulação dos conceitos de *habitus*, *campo* e *capitais* a partir da obra de Pierre Bourdieu. Ao combinar um quadro de análise estruturalista e subjetivista, procurando a superação desta dicotomia, a sua *teoria da prática* revelou-se extremamente influente na antropologia contemporânea (Ortner 1984). Como dirá o autor numa reflexão sobre a origem dos seus conceitos, "a noção de *habitus* exprime sobretudo a recusa de toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo [...] tal noção permite romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência" (Bourdieu 2011a, p. 59).

O que é, então, o *habitus*? Voltando às suas palavras, é "um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de acções*" (Bourdieu 2002, p. 167). Mas essas disposições não existem isoladamente: estruturam-se em *campos* e a partir da *prática*. Os campos são subconjuntos do espaço social, caracterizados pela disputa de um capital (ou um conjunto de capitais) específico. Constituem-se como o conjunto de estruturas sociais incorporadas, que conduzem a determinadas formas de perceção e a matrizes de ação concretas. É a prática, portanto, que as enquadra e organiza.

Esta teoria geral de análise das relações sociais foi aplicada pelo autor a múltiplas esferas formando uma tradição própria de investigação nas ciências sociais.[30] No caso da representação política, perspetiva que aqui debaterei, Bourdieu (2011c) chamará de *campo político* a uma esfera autónoma do espaço social onde a representação política estrutura um conjunto de posições e disposições, que assumem uma *autonomia relativa*.[31] É um terreno de jogo caracterizado por um *monopólio de profissionais* que concentram o *capital político*, isto é, uma forma de *capital simbólico* assente na crença, reconhecimento, autoridade e notoriedade que, para existir, depende da sua objetificação em instituições permanentes. Este capital disputa-se no acesso e na permanência no campo, implicando um *jogo duplo* entre a dependência dos aparelhos partidários

[30] Entre outros, Bourdieu (1998; 2010; 2014; 1997; 1999a; 2006; 1983; 1999b; 2011b).
[31] Ver também Bourdieu (2011d) e Fernandes (2006).

e da influência externa, sendo tanto mais forte quanto mais incondicional for a delegação entre mandantes e mandatários. O monopólio deste capital implica a posse de um conjunto de competências, linguagens, subtilezas, valores, retóricas, censuras e saberes adquiridos que se consolidam no processo de formação do que autor designa de *habitus político*.

A generalidade das etnografias de instituições estatais usa, ou pelo menos discute, esta perspetiva analítica. No caso das etnografias parlamentares, esse quadro será especialmente discutido por autoras como Ruth Wodack (2009) ou Amy Busby (2014). No entanto, esta abordagem da política, ainda que procurando proceder a uma rutura com as abordagens que naturalizam as relações de dominação (Bourdieu 2011c, p. 167), corre o risco de circunscrever a categoria do político ao espaço exclusivo da participação institucional (tal sucederá especialmente em *A Distinção*). Melhor seria, como faz Ruth Wodack a partir de análise da construção discursiva e da representação da política em ação, falarmos de um "campo profissional da política" (*professional field of politics*) (2009, p. 25), que integra relações específicas e que garante à categoria do político um espaço de maior amplitude, suscetível de ser estudado fora do espaços institucionais e estatais.

*As comunidades de prática e as aprendizagens situadas*

Um terceiro recurso teórico mobilizado por grande parte das etnografias do Estado diz respeito aos conceitos de *comunidade de prática* e de *aprendizagem situada*. Ambos têm sido usados em campos de investigação distintos, conjugando as etnografias do Estado e das instituições com interpretações que extravasam os seus contextos empíricos específicos. O que são estas comunidades de prática? Recorramos às palavras de Wenger, McDermott e Snyder (2002, p. 7): "As comunidades de prática são grupos de pessoas que partilham uma preocupação, um conjunto de problemas ou uma paixão por um tema, e que aprofundam os seus conhecimentos e perícia nesta área, interagindo numa base contínua". Esta interação regular não significa que se encontrem diariamente, mas que há socializações frequentes a que os participantes atribuem um valor que não tem necessariamente associado um sentimento mercantil ou instrumental; pode dizer respeito à satisfação que decorre de perspetivas partilhadas, conhecimentos comuns, práticas, relações, formas de interação e um sentido comum de identidade. Estas comunidades formulam uma ideia de conhecimento e de saber, não como algo estático que se possuí, mas como um processo vivo, implícito, dinâmico e social.

As comunidades de prática implicam três elementos estruturais: primeiro, têm por base um domínio de conhecimento que define um conjunto questões em torno das quais se socializa; depois, pressupõem um grupo de pessoas que se preocupa com a sua promoção ou preservação; finalmente, para serem eficazes, implicam uma prática partilhada. Esse domínio partilhado por uma comunidade de prática é o que garante um sentimento de identidade, compromisso e

mutualidade, construindo um sentido de história e identidade comuns entre membros heterogéneos que assumem papéis, criam especializações, desenvolvem reputações e alcançam um estatuto, ainda não estejam isentas de contradições e de conflitos, sobretudo quando os indivíduos pertencem igualmente a várias outras comunidades, com propósitos distintos e, por vezes, conflituais. Quanto à prática, esta implica um conjunto de recursos, tais como ideias, ferramentas de interpretação, informação, estilos, linguagens, histórias e documentos, que sendo partilhados pelos membros, lhe conferem um sentido comum.[32] A prática de uma comunidade é um produto do passado, mas está simultaneamente orientada para o futuro, fornecendo recursos que permitem aos membros lidar com situações novas e recorrentes (Wenger, McDermott, Snyder 2002, p. 27–40; Wodak 2009, p. 14).

As comunidades de prática também desempenham um papel fundamental na socialização dos recém-chegados. Aqui terá relevância o conceito de "aprendizagem situada", igualmente desenvolvido por Lave e Wenger (1991). Quer dizer, a aprendizagem como um fenómeno social e contextual, um processo através do qual uma pessoa se torna membro de uma comunidade, o que implica uma participação progressiva orientada na atividade em causa (Lopes et al. 2017, p. 30). A aplicação destes conceitos aos estudos etnográficos do Estado privilegia analiticamente as suas dimensões contextuais, situacionais e relacionais, analisando-o a partir da articulação de diversas comunidades de prática, que estruturam, harmonizam e especializam as relações sociais e os processos de aprendizagem situada. Nas etnografias parlamentares que a seguir analiso com maior detalhe, estes conceitos são úteis para pensar, por exemplo, as múltiplas articulações dos deputados com diferentes esferas relacionais: da instituição parlamentar aos grupos parlamentares, das comunidades locais aos grupos de especialistas, dos setores de *lobbie* aos jornalistas.

*A perspetiva dramatúrgica*

Também a perspetiva dramatúrgica desenvolvida por Erving Goffman será central em muitas etnografias institucionais, como por exemplo as que se têm dedicado a analisar o Parlamento Europeu (Wodak 2009; Busby 2014). Goffman (1993) propôs uma abordagem teatral e dramatúrgica da vida quotidiana, mobilizando uma gramática teórica específica – utiliza, por exemplo, ideias como "performance", "equipas", "regiões", "papéis discrepantes" ou "gestão de impressões" – e recorrendo a exemplos metafóricos variados – das interações escolares aos rituais fúnebres, da vida de hotel às práticas religiosas. A sua ideia central é que o "self" é um produto

[32] A prática é uma materialização do conhecimento específico que a comunidade desenvolve, preserva e partilha. Por isso, segundo Wenger, estas comunidades formam uma espécie de mini-cultura, que implica formas de comportamento, perspetivas comuns sobre problemas e ideias, estilos de pensamento e até de posicionamentos éticos (Wenger, McDermott, Snyder 2002, p. 39)

social na medida em que, por um lado, é produzido nas performances concretas, em situações sociais específicas, refletindo hierarquias de *status* e expectativas sociais diversas; e por outro, porque a possibilidade de um indivíduo manter, diante dos outros, uma *apresentação de si* respeitável depende dos recursos e atributos estruturais considerados desejáveis pela cultura dominante (Branaman 1997, p. xlvi).

"Pessoa", como lembra o autor, vem de "máscara" e, neste sentido, todas as pessoas desempenham, de forma mais consciente ou mais tácita, diferentes papéis sociais perante os outros.[33] O desempenho implica uma tentativa, por parte dos indivíduos, em dar a impressão do seu carácter e contribuir para a definição da situação. Desta conceptualização, a etnógrafa Ruth Wodak (2009, p. 8–9), por exemplo, argumenta que a produção da crença, a realização dramática e a mistificação são recursos teóricos centrais para interpretar a vida quotidiana no Parlamento Europeu.

A partir da metáfora de "drama", "ritual" e "jogo", Goffman retrata o "eu" como simultaneamente um produto da performance dramática, um objeto de um ritual social e um campo de "jogo" estratégico. Neste sentido, as instituições são sistemas sociais que modelam as interações, colocando limites à escolha e às performances que as tornam significativas, e remetendo para questões de ordem, confiança e reciprocidade. O trabalho de Goffman insta-nos a explorar rituais, rotinas, comportamentos, dramas e jogos na medida em que as organizações sociais são construídas e legitimadas pelas performances dos membros (Van Maanen 2001).

A sua distinção entre palco e bastidores vai tornar-se central na análise que aqui realizo sobre a vida parlamentar. Enquanto no palco se constrói uma representação perante um público, nos bastidores essas impressões podem esbater-se a partir das relações entre os seus membros. O palco principal é onde a atuação tem lugar. Para os representantes políticos, por exemplo, significa a existência de um púlpito, de um equipamento expressivo, de vestuário e insígnias, de padrões de discurso, gestos e outros sinais físicos da sua posição. Uma aparência e uma maneira apropriadas são necessárias para se parecer credível (Wodak 2009, p. 9–10; Goffman 1993, p. 36). As atuações políticas em palco incluem, assim, discursos, conferências de imprensa, debates, relatórios, entrevistas, *websites*, e-mails e slogans (Wodak 2009, p. 4).

Todavia, se os palcos garantem uma "apresentação do eu" credível, muitos aspetos dos bastidores permanecem ocultos. O conceito de bastidores [*backstage*] terá também importância, já que é o lugar onde se partilham interações, mas sem o público presente. Neste sentido, os atores podem sair da personagem ao atravessarem as fronteiras físicas que diferenciam o palco da região dos bastidores (Goffman 1993, p. 114–123). Aí, os participantes comprometem-se com práticas

[33] Esta abordagem dramatúrgica pode ser interpretada como uma tendo por base uma conceção "cínica" da vida social, na medida em que sustenta a presença de dois "eus": um que é estrategicamente gerido e apresentado publicamente; e um outro que é manipulador e está escondido dos palcos (Fine e Manning, 2000: 45-46).

de gestão de impressões que defendem as suas performances, demonstrando lealdade dramatúrgica, aderindo à obrigação moral de proteger os segredos da sua equipa. Este aspeto é fundamental para compreender como muitos etnógrafos pensam a construção das práticas políticas e institucionais a partir da interpretação das interações nos bastidores.

*Política, rituais e a performance*

A perspetiva dramatúrgica, apesar de mobilizada frequentemente, não esgota uma outra gramática teórica que remete para os conceitos de *ritual* e de *performance*, especialmente quando aplicados ao estudo de instituições, organizações e práticas política. O ritual é um dos conceitos centrais e mais antigos da antropologia. No entanto, como advertem Crewe e Müller (2006), a antropologia política centrou-se historicamente na descrição de sistemas políticos, sub-representando o papel político dos rituais. A. M. Hocart (cit. por Crewe, Müller 2006, p. 10), já advertia para esse aspeto em 1930, quando argumentava que a sub-representação do estudo ritual associado à política decorria do facto de os rituais estarem associados, por exemplo, a movimentos religiosos, pelos quais muitos intelectuais tinham antipatia, como se remetessem para conceções irracionais da conduta humana. No entanto, como igualmente salientava, todas as comunidades se constituem através de rituais comuns, que garantem um sentido de coesão mais profundo que as ambições económicas e materiais não asseguram. Neste sentido, sendo os rituais um mecanismo de coesão social, como poderiam ser dissociados do estudo dos fenómenos políticos?

A antropologia dos sistemas políticos africanos, desde Fortes e Evans-Pritchard (1987) e passando por Leach (1973) ou Gluckman (2012) tratou o ritual sobretudo como uma ferramenta de mediação do conflito ou para a afirmação de poder pelos soberanos. Assim, seguindo Spencer (1997, p. 4), essa primeira geração de antropólogos políticos dissociaram a "política" da "cultura", reduzindo o ritual político às suas supostas "funções" e "estrutura" (Crewe, Müller 2006, p. 11).

Terá sido Geertz quem reavivou a ideia de ritual enquanto processo político em si mesmo, por contraposição à sua interpretação como "um instrumento para" algo que lhe seria externo. Para o autor, cultura e política são dimensões inseparáveis, assim como ocorre com o real e o simbólico (Geertz 1980, p. 136). Essa sua conclusão será determinante para compreender a abordagem antropológica contemporânea sobre a política e as suas instituições.

Os rituais ganharam um novo interesse para uma geração contemporânea de antropólogos políticos, embora o conceito só raramente tenha sido aplicado a parlamentos, em autores como Abélès (2000), Crewe (2005) ou Watherforf (1985). Desta forma, como sustentam Crewe e Muller (2006), o estudo dos rituais não deve ser associado a certas "funções" (por exemplo, para criar solidariedade, afirmar elites ou expressar rebeliões), mas enquanto atos de comunicação simbólica. Nesse sentido, opõe-se quer às leituras funcionalistas, segundo as quais os rituais se

estudam pelas suas funções, quer às teorias de ação racional, que formulam uma conceção do ser humano racional e calculador e motivado pelo autointeresse (Ibid 2006, p. 12).

Um dos autores mais relevantes no recurso à ideia de ritual para o estudo da política foi Kertzer (1988), que afirma que a realidade política é criada por significados simbólicos, através de rituais, objetos e símbolos significantes (tais como bandeiras, logos, uniformes), palavras ou músicas. A ação ritualizada é o processo cultural que permite aos agentes darem sentido ao mundo, ligando o passado ao presente e o presente ao futuro.[34] Para compreender os rituais é preciso contextualizá-los empiricamente e interpretativamente no tempo e no espaço, articulando análise dos discursos com a observação das práticas, conjugando retóricas e comportamentos.[35]

Desta forma, o estudo dos rituais políticos permite analisar "como" se constroem regras, procedimentos e convenções, quando se podem quebrar, de que forma e com que justificação. O foco está nas relações entre as pessoas envolvidas, ao mesmo tempo que se examinam ideologias, os significados de símbolos e eventos ritualísticos (como debates, inaugurações ou cerimónias de Estado) e a forma como as pessoas os usam para dar sentido ao seu passado, presente e futuro.

Ao conceito de ritual associa-se muitas vezes o de performance, ainda que este segundo conceito remeta para uma outra história, com outros protagonistas e cruzamentos disciplinares. Associamo-los aqui não só porque aparecem muitas vezes articulados na investigação etnográfica, mas também porque o estudo específico da performance, na antropologia, foi uma consequência da abordagem mais ampla ao estudo dos rituais.

A antropologia da performance surge na década de 70 do século XX a partir do encontro entre os estudos dos rituais e da interação social, e tem como foco um conjunto de géneros performativos muito variados, do ritual ao teatro, da dança à música, do desporto aos movimentos políticos, servindo inclusivamente como ângulo para o estudo de relações de poder (Godinho 2014). Inicialmente, o rito era o centro da análise simbólica, enquanto ato capaz de transformar o indivíduo e a comunidade. Victor Turner (1996; 1970; 1974), por exemplo, explicava a dinâmica do ritual a partir das suas relações com fenómenos de crises e conflitos. A sua abordagem ao conceito de "liminaridade", será central porque institui o momento em que estão ausentes as estruturas sociais de referência, possibilitando a criatividade e a transformação dos indivíduos. Já o seu conceito de "drama social" é a melhor metáfora da cultura como algo dinâmico entre conflito e harmonia. É nesse percurso que Turner, no final da década de 80, dará um destaque

[34] Para Kertzer (1988), a natureza do conteúdo simbólico dos rituais assenta no pressuposto de que o seu significado é implícito e tomado por garantido; de que há diferentes significações associadas a um mesmo símbolo; que os símbolos podem ser ambíguos; e que os rituais unificam a diversidade de significados e significações.

[35] Crewe e Muller (2006, p.10) afirmam mesmo que a combinação de discursos e práticas é o que permite relativizar a forma como algumas pessoas os rituais de modo heroico ou a partir do que esperam que queiramos ouvir.

especial ao lugar da "performance cultural" (Turner 1995),[36] que não meramente artística, incluindo outros fenómenos rituais, religiosos, matrimoniais, entre outros. Inaugura-se aqui a perspetiva performática na antropologia centrada no "como" as culturas se constroem através de diferentes géneros de performance, que devem ser analisados nos seus contextos específicos (Bauman 1975). Um ato performativo é, portanto, uma ação situada, contextualmente definida e socialmente constituída. Ela define papéis e formas de expressar a ação. É um ato de comunicação com uma função poética (Jakobson 1960).

Richard Bauman (1984; 1975) foi um dos autores que definiu este campo de análise em colaboração com Charles Briggs (Bauman, Briggs 1990; 2003). Segundo Esther Jean Langdon (2006, p. 163–164), estes autores estabeleceram a "arte verbal como parte do movimento teórico contemporâneo de interdisciplinaridade e da abordagem crítica em diálogo com a antropologia". Apesar da polissemia e da sua utilização como jargão, o termo performance remete para uma tradição teórica particular, que coloca o foco na interação social dos processos comunicativos e no carácter emergente dos eventos performáticos.

Em que medida, então, esta perspetiva se distingue, por exemplo, do estudo ritual? Uma diferença importante é que enquanto este último se centra na procura do conteúdo dos símbolos, aquela coloca um foco particular no que é temporário, emergente, na negociação de expectativas e no estranhamento. Essa característica está relacionada com o contexto social, político e intelectual que marca a viragem da década de 70 e 80, onde nas diversas ciências sociais se vai prestar atenção a termos como "prática", "práxis", "ação", "interação", "atividade", "experiência", "performance", "agente", "ator", "pessoa", "self", "indivíduo" e "sujeito" (Ortner 1984, p. 144). Na senda da "moderna teoria da prática", uma das mudanças deste período foi o encontro interdisciplinar que proporcionou. A performance tornava-se um campo de estudo capaz de cruzar disciplinas tão distintas como os estudos literários, a história social, os estudos feministas ou a antropologia, chamando a atenção para as dimensões do imprevisto, do indeterminado e do heterogéneo nas interações humanas, ao mesmo tempo que dava destaque a vozes e diálogos que ampliavam as análises sobre as relações de poder e as suas subjetividades.[37]

[36] Nesta fase Turner foi especialmente influenciado pela perspetiva dramatúrgica de Goffman, os estudos teatrais de Schecner e a noção de performance cultural de Singer.

[37] Seguindo a sistematização proposta por Langdon (2006), os estudos da performance, sendo diversos, caracterizam-se por cinco características comuns: primeiro, as performances devem ser analisadas enquanto "experiência em relevo", destacadas em espaço público, sendo momentâneas e espontâneas; depois, implicam uma "participação expectante", ou seja, baseiam-se na participação plena dos presentes, enquanto interação cujo significado emerge no contexto; em terceiro, constituem-se como uma "experiência multissensorial", que vai para lá das dimensões semânticas do ritual na qual convergem ritmos, luzes, cheiros, músicas, movimentos corporais; implica ainda o engajamento corporal, sensorial e emocional, superando a própria divisão cartesiana da experiência que separa o racional do emocional/corporal; e finalmente assumem "significado emergente", que decorre do pressuposto de que a cultura é algo contínuo,

Assim, a performatividade transforma as relações e as interações pela sua enunciação, no sentido próprio que é atribuído ao termo performance: *dizer é fazer* (Austin 2002).

Esta abordagem performativa tem sido praticada em variadas correntes da antropologia política contemporânea. Diana Talyor (2013) , por exemplo, é uma das autoras que melhor cruzam os estudos da performance com fenómenos políticos contemporâneos. A sua análise das eleições mexicanas de 2006 mostrou, por exemplo, como estas foram marcadas por "atos cerimoniais concorrentes" (2013, p. 139): de um lado a tomada de posse de um Governo cuja eleição fora contestada, num ritual institucional e previsível; do outro lado, a marcha de Lopez-Obrador até à chamada popular em Zócalo, que se traduziu num acampamento autogerido, onde a figura da coreógrafa Jesusa Rodriguez adquiriu importância. Diz a autora que "esses enunciados, essas exibições e esses atos cerimoniais concorrentes ilustram o grau em que tanto a performance e a política quanto a performance como política abarcam repertórios culturais e práticas de legitimação múltiplos, sobrepostos e frequentemente contestados" (2013, p. 139). O ritual de legitimidade oficial confrontou-se com a construção de uma performance em que as pessoas se representavam a si mesmas. Essa performance, não estando isenta de conflitos, criou um corpo social, que terá contribuído para que, anos mais tarde, Lopez-Obrador fosse eleito presidente, e Jesusa Rodriguez deputada.

Um outro exemplo distinto é apresentado por Beverly J. Stoeltje (2013) mostrando-nos como no Gana uma performance pode expressar as contradições da relação entre um sistema político formal e um sistema de poder tradicional sem nunca perder eficácia política. O seu exemplo é o de um político e diplomata, que apesar da sua imagem pública se adequar a uma postura institucional e formal, decidiu realizar na televisão uma performance tradicional de maldição, com o objetivo de criar uma ligação com uma parte da população da sua região para quem essa prática era social e culturalmente significativa. Ao combinar uma apresentação de si como político institucional e como membro da comunidade local, o político questionava a divisão ocidental entre "tradição" e "modernidade" mostrando como esses domínios não são separáveis, podendo ser conjuntamente mobilizados para a afirmação política.

Mencionemos finalmente o exemplo de David Kertzer (2001) sobre a transformação do Partido Comunista Italiano na viragem da década de 90. Tratando-se de um momento de transição política e ideológica de grande importância, a ação política não podia prescindir do simbolismo. O ritual de transição ideológico representado pelo congresso do partido era igualmente um processo de construção e disputa sobre símbolos. Na sua perspetiva, a fixação de novos símbolos tornou-se uma condição indispensável para a garantia da legitimidade, solidariedade e unidade necessárias para consumar a transição ideológica do partido. Como afirma: "O poder dos rituais

cujos significados estão constantemente a ser criados e recriados. A expressão concreta da cultura torna-se o centro da performance, e não apenas o seu significado semântico.

de conferir legitimidade foi bem compreendido pelos reis, papas e dirigentes de vários tipos ao longo dos milénios. A aura de sacralidade que as pessoas tendem a conferir ao poder é nutrida e fortalecida pela performance ritual" (Kertzer 2001, p. 16). Neste caso, a viragem político-ideológica do Partido Comunista Italiano só se deu quando à proposta de transformação programática se aliou a construção de novos símbolos e a sua exibição performaticamente num congresso, onde esses rituais ganhavam expressão política e eficácia cultural.

## Os caminhos da antropologia do Estado

À medida que me vou aproximando do nosso objeto e do seu enquadramento teórico, tenho que fazer uma nova paragem para detalhar um dos desenvolvimentos mais importantes da antropologia contemporânea: a antropologia do Estado. Aradhana Sharma e Akhil Gutpa, na introdução a *Anthropology of the State* (2006), coletânea que organizam dedicada a este campo de investigação, procuram descrever a perspetiva antropológica do Estado a partir de um exemplo de uma visita etnográfica a um *call center* indiano. Ao descreverem este espaço como um símbolo económico e político, Sharma e Gupta perguntam-se: O que é que o *outsourcing* e os *call centers* têm a ver com o Estado indiano, especialmente após a liberalização? E o que pode a antropologia esclarecer a esse respeito?

A resposta dos autores combina duas características que definem a abordagem das contemporâneas etnografias do Estado. A primeira é que os *call centers* e o sistema de *outsourcing* devem ser analisados teoricamente enquanto expressão das modernas relações de governo neoliberal e das relações entre o Estado e o mercado ou, como propõe João Carlos Louçã (2014, p. 145), enquanto exemplo de "modernidade regressiva nas relações laborais". O Estado indiano reforça o poder das multinacionais ao providenciar o quadro macroeconómico e as infraestruturas para o negócio ter sucesso, garantindo isenção de impostos ou financiando a formação dada aos diplomados indianos que trabalham nestas organizações. Mas o Estado igualmente beneficia do poder das multinacionais, já que o emprego dos diplomados aumenta a cobrança de impostos e, politicamente, absorve o setor mais problemático da força de trabalho: os desempregados com formação. Paralelamente, o sistema global de *outsourcing* está também na origem de novos fenómenos de nacionalismo económico nos países do Norte, transformando as relações entre cidadania, identidade nacional e Estado. Como referem os autores: "A retórica da legislação contra a fuga de empregos para o estrangeiro entrelaça sem problemas as questões de pertença nacional, cidadania, cultura, raça, trabalho e controlo estatal. Articula o medo da perda de soberania face à globalização, o que por sua vez pressupõe uma certa compreensão do Estado e do seu papel no governo de um território e dos seus recursos e população" (Sharma, Gupta 2006, p. 5).

A segunda característica identificada pelos autores, e que decorre desta primeira, é que para compreender estes fenómenos é necessário recusar simultaneamente as versões economicistas que tendem a autonomizar a economia da sociedade e do Estado, e as versões da ciência política, que tendem a apresentar o Estado como um objeto dotado de autonomia e equilíbrio funcional. Pelo contrário, a antropologia pensa os Estados como "artefactos culturais", enquadrados em dinâmicas políticas, sociais e económicas transnacionais. Procura examinar os quadros culturais e representacionais associados às relações entre o Estado, a economia e a sociedade, realçando a sua translocalidade. Assim, diferencia-se de uma conceção do Estado que o apresenta como uma instituição claramente distinta e delimitada da sociedade e o retrata como um ator unitário e autónomo que possui autoridade para regular ou governar a população de um determinado território.[38] Este tipo de representação do Estado acaba por invisibilizar aquilo que é diverso, ambíguo e contraditório, desconsiderando a importância de considerar a pluralidade do trabalho quotidiano realizado nas suas variadas instituições (Lopes et al. 2017, p. 297) e a diversidade de racionalidades, contradições e moralidades que lhe são inerentes (Fassin 2015).

Quer isto dizer que quando confrontamos a conceção do Estado enquanto entidade centralizada, anónima e indiferenciada, com as ramificações e desdobramentos institucionais, encontramos o papel central das pessoas que diariamente interpretam e exercem na prática quotidiana esse poder. É com esta perspetiva que observamos dinâmicas de resistências e contradições frequentes entre funções desejadas e efeitos conseguidos, entre o que é estipulado e o que é considerado necessário, o desejável e o possível, o que se diz e o que se faz. Sem esquecer que as instituições atuam de cima para baixo, é na prática quotidiana que a antropologia do Estado encontra o seu foco de análise. Só no quotidiano se pode observar como se gere no concreto aquilo que se formula no abstrato.

Portanto, a antropologia não toma o Estado como algo adquirido. Pelo contrário, procura reconstruir os aspetos ideológicos, materiais e culturais que estão em causa na construção do Estado ou das representações que social e culturalmente temos dele, das fronteiras que estabelece com outras instituições e dos seus efeitos na organização do poder. Assim, sendo a delimitação das fronteiras entre o "Estado" e a "Sociedade" – ou se quisermos entre o "político" e o "social" – um ato de poder simbólico, a antropologia conceptualiza o Estado no contexto de outras formas

[38] Na verdade, como salienta Abrams (2006), a ciência política, juntamente com outras ciências sociais, para além da análise, participa na construção discursiva do "Estado" como uma entidade distinta e com funções particulares, facto que revela como as práticas disciplinares ajudam a moldar a compreensão quotidiana do que "o Estado é" e do "que ele faz". Nikolas Rose (1996), num sentido semelhante, sugere que as disciplinas das ciências sociais e os próprios "peritos" constituem uma parte crucial do aparelho de governo estatal ao se tornarem instrumentos através dos quais as estratégias de governação sobre populações e comunidades são implantadas e legitimadas.

institucionais que medeiam as relações sociais dos indivíduos, tais como a família, a sociedade civil, a religião ou a economia. Desta forma, examina a "formação do Estado" (Corrigan, Sayer 1985; Joseph, Nugent 1994), tentando compreender como os seus limites são culturalmente construídos. Seguindo Gupta (1995), o projeto antropológico ambiciona compreender as condições concretas em que o Estado se representa a si próprio como "coerente" e "singular", acentuando paralelamente o papel da diferença cultural na formação dos Estados. Neste sentido, não assume a cultura como um produto do Estado, mas o Estado como um produto da cultura[39].

Esta perspetiva epistemológica traduz-se etnograficamente em dois sentidos. Em primeiro lugar, no privilégio conferido à análise do Estado a partir das práticas quotidianas. Se, como referi, as lutas culturais determinam a forma como o Estado é socialmente representado, então a esfera das práticas quotidianas constitui o terreno privilegiado onde as pessoas se relacionam e produzem imaginários sobre o que é o Estado, como este atua e como se relaciona com outras esferas sociais e culturais. James Fergunson (1990), por exemplo, argumenta que o desenvolvimento de procedimentos burocráticos muitas vezes considerados "apolíticos" tem uma grande importância nas práticas e representações de Estado. James C. Scott (1998), por seu turno, mostra que técnicas burocráticas aparentemente "apolíticas" como a cartografia, funcionam na verdade como importantes instrumentos do aparelho de legibilidade e controlo, moldando quer a forma como o Estados "observa" e governa a sua população, mas igualmente como esta o compreende.

Lembrando o que atrás se referiu sobre o lugar da performance, Diana Taylor (1997) procura compreender a performatividade das práticas burocráticas e dos espetáculos políticos em contextos de violência e guerra na Argentina. As performances formam uma interface entre atores e espectadores, onde o desempenho repetitivo dos procedimentos estatais, para uma variedade de públicos localizados a diferentes níveis (camponeses rurais, burocratas locais e nacionais, ativistas, peritos internacionais em desenvolvimento ou direitos humanos e funcionários de outros Estados), acaba por moldar as ideias das diferentes audiências sobre a natureza translocal do Estado e a relação que com este se estabelece. Assim, como lembram Gupta e Sharma (2006, p. 13): "É através de atividades tão mundanas que se reproduz a primazia do Estado, e a sua superioridade sobre outras instituições sociais estabelecidas. E é por meio das rotinas diárias de procedimentalismo e do estabelecimento de precedentes que as desigualdades sociais, como as de classe e género, são produzidas e mantidas".

A dimensão burocrática do Estado, em muitos contextos, coloca em desvantagem as pessoas mais pobres, pouco instruídas e em particular as mulheres; mesmo que as práticas quotidianas de

[39] No contexto brasileiro tem-se desenvolvimento uma vasta tradição etnográfica sobre a política e o Estado, versando temas tão distintos os processos eleitorais, as práticas institucionais, os movimentos sociais, as redes de família e parentesco ou sobre a questão da violência. Para uma visão ampla destes contributos ver Comeford e Bezerra (2013).

relação entre as populações e os funcionários estatais, sejam também marcadas por conflitos e resistências, que são demonstrativos da contestação à reprodução das desigualdades sociais que estão refletidas nos procedimentos estatais, aparentemente inócuos e "apolíticos" (Sharma 2006). A análise das práticas burocráticas em contexto releva a natureza dos conflitos interburocratizados e intrainstitucionais. Estes conflitos, no entanto, não têm nada de disfuncional, como se poderia sugerir a partir de Weber. Longe de serem símbolos de desenvolvimento impróprios do Estado, os conflitos são centrais para a organização institucional e a reprodução estatal.

As práticas quotidianas permitem ainda observar, a partir das rotinas da burocracia estatal, como se estabelecem concretamente os limites do Estado. Timothy Mitchell (2016) designará por "efeito do Estado" o estabelecimento da fronteira entre os domínios estatais e não-estatais, bem como a especificação do que o Estado "é" e do que "faz". Essa delimitação é traçada através de práticas culturais muitas vezes contestadas pelas burocracias, assim como de encontros e negociações. As práticas burocráticas que se expressam no quotidiano analisado pelos antropólogos revelam a forma como este "efeito do Estado" é produzido, reproduzido, e como contribui para a produção e circulação das representações do Estado.

Para além do foco nas práticas quotidianas, uma segunda característica da perspetiva antropológica do Estado é, portanto, o estudo das representações, que podíamos definir como a forma como cada Estado projeta uma imagem de si próprio e como as pessoas o idealizam nos seus imaginários. Esta dimensão pode ser analisada a partir de vários objetos: relatórios governamentais, propaganda, anúncios televisivos, comícios, desfiles militantes ou violência, inaugurações (Tennekoon 1988; Crewe 2005; 2006; Lutz 2002; Taylor 1997; Fassin 2015).

É no domínio específico da representação que se produz um discurso explícito sobre o Estado e a sua natureza. O importante aqui é analisá-lo tal como é representado intertextualmente, ou seja, através dos diversos meios de comunicação. Os meios e técnicas de representação permitem estruturar uma imagem de consistência, sistematização e controlo, ocultando as contradições e tensões que lhe são próprias. No caso português, por exemplo, analisou-se justamente a constituição do Estado através dos seus múltiplos lugares de tensão entre pessoalização e impessoalização, colegialidade e individualidade, burocracia e ritual, parcerias e conflitos, produtividade e controlo (Lopes et al, 2017: 283-292), aspetos que tratarei quando analisar as dimensões individuais e coletivas do trabalho dos funcionários parlamentares (Capítulo 10), a articulação dos rituais de conflito e antagonismo (Capítulo 6) e as socializações de bastidores (Capítulo 7) ou as performances dos parlamentares como resposta ao que estes sentem ser a imagem pública da instituição e dos deputados (Capítulo 9).

Para além da ênfase nas práticas quotidianas e no estudo das representações, as antropologias do Estado definem-se também pela sua capacidade de articulação entre o nacional e o transnacional. James Ferguson (1990), por exemplo, mostra como os discursos transnacionais de instituições como o Banco Mundial, aplicados a um país como o Lesoto, revelam que as

intervenções de desenvolvimento económico, expressas em instrumentos como os Programas de Ajustamento Estrutural, se realizam através de negociações e articulações entre organizações de desenvolvimento transnacional e funcionários governamentais nacionais. Rose (1996), por seu turno, demonstra como o "liberalismo avançado" está a proceder a uma reformulação dos contornos do Estado e das formas e modalidades de governo. O enfoque neoliberal na necessidade de governos mais pequenos ilustra a lógica de mercado que o orienta e as novas formas de governamentalização que o asseguram.[40]

As etnografias antropológicas revelam, assim, que a teoria webberiana do Estado enquanto "monopólio da violência num determinado território" é desmentida por variados episódios, da Guerra do Iraque às missões de paz da ONU, podendo-se falar de uma "desgovernamentalização do Estado" (Barry, Osborne, Rose 1996, p. 11) ou uma "desestatização do governo" (Rose 1996, p. 56), em paralelo a uma maior governamentalização da sociedade (Foucault 2011). Assim, Bob Jessop (1999), argumenta que no contexto pós-fordista e neoliberal, o Estado adquire uma forma qualitativamente nova, o que implica mudar o nosso quadro de análise do governo [*government*] para a governança [*governance*].

Estas análises têm grandes implicações, já que obrigam a um repensar da tríade "Estado", "território" e "povo". As perspetivas transnacionais das antropologias do Estado permitem separar a governação de um território da governação de uma população. É o que acontece, por exemplo, com as agências internacionais como o FMI ou o Banco Mundial, que ditam muitas das políticas dos Estados nacionais dos chamados "países em desenvolvimento". Neste contexto, a separação analítica da questão da governação do espaço/território e das populações, permite ultrapassar o quadro exclusivo do Estado-nação, onde o estudo do Estado se tem concentrado, ao mesmo tempo que permite um foco mais claro nos processos de governança ou governamentalidade globais. Trata-se, assim, de repensar analiticamente o Estado num contexto em que o espaço nacional pode ser definido transnacionalmente e onde muitas das funções tradicionalmente ligadas ao "Estado" estão a ser desempenhadas por organizações não governamentais que operam dentro de uma estrutura nacional.[41]

[40] Desenvolvem-se, assim, formas de governação à distância que se dirigem às instituições sociais como organizações não governamentais, escolas, comunidades e até a indivíduos que estão na tutela de um aparelho estatal centralizado, sendo responsáveis por atividades que até agora eram realizadas por agências estatais.

[41] Assim, as pesquisas antropológicas e etnográficas sobre o Estado têm ganho um peso crescente com a análise de reformas nos setores do chamado "Estado-social", de que são exemplos os setores da saúde, educação ou segurança (Ferguson 2006; Shore, Wright, Però 2011; Cunha 2019), mas também de instituições políticas nacionais (Rhodes 2011; Crewe 2015a; 2005; Weatherford 1985; Schumann 2009; Abélès 2000), europeias (Wodak 2009; Busby 2014; Abélès 1992), judiciais (Scheffer 2010) judiciais-administrativas (Latour 2010), governativas (Rhodes 2011), instituições de formação universitária (Durão e Lopes 2015), sistema financeiro e bancário (Lopes, Marques 2011), forças policiais (Durão 2011; Bento 2017), sistemas de vigilância (Frois 2013; 2011) e prisionais (Frois 2017; 2020; Cunha 2002; Frois, Bento

## O campo multidisciplinar na etnografia política

Apesar da predominância dos métodos quantitativos no estudo da política (Auyero 2006), nos últimos anos têm surgido um conjunto de etnografias sobre instituições e organizações que, a partir da influência de Michel Foucault ou James C. Scott, foram designadas por "etnografia política" (Baiocchi, Connor 2008; Joseph, Mahler, Auyero 2007; Schatz 2009), designando um domínio de investigação que combinou a ciência política, a microssociologia e a antropologia, e que procurou analisar as práticas e processos políticos a partir do trabalho de campo e da observação participante (Lopes et al. 2017, p. 36). Constituiu-se, assim, como alternativa às correntes comportamentais ou racionalistas da ciência política dominante (Willner 2011). Segundo Baiocchi e Connor (2008), cuja perspetiva discuti com outros colegas a propósito de um estudo etnográfico sobre o Estado português (Lopes et al. 2017, p. 36), estas etnografias são muito distintas entre si, mas têm em comum o facto de operacionalizarem um conceito de política não circunscrito às práticas estatais ou de governo, permitindo a esta corrente diferenciar-se em três grupos principais. O primeiro, que se dedica ao estudo de atores e fenómenos políticos, procura compreender eventos situados, a formação de agregados de pessoas em torno de fenómenos políticos, quais os seus códigos, narrativas e táticas. Uma segunda abordagem diz respeito à investigação dos encontros e tipos de relação concretos entre os cidadãos e o poder formal, especialmente a burocracia de Estado. E em terceiro lugar, as etnografias de experiências onde o político se constitui noutras dimensões de existência coletiva, não especialmente institucionais, tais como o desporto, o trabalho, a religião ou os rituais. Esta perspetiva tem sido usada para compreender o lugar da "performance" da ordem e das decisões nas organizações, marcadas quer pelo cumprimento de regras e hierarquias, quer pela sua mutação (Willner 2011) ou para o estudo de instituições como a polícia e de segurança (Beek 2012; Göpfert 2012).

## As novas etnografias parlamentares

Os parlamentos são um objeto raro e relativamente recente na literatura antropológica ou etnográfica, ainda que a primeira etnografia parlamentar tenha sido realizada pelo cientista político Richard Fenno (1978) na década de 70 do século XX, acompanhando membros da *House of Representatives* aos seus distritos eleitorais e analisando as relações destes com os seus eleitores. Esta investigação teve o mérito de propor uma análise da representação política centrada

2019) ou militares (Bevilaqua, Leirner 2000) . Outras pesquisas têm indo mais longe, procurando análises institucionais mutisituadas (Thelen, Vetters, Benda-Beckmann 2018; Fassin 2015; Lopes et al. 2017).

nas relações concretas entre os representantes e os eleitores dos seus círculos eleitorais [*constituencies*], e não nos seus comportamentos individuais, como sucedia na maioria dos trabalhos da sua área disciplinar. Desta forma, Fenno salienta que nessas relações a confiança era o ingrediente mágico da representação: "Se as pessoas gostarem de ti e confiarem em ti como indivíduo, elas votam em ti" (Fenno 1978, p. 56), referiu um parlamentar, permitindo a Fenno analisar a forma como as conversas, socializações e interações entre os parlamentares e os seus eleitos não se centravam tanto nas políticas concretas, mas no carácter e na confiança garantida pelo eleito aos seus eleitores. Os políticos variavam a apresentação de si mesmos perante diferentes grupos sociais dentro dos círculos eleitorais, procurando que diferentes eleitores os vissem como alguém que "igual" a eles. O contacto com os eleitores procurava concretizar na prática uma das características da representação política: a procura e a performance do mimetismo entre o representante e o representado. Os políticos conquistavam confiança a partir das conexões e interações com os eleitores, sendo avaliados sobretudo pela sua ligação à representação local. Mais do que homens e mulheres, eles e elas eram símbolos vivos da localidade. Assim, quanto maior o grau de confiança, maior a margem de manobra dos eleitos que invariavelmente tinham de votar leis contrárias aos desejos dos seus eleitores.

Ainda no contexto americano, e de acordo com Crewe (2018a), o único antropólogo a realizar uma etnografia do Congresso terá sido Jack Weatherford. Ao privilegiar a análise das relações face aos comportamentos individuais, descobriu a existência de fortes relações de parentesco e de patrocinato. Na sua análise, o autor afirma que o maior corpo deliberativo do mundo se tornou o maior corpo cerimonial do mundo (Weatherford 1985, p. 206), tendo o ritual a função de evitar a interação. Assim, ao analisar os rituais, cerimónias, mitos, costumes e o "efeito de clã" na feitura das leis, Weatherford acaba por oferecer uma imagem da instituição onde a política se joga na aparência e na teatralização que parece servir sobretudo para engradecer o poder dos seus membros, assunto a que voltarei no Capítulo 6.

Num sentido distinto a estes autores encontra-se o trabalho do antropólogo Marc Abélès. O seu percurso começa na década de 80 com uma investigação centrada na política local em Burgundy (Abélès 1989), seguindo-se a realização de uma etnografia sobre o Parlamento Europeu (Abélès 1992) e, mais tarde, sobre a Assembleia Nacional francesa (Abélès 2000). A diversidade institucional analisada revelou a importância de estudar a relação entre diferentes escalas da ação política – local, nacional e transnacional – e as suas articulações na prática quotidiana, ao mesmo tempo que rejeitava a abordagem funcionalista (usada por exemplo que Weatherford) para explicar os comportamentos, argumentando que as palavras, as ações e os objetos são manipulados através de rituais que permitem o confronto entre diferentes elementos da sociedade.

Na perspetiva de Abélès, com a qual estou de acordo, o Parlamento não é um mero teatro: por um lado, é uma instituição que expressa batalhas morais, organizadas a partir de uma disputa semiótica e exegética de textos que se desenvolvem nos processos de trabalho legislativo; por

outro, constitui-se como um lugar de teatralização dos conflitos,[42] assente numa luta ritual ou num confronto efetivo de pessoas que encaram intelectual e fisicamente diferentes elementos da sociedade. Os protocolos dessa luta simbolizam aspetos significativos das relações – a separação entre o poder executivo e legislativo, por exemplo -, mas também fortalecem sentimentos de pertença a diferentes grupos politicamente mobilizados.[43] Cada proposta de lei constitui tanto uma oportunidade para o confronto político e moral entre Governo e oposição, como um desafio complexo e criativo de trabalho exegético partilhado pelos diferentes protagonistas.[44] Nas palavras suas palavras: "A dramatização das oposições observadas em certos momentos é por vezes descrita como artificial. Diz-se que a Assembleia é um teatro, um lugar para um confronto faccioso exagerando ao ponto de ridicularizar as explosões gestuais e retóricas. É fácil concordar que há uma teatralização do conflito na Câmara. Mas na condição de se reconhecer que é apenas um espetáculo de relações de poder muito reais" (Abélès 2000, p. 330)

Os rituais de debate lembram a autonomia do poder legislativo, permitindo a dupla distinção entre Governo/oposição e direita/esquerda. Todavia, se em França os rituais expressavam estes antagonismos, no Parlamento Europeu o cenário era distinto (Abélès 1992). Primeiro, porque os eurodeputados não têm o mesmo grau de conexões locais, ganhando maior importância o papel da legitimação partidária. Em segundo, a lógica de promoção de compromissos entre eurodeputados de diferentes partidos e países moderava o nível de confrontação política.[45] Finalmente, o plurilinguismo introduzia diferenças na mediação do próprio debate.

A análise comparada da vida política local, nacional e europeia analisada por Abélès permite salientar um outro aspeto relevante: o carácter contraditório da representação política. Quem exerce funções de representação tem que ponderar simultaneamente a sua afirmação pessoal; a relação com o partido que representa; a ligação, reputação e influência local; e a referência a um quadro nacional da representação, ligado aos rituais de identidade nacional.

À natureza paradoxal da representação acrescenta-se um outro especto relevante para esta pesquisa: a diferenciação interna dos deputados. Desde logo a distinção entre uma minoria de deputados em exclusividade na função e uma maioria que ocupava outras funções políticas locais,

[42] A este respeito Abélès designará como "ritual struggle" o processo de efetiva, e por vezes violenta, confrontação de pessoas que incarnam diferentes elementos da sociedade civil, ainda que, como advirta, essa dimensão implique uma confrontação regulada em códigos e protocolos comuns (Abélès 2006, p. 30).
[43] Como veremos, Emma Crewe continuará o desafio de Abélès às teorias da escolha racional, argumentando que a política parlamentar se deve analisar a partir das relações entre diferentes grupos na instituição, e não a partir dos interesses e comportamentos individuais (Crewe 2018a, p. 18).
[44] Um dos exemplos dado autor foi o da disputa entre as palavras contacto (*contract*), pacto (*pacte*) ou convenção (*convention*), para legislar sobre as uniões de casais homossexuais (Abélès 2000, p. 94). O debate e as lutas pelas palavras simbolizavam disputas ideológicas mais amplas sobre a família e o Estado, revelando que a disputa semântica metaforizava a disputa política.
[45] Abélès (1993) revela uma instituição onde tudo convoca a impressão de se estar num mundo fechado, assente nos seus próprios códigos e estruturas de funcionamento e ação. A arquitetura labiríntica, os escritórios, os bares, os encontros e os ritmos são expressão dessa mesma lógica de fechamento.

como as de *mayor* ou dirigente de assembleias locais. Na perspetiva do autor, há um "monopólio das funções políticas" que se manifesta através das relações entre política local e nacional, aspeto que igualmente discutirei no Capítulo 5. Mas há outras diferenciações politicamente significativas, como a que separa os "deputés de base" de outros deputados que têm papéis de protagonismo nas hierarquias de partido; quem tem e não tem visibilidade mediática; além das diferenciações em termos geracionais e até de motivações políticas para participar na instituição. Deste aspeto igualmente darei conta no Capítulo 8.

Finalmente, um aspeto relevante do trabalho de Abélès para esta pesquisa prende-se com o próprio poder do Parlamento, assunto a que igualmente me dedicarei no Capítulo 9. Formalmente, a Assembleia Nacional tinha a prerrogativa de votar leis e escrutinar a ação do Governo. Contudo, fruto das reformas promovidas por De Gaulle, a instituição perdeu autonomia legislativa e o Governo ganhou peso na definição da agenda, centrando-se o debate parlamentar na emenda aos textos legislativos. Por isso alguns dos deputados sentem uma influência política muito limitada, seja quando estão no Governo, seja quando estão na oposição, como discuto no Capítulo 8.

A enfâse nas relações, por oposição aos comportamentos individuais, marca igualmente a pesquisa etnográfica de William Schumann (2009) sobre a Assembleia Nacional do País de Gales nos anos 2000. O autor trabalhou como estagiário para os Liberais Democratas, analisando a vida quotidiana para lá da sua organização formal, destacando em especial as relações estabelecidas no seio do seu partido político, marcadas pela lealdade partidária, que estrutura o conflito político e simultaneamente pela confraternização interpartidária, favorecida em particular pelos funcionários dos diferentes partidos que criam as condições para que, entre políticos de partidos diferentes, haja relações de proximidade que garantem a partilha de informação e de favores.

A complexidade das práticas de representação política, e das relações em que se baseiam, motivou Ruth Wodack (2009) e Amy Busby (2014), a realizarem trabalho de campo etnográfico no Parlamento Europeu. Contrariamente a Abélès, que privilegiou as contradições e a desorganização estrutural da instituição, Ruth Wodak observou um sentido de organização latente, uma espécie de "ordem na desordem" (2009, p. 26). Para analisar como essa ordem institucional era produzida, Wodack analisou a política a partir dos bastidores, concluindo que nesse plano a vida quotidiana é tão confusa como organizada, sendo nessa duplicidade que se formam as estratégias mobilizadas pelos deputados para dar sentido às suas práticas. Nas suas palavras: "A vida quotidiana dos políticos é tão preenchida tanto por acidentes, coincidências e imprevisibilidades, como por ações racionais bem planeadas. O que portanto podemos prever é que essas situações caóticas são uma característica necessária da 'politics as usual' e que os políticos experientes sabem simplesmente lidar com elas – é por isso que afirmo que há 'ordem na desordem' (Wodak 2009, p. 15). De que forma esta ordem é produzida?

Wodack chama a atenção para dois aspetos, que igualmente serão úteis para compreender a o Parlamento português. Por um lado, o facto do trabalho dos deputados depender em larga

medida da sua capacidade de adaptação a diferentes comunidades de prática. Por outro, o papel central dos assessores que organizam a vida agitada dos deputados, filtrando, selecionado e trabalhando a informação que lhes chega. A esses aspetos me irei referir no Capítulo 9.

A ordem institucional é ainda construída e reforçada por três tipos de conhecimentos - "organizacionais", "especializados" e "políticos" (Wodak 2009, p. 46) mobilizados tendo em conta as variadas funções, motivações, visões e agendas que assumem, tanto individual como coletivamente. Abordando a tensão descrita por Abélès, entre a função legislativa e representativa, a autora mostra que esta se resolve a partir da gestão que os deputados fazem das suas múltiplas identidades e à medida que se movimentam em diferentes comunidades de prática.

Em diálogo com este trabalho e com a etnografia de Abélès, Amy Busby (2013) tomou como ponto de partida as perspetivas teóricas de Goffman, Bourdieu e Lave e Wanger, procurando analisar como os eurodeputados praticam a política como uma atividade quotidiana. Para tal trabalhou como estagiária de um eurodeputado durante sete meses (Busby 2013, p. 96), inseriu-se no que dignou por "Brussels Bubble" (Busby 2014, p. 106) e tentando entender as práticas informais, a representação simbólica e as relações de poder concretas e quotidianas. Dois aspetos da sua etnografia revelaram-se importantes para a análise do Parlamento português.

O primeiro é a forma como a gestão da informação central no "jogo político", num contexto em que a comunicação permanente complexificou a representação política. Os representantes recebem grandes quantidades de informação, a partir de múltiplas fontes e plataformas, o que confere especial relevância a duas práticas quotidianas: os processos de filtragem da informação, para a qual os assessores são decisivos; e os processos de metamorfose dos deputados nos seus variados contextos interação, onde levam a cabo múltiplos papéis a partir de distintas oportunidades e constrangimentos.

Um segundo elemento prende-se com a conceptualização do Parlamento Europeu como um "campo político transnacional", onde a prática política é analisada a partir da participação nas *National Party Delegation* e nos Grupos Parlamentares, analisados como "comunidades de prática". Na sua interpretação, a autora salienta que, para jogar o jogo [*play the game*] num campo político transnacional, é necessário tempo para incorporar regras, possuir disposições para a prática e acumular capitais. Há muitas oportunidades para que os deputados possam moldar a legislação europeia e a política, mas é necessário possuir um *sentido de jogo* que se ganha informalmente através da prática. Isto embora também os grupos e as delegações nacionais sejam importantes agentes de socialização dos novatos no *habitus parlamentar*. A partir desta análise discutirei que fatores sociais e culturais potenciam ou inibem o acesso ao campo parlamentar, de que forma a política se torna um capital e uma forma de distinção social, e como se dá a aprendizagem e a adaptação a diferentes grupo e comunidades de prática.

Muitos dos aspetos que estas etnografias têm salientado refletem-se no trabalho de Emma Crewe (2016; 2006; Crewe, Müller 2006; Crewe 2018a; 2015a; 2005). A sua visão do

parlamentarismo britânico constitui-se como uma alternativa à dualidade polarizada entre a estrutura e a agência (Crewe 2018a, p. 13), colocando o foco nos processos e nas relações através dos quais ilustra as múltiplas e paradoxais dimensões do trabalho parlamentar: a pluralidade de motivações para estar na instituição; a complexidade do processo de conquista de um lugar nas listas, onde se jogam diversos tipos de conexões sociais, políticas e culturais; as contradições decorrentes da necessidade de construção de uma identidade distintiva e, simultaneamente, de obter apoios e construir conexões locais; a exigência da aprendizagem e da adaptação a diferentes papéis, tipos de audiências, pressões e regras de conduta; a dualidade entre a performance da hostilidade e fidelidade partidária, e a proximidade e cooperação interpartidária nos espaços privados; as tensões das hierarquias internas, especialmente entre os *whips* e os *backbenchers*, mas também no quadro da predominância do Governo; as contradições entre as lealdades locais, partidárias, a consciência individual e a representação nacional; ou os conflitos de interesses na produção legislativa. A todos esses assuntos voltaremos ao longo desta tese[46].

Deve salientar-se que todas estas dinâmicas ocorrem numa instituição com características sociais específicas, onde há uma clara dominação masculina e uma sub-representação das classes sociais menos favorecidas, que perderam espaço de representação à medida que aumentou o número de deputados com um longo *background* político e partidário. Assim, nesta instituição a profissionalização da política parece contribuir para o reforço das relações entre pares, tema a que voltarei no Capítulo 6. No entanto, essas características sociais não impedem que o quotidiano seja marcado pelo conflito, e que o próprio trabalho dos deputados seja marcado por diferentes pressões, expetativas e necessidades de adaptação permanente.[47]

.

***

Tendo em conta esta genealogia teórica que fundamenta a perspetiva antropológica das instituições, do Estado e dos Parlamentos, estamos agora em condições de entrar no nosso terreno: a vida quotidiana da Assembleia da República. Para o fazer, começo por enunciar condições em que a pesquisa foi realizada, a estratégica metodológica empregue e a reflexividade e questões éticas que esta suscitou. Será esse o assunto a que dedicarei o próximo capítulo.

[46] Sobre o funcionamento do Parlamento Britânico ver também a reflexão etnográfica realizada por Austin Mitchell (1982), na época membro da House of Commons; e mais recentemente o trabalho organizado por Leston-Bandeira e Thompson (2018) sobre as diferentes vertentes do trabalho parlamentar na atualidade.

[47] A autora salienta três processos que garantem um sentido de estabilidade à instituição: os "riffs", que os deputados desenvolvem para dar sentido à sua ideologia e a comunicarem politicamente; os "ritmos" que organizam o trabalho criando repetição no tempo e espaço; e os "rituais" que pontuam o trabalho diário com "riffs" e "ritmos" de particular significado político, social e cultural.

## CAPÍTULO 3

## UM ETNÓGRAFO NA ASSEMBLEIA: ACESSO, MÉTODOS E DILEMAS ÉTICOS

Estávamos em junho de 2016 quando Paulo, deputado há cinco legislaturas, aceitou que acompanhasse a sua semana de trabalho. Nessa quarta-feira, depois de participar na reunião da Comissão Parlamentar a que pertencia, seguimos para seu gabinete, no Edifício Novo da Assembleia da República. Sentou-se, ligou o computador e meio a brincar disse que iria precisar da minha ajuda para responder um inquérito "enviado por uns colegas meus". Tratava-se de uma investigação na área da ciência política sobre atitudes e valores dos deputados portugueses.

Passados quinze minutos, Paulo interrompe a tarefa: "João, acha isto normal? Porque é que estão sempre a enviar questionários abstratos, que demoram tanto tempo a responder e que são quase sempre iguais?". Não soube imediatamente o que lhe responder, até porque desconhecia o estudo e, por questão de decoro, não estava a ler as perguntas e as respostas do deputado. Paulo foi ficando impaciente e a partir de um determinado momento começou a responder alternadamente às várias questões que faltavam, já sem ler ou refletir sobre nenhuma delas. Respondi-lhe então que nesse caso o melhor era não ter respondido a nenhuma delas. Mas o deputado retorquiu: "Agora que perdi quinze minutos, não ia desperdiçar este trabalho, não é? Só faltavam meia dúzia e também qual é que é o efeito prático destes questionários?".

Depois de submetido, e mais tarde inserido na base de dados de um sofisticado programa de análise estatística, aquele inquérito iria contribuir para a produção de um discurso científico sobre o Parlamento e os deputados, ainda que parte dos dados estivessem evidentemente enviesados. O episódio foi incómodo, mas ao mesmo tempo revelador da importância acrescida que deve ser conferida às escolhas metodológicas, à sua aplicação, às teorias que a partir destas se produzem e às questões éticas inerentes ao processo de investigação. É o que farei nas próximas páginas.

### Escolher a etnografia

Os parlamentos são um *objeto etnográfico em construção* relativamente recente na literatura antropológica e etnográfica. Neste sentido, a circunstância de nunca ter sido realizada uma etnografia do Parlamento português, obriga a que se esclareça a relevância desta metodologia para a análise desta instituição do Estado português.

A etnografia é tanto uma metodologia de investigação como um tipo de conhecimento que resulta da sua aplicação. Neste sentido, de um ponto de vista epistemológico, desenvolver um trabalho de campo etnográfico, intensivo, e geralmente de longa duração, dá origem a uma abordagem distinta da que é proposta, por exemplo, pela aplicação de um inquérito por

questionário ou pela realização *exclusiva* de entrevistas. Em primeiro lugar, porque o trabalho de campo tem por base um conhecimento intersubjetivo, mas não menos objetivo e crítico, sustentado na análise das práticas, discursos, relações e os processos que ocorrem na vida quotidiana. Usando as palavras de Pina Cabral (2007a, p. 193) trata-se um "conhecimento experiencial intersubjetivo dos contextos humanos" que, neste caso específico, procura compreender *na prática* e *por dentro* como na vida parlamentar se produz e reproduz um entendimento social e culturalmente partilhado sobre o que a política significa.

A natureza epistemológica do conhecimento etnográfico – essa "mutualidade" de que fala Pina Cabral (2013), que está na base do modo como etnógrafos e informantes se relacionam e envolvem em processos de coresponsabilidade ética – é assegurada pelas dimensões processuais e intersubjetivas onde os imprevistos se integram e das quais são parte constitutiva (Viegas, Mapril 2012) . Seguindo Ingold (2018) os antropólogos não estudam pessoas, mas aprendem *com* as pessoas, em processos participativos de pesquisa e produção de conhecimento.

O tipo de conhecimento que se produz através da etnografia tem como pressuposto a ideia de que a realidade (qualquer que ela seja) não é uma "coisa" que bastaria medir, quantificar e mensurar, mas antes uma construção social e cultural permanente, historicamente situada, por vezes contraditória e paradoxal, que se "apresenta" a quem faz etnografia a partir de uma experiência intersubjetiva que se estabelece com quem se estuda. A perspetiva etnográfica apela a uma irredutibilidade entre as ideias e as práticas, os conceitos e os contextos, os discursos e as relações. Quer isto dizer que a "política", o "Estado", a "representação política" ou o "poder" não são discutidos a partir de um exercício de erudição textual, mas também não são reduzidos a um conjunto dados quantificados e comparáveis, descritivos ou inferenciais, que procuram explicar "como funciona" uma instituição ou "como pensam" os seus agentes.

Neste sentido, a etnografia é uma metodologia e um tipo de conhecimento que *se faz* teoria a partir da dimensão dialógica inerente ao trabalho de campo, o qual não dispensa um compromisso ético permanente (Melhuus, Mitchell, Wulff 2012). Trata-se, portanto, de realizar o que Pina Cabral, na senda de Ernesto Veiga de Oliveira, designa por "gesto etnográfico", isto é, "esse de desejo de ir 'lá' ver, perceber bem, questionar, confrontar e voltar com a melhor compreensão possível" (2007a, p. 193). Mesmo partindo da hipótese de que as questões que a antropologia coloca possam ter uma natureza eminentemente filosófica – por exemplo, como é que as pessoas criam e disputam o significado das suas vidas? O que motiva as pessoas a agirem da forma como o fazem? Qual é a fonte da sua noção de moralidade ou imoralidade? Qual é a relação entre a liberdade individual e o constrangimento social? – a vocação empírica e dialógica faz da disciplina, como diz Ingold (1992, p. 696), uma forma de filosofia com pessoas dentro.

Também no plano ético, a etnografia tem implicações particulares. As interações que se estabelecem implicam um sentimento de coresponsabilidade, comum a todos os seres humanos, e que precede a própria alteridade cultural (Pina Cabral 2007b). O "gesto etnográfico", esse desejo

e essa prática que transporta quem faz etnografia para o centro das relações humanas, adquire ainda maior importância porque o terreno etnográfico não é uma espécie de "entidade exterior" a ser traduzida. Constitui-se, antes, como um espaço de aprendizagem quotidiana, onde a partir das relações de proximidade, se procura compreender o mundo tal como veem os seus agentes, sem perder o sentido crítico e reflexivo que deve guiar qualquer trabalho de investigação.

Finalmente, escolher etnografia é também um desafio empírico particular, desde logo porque exige um compromisso de tempo duradouro (por comparação com a outras abordagens metodológicas, como o inquérito por questionário ou a análise exclusiva de entrevistas) que permita aceder ao terreno, ganhar confiança e tornar a nossa presença o mais familiar possível. É igualmente um investimento emocional, já que quem faz etnografia tem de estar disponível para mudar a forma como vê o mundo, ao apreender e compreender a forma como outros o fazem.

Investigar o Parlamento português a partir de uma perspetiva antropológica implica ter consciência da forma como esta disciplina olha para o Estado, exigindo uma abordagem de investigação centrada nos discursos, nas práticas e nas relações das pessoas que todos os dias constroem esta instituição. Tal dificilmente poderia ser feito recorrendo *exclusivamente* à aplicação de um inquérito por questionário ou à realização de entrevistas. Neste sentido, a etnografia é uma metodologia versátil, diria mesmo eclética, que, ao fazer da presença no terreno um pressuposto central da investigação, pode recorrer a uma multiplicidade de métodos e técnicas de pesquisa, adaptadas a diferentes contextos. A etnografia permite-nos conhecer a vida das pessoas, mobilizando quer as suas narrativas individuais, quer os processos e as relações em que se envolvem. Dessa "dupla estratégica" fala Frois (2017), quando, a partir do seu trabalho etnográfico na prisão de Odemira, explica a necessidade empírica de recorrer simultaneamente a entrevistas e à observação. As primeiras permitiam um diálogo num espaço fora da rotina diária, podendo "propiciar momentos que se revestem de características quase confessionais". A segunda, porque nas entrevistas podia haver um isolamento das variáveis "que só o acompanhamento e a presença no ambiente quotidiano permitiriam relativizar" (2017, p. 18).

Sendo a Assembleia da República uma instituição de poder, a etnografia é a metodologia que permite produzir um conhecimento de natureza situacional, baseado numa relação intersubjetiva prolongada com os atores e, portanto, menos suscetível ou permeável quer às autorrepresentações institucionais (através das quais a instituição se apresenta perante o exterior), quer à coerência que as pessoas procuram dar à sua história e às suas práticas (que podem estar presentes numa entrevista, mas não tanto nos seus contextos de interação quotidiana).

Assim, entre outubro de 2015 e julho de 2018 realizei uma etnografia do Parlamento português, através da qual observei, conversei, entrevistei ou acompanhei o trabalho de deputadas e deputados, de quem faz assessoria aos Grupos Parlamentares, de jornalistas e funcionários da Assembleia da República. Procurei conhecer "como" se pensa aquilo que se faz, na tentativa de compreender os passos que indivíduos dão para concretizar determinadas ações (Becker 1998). É

como desvendar um *puzzle* (Mason 2002), em que é preciso superar enigmas para tentar completar a imagem através de um misto de ciência e arte (Tilly 2007; Woods 1996). A etnografia torna-se, portanto, um método em que nos expomos perante uma *apresentação do eu* que, como novamente afirma Frois (2017, p. 30), é "permanentemente equacionada e negociada, sem que tal signifique que há uma contradição nos termos. Em diferentes contextos os indivíduos expõem, ocultam, revelam e manipulam a forma como se apresentam aos outros". Estar no terreno sujeita-nos a essa complexidade que é, afinal de contas, a característica central das interações humanas. Como aceder, então, a esta instituição do Estado português? Como observar o trabalho quotidiano das pessoas que ali se encontram? Como gerir a informação a que acedemos?

## Entrar na Assembleia: negociações e estratégias entre o acesso formal e informal

O primeiro desafio de qualquer pessoa que faça uma etnografia é o acesso ao terreno, que pode ser mais ou menos facilitado, exigindo maior ou menor negociação. Neste caso, o facto de a Assembleia da República ser o órgão de soberania com maior visibilidade, e porventura com mais transparência, antecipava uma relativa facilidade. No entanto, logo nas primeiras semanas, o problema do acesso revelou-se mais complexo do que inicialmente tinha equacionado.

A primeira dificuldade relacionou-se com o facto de que, para todos os efeitos, os deputados e deputadas à Assembleia da República fazem parte de um grupo de elite, ainda que com características muito específicas. Estudar uma elite política de representantes de um ponto de vista etnográfico tornou-se um desafio estimulante. Desde logo porque, como advogam Abbink e Salverda (2013, p. 30), a perspetiva antropológica procura estudar as elites a partir da forma como as dinâmicas culturais, a estruturação do *habitus* e a formação das suas ideias contribuem para a perpetuação do seu domínio e aceitação social. Trata-se, seguindo Lima (2003), de compreender os critérios de destaque social e as práticas, interesses e formas de cooperação que se mantêm através das relações comuns estabelecidas por um determinado grupo social. A tarefa etnográfica consistia em analisar de que forma os representantes políticos se constituíam enquanto grupo sociocultural, considerando a sua diversidade, e como esse grupo funcionava, construía poder e influência, prestígio e autoridade. Em suma, como é que estas pessoas formavam um grupo social que controlava recursos específicos através dos quais adquiriam poder político e vantagens (Pina-Cabral, Lima 2000, p. 2) e se autorreconheciam a partir de uma cultura mutuamente criada, partilhada e mantida (Shore 2000, p. 3).[48] Tais objetivos, num contexto de

[48] A este respeito, Antónia Pedroso de Lima (1997) chama a atenção para um conjunto de relevantes aspetos no estudo etnográfico sobre as elites, entre eles as dificuldades de comparação, as relações de poder assimétrica entre quem investiga e é investigado, o controlo da privacidade ou elevado escrutínio sobre tudo o que se publica.

ampla multiplicidade de protagonistas e marcado por uma grande pluralidade político-ideológicas, exigiu uma estratégia metodológica exigente e diversificada.

Um segundo aspeto prende-se com o facto desta instituição nunca ter acolhido uma pesquisa com estas características (e, portanto, não havia precedentes ou comparações anteriores), além de que, sendo um órgão de soberania, onde se negoceia, disputam e tomam decisões que afetam o conjunto da comunidade, a presença de uma pessoa externa, com acesso a espaços privados, nomeadamente de partidos concorrentes, exigia a construção progressiva de uma relação de confiança mútua. Estes dois aspetos colocavam obstáculos no acesso ao terreno. De que forma pode um etnógrafo aceder ao Parlamento? Como pode fazê-lo tendo em conta a diversidade Grupos Parlamentares? Quem deveria ser primeiro contactado, a Presidência da Assembleia da República, os Grupos Parlamentares ou a Secretaria Geral?

Quase três anos de investigação permitem-me concluir que "entrar no Parlamento" é uma questão que nunca está resolvida. Até ao final da pesquisa mantive uma constante negociação sobre a minha presença nos mais variados lugares. A não ser que, como fizeram Busby (2014) ou Schumann (2009), se trabalhe profissionalmente na instituição, quem faz uma etnografia parlamentar é geralmente visto como uma pessoa externa, que nunca é membro da instituição. Está permanentemente a negociar a sua presença de forma mais declarada ou mais tácita.

Numa primeira fase da pesquisa optou-se por contactar o Presidente e o Secretário-Geral da Assembleia da República,[49] solicitando-se autorização para a pesquisa e acesso à instituição. A resposta do Gabinete do Secretário-Geral indiciava que conseguir uma autorização para aceder à instituição poderia ser mais difícil do que se previa:

> Como será do conhecimento de Vª Exª, todas as sessões do Plenário da Assembleia da República são públicas e emitidas, na íntegra, pelo Canal Parlamento, quer através da TDT quer através dos canais disponibilizados nos pacotes das operadoras de cabo. Relativamente às Comissões, o respetivo trabalho vai já passar a ser transmitido e disponibilizado, na íntegra, em Web TV. Assim, esta plataforma será o novo sítio internet do Canal Parlamento, disponível em www.canal.parlamento.pt. [...] Dada panóplia de meios e possibilidades acima descritos, é nossa opinião que Vªs Exªs deixarão seguramente de ter o incómodo de se deslocarem ao Parlamento, para o efeito pretendido.

Como vim a comprovar mais tarde, esta resposta não significava uma resistência da instituição à realização da pesquisa, antes refletindo três questões práticas. Primeiro, o desconhecimento sobre este tipo de metodologia,[50] facto igualmente partilhado por Crewe (2006,

[49] Salientar que nesta primeira fase a pesquisa etnográfica foi financiada no âmbito de um projeto da Fundação Francisco Manuel dos Santos (Lopes et al. 2017), tendo estas negociações de acesso ao Parlamento sido partilhadas com Catarina Frois.

[50] O facto de a maioria dos estudos parlamentares ser feito a partir de inquéritos por questionário ou através de entrevistas, tornava um pouco insólita a solicitação de um acesso permanente e prolongado à instituição.

p. 83) na sua investigação sobre o Parlamento britânico. Depois, porque dada a natureza do trabalho de campo etnográfico que se pretendia realizar, mais importante que ter uma autorização formal da instituição era a necessidade de ter o consentimento dos Grupos Parlamentares e dos seus deputados. Finalmente, porque ceder um acesso ilimitado aos corredores do Parlamento a um investigador académico (direito circunscrito a deputados, assessores, funcionários e alguns jornalistas) podia colocar vários problemas, deste logo pelo precedente para outras pessoas que quisessem fazer pesquisas semelhantes, e também por receio que o etnógrafo entrasse em contacto com os deputados nos seus espaços de socialização, e isso gerasse algum desconforto.

Em resposta a esse primeiro email, apresentou-se uma breve explicação sobre a natureza do trabalho qualitativo e etnográfico (onde se referiu a necessidade da presença dos investigadores no terreno), aludiu-se ao facto haver já autorização de alguns deputados (que, entretanto, tinha começado a contactar), e finalmente, salientou-se a existência de pesquisas semelhantes noutros países. A resposta foi positiva e depois de uma reunião obteve-se um compromisso. Poderia ter acesso à Assembleia da República, mas mediante pedidos de autorização para observar lugares específicos – por exemplo, uma reunião do Plenário, de Comissão ou Grupo de Trabalho.

Este acesso permitiu-me observar dinâmicas de interação e estabelecer contactos, mas não realizar uma etnografia como a tinha concebido inicialmente. O facto de ser sempre identificado como visitante, recebido com hospitalidade e depois acompanhado à saída, tornava impossível a observação das interações para lá dos seus momentos públicos e, sobretudo, o acompanhamento do trabalho diário de diferentes protagonistas parlamentares.

Optei, então, por uma estratégia diferente: contactar diretamente as direções dos Grupos Parlamentares. Depois de apresentar a pesquisa, solicitei autorização para observar as suas salas de trabalho e acompanhar uma semana de trabalho de alguns dos seus e das suas parlamentares. As respostas foram muito diversas. Em alguns casos foi sucessivamente adiada, e nunca chegou. Noutros, foi necessário permanecer junto à entrada da Assembleia da República (ou mesmo à porta dos gabinetes dos Grupos Parlamentares) para que os dirigentes se cruzassem comigo e fosse dada uma resposta. Seja como for, apesar de ter tido algumas respostas positivas, estas ainda não me permitiam cumprir o meu propósito, que era acompanhar, ou pelo entrevistar, deputados de todos os Grupos Parlamentares representados.

Decidi, finalmente, por uma última estratégia: contactar os deputados e as deputadas individualmente, com o desafio de poder acompanhar uma semana do seu trabalho ou, pelo menos, de me concederem uma entrevista.[51] As respostas foram mais favoráveis e à medida que algumas pessoas foram aceitando, ia entrando na instituição, ganhando a confiança de deputados e deputadas, assessores e funcionários parlamentares, que comentavam também entre si a

[51] Na verdade, tinha começado estes contactos enquanto ainda negociava com o acesso com os serviços da Assembleia. As primeiras conversas e entrevistas com deputados foram permitindo estabelecer as primeiras relações. No entanto, só nesta segunda fase é que houve um contacto à generalidade os parlamentares.

experiência que tinham tido.[52] Passados alguns meses a minha presença já não era estranha para ninguém.

Durante três sessões legislativas estive no Parlamento para acompanhar, observar, entrevistas e conversar com deputados, funcionários parlamentares, assessores ou jornalistas. Perante a dificuldade em ter uma "autorização formal" garantida pela instituição ou pelos Grupos Parlamentares, optei por seguir as pessoas que me davam autorização para acompanhar o seu trabalho ou para conversarem comigo na instituição – algumas delas, inclusivamente, dirigentes dos próprios grupos. Mais tarde, já em junho de 2017, consegui autorização da instituição para entrevistar e acompanhar o trabalho de alguns funcionários parlamentares.

O processo de acesso à Assembleia foi, em si mesmo, revelador de dinâmicas importantes. A primeira é que o sistema parlamentar é uma rede diversa e intercruzada de hierarquias e autoridades fragmentadas, descoberta essencial para compreender as relações dentro dos Grupos Parlamentares, as hierarquias formais e informais que se estabelecem entre os seus membros ou o papel dos funcionários parlamentares. A segunda relacionava-se com o facto de que, para as pessoas que partilhavam a vida quotidiana, o "acesso formal" não era relevante ou sequer necessário. O que pareciam considerar importante era saber se eu transmitia confiança, isto é, se mostrava interesse nas suas opiniões, se dava indícios de que iria fazer um relato objetivo do que observava, e sobretudo se saberia compreender o que era um "segredo" na vida parlamentar, distinguindo o que poderia divulgar e o que deveria manter sigiloso, servindo apenas de informação de contexto. A terceira, era que a ética na investigação teria de ser garantida pelas relações concretas que estabelecia e não a partir de documentos abstratos e burocráticos, até porque a minha presença, em alguns espaços informais de socialização, não era passível de ser regulamentada.

## A prática etnográfica: métodos, técnicas e estratégias situadas

A etnografia é uma metodologia e não um método particular. Quer dizer, uma etnografia é uma abordagem metodológica que permite analisar um determinado contexto da experiência humana, a partir de relações de conhecimento intersubjetivo com quem o partilha, mas que se pode desdobrar em diversos métodos concretos. Por isso, creio continuar a fazer sentido o pressuposto de Iturra (2009, p. 149), que considera necessário diferenciar o que seria o trabalho de campo

[52] À medida que realizava as primeiras entrevistas, nos emails seguintes que enviava a novos deputados para a participação na pesquisa, indicava os nomes de algumas pessoas que já tinha entrevistado. Isto permitia, por um lado, garantia que a pesquisa já estava a acontecer; e depois dava a possibilidade a quem estava a ser contactado de poder falar com algum/a colega com quem eu já tinha estado e assim ter algum *feedback* de como tinha corrido a experiência.

etnográfico da observação participante, salientando que esta última corresponde ao "envolvimento directo que o investigador de campo tem com o grupo social que estuda dentro dos parâmetros das próprias normas do grupo; enquanto o primeiro "é um processo que envolve mais aspetos da conduta social, dentro dos quais o comportamento manifesto é observado". Neste sentido, a minha abordagem baseia-se na etnografia enquanto metodologia de análise que se desdobra num conjunto de "métodos etnográficos", como lhe chama Karen O'Reilly (2005). Esta é, portanto, uma abordagem metodologicamente eclética.

A observação participante foi a estratégia central da pesquisa, implicando uma permanência prolongada capaz de garantir a manutenção de relações intersubjetivas com deputados, assessores dos Grupos Parlamentares, funcionários e jornalistas (Hammersley, Atkinson 1995; O'Reilly 2005; Robben, Sluka 2007; Silva 1997). Seguindo novamente Iturra (2009, p. 149), a observação é a parte do trabalho de campo que "despe o investigador do seu conhecimento cultural próprio, enquanto veste o do grupo investigado". É claro que isto pode parecer mais óbvio quando se estudam grupos e contextos geograficamente mais longínquos. No entanto, como advertem Marilyn Strathern (1989) ou Antónia Pedroso de Lima (1997), o facto de se pertencer a algum país, região ou partilhar uma língua não garante, por si só, qualquer tipo de familiaridade ou de continuidade cultural entre quem investiga e quem é investigado.

Todas as pessoas têm uma imagem do Parlamento a partir das notícias que relatam os seus trabalhos ou da comunicação feita pelos próprios parlamentares. Contudo, compreender *por dentro* o funcionamento dos Grupos Parlamentares, a atividade menos visível dos deputados, o tipo de relações que estabelecem entre si, com jornalistas e com funcionários, remeteu-me para formas de entender e construir um sentido partilhado da política que desconhecia. Assim, por 'observação' entendo o acompanhamento de determinadas situações de interação, durante um período suficientemente prolongado para que se tornem claras as posições em jogo, as dinâmicas de interação, as suas regularidades e a sua cadência. Assim, foram realizadas 366 sessões de observação, realizadas em espaços internos da instituição (Reuniões Plenárias, Comissões Parlamentares, corredores, bares, cantinas, salas de trabalho, entre outros) e em contextos de interação fora dela (visitas aos círculos eleitorais, deslocações ao exterior da Assembleia, interações em bares e restaurantes, entre outros).

Os contextos da observação foram muito distintos, mas há um tipo de observação particular que devo destacar: o *jobshadowing etnográfico* (Czarniawska-Joerges 2007; McDonald 2005). Este é um tipo específico de observação que implica o acompanhamento ininterrupto da atividade de determinadas pessoas, seguindo os seus passos e aprendendo *o que elas fazem* e *como*. Neste caso foi possível acompanhar durante uma semana as atividades de um Presidente de um Grupo Parlamentar, da vice-presidente de outro Grupo, de um deputado e Presidente de Comissão Parlamentar e de um deputado coordenador do seu Grupo numa Comissão Parlamentar. Além disso, quatro deputados permitiram que acompanhasse um dia inteiro do seu trabalho. Foi ainda

possível assistir a uma semana de trabalho na sala de assessores de dois Grupos Parlamentares; e duas semanas da atividade de funcionários parlamentares da Assembleia da República.

Paralelamente a este trabalho de observação, optei pela realização de entrevistas. Primeiro, porque este método permitiu envolver na pesquisa pessoas que não estando "confortáveis" com a observação direta do seu trabalho diário, estavam disponíveis para falar sobre estes em uma ou mais ocasiões. Depois, pelo facto de possibilitar a construção de uma rede de relações que se refletiu na possibilidade de acesso a novos espaços, pessoas e processos. Finalmente, porque garantia a possibilidade de estabelecer com as pessoas uma relação de diálogo num espaço por si escolhido, fora das rotinas e da observação de terceiros.

No início da pesquisa estas entrevistas eram organizadas a partir de guiões com perguntas e tópicos comuns. Numa segunda fase, quer as entrevistas feitas a novas pessoas, quer as que foram realizadas a pessoas já entrevistadas anteriormente, eram personalizadas, questionando-as com declarações anteriores ou com exemplos concretos da sua atuação e comportamento que tinha observado. Na generalidade dos casos, as entrevistas foram pensadas num formato semiestruturado (Kvale 2007; 1996; Davies 2002; O'Reilly 2005), ou seja, recorrendo a um guião de orientação com flexibilidade de adaptação ao contexto, ao momento, ao ritmo particular da pessoa ou da sua abertura; noutros casos foram "não diretivas", começado com um tópico de partida e construindo o diálogo a partir dele. Realizei mais de uma entrevista à mesma pessoa, especialmente no caso de novos deputados que foram entrevistados em diferentes momentos da legislatura. No total foram realizadas 134 entrevistas – 83 a deputados de todos os Grupos Parlamentares representados; 26 a assessores dos Grupos Parlamentares; 11 a jornalistas de jornais, rádio e televisão; 9 a assessores e funcionários parlamentares; 5 a profissionais de agências de comunicação. Todas as entrevistas foram integralmente transcritas e tratadas em MAXQDA.

Logo nas primeiras idas ao terreno percebi que, para além observação e das entrevistas, o trabalho de campo seria marcado por um contacto regular com pessoas com quem não tinha combinado previamente, mas que comigo se cruzavam. A importância dessas interações obrigou-me a pensar como orientar etnograficamente esse tipo particular de interações. Assim, usei como guia as reflexões de Devillard, Mudanó e Pazos (2012) sobre o designam por "conversas etnográficas". Recorrer a conversas informais como método de investigação (Toerien 2014) não implica abdicar da direção que o etnógrafo quer dar à pesquisa, a partir da literatura com que dialoga e da sua problemática analítica. As conversas são importantes sobretudo porque se constituem-se como diálogos mais próximos do registo da vida quotidiana e das suas formas linguísticas. Além disso, permitem contrariar uma prática comum nas investigações em ciências sociais que consiste em formular questões impostas de forma escolástica e abstrata e que instigam as pessoas a responder a perguntas de natureza teórica que lhes são estranhas, a produzir generalizações ou posicionarem-se perante situações inteiramente fictícias (do género "imagine

que..."). Estes vícios podem construir um efeito de imposição cuja capacidade explicativa é limitada.[53] Assim, as conversas etnográficas permitem reposicionar o etnógrafo no terreno das práticas, sem perder a dimensão reflexiva que o diálogo com as pessoas mantém presente. Sendo as conversas um método que se prepara a partir de uma conjugação entre o tema da investigação e os contextos de prática, quando me deslocava ao Parlamento para uma observação ou para uma entrevista, estudava antecipadamente o contexto em que iria estar e as pessoas com quem poderia vir a dialogar e em que situações de interação. Isso permitia, caso a oportunidade surgisse, estar preparado para encetar um diálogo útil, tanto espontâneo como orientado.

No contexto das entrevistas e das conversas etnográficas foi possível estabelecer relações de maior proximidade, cumplicidade e empatia com algumas pessoas. Sempre que assim sucedeu, optei pela realização de um conjunto de retratos biográficos (Bertaux 2020; O'Neill 2009; Crewe 2018b, p. 21). Estes retratos, construídos a partir de um conjunto de entrevistas e conversas etnográficas realizadas ao longo do tempo, foram analisados a partir de uma discussão mais ampla sobre os mecanismos sociais e culturais que organizam o campo parlamentar.[54] Desta forma, procurei evitar uma sobrerrepresentação da história individual em relação às características estruturais do campo parlamentar, e a possível indução em erro que decorre do facto de se destacar com maior particularidade a história de algumas pessoas, em detrimento de outras.

A escolha das narrativas a que se dará destaque dependeu da proximidade com as pessoas, mas as suas histórias são analisadas conjugadamente com outro tipo de dados e de fontes. Assim, por exemplo, quando se salienta a história de um deputado para quem a posse de capital cultural se revelou um fator de agenciamento no campo político, apresentam-se também dados que revelam a sobrerrepresentação de graus académicos elevados entre a elite parlamentar; ou quando se apresenta o caso de uma deputada cuja narrativa de vida salienta a omnipresença da relação com o partido na trajetória biográfica e profissional, essa história só pode ser compreendida no contexto em que, como se explicará, grande parte dos parlamentares se insere em lógicas de polienvolvimento político. Desta forma, as narrativas de vida não correm o risco de generalizar, para a totalidade do campo, aquilo que são histórias pessoais particulares. Servem antes como uma demonstração reflexiva e significativa de uma análise mais ampla que se desenvolve a partir de diferente tipo de dados, teorias e informações recolhidas na investigação.

[53] Estamos, a este respeito, no terreno da crítica de Bourdieu, quando este adverte que "impondo a todos, uniformemente, problemas que só se colocam a alguns, através de um processo tão irrepreensível como a administração de um questionário com respostas pré-fabricadas a uma amostra representativa, há todas as hipóteses de produzir um simples artefacto, dando origem a opiniões que não existiam antes do questionário e que não seriam exprimidas de outro modo [...]; opiniões que, em todo o caso, tinham poucas hipótese de serem formuladas espontaneamente" (2010, p. 608).

[54] É importante de salientar alguma prudência com o que Bourdieu designava por "ilusão biográfica" (1986a) em que, a partir da exploração da idiossincrasia da vida pessoal, se ocultariam os fatores de natureza estrutural que organizam a vida social. Assim, no Capítulo 5 os relatos biográficos são acompanhados de outro tipo de dados que permitem conjugá-los com a uma análise da estrutura social do campo político.

A pesquisa etnográfica permitiu ainda entrar neste mundo social por via do acesso a documentos oficiais, internos e de trabalho. Para isso realizou-se uma análise de conteúdo documental (Coffey 2014; Cellard 2008) para escrutinar um conjunto de publicações da Assembleia da República (os seus diferentes regimentos, o *Diário da Assembleia da República*, o Boletim Parlamentar, entre outros), programas políticos, projetos-lei e petições. Pretendeu-se enquadrar esta análise numa perspetiva histórico-antropológica, na medida em que os documentos escritos são registos que nos permitem conhecer factos relacionados com a evolução histórica da instituição, mas também porque, como se verá, atualmente os documentos publicados têm importantes funções no quotidiano da instituição.

Finalmente, recorri à análise da participação dos parlamentares nas redes sociais (Marotzki, Holze, Verständig 2014; Robert, Dolbec, Earley 2014) , observando de que forma se concretizava a articulação entre o trabalho quotidiano e a sua comunicação e mediatização, e como isso se refletia na própria performance dos deputados e das suas equipas de trabalho.

Com recurso a estes métodos, a etnografia concretizou-se como uma metodologia abrangente que nos mostra com detalhe empírico, sem perder a capacidade de abstração e de análise crítica, como o entendimento que diferentes pessoas atribuem à política nada tem de "natural" ou "evidente", sendo pelo contrário uma construção eminentemente subjetiva, relacionada com processos culturais concretos, influenciados pelos momentos históricos e pelo papel das ideologias dominantes. Tudo isto se pode analisar olhando em simultâneo para as práticas e para os discursos, para a narrativas individuais e para as relações, para os processos e para as interações, para o formal e o informal, o presencial e o virtual, o permanente e o temporário, e sobretudo para a porosidade dos lugares de fronteira que há entre cada uma destas dicotomias.

## Inocente ou cínico? O etnógrafo nos seus labirintos

Nigel Barley no início da década de 80 publicou *O Antropólogo Inocente* (2006)*,* livro onde desenvolveu uma importante e sarcástica reflexão sobre o seu trabalho de campo nos Camarões. O relato ficaria famoso, já que para além de mostrar os detalhes da vida e do mundo dos Dowayo, Barley decidiu expor com rara honestidade e uma boa dose de autoironia, a sua ingenuidade enquanto etnógrafo, exposto aos mais diversos dramas, imprevistos e confrontos com um mundo simbólico e material de difícil inserção e interpretação. A inocência relatada por Barley seria de certa forma instrumental ao próprio processo de conhecimento antropológico e etnográfico, já que era nesses desencontros e imprevistos que se revelavam os interstícios dos mundos simbólicos, das crenças individuais e coletivas e das relações concretas que formavam aquele mundo. Metaforicamente, portanto, a "inocência" de Barley entre os Dowayo seria a inocência de qualquer etnógrafo exposto às contingências do trabalho de campo.

A tese da inocência, provavelmente por encontrar correspondência com a experiência prática de muitos etnógrafos pelo mundo fora, acabou por ganhar relevo, ocultando um outro olhar mais subtil que o humor de Barley deixa escapar: é que a sua experiência de campo era pautada tanto pela inocência, como pelo cinismo.[55] A inocência que ilustra em diversos episódios está em contraponto com exemplos em que o antropólogo manipula a sua posição e relação perante os outros, fazendo-se de "inocente" estrategicamente, demostrando um interesse desinteressado, ou falseando um desinteresse interessado. Há no seu relato um jogo dramatúrgico inerente ao processo de investigação, onde a inocência se combina permanente com o cinismo.

De facto, durante a pesquisa etnográfica também eu construí relações de proximidade e cumplicidade com pessoas cujas ideias políticas e visões de mundo são completamente diferentes das que defendo. Aliás, quanto maior era essa distância, mais interesse tinha em aprofundar essas relações. Há um lado deste *gesto etnográfico* que é puramente humano, quer dizer, ao conhecer as pessoas e a sua história para lá dos lugares de poder que ocupam (e da forma como os encenam), tomamos consciência de como as suas ideias sobre o mundo se formaram, em que contextos isso ocorreu, alterando a própria forma como interagimos com elas.

Ainda assim, as nossas relações não eram completamente horizontais ou transparentes, e seria ingénuo pensar que poderiam ser. Desde cedo percebi que para me conseguir inserir com naturalidade naquele contexto teria quase que mimetizar as capacidades de metamorfose que identificava nas pessoas com quem interagia, e que descrevo no Capítulo 9. Por outras palavras, sempre que estava na Assembleia, em contacto com pessoas com pensavam o mundo de forma muito distinta, não me comportava, falava ou apresentava sempre da mesma maneira, muito menos como o faço nos meus circuitos normais de sociabilidade. Agia calculadamente em diversos os sentidos: na roupa que vestia, na linguagem que usava, na forma como me comportava, nos diálogos que estabelecia ou nos comentários informais que fazia. Tal não significava que procurasse manipular os meus interlocutores, expressando antes a necessidade de adaptação a diferentes situações de interação e aos seus códigos, com o objetivo de levar a cabo a etnografia interagindo com as pessoas nos moldes em que elas próprias se relacionavam.

[55] Não me podendo alongar neste tema, menciono, a título de exemplo, a forma como Barley decide partilhar a sua concordância com as teorias locais sobre a separação a entre o sexo e o afeto enquanto atos mutuamente exclusivos, porque "era inútil explicar que havia outra maneira de olhar para aquilo" (Barley 2006, p. 168); a maneira como na sua intenção de ganhar a confiança dos fazedores de chuva decidiu fazer-lhes um conjunto de visitas como vista a cinicamente explorar as suas rivalidades (Barley 2006, p. 191); o caso em que, na caminhada até às pedras da chuva, decidiu usar o estereótipo de homem branco que não podia ser atingido por um raio, mesmo sabendo que estava a "manipular" o seu interlocutor (Barley 2006, p. 198); ou, finalmente, quando fingiu ter acreditado que um ancião tinha realmente feito chuva, afirmando depois no livro que "é claro que eu nunca acreditaria em nada que vai tão contra a essência da minha própria cultura sem provas muito melhores que esta", até porque "o antropólogo no campo, raramente é perturbado pelas "falsas" crenças daqueles que o circulam; ele põe-as, simplesmente, entre parênteses, vê como é que elas encaixam e aprende a viver com todas baseando-se no dia-a-dia" (Barley 2006, p. 199).

Quanto mais entrava no terreno, mais se tornava necessário construir uma "espontaneidade calculada", conceito que Goffman (1993, p. 46) vai buscar a John Hilton (1953), e que pode ser descrito como uma forma de apresentação e relacionamento que procura aparentar-se como genuína, informal, espontânea, descontraída e cúmplice, ainda que fosse objeto de uma preparação, treino e cálculo prévios. Foi essa postura que me permitiu esboçar um sorriso, mesmo quando me sentia desconfortável com o que ouvia ou assistia; selecionar a informação que revelava sobre mim próprio (tal como os meus interlocutores evidentemente o faziam); transmitir sinais de confiança, ainda que fosse o ceticismo aquilo que realmente sentia.

Designo esta atitude de *cinismo metodológico*, entendendo-a como um processo de interação etnográfica contextual e situacional, onde na relação com os outros se constrói e projeta um papel social capaz de transmitir sinais de confiança, segurança e cumplicidade, que alimentem e potenciam o diálogo, constroem empatia, e sobretudo neutralizem o potencial de tensão e desencontro entre as visões do mundo diferenciadas que separam o etnógrafo das pessoas que estuda. É importante clarificar que, quando falo de cinismo, não o associo a termos como "hipocrisia" ou "desonestidade". Do meu ponto de vista, o cinismo metodológico alude a uma prática que tem algo de igualmente inofensivo e pragmático. Inofensivo porque não se trata de enganar, manipular ou ludibriar as pessoas, conduzindo-me a conclusões previamente antecipadas. É antes um trabalho interacional guiado pela vontade da descoberta mútua, ainda que prudente, marcada por uma relação de conhecimento e partilha recíproca, onde se revela tanto quanto se esconde, e onde se joga permanentemente com as nossas identidades. Mas é, ao mesmo tempo, uma relação pragmática porque parte do pressuposto, extensamente revelado nesta etnografia, de que todas as interações que acontecem no Parlamento oscilam entre a autenticidade e a teatralização, em metamorfoses permanentes, rápidas, frequentes e críticas, dependendo de variados contextos de interação. Neste sentido, também a relação com um etnógrafo vive dessa capacidade de criar laços, de transmitir confiança à interação e de ocultar, ou pelo menos neutralizar, tensões ou desencontros, que inviabilizariam o diálogo e a descoberta progressiva.

Na prática isto significa investigar com um certo sentido do que os gregos chamavam de *apatheia*, palavra que os estoicos terão ido buscar Antíteses e à escola filosófica do cinismo (Wells, Quash 2010, p. 63; Guimarães 2017), usada para tentar traduzir uma forma de relação com o mundo que acentua uma vida 'desinteressada' e 'liberta da paixão' – literalmente "being without passions", cultivando uma certa equanimidade emocional, uma espécie de imperturbabilidade que os cínicos terão herdado de Sócrates.[56] Com os devidos descontos históricos e analíticos (e são muitos), a minha presença na vida quotidiana parlamentar, para além de assumir uma postura de reforço da confiança mútua, baseou-se numa atitude deliberadamente

[56] Os aspetos mais específicos desta perspetiva filosófica são desenvolvidos em Dudley (2008) ou Piering ([sem data])

e conscientemente "desapaixonada" e imperturbável por aquilo que ouvia e observava - essa atitude que, voltando a Barley, consistia em "pôr as crenças entre parenteses", nunca as anulando completamente. As relações eram, portanto, desapaixonadas e o menos emocionais possíveis, tentando compreender como é que aquelas pessoas viam o mundo e não como é que eu, a partir das minhas próprias paixões, ideias e posicionamentos, julgo a forma como o fazem.

Tal não significa ter a ilusão de que é possível investigar a política sob uma perspetiva de neutralidade, já que os posicionamentos políticos, além de serem formados pela realidade, são igualmente o que medeia a sua perceção. No entanto, a prática etnográfica, ao ter como fundamento a produção de um conhecimento intersubjetivo, implicou a construção de relações de cumplicidade e até de empatia, que facilitaram diálogos menos formais, capaz de produzir um sentido de conforto e curiosidade pela forma como as pessoas que investiguei pensavam aquilo que faziam. Tratava-se, na prática, de transmitir confiança na interação em momentos tão distintos como aquele em que um deputado me diz que uma mulher que aborta deve ser condenada, e outro em que uma deputada afirma que é urgente facilitar o acesso à eutanásia; quando alguém argumenta que se deve fechar as fronteiras para alguns países, e outra pessoa afirma que devemos abrir as fronteiras a todas as pessoas que cá queiram residir; quando ouvi que Portugal tem um problema com grupos "subsídio-dependentes", e noutro momento que são necessários mais apoios para combate a pobreza e à xenofobia. Nunca senti que o meu papel fosse discutir esses temas *politicamente*, mas sim conhecer quem são as pessoas que dizem aquilo, porque o fazem, quais as relações que estabelecem, como pensam o que fazem e o que dizem, e o que é que tudo isso revela sobre a forma como a política é entendida culturalmente nesta instituição.

Emma Crewe, a propósito da sua etnografia na House of Commons (2015a), afirma que a sua entrada e presença no terreno só se tornou possível porque desde cedo aprendeu como "lisonjear" os políticos, de forma a que eles não percebessem que estão a ser "flertados". A este respeito a autora recupera o conselho de um antigo *Chief Whip* que resume na perfeição este aspeto: "Se encontrares a chave para os fazeres [os políticos] sentir amados e adorados, eles aceitam [participar na pesquisa]" (2015a, p. 3)[57]. A sua experiência de campo é relativamente diferente da que levei a cabo, mas tanto no seu caso como no meu as relações de investigação são sempre precedidas da ética etnográfica. As relações de interação, mais inocentes ou mais cínicas, mais astutas ou mais maliciosas, mais distantes ou mais empáticas, submetem-se sempre ao princípio ético estruturante do *gesto etnográfico*: esse impulso de tentar compreender como é que culturalmente as pessoas constroem e dão sentido ao mundo social em que participam e nos qual estão implicadas. Saber se alcançamos esse desígnio respeitando os nossos interlocutores, ao mesmo tempo que mantemos o sentido crítico, é o grande desafio da reflexividade etnográfica.

[57] Este aspeto é igualmente corroborado por Mitchell (1982, p. 33), antigo parlamentar, que afirma que os políticos precisam e procuram sentir-se amados por quem consigo interage dentro e fora da instituição.

## CAPÍTULO 4

## O PARLAMENTARISMO PORTUGUÊS E AS DISPUTAS SOBRE O LUGAR DA POLÍTICA

"O que queremos é a colaboração dos ilustrados, dos inteligentes; porque as sociedades não são dirigidas pelas maiorias incultas, mas pelas minorias organizadas, atuando sob uma forte disciplina mental."
(Faustino da Fonseca, deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1911)

"A fusão ou desagregação de partidos, as combinações políticas são fruto de conflitos e de paixões, compromissos entre facções concorrentes, mas nada têm que ver com o País e os seus problemas."
(António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, 1947)

"O Governo governa, os trabalhadores trabalham, as Forças Armadas vigiam, as instituições funcionam, a revolução avança"
(Pinheiro de Azevedo, 1º Ministro do VI Governo Provisório, 1975)

A origem do parlamentarismo português remota à Revolução Liberal de 1820 e às Cortes Constituintes que elaboraram a Constituição Portuguesa de 1822. Esse momento histórico é inclusivamente lembrado por uma grande luneta, da autoria de Veloso Salgado, na atual Sala das Sessões da Assembleia da República, sugerindo uma continuidade histórica entre esse momento e a atualidade, ou se quisermos entre o liberalismo e a democracia parlamentar. Desta forma, o liberalismo português, para além de definir o começo de uma tradição constitucionalista, igualmente inaugura um novo debate, e em certa medida uma nova disputa, sobre o próprio entendimento que se confere à política, às condições do seu exercício e à definição dos seus protagonistas. Em suma, à própria história da cidadania. Guiado por esse debate e por essa disputa, neste capítulo farei uma incursão histórica entre a Revolução Liberal e o presente, não por uma inquietação com o passado e os debates interpretativos que ele encerra, mas tendo como motivação uma análise crítica do presente, isto é, das condições concretas em que hoje se constrói um entendimento particular do que a política significa no atual quadro do parlamentarismo.

## Uma representação sem povo: o parlamentarismo no contexto da Revolução Liberal e da Monarquia Constitucional

Em 1808, no contexto das Invasões Francesas, uma deputação com representantes dos Três Estados, isto é, do Clero, da Nobreza e do "Povo",[58] organizada pelo Marechal Junot, comandante das forças francesas em Portugal, encontra-se em Baiona com Napoleão Bonaparte, a quem apresentam um conjunto de posições relativamente ao futuro da situação política no Reino de Portugal. Entre elas, propunham o regresso do Rei e o restabelecimento da relação de Portugal com França, com a assinatura de um novo tratado.[59] A resposta do Imperador não terá sido positiva, reafirmando que não podia aceitar o regresso de um Rei que fugiu do país e pediu proteção aos ingleses, ao mesmo tempo que terá indiciado que mantinha o seu plano de dividir Portugal, mantendo-o na dependência de França e Espanha (Hespanha 2008, p. 82).

A resposta não agradou à delegação. Em alternativa aos planos do Imperador (e do próprio Junot que almejava ser nomeado como governador do Reino pela Junta dos Três Estados), surge um grupo pessoas, reunidas em torno das figuras do juiz Francisco Duarte Coelho, do professor universitário Simão de Cordes Brandão, do reitor Ricardo Raimundo Nogueira e, sobretudo, do juiz do povo de Lisboa José Abreu Campos, que redigiu a "Súplica da Constituição de 1808"[60]. É na proposta desde grupo que encontramos os primeiros sinais do liberalismo português, que haveria de triunfar poucos anos depois.

Esta súplica propunha a criação de uma Constituição, tomando como referente o modelo da Constituição do Grão-Ducado de Varsóvia. Esse modelo estabeleceria uma revolução na ordem social e política portuguesa, ao propor o fim dos privilégios, o princípio da separação de poderes, a eleição direta do poder legislativo, a igualdade perante a lei, a aplicação do *Code Civil* (ou Code Napoléon) que aboliria o regime senhorial da terra, introduzia o divórcio, o racionalismo da administração, a liberdade de imprensa, a proporcionalidade nos impostos, a liberdade religiosa e de culto público. Por razões que não serão aqui detalhadas,[61] esta súplica não terá tido consequências práticas. No entanto, constituiu-se como demonstração de que as ideias constitucionalistas e liberais já estavam presentes nesse Portugal do início do século XIX.

[58] O conceito de "povo" no Antigo Regime não correspondia exatamente a uma "entidade coletiva" ou a um "sujeito político" tal como será representado no período liberal. Neste contexto preciso, constituía uma entidade abstrata "representada" pelos desembargadores Joaquim Alberto Jorge e António Tomás da Silva Leitão, escolhidos pelo Senado na Câmara de Lisboa.

[59] Para uma versão mais detalhadas das posições apresentadas ao Imperador ver Hespanha (2008, p. 81).

[60] Texto original consultável no website da Assembleia da República, disponível aqui: https://www.parlamento.pt/Parlamento/PublishingImages/Paginas/Historia-Parlamentarismo/suplica.jpg

[61] Entre elas a oposição de Junot que tinha outros planos para si e para o Reino, o sentimento popular antifrancês que se sentia depois das invasões ou a própria ausência do Rei do país.

Dito isto, e tendo em conta o nosso objeto de estudo, deve-se perguntar se, na verdade, para além da instituição de um sistema representativo-parlamentar, o modelo constitucional de 1822 inaugurou uma nova forma de entender a política, não como um exercício do privilégio e da distinção nobiliárquica, mas como uma prática que podia ser exercida pela generalidade da população, em condições de igualdade. Historiadores como A. H. Oliveira Marques consideram que esta era uma Constituição "demasiado progressista e demasiado democrática para o seu tempo" (Marques 1986, p. 55) como se as ideias ou os acontecimentos, nomeadamente em política, tivessem um "tempo certo" para ocorrerem.

Seja como for, há neste período um paradoxo fundamental. A Constituição de 1822 era profundamente radical na sua época, porque, ao conceder o direito de voto a todos os homens que soubessem ler e escrever, colocava em causa o privilégio da burguesia proprietária, não satisfazia a nobreza e o clero, e retirava a esmagadora maioria dos poderes do Rei.[67] Apesar disto, a abrangência deste sistema era questionável. Na verdade, apesar de todos os portugueses serem considerados cidadãos, as condições de exercício da cidadania – isto é, o poder de eleger e ser eleito para assembleia soberana – foram restringidas na base da ideia que o exercício político deveria depender da 'independência' pessoal (Ramos 2004, p. 550), critério que implicava um elevado número de exclusões: as mulheres, que não eram independentes dos maridos e das obrigações domésticas; os filhos na dependência familiar dos pais; os membros das ordens religiosas, que não eram independentes do clero; os servos e criados, que não eram independentes dos patrões; os mendigos e desempregados, que não eram independentes economicamente; os condenados a prisão ou degredo, por não terem independência social; e finalmente os analfabetos (a maioria dos homens adultos) suscetíveis à manipulação, logo à impossibilidade de terem um juízo autónomo e independente. Talvez por isso os liberais tenham evitado a inscrição do "povo" no centro do discurso político, isto é, como protagonista da vontade soberana (Ferreira 2010).[68]

O sistema constitucional limitava a arbitrariedade do poder e despersonalizava os cargos, sem colocar em causa um outro princípio da distribuição do poder: a ideia de que os direitos políticos devem depender das propriedades económicas e sociais dos indivíduos. Para eleger, como vimos, era preciso ser 'independente', da mesma forma que estava excluído de poder ser eleito quem não tivesse rendimentos e bens para se sustentar, o que circunscrevia a eleição às classes proprietárias e detentoras de capital, de meios de produção e aos profissionais liberais.[69]

[67] Nela não se prevê, sequer, uma câmara aristocrática de pares ou de senadores, nem tão-pouco que o Rei possa assistir aos seus trabalhos (Título III, Capítulo 2, Artigo 91º).

[68] Ferreira de Moura, importante deputado vintista, lembrará o seguinte a esse respeito: "Um povo nunca pode nem deve governar. Se ele é o único fiscal da autoridade como é que há-de exercê-la e fiscalizá-la ao mesmo tempo?" (cit. por Ferreira 2010, p. 28)

[69] Apesar disto, há que dizer que esta era, no seu tempo, uma das constituições mais avançadas da Europa. Na Constituição Francesa de 1791, por exemplo, os cidadãos ativos [citoyens actifs] que elegiam a Assembleia Legislativa Nacional (Cap 1, Sec II, Artº 2), tinham de pagar uma contribuição de pelo menos

O grupo social mais beneficiado era a burguesia que passou a ter direitos de participação no poder político e no Governo. Como sintetiza Miriam Halpern Pereira (1994, p. 43): "Pretendia-se assim abolir a desigualdade jurídica, fundamento da existência das ordens e seus privilégios, e não a desigualdade económica e social, resultante da organização da sociedade em classes". A governação legislativa da nação não deveria ser garantida abstratamente pela generalidade do "povo", mas por aqueles que, no seio da nação, possuíam qualificações sociais para interpretarem a "vontade geral". A política ainda não era assunto sobre o qual *qualquer um* podia ser protagonista.

*A Carta Constitucional de 1826 e a representação censitária*

A limitação dos poderes do Rei, a soberania das cortes em matéria legislativa e a perda dos privilégios nobiliárquicos foram algumas das razões que justificaram um conjunto de convulsões entre os partidários do absolutismo, logo a partir de1823 com a revolta militar da Vila-Francada. Sucedem-se três anos de guerra civil, até que com a morte de D. João VI, o seu sucessor D. Pedro IV outorga a Carta Constitucional de 1826, o segundo texto constitucional português. Em relação aos acontecimentos de 1820-22, este ato seria substancialmente diferente num duplo sentido. Primeiro, na forma, já que o novo texto constitucional não foi elaborado por uma "assembleia de representantes", mas antes decretado pelo próprio Rei, facto que indiciava parte do seu próprio conteúdo. Na Carta Constitucional decretava-se um sistema político bicameral, composto por uma Câmara de Pares, que retomava os direitos de privilégio vitalício e hereditário, e uma Câmara de Deputados, que retomava parcialmente a agenda liberal dos vintistas, baseada no princípio da representação. Só que este princípio de representação política foi ainda mais restritivo do entendimento que se daria à política e quem a devia protagonizar. A partir de 1826, eleger e ser eleito tornavam-se direitos ainda mais limitados e socialmente circunscritos.

O acesso à educação formal como condição de cidadania, tal como proposto pela Constituição de 1822, estava condicionado pela posse de bens e rendimentos. Assim, a instrução foi naturalmente substituída pelo rendimento como critério para o reconhecimento estatuto de cidadão, dotado do poder de eleger e ser eleito. A Câmara dos Deputados passa a ser eleita indiretamente e de forma censitária. Numa primeira fase elegiam-se os "Eleitores de Província",

três dias de trabalho, não ocupar empregos domésticos ou de servidão, e pertencer à Guarda Nacional. A Constituição portuguesa de 1822 não exigia qualquer pagamento para o exercício do direito ao voto, para além da obrigação de se ter uma profissão. Em relação à Constituição de Cádis de 1812 (na qual os liberais portugueses igualmente se inspiraram), na definição de *quem não é* cidadão é aplicado um critério racial [artigo 22º] na medida em que os espanhóis nascidos em África só são "cidadãos" se e caso pratiquem atos patrióticos ou se distingam pelo talento e a conduta. A Constituição de 1822 não estabelece distinções étnico-raciais para o reconhecimento dos cidadãos. Bastava, como se refere no artigo 21º, ser filho de pai ou mãe portuguesa em qualquer parte do Reino.

votando homens, com idade a partir dos 25 anos, e que tivessem uma renda de 100 mil reis, sendo que para ser eleito era necessário que se possuísse uma renda mínima de 200 mil reis. Numa segunda fase, os Eleitores de Província elegiam os deputados que tinham de possuir uma renda mínima de 400 mil reis.[70] Como resume Miriam Halpern Pereira (1994, p. 45), com a Carta Constitucional "o poder da classe senhorial fica novamente reforçado através da reconstituição parcial do pode real e da criação da Câmara dos Pares" e, no caso da Câmara dos Deputados, visava-se "uma seleção dentro da própria classe dos detentores dos meios de produção. Procurava-se garantir o domínio da alta burguesia e da classe senhorial rica. Ora através da exclusão dos escalões menos favorecidos da burguesia, excluía-se em grande parte o sector industrial, que nesta época se compunha em grande medida de artesãos, pequenos e médios fabricantes".[71]

Assim, garantia-se que a representação política não colocava em causa as diferenciações sociais que a antecediam. Neste contexto, o poder legislativo permanece nas Cortes, mas os poderes do Rei são ampliados, nomeadamente o poder de veto efetivo e de dissolução da Câmara dos Deputados, sendo criado o poder moderador.[72] A consagração do censo estabelecia que a possibilidade de ser eleito ou de participar na escolha de quem é eleito teria de depender de um certo nível de riqueza, facto que supostamente garantiria a independência de ambos. Só quem estava liberto da pressão da sobrevivência estaria em condições de ser cidadão dotado de direitos, isto é, de poder ser protagonista da política.[73]

*A política para lá da representação: da Carta Constitucional à expressão popular de 1836*

Esta primeira fase de vigência da Carta Constitucional havia de durar pouco tempo, tendo sido abolida logo em 1828, quando os miguelistas aclamaram o poder. Teve, no entanto, mais dois períodos de vigência: um mais curto, entre 1834 (quando D. Miguel sai do país) e 1836 (quando na sequência da revolução de 1836, a Constituição de 1822 é de novo reposta); e posteriormente de 1841 até ao advento da República, em 1910, ainda que com algumas revisões.

[70] Nas palavras de A. H. Oliveira Marques (1986, p. 59): "As primeiras eleições realizadas depois da outorga da Carta Constitucional (Setembro-Outubro de 1826) reflectiram com clareza as tendências conservadoras da «nova ordem»"

[71] É de salientar que, na interpretação de A. H. Oliveira Marques (1986, p. 119), o facto da Constituição de 1822, e depois a de 1838, não reconhecerem representação à nobreza estará na origem da sua pouca longevidade. Na sua perspetiva, a aristocracia que possuía terra tinha um papel tão importante na economia portuguesa da época que não toleraria ser excluída dos negócios públicos.

[72] O poder moderador restituía o protagonismo do Rei, considerado segundo a Carta Constitucional, "a chave de toda a organização política", podendo nomear pares, dissolver a câmara de deputados, nomear e destituir o Governo, suspender magistrados, vetar leis, entre outras competências.

[73] Curiosamente, o argumento segundo o qual para se estar no Parlamento deveria ser necessário possuir autonomia financeira é um argumento que permanece até aos dias de hoje, como se verá mais à frente.

A disputa sobre a abrangência do sistema representativo foi constante no período das guerras liberais, sendo esse facto particularmente notório quando na Revolução de Setembro de 1836 as camadas populares, excluídas do direito de participar na política institucional, ganham um protagonismo político vital ao decurso dos acontecimentos. Deve dizer-se, a este respeito, que ao longo de todo o século XIX, vamos encontrar diversas expressões de uma "política popular" (Cardoso 2010), anteriores à Revolução Liberal e que perduram depois dela. Estas política recuperavam a noção de "autogoverno" por oposição e resistência às autoridades locais que impunham a lei geral, decidida e implementada com a exclusão de representação ou participação popular, e a noção de "moralismo igualitário" em claro e violento choque com proprietários e comerciantes ricos, alguns dos quais parte do movimento liberal.

Na verdade, a primeira fase do liberalismo não fora suficientemente renovadora da estrutura social, nomeadamente para uma nova ordem burguesa que emergia num país dominado pelo atraso económico e social. A vitória liberal de D. Pedro IV, em 1834, não garantiu a todas as camadas da burguesia a mesma possibilidade de expansão, mantendo-se relativamente inalterada a concentração da propriedade.[74] O monopólio do Estado liberal pela burguesia está na origem do descontentamento público dirigido por uma classe média emergente (industriais, artesãos, agricultores, pequenos comerciantes, universitários, médicos, advogados ou magistrados), ao qual se junta a pressão da "opinião pública", associada ao aumento da imprensa escrita, e o próprio contexto internacional, com a revolta que em Espanha força o regresso da Constituição de Cádis. Assim, o descontentamento com a grande burguesia, aliada à crise económica de 1836, dá origem a um movimento que alia diversos setores populares com as forças militares, especialmente as guardas nacionais, e em particular, os arsenalistas. É neste contexto que se gera um estado insurrecional que promove a queda do Governo cartista, mesmo contra a vontade e as tentativas de golpes palacianos da rainha D. Maria II.

A Revolução de Setembro de 1836 tem um importante significado social e político porque uma parte da população excluída do poder de votar e ser eleita, ganham um protagonismo político decisivo, apropriando-se da própria ideia de soberania popular (Cardoso 2010, p. 67). A política deixaria, momentaneamente, de ser um assunto exclusivo das elites económicas e sociais, podendo o "povo", que aqui aparece pela primeira vez enquanto categoria soberana e sujeito político (Ferreira 2002, p. 32), influenciar o decurso dos acontecimentos. Sem as classes populares, as classes médias não teriam conseguido realizar o golpe de 1836, nem os militares se teriam provavelmente juntado ao movimento (Sá 1978, p. 47). Só que este movimento setembrista rapidamente se dividiu entre uma corrente mais conservadora e uma mais democrática. Esta segunda seria derrotada, inclusivamente de forma dramática, com o massacre dos Arsenalistas

[74] Assim, como argumenta Victor de Sá (1978, p. 14), "a concentração da propriedade liberal substituiu-se à concentração feudal, diferindo apenas quanto aos titulares seus detentores e ao estatuto da propriedade, agora capitalista".

em 1838 no Largo do Rossio (Sá 1987, p. 63). O massacre da ala democrática fez com que o objetivo político do setembrismo – o restabelecimento da Constituição de 1820, agora radicalizado pela participação popular – não fosse levado avante, abrindo-se caminho para a Constituição de 1838 e um novo modelo de representação política.

*Do consenso impossível da Constituição de 1838 ao fim da Monarquia Constitucional*

A Constituição de 1838 será apresentada como um compromisso entre a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826, mesmo que mitigando parte das próprias pretensões democráticas, nomeadamente mantendo o método de eleição censitário.[75] Inaugurava-se um regime de pendor parlamentar mitigado.[76]

A tentativa de conciliação durou pouco tempo. Após seis anos da aprovação deste terceiro texto Constitucional, Costa Cabral, antigo apoiante da revolução setembrista, promove um golpe de Estado em nome da aclamação da Carta Constitucional de 1826 e com o acordo da Rainha. O seu Governo foi o primeiro a concluir uma legislatura com maioria nas duas câmaras, embora não tenha resistido à revolta da Maria da Fonte e à Patuleia, onde novamente o termo "povo" se inscreve no discurso público oitocentista, concebido como uma entidade sublevada (Ferreira 2002, p. 35). Em 1846 Costa Cabral é demitido, exila-se e a resistência popular só foi travada com a intervenção estrangeira. Como resume Vítor de Sá (1987, p. 85): "A partir de 1847, a burguesia pôde instalar e aperfeiçoar as suas estruturas, sem grandes abalos no campo social. Uma vez dominada a agitação da Patuleia e desarmadas as forças populares, ela reforçou o aparelho de repressão e impediu que as revoluções europeias de 1848 tivessem, internamente, outras repercussões além das de ordem ideológica". Abria-se, portanto, o período da Restauração e o protagonismo político regressava às instituições.

No contexto da Regeneração os setores democratas integraram-se na classe política, sendo nesse contexto que, com a lei eleitoral de 1878, se deu expansão do sufrágio. Acreditava-se que a experiência de exercício da soberania podia constituir um momento de educação cívica (Ramos 2004, p. 558), e assim, durante dezassete anos o poder de voto passou a ser possível a todos os chefes de família. Contudo este alargamento haveria de resultar, segundo alguns liberais, no "resultado nefasto de haver afogado o voto dos cidadãos verdadeiramente «independentes» no mar ignaro das massas «dependentes», sujeitas aos «caciques» e à manipulação administrativa" (Ramos 2004, p. 559). Assim, em 1895, além de se suprimirem os pares eletivos (mantendo-se os

[75] Para se eleger era preciso ter mais de 25 anos e um mínimo de oitenta mil réis de renda anual, para se ser deputado era necessário possuir 400 mil reis de renda e senador 5 vezes mais (Sá 1987).

[76] Segundo o Artigo 58º da Constituição de 1838, o Rei mantém o poder que lhe era outorgado na Carta Constitucional de sancionar leis e, sobretudo, de dissolver a Câmara dos Deputados. O modelo é novamente bicamaral, mas a Câmara de Senadores é eletiva e temporária

pares nomeados pelo Rei e os pares de direito hereditário), aboliu-se o critério da chefia da família como requisito para o direito ao sufrágio. A deceção de muitos liberais com o fracasso da abertura eleitoral levou a uma nova interpretação da relação entre a sociedade e a política: para haver democracia era preciso, antes, que o Estado criasse as condições sociais do seu exercício, nomeadamente no plano da educação. Nesse argumento se baseará, como veremos, a recusa dos republicanos em instituir o sufrágio universal.

A relativa estabilidade constitucional na segunda metade do século XIX não se refletiu numa maior legitimação social do regime político e dos seus protagonistas.[77] Entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX adensava-se uma contradição entre as elites a quem era assegurado o acesso ao campo político por via censitária ou capacitaria; e um conjunto de setores dele excluído e que cresciam fruto da industrialização, da terceirização e da urbanização. Este era o terreno onde o Partido Republicano (PRP) recrutava parte dos seus quadros políticos, mas igualmente o território onde as classes intermédias, excluídas do sistema liberal oligárquico da monarquia, começavam a ver na República uma esperança para a melhoria de vida e para o acesso ao poder político (Rosas 2020, p. 23). Muitos destes setores forçavam a sua entrada no mundo político. Para além das instituições, "a política ocupa novos espaços, a rua, os cafés, os centros e as associações de classe. A coisa pública constituía-se como um tema de discussão e começava a ser pensada por homens e mulheres que exigiam a abertura e a democratização do sistema político (Samara 2010, p. 93). A República inauguraria, assim, um novo período histórico de disputa sobre o lugar da política e de quem deveria ser seu protagonista, ainda que nunca tenha resolvido a contradição política de que é herdeira.

## A I República: o parlamentarismo entre a igualdade jurídica e a desigualdade política

A Revolução Republicana de 5 de outubro de 1910 inaugura um novo período da vida social e política portuguesa, representando a fase final da demolição da estrutura política e jurídica feudal, iniciada em 1820. Neste contexto, o Partido Republicano foi o primeiro partido de massas no sentido moderno do termo, sendo neste período que se introduzem novas técnicas de propaganda

[77] Aliás, a própria literatura que romanceia este período é implacável com a elite política. É o tempo de Camilo Castelo Branco satirizar esse "anjo na terra" que era Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda, homem austero e eleito parlamentar, que desce de Trás-os-Montes para Lisboa com o objetivo de regenerar o regime, acabando seduzido pelo luxo, a distinção e as aventuras sexuais que a política lhe proporcionara. Era o tempo de Eça de Queiroz parodiar o percurso de um Conde Abranhos que de provinciano se faz ministro, pela intriga e a mesquinhez que transformam uma pessoa vulgar e ignorante num ídolo apaparicado pelos seus discípulos. Era o tempo, enfim, da Geração de 70 organizar as célebres Conferências do Casino, onde desenvolveriam, primeiro com Antero de Quental e depois com outros membros do Cenáculo, as causas da decadência dos povos ibéricos, as razões crónicas do atraso político, cultural e moral do país (Quental 2008; Simões 1972)

e de comunicação de massas, num contexto de crescimento das publicações de imprensa escrita e em que se decreta o direito à greve.

O novo regime instituiu numa nova forma de sistema político, designadamente no que respeita à representação política e parlamentar. No entanto, logo nas eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1911, não se reconhece o sufrágio universal, apenas votando os cidadãos (homens) alfabetizados e maiores de 21 anos.[78]

A Constituição de 1911 inspira-se na Constituição Brasileira de 1891 e recupera os princípios liberais de 1820-22. Acentuava os "direitos do cidadão", a "soberania da nação" e a "divisão dos poderes", próprios do liberalismo, com o princípio republicano da igualdade social, pelo menos parcialmente, restringindo-se os direitos de nascimento, privilégio nobiliárquico, além da laicização do Estado. O sistema mantinha-se bicameral, sendo o Congresso formado por uma Câmara dos Deputados, composta por representantes eleitos por círculos eleitorais, com idade mínima de 25 anos a cada três anos; e pelo Senado, com representantes dos distritos e das províncias, com pelo menos 35 anos, eleitos a cada seis anos.

Este contexto deu importância e centralidade ao parlamentarismo no sistema político. Desde logo porque o Presidente da República era eleito pelo Congresso, podendo por este ser destituído. O Congresso nomeava os membros do Governo, que na prática dependiam das maiorias parlamentares (Marques 1986, p. 280).[79] No essencial, a iniciativa legislativa pertencia aos deputados e senadores, e o Presidente não podia vetá-las, estando inclusivamente prevista a promulgação tácita em 15 dias em caso de não pronuncia.

Voltemos, então, à questão que tem guiado esta incursão: A mudança de regime constitucional transformou a forma de entender a política e os seus protagonistas? Ou, pelo contrário, a política, na esfera institucional, continuava a ser um lugar "destinado" às elites e às oligarquias, reproduzindo com novos protagonistas o velho liberalismo oligárquico? Na verdade, a "igualdade social" do programa republicano era apenas aparente já que este mantinha a exclusividade masculina no direito de participação e instituiu o sufrágio capacitário, impedimento do direito de voto e de eleição de analfabetos, mulheres e militares.[80] Estas exclusões não eram um pormenor num país que em 1911 tinha 75,1 % de analfabetos (Marques 1986, p. 343) e onde as mulheres representavam mais de metade da população. À exclusão destes grupos somavam-se,

[78] Pela primeira vez utilizou-se o Método D'Hont (opção que se manteria no atual período democrático), embora a representação proporcional apenas se aplicasse em Lisboa e no Porto.

[79] Este princípio manteve-se até à revisão constitucional de 1919, quando foi atribuído ao Presidente da República o poder de dissolução do Congresso, mediante audiência prévia do Conselho Parlamentar.

[80] António Sérgio (1972: 144-145) irá considerar, a este propósito, que apesar da abolição da realeza, "não se democratizou realmente nada", nomeadamente nenhum dos fatores estruturantes da vida social e económica, sofreram reformas num sentido democrático. Talvez por isso, o distanciamento das classes sociais em relação à República se tenha tornado evidente a partir da década de 20.

ainda, os elevados números da abstenção.[81] Nem mulheres, nem analfabetos, nem amplas taxas de participação. A política continuava a ser entendida como uma ocupação exclusiva de classes e grupos privilegiados.[82]

Na verdade, a Constituição de 1911 nunca teve a designação de "democrática", e essa ausência parece ser estruturante da contradição de um regime que procura no povo a sua fonte de legitimação (Samara 2010, p. 101), ao mesmo tempo que na prática não incluía esse mesmo povo na estrutura de participação política (Pereira 2016), inclusivamente reprimindo violentamente as suas mobilizações, nomeadamente no mundo laboral (Rosas 2020).

Esta restrição baseava-se no receio associado à entrada do povo na cidade política já ele era visto "ainda com foros de menoridade, uma entidade poderosa, mas que tem de ser guiada" (Samara 2010, p. 102). Na interpretação de Ramos (2004, p. 561), a restrição dos direitos políticos foi justificada no discurso político dos republicanos, a partir dos termos da linguagem da cidadania desenvolvida pelos projeto liberal, tendo por base a ideia de que a "capacidade civil" não implicava a "capacidade política". Neste sentido, a República, enquanto exercício coletivo da razão, deveria excluir da soberania quem estava inabilitado, por ignorância, para o exercício da cidadania. As razões dessa recusa ficaram expressas nos debates que debateram a lei eleitoral, na Assembleia Constituinte.

Nela se expressaram duas posições paradigmaticamente ilustradas nos discursos de dois parlamentares. Um primeiro foi Sebastião Baracho que, na Assembleia, referiu: "A República sem o sufrágio universal e com Presidente coordenador, poderá ser tudo menos uma República democrática. Está positivamente em antagonismo com a República proclamada entusiasticamente na sessão da Constituinte a 19 de Junho pretérito" (cit. por Pereira 2016, p. 82). A sua posição era minoritária e acabou por abandonar a Assembleia. Por contraponto, apresenta-se uma outra interpretação, resumida por Faustino da Fonseca: "O que queremos é a colaboração dos ilustrados, dos inteligentes; porque as sociedades não são dirigidas pelas maiorias incultas, mas pelas minorias organizadas, atuando sob uma forte disciplina mental" (cit. por Pereira 2016, p. 82–83). A própria discussão sobre o direito ao voto das mulheres esteve praticamente ausente do debate parlamentar e constitucional. Aliás, o próprio precedente aberto pelo voto de Carolina Beatriz

[81] Na região de Lisboa, por exemplo, passou-se de taxas de abstenção de 13,4 % em 1911 para 48,2 % em 1913, 65 % em 1918 e quase 80% em 1919 (Marques 1986, p. 284).

[82] A. H. Oliveira Marques (1986, p. 284) considera que a fraca adesão à República não pode ser interpretada como uma "censura ou rejeição do regime republicano [...], mas como sinónimos de apatia, despolitização, negligência e outras atitudes habituais na vida política dos países democráticos, nomeadamente em nações pouco desenvolvidas". Este argumento é questionável na medida em que naturaliza características políticas de grupos específicos de pessoas, ignorando as próprias condições sociais que explicam a participação política. Inversamente poderíamos perguntar-nos onde estava, então, esse povo "apático" e "despolitizado", quando na sequência do 25 de abril, a política se tornou um assunto generalizado e da maioria, como iremos ver a seguir.

Ângelo[83] foi logo neutralizado na lei eleitoral de 1913, que clarificou a exclusão objetiva das mulheres. Mesmo nos meios urbanos, onde a base eleitoral era maior, permanecia a desigualdade política, já que o analfabetismo era naturalmente menor nos estratos sociais mais abastados da sociedade.[84]

Do ponto de vista político, a I República ficou refém de uma contradição irresolúvel. Ou os republicanos se mantinham fiéis ao princípio programático da igualdade social e jurídica e, neste sentido, ao próprio sufrágio universal a materializava, ou persistiam na regra do sufrágio masculino capacitário, que limitava a base eleitoral, e garantia que num país analfabeto prevaleciam na vida política as elites ilustradas, que representavam o predomínio da razão. Nesta contradição prevaleceu a segunda perspetiva e, por isso, como argumenta Miriam Halpern Pereira (2016, p. 87) "o sistema eleitoral republicano tornou-se um mecanismo de exclusão, de limitação do debate e da luta política democrática, estreitando a legitimidade do regime". Em 1913 o eleitorado ficou restringido a apenas 24% dos homens, a mais baixa percentagem desde a década de 1850. Como resume Rosas (2020, p. 26), "o regime republicano falhou naquilo que era, provavelmente, o seu objetivo essencial: a regeneração democrática do liberalismo oligárquico da monarquia constitucional".

Este facto refletiu-se na composição do Parlamento, supostamente representativa da sociedade. Segundo dados biográficos recolhidos por Oliveira Marques (2000), e organizados em Almeida, Fernandes e Santos (2006), no período da República dá-se uma rutura com as elites políticas anteriores, na medida em que apenas 48 deputados (6,4 % do total) do período da República tinham ocupado cargos institucionais relevantes no período da Monarquia Constitucional. Ainda assim, no quadro das limitações eleitorais, há vários fatores de diferenciação social que se expressam politicamente. Neste período a maioria dos deputados não só sabia ler e escrever (condição primeira para se poder ser eleito), como possuía formações académicas de nível superior, o que era ainda mais socialmente restrito. Dos 637 deputados cujo percurso se conhece, cerca de 90 % têm um curso superior. Lembre-se que em 1910-11 apenas 1200 pessoas frequentavam o ensino superior (Arroteia 2003, p. 606). Estes valores, aliás, não contrastam com os dados que se conhecem no período final da Monarquia Constitucional.[85] As

[83] A médica colocou um processo judicial que lhe deu o direito de voto nas eleições constituintes, devido à ao facto de a lei não definir o sexo dos "chefes de família" a quem a lei concederia o direito ao voto.

[84] A limitação dos direitos de participação política encontrava dois discursos legitimadores. O primeiro tinha origem em organizações mais à esquerda, como o Partido Socialista Português, onde persistia a perspetiva anarcossindicalista da elite operária politizada, que centrava o seu trabalho reivindicativo nos problemas laborais, sociais e económicos, perspetivando a transformação social não pela via eleitoral, mas pela via sindical. O segunda era o de que as elites políticas temiam uma instrumentalização do povo, fosse pelas correntes monárquicas e católicas, fosse pelo fortalecimento político das correntes socialistas, anarquistas e populares.

[85] Segundo Pedro Tavares de Almeida (Almeida 1995, p. 146), de 233 deputados eleitos entre 1851 e 1890

três áreas de estudo predominantes eram o Direito, as formações militares e a Medicina, com respetivamente 41,1 %, 21,5 % e 20,5 % dos 581 deputados. Este perfil de qualificações e formação reflete-se nas profissões de origem dos deputados, destacando-se advogados, notários, juízes, militares e médicos. Se somarmos todas as profissões na área do direito, incluindo a de professor nesse campo do saber, constata-se que durante a República os deputados desta área foram sempre superiores a um quinto dos parlamentares, como aconteceu, aliás, com a Câmara de Deputados eleita em 1890 (Almeida 1991, p. 185).[86]

Outro facto a salientar é que, se em 1911 apenas uma minoria dos parlamentares tinha exercido funções políticas (7,7 % tinham exercido funções municipais e 8,3 % de governador civil), no final do regime identifica-se um aumento da importância da experiência política, sendo que na última legislatura, em 1925, 19,4 % dos representantes já tinham governado um distrito e 18,1% o executivo de uma Câmara Municipal. Nas últimas legislaturas, respetivamente de 1922 e 1925, havia respetivamente 21% e 26% de deputados com experiência governativa e ministerial.[87]

A política continuou a ser um elemento de distinção social, mesmo que já não das classes nobiliárquicas da monarquia, mas das novas classes médias ou proprietárias que transformavam a sua qualificação cultural em qualificação política[88]. Para Halpern Pereira (2016, p. 88): "A 1ª República ficou para a história como um caso de persistente distanciação entre a legitimação teórica e a prática política". Na sequência do golpe de Estado de 1926, ainda se deu o último suspiro da República, com o revilharismo, que juntava os setores republicanos, democráticos e liberais. Era tarde demais. Como conclui Rosas (2020, p. 36): "A República, dessa forma devolvida ao rigor das suas origens, caiu, sim, mas foi nas barricadas do reviralhismo". Foi necessário esperar meio século de ditadura para que, mulheres e homens, sem distinção de

constata-se que 92,3 % tinham formação superior, o que parece sugerir um padrão de continuidade quanto ao nível e importância da educação entre a elite parlamentar, comum ao período monárquico e republicano, e que, como veremos, perdurará até aos dias de hoje. Da mesma forma, a maioria dos deputados estudaram na Universidade de Coimbra (60,5 %) e nas instituições de ensino superior de Lisboa (30,8%).

[86] Isto insere-se num contexto em que a importância dos proprietários foi diminuindo ao longo dos anos, por oposição aos deputados com diversos vínculos ao Estado (Almeida 1991, p. 184), a uma crescente elite burocrática (1991, p. 186), e aos próprios magistrados cuja eleição sucessiva (nunca inferior a 8,3 % desde pelo menos 1861), é reveladora de uma "osmose entre as esferas judicial e política, contrariando assim o princípio abstrato da separação de poderes" (1991, p. 184).

[87] Apesar disto havia uma grande rotação (56% só elegeu um mandato como deputado ou senador) fruto da instabilidade política. Além de que a maioria dos parlamentares era originário de pequenas cidades, vilas e aldeias e não das grandes cidades (56,5%), entrou na vida política antes dos 41 anos (54,85%), destacando-se a faixa etária dos 31 aos 40 anos (38,1 %). A idade média de entrada em todo o período era de 36 anos. Só no período final, de 1921 a 1926, a média etária subiu.

[88] Mencione-se que, apesar de dar centralidade à discussão da política por relação às condições de cidadania e participação eleitoral, houve outras correntes que pensaram a política para lá da esfera estatal, nomeadamente as correntes anarquistas e anarcossindicalistas, que desde o início do século têm bastante expressão em diversos meios operários e laborais, constituindo um património próprio de ideias, pensamento e intervenção política (João Freire 2001).

nenhum tipo, pudessem votar e ser eleitas, e para que à política se associasse um entendimento radicalmente novo. Antes disso, passava-se meio século de ditadura, onde se estrutura uma outra nova conceção: a "política da Nação".

## O Estado Novo: da "política da desordem" à "política da nação"

Seja porque a República deu origem a duas décadas de atraso económico e se constituiu como uma "ilusão desmascarada" (Henriques 2010, p. 132) ou porque, ao não alargar a sua base de apoio, falhou como tentativa histórica de regeneração modernizadora do liberalismo oligárquico (Rosas 2010, p. 71), a verdade é que, 16 anos depois da Revolução Republicana, se iria suceder uma ditadura militar, na sequência do golpe de 28 de maio de 1926, que conduziu o país ao longo período do Estado Novo. O Portugal do Estado Novo nascera da crise do sistema liberal oligárquico e da ameaça, para as elites, da democratização e da massificação da política, por via da industrialização do país e da organização política e sindical de um proletariado que se mobilizava em greves e lutas. Era igualmente o tempo das crises capitalistas internacionais, e em particular da Grande Depressão de 1929, do desastre da I Guerra Mundial e da ameaça revolucionária que começa na Rússia em 1917 e que se espalha pela Europa.

Apesar da Constituição de 1933 manter a referência às liberdades, direitos e garantidas individuais, designadamente à liberdade de expressão e associação, estas eram reguladas por "leis especiais" com o objetivo de "impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública" e "salvaguardar a integridade moral dos cidadãos", regulando-se inclusive a prisão, sem culpa formada, a quem em flagrante delito atentasse "conta a segurança do Estado" .[89]

A Assembleia Nacional era o novo órgão de representação política eleito por cidadãos maiores de 21 anos. Os analfabetos só podiam votar caso pagassem impostos de 100$00, e as mulheres caso possuíssem um curso especial, secundário ou superior. Não podiam ser eleitos presos por delitos políticos, ou quem professasse "ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente, à disciplina social e com o fim de promover a subversão violenta das instituições e princípios fundamentais da sociedade".[90] O poder legislativo desta instituição estava circunscrito à aprovação das bases gerais dos regimes jurídicos, permitindo ao Governo legislar no uso de autorizações legislativas ou em caso de "urgência" ou de "necessidade pública".[91]

[89] Título II, Artigo 18º da Constituição de 1933.

[90] Artigo 3.º do Decreto n.º 24 631 de 6 de novembro de 1934.

[91] Este facto fazia com que Marcello Caetano (1952) caracterizasse o regime como "liberal-autoritário", já que, na sua perspetiva, a ilegalização dos partidos políticos não impedia uma conceção pluralista do regime, nomeadamente por via corporativista, enquanto Francisco Sá Carneiro (cit. pot Cruz 1982, p. 779) o classificava como um "sistema liberal, oposto a um qualquer transpersonalismo ou totalitarismo".

Havia, no entanto, uma dissonância entre as liberdades constitucionalmente previstas e o seu exercício que, sendo regulado pelo Governo, se tornou crescentemente limitado e reprimido. A formalização de uma noção de "liberdade cívica", que dava ao regime uma aparência não-totalitária, não podia ser efetivada com a limitação da liberdade política, que o regime coagiu quer de forma preventiva, quer de forma repressiva. As sucessivas revisões ao texto constitucional estavam, portanto, em sintonia com a própria prática do regime, crescentemente autoritário, antipartidário e antipluralista. Houve uma progressiva menorização da Assembleia Nacional perante a preponderância do Governo (e em particular de Salazar) que se materializou primeiro na revisão de 1935, onde foi limitado o poder da Assembleia Nacional de alterar a legislação governativa, e posteriormente com a revisão de 1945 que atribui mais poderes legislativos ao Governo no sistema político, num contexto de forte crise de legitimidade, devido à derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial.

O reforçado poder executivo refletiu-se, assim, na pessoalização da ação governativa, na subalternização do Presidente da República, no esvaziamento da Assembleia Nacional e na formação de um Estado policial. Houve sucessivas eleições para a Assembleia Nacional, mas não havia liberdade de formação de partidos políticos, nem de reunião, expressão, associação ou informação. Mesmo quando, na sequência da II Guerra Mundial, o Governo se viu obrigado a tolerar a participação do MUD nas eleições de 1945, este acabou por não concorrer, dado o carácter fraudulento e repressivo do regime. Acaba, aliás, por apelar à abstenção que, curiosamente, é a mais elevada das doze eleições legislativas do período do Estado Novo.

Nessa sequência, com a derrota do nazi-fascismo, o regime passa por uma crise mas mantém-se devido, entre outros fatores, à sua posição estratégica face à guerra, à cumplicidade internacional, ao controlo das forças armadas e à repressão e domínio da agitação operária e do movimento grevista de anos 40 – esperança desfeita que Ferreira de Castro retratou em A *Lã e a Neve*, publicado em 1947, o seu romance sobre o operariado têxtil da Serra da Estrela, e que ganhava expressão simbólica na figura de Marreta, o operário utópico que morre de frio, depois de uma vida inteira a produzir cobertores.

Perante a instabilidade política da I República e a situação económica do país, Salazar fundara a alternativa do Estado Novo a partir de uma crítica à "política da desordem", alimentada em dois sentidos: por um lado, pelos excessos dos partidos, do faccionismo, do conflito permanente, da corrupção sistemática e da vida parlamentar; por outro lado, pelos perigos do socialismo, do anarco-sindicalismo e mais tarde do comunismo. Como argumenta Fernando Rosas (2015, p. 24), a verdade é que "a alternativa nacional-corporativa à «política da desordem» se fazia em nome, não da ausência de política — circunstância várias vezes verberada por Salazar ao longo da sua carreira como chefe do regime —, mas da urgência de fundar ou manter uma verdadeira «política nacional», a única que haveria de ter lugar no Estado Novo". O Estado Novo

seria nacionalista porque antiliberal, autoritário porque antidemocrático, corporativo porque antissocialista.

Assim, a política já não residia nem no privilégio social nobiliárquico, nem no "povo" enquanto sujeito político ou fundamento da soberania. A política no Estado Novo encontrava o seu fundamento na nação orgânica, na ordem natural a ser preservada e protegida quer do individualismo liberal (que enfraquecia as comunidades "naturais"), quer da subversão coletiva do socialismo (que subvertia a ordem natural pela luta de classes que quebrava a organicidade da comunidade). Esta política não podia, portanto, tolerar a pluralidade e o conflito. Assim, progressivamente, dissolvem-se os atores coletivos da política (como a CGT e o PCP, logo em 1927) e em 1932 Salazar anuncia a dissolução dos partidos responsáveis pela derrocada da nação, e pelo "açambarcamento do Estado". Veja-se, por exemplo, o seu discurso de 1949, no Palácio da Bolsa, inaugurando a conferência da União Nacional: "A fusão ou desagregação de partidos, as combinações políticas são fruto de conflitos e de paixões, compromissos entre facções concorrentes, mas nada têm que ver com o País e os seus problemas. [...] O espírito de partido corrompe ou desvirtua o poder, deforma a visão dos problemas de governo, sacrifica a ordem natural das soluções, sobrepõe-se ao interesse nacional, dificulta, senão impede completamente, a utilização dos valores nacionais para o bem comum" (Salazar 1951). [92]

Como novamente argumenta Rosas (2015, p. 32), para Salazar a existência de um "regime sem partidos" não equivalia a um "governo sem política". A "política da nação" era o contrário da massificação da política ou do "excesso da política" (cit. por Rosas 2015, p. 27).[93] O povo não estava capacitado, nem tão pouco destinado, a ser sujeito da política, mas sim seu objeto, sendo a "política nacional" a arte de o governar, enquadrar, conduzir, ordenar e conformar pelas elites capaz de dirigir a política nacional. Essa recusava em ver no povo algo mais que objeto da política baseava-se igualmente numa ideia de chefia e de liderança que alguns autores designam como "fascismo de cátedra" (Sousa 2013), ou como preferiria Salazar, uma "ditadura de doutores" (cit. por Sousa 2013, p. 20), dirigida por um "mago das finanças" apoiado numa aliança entre especialistas universitários e quadros militares, em "vigia tutelar permanente sobre um povo alegre e esforçado, mas essencialmente volátil, infantil e incapaz de ascender à compreensão dos seus verdadeiros interesses" (Rosas 2020, p. 45).

A política era, portanto, assunto de elites que dirigem ao povo um apelo ao trabalho e à ordem, deixando que a governação da nação ficasse circunscrita a quem, pela ordem natural, estava destinado ao cumprimento desse chamamento. Assim, para Salazar o novo regime

[92] Registo áudio do discurso pode ser consultado em: https://www.youtube.com/watch?v=9EksApCA35k.
[93] A recusa de Salazar em envolver as massas na política era tão clara que o próprio criticava até os casos em que esse envolvimento se orientava para o próprio apoio ao regime. Nas palavras do próprio, citadas por Rosas (2015, p. 33) "Essa boa gente que me aclama hoje, levada por paixões momentâneas, não poderá ser aquela que tente revoltar-se amanhã, levada por outras paixões?"

fundava-se na "constituição natural da sociedade", substituindo-se o cidadão abstrato pelos "grupos naturais" e "associações morais e económicas" (cit. por Ramos 2004, p. 563), sendo o cidadão abstrato substituído por indivíduos vistos como membros de famílias comunidades de residência e classes profissionais. Como referia António Carneiro Pacheco, ministro da Educação Nacional: "Um lugar para cada um e cada um no seu lugar".

De vocação autoritária e antipluralista, a natureza política do Estado Novo era contrária a qualquer forma de parlamentarismo. É por isso que ao longo do tempo a própria Assembleia Nacional vai perdendo poderes legislativos. Para Salazar, no novo regime, "mesmo com a câmara electiva não haverá já para nós parlamentarismo, isto é, discussões estéreis, grupos, partidos, lutas pela posse do poder na Assembleia Nacional" (cit. por Rosas 2015, p. 40). Ainda assim, a Assembleia, como aliás os restante órgãos e cargos políticos, estarão ocupados por grupos de elite do regime, social e politicamente selecionados nas universidades, nas grandes empresas, no exercício diplomático, na banca ou entre os quadros da União Nacional.

Na viragem para a década de 70, depois da morte de Salazar, o regime entra em crise. A abertura a listas concorrentes (mesmo que ainda sem partidos ou atualização dos cadernos) e a inclusão nas listas oficiais da chamada "ala liberal", não conseguiram neutralizar a centralização do poder no Presidente do Conselho, que a revisão de 1971 confirmou, muito menos as consequências da guerra, do descontentamento militar e da revolta do movimento estudantil. Estava aberto o caminho para a "madrugada inteira e limpa" anunciada por Sophia de Mello Breyner Andresen a 25 de abril de 1974. O regime caía através de um golpe militar *sui generis,* dirigido não por generais, almirantes e coronéis, mas por oficiais intermédios da hierarquia militar, que neutralizaram ou anularam o papel tradicional das Forças Armadas, rompendo a cadeira hierárquica de comando (Rosas 2020, p. 66–68). Desta vez, a revolução política não ficaria circunscrita às elites. A política deixaria de ser um assunto do Estado e das suas elites e seria apropriada como uma expressão de massas. Era o tempo da Revolução de 1974-75 e do Processo Revolucionário em Curso (PREC).

## A política no terreno da vida comum: a revolução de 1974-75 e o PREC

Quando na madrugada de 25 de abril de 1974 os militares do Movimento das Forças Armadas instruíram o povo para permanecer nas suas casas enquanto decorria o golpe de Estado, dificilmente imaginaram que milhares de pessoas desobedeceriam às recomendações, ocupariam as ruas da capital e desencadeariam acontecimentos não planeados, como a invasão da sede da polícia política. Esse gesto imprevisível, num golpe que apesar de tudo estava completamente em aberto (Noronha, Trindade 2019, p. 31–32), haveria de determinar que o fim da ditadura não

ganharia a forma de transição controlada do poder, tal como almejavam Marcello Caetano e Spínola (Noronha, Trindade 2019, p. 25–26) , mas sim de uma crise revolucionária e de Estado (Palacios Cerezales 2003). Enquanto Spínola garantia ao Presidente do Conselho que não deixaria que o poder "caísse na rua", milhares de pessoas já a ocupavam, primeiro em Lisboa, e depois no resto do país.

Esse movimento não surgia do vazio. Expressava, de certa forma, o processo de radicalização política que havia marcado os últimos anos do regime e que se intensificou logo após 25 de abril. Falo não apenas do movimento estudantil que constitui um abalo fundamental da ditadura (Cardina 2008; Bebiano, Cruzeiro 2006; Accornero 2013; Lourenço, Costa, Pena 2001), mas também do surto grevista que começa em 1969 (Rosas 2004) e que se alastra a diversos setores durante os últimos anos do regime (Noronha, Trindade 2019, p. 44–49), exponenciado pela crise, a inflação, a mudança produtiva (em particular com o aumento do setor secundário, da indústria e do terciário), a concentração urbana, a emigração massiva, a oposição crescente à guerra colonial e o controlo de alguns sindicatos por ativistas ligadas à oposição democrática.

A ocupação das ruas de todo o país, de que o 1º de maio de 1974 será expressão simbólica, anuncia que a transição portuguesa não será meramente formal, inaugurando-se aquele que, para Boaventura Sousa Santos (1990, p. 27), foi o "movimento social popular mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra". Com efeito, entre o golpe de 25 de abril e o fim da crise de Estado, a 25 de novembro de 1975, o país assistiu a uma generalização sem precedentes de formas de participação popular e de politização das relações sociais.

Pela primeira vez na história do país a solução para a crise não passou por uma transição de regime, em que a tutela das instituições políticas seria assegurada por elites económicas ou ilustradas, ou por um regime militar controlado pelas cúpulas hierárquicas das Forças Armadas. A neutralização e a anulação do papel tradicional das Forças Armadas rompem a cadeia hierárquica de comando e enfraquecem o poder e a autoridade do Estado (Rosas 2020, p. 66–70),[94] abrindo terreno a um movimento revolucionário que questiona a própria conceção da política que já não é um assunto de elites, uma prática de doutos, ou um privilégio de classe: a política, como argumentei anteriormente, *acontece* onde a assembleia se encontra. Assim, deslocou-se para a rua, para os bairros, para os campos, para as fábricas, para as relações íntimas, nunca deixando se refletir nas instituições políticas formais, nomeadamente na Assembleia Constituinte.

Com a crise das instituições, e em particular das instituições que asseguram o monopólio da violência de Estado (Weber 2019), quer física quer simbólica (Bourdieu 2014, p. 16), amplia-se

[94] A estrutura de autoridade do Estado ficou fragmentada no que Rosas classifica como "um poliédrico de competências conflituantes e debilitadas" (Rosas 2020, p. 67), entre a Junta de Salvação Nacional, o Governo provisório, o Conselho de Estado e a Coordenadora do Programa do MFA, sempre em disputa e contradição interna.

o que Palacios Cerezales (2003, p. 40) designa de "estrutura de oportunidades políticas" para pensar a revolução portuguesa, quer dizer, a possibilidade real que determinadas pessoas e grupos adquirem de poderem aceder ao poder e influenciarem o sistema político. Não é aqui o lugar de fazer essa história; esse é um programa de investigação muito vasto, complexo para os próprios historiadores dada a multiplicação e a sobreposição de protagonistas e acontecimentos (Noronha, Trindade 2019, p. 11). No entanto, é importante mencionar alguns dos seus aspetos, porque neles se inscrevem formas de pensar a política que contrastam com a forma como o parlamentarismo, depois de 1976, se organizará enquanto instituição que exercita o monopólio da discussão política e da regulação dos seus conflitos.

Passados apenas quatro dias do golpe começam as primeiras ocupações de habitações por populações que viviam em condições precárias e insalubres (Downs 1978; 1989). A habitação torna-se uma questão social e política para um movimento de ocupações, organizado através de associações de moradores em diversos pontos do país (Rodrigues 1999; Palacios Cerezales 2003; Santos 2014). Paralelamente, a estrutura de propriedade e a fome tornam-se problemas políticos, dando origem a um milhão de hectares de terras ocupadas e em alguns casos autogeridas (Piçarra 2008; Almeida 2006; Baptista 1978; Barros 1979; Estrela 1978; Godinho 2017), e garantindo estabilidade de emprego, salário e de gestão da vida (Godinho 2017, p. 310). Em Aivados, exemplo estudado etnograficamente por Inês Fonseca (2006), o 25 de abril e a revolução apresentaram-se para a população como uma forma de repor coletivamente marcos de propriedade comunitária, originários do final do século XIX, e que haviam sido progressivamente apropriados durante o século XX. A memória sobre os marcos da propriedade foi transmitida de geração em geração, sendo repostos na revolução. Também o trabalho e a sua organização foram matéria de decisão coletiva, e, portanto, uma questão política, a partir dos processos de ocupação e autogestão de fábricas (Pérez Suárez 2019; 2018). E até a banca se tornou matéria de participação coletiva, funcionando até ao Verão de 1975 numa situação de duplo poder, com delegados sindicais a fiscalizar atos de gestão e a influenciar decisões relativas ao crédito (Noronha 2018).

Neste contexto, os partidos políticos emergem da clandestinidade, e outros aparecem. Os sindicatos corporativos são tomados, embora não controlem o movimento espontâneo de eleição de comissões de trabalhadores (Hammond 1988). O movimento popular, em variadas expressões, escapava ao controlo do Governo Provisório e dos próprios partidos. Nas regiões industrializadas, principalmente nos centros urbanos, criavam-se assembleias e comissões nos hospitais, na banca, na função pública ou nas escolas. A política era assunto de gente comum.[95]

[95] Estes processos não foram marcantes apenas para quem a viveu naquela época. Como demonstra a recente etnografia de João Carlos Louçã (2019), a memória do processo revolucionário continua a persistir direta ou tacitamente no imaginário de pessoas que, perante a crise do capitalismo, na sua fase neoliberal, procuram práticas políticas, económicas, culturais alternativas, reabilitando e reatualizando a própria noção de utopia enquanto prática concreta.

Quanto mais os meses passavam, mais se desvanecia o estatuto de passividade cívica do povo português, narrativa dominante não só do salazarismo enquanto cultura política (Trindade 2018), como do próprio projeto de cidadania liberal (Ramos 2004). A revolução mostrava que Portugal era um "Outro país", título escolhido pelo realizador Sérgio Tréfaut (1999) para um documentário sobre este período.

A ampliação social da atividade política foi possível graças ao facto de o país viver uma *crise de Estado,* isto é, um processo em que as instituições não reconhecem autoridade umas das outras (Palacios Cerezales 2003). Símbolo disso é a própria Junta de Salvação Nacional, que procurava promover uma recomposição integrada do Estado, sucessivamente ultrapassada pelas mobilizações que aceleravam a vida política, com o apoio de muitos setores das Forças Armadas.[96] Na verdade, se foi esta crise de Estado que criou as condições para o desenvolvimento do processo revolucionário, também foi a sua resolução que lhe pôs fim.

Como se encerrou, então, este processo? É uma história longa e complexa, mas, entre vários fatores, é de destacar que a crise de Estado se resolveu a partir da reintegração da orgânica estatal, nomeadamente das Forças Armadas e das forças policiais, criando condições para a recuperação, pelo Estado, do monopólio do exercício da política e da autoridade. Para o fazer, no contexto de uma multiplicidade de mobilizações e poderes paralelos, foi necessário desenvolver uma estratégia simultaneamente material e simbólica. Material porque, como detalha Palacios de Cerezales (2003) os poderes de Estado tiveram de recorrer a um conjunto de tecnologias institucionais de solução para a crise de legitimidade, nomeadamente o restabelecimento progressivo da hierarquia militar, da unidade e da disciplina nas Forças Armadas[97], nomeadamente a partir do reconhecimento inequívoco dos centros de poder.[98] Começou então o desgaste dos poderes alternativos, a partir do desmantelamento das redes de apoio civil aos processos de luta social e auto-organização,[99] e a garantia de que as ordens de restabelecimento da ordem pública eram efetivamente acatadas no terreno.[100]

---

[96] Tendo por base Stinchocombe (1987), a crise de Estado é o oposto a uma situação em que há centros de poder (polícias, forças armadas, tribunais, governos, parlamentos) que se tornam legítimos na medida em que as decisões tomadas por uns são reconhecidas e aplicadas pelos outros. Ora um dos aspetos fundamentais do Portugal de 74/75 foi justamente a quebra dessa "cadeia de decisões contingentes".

[97] Começando, desde logo, pela reintegração institucional das organizações militares mais "militaristas", isto é, as tropas de elite profissionais, mais socializadas no seu interior da instituição militar, e que tinham menos contacto e relação com os processos de mobilização social (Palacios Cerezales 2003, p. 182).

[98] Aqui é importante salientar que o próprio Agrupamento Militar de Intervenção, criado a 26 de setembro de 1975, mesmo depois da sua extinção, criaria as condições para a existência de uma estrutura de comando para o golpe governamental de 25 de novembro (Sánchez Cervelló 1993).

[99] Nomeadamente por via do controlo por parte das forças político-militares pró-governamentais de três divisões das Forçadas Armadas (pessoal, operações e logística), limitando os recursos das unidades militares próximas dos processos de mobilização popular, especialmente do RALIS e da Polícia Militar.

[100] Deu-se, em simultâneo, um conjunto de saneamentos de políticos e militares ligados aos processos de mobilização ou com estes comprometidos em diversos lugares de poder (governos civis, comissões

Paralelamente à reintegração da hierarquia militar e da disciplina de comando, era necessário desenvolver as condições simbólicas, que estruturassem uma narrativa e um imaginário sobre o conflito, capaz de legitimar uma intervenção que pusesse fim ao processo revolucionário. Essa narrativa persiste até aos dias de hoje: era preciso defender a democracia dos totalitarismos que conduziriam o país à guerra civil. Assim, criavam-se as condições para que o PREC, de experiência de socialização política intensa, passasse a ser representado ora como um devaneio exótico da experiência popular, ora como sequência de experiências antidemocráticas contra as quais foi erguida a democracia parlamentar.

Estavam finalmente reunidas as condições para o fim do processo revolucionário e, sobretudo, para a conclusão desse período em que a política pôde ganhar esse sentido que o filósofo Jacque Rancière lhe atribui: uma prática que acontece *não importa onde* e protagonizada por *não importa por quem*. Jaime Neves, um dos militares que dirigiu os acontecimentos de 25 de novembro, admitiria que, a partir desse momento, "quando um oficial fosse enviado para reprimir uma manifestação já não devia temer no dia seguinte ser vilipendiado como traidor, revolucionário, fascista, etc." (citado por Gil, 1976, em Palacios Cerezales 2003, p. 187). Havia, finalmente, uma força estatal de efetivos que cumprisse os apelos à lei e à ordem pública (Durán Muñoz 1997) e os quatro manifestantes mortos em frente às prisões de Custóias e Caxias a 1 de janeiro de 1976 já não suscitaram grande clamor. Apesar de ainda se ter assistido a uma rede bombista de extrema-direita que assolou o país durante o ano de 1976 (Carvalho 2017), aquele mês novembro conclui a crise de Estado que marcou a revolução portuguesa de 74-75. Como sintetiza Cerezales (2003, p. 183): "Com o fim da crise de Estado desapareceu a conjuntura extraordinária que permitiu o avanço das mobilizações e o processo de aprendizagem política pelo qual passaram várias dezenas de milhares de activistas populares".

## A Constituição de 1976 e o novo ciclo do parlamentarismo português

Apesar do desfecho, o processo revolucionário deixou marcas inegáveis no regime político que se lhe seguiu, cujo texto constitucional reflete um património de aquisições fundamentais, como a democracia política, as liberdades públicas e os direitos fundamentais. Do ponto de vista do sistema político, o Parlamento (agora designado Assembleia da República) detém o primado da função legislativa e assume competências de fiscalização e escrutínio do Governo.

administrativas, câmaras), paralisaram-se as iniciativas de dinamização popular, num processo paralelo à recuperação da confiança da polícia, através da nomeação de novos comandantes, a criação de novas missões de ordem pública e o reforço do armamento material e simbólico das polícias com G3s.

O Parlamento passou a ser eleito de quatro em quatro anos, por sufrágio universal - ou para ser rigoroso por sufrágio *quase-universal*, já que, além dos menores de 18 anos, os imigrantes residentes no país são excluídos dos direitos de participação nas eleições legislativas. Apesar da eleição ser de deputadas e deputados que se apresentam em listas partidárias, os Grupos Parlamentares são a unidade base do funcionamento da instituição, os seus direitos ficaram enquadrados no texto constitucional,[101] sendo a Conferência de Líderes o órgão que melhor simboliza a sua importância na definição da agenda e funcionamento da Assembleia. A representação é proporcional seguindo o Método D'Hont, recuperado da I República.

A Constituição de 1976 enquadrou a Assembleia da República como instituição central do sistema político português, ao mesmo tempo que mitigou o pendor parlamentar que marcou a I República. Assim, o poder está tripartido entre o Presidente da República, o Parlamento e o Governo. O Conselho da Revolução haveria de ser extinto na revisão constitucional de 1982, o que para António Costa Pinto (2008, p. 324; 1998) fecharia o ciclo da consolidação do regime, depois de solucionada a crise de Estado em 1975.

Ao ser o único órgão eleito ideologicamente plural, a Assembleia da República será o centro do modelo político do regime democrático que emerge da revolução portuguesa de 74-75. Primeiro, porque era um órgão legitimado por uma ampla participação eleitoral (que se cifrou em taxas de 91,66% nas Eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, e de 83,53% nas primeiras eleições legislativas, de 1976); depois, pelo facto das diferentes forças políticas com expressão parlamentar assumirem a Assembleia da República como o palco privilegiado de intervenção sobre a realidade social e política.

Apesar da instabilidade governativa que perdurou entre 1976 e 1982 (em três legislaturas tomaram posse nove governos, com e sem base parlamentar), a Assembleia da República assume nessa primeira década um papel crucial por se constituir como o lugar onde se dá a legitimação do regime e do exercício de poder, se reforçam os partidos políticos, se formam consensos e, finalmente, se resolvem os conflitos (Antunes 1998).

No entanto, depois dessa primeira década, ocorrem um conjunto de mudanças no próprio funcionamento da Assembleia, que tanto traduzem como estimulam uma outra forma de entender o que significa "fazer política" nesta instituição do Estado. Essas mudanças começam a partir de 1985, quando um novo partido político, o Partido Renovador Democrático (PRD), próximo a Ramalho Eanes, então Presidente da República, obtém quase 18% dos votos, elegendo 45 deputados. Estávamos no primeiro Governo de Cavaco Silva (1985-1987) e o Parlamento ganhava maior protagonismo perante o governo minoritário. No entanto, esse cenário haveria de durar pouco tempo, porque após a aprovação de uma Moção de Censura ao Governo, apresentada pelo PRD a 3 de abril de 1987, a Assembleia é dissolvida e são convocadas eleições para 19 de

[101] Constituição de 1976, Artigo 183º.

julho. O PRD tem uma grande derrota eleitoral, perdendo 38 deputados, e o PSD de Cavaco Silva alcança a primeira de duas maiorias absolutas. Estavam assim criadas as condições para um período de estabilidade política que se irá refletir tanto na atividade como na imagem externa da Assembleia da República (Leston-Bandeira 1996; 2002).

A atividade da Assembleia da República era regulada por um Regimento que, desde 1976, determinava grande parte da organização quotidiana. Assim, desde 1985, procederam-se a um conjunto de revisões a este regimento, que se traduziram num conjunto de mudanças na própria orgânica da vida parlamentar, algumas das quais se mantém até aos dias de hoje.

Em primeiro lugar, a regulamentação e a racionalização da prática parlamentar. A primeira grande revisão do Regimento ocorreu no ano de 1985 e refletiu-se numa ampla revisão de procedimentos e práticas. O período "Antes da Ordem do Dia", por exemplo, que durava uma hora e costumava ser usado livremente para intervir sobre temas sociais e políticos fora da agenda formal, passou ser regulamentado, formalizado, implicando inscrição prévia. Ao mesmo tempo, aumentaram o número de artigos que tipificavam todos os tipos de intervenção com "nomes" e "fins".[102] A utilização da palavra na Assembleia devia ser anunciada e justificada pelos parlamentares com um fim específico, regimentalmente previsto, podendo o Presidente retirar a palavra caso a intervenção não correspondesse à tipologia anunciada. Com a revisão de 1993 tipificou-se a utilização de certas figuras regimentais, como a "defesa da honra/consideração", ao mesmo tempo que se alteraram as regras dos "pedidos de esclarecimento": a partir de então, sempre que um parlamentar interviesse e tivesse um pedido de esclarecimento, este tinha de responder logo, evitando que esta figura regimental servisse para debater outros assuntos que não estivessem relacionados com aquela intervenção específica. Finalmente, reforçaram-se os requisitos dos "pedidos de apreciação parlamentar", com o objetivo de impedir que esta figura regimental fosse usada pelos parlamentares com o fim de criar obstáculos à ação do Governo.[103]

Para além da regulamentação e da racionalização, um segundo aspeto a destacar é a perda de centralidade do Plenário no processo político-legislativo. Na revisão do regimento de 1985, a definição do tempo de debate em Plenário passa a ser uma competência da Conferência de Líderes, da mesma forma que se limita a duração dos pedidos de respostas e esclarecimento, do período da ordem do dia e das declarações de voto orais (que aliás seriam suspensas em 1988), introduzindo a figura da declaração de voto escrita. No início da década de 90, criaram-se as condições para o que o debate em Plenário fosse menos centrado na legislação e mais no debate político e na afirmação partidária. Na revisão de 1991 foram introduzidos o "debate de urgência" e em 1993 e o debate do "estado da nação" que recentraram o papel do Plenário enquanto espaço

[102] Só neste momento é que, por exemplo, os deputados passaram a ter de explicitar as razões da sua uma intervenção, quando se dirigem à Mesa.

[103] Além destas alterações criaram-se também os relatórios de comissão parlamentar sobre o estado dos diplomas.

privilegiado do combate político-partidário, muito visível para fora, embora menos relevante para os processos de negociação e produção legislativa que ocorrem noutros espaços.

A redução do tempo do Plenário, por um lado, e sua espetacularização, por outro, foram concomitantes com uma terceira mudança: a especialização do debate com a valorização das Comissões. Desde 1976 as Comissões Parlamentares vão-se tornando um espaço cada vez mais importante na orgânica parlamentar, ao ponto dos funcionários parlamentares, guiados pela sua prática e pela opinião de constitucionalistas como Gomes Canotilho ou Vital Moreira, considerarem que a Assembleia da República é "mais um conjunto de comissões parlamentares do que propriamente uma assembleia de deputados" (Cid 2008, p. 98). Assim, na revisão de 1985 estabeleceu-se a possibilidade de haver reuniões simultâneas entre as Comissões Parlamentares e as Reuniões Plenárias; na revisão de 1988 foi consignada às Comissões a fase de debate na especialidade; e na de 1993 passou a ser permitia a presença da comunicação social nestas reuniões.[104]

Em quarto lugar, deu-se neste período um reforço dos poderes das hierarquias internas. Para lá do poder já consignado, até constitucionalmente, aos Grupos Parlamentares (por contraposição ao do deputado individual), a Conferência de Líderes passou a ter o poder de decidir a duração do debate do Plenário e a fixar da ordem do dia, bastando para tal que houvesse uma maioria.

Finalmente, o reforço da Conferência de Líderes e a afirmação do princípio de decisão maioritário fizeram com que houvesse os Grupos Parlamentares mais representativos ganhassem mais predominância na vida parlamentar. Os critérios maioritários sobrepuseram aos critérios consensuais que davam maior poder e espaço aos partidos com menor representação parlamentar. Quer nos debates em Plenário, quer no direito de interrogar o Governo, as regras tornaram-se favoráveis aos maiores Grupos Parlamentares, reforçando o bipartidarismo ou, se quisermos, um "sistema de monopólio rotativo do poder" (Rosas 2020, p. 96).[105] Assim, como resume Leston-Bandeira (2000, p. 185), "a revisão de 1988 favoreceu essencialmente os dois maiores GPs e, em particular, os representados no Governo. Quanto aos GPs de menor dimensão e da oposição, pelo contrário, houve um decréscimo no número de reuniões a que tinham direito, o que poderá considerar-se contraditório com o próprio conceito de direito potestativo".

[104] Antes disso essa presença era por princípio impedida, podendo ser permitida mediante proposta, a partir de 1993 a regra é a abertura, sendo o impedindo que deve ser proposto em função da natureza da reunião.
[105] Desde 1985 que os direitos parlamentares passaram a variar de acordo com a dimensão de cada grupo parlamentar. Antes de 1985 qualquer Grupo Parlamentar da oposição tinha direito a indicar a agenda da ordem de trabalhos de 6 sessões plenárias, sendo que qualquer grupo que apoiasse o Governo tinha direito a 4 sessões. A revisão de 1985, e depois a de 1988, passou a distinguir os grupos não apenas em termos de apoio/oposição ao Governo, mas em termos da sua dimensão. A regra da maioria e, portanto, do reforço dos maiores grupos, revelou-se também nas perguntas ao Governo, no número de representantes na Mesa da Assembleia da República e no tempo concebido no período antes da ordem do dia.

Na viragem das décadas de 80 e 90, a vida parlamentar tornou-se progressivamente regulamentada, racionalizada, especializada, hierarquizada e controlada pelos maiores Grupos Parlamentares. Estas características refletiram-se na imagem externa instituição e nas suas práticas internas, ao mesmo tempo que terão condicionado a composição da social da Assembleia, crescentemente dominada por pessoas com elevados níveis de qualificações, de profissões liberais e com percursos profissionalizados na política.

Entre a Constituinte, em 1976, e a VIII legislatura, de 1999, aumentou a presença dos dirigentes partidários no Parlamento, traduzindo-se numa profissionalização da classe política (Freire 2001, p. 103–113), por contraposição ao declínio de representantes oriundos das classes menos favorecidas. Na Assembleia Constituinte e na I legislatura entre 75% e 80% dos deputados não eram dirigentes partidários, percentagem que se manteve sempre acima dos 50 % até à IV legislatura (1985). Nas legislaturas seguintes a percentagem de deputados sem cargos partidários desceu para valores de cerca de 40% ou menos que isso (Freire 2002), ao mesmo tempo que a esmagadora maioria dos parlamentares eleitos desde essa data (por vezes mais de 80%), já tinha tido experiência num cargo eletivo anterior. Simultaneamente, ganharam maior representatividade as pessoas qualificadas (por exemplo, parlamentares com ensino universitário passaram de 62% na Constituinte para 75% na VII Legislatura), identificando-se igualmente um predomínio grupos profissionais socioprofissionais como os advogados/juristas, os dirigentes da função pública e empresarial e os docentes[106].

A Assembleia da República de 1976 foi pensada essencialmente em termos de uma instituição legislativa. O regimento colocava a enfâse nos procedimentos legislativos, havendo escassa regulamentação dos instrumentos de controle e fiscalização política. No entanto, a função legislativa, cada vez mais assumida pelo Governo, foi dando lugar a uma função de controlo e fiscalização. Passava-se de um modelo parlamentar que pensava esta instituição enquanto "praticante da democracia", para um outro, em que esta é valorizada sobretudo como "garante da democracia" (Leston-Bandeira 2002, p. 214). A revisão do regimento de 1985 começou esse processo com a institucionalização das perguntas e dos requerimentos ao Governo, estabelecendo o carácter periódico da ida do Governo à Assembleia, da mesma maneira que a revisão de 1993 dedicou especial atenção ao reforço da capacidade de fiscalização do Parlamento, nomeadamente através das Comissões de Inquérito.

Pouco mais de uma década destas mudanças, a reforma do Parlamento de 2007 introduziu alterações que contribuíram para a imagem que hoje se tem dos debates no Parlamento. Exemplo disso são os debates quinzenais,[107] que aumentaram a presença do primeiro-ministro em Reuniões

[106] Para uma análise destas evoluções mais detalhada e diferenciada por partidos políticos ver Freire (1998; 2002; Freire, Matos, Sousa 2001).

[107] Os debates quinzenais passaram a debates bimensais em Julho de 2020, com a revisão do Regime da Assembleia da República.

Plenárias, nas quais responde diretamente a várias perguntas dos deputados; mas também o aumento significativo da presença de Ministros e Secretários de Estado, impulsionados pelo novo "debate de atualidade". Em termos gerais, o número de presenças do Governo em Plenário aumentou em 19% entre o período 2000-2007 (pré-reforma) e o período 2007-2014 (pós-reforma) (Seguro 2015, p. 43; 2016). Houve ainda um aumento da cobertura mediática, seja por via da transmissão do *Canal Parlamento* que hoje grava e transmite em cabo e num website grande parte das sessões parlamentares, seja por via da cobertura jornalística, bem patente no aumento do número de jornalistas credenciados diariamente na Assembleia da República.

***

Ao longo deste percurso histórico procurei salientar que subjacente aos diferentes enquadramentos jurídico-constitucionais que marcaram os vários regimes políticos do Portugal contemporâneo, estava uma determinada conceção do que a política significava, onde (e como) poderia ser exercida e quem dela devia ser protagonista. Salientei, a este respeito, que as diversas restrições ao sufrágio universal, ainda que justificadas de forma distinta, pareciam remeter para um mesmo princípio: o de que os direitos políticos, nomeadamente de eleger e ser eleito, ou seja, de ser cidadão, deviam ser precedidos da competência social que elevava o cidadão da ignorância e da passividade da plebe. Só quem estava socialmente habilitado a uma vida independente e digna, igualmente estava legitimado para participar na cidade política. Só com a Revolução de 1974, século e meio depois da Revolução Liberal, se instaurou o sufrágio universal, através do qual mulheres e homens com nacionalidade portuguesa, sem distinção de qualquer tipo, passaram a poder votar em listas de deputados, apresentadas por partidos livremente constituídos. Ficam, no entanto, um conjunto de questões em aberto. Será que a ausência das restrições ao poder de eleger também se refletiu no fim das limitações sociais ao poder de ser eleito? Como é que na prática a "igualdade democrática" é experienciada por deputados, partidos e Grupos Parlamentares que participam na vida quotidiana da Assembleia da República? Que ideia de política estas pessoas constroem e partilham? E como a reproduzem e legitimam? É em torno destas perguntas que, nos próximos capítulos, será desenvolvida uma etnografia da Assembleia da República centrada nos discursos, nas práticas e nas relações entre deputados, assessores, funcionários e jornalistas.

## CAPÍTULO 5

## *ENTRAR* NA POLÍTICA

"A propensão para tomar a palavra é estritamente
proporcional ao sentimento de ter o direito à palavra"
(Pierre Bourdieu 2010, p. 64)

### "Claro que ninguém nasce deputada"

Em outubro de 2015, quando Luísa soube que tinha sido eleita para Assembleia da República, a sua reação foi de espanto. Nunca pensou que o lugar que ocupava na lista candidata fosse realmente elegível. A surpresa foi geral, sobretudo para a deputada, já reformada, habituada a uma rotina diária entre a casa e uma piscina pública da sua cidade, intercalada com alguma participação política e visitas a pessoas amigas fora da cidade onde residia.

Conheci Luísa em fevereiro de 2016 numa altura em que estava a acompanhar a semana do Presidente de um Grupo Parlamentar. Num momento em que este desapareceu sem deixar rasto, fiquei "retido" na sala do grupo onde, por coincidência, estava Luísa olhando para o computador e para um conjunto de correspondência. Não voltei a ver o líder parlamentar nesse dia, mas a longa espera permitiu que passasse grande parte dessa manhã à conversa com a deputada.

Luísa nasceu no final da década de 40, na zona industrial da Grande Lisboa, pai carpinteiro, mãe operária. O seu encontro com a política esteve longe de ser consciente ou intencional. Nessa época, o pai estava envolvido em atividades políticas de natureza antifascista, o que haveria iria determinar a sua infância. Desde cedo viu a sua casa acolher reuniões secretas, tendo sido ensinada a tratar as pessoas estranhas que ali se encontravam por "primos/as". Quando o pai passou à clandestinidade, Luísa tinha apenas 8 anos e a escolaridade primária por concluir (o que só viria acontecer aos 29 anos de idade). Já longe da cintura industrial de Lisboa, as circunstâncias da vida clandestina obrigaram a que cedo abandonasse a escola.

Ao longo desses anos a família foi forçada a mudar várias vezes de cidade, sendo grande parte da vida passada em casa, fechada, para que a vizinhança pensasse que o pai estava a trabalhar e a filha a ter aulas particulares. Ao pai foi incumbida a tarefa de tipógrafo e Luísa, à medida que cresce, vai ajudando nesse trabalho. Aprendeu a ler com a propaganda política que circulava em casa. Ao entrar na adolescência acaba também ela por ser considerada funcionária do partido, mudando frequentemente de casa.

Depois de aprender a escrever à máquina, e por altura dos seus 20 anos, vai viver com outro companheiro político em situação de clandestinidade, fingindo serem marido e mulher. Nessa

altura, ajudava na lida da casa e no trabalho organizativo do suposto marido. Na década de 70, exilam-se ambos em França, onde Luísa se ocupa de diversos trabalhos. Acaba por casar com outro homem e tem o primeiro filho em 1973. Viu o 25 de abril com surpresa e preocupação, dada a escassa informação sobre a natureza do golpe. Poucas semanas depois percebe que se instalava uma democracia no país e quando o marido é reintegrado na função pública (de onde tinha sido expulso por atividades subversivas contra o regime) decidem regressar a Portugal, em 1975.

Voltou a estudar, e com pouco mais de 30 anos concluiu o atual 7º ano de escolaridade, momento em que nasceu o seu segundo filho. Abandona os estudos, mas a sua pouca escolaridade, aliada à circunstância de ter dois filhos pequenos, reservaram-na à vida doméstica e a uma situação de desemprego. Já nos anos 80 mantém ligação política a iniciativas sindicais e ao partido em que tinha estado envolvida, mas do qual se afasta no início dos anos 90.

Ao longo da sua vida tinha estado apenas duas vezes na Assembleia da República. Uma, no final da década de 90 para protestar contra a criminalização do aborto. A segunda, já nos anos 2000, num protesto contra a pobreza e a austeridade. O que levou, então, Luísa a sair do lugar dos protestos para o lugar de representante política? Como passou ela para o primeiro plano do combate político-parlamentar?

Luísa [L] – Eu e o meu marido pertencíamos a outro partido e em [19]91 despedimo-nos, "beijinhos a todos", e saímos. A partir daí, ficámos assim à deriva, como muitos outros, não é? Depois começaram a formar-se outros grupos e a gente íamos apreciando. Entretanto o meu marido morreu, fiquei eu com os meus filhos. Íamos falando em casa, evidentemente, de política, dos vários partidos, mas pronto, sem atividade política nenhuma. Já não estava em partido nenhum e continuo a não estar; fui eleita, mas como independente. Mas aqui há uns anos atrás, o partido [pelo qual foi eleita] organizou uma marcha do Porto para Lisboa.

João Mineiro [JM] – Sobre questões de emprego?

L - Sim. O meu marido já tinha morrido e eu vim sozinha e não me perdi [risos]. Como é que a minha relação com este partido se estreitou? Foi justamente porque os meus filhos andavam na faculdade, e o que era mais novo foi conhecendo malta jovem, da idade dele e eu fui conhecendo outros. Depois às tantas passava na sede do partido e se aquilo estava aberto, eu entrava: "Está tudo bem e tal? Olha, posso levar isto?"; "Podes, podes". E eu levava e depois lia em casa. Depois um dia, já não sei a propósito de quê: "Olha nós vamos reunir, queres vir?"; E eu: "Posso?"; "Podes… Porque é que não hás-de poder?". E pronto, íamos para uma sala, tudo reunia e eu ali a assistir, não dizia nada ou quase nada. [...] Fui-me envolvendo, as pessoas foram-me conhecendo. Este verão foi quando me falaram pela primeira vez em fazer parte da lista à Assembleia da República, eu não levei a sério.

JM - Porque é que não levou a sério quando lhe falaram?

L – Eu não era do partido. Mas isso não impedia; andavam a pensar como é que haviam de compor as listas e falaram-me. Uma das pessoas, curiosamente, que eu também já conheço há muitos anos porque andou com outro dos meus filhos na faculdade, disse-me: "Ó Luísa você podia fazer parte da lista?"; E eu disse-lhe: "Posso". Ah, porque eu e mais o outro filho já tínhamos entrado nas listas do partido, mas para a junta de freguesia. Ninguém foi eleito.

JM - Então e qual foi a sua reação quando soube que tinha sido eleita?

L - Foi de espanto. Porque eu não estava a contar, quer dizer…

JM – Mas durante toda a campanha... Ou seja, à medida que a campanha foi avançando, não foi começando a pensar que podia ser eleita?

L – Não, não, não. Não, porque é assim: quando me falaram dessa história, da primeira vez, se eu aceitava fazer parte da lista, ninguém estava a prever nada disto, não é?

JM - Ser deputada não era uma vontade que tinha?

L - Não.

JM – Porquê?

L - Por nada. Porque achava que poderia não ter preparação para isso. Claro que ninguém nasce deputada, eu sei disso. Mas quer dizer, não estava a contar, pronto.

JM - E acha que tem preparação?

L - Não. Acho que não tenho. Espero vir a ter. Isso vai-se aprendendo, não é?

A nossa conversa continuou nesse e noutros dias. Ao observar o seu quotidiano era óbvio que aquela era uma função para a qual não se tinha preparado. No entanto, acreditava possuir como "trunfo" o facto de ter uma grande experiência de vida. Ao longo do tempo a deputada foi-me falando dos seus planos como parlamentar: queria intervir em diversos temas, organizar visitas, contribuir para discussões a partir da sua própria condição de mulher reformada. Mas seria possível uma mulher de quase 70 anos, com pouca escolaridade, eleita como independente, cumprir esses objetivos?

Luísa chegou ao Parlamento com uma rotina de vida fora dos aparelhos burocratizados dos partidos e sem conhecer previamente as regras, rotinas e o funcionamento desta instituição. Os sentimentos de estranheza e inadaptação que sentiu no início nunca se esbateram completamente. Não obstante ter intervindo uma e outra vez, em Plenário ou Comissão Parlamentar, a ausência de um enquadramento prévio na estrutura do partido, a inexistência de apoio direto e

individualizado aos deputados, as poucas qualificações formais e os parcos conhecimentos informáticos, dificultaram o domínio das lógicas de funcionamento interno.

Dizia-me numa das nossas primeiras conversas: "Sou como um peixe a nadar fora de água e a tentar orientar-se". Para se "orientar" teve de sair do gabinete que lhe estava reservado, passando parte do dia numa outra sala mais movimentada do Grupo Parlamentar. Por lá iam passando deputados e assessores e Luísa aproveitava para fazer perguntas, esclarecer dúvidas, meter conversa para se integrar. Ia tentando encontrar um papel a desempenhar.

A sua experiência parlamentar revelar-se-ia bastante mais curta do que tinha em mente. Dois anos depois renunciou ao mandato, apesar de poucas semanas antes desse anúncio termos falado sobre iniciativas que ainda estava a planear. Veio a ser substituída por uma pessoa jovem, qualificada, funcionária do partido e sua dirigente nacional. Um perfil que, como se percebe, é oposto ao de Luísa. Esta substituição confrontava-me como uma interrogação fundamental. A democracia parlamentar garante iguais condições de participação e representação da sociedade portuguesa? Ou estará, afinal, a reproduzir muitas das desigualdades que lhe são prévias?

## "Eu tinha um conjunto de vantagens competitivas"

João entrou na Assembleia da República no mesmo dia que Luísa e ambos se cruzaram na fila de registo das deputadas e dos deputados. Só que enquanto Luísa renunciou ao mandato dois anos depois, João começou por se sentar, discreto, nas filas traseiras do hemiciclo, ascendendo gradualmente na hierarquia do seu Grupo Parlamentar, tendo transitado mais tarde para um cargo governativo. O que explica o insucesso de uma e o sucesso do outro?

Tal como no caso de Luísa, foi no contexto familiar que João teve o seu primeiro contacto com a política. Porém, ao contrário desta, este deputado teve a oportunidade de conjugar o seu interesse crescente pela política dos anos 80 com um percurso académico ininterrupto. Do seu ponto de vista, esta articulação terá sido determinante para a sua afirmação política, uma vez que antes de ser eleito já tinha um percurso académico consolidado na área de gestão, uma trajetória profissional ligada à docência e investigação, bem como em entidades públicas e privadas de gestão e investimento. Paralelamente, garantiu uma presença mediática regular, através de artigos de opinião em jornais e comentário televisivo. Curiosamente, ou não, o seu avô tinha trabalhado toda a vida num dos mais importantes jornais do país, estando o seu pai e os seus tios igualmente ligados ao jornalismo. Na sua família havia pessoas ligadas a várias correntes políticas, do PCP ao CDS, passando até pelo MIRN, e o confronto com essa pluralidade ter-lhe-á conferido instrumentos de socialização política que se revelariam fundamentais.

Decidiu entrar para o partido político pelo qual foi eleito quando fazia o mestrado, sendo que a maioria dos dirigentes da sua geração se tinham inscrito ainda durante a adolescência. No entanto, esse facto não o impediu de nessa altura ser convidado a pertencer aos órgãos de direção da juventude partidária e, mais tarde, do próprio partido.

Tendo em conta a sua trajetória, a entrada e adaptação ao Parlamento poderia estar mais facilitada. No entanto, na nossa primeira conversa, logo a seguir à eleição, o deputado revelou que encarava com alguma incerteza o seu futuro parlamentar. O facto de pertencer a um grupo político interno minoritário nos órgãos do seu partido, e de não ter uma relação de proximidade com a direção da sua bancada parlamentar, fazia-o pressentir que não teria a autonomia desejada. Afinal de contas, como dizia, "o mérito, em política, é mesmo muito relativo".

Nos meses que se sucederam ao nosso primeiro encontro, não teve muita visibilidade, sinal de que tinha pouca influência na hierarquia parlamentar do seu grupo. Fazia parte do que, noutros contextos, é designado por *backbenchers* (Crewe 2015a; 2006) ou *députés de base* (Abélès 2000, p. 38; 2006). No entanto, ao longo dos meses, foi ficando claro que essa não seria uma situação definitiva. Gradualmente começou a intervir no Plenário em nome da bancada parlamentar, depois a coordenar a intervenções do partido em Comissões Parlamentares, tornando-se em pouco tempo um dos deputados com maior destaque do seu grupo.

João soube aproveitar os conhecimentos, competências e aprendizagens prévias para compensar a falta de proximidade com as hierarquias do seu partido. Assim, com rapidez e flexibilidade, o deputado mobilizou quatro tipos de recursos: a capacidade de interpretar a burocracia do Parlamento, nomeadamente as suas regras, rotinas e convenções; as competências profissionais que lhe davam um conhecimento aprofundado das matérias com que iria lidar[108]; a sua experiência como docente e a visibilidade mediática, que lhe concediam capacidades oratórias; e o que me designou como "conhecimento político", isto é, o discernimento para "entender como a disputa de poder se organiza, como é que se estabelecem os laços e como se tomam decisões políticas". A importância destes recursos, segundo o deputado, está relacionada com a própria evolução da instituição parlamentar:

> Desde o "cavaquismo" que a discussão tecnocrática na política se impôs e quando a discussão tecnocrática se impõe é muito difícil participar sem qualificações. As pessoas muito qualificadas são mais ouvidas quando é preciso formar opinião. É importante ter formação superior ou ser considerado profissionalmente. Eu tinha uma vantagem competitiva à partida, era um tipo considerado porque emitia opinião sobre alguns assuntos relevantes e atuais...

[108] A este respeito mobilizou o que Ruth Wodak designou por *expert knowledge* (Wodak 2009), um recurso especializado que é fundamental e valorizado pelos pares no mundo parlamentar.

João sentia ter uma "vantagem competitiva", e tanto no seu percurso como no seu discurso, encontramos a acumulação de recursos que são importantes fatores de agenciamento na vida parlamentar, e sobre os quais me debruçarei com maior rigor conceptual no final deste capítulo: *o capital social*, que se traduz em conhecimento organizacional; o *capital cultural*, que se reflete nos saberes técnicos e especializados; o *capital simbólico*, que se expressa no reconhecimento mediático; e o *capital económico*, que lhe garantia uma estrutura de oportunidades.

## "Todos me conheciam de muito miúda, tinham uma relação muito próxima comigo"

Maria nasceu na década de 80 e lembra-se das conversas políticas em família. Falava-se do 25 de Abril, dos primeiros Governos Provisórios e da Assembleia Constituinte; da eleição da Aliança Democrática (AD) e do papel de Mário Soares; da entrada na CEE e dos governos de Cavaco Silva. A sua socialização familiar estava repleta de símbolos políticos: livros, discos, quadros, conversas e, sobretudo, uma rede de relações que faziam da sua casa um espaço de socialização política. A família era simultaneamente um "património simbólico" e de "conhecimento" (Lima 2003) que se revelava fundamental para a formação da subjetividade política de Maria. Como me disse, terá ganho nesses anos "o bichinho da política", mesmo que a jovem atenta às conversas estivesse longe de imaginar que, em poucos anos, esse "bichinho" viria a ser o seu ganha-pão.

Tudo terá começado no ensino básico e secundário, onde Maria começou a envolver-se em pequenos núcleos de debate e mais tarde na associação de estudantes. "O meu pai ficava orgulhoso pelos materiais que trazia para casa, desde que não descurasse os estudos", diz-me com um sorriso orgulhoso, enquanto almoçávamos numa mesa discreta da cantina do Parlamento. A política tornou-se gradualmente uma parte central na sua vida. Cada vez compreendia melhor como conquistar o apoio dos seus colegas para causas que achava justas e que, ainda no ensino secundário, a levaram a aproximar-se do partido político que distribuía panfletos à porta da escola.

Depois de fazer 18 anos, a estrutura local do seu partido convidou-a para pertencer à direção concelhia e anos depois à distrital. O pai sempre lhe disse que tinha de tirar um curso superior e Maria foi conjugando os estudos a que se dedicava durante o dia, com as reuniões políticas que se realizavam à tarde e à noite. Nessa altura, a política ainda não se lhe afigurava como uma possibilidade profissional, e por isso decidiu fazer um estágio profissional na sua área de formação. Maria acumulava já inúmeras responsabilidades no partido e, à medida que aumentava o tempo que dedicava ao partido, mais experienciava uma certa contradição entre essa atividade e o seu trabalho profissional. "O tempo custava muito, muito mesmo a passar", diz-me, admitindo que era a atividade do partido que mais a fazia sentir-se empenhada e valorizada.

Na política partidária (e isto será tanto mais verdade quanto maior é o partido e a sua estrutura organizativa), há frequentemente uma lógica de reciprocidade: quanto mais tempo se dedica a

construir a organização, maiores serão as probabilidades de se vir a ser seu funcionário. E foi assim que Maria acabou por ser convidada, simultaneamente, para dirigente nacional e funcionária do partido. O convite não foi uma surpresa, até porque uma parte considerável das pessoas que ocupam as direções dos partidos políticos são, ao mesmo tempo, profissionalizadas da política, seja como funcionárias das estruturas partidárias ou como eleitas. A este respeito é de salientar que desde a Assembleia Constituinte a percentagem de deputados sem cargos dirigentes nos partidos políticos foi diminuindo progressivamente, demonstrando-se que a institucionalização do sistema parlamentar foi acompanhada pela partidarização da representação política (Freire 2001, p. 107). Neste sentido, para Maria, aceitar o convite pareceu-lhe óbvio, já que "vivia muito intensamente a atividade do partido".

"Ao longo dos anos", diz-me Maria, "comecei a ficar saturada da repetição do trabalho", e foi assim que surgiu a oportunidade de ser assessora do Grupo Parlamentar. Era mais um passo num percurso profissional entrecruzado com o envolvimento partidário e a sua trajetória de vida. Quando chega ao Parlamento, ainda como assessora, a vida de Maria já era profundamente determinada pela sua trajetória política. O seu grupo regular de amigos/as estava ligado ao partido, os fins-de-semana preenchidos por iniciativas políticas, e até neste percurso se apaixona e estabelece uma relação amorosa com uma pessoa ligada à atividade política profissionalizada.

Tornar-se assessora parlamentar foi um desafio, já que essa função "permitiu um conhecimento mais real do Parlamento e da luta política". Durante nove anos desenvolveu competências de interpretação de leis, dados técnicos e linguagens especializadas relacionadas com o que chama de "jogo político-parlamentar". Maria sabia que ser assessora era uma espécie de estágio para a função que viria a desempenhar e para a qual se sentia especialmente destinada: ser deputada à Assembleia da República.

Quando o convite surgiu, sentiu orgulho pessoal. A jovem organizadora da escola secundária chegava em poucos anos a um dos mais importantes órgãos de soberania; todos os sacrifícios pessoais teriam valido a pena. Faltava passar pelo "teste" eleitoral, embora esse fosse um exame facilmente superado, já que o partido tinha garantido a sua presença num lugar seguramente elegível. Começava agora uma segunda etapa: passar de recém-chegada a dirigente pública, ou, por outras palavras, transformar o capital social acumulado em capital simbólico.

Este tipo de trajetória político-profissional é comum a deputadas e deputados de todos os partidos representados. Veja-se, por exemplo, o caso de Cristina, deputada eleita por um partido que está no plano ideológico oposto ao de Maria. Antes de chegar a deputada, Cristina também tinha um percurso profissional dentro do partido. Por isso, como me diz: "Não fui daquelas pessoas que vem para aqui 'descobrir'. Eu conhecia muito bem o Parlamento e vir para aqui trabalhar não foi propriamente um acaso, foi uma coisa que eu procurei". A deputada havia tentado outro percurso profissional, mas considerava que a sua forte ligação ao partido fê-la desistir. Ser eleita foi como regressar a uma família:

> Como digo, [quando fui eleita] não vim para um ambiente estranho. Havia algumas pessoas que tinham entrado novo, mas quase todas as pessoas me tinham conhecido quando vim trabalhar para aqui, tinha vinte e tal anos. Não tinha saído [diretamente] da faculdade, mas tinha feito apenas o estágio. Todos me conheciam de muito miúda, tinham uma relação muito próxima comigo. Eu vim para um sítio que para mim era muito familiar, mais familiar do que qualquer outro sítio para onde eu pudesse ir trabalhar. Não tive essa sensação de estranheza. Sobretudo em relação aos procedimentos, era uma coisa que para mim já era muito interiorizada.

Maria e Cristina são dois casos que ilustram como a militância partidária, o percurso profissional e trajetória de vida se podem combinar e ter na Assembleia da República o ponto nodal de uma rede de relações que se formou progressivamente. Um capital social que, no entanto, não é meramente instrumental, "racional" ou "utilitária". Funda-se social e culturalmente nos contextos de sociabilidade que se vão desenvolvendo ao longo de percursos político-partidários, que se tornam organicamente parte da trajetória de vida das pessoas. Como explica Crewe (2015a, p. 19), conquistar um lugar de representante é um processo complexo que decorre de um misto de conexões sociais e culturais, igualmente desenvolvidas através da inserção em redes partidárias, locais ou nacionais, que implicam tempo acumulado de militância e trabalho político.[109] Só assim se ganha notoriedade local e se estabelecem relações com os outros membros, partilhando lealdade e reciprocidade que estão subjacentes a ser escolhido e eleito para a função.

### "A minha profissão é ser político com a chave do carro no bolso"

Quando Rui chegou a Lisboa no início dos anos 70 o seu plano era tirar o curso de Direito e assegurar uma vida confortável. Só que, como lembra, era muito difícil naqueles anos ser um jovem estudante e não se interessar pela política. A vida universitária ainda refletia as duas crises académicas de 1962 e 1969 (Cardina 2008; Bebiano, Cruzeiro 2006; Accornero 2013; Lourenço, Costa, Pena 2001), atravessada pela conflitualidade e a contradição entre a comunidade estudantil e o regime, que não perdera a sua vocação autoritária e repressiva. A política estava presente no quotidiano, todos os dias; envolver-se não foi uma matéria de escolha, mas uma necessidade.

Tinha 20 anos quando se deu o 25 de abril, momento em que o debate político e ideológico se radicalizou. Nesta altura mantém-se envolvido numa juventude partidária e depois de terminar a licenciatura, três anos mais tarde, inscreve-se no partido. Esta adesão está associada a um

[109] A autora usa a expressão "*caravaning*", que não me parece a mais correta para o nosso caso, já que está muito ancorada na própria lógica uninominal e individualizada que marca a representação política no caso britânico. No caso português, quer o sistema eleitoral, quer o sistema partidário, parecem acentuar mais a articulação permanente entre a promoção individual do candidato e a lógica coletiva da sua inserção em diversas redes de militância político-partidária.

convite profissional. Num país com um baixo nível de qualificações, em que apenas 3 em cada 100 jovens completavam o Ensino Superior, logo que acabou o curso foi recrutado para o que veio a ser o seu primeiro cargo político. As competências técnicas na área do Direito, e a ligação a uma juventude partidária, tornavam-no "um ótimo quadro político". Nesta altura, estava longe de imaginar que toda a sua vida seria preenchida pelo desempenho dos mais variados cargos políticos: de assessor a deputado numa assembleia legislativa regional, de Secretário de Estado a Ministro, de membro de uma Assembleia Municipal a dirigente partidário, do Parlamento Europeu à Assembleia da República. "Fui tudo o que quis", diz-me, com um sorriso orgulhoso, num almoço de duas horas no restaurante do Edifício Novo da Assembleia da República. Depois de contar o seu percurso, questionei-o sobre como se caracterizava profissionalmente, e a resposta foi bastante intrigante:

> João Mineiro (JM) – E sente-se um político? Sente que a sua profissão é ser político?
>
> Rui (R) – Sim, sinto-me essencialmente um político. Eu sinto que a minha profissão é ser político com a chave do carro no bolso. Ou seja, sabendo que a vida política é precária. É um contrato ao dia e claro que há mandatos, mas este meu mandato pode acabar amanhã. Portanto eu tenho que ter vida além da política. Por coincidência, salvo períodos muito curtos, andei sempre na atividade política.
>
> JM – E vê-se a estar noutra atividade profissional no curto prazo tendo em conta esse percurso tão grande de atividade política?
>
> R – Eu tenho duas alternativas. Eu sou funcionário público e, portanto, tenho sempre esse lugar de recuo. E por outro lado, sempre tive uma abordagem da política importando-me dar-lhe uma componente técnica. [...] Portanto ao longo do percurso tornei-me um especialista em questões europeias. No Parlamento, na relação com o partido, na relação com a atividade privada, no lugar de origem da função pública, essa expertise é a minha ferramenta. E, portanto, é verdade que por coincidência e por sucessivos acasos, tenho estado grande parte da minha vida na atividade política. Não a considero uma profissão, embora ache que ela tenha uma aprendizagem. Sou relativamente crítico a pegar em pessoas que nunca tiveram qualquer cruzamento com a vida político-social e assumem funções de grande responsabilidade política, por exemplo, porque eu acho que tem uma aprendizagem, mas não é uma profissão e quem anda na política deve ter sempre um lugar de recuo senão, corre sérios riscos."

No diálogo com Rui, interessava-me particularmente a relação entre a sua trajetória de vida e a sua identificação profissional. E nessa medida, o seu discurso ilustra alguns paradoxos interessantes. O deputado começa por me dizer que se "sente um político com a chave do carro

do bolso", não considerando a política uma profissão.[110] Mas, ao mesmo tempo, a sua vida profissional foi praticamente toda ligada ao exercício de cargos políticos.

Este aparente paradoxo nos discursos de muitos parlamentares está também presente no caso de Ricardo. O deputado estreou-se no Parlamento ainda na década de 80, com pouco mais de 20 anos. Deixou a curta carreira de professor primário para ser deputado, cargo que ocupa há quase três décadas. No entanto, é contundente ao afirmar o seguinte: "Eu não gosto desse conceito de classe política. Eu acho que não há, nem deve haver, uma classe política. Há pessoas que estão na vida política ativa, a política tem de ser para todos". Considera-se "orgulhosamente um professor", apesar de não exercer essa profissão há mais de 30 anos. Quando o tema da nossa conversa remete para o futuro, o seu discurso certo e incisivo dá lugar a um tom mais hesitante e reflexivo: "Eu hoje ia ter um problema terrível. A minha disciplina já mudou duas vezes desde que eu saí; ia ter um problema terrível para me readaptar". Como pode considerar-se um professor se não exerce a profissão há tantas décadas, admitindo inclusivamente que não a conseguirá voltar a exercer? E porque é que, apesar de ter vivido profissionalmente da política quase toda a sua vida, ele não a considera uma profissão?

Na língua alemã a palavra *Beruf* expressa, em si mesma, esta contradição, ao designar simultaneamente "profissão" e "vocação".[111] Mas na língua portuguesa essas duas palavras têm significados bem distintos. É por isso que muitos deputados distinguem o que consideram ser uma "carreira profissional" de um "cargo político" que se exerce por vocação e que deve, na sua perspetiva, ser transitório e temporário.

Numa reflexão anterior sobre alguns destes casos (Mineiro 2019) apoiei-me no conceito de "passo em falso", proposto por Goffman (1993, p. 247), para refletir sobre as ruturas involuntárias entre as projeções ideais das representações e a contingência das práticas quotidianas. Na verdade, a contradição entre "o que se diz" e "o que se faz", não implica necessariamente uma manipulação do discurso. O facto de as pessoas dizerem uma coisa (a política *não deve* ser uma profissão) e fazerem outra (*tornarem-se* profissionais da política) não significa que estejam a ser pouco honestas. Esse paradoxo tem um sentido mais complexo. A dissociação entre o que chamarei *a ordem das ideias* e a *ordem das práticas* remete-nos para o facto de que, para muitas e muitos

[110] O mesmo aconteceu com Cristina que numa das nossas conversas me dizia: "Ser deputada não é uma profissão. É um cargo que se exerce e que se pode deixar de exercer a qualquer momento. E se o queremos exercer bem temos de o exercer de forma livre. E para o exercermos de forma livre temos de nos lembrar, todos os dias, de que isto é um cargo e que podemos ter de deixar de o exercer de um dia para o outro. Temos que ter isso presente porque caso contrário cria-se uma dependência que não é saudável". Porém, num outro contexto da conversa, já com outro assunto tinha em cima da mesa, é ela própria que me diz que: "um bom parlamentar tem que ser um bom orador, faz parte da profissão".

[111] Facto que, aliás, faz variar as traduções do famoso texto de Max Weber *Politik als Beruf* (2000), por vezes traduzido como "A política como vocação" e noutras por "A política como profissão".

parlamentes, apesar de a política *não ser* uma profissão, ela na prática *torna-se* uma profissão. Esse fenómeno explica-se por fatores de ordem organizacional, institucional e sociocultural.

No plano organizacional, muitas e muitos parlamentares, chegando à instituição, envolvem-se simultaneamente em diversos cargos de responsabilidade partidária, a nível nacional, distrital, regional ou concelhio. A política torna-se uma dimensão referencial da sua vida à medida que se vão ligando às suas organizações, que ocupam cada vez mais espaço na sua vida. A política torna-se absorvente, envolvente e ao mesmo viciante, aspeto igualmente identificado por Crewe (2015a, p. 222) na *House of Commons*. Ao mesmo tempo, o facto dessas organizações não promoverem a rotatividade de funções ou a limitação de mandatos, faz com que permaneçam por vários anos em funções políticas, tornando-se crescentemente ligados à representação partidária.

Depois, num plano institucional, os parlamentares cedo se apercebem que, apesar de terem o objetivo de aprovarem determinado tipo legislação que consideram importante, ou de influenciarem as políticas do Governo em determinadas áreas, atingir esses objetivos pode ser mais difícil do que imaginavam. Em primeiro lugar, porque a organização das hierarquias internas dos Grupos Parlamentares faz com que, em muitos casos, seja preciso vários anos no Parlamento para que se conquiste protagonismo parlamentar. Depois, porque a limitação dos poderes do Parlamento (designadamente tendo em conta a influência das instituições europeias sobre a legislação nacional e o predomínio do Governo em matéria legislativa),[112] aliada aos constrangimentos orçamentais a que o país está sujeito, cria obstáculos concretos a que os representantes parlamentares consigam cumprir os seus objetivos, que muitas vezes só podem ser alcançados com uma perspetiva de longo prazo.

A este respeito é particularmente complexo ser representante democrático numa era de "pós-democracia" (Pureza 2015, p. 90), onde os critérios da governação são condicionados ao alinhamento com o setor financeiro, na qual se faz a apologia dos gestores como governantes ideais, em que os programas de intervenção externa se refletem em mudanças de orientações política (Casanova 2018) e num contexto de afirmação de novas formas de autoritarismo, nacionalismo e populismo (Honório 2018), que desvalorizam a própria representação democrática e o pluralismo.

Ora, a ligação crescente às organizações, o tempo necessário para se ganhar protagonismo e as dificuldades em conseguir conquistas reais, contribuem para que um mandato não seja suficiente e os deputados permaneçam na instituição por mais tempo do que imaginavam. Nesse tempo, intervém também uma dinâmica sociocultural: por um lado, constroem relações de

[112] A este respeito, como salientam Caupers, Guibentif e Almeida (2014, p. 85), é importante distinguir quem "pode" fazer as leis de "quem efetivamente as faz". No seu estudo sobre a produção legislativa chegaram à conclusão de que entre 2000 e 2011 havia quase um quarto dos diplomas legais do Governo por cada lei da Assembleia da República, concluindo, assim, que é o Governo o grande produtor de normas jurídicas em Portugal.

sociabilidade com outros parlamentares (e também com assessores, funcionários e jornalistas), seja nos momentos rituais em que, como explico no Capítulo 6, se cria uma "dependência dramatúrgica", ou nas interações de bastidores, analisadas no Capítulo 7, onde se constroem relações de cumplicidade e empatia. Lembremos que muitos deles estão longe dos seus distritos, o que reforça os novos vínculos que se formam com quem se passa grande parte da semana. Essas relações vão permitindo a consolidação de um sentimento de inter-reconhecimento, que contribui para a reprodução de uma elite parlamentar e, desta forma, para que a política, no seu plano representativo, se torne uma prática especializada, para a qual se sentem vocacionados e na qual se sentem implicados. Em suma, a lógica política, social e cultural da vida parlamentar estimula a que os parlamentares desenvolvam uma prática quotidiana que, muitas vezes, se dissocia das suas próprias ideias e representações que têm sobre o mundo da política.

## "Há deputados que acabam por ser mais técnicos"

Numa das conversas que tive com Luísa, a deputada cuja história abriu este capítulo, ela relatou com algum humor uma das suas primeiras intervenções numa Comissão Parlamentar. O coordenador do Grupo Parlamentar na Comissão de que fazia parte perguntou-lhe se poderia intervir sobre um determinado tema, dado que ele não conseguiria chegar a tempo. Luísa aceitou, com a condição de ser apoiada por uma assessora. "Eu tenho uma ideia do que dizer, mas aquilo tem regras...", dizia-me, revelando que antes da reunião a assessora preparou o texto que ela devia ler. Cumpriu o guião, mesmo admitindo que não dominava tudo o que lia e que o texto tinha uma linguagem que não era a sua.

Acontece que, a meio do debate, houve uma intervenção que suscitou uma reação espontânea e instintiva da deputada: "Desculpe, mas as coisas não são bem assim". A assessora não escondeu o nervosismo, mexendo imediatamente nos seus papéis, antecipando o diálogo que se podia seguir. O orador interpelado pela deputada respondeu com uma pergunta: "Mas a senhora tem dados?" Luísa respondeu que sim, mas acrescentou: "Tenho, mas também não é preciso ter estes dados. Qualquer pessoa que ande na rua sabe disso. Eu não tenho transporte pessoal, privado, ando nos transportes públicos, ando nas ruas, e há uns anos para cá eu vejo aquilo que eu não via, que é pessoas de várias idades andarem a remexer nos contentores, e eu vejo isso no centro da minha cidade, vejo ao pé de minha casa que é um subúrbio e vejo aqui em Lisboa, e isso aqui há uns anos atrás não se via".

A deputada convocou um dos recursos de que dispunha: a sua observação da pobreza nas cidades. Mas este tipo de abordagem é rara e contraria a regra tácita dos debates parlamentares, nos quais as intervenções devem ser despersonalizadas, com recurso a dados concretos, cuidadosamente trabalhados e comunicados de acordo com as regras regimentais. Um tipo de

intervenção estandardizado e regulado, que requer parlamentares com conhecimentos especializados. Dessa necessidade dava conta um líder parlamentar, com muitos anos de casa:

> Carlos (C) – A democracia e o sistema precisam de deputados cada vez mais apetrechados de capacidade de avaliação, de aferição das matérias, até por uma razão: é que inicialmente, nos primeiros anos da nossa democracia, foi preciso edificar e arquitetar todo o edifício jurídico do país, nos vários setores. Hoje em dia a legislação é muito complexa do ponto de vista técnico.
>
> JM – Houve um processo de tecnicização, digamos?
>
> C – É, da legislação, não há dúvida nenhuma. Isso obriga uma bancada como a nossa a ter preocupação de ter um grupo heterogéneo do ponto de vista da própria formação académica das pessoas, para sermos transversais. Um grupo pequeno terá de fazer isso com menos gente, é mais difícil. E obriga-nos de facto a recorrer a ajuda externa para poder compreender algumas coisas.

Este líder parlamentar, como outros, insistiu por diversas vezes que os Grupos Parlamentares precisavam de "recrutar" pessoas qualificadas e com capacidades técnicas. Foi o caso de Rita, que o próprio convidou, por ser uma académica e professora universitária. Rita fez todo o seu percurso académico, da licenciatura ao doutoramento, na área da economia. Quando foi eleita, conjugava a tarefa de docente e investigadora universitária com a participação numa empresa de consultoria e investigação na área económico-financeira, assim como outras participações em gestão de capital e investimento. Ao falar do seu trabalho, a deputada ajudou-me a compreender parte da complexidade existente entre a natureza técnica e política da vida parlamentar.

> Rita (R) – A COFMA [Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa] requer muita preparação, são dossiers muito técnicos, muito quantitativos.
>
> João Mineiro [JM] – Como é que faz essa preparação? Tem ajuda de assessores?
>
> R – Os assessores contribuem… [Mas] a minha formação é em economia, fiz isto a minha vida toda [risos]. Tenho-me a mim própria [risos]. [...] Há uma diferença [entre deputados] porque a Direção trata da política, digamos, da definição política, não é? De política no sentido de orientação do grupo. Na verdade, cada deputado posiciona-se de uma maneira diferente. Para lhe dar um exemplo, há deputados que vão estar mais próximos da relação com o distrito; há deputados que vão estar mais próximos da gestão da vida política porque é o que eles fazem bem; e depois há deputados que acabam por ser mais técnicos, que é onde eu me insiro mais. Eu tipicamente contribuo mais para o debate do ponto de vista técnico e de economia e de pensar políticas nessa área, está a ver? Do que, por exemplo, para a política, está a perceber? Aí há outras pessoas que farão isso bem.

JM – Porque é que acha que há essa diferença? Tem a ver com o facto de estar há pouco tempo no partido?

R - Não. É porque eu tenho nitidamente uma vantagem comparativa muito grande em trazer questões técnicas. Cada vez que há um relatório que é preciso fazer no Parlamento sobre uma questão técnica ligada às finanças públicas sou eu que faço. Mas isso é porquê? É porque eu gosto, eu posiciono-me naturalmente aí. E o Grupo Parlamentar acha que é benéfico eu fazer, é uma conjugação. Eu acho que o que existe muito é esta conjugação de vontades, no fundo. Não há aqui ninguém que esteja aqui a fazer uma coisa que não gosta.

Acompanhar o trabalho desta deputada permite esclarecer de forma mais detalhada como uma parte dos parlamentares perceciona o seu papel, e em certo sentido, a sua autonomia no Parlamento. Neste caso, a sua formação académica e profissional permitia-lhe praticamente abdicar do apoio da assessora que o Grupo Parlamentar tinha na comissão parlamentar em que participava. Facto que, como vimos, seria impensável no caso de outros deputados.[113] Para Rita, a facilidade de adaptação à vida parlamentar era o resultado do *capital cultural* que detinha e que se refletia no seu percurso profissional anterior.

Sublinhe-se um aspeto interessante nas observações desta deputada e que diz respeito à forma como, para si, há diferentes categorias de deputados: mais próximos do trabalho com o distrito; mais próximos da "vida política"; outros, em que se situa e revê, que são "mais técnicos". A diferenciação do campo parlamentar a este nível ressoa também no que Busby (2014, p. 157) identifica como uma das diferenciações do Parlamento Europeu, onde identifica uma distinção entre especialistas legislativos e políticos, os primeiros dominantes num subcampo político ocupado com os detalhes das políticas, e os segundos sobretudo focados no "jogo institucional".

No caso português, a categorização identificada por Rita, decorre da sua própria experiência parlamentar. Ao explicar-me quem, no seu grupo, correspondia a cada um destes perfis, foi interessante constatar que os deputados com maior sentido de representação local são os que foram eleitos por círculos eleitorais menos populosos; aqueles que são mais "políticos" estão há mais anos no Parlamento, assumindo diversos cargos de responsabilidade política; os deputados

[113] O caso de Rita permite compreender um discurso que identifiquei com deputados de outros partidos políticos: a reprodução de uma diferenciação entre uma "dimensão técnica" e uma "dimensão política" do trabalho parlamentar. Essa diferenciação permite a Rita clarificar que a direção do grupo parlamentar "é quem trata da política", enquanto ela se foca no trabalho das "questões técnicas". Esta divisão entre a "técnica" e "política", comum a outros contextos estatais (Klüger 2015), parece óbvia para muitas pessoas, porque é através dela que se legitima o seu papel nos grupos parlamentares. Mas ao mesmo tempo, este é um discurso que oculta o papel das hierarquias que reproduzem uma divisão do trabalho parlamentar entre as direções (que tomam as decisões políticas fundamentais) e os deputados-técnicos (que analisam as leis, relatórios, audições, etc.); e que invisibiliza o facto de que qualquer função parlamentar exige conhecimento técnico, e que não há discussão técnica que não seja influenciada pelas formas de compressão política do mundo.

com perfil mais técnico são pessoas com altos níveis de qualificação e que utilizam os seus conhecimentos especializados para a sua afirmação parlamentar.

Um outro caso interessante neste domínio é o de Teresa. Licenciada na área da economia e educação, e com um percurso profissional na área da gestão empresarial e da academia, Teresa sentiu uma "crise existencial e vocacional tardia", que a levou a interessar-se pela política partidária. O facto de ter chegado ao Parlamento sem uma experiência político-partidária prévia, levou-me a antecipar a existência de um *handicap*, já que a inserção num partido implica a capacidade de adaptação a regras não-escritas, que se aprendem ao longo de anos de militância. No entanto, durante os primeiros meses, percebi que tal não aconteceu: a deputada falava regularmente no Plenário e em Comissões, conquistando uma expressão pública regular. Apesar da pouca experiência partidária, Teresa teve uma adaptação rápida, o que se deveu, entre outros aspetos, às qualificações académicas, ao seu perfil profissional e a uma capacidade técnica previamente desenvolvida. O *capital cultural,* mais que o *capital social*, revelou-se também aqui um importante fator de agencialidade. Fator, aliás, já claro no caso de João, que foi capaz de balancear as divergências internas no seu partido, com um tipo de intervenção decisivo para a sua afirmação como deputado, em virtude da sua experiência académica e profissional anterior.

A vida parlamentar transforma o debate político, o agendamento e sobretudo a produção legislativa, em processos relacionais marcados pela mobilização de conhecimentos técnico hiperespecializado, define uma linguagem codificada, tendencialmente mais compreendida e dominada por "especialistas" detentores de formação académica e profissional elevada (Lopes et al. 2017). A conjugação entre a inserção nas engrenagens hierárquicas e a mobilização de competências técnicas permite aos deputados um conhecimento preciso do "sentido de jogo", isto é, um "sentido prático" das regras escritas e não-escritas, da organização formal e informal, dos códigos e das lógicas de atuação, enfim, "do universo das técnicas de acção e de expressão que ele oferece em dado momento" (Bourdieu 2011c). Ora, a capacidade de afirmação destes deputados revela também um padrão específico de recrutamento que contribui para uma circunscrição social da representação política. Talvez por isso, Jorge, chefe de gabinete de um Grupo Parlamentar há vários anos na instituição, afirme:

> Isto é a elite, não é? É a elite política e social. É óbvio que essa imagem se está a desgastar bastante na sociedade. Há algum dia que isto tem de levar uma adaptação porque qualquer dia ninguém respeita ninguém aqui. A única coisa que [os deputados] têm a mais que as outras é que foram colocados numa lista e que alguém votou nelas. É a elite. Neste país em que toda a gente se trata por doutores e engenheiros, dá muita importância a que a sua elite seja uma elite com conhecimentos, nomeadamente com conhecimentos mais técnicos. E cada vez mais isso vai estreitando [o Parlamento], ao ponto, de facto, de não teres aqui nenhuma margem para pessoas que não tenham conhecimentos técnicos, que não têm determinado tipo de comportamento social. É muito difícil ter pessoas do povo aqui.

Podemos então, como afirma Jorge, argumentar que a representação parlamentar é estruturalmente dominada por pessoas que fazem parte de uma elite política e social? Nos casos que tenho vindo a descrever, percebe-se que há, no campo parlamentar, uma diversidade relativa. Em alguns casos parece ser a elevada formação académica, aliada a percurso profissionais qualificados, que se constitui como fator determinante da sua afirmação parlamentar. De outros casos, infere-se que foram as trajetórias partidárias que, desde cedo, conferiram o capital social essencial para conquistar um lugar nas listas. Há também parlamentares para quem a função de deputado é a sua primeira ocupação remunerada depois de saírem da universidade. Era esse, por exemplo, o caso de Pedro e de José. O primeiro explicou-me todas as mudanças que teve de desenvolver para se adaptar ao seu novo papel, desde o guarda-roupa às formas de comunicação, da utilização das redes sociais à relação com jornalistas. O segundo referiu-me que, para se manter na instituição, tinha de manter e reforçar um grupo de apoio entre militantes e aprender a gerir os conflitos internos no seu partido.[114]

Na verdade, em todos os Grupos Parlamentares há diversas formas de entender a prática parlamentar. Para algumas pessoas a política representativa é vista como uma profissão, para outras, uma função temporária e transitória. Para umas, a sua primeira ocupação profissional, para outras, o resultado de um investimento gradual ligado ao seu envolvimento partidário. Em termos de origens profissionais, encontram-se também diversos percursos. Por exemplo, uma deputada que tinha sido operadora de *Call Center* antes de ser eleita, três que eram atrizes, dois estudantes, um eletricista e outro afiador de máquinas e até uma antropóloga. Significa isto que o Parlamento é socialmente diverso e representativo da sociedade portuguesa? Antes de responder substantivamente a essa questão, temos que ir para lá destes casos e refletir agora sobre a composição sociológica da instituição.

## A circunscrição social da representação política: classe, género, qualificações e profissionalização

As trajetórias que descrevi enunciam já alguns dos fatores sociais e culturais que explicam porque é que tendencialmente algumas pessoas, e não outras, têm maior facilidade de acesso e de adaptação ao mundo parlamentar. Mas em termos estruturais como podemos caracterizar o Parlamento sociologicamente?

Entre os 299 deputados e as deputadas que exerceram funções de outubro de 2015 até junho de 2018, apenas 20 não pertenciam aos partidos pelos/as quais foram eleitos/as. A representação parlamentar é, portanto, largamente dominada por pessoas com ligações partidárias, de modo que

[114] Estes casos foram descritos com mais detalhe em Mineiro (2019).

uma primeira leitura pode passar por agruparmos os deputados consoante as suas filiações partidárias, expressas pela sua inserção em Grupos Parlamentares.

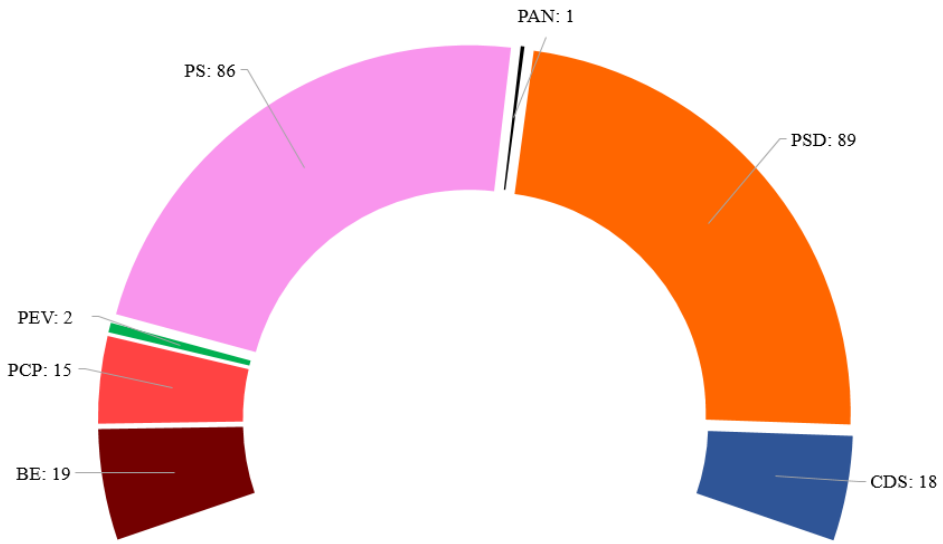


Figura 5.1: Distribuição dos/as deputados/as por partidos e por Grupos Parlamentares
Fonte: Assembleia da República (2015)

A opção por um sistema de representação proporcional por círculos eleitorais, conjugada com a conversão de mandatos pelo método da média mais alta D'Hont, reside nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975 (Leitão, Santos e Silva 2008), em que se defendia que a Assembleia "deveria ser a imagem do eleitorado, refletindo, na medida do possível, as suas correntes de opinião e tendências políticas realmente significativas. Ora só a representação proporcional satisfaz este objectivo".[115] Nesta XIII legislatura estavam representados sete partidos políticos: 89 deputados do PSD; 86 do PS; 19 do BE; 18 do CDS-PP; 15 do PCP; 2 do PEV; 1 do PAN. Só que esta diversidade partidária não esgota as diferenciações político-ideológicas dos eleitos, na medida todos os Grupos Parlamentares são diversos internamente, nem tampouco representa a diversidade da sociedade portuguesa. Todavia, para caracterizarmos o corpo de representantes é necessário ter em conta outros fatores de diferenciação social e cultural.

Em termos etários, apesar da grande amplitude de idades (o deputado mais novo tinha 22 anos e o mais velho 70), quase metade dos parlamentares (47%) tinha mais de 50 anos, apenas

[115] O Projeto da Lei Eleitoral para a Assembleia Constituinte, pode ser consultado em: https://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituinte/med01160363j.html.

14% menos de 35, sendo a média etária de 48 anos. Tem ocorrido, aliás, um envelhecimento da representação política.[116]

Além disso, era uma Assembleia *branca*: havia apenas um deputado negro, uma deputada de origem goesa e uma outra com antepassados ciganos. Apenas um parlamentar tinha mobilidade reduzida e, apesar da evolução das últimas décadas, continuava a ser uma instituição largamente masculina.

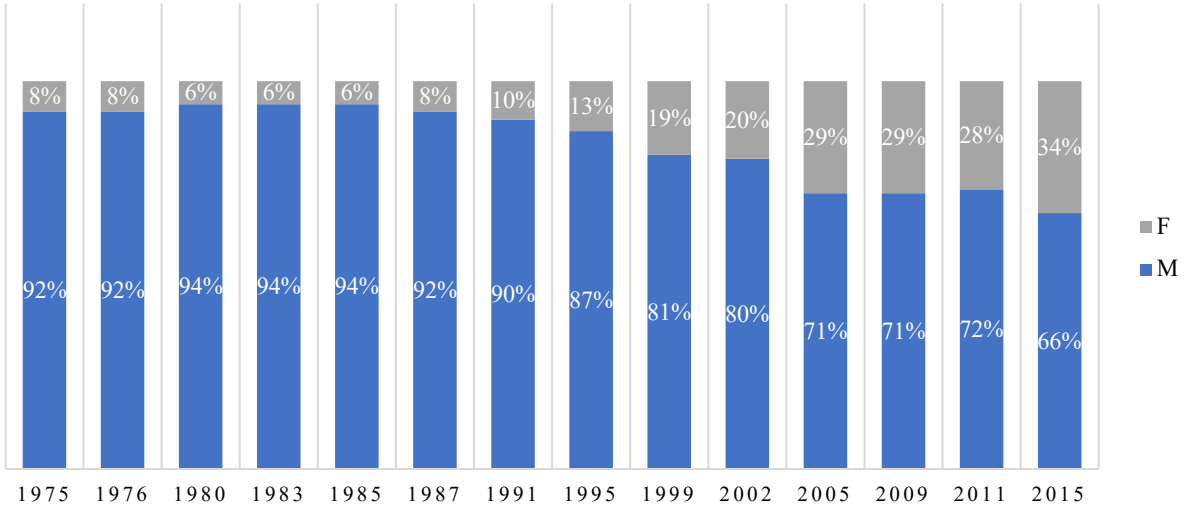


Figura 5.2: Diferença de género entre os deputados portugueses

Fonte: Assembleia da República

Considerando a diferença entre homens e mulheres à data das eleições de outubro de 2015, verificamos que os homens estão em maioria. No entanto, em termos diacrónicos, fruto inclusive da Lei da Paridade nos Órgãos Colegiais Representativos do Poder Político, aprovada em 2006, percebemos que a presença das mulheres tem vindo a aumentar: 6 % em 1980; 20% em 2002; 34% em 2015. Esse aumento fez surgir protagonistas e novas vozes nos diferentes partidos, mas não oculta o facto, amplamente demonstrado por Ana Teixeira (2016) que os estereótipos e as desigualdades de género continuam presentes nos mais variados planos do poder central e local[117]. Na verdade, uma análise exclusivamente quantitativa poderia sugerir uma mitigação da hegemonia masculina na representação política, mas é preciso ser cauteloso na análise dos dados. Acompanhar etnograficamente a vida parlamentar, permitiu-me compreender que este é um mundo bastante hierarquizado. Como se verá no Capítulo 7, as posições relacionais que se

[116] Em termos históricos, o número de deputados com mais de 50 anos de idade passou de 22% em 1975, para 30% em 1995 e 48% em 2015. Inversamente, os deputados com menos de 35 anos passaram de 33% em 1975, para 16% em 1995 e para 14% em 2015 (Freire, Matos, Sousa 2001, p. 62).

[117] Sobre a relação entre a produção da legislação, as práticas parlamentares e as desigualdades de género ver também a etnografia de Bruna Potechi (2018) sobre o Congresso Nacional Brasileiro.

ocupam face à autoridade internas determinam o grau de autonomia e visibilidade na instituição, a possibilidade de influenciar a agenda política, a produção legislativa e o direito de intervenção. Neste sentido, analisando quem pertencia aos órgãos internos de maior autoridade, pude constatar que a percentagem de mulheres era ainda menor do que a sua representação geral no Parlamento. Apesar de os homens representarem 66% do total de parlamentares, os números são diferentes no que se refere aos cargos de direção: 70% das direções dos Grupos Parlamentares são compostas por homens; 71,9 % nas coordenações de Comissão; e 75% nas Presidências de Comissões. A dominação masculina do mundo parlamentar, particularmente no que se refere à condução da política quotidiana, é ainda estruturante da ordem parlamentar.

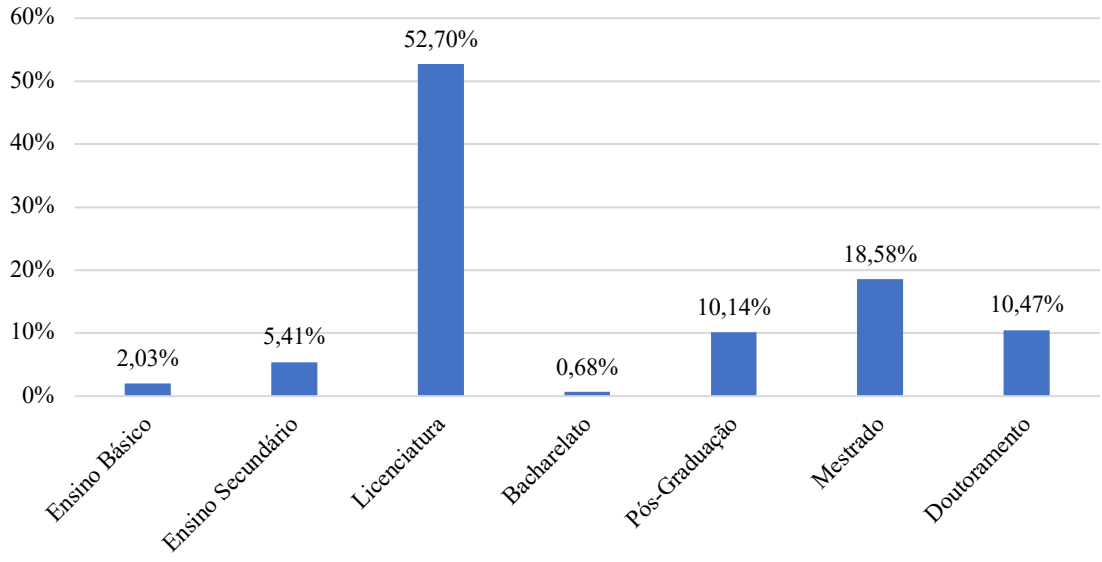


Figura 5.3: Graus de escolaridade dos/as deputados/as portugueses/as

Fonte: Assembleia da República

Como vimos nos casos de João, Teresa ou Rita, as qualificações podem tornar-se um fator decisivo na adaptação ao sistema parlamentar. Aliás, acompanhar os trabalhos parlamentares exige até de quem investiga uma familiarização com códigos e regulamentos, siglas e expressões técnicas, conceitos e formas de organização complexas. No trabalho de terreno foi evidente o que Lave e Wenger (1991), na moderna teoria organizacional, designam por *comunidades de prática* e *aprendizagem situada*, conceitos aliás já explicitados no Capítulo 2.

Aceder à *comunidade de prática parlamentar* implica a assimilação de um conjunto de competências burocráticas, técnicas e organizacionais que definem as relações entre os atores, que se constituem a partir da mobilização de conhecimento técnico e especializado. Neste sentido, a adaptação à comunidade de prática é tanto mais favorecida, quanto mais fácil for a capacidade de apreensão das aprendizagens situadas. E talvez por esse facto a maioria dos deputados - mais de 90 %... - tenha um nível superior de educação completo, quase 20 % tenha concluído o

mestrado e mais de 10% o doutoramento.[118] Esta estatística é claramente distinta da generalidade da população portuguesa: segundo o Eurostat, em 2018, entre os 25 e os 64 anos, apenas 25% da população tinha o ensino superior completo; sendo que, segundo dados da DGEEC/ME, destes apenas 30,5% possuía um mestrado; 2,8%, um doutoramento.

A mesma sobrerrepresentação pode ser verificada nas áreas de formação dos parlamentares. De todas as pessoas que exerceram a função de deputado/a entre outubro de 2015 e julho de 2018, 98 deles eram licenciados em Direito (cerca de 33%); 30 deles tinham completado a licenciatura em Economia (10%); 20 em engenharias (7%); e 18 deles em gestão (cerca de 6%). A preponderância destas áreas é reveladora de um perfil de recrutamento parlamentar assente no Direito, relacionado com o facto de a produção legislativa ser uma das funções primordiais da Assembleia e exigir uma preparação técnica particular, tanto mais necessária quanto menor o apoio técnico aos parlamentares. As formações de economia e gestão são relevantes particularmente num contexto em que as questões económicas, financeiras e orçamentais têm peso decisivo e estruturante de todas as outras políticas públicas. Assim, estas características refletem-se nas profissões de origem dos deputados.

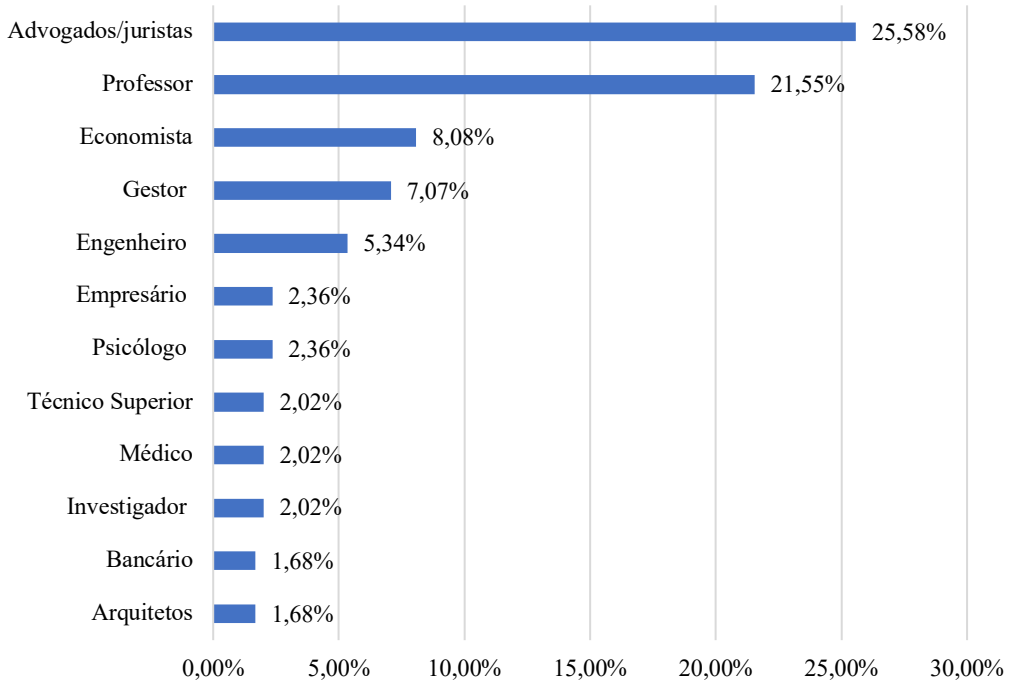


Figura 5.4: Profissões de origem dos/as deputados/as entre outubro 2015 e julho de 2018

Fonte: Assembleia da República / Hemiciclo

[118] Note-se que, historicamente, o número de parlamentares que frequentavam ou detinham um mestrado ou doutoramento passou de 13 % em 2005, para 47% em 2015.

Como se percebe, há um claro predomínio de quem era profissionalmente advogado ou jurista antes de chegar a deputado, seguindo-se professores, economistas, gestores e engenheiros,[119] sugerindo um perfil de recrutamento assente em profissões liberais e de classe média. Ao mesmo tempo há uma sub-representação de profissões menos qualificadas, tornando a Assembleia, do ponto de vista das profissões dos representantes, bastante homogénea, dada a diversidade da sociedade portuguesa.

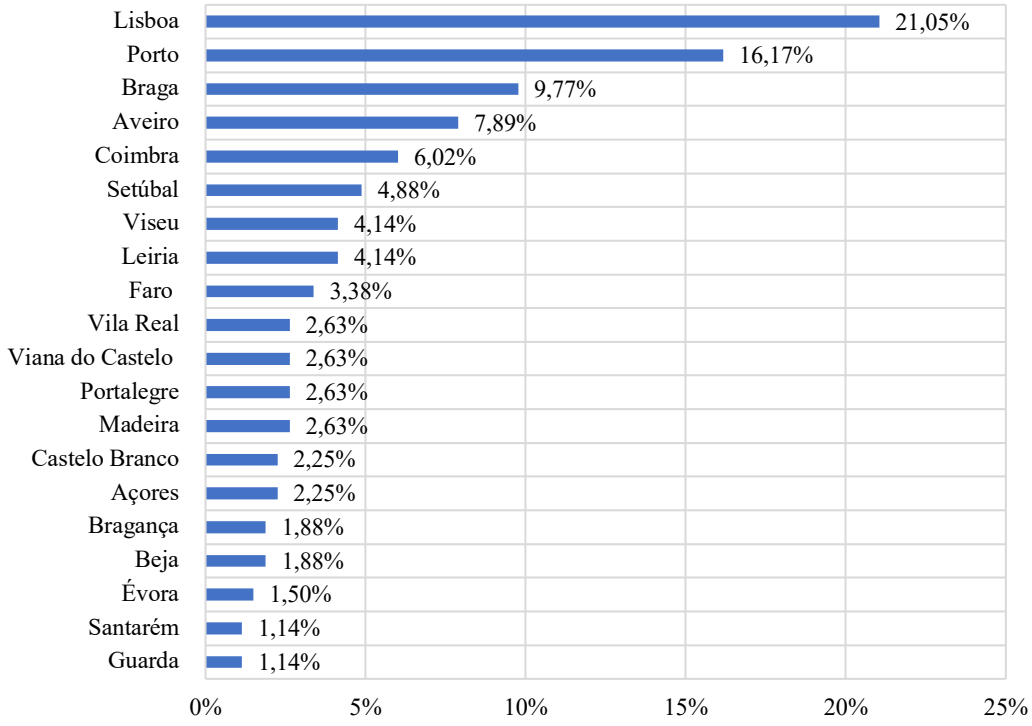


Figura 5.5: Naturalidade dos deputados portugueses

Fonte: Hemiciclo

O sistema eleitoral português que sai da Revolução de 1974/75 organiza o sufrágio por círculos eleitorais, associados aos distritos administrativos no Portugal continental, às ilhas e aos eleitores na Europa e fora da Europa. Esta opção permitiria contribuir para que a Assembleia expressasse não apenas a diversidade partidária, mas igualmente a diversidade de um país que, na transição para a década de 70, era marcado por um dualismo simultaneamente regional, económico e sociológico (Nunes 1964), expressão de um século de desigual e contratempos (Lopes 2020). Ainda assim, apesar da diversidade dos seus 22 círculos eleitorais, ao analisarmos a naturalidade dos deputados constatamos que a maioria deles nasceu nas principais cidades do país (mais de 60 %, por exemplo, são naturais dos distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Lisboa e

[119] Parte destes dados baseiam-se na declararão dos próprios, recolhidos pelo website www.parlamento.pt. Agradeço ao projeto "Hemiciclo" a cedência e partilha dos dados relativo às profissões dos deputados que não as tinham declarado no *websiste* do Parlamento.

Porto),[120] verificando-se casos em que, apesar das pessoas serem eleitas por distritos eleitorais menos representativos, na verdade não são naturais ou residentes nesses mesmos distritos, pertencendo a essas listas por indicação das direções nacionais dos partidos. É o que na gíria parlamentar, quer em Portugal, quer noutros países (Crewe 2015a, p. 28; Abélès 2006, p. 21), se designam como os "candidatos paraquedistas". Quer isto dizer que a representação política acompanha a tendência de concentração populacional nos grandes centros urbanos. Num contexto de perda de população dos distritos menos populosos, estes perdem também deputados elegíveis, contribuindo para uma crescente "litoralização" da representação política.

Como expliquei no Capítulo 1, a representação é a operação política que permite a transformação do agregado (por exemplo, o "povo" ou a "nação") em sujeito (os representantes), sendo nesse processo que politicamente emerge o corpo de representantes ou o que, na senda de Rosavallon (1992), se definiu como elite democrática. Um dos aspetos da formação desta elite é justamente o que designo por *polienvolvimento político-institucional*, isto é, o conjunto de trajetórias políticas multiposiconais, em diferentes escalas, contextos e redes de participação e representação política, que não se circunscrevem à uma instituição parlamentar, constituindo, assim, uma forma de capital social que molda a sua própria relação com a política[121]. Várias e vários parlamentares, cujas histórias aqui descrevi, ilustram bem que a circulação entre diferentes cargos e funções, é paralela ao seu percurso profissional e biográfico. Se observarmos os dados estatísticos, com uma amplitude maior, constata-se que esses casos não são uma exceção.

[120] Além disso, com a reconfiguração dos círculos eleitorais, referentes às eleições legislativas de 2019, os seis principais círculos eleitorais (Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Aveiro e Leiria), elegiam 66% dos deputados, ao mesmo tempo que havia distritos inteiros que apenas elegiam três parlamentares, nomeadamente Évora, Beja, Guarda ou Bragança, ou apenas dois eleitos, no caso de Portalegre.

[121] Neste contexto, recupero e adapto o conceito de *polienvolvimento*, recentemente desenvolvido por Soeiro (2015, p. 373–374; 2014, p. 55) e Carvalho (2016, p. 120–121), na senda de Sawicki e Siamén (2009). Nos seus casos procuram usá-lo para compreender as trajetórias entre protagonistas de movimentos sociais, que circulam entre novas e velhas formas de militância política, social e sindical, acumulando diferentes de experiências de organização.

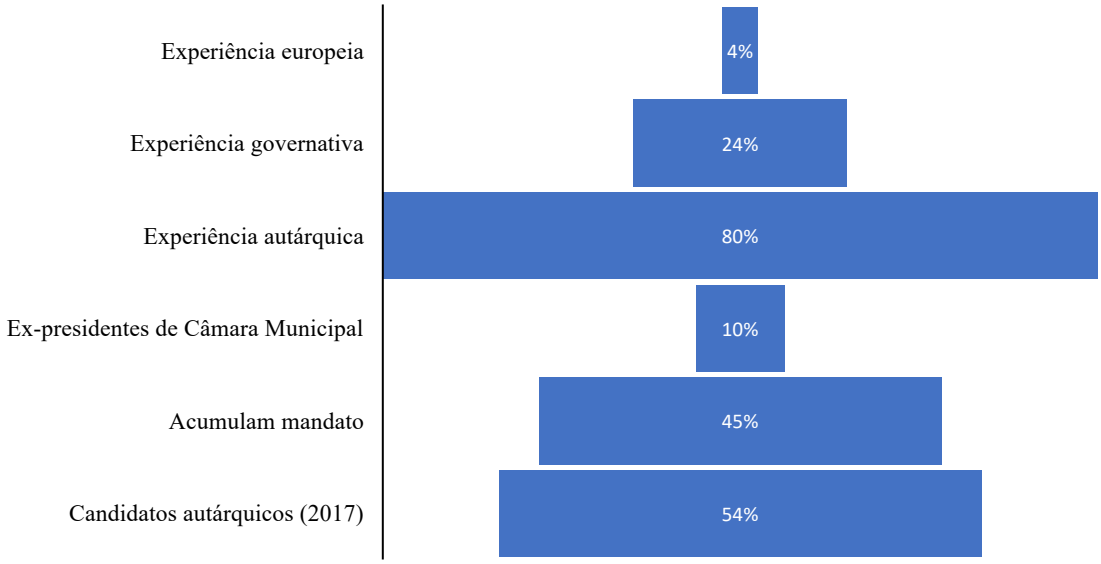


Figura 5.6: Redes de polienvolvimento político-institucional

Fonte: Hemiciclo

Estes números permitem uma compreensão mais clara, e porventura factual, de alguns dos indícios já antecipados pelas narrativas dos deputados. Com efeito, para muitos deles, a chegada ao Parlamento não é entendida como um momento temporário e circunscrito da sua vida, a seguir ao qual regressam às suas profissões e outras formas de envolvimento cívico ou político não-institucionais. Na verdade, o Parlamento parece ser mais uma arena política e para muitas pessoas uma das mais relevantes, mas que não esgota o campo de possibilidades de profissionalização política. Esta profissionalização ocorre em paralelo com o fraco envolvimento cívico e associativo dos deputados fora da política institucional e partidária, em especial no caso dos deputados estreantes que exibem os mais baixos níveis de participação (Almeida 2015). Tal como no caso francês, parece haver em Portugal uma distinção particular de um conjunto de deputados que, para além do seu envolvimento na Assembleia da República, acumulam funções políticas de outro tipo e inserem-se em redes de envolvimento político simulamento nacionais, regionais, distritais e locais. Há, portanto, um relativo "monopólio das funções políticas" (Abélès 2006, p. 22) que se manifesta através das relações entre política local e nacional. A esmagadora maioria dos deputados tem experiência autárquica e antecipa o seu regresso, como mostra a elevada percentagem de parlamentares que foi candidato autárquico enquanto cumpria o mandato na Assembleia, ou ainda o número muito expressivo, quase metade, daqueles que acumulam a função parlamentar com outras funções de representação. Nos trilhos da militância partidária, o Parlamento é um lugar da profissionalização política, mas não é o único onde muitas e muitos parlamentares esperam exercer funções.

## Política, capitais e distinção

A base de legitimação formal de um sistema de organização política e de poder pode ser constituída por diferentes princípios de diferenciação social. Quando se diz que Portugal, ou qualquer outro país, vive num "sistema democrático", salienta-se que o que diferencia o sistema político em que vivemos é a liberdade e a igualdade para eleger e ser eleito, isto é, o facto de o exercício do poder político não estar institucionalmente dependente dos rendimentos e recursos (como nas cleptocracias), do prestígio/notoriedade (como nas aristocracias), da idade (como nas gerontocracias), enfim, de qualquer outra forma de distinção que, prévia ao processo político, determinaria quem exerce o poder e em nome de que princípios.

Só que este princípio de legitimação que está implícito à afirmação de que vivemos num "regime democrático" nunca pode ser um pressuposto de uma etnografia sobre a política, desde logo porque, como adverte Jean-Luc Nancy (2011), o conceito de democracia tem vindo a ser esvaziado de significado próprio, sendo analisado meramente a partir do debate marginal sobre as diferenças e variações entre sistemas democráticos. A tarefa etnográfica, portanto, não parte do princípio de que vivemos numa democracia que bastaria ser descrita formalmente. Pelo contrário, coloca como objeto de reflexão o que significa na prática "viver em democracia" e qual o entendimento da política que está inerente a essa vivência.

Em que condições é efetivamente exercida a liberdade de eleger e ser eleito? A oposição platónica à democracia, tinha por suporte a cuidadosa preparação e seleção social das elites governantes. Ao mesmo tempo que, para Aristóteles, a participação popular estava para a democracia como a tirania estava para o governo monárquico. Em sentido contrário a estas conceções, a expansão do sufrágio universal, da liberdade de expressão, associação e formação de partidos nas sociedades modernas garantiria a expressão formal e política da igualdade, fundamento central do regime liberal e democrático. Como dissemos no Capítulo 1, o sistema de partidos procurava superar a tradicional oposição sociedade e Estado por via da representação plural e da estabilidade política. Mas em que condições concretas se concretiza esta abstrata ideia de igualdade e de representação?

Como vimos, "entrar na política" não é o resultado de uma vocação universal mais ou menos arbitrária, nem de uma tendência utilitária e racional. A política, no sentido institucional, ligada ao sistema de partidos e ao princípio da representação, torna-se um assunto de interesse e um lugar desejável de se ocupar para determinadas pessoas, e não para outras. Porquê?

Esta investigação mostra que o sentimento de "competência política" depende da autoperceção de "competência social", quer dizer, do facto das pessoas se sentirem estatutariamente legitimadas a "fazer política". Só quem se sente socialmente autorizado, legitimado e encorajado a falar e ocupar-se da política, tal como é institucionalmente organizada,

está em condições de trilhar um caminho nesse sentido. Podemos, então, identificar alguns dos fatores que determinam que certas pessoas, e não outras, se sintam politicamente legitimados.

O que caracteriza social e culturalmente a representação parlamentar? Responder a esta questão é condição indispensável para avançar na que propus na Introdução: compreender como se produz, reproduz e naturaliza uma ideia do que a política significa, quem a deve exercer, onde e porquê.

Ao longo deste capítulo procurei descrever alguns dos aspetos que permitem caracterizar, objetiva e subjetivamente, a maioria das deputadas e deputados portugueses, analisando simultaneamente as suas narrativas de vida e a sua caracterização sociológica. Esta análise permite compreender, desde já, que os deputados não constituem um grupo social homogéneo, com as mesmas origens sociais e idênticas formas de pensar e agir no campo parlamentar. Mas tal não significa que a representação parlamentar expresse, em si mesma, a diversidade da sociedade portuguesa. A assembleia representativa do povo parece-se muito pouco com esse povo que procura representar. A sua diversidade interna revela, paradoxalmente, alguns dos aspetos que o tornam um campo social e culturalmente circunscrito

Diversidade objetiva, primeiro, porque se para muitos deputados chegar à Assembleia, foi o resultado de uma trajetória biográfica marcada pela sua inserção nas redes partidárias, das quais não se tem autonomia do ponto de vista profissional, nem tão pouco das relações de interpessoais, de amizade ou intimidade; para outros, foi uma interrupção num percurso profissional que vinham desenvolvendo autonomamente da vida política e ao qual esperam voltar quando o mandato terminar. Diversidade objetiva, ainda, já que há parlamentares que chegaram à instituição depois de terminarem os estudos universitários, ou ainda antes de concluírem as suas formações, recrutados nas juventudes partidárias e nas redes de associações académicas e de estudantes; e outros que circulam nos corredores parlamentares há várias décadas, transmitindo a memória institucional e integrando os novatos. Diversidade objetiva, finalmente, porque se há uma maioria de representantes com elevados níveis de escolaridade, oriundos de profissões liberais e com situações economicamente favorecidas, outros há (poucos) com origens em profissões menos qualificadas e de distintas origens geográficas.

Mas a diversidade é também subjetiva, já que os parlamentares interpretam de forma distinta a sua função e a atividade diária. Alguns sentem-se totalmente integrados, capazes de apreender e manipular o senso prático do campo parlamentar; outros sentem-se como "peixes fora de água", com um percurso caracterizado por uma inadaptação às lógicas hierárquicas, burocráticas e sociotécnicas do funcionamento do campo parlamentar.

Não é por isso forçoso que se reproduza aqui um discurso abstrato, genérico e vago sobre uma suposta "classe política", isto é, recuperando Gaetano Mosca (2013, p. 405), "essa classe dirigente que faz executar e respeitar as suas ordens" e que é historicamente universal por contraponto a uma outra que é "dirigida e regulada pela primeira que lhe fornece meios de

existência". Tal interpretação não só apresenta características indefinidas e imprecisas (Gramsci 1968, p. 158; Sá 1994, p. 60), como no nosso caso ocultaria os diversos fatores de diferenciação interna, assim como os interesses que numa assembleia política se encontram em conflito. Mas esta diversidade não ilude que haja características sociais e culturais dominantes, que condicionam as possibilidades de acesso, as capacidades de adaptação e as perspetivas de permanência no campo parlamentar.

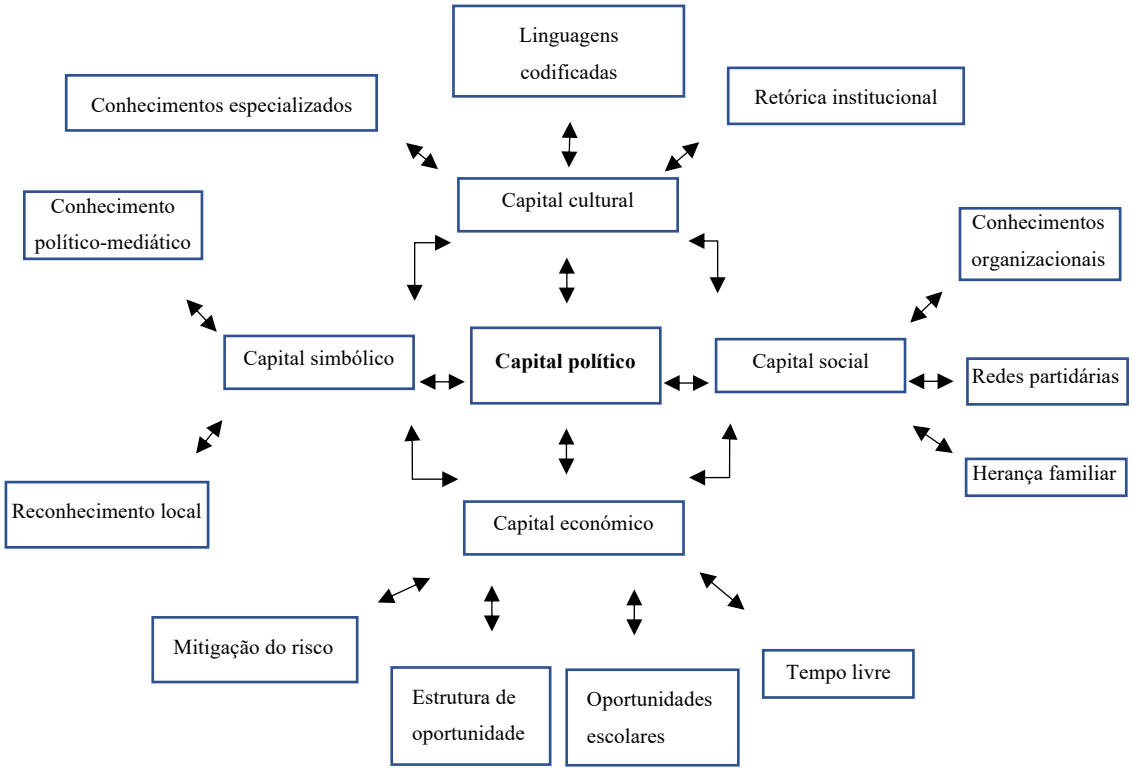


Figura 5.7: Mecanismos de construção do capital político

Há uma hierarquia de probabilidades de participação no campo parlamentar. Essa probabilidade não é uma mera relação estatística: é sociológica e antropologicamente significativa. Recorrendo às categorias seminais de Pitkin (1967), a "representação formalista", garantida pela universalidade do sistema eleitoral, não parece corresponder uma "representação descritiva", na qual os representantes espelhem as características sociodemográficas dos representados. Com efeito, as probabilidades de interesse e participação política são sempre condicionais e relacionais. Tudo parece concorrer para comprovar que a probabilidade de alguém se sentir legitimado a participar na atividade política, e, portanto, de ocupar posições de relevo num partido e nas hierarquias parlamentares, aumentem consoante as posições que ocupam nas hierarquias sociais. Sendo que o posicionamento hierárquico ocupado deve ser compreendido de modo interseccional: as probabilidades dos homens são maiores do que as das mulheres; das pessoas brancas, do que das pessoas negras ou pertencentes a minorias étnico-raciais; para quem

dispõe de capital escolar e cultural, e pertence a perfis profissionais qualificados e com autonomia económica, as probabilidades são igualmente superiores; e aumentam ainda consoante a idade, a proximidade, a naturalidade nos grandes centros urbanos, e a densidade das suas redes de polienvolvimento político e institucional. Em suma, a diversidade interna não é suficiente ao ponto de evitar a sub-representação de pessoas oriundas ou pertencentes a classes desfavorecidas, de profissões menos qualificadas ou não-brancas ou de diferentes etnias e identidades de género na representação política. O que explica analiticamente esta sub-representação social?

Para responder a esta questão temos que analisar a luta política-parlamentar tendo por base as determinantes sociais e culturais que explicam porque é que algumas pessoas, e não outras, se sentem mais legitimadas a "falar de política" e a "participar politicamente". Esta relação entre *o político*, *o social* e *o cultural* será, então, a chave central para compreender como se constrói na prática uma representação da política, eminentemente subjetiva e relacional, nesta instituição central do Estado.

O meu argumento, nesta fase, é o de que a relativa circunscrição social e cultural da representação política-parlamentar constitui, em si mesmo, um dos mecanismos que explica a construção da ideia de política, não como uma prática potencial das relações humanas, tal como a teorizei anteriormente, mas como uma prática social específica, sectorial e especializada, com uma participação regulada que ultrapolitizou o Estado, no mesmo processo que despolitizou a sociedade no seu conjunto. Por outras palavras, a estruturação da política como uma esfera específica da realidade, que só no Estado e nas relações estatais encontra o seu fundamento, por contraposição ao seu entendimento como um tipo relação social específica que não tem um protagonista inerente, nem uma localização definida.

Desta forma, ao entendermos a relação entre a construção da política como uma prática social especializada (subjetivamente delimitada ao campo das suas instituições e ao monopólio dos seus profissionais) e a circunscrição social e cultural dos seus protagonistas, estaremos, porventura, em melhores condições de desnaturalizar os mecanismos sociais e culturalmente estruturados, que produzem, reproduzem e naturalizam a divisão entre "agentes politicamente ativos" e "agentes politicamente passivos"; entre quem "sabe" e quem "não sabe" falar de política; "quem percebe" e "quem não percebe" a política. Em suma, quem está "dentro" e quem está "fora" do campo de produção do fenómeno político tido como legítimo.

Como este capítulo tornou claro, e a figura 5.7. procura sintetizar, o acesso, a adaptação e a permanência no campo político-parlamentar são tanto mais favorecidos, quanto maior é a posse prévia, e sobretudo articulada, de um conjunto de capitais, que se traduzem em conhecimentos que se estruturam como instrumentos de agência política. Que capitais e conhecimentos são esses?

Em primeiro lugar, falamos da posse de *capital cultural*, aqui especialmente associado ao reconhecimento formal de qualificações (Bourdieu 2010; 1986b). Com efeito, no campo parlamentar é notória uma sobrerrepresentação das qualificações académicas, num país ainda

marcado por profundas desigualdades educativas, tanto ao nível da classe como da pertença étnico-racial (Seabra 2012; Seabra et al. 2011; 2016; Abrantes et al. 2016; Abrantes, Roldão 2019). Possuir qualificações condiciona as probabilidades de acesso e adaptação ao campo parlamentar. Sendo um universo burocratizado, especializado e tecnicizado, o debate político, a produção legislativa ou o escrutínio da atividade governativa que nele ocorrem formam processos relacionais que exigem conhecimentos especializados; o domínio de um certo tipo de linguagem codificada e autorreferencial; capacidade de manipulação da retórica institucionalizada. Portanto, tendencialmente, a formação académica e o percurso profissional, que estão na base do capital cultural, ajudam a capacidade de acesso e adaptação de umas pessoas, e não de outras, ao campo parlamentar.

Em segundo lugar, destaca-se o *capital social*. Este complexo conceito da teoria social (Bourdieu 1980; Coleman 2000; Putnam 2004; Vasconcelos 2011) permite compreender, desde logo, porque é que nem sempre os parlamentares necessitam de capital cultural institucionalizado (sob a forma de qualificações) para terem um papel importante na instituição e nos partidos políticos. Com efeito, o capital social constitui-se, neste caso, como o conjunto de recursos sociais que se adquirem e preservam a partir de uma rede de relações de conhecimento mútuo e de inter-reconhecimento ligados à pertença a um grupo social (ou neste caso a uma rede de grupos) e comunidades de prática, que não só apresentam características sociais e culturais comuns, como são reconhecíveis por quem lhe é externo, como também se mantêm unidos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, 1980).[122] Esta forma de capital fica bem expressa na maneira como determinadas trajetórias biográficas se fundem nos próprios percursos político-partidários, muitas vezes influenciados por herança familiar. Este capital, nas suas diversas escalas e formas, providencia recursos mobilizáveis que lhes permitem aceder material e simbolicamente ao campo político-parlamentar, traduzindo-se em conhecimentos organizacionais específicos e nas redes partidárias em que as pessoas se inserem.

Em terceiro lugar, adquire importância o *capital económico*. A equação desta forma de capital não procura argumentar que são pessoas que pertencem às categorias de topo de rendimento que acedem ao campo parlamentar. Aliás, mostrei anteriormente que são as profissões liberais que predominam no Parlamento. Muitos deputados referiram, inclusivamente, que as pessoas oriundas de profissões mais bem remuneradas, nomeadamente gestores, empresários ou profissionais da banca, não se sentem atraídas pela vida política porque os salários auferidos pelos deputados são muito inferiores. Porém, não tomar em conta para efeitos desta análise o capital

[122] A este respeito refiro-me explicitamente ao entendimento de Pierre Bourdieu, quando este esclarece que: "O capital social é a soma total dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e inter-reconhecimento", ou seja, ligados "à pertença a um grupo, como um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns (que podem ser percebidas pelo observador, por outros ou por si próprios), mas também estão unidos por laços permanentes e úteis." (Bourdieu 1980, p. 2).

económico significaria negligenciar o facto de que a estrutura de rendimentos constitui, nas modernas sociedades capitalistas, fator de condicionamento das oportunidades sociais e logo, também das oportunidades políticas. De que forma isso se manifesta?

Muitas e muitos parlamentares falam da importância das suas qualificações, subvalorizando o facto de que esse recurso está dependente do capital económico. A estrutura de rendimentos das suas famílias garantiu, por um lado, que muitos parlamentares possam ter frequentado o ensino superior, em alguns casos nos graus mais elevados de ensino (sobretudo em momentos históricos em que esse acesso era muito menos democratizado), e, por outro, que o pudessem fazer a tempo inteiro, sem terem de trabalhar. Essa circunstância potenciou um outro recurso escasso, desigualmente distribuído, e essencial para a sua militância político-partidária: o tempo livre.[123]

Além disso, o exercício de cargos políticos tem uma dimensão de risco assinalável: uma pessoa pode não ser eleita ou reeleita ou a direção partidária pode mudar e o deputado não continuar nas listas candidatas. Além, claro, de que sendo um palco altamente mediatizado, qualquer erro pode ter custos políticos, eventualmente a perda do próprio mandato. O risco associado à profissionalização da vida parlamentar, sempre ponderado pelos atores é, portanto, tanto mais mitigado quanto mais parlamentares têm uma estrutura de rendimentos ou poupanças que lhes garante o que me designaram como "um lugar de recuo".

*Capital simbólico*, finalmente, já que o acesso, a permanência e a adaptação ao campo parlamentar implicam crença, reconhecimento, autoridade, prestígio e notoriedade. Sendo um capital escasso e desigualmente distribuído, é um recurso fundamental para a agência política e depende da socialização prévia dos atores. Neste sentido, tem uma expressão concreta na posse e manipulação de conhecimentos político-mediáticos, que discutirei no Capítulo 11, assim como no reconhecimento social nos círculos eleitorais, que confere legitimidade aos eleitos, tema analisado no Capítulo 9.

O acesso ao campo parlamentar não implica, como argumentei, que se detenham todos estes capitais, recursos e conhecimentos, mas a sua articulação confere aos agentes um conjunto de possibilidades e capacidades que lhes permitem produzir, construir e manipular os instrumentos fundamentais do fenómeno político: um *corpus* de saberes, uma linguagem precisa e distintiva, uma rede de relações e um sentido prático do campo que estruturam as relações de reconhecimento entre pares. Relações, essas, que ao mesmo tempo estabelecem uma fronteira com quem lhe é exterior, remetida ao estatuto de espectadora ou de consumidora de produtos políticos, tal como eles se jogam institucionalmente.

[123] É de salientar também que a possibilidade de ter tempo livre não depende apenas da condição socioeconómica, mas também do género. Com explica Teixeira (2016, p. 321): "O uso do tempo continua a ter uma distribuição desigual entre homens e mulheres, penalizando-as no tempo de lazer que têm à disposição (em cerca de sete horas semanais) para outras actividades, nomeadamente político-partidárias".

Em sociedades estrutural e globalmente desiguais (Carmo et al. 2018; Costa 2012a; Fraser 2008; Mauritti et al. 2016; Milanovic 2016; Piketty 2014; Therborn 2013; Rodrigues, Figueiras, Junqueira 2016; Costa 2012b), é também desigual a distribuição dos instrumentos que permitam a produção de representações legitimadas sobre o mundo social. Neste sentido, como lembra Bourdieu (2011c, p. 168), "o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de 'consumidores', devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção".

A concentração do capital político é tanto mais favorecida quanto mais se ocupam lugares de privilégio na estrutura social, sendo igualmente reforçada pelo sentimento, partilhado por quem está fora, de não ter os instrumentos materiais, culturais e simbólicos que parecem ser necessários à participação política, tal como é socialmente percecionada e institucionalmente organizada. Só que, contrariamente à interpretação de Bourdieu (2011c, p. 193), aqui o capital político não pode ser interpretado como uma forma específica de capital simbólico, conceito que aqui trabalhei etnograficamente de forma distinta da que o autor propõe. Pelo contrário, o capital político parece ser um *capital compósito*, simultaneamente económico, cultural, social e simbólico, que só é realmente distintivo e exclusivo por ser tão raro. Origens e pertenças de classe distintas, potenciam ou inibem a possibilidade de acesso, a permanência e adaptação às engrenagens do campo parlamentar. Engrenagens que, sendo marcadas por lógicas hierárquicas, burocráticas e sociotécnicas, favorecerem a permanência de umas pessoas em detrimento de outras, sendo essenciais para a reprodução do próprio sistema, logo, desta forma particular de entender o que significa "fazer política" e "participar politicamente".

## CAPÍTULO 6

## *TORNAR-SE POLÍTICO*: APRENDIZAGENS, RITUAL E PERFORMANCE NA VIDA PARLAMENTAR

> "Nas organizações sociais alargadas, os indivíduos de determinada categoria formam um conjunto pelo facto de terem que cooperar na manutenção da definição da situação frente aos que se encontram acima ou abaixo deles próprios. Assim, um conjunto de indivíduos, que poderão ser diferentes sob numerosos aspetos e, por conseguinte, desejar manter certas distâncias sociais entre si acabam por se descobrir numa relação de familiaridade forçada, característica de companheiros de equipa que encenam uma representação."
>
> (Goffman 1993, p. 104–105)

No capítulo anterior caracterizei as deputadas e os deputados portugueses, como chegaram à instituição e quais as condições sociais e culturais que potenciam, ou inibem, o seu acesso ao campo parlamentar. Mas, e depois da entrada? Como se aprende a "ser deputado"? Quais são os conhecimentos desenvolvidos por quem se estreia na Assembleia e qual a importância das socializações e dos rituais nesse processo? Como se faz a transição, afinal, de "cidadão" a "representante político"? O que é que essa passagem, e as aprendizagens que lhe estão inerentes, nos revela sobre a forma como se entende a política nesta instituição? Neste capítulo analiso o processo de adaptação e aprendizagem de quem é eleito, assim como a participação no Plenário enquanto espaço simultaneamente ritual e performativo, cujo significado e efeitos sociais ajudam a compreender a construção subjetiva da política enquanto prática especializada nesta instituição.

### "Somos atirados para a piscina e temos de aprender a nadar"

Aprender a "ser deputado" e a "ser deputada" é um processo social, cultural, relacional e sociotécnico complexo. É distinto de pessoa para pessoa, variando consoante a sua trajetória de vida, o partido a que pertence, o Grupo Parlamentar em que está inserida, a ideologia a que se sente vinculada e o tipo de capitais que possui previamente, e que condicionam o seu percurso no campo político e parlamentar. Há, no entanto, um conjunto de aprendizagens comuns aos parlamentares, que permitem compreender como se "tornam políticos", quer dizer, como subjetivamente constroem uma nova identidade alicerçada ao seu papel de "representantes".

Ao longo desta pesquisa acompanhei o percurso de vários deputados e várias deputadas estreantes na instituição, analisando o "período de aprendizagem" inerente à vida parlamentar

(Weatherford 1985, p. 27; Matthews 1960; Busby 2014, p. 241, 257; Crewe 2015a, p. 41). As nossas conversas tiveram início um mês depois da sua eleição, e centraram-se na entrada no Parlamento, nas suas expetativas em relação ao mandato e nos aspetos que consideraram mais surpreendentes. Depois desse primeiro encontro mantivemos novos contactos: em alguns casos realizei novas entrevistas, seis meses e três anos depois da eleição, no sentido de acompanhar a evolução da pessoa na instituição, noutros baseei-me em conversas etnográficas, já que ia contactando com elas informalmente em diversas ocasiões. De uma forma ou de outra, ia discutindo com as pessoas aquilo que elas me diziam por relação às suas práticas que ao mesmo tempo ia observando. Dessa análise pude sintetizar cinco tipos de aprendizagens comuns, ainda que se manifestassem em tempos e intensidades diferentes. Que aprendizagens foram essas?

Primeiro, *aprendizagens organizacionais*, isto é, a aquisição de saberes em torno de regras, rotinas, costumes e temporalidades da Assembleia, que permitiam a adaptação progressiva à realidade institucional já existente. Depois, *aprendizagens grupais*, descritas pelos próprios como o processo de inserção individual nas dinâmicas coletivas já estabelecidas nos seus Grupos Parlamentares. Em terceiro, *aprendizagens estratégicas*, que remetiam para a ação calculada no jogo político-parlamentar, permitindo a crescente incorporação das dinâmicas relacionais e conflituais do debate político. Em quarto lugar, as *aprendizagens mediáticas*, que se baseavam na incorporação de formas de discurso e comportamento adaptadas à dimensão pública, mediática e escrutinada da instituição parlamentar. Finalmente, *aprendizagens relacionais*, que remetiam para relações informais a estabelecer com diferentes agentes, e que nem sempre seguiam regulamentos e regras escritas.

Para compreender etnograficamente como se traduzem essas aprendizagens, e qual a sua importância, volto ao caso de Teresa, deputada que chega ao Parlamento sem experiência político-partidária prévia, e para quem estas *aprendizagens situadas* (Lave, Wenger 1991) se revestiam de especial importância. Já anteriormente expliquei que, no seu caso, a ausência de capital social, que as longas trajetórias partidárias providenciam, era compensada pelo capital cultural que possuía previamente. Falta agora explicar que tipo de aprendizagens desenvolveu, e de como se manifestam na organização da vida quotidiana desta instituição.

Conheci Teresa um mês depois de ser eleita. A sua disponibilidade para participar nesta investigação, e a relação empática que criámos nesse primeiro momento, tornou possível manter um contacto regular, que se traduziu em três entrevistas separadas no tempo, com o objetivo de acompanhar a sua evolução na instituição. Essas três entrevistas foram articuladas com informação que eu próprio ia recolhendo sobre a sua atividade, com a observação que fazia da(s) sua(s) performance(s) na instituição, e das conversas menos programadas que íamos estabelecendo ao longo do tempo. A tabela seguinte resume o complexo percurso de aprendizagens de Teresa nos três primeiros anos de mandato, e que observei serem comuns a outras deputadas e deputados que acompanhei.

Quadro 6.1: Tipos e formas da aprendizagem parlamentar

| | Tempo de mandato | | |
|---|---|---|---|
| | 1 mês | 6 meses | 3 anos[124] |
| Aprendizagens organizacionais | Importância do formalismo<br><br>Omnipresença burocrática<br><br>Ausência de controle pessoal sobre a semana de trabalho<br><br>Diversidade, tecnicidade e complexidade dos *dossiers* | Imprevisibilidade da agenda e dos horários<br><br>Importância dos assessores, funcionários e deputados mais experientes<br><br>Consciência da relação entre as regras dos debates e as possibilidades de consenso | Conhecimento e domínio dos instrumentos legislativos e de fiscalização<br><br>Capacidade de adequação dos instrumentos regimentais aos diferentes objetivos<br><br>Compreensão de que nem sempre a ação dos parlamentares tem consequências práticas |
| Aprendizagens grupais | Fragmentação do trabalho de representação política<br><br>Tomada de consciência dos conflitos internos à instituição e ao Grupo Parlamentar<br><br>Assimilação da importância do trabalho fora do Parlamento | Importância do enquadramento do grupo e da sua coesão interna<br><br>Papel da memória e das hierarquias de precedência<br><br>Importância da articulação entre temas nacionais, distritais e especializados | Construir uma identidade no seio do Grupo Parlamentar<br><br>Articular estilo pessoal com o estilo coletivo do Grupo Parlamentar<br><br>Capacidade de diferenciar "questões de princípio" de "questões de negociação" |
| Aprendizagens estratégicas | O Plenário como espaço de teatralização política<br><br>Combinação do desejo de contribuir para soluções e a necessidade de ter estratégia e tática na sua performance | Equilíbrio entre o passado do partido e as posições a assumir no seu mandato<br><br>Diferenciação entre o debate no plano das ideias e das diferenças ideológicas e no plano da discussão detalhada e pormenorizada das leis | Compreender que ação parlamentar deve incorporar uma dimensão tática<br><br>Identificar, interpretar e antecipar estratégias e posicionamentos dos adversários<br><br>Reconhecer aliados, antecipar problemas e conhecer o contexto de cada posição<br><br>Apresentar proposta de "meio termo"<br><br>Reconhecer a ideologia subjacente às discussões aparentemente técnicas |
| Aprendizagens mediáticas | Conhecer os diferentes interlocutores dos debates parlamentares<br><br>Consciência da visibilidade e escrutínio dos debates públicos | Consciência da teatralização política nas Comissões Parlamentares<br><br>Agir antecipando os comportamentos dos adversários<br><br>Intervir sem recurso a um texto escrito<br><br>Construção de relações de proximidade com os jornalistas | Gestão da frustração com o debate em Plenário<br><br>Compreender que algumas intervenções nas comissões são provas de vida mediáticas<br><br>Consciência de que em alguns debates as perguntas são mais importantes que as respostas |
| Aprendizagens relacionais | Importância da familiarização e das relações de cordialidade interpartidárias | Saber distinguir deputados pelos diferentes papéis e estilos de conduta<br><br>Aprender a respeitar intelectualmente os adversários para poderem trabalhar juntos<br><br>Saber construir articulações informais prévias aos debates formais | Criar relações de confiança, respeito mútuo, previsibilidade e empatia com os adversários<br><br>Aprender a gerir e hierarquizar os pedidos de audição, contacto e diálogo com a sociedade civil |

[124] No caso de Teresa optei por realizar a terceira entrevista três anos depois, porque depois das duas primeiras vezes a deputada referiu que considerava pertinente deixar passar algum tempo, para que pudesse fazer uma autorreflexão da sua própria experiência, e eu também pudesse observar de fora a sua evolução na instituição.

*Um mês de surpresas e aprendizagens*

O primeiro mês de Teresa no Parlamento foi marcado por um grande número de *aprendizagens organizacionais*. Ainda que previamente tenha lido livros sobre o funcionamento da instituição, houve um conjunto de dinâmicas que não antecipava. A primeira delas foi a importância do formalismo nas relações interpessoais, especialmente nos momentos públicos, algo a que não estava habituada no mundo corporativo. No entanto, depressa percebeu que essa era uma dimensão fundamental das relações, por constituir, nas suas palavras, uma "etiqueta necessária" que permitia unificar as diferenças que existem entre os parlamentares. Por isso, como me disse: "É um bocadinho como a farda que os miúdos usam às vezes na escola, assim nós temos este tratamento como forma de uniformização, no melhor sentido que isso tenha". Este formalismo associava-se, igualmente, à perceção de uma grande quantidade de regulamentos, normas e códigos de comportamento e enquadramento do trabalho. A omnipresença burocrática não só moldava as interações políticas entre os eleitos, como também atribuía uma especial importância aos funcionários parlamentares e aos assessores dos Grupos Parlamentares.

Nesse primeiro mês aprendeu, ainda, que não teria controle sobre a sua semana de trabalho, sendo necessário aprender "onde se encaixar" perante a quantidade de pessoas, organizações e instituições que inundavam a sua caixa de correio eletrónico, ou qual o momento que tinha de reservar para estudar os assuntos a discutir em Plenário ou nas Comissões. À imprevisibilidade da semana e à compreensão da ordem burocrática, associava-se a aprendizagem de que o trabalho parlamentar era diverso, técnico e complexo, o que exigia conhecimentos especializados, no seu caso assegurados pelo capital cultural que possuía e pelo seu percurso profissional anterior.

Teresa cedo compreendeu que estas aprendizagens organizacionais não podiam ser assimiladas sem um conjunto de outras, de natureza distinta, e que os regulamentos não previam. Primeiro as *aprendizagens mediáticas*, relacionadas com a descoberta de que, nas suas palavras, "o Plenário, goste-se ou não, é um lugar de dramatização política onde mais do que para dentro se fala para fora". Ora, se o Plenário não é "o local de construção de pontes e de procura de soluções", Teresa teve de aprender que a intervenção nesse espaço se destina a diferentes tipos de interlocutores que estão fora e que, nesse contexto, os debates públicos têm uma forte visibilidade e escrutínio públicos. O potencial "reconhecimento mediático" que o ritual público assegura tem sempre como contrapartida o risco do erro, que é imediatamente notado e avaliado.

A consciência da dimensão mediática e das suas implicações fez com que Teresa tivesse de desenvolver um conjunto de *aprendizagens estratégicas*. Estas aprendizagens permitiam-lhe ter uma melhor noção da importância da teatralização das posições políticas, ou seja, na senda de Goffman (1993, p. 9), do modo como os representantes se apresentam a si próprios nas interações quotidianas, com vista a organizar e controlar as impressões que outros formam sobre si e o papel que desempenham. Ao mesmo tempo, asseguravam a necessidade de combinar "o desejo genuíno

de querer contribuir" com a "necessidade de algum tipo de estratégia e tática", ou por outras palavras, sempre as suas, a combinação "entre alguma argúcia e alguma ingenuidade".

Esta ação estratégica implicava, em suma, o desenvolvimento de *aprendizagens relacionais*, que se prendiam com a importância da manutenção de relações de cordialidade interpartidárias; bem como de *aprendizagens grupais*, relacionadas com a tomada de consciência que a representação política devia ser equacionada de forma fragmentada e adaptada a diferentes contextos, tendo de conciliar algumas das suas opiniões pessoais com as decisões do Grupo Parlamentar, compreendendo a dinâmica dos conflitos internos do seu próprio agrupamento político, e os instrumentos aos seu dispor para lidar com eles.[125]

Estas aprendizagens não podem ser plenamente desenvolvidas no primeiro mês de trabalho, além de variarem consoante o perfil de cada pessoa, a sua história e a sua relação com o Grupo Parlamentar. Ainda assim, ao longo do tempo, estas aprendizagens foram ganhando consistência e profundidade, à medida que a deputada ganhava prática e experiência no campo parlamentar.

*Seis meses de socialização e adaptação*

Seis meses depois da nossa conversa, voltámos a sentar-nos no mesmo gabinete. Tinha observado, com alguma surpresa, a rapidez com que a deputada se adaptou e Teresa começou a nossa conversa revelando-me como todo o ritmo de trabalho se tinha acelerado.[126] No que respeita às *aprendizagens organizacionais*, confessou que a sua agenda era cada vez mais imprevisível, compreendendo a importância do diálogo com deputados mais experientes, assessores do seu Grupo Parlamentar e da própria Assembleia da República. Isto, porque, como me disse:

> Os deputados que estão comigo, mais experientes, foram-me dando a noção do ritmo de trabalho, da triagem que é preciso fazer dos assuntos que nos que são muito importantes porque são, por exemplo, bandeiras do partido ou outros que são à partida assuntos que não são tão defendidos por este partido e que são bandeiras de outros, [onde] a atividade é mais defensiva. Essa triagem foi feita com os deputados mais experientes. Depois é um bocadinho a sensação de todos os deputados novos: somos atirados para a piscina e temos de aprender nadar. Socorremo-nos dos assessores que temos, ou das relações pessoais que vamos criando.

[125] A este respeito uma das aprendizagens concretas foi a da importância de sinalizar os conflitos de interesse em matérias com as quais tinha uma relação profissional prévia, ou de usar declarações de voto, registadas no *Diário da Assembleia da República*, como meio de sinalizar que a sua posição pessoal era distinta da do seu Grupo Parlamentar, garantindo a expressão do conflito, sem colocar em causa a ordem.

[126] Como explica a deputada: "Apesar de termos um horário definido, semanal, a verdade é que se interpõem muitas coisas nesse horário: quer urgências de peticionários e pessoas para ser recebidas, que atravessam os nossos dias e que fazem alterar as nossas rotinas e a gestão do trabalho que tínhamos previsto; quer os factos políticos em si mesmo, que é suposto acontecerem fora de controlo e alteram a dinâmica de trabalho".

Estas *aprendizagens situadas* revelaram à deputada a importância dos espaços de socialização informais. Na sua perspetiva, quer as grelhas formais de debate, quer o tipo de performance pública dos parlamentares, tornavam difícil o trabalho colegial, tornando-se necessário estabelecer diálogo noutros lugares, e com outros contornos. Assim, como afirma: "[A articulação entre deputados] faz-se no café, faz-se fora, em reuniões oficiosas que se marcam, às vezes faz-se de maneira *sui generis*, recebemos uma instituição, um sindicato, a quem passamos uma determinada mensagem, sabemos que esse grupo vai ser recebido por outro partido e sabemos que ele levará [essa posição]".

Esta dinâmica implicou um aprofundamento das suas *aprendizagens relacionais*. Primeiro, tornou-se necessário saber distinguir os diferentes deputados, tendo em conta os seus diferentes papéis na instituição e o estilo de conduta de cada um. Depois, compreendeu que apesar das diferenças era importante respeitar intelectualmente os adversários para que fosse possível trabalharem juntos, mesmo quando se situam em polos ideológicos opostos. Finalmente, assimilou a importância das relações informais que se estabelecem previamente aos debates públicos. A este respeito, aliás, Teresa deu-me um excelente exemplo da importância deste tipo de relações no processo político-legislativo:

> Teresa - [A relação] com outras bancadas, hoje em dia ainda é ténue, mas já tenho uma rede de pessoas que sei que quando preciso… Vou dar-lhe um exemplo. O "partido c" [partido do espectro político oposto] tendencialmente apresenta uma iniciativa legislativa na área da educação; eu conheço a pessoa do partido que faz educação, já consigo trocar mensagens ou *emails* com essa deputada e conversar um bocadinho com ela e dizer: "Quanto a isto, não percebo a tua maneira de ver", ou "Até subscrevo este bocadinho, mas não consigo subscrever o resto". Raramente chegamos a um consenso no todo, mas não chegando a consenso no todo, há partes onde conseguimos. Agora o partido apresentou uma iniciativa sobre a redução do número de alunos por turma, e embora no seu todo não possa subscrever a resolução, há várias partes nas quais eu concordo e que sei que também decorreram de conversas que fui tendo com a deputada sobre o assunto e de estudos que trocamos. Vamos ter uma iniciativa aplaudida conjuntamente? Não. Mas entre a proposta inicial do "partido c" que foi retirada e a que está colocada hoje há um progresso enorme.
>
> João Mineiro – Podem depois trabalhar na especialidade…
>
> Teresa – Sim. Acho que há caminho a fazer e que vem destas relações que se vão criando.

As relações informais entre deputados, mesmo que de espetros políticos opostos, nem sempre são explícitas para quem observa o processo legislativo a partir do exterior. No entanto, têm de ser sempre combinadas com aprendizagens grupais que possibilitam uma articulação entre os seus planos e estratégias individuais, por um lado, e a identidade e necessidade de coesão interna do seu Grupo Parlamentar, por outro. Nesta fase foi de especial importância o papel da memória e

das hierarquias de precedência em relação a parlamentares mais experientes. Foi com eles, aliás, que Teresa aprendeu a importância de conjugar nas suas intervenções, temas nacionais, distritais e especializados, e a saber diferenciar os tipos de audiência a que se dirige.

Ora, quanto mais longa a sua relação com o Grupo Parlamentar, mais importantes também se tornaram as suas *aprendizagens estratégicas*. A deputada compreendeu a necessidade de equilibrar o historial do partido com as suas propostas presentes, bem como a importância de contrabalançar o que identifica como o "plano das ideias", geralmente mais abstratas e diferenciadoras, com "plano da discussão de pormenor", que é mais concreto e aproxima os partidos. Reconhecer esta diferenciação foi fundamental para a deputada, porque, como explica:

> Quando nós estamos num plano mais elevado, das grandes ideias, não é preciso grande preparação. A coisa é mais blindada. Como estamos nos grandes princípios… O problema são os detalhes. O diabo está nos detalhes. [...] Trazer a discussão para factos abre um bocadinho o flanco, ao ser atacada por detalhes, em vez de estar blindada pelos princípios. Eu tenho procurado manter-me teimosamente aqui. [...] Embora me continuem a dar a margem para fazer como entendo, mas sempre com este alerta, no sentido em que é importante marcar pontos dentro da Assembleia, é importante que a imagem passe para os grupos de interesse fora. Se eu, por procurar ser demasiado meticulosa, perder a mensagem central isso também não é uma boa prestação. Este equilibro não é fácil.

Foi no plano mediático que a deputada ganhou mais competências ao longo deste período. Em primeiro lugar, aprendeu que as Comissões Parlamentares, ainda que permitam uma maior proximidade, são marcadas por formas de teatralização, dirigidas para fora, a que teve de se adaptar.[127] Neste contexto, compreendeu a importância de intervir de forma espontânea e sem ler um texto escrito, ganhando assim maior eficácia comunicativa e mediática, e de preparar a sua intervenção antecipando o comportamento dos adversários, desvendando o "dito" e o "não dito", escrutinando o "declarado" e o "subentendido". Finalmente, percebeu que o tipo de relações informais que ia estabelecendo com deputados deviam ser replicadas junto de jornalistas, garantindo uma eficaz comunicação da sua mensagem.[128]

Terminámos esta segunda conversa com a deputada a dizer-me que, se voltasse atrás, voltaria a candidatar-se. Mesmo admitindo que permanecia uma "questão de fundo", que tinha a ver com o facto de não saber se o seu trabalho tinha eficácia prática. Teresa sentia que tinha os dias

[127] Como refere Teresa: "As comissões são filmadas e gravadas e replica-se um bocadinho a coisa do Plenário, passa a ser um palco mais político do que um palco construtivo. As pessoas sabem que aquilo pode ser ouvido por terceiros (sejam eles partes interessadas externas, sejam os próprios partidos) e têm medo de dizer alguma coisa menos ortodoxa em relação à sua visão partidária que depois venha a comprometê-los mais à frente".

[128] Usando as suas próprias palavras: "Da mesma maneira que se vão estabelecendo relações mais pessoais com deputados de outras bancadas, que têm a ver com a empatia e a sociabilidades e a abertura, é igual com os jornalistas, não é? Estão aqui muito próximos de nós".

preenchidos, com diversos contactos com a sociedade, que lhe permitiam ganhar uma visão alargada sobre diversas áreas. Mas o que conseguiria, afinal, realmente mudar nesses setores? Usando as suas palavras: "Dessa matéria que me chega o que é que eu consigo transformar em ação? Que marca é que consigo deixar?"

*Três anos de consolidação e afirmação*

Foi com esta pergunta que dei início à nossa terceira entrevista, três anos passados da eleição. O balanço da deputada, que agora entrava no último ano da legislatura, era o de que a experiência permanecia "igualmente custosa e gratificante". Por um lado, sentia "crescimento pessoal" e "aprendizagens substanciais" sobre vários temas e sobre "a forma de fazer política". Mas, por outro lado, não conseguia ver os resultados das suas diligências e das iniciativas que apresentava, o que gerava alguma frustração. Isto não a impedia, no entanto, de considerar como quase certo um segundo mandato: "Depois deste esforço, desta curva grande, íngreme, de entrada nisto, o que é que será fazer isto com outro conhecimento, com outro *inside*, um segundo mandato?"

Nesta altura a deputada já estava bastante integrada na dinâmica parlamentar. Em termos organizacionais, aprendeu o conjunto de instrumentos legislativos e de escrutínio que tinha ao ser dispor enquanto parlamentar, e como os adaptar a diferentes objetivos. Em termos de *aprendizagens grupais*, incorporou a necessidade de construir uma identidade própria e diferenciada no seio do seu próprio Grupo Parlamentar, articulando o seu estilo pessoal com a identidade coletiva associada ao partido. As *aprendizagens estratégicas* foram as que se tornaram mais importante nesta fase. A primeira delas, sobre a qual falou longamente, estava relacionada com a sua compreensão da vida parlamentar a partir da *teoria dos jogos*:

> É aquilo que lhe falava de compreender os instrumentos e a estratégia. Há uma dimensão, se quiser, de teoria de jogos, de compreensão do que é a estratégia de cada um e como nos devemos posicionar, onde estamos bloqueados, como se desbloqueia, quais os aliados a procurar, tentar antecipar as movimentações dos restantes para perceber então, [olhando] para trás, o que é que se passou. Há uma dimensão disso em todos os grupos, e eu vou percebendo que, até certo ponto, isto faz sentido que exista, é inteligente que exista.

No início do mandato a deputada referiu em diversas ocasiões as reservas que tinha sobre o excesso de estratégia e teatralização nos debates parlamentares. Três anos depois já considerava que essa dimensão fazia sentido, porque ser a "forma natural da política". Esta mudança não foi caso único. Sérgio, outro deputado estreante, dizia-me um mês depois de eleito que considerava o debate em plenário uma *mise en scène,* exclusivamente tática e despropositada. Mas três anos volvidos ele próprio levava para o Plenário desenhos e ilustrações em tamanho aumentado para reforçar os seus argumentos, numa estratégia claramente orientada para as televisões que faziam

a cobertura da sessão. Ou seja, se no início do seu mandato era crítico da performance que conhecia apenas enquanto observador, três anos depois, enquanto participante, dizia que na verdade já não tinha nada contra que "o efeito mediático [do Plenário]".

A adaptação estratégica e mediática é um dos fatores mais importantes na inserção das deputadas e dos deputados neste mundo institucional. Voltando a Teresa, esta compreendeu que era necessário identificar, compreender e antecipar as estratégias e posicionamentos, declarados e ocultos, dos seus oponentes. Assim, neste seu percurso, aprendeu a identificar aliados, a antecipar problemas e, sobretudo, a identificar o fator ideológico inerente e cada proposta.

Um dos exemplos que usou para ilustrar este último ponto, relacionado com a dimensão ideológica das propostas, estava relacionado com uma proposta discutida em Comissão Parlamentar sobre residências universitárias e alojamento estudantil. O diagnóstico era comum a todos os partidos: a rede de oferta estava muito abaixo da procura, sendo necessário aumentar o número de camas disponíveis. Aparentemente, seria um objetivo pragmático, não suscitando diferenciação ideológicas de fundo. Mas não foi isso que aconteceu. Um dos partidos apresentou uma proposta que defendia que o Estado devia construir mais residências universitárias. No entanto, no trabalho em Comissão Parlamentar havia a possibilidade de outros partidos fazerem propostas de alteração a esse projeto inicial. Teresa apresenta uma proposta que priorizava a reabilitação; depois alugar ou contratualizar espaços com estruturas sociais ou privadas; e só depois construir novas residências. Foi aqui que o debate se tornou ideológico. O partido proponente considerava que cabe ao Estado e não aos privados garantir a solução, enquanto proprietário, recusando qualquer forma de contratualismo com privados. Nesse momento a deputada compreendeu a ideologia subjacente às propostas, mas também a necessidade da cedência tática, acabando por trabalhar na solução final da proposta.

Neste tipo de trabalho, Teresa percebeu que, para além das divergências ideológicas, é necessário desenvolver relações de respeito mútuo, previsibilidade e empatia com os seus adversários, sendo essas aprendizagens relacionais cruciais para se enquadrar na instituição:

> À medida que o tempo vai passando e que vou aprendendo mais a dinâmica, a beber melhor nesta água, e por outro lado em que também já vou conhecendo melhor as minhas contrapartes das áreas em que movimento, há uma relação de confiança ou previsibilidade que se estabelece, eu acho que o poder do deputado se torna maior no sentido da influência, do *softpower*. [...] Acho que tenho uma relação de confiança com os outros deputados, já me conhecem, sabem com o que podem contar de mim, e eu já os conheço a eles. Sei que o deputado coordenador do "partido a" é facilmente irritável, mas que tenta encontrar uma solução. No "partido b" os dois deputados sei qual é a sua ortodoxia, mas sei qual é a sua margem. Sei do "partido c" qual o discurso de cada momento, mas tenho uma relação suficientemente afável para saber onde é possível ter uma fronteira amigável. No "partido d" tenho uma relação mais próxima de troca de impressões.

Estas aprendizagens relacionais eram combinadas com as mediáticas, já que ao longo do mandato Teresa aprendeu que para lá deste trabalho colegial é necessário ter em conta que no Plenário, e até em algumas reuniões de Comissão, importa sobretudo a visibilidade mediática. Como explicou, quando um deputado vai a uma comissão inquirir um Ministro, "ninguém está à espera que o Ministro responda àquilo". Isto porque as perguntas são muito específicas, geralmente sobre problemas locais, para os quais ele não tem informação naquele momento. No entanto, essa é a forma que os deputados têm para fazer uma "prova de vida mediática", sobretudo em Grupos Parlamentares de maior dimensão. Por isso, Teresa conclui que numa Comissão, em algumas circunstâncias, fazer uma pergunta é suficiente para os deputados produzirem informação para a imprensa local, para redes sociais ou para o grupo de interesse do qual se sentem porta-vozes. Neste contexto, fazer a pergunta é mais importante do que receber a resposta. Facto, aliás, já identificado por Weatherford que considerava a performance no Congresso Americano tinha uma forte dimensão de comunicação para o exterior. Nas suas palavras:

> O político entra numa cena, é treinado por um assistente por alguns momentos, e depois desempenha o papel. A sua atuação particular pode não ter qualquer relação com a dos atores que apareceram imediatamente antes ou depois dele, mas as peças serão posteriormente editadas em conjunto pelo seu staff. O ponto importante é simplesmente que ele deve registar a sua performance. Ele votou, veio para a convocação do quórum, fez a pergunta à testemunha, apresentou o projeto de lei, copatrocinou a emenda, pronunciou a sentença. O staff pode emitir todos os comunicados de imprensa e discursos impressos para mostrar que isto fez dele um "motor principal". (Weatherford 1985, p. 208)

As aprendizagens desta deputada mostram alguns dos aspetos em que consiste a construção de uma identidade associada à política, assim como alguns dos tipos de socializações quotidianas em que se baseia. Mas a construção da identidade pública dos eleitos não é meramente individual; associa-se, também, à forma como a instituição é constituída por rituais de aprendizagem coletiva, que congregam o corpo de representantes a partir de uma dependência dramatúrgica que a performance quotidiana garante. É desse processo que falarei a seguir.

## Ritual e performance na vida parlamentar

Saber como participar no Plenário é uma das aprendizagens fundamentais dos parlamentares e articula, como se viu, diversas dimensões organizacionais, estratégicas, grupais, relacionais e mediáticas. Todas as deputadas e deputados estreantes com quem interagi, sem exceção, falaram das dificuldades que sentiam nesses primeiros momentos. As Reuniões Plenárias acontecem, por norma, nas quarta e quintas-feiras à tarde e na parte da manhã das sextas-feiras, onde se votam as

iniciativas legislativas.[129] Podendo, nalgumas ocasiões, incluir a participação de membros do Governo, o tipo de debates que aqui ocorre é diversificado e, dependendo das temáticas a abordar, pode assumir uma maior ou menos centralidade na agenda mediática.

A 23 de outubro de 2015, pelas nove horas da manhã, cheguei à Assembleia da República para assistir à primeira Reunião Plenária da XIII legislatura. Faltava uma hora para o início dos trabalhos e demorei-me algum tempo junto à porta lateral do Palácio de S. Bento. Por ali entravam as deputadas e os deputados que tomavam posse nessa manhã, bem como dezenas de apressados jornalistas, com as suas câmaras, máquinas fotográficas, tripés e microfones. Estes materiais eram cuidadosamente colocados numa passadeira rolante, onde um agente policial fazia uma análise raio-x, passando eles próprios, de seguida, pelo detetor de metais. Dirigiam-se posteriormente a uma funcionária parlamentar que, numa pequena mesa junto à escadaria, os credenciava, entregando-lhes um cartão plastificado vermelho que garantia o acesso ao 2º piso do Palácio, onde se encontra a Sala das Sessões.

Figura 6.1: Entrada da Assembleia da República

Fonte: João Mineiro

[129] As votações em Plenário podem incidir sobre vários tipos de iniciativas: os projetos de lei, que são apresentados pelos deputados; as propostas de lei, que são apresentadas pelo Governo; os projetos de resolução, que consistem em recomendações da Assembleia da República ao Governo; ou as iniciativas legislativas de cidadãos.

Esperei pouco mais de meia hora, junto de um grupo de pessoas que também pretendia assistir a essa primeira reunião plenária, até que um funcionário parlamentar nos deu as boas-vindas e nos apresentou o agente da PSP responsável por nos acompanhar. Este indicou-nos que não podíamos entrar com nenhum dos nossos bens pessoais. Carteiras, telemóveis, chaves, cigarros, isqueiros, tudo tinha de ficar guardado num cacifo antes de entrarmos. Assinámos ainda um termo de responsabilidade, garantindo que não iriamos perturbar os trabalhos parlamentares, sob pena de incorrermos num crime.[130] Com as devidas responsabilidades assumidas, subimos às galerias da Sala das Sessões, sempre acompanhados pelo agente de autoridade. As Reuniões Plenárias dos deputados são o principal momento simbólico da representação política. Esse aspeto faz com que o Parlamento seja uma instituição altamente mediatizada e escrutinada na vida parlamentar portuguesa.[131]

Qualquer etnógrafo que acompanhe o dia-a-dia do Parlamento, e a cobertura mediática que dele se faz, rapidamente se depara com o facto de existir uma dissociação entre, por um lado, a imagem pública do Parlamento, transmitida através das sessões plenárias; e, por outro lado, a realidade concreta do trabalho quotidiano que ali se realiza, que acontece sobretudo em Comissões, Grupos de Trabalho e reuniões informais dentro e fora da instituição. Coloca-se, portanto, uma questão aparentemente simples, mas não menos intrigante: se o debate em Plenário ocupa uma pequena parte da semana parlamentar, e nele intervém somente uma minoria de deputados, por é este o espaço de debate com maior atenção mediática e ao qual se dá mais importância? Em termos analíticos, e seguindo Kertzer (1988), de que forma a ação ritualizada e pública se constitui como um processo cultural que permite aos representantes darem sentido ao mundo social em que se encontram co-implicados?

Na legislatura que acompanhei, o Parlamento português tinha sete partidos representados por 230 deputados de diferentes origens geográficas, convicções ideológicas e origens sociais, económicas e culturais. Nenhum partido tinha maioria absoluta. Nas eleições legislativas seguintes, em 2019, foram eleitos deputados de mais três partidos representados.[132] Como se garantia a estabilidade política neste contexto? Como era gerido o conflito, regulado e estabilizado, nomeadamente em momentos de maior mediatismo e conflitualidade? Que tipo de mecanismos garantiam o autodesignado "regular funcionamento das instituições" que os cidadãos não podiam perturbar? Ensaiar respostas para estas interrogações implicou ir para além dos textos,

[130] Segundo o Decreto-Lei n.º 48/95, artigo 333º e 334º, impedir o funcionamento da Assembleia por violência, ou ameaça de violência, tem associada uma pena de prisão até oito anos; a tumultos, desordem ou vozearia corresponde uma pena até três anos.

[131] Desenvolveu inclusive um canal de televisão próprio, equipado com oito *regies* técnicas, que transmitem oito canais em simultâneo, sendo igualmente filmada, fotografada e analisada por dezenas de jornalistas que diariamente cobrem os trabalhos.

[132] Designadamente os partidos "Iniciativa Liberal", "Livre" e "Chega".

documentos e regulamentos formais, colocando a ênfase no domínio das interações, dos discursos dos atores e das relações que estabelecem entre si.

*O Plenário enquanto ritual e ato de performance*

As Reuniões Plenárias são os únicos momentos da semana parlamentar em que todos os deputados devem estar presentes. Duzentas e trinta pessoas reúnem-se numa assembleia que tem a missão constitucional de formar uma "assembleia representativa da população portuguesa", filmada em vários planos e sob diversos ângulos. Talvez por isso, logo no início da legislatura numa das primeiras reuniões internas de um Grupo Parlamentar que pude observar, a pessoa que liderava o partido e a que presidia ao grupo tenham insistido que o grupo tinha uma, e apenas uma, regra sagrada e inviolável: só em circunstâncias de emergência se podia faltar às Reuniões Plenárias. Mas porque é que estas reuniões são tão importantes para as direções dos partidos, dos Grupos Parlamentares e para os próprios eleitos?

Para além de esses momentos, tanto em Portugal como por exemplo em França (Abélès 2006, p. 25) serem importantes para os parlamentares por demonstrarem uma imagem de assiduidade aos trabalhos parlamentares, há outros fatores de natureza mais substantiva que contribuem para a importância simbólica desse espaço. Para responder a essa questão é necessário analisar os debates que acontecem em Plenário como um ritual (Crewe, Müller 2006) e, simultaneamente, um ato de performance (Bauman, Briggs 1990). Os debates constituem-se como um ritual já que, como expliquei no Capítulo 2, qualquer comunidade (neste caso, a comunidade parlamentar) é formada a partir de rituais comuns e partilhados que criam e reforçam um sentido de coesão, capaz de superar as próprias clivagens entre os seus membros. Facto particularmente importante no contexto de uma instituição que tem como fundamento a institucionalização e regulação do conflito político.[133]

Paralelamente, as Reuniões Plenárias são também um *ato de performance*, que pode ser entendido a partir das características que também identifiquei no segundo capítulo da tese. As intervenções que aí ocorrem caracterizam-se como ações situadas, contextualmente definidas e socialmente constituídas. Através da performance parlamentar definem-se papéis, formas de expressão e ação simbolicamente significativas. Em suma, se a dimensão ritual é um dos elementos que garante estabilidade, rotina e previsibilidade, a performance amplia os campos de

[133] Os rituais, como demonstrou Geertz (1980), articulam a cultura e a política, dimensões que o autor considera serem inseparáveis. A realidade política é criada por significados simbólicos, e os rituais – com os seus objetos e símbolos significantes – constituem o processo cultural quotidiano que permite aos agentes atribuir um sentido comum ao mundo em que participam, ligando o passado, presente e futuro. Ora, como veremos, o Plenário enquanto ritual, produz uma série de efeitos sociais, políticos e culturais indispensáveis para a compreensão desta realidade institucional e, sobretudo, para a forma como a política é pensada neste órgão de soberania.

possibilidade para os atores, convocando a sua individualidade, particularidade, e dando importância ao não menos significativo caráter temporário, e por vezes efémero, da sua ação.

Várias pessoas que se estrearam no Parlamento falaram do seu confronto com a instituição, as suas regras, convenções e rotinas, tanto as escritas como as não escritas. Uma delas disse-me mesmo que se nota um "peso" da casa, "que tem tendência a esmagar um pouco quem entra". Por um lado, esta estrutura garante uma certa estabilidade e continuidade na instituição. Mas por outro lado, este "peso" é compensado pela participação e intervenção em Plenário que, enquanto *ato público de performance*, remete justamente para a agência, para o *self*, para a reflexividade e a singularidade de quem é eleito, enquanto sujeito que constrói cultura (Csordas 1995; Ortner 1984). Por outras palavras, a cultura parlamentar tem tanto uma dimensão de estabilidade e continuidade, como pode convidar a que seja reinventada por quem ocupa esse lugar em cada momento[134]. A forma como se "pensa a política" ou "se faz política" é, portanto, uma construção performativa, atualizada pela prática quotidiana, não constituindo "algo" que se lhes impõe inconscientemente ou acriticamente.

### *A dinâmica dramatúrgica do Plenário*

O Plenário é um palco marcado por regras, rotinas e convenções, formas institucionalizadas de se apresentar e comunicar. Essa comunicação é moldada em função de uma audiência que, como explicarei, é tanto presencial, como imaginada. O Plenário torna-se, portanto, um espaço ritual com uma imprescindível dimensão cénica, que fica bem expressa na forma como as deputadas e os deputados planeiam e executam uma apresentação de si (Goffman 1993) nos momentos de interação.

Numa ocasião em que acompanhei uma semana de trabalho de uma deputada, dirigi-me à entrada do Edifício Novo do Palácio de São Bento, onde fui recebido por um assessor do Grupo Parlamentar. Acompanhei-o até ao gabinete da deputada, onde se encontrava acompanhada por um assessor de imprensa. Cumprimentei ambos e sentei-me, enquanto eles continuavam a discutir. Em cima da mesa havia várias folhas, escritas a computador e anotadas à mão. Observei, nessa ocasião, a preparação da intervenção que a deputada iria fazer no Plenário do dia seguinte. Tudo era planeado ao milímetro: o assessor temático ia pesquisando no seu *tablet* dados e dando sugestões de conteúdos para o discurso; o assessor de imprensa trabalhava a forma como esses dados e ideias deviam ser apresentados e encadeados.

A deputada ia propondo algumas frases-chave, que considerava politicamente mais significativas, e que deveriam ser repetidas ao longo do discurso, sempre que terminava cada

[134] Nas palavras de um deputado, recentemente entrevistado pelo projeto *Os 230*: "Sempre tive mais a vontade de mudar a Assembleia, do que deixar que ela me mudasse muito a mim". Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=v0gXsm37sy4, minuto 1:43.

argumento. Os assessores não concordavam. O assessor de imprensa dizia que a frase devia ser mais forte, pronta a caber no título do vídeo do *Youtube*, que seria publicado nas redes sociais minutos depois da intervenção. O assessor temático tentava que a frase a destacar fosse maior, dando as informações que os jornalistas precisam para o *lead*: *quem*, *o quê*, *quando*, *onde* e *como.*[135]

Na cabeça dos três estava a preocupação de que a intervenção fosse eficaz sob vários pontos de vista. Primeiro, a deputada devia "falar para dentro", isto é, dialogando e dando sinais aos seus pares. Depois, a intervenção teria também que se dirigir ao Governo, indicando pontos de divergência e de convergência possível em relação ao assunto. Em terceiro lugar não podia esquecer a imprensa, intervindo de uma forma que fosse facilmente replicável numa peça jornalista escrita ou televisiva. Finalmente, tinha como público imaginado os eleitores do partido, que deviam sentir-se representados naquela intervenção, sem esquecer o potencial eleitorado que, mesmo não tendo votado no partido, poderia vir a fazê-lo no futuro.

A complexidade destes diferentes destinatários, tanto presenciais como mediados e imaginados, implicava um cuidado especial com o texto, mas igualmente com a cenografia do discurso. Por isso, os assessores indicavam à deputada quando fazer pausas ou ser mais incisiva, quais os momentos em que devia dirigir-se para a câmara, para além de dicas práticas, próprias da cenografia política. Discutiu-se que tipo de roupa usar e que cores e adereços favorecem a imagem; qual o penteado mais adequado; quando olhar para a câmara e não apenas para o papel; como se dirigir  para a bancada a que correspondem as suas críticas e aos aliados quando se refere ao trabalho comum a construir; como fazer pausa quando houver muitos apartes e comentários do Plenário, e como se sobrepor para não perder noção do *timing*; quais os "ganchos" irónicos a que deve recorrer para o caso de ser interrompida; como dar uma ênfase dramática à ideia central que se vai repetindo entre argumentos. Naquela meia hora de observação, assisti ao trabalho de preparação da encenação do discurso, plenamente executado no dia seguinte. No final deste processo, a deputada resumiu-me desta forma o que estava em causa naquele tipo de preparação:

[135] A sua estratégia de comunicação procurava inclusivamente adaptar-se à prática jornalista conhecida como "pirâmide invertida" (Shuman 2018) que, ainda com adaptações aos novos estilos de publicação e leitura *online*, se destaca pela prioridade dada à conclusão/ideia principal, e só depois ao conteúdo que a sustenta.

> Não é apenas importante quem fala, não é apenas importante a mensagem, é também o lugar de onde se fala, e é evidente que quando se fala em Plenário é diferente de estar a falar em Comissão. Enquanto em Comissão estamos todos sentados à volta de uma mesa, fala toda a gente sentada, no Plenário fala-se de pé, para já há aí uma diferença. É uma convenção, mas vale o que vale, nós também vivemos do valor simbólico das coisas e quando se trata de fazer intervenções que vão ao púlpito, até há uma deslocação do deputado do seu local habitual, do seu lugar físico para um outro local. Portanto eu acho que uma certa teatralização é natural, e também como há uma maior atenção da própria comunicação social e das pessoas através do próprio Canal Parlamento, é natural que as pessoas preparem com um pouco mais de cuidado – que também decorre da própria limitação temporal – para retirarem os efeitos. E numa comunicação não importa apenas a palavra, também há todo um jogo fisionómico, toda a linguagem gestual que também é importante. O timbre, o registo, o tom que é usado. Portanto tudo isso conta para conferir eficácia à mensagem.

A importância cénica do ritual de debate é tal que alguns deputados, sobretudo em momentos particularmente importantes, recorrem a agências de comunicação especializadas em comunicação política, que os auxiliam na preparação de debates, no trabalho de *packaging* da informação (Riesman 2001) e na articulação com jornalistas e com as redes sociais.[136]

Para quem chega, nem sempre é fácil a preparação para o debate Plenário. Como me contou uma nova deputada: "A primeira vez que vamos falar no Plenário é assim com um friozinho na barriga". E continua: "Eu não costumo falar de improviso no Plenário, é raro. Em termos da intervenção inicial prefiro pensar nela com cuidado, escrevê-la." É por isso que, como expliquei no início deste capítulo, uma das aprendizagens mediáticas mais importantes para os parlamentares é serem capazes de intervir sem ler, aumentando a eficácia comunicativa e mediática dos discursos. Só com treino se pode perder o "frio na barriga" de que falava esta deputada, passando das intervenções escritas (próprias da retórica de tribuna) para as intervenções improvisadas (própria da retórica de debate).

Ao observarmos o ritual do Plenário, percebemos que ali se conclui um longo trabalho de preparação ritual, que garante a dimensão espetacular do mundo parlamentar, no qual a performance, tal como num teatro, pode assumir um tom de tragédia, comédia, sátira ou melodrama. Cada intervenção implica a escolha certeira das palavras, dos gestos e das reações. O corpo fala, tanto quanto a palavra. E as palavras "fazem coisas", para além de dizerem coisas.

A "apresentação de si", numa Reunião Plenária, constitui um fator indispensável para a afirmação do capital político, tal como o descrevi anteriormente. Na Assembleia da República, só se é "membro da casa", isto é, realmente reconhecido enquanto parlamentar, depois da estreia em Plenário.[137] É por isso que apesar do debate em Plenário ser bastante vivo, por norma, quando

[136] Voltarei a este assunto com mais detalhe no Capítulo 11.

[137] A intervenção em Plenário enquanto ritual de iniciação parlamentar foi também identificado por Emma Crewe no caso da House of Lords (Crewe 2006).

quem se estreia intervém pela primeira vez, a sala faz mais silêncio e as interpelações são mais amigáveis. É um novo membro que está a ser acolhido.

Chamar a atenção para esta dimensão dramatúrgica do ritual do Plenário não significa considerar que tudo quanto ali acontece é "palco", "aparências" ou "simulacro".[138] O facto de o Plenário acentuar as diferenças, e não tanto as negociações que acontecem noutros espaços, não significa no primeiro o debate seja "falso", e nos segundos mais "verdadeiro". Na verdade, o Plenário tem uma dimensão tanto ritual como performativa porque é um espaço política, social, cultural e mediaticamente significativo. Como sugere Marc Abélès (2006, p. 30), assumir que num Parlamento a "forma" se pode dissociar do "conteúdo" disputado no debate seria sobrestimar o processo político que está na base do que designa como "ritual struggles". No Plenário há tanto de teatralização de posições, como de confrontação de pessoas que encarnaram intelectualmente formas distintas de compreender o mundo, a economia e a sociedade. Esses diferentes entendimentos são eminentemente conflituais. Esta é, aliás, como tentei argumentar nos primeiros capítulos, a característica central que faz desta uma assembleia eminentemente política.

A dimensão pública e dramatúrgica do Plenário faz com que este seja um espaço de grande importância no Parlamento. Uma das mais antigas assessoras da então Divisão de Apoio ao Plenário (DAPLEN) desenvolveu este argumento:

> Quem é que decide em último lugar? É sempre o Plenário. Se houver um recurso, alguma coisa a ser decidida, quem é que toma a decisão? É o Plenário. […] O que se fez nesta reforma do regimento [realizada em 2007] foi tornar o Plenário um espaço um pouco mais simpático para quem vê e quem ouve. Um espaço mais político. Deixar a parte da discussão política para o Plenário e aliviá-la um bocadinho da parte legislativa que muitas vezes não é compreensível pelos cidadãos. Mas repare, por alguma razão, quando há qualquer coisa nas Comissões que tem relevância, ela é avocada para Plenário. Porquê? Porque é um espaço muito mais relevante politicamente do que as Comissões. É mais mediático. [...] Em termos de discussão política é muito mais interessante porque o debate é mais político, é menos técnico e muito mais político.

Como se percebe, esta assessora estabelece uma diferenciação entre o que seria uma dimensão mais "política", que ocorreria no Plenário, e uma outra, "legislativa", que sucederia nas Comissões e Grupos de Trabalho. Evidentemente que a produção da legislação é um processo tão político como o debate que acontece em Plenário. Mas a diferença advogada pela assessora parlamentar revela, justamente, a importância distintiva do Plenário como o grande ritual público

[138] Abélès (2006) salienta, a este respeito, que contrariamente a Baudrillard ou a Habermas, a política não pode ser reduzida à sua comunicação, tornando-se necessário interpretar o que acontece no espaço político, a partir do ponto de vista dos seus atores, tendo em conta que o poder de expressão pública no Parlamento reside numa combinação do mandato de representação entre "falar com", "falar em nome de" e "falar por".

da política parlamentar, que se contrapõe a outro tipo de processos de natureza mais colegial, e que têm como objeto central a feitura do texto legislativo.

Com efeito, a reforma do regimento de que fala a assessora contribuiu para a imagem que hoje temos dos debates no Parlamento. Exemplo disso são os debates quinzenais, que aumentaram a presença do Primeiro-Ministro nas Reuniões Plenárias, nas quais responde diretamente a várias perguntas dos deputados[139]; e a crescente presença de Ministros e Secretários de Estado, impulsionados pelo novo "debate de atualidade".[140] Além disto, houve um grande aumento da cobertura mediática, seja por via da transmissão do Canal Parlamento em cabo e na internet, seja por via da cobertura jornalística, patente nas dezenas de jornalistas credenciados diariamente na Assembleia da República.

As múltiplas interações que ocorrem no Plenário atribuem-lhe, por um lado, uma certa flexibilidade, marcada pela improvisação e pela agilidade; mas, por outro lado, estruturam o que Collins (2004) designa por "cadeias de rituais", isto é, repetições de rituais no espaço e no tempo, entre um número alargado de indivíduos, que garantem previsibilidade, criam barreiras e símbolos de demarcação face ao exterior e implicam partilha emocional. Como veremos, esta previsibilidade produz um efeito social importante, ao congregar e regular o que a ideologia e o conflito tenderiam a separar e a dividir. Mas, antes de aí chegarmos, analisemos o cenário, o espaço e os atores que estruturam o ritual de debate.

*Cenário, espaços e atores de um ritual*

A dimensão pública e ritualizada do debate é garantida por uma arena para onde convergem todos os intervenientes: a Sala das Sessões. Para esta são convocadas todas as deputadas e todos os deputados, ao som de uma campainha estridente, que ecoa nos corredores do Piso 2 da Assembleia da República, acelerando o ritmo de todos os intervenientes. Das galerias da Sala das Sessões, onde o público pode assistir às sessões, temos uma visão de conjunto sobre um espaço repleto de pessoas, símbolos, figuras, tecnologias e interações, onde nada é casual ou arbitrário.

[139] É importante mencionar que em julho de 2020, foi aprovada uma proposta de revisão do Regimento da Assembleia da República que transformou os debates quinzenais em debates bimensais, o que terá implicações na dimensão mediática do debate Plenário.

[140] Em termos gerais, o número de presenças do Governo em Plenário aumentou em 19% entre o período 2000-2007 (pré-reforma) e o período 2007-2014 (pós-reforma) (Seguro 2015, p. 43).

Figura 6.2: Sala das Sessões durante o Plenário do Orçamento do Estado 2020
Fonte: André Pereira, 2020, Arquivo Fotográfico da Assembleia da República, GAR 00169/2020

A atual Sala das Sessões foi inaugurada em 1903 e projetada pelo arquiteto Ventura Terra, depois de um violento incêndio, ocorrido em 1895, ter destruído a anterior Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, projetada por Possidónio da Silva em 1834. Em termos arquitetónicos, entre as várias tipologias parlamentares, a Sala das Sessões apresenta uma planta semicircular, seguindo a tradição que se refere à antiguidade clássica e ao neoclassismo da Revolução Francesa e da subsequente Assembleia Nacional. Esta opção replica simbolicamente a forma arquitetónica por excelência adotada pelos Estados-nação recém-formados no século XIX (Vegt, Lara 2016).

A arquitetura não é dissociável dos efeitos que produz. Primeiro, ao replicar o estilo de semicírculo do teatro grego e romano, a forma escolhida incita a uma atuação política marcada pela teatralização que tenho vindo a descrever.[141] Ao congregar numa mesma bancada todas e todos deputados, independentemente das suas diferenças ideológicas, fortalece e enfatiza a unidade do corpo de representantes enquanto elite representativa, intensificando o efeito ritual de agregação. Finalmente, esta forma arquitetónica reforça a importância da diferenciação entre a Assembleia da República e o Governo, cujos membros se sentam de frente para o corpo de representantes, que têm a missão constitucional de escrutinar a sua ação.

A decoração deste espaço procura relacionar a instituição com uma determinada conceção da história portuguesa, da qual a Assembleia é supostamente herdeira, assim como a uma mitologia nacionalista da herança imperial portuguesa. Por cima da Mesa da Assembleia encontra-se uma grande luneta da autoria de Veloso Salgado, que representa as Cortes Constituintes que elaboraram a Constituição de 1822, simbolizando a continuidade histórica do

[141] Não por acaso, na entrada da Assembleia encontra-se uma homenagem a José Estevão Coelho de Magalhães na qualidade de "grande orador", enfatizando a dimensão cénico-teatral do debate político.

parlamentarismo português. Por cima desta, podemos observar escudos representativos dos distritos geográficos do país, que continuam a constituir os círculos eleitorais de referência, e logo por baixo, ao centro, uma grande estátua de Anjos Teixeira que simboliza a República com uma esfera armilar nas mãos, emblema da expansão marítima e imperial portuguesa. No teto encontram-se ainda três pinturas de Alves Cardoso que representam as Ciências, as Artes e a Indústria; a Pátria, a Paz e a Fortuna; o Comércio e a Agricultura.

À volta da câmara, junto do primeiro piso das galerias, podemos encontrar seis estátuas de gesso, que procuram representar a *Constituição*, a *Lei*, a *Jurisprudência*, a *Eloquência*, a *Justiça* e a *Diplomacia*. Estas figuras ilustram os primados do Parlamento: o poder legislativo, o debate político e a representação política. Estas figuras têm um significado importante e podem até ser evocadas nos próprios discursos parlamentares. Num dos primeiros debates da legislatura que analisei, Pedro Filipe Soares, presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na sessão de 24 de Outubro de 2015, justificava assim o seu argumento sobre a formação do Governo:

> Esta sala diz muito e explica bem como está sobre os nossos ombros uma enorme responsabilidade. Olhando até para as estátuas que aqui estão nesta sala vemos que, em primeiro lugar, está representada a Constituição e a Lei, e depois a Jurisprudência, a Eloquência, a Justiça e a Diplomacia. E porque é de democracia que falamos em cada uma das nossas escolhas, em democracia mandam os votos e não as tradições.
>
> Vozes do BE: — Muito bem!
>
> O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Não há nenhuma destas estátuas que seja dedicada às tradições parlamentares. Aplausos do BE e do PS"[142]

O deputado utilizou a simbologia representada por estas estátuas para justificar um acontecimento inédito na política portuguesa: pela primeira vez, quem formaria Governo seria o partido que ficou em segundo lugar nas eleições legislativas, por ser quem, entre a totalidade dos deputados, reunia uma maioria para sustentar a sua nomeação. Os partidos da direita, designadamente PSD e CDS-PP, opunham-se a esta escolha, argumentando que na tradição parlamentar nunca tinha sucedido um caso semelhante, sendo sempre o partido mais votado a formar Governo. O deputado de esquerda, por seu turno, usava a própria simbologia do espaço para argumentar que a "tradição" nunca foi um dos valores de referência do parlamentarismo. Assim, se a Constituição permitia a formação do novo Governo, eram as diretivas constitucionais e não a tradição parlamentar, a definir a ação e a orientação dos eleitos.

[142] Diário da Assembleia da República, I Série, Número 1, XIII Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (2015-2016), Reunião Plenária de 23 de outubro de 2015.

Para além da simbologia do espaço, também a organização humana não é aleatória. A definição de quem ocupa cada lugar, e porquê, obedece a diferentes critérios. Primeiro, relaciona-se com a autoridade que os deputados possuem, pelo facto de pertencerem aos órgãos de direção da própria Assembleia da República. Em segundo lugar, diz respeito ao posicionamento partidário, político e ideológico de cada partido. Finalmente, está ligado ao lugar que cada deputado e cada deputada ocupa nas hierarquias internas dos Grupos Parlamentares.

No que diz respeito ao primeiro fator, no lugar de superioridade e autoridade está a tribuna presidencial, destinada aos parlamentares que fazem parte da Presidência da Assembleia da República.

Figura 6.3: Tribuna presidencial
Fonte: João Mineiro

O cadeirão central, mais elevado que os restantes, é ocupado pelo Presidente da Assembleia da República, segunda figura do Estado português. Para ser eleito, o Presidente tem de recolher dois terços de votos pelos deputados. O seu papel moderador exige uma legitimidade reconhecida. O Presidente coordena, antecipa e dirige os trabalhos parlamentares, além de superintender a administração, os serviços da Assembleia e as forças de segurança. Ao seu lado encontram-se deputados que são também secretários, vice-secretários ou vice-presidentes. Imediatamente abaixo encontra-se a *tribuna dos oradores*, ou o "púlpito", como é conhecido na gíria parlamentar.

Figura 6.4 e 6.5: Tribuna dos oradores

Fonte: João Mineiro

As intervenções feitas nesta tribuna assumem um significado especial. Primeiro, porque o deputado fala numa posição arquitetonicamente mais elevada e de frente para os seus pares. Depois, porque são intervenções com mais tempo disponível, que marcam a agenda do dia, sobre a qual os restantes Grupos Parlamentares se devem pronunciar.[143] Nessas ocasiões os deputados leem pausadamente as suas declarações, que os assessores de imprensa ao mesmo tempo entregam aos jornalistas, mostrando-se disponíveis para esclarecimentos adicionais. A estas intervenções sucedem-se "pedidos de esclarecimento", solicitados pelos Grupos Parlamentares. Nesta fase, a resposta tem de ser agilmente improvisada em função das perguntas que lhe são dirigidas. Por baixo da tribuna dos oradores, e de frente para o semicírculo dos deputados, encontra-se a *bancada do governo*, que pode estar mais ou menos ocupada consoante o tipo de debates que marcam o dia.

Figura 6.6: Debate de Orçamento de Estado na Sala das Sessões

Fonte: João Mineiro

[143] Geralmente a tribuna é usada para declarações políticas, apresentação de projetos de lei, de resolução ou de deliberação.

Quando todo o Governo é convocado, como nos debates quinzenais ou do Estado da Nação, o Primeiro-Ministro ocupa o centro da bancada e ao seu lado devem constar os Ministros ou Secretários de Estado das pastas consideradas mais importantes pelo executivo.[144]

Estes três níveis – a Presidência, a Tribuna do Orador e a bancada do Governo – têm uma importância particular no ritual do plenário. A presidência representa autoridade interna da instituição. O orador simboliza o poder do parlamentar. O Governo apresenta-se como órgão de soberania a ser escrutinado. Mas no hemiciclo jogam-se outros dois fatores de diferenciação interna, já que a ocupação dos lugares pelos deputados não é nem aleatória, nem desinteressada.

Da esquerda para a direita, os Grupos Parlamentares ocupam o semicírculo consoante a sua identidade ideológica, ainda que tal não signifique que todos se deem como satisfeitos por terem à sua esquerda ou à sua direita determinados partidos concorrentes.[145] Além desta distribuição horizontal, há também uma distribuição vertical dos lugares, que reflete as hierarquias internas. A primeiras filas são em regra ocupadas pelos membros das direções dos Grupos Parlamentares e por dirigentes com maior responsabilidade no partido. Geralmente é aqui que se concentra o núcleo que conduz politicamente o Grupo Parlamentar, e que mais atento está ao desenrolar dos trabalhos. Este conjunto de deputados tem um papel particularmente importante na dramaturgia do ritual. Por um lado, apoiam quem intervém, "puxando" por palmas, proferindo apartes que reforçam a posição expressa ou criticando a posição e os comentários dos adversários; por outro lado, garantem a confiança de quem intervém, evocando a unidade partidária e o antagonismo. Finalmente, reforçam a energia emocional do grupo, fundamental para a coesão de qualquer ritual (Durkheim 2002; Collins 2004), e que é crucial para a dialética dramatúrgica do debate.

Atrás destas primeiras filas encontra-se um conjunto de deputados com posições hierárquicas intermédias nos seus grupos. São o que, na gíria parlamentar e jornalística, se designa por "segundas, terceiras e quartas linhas" dos partidos. Estes deputados devem estar com especial

[144] Por norma os lugares centrais são condicionados pelas hierarquias próprias do mundo político. No XXI Governo Constitucional (2015-2019) o Primeiro-Ministro costumava ter à sua esquerda o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Ministro das Finanças; à sua direita o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares e a Ministra da Presidência.

[145] Uma das histórias mais conhecidas no Parlamento é o momento em que dois deputados do recém-formado Bloco de Esquerda (1999) reivindicam a ocupação dos lugares mais à esquerda do hemiciclo, exigência que não gerou consenso, tendo estes acabado assistido a várias sessões de pé, até os lugares lhes serem atribuídos. Na XIII Legislatura a eleição do primeiro deputado pelo PAN suscitou debate semelhante, com o deputado a propor ocupar um lugar ao centro do Hemiciclo e na primeira fila. A primeira exigência foi correspondida, dada a natureza ideológica do partido, mas a segunda foi recusada, porque o deputado não pertencia a nenhum Grupo Parlamentar, sendo-lhe atribuído um lugar na terceira fila. Na XIV legislatura a entrada de novos partidos também não suscitou consenso quanto aos lugares ocupados. Alguns partidos, como o Chega, revindicaram um lugar nas primeiras filas, que não lhes foi concedido por não terem Grupo Parlamentar; o partido Iniciativa Liberal protestou por ter sido colocado entre os partidos de direita PSD e CDS-PP e não no centro do hemiciclo que considerava ser o seu lugar em termos ideológicos.

atenção ao debate, apoiando a intervenção do grupo, mas não têm a mesma obrigação de envolvimento no debate, podendo estar concentrados na realização de outras tarefas.

O cenário não ficaria completo sem outros dois protagonistas. O primeiro é composto por funcionários parlamentares que garantem o funcionamento de toda a sessão: procuram informação que lhes seja solicitada, esclarecem dúvidas no momento, dão apoio técnico e audiovisual e até levam copos de água aos deputados, sempre que eles ligam para a extensão telefónica cujo número está escrito num papel colado em cada lugar do hemiciclo. Por exemplo, no centro físico do Plenário, numa pequena mesa, encontram-se dois funcionários da Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual, que tomam nota de todos os apartes e comentários feitos pelos deputados durante a sessão de debate. Os funcionários fazem turnos de 15 minutos, dirigindo-se depois para o seu gabinete onde transcrevem integralmente o que foi dito e acrescentam à transcrição das intervenções, os comentários e apartes que registaram na sessão. A transcrição integral do debate é depois publicada na I Série do *Diário da Assembleia da República*.[146]

Figura 6.7: Bancada dos jornalistas na Sala das Sessões
Fonte: João Mineiro

Também os jornalistas são protagonistas do Plenário, encontrando-se numa bancada própria, do lado esquerdo da Sala. Numa ocasião em que acompanhei o trabalho de uma destas jornalistas, o espaço estava lotado e esta explicou-me que este era um espaço altamente disputado, sobretudo entre "jornalistas parlamentares", que estão permanentemente na instituição, e um outro conjunto de jornalistas temáticos (de economia, finanças, educação, etc.), que se dirigem ao Parlamento para cobrir um tema específico.

[146] Este é um dado interessante que contrasta com o Parlamento britânico onde os apartes não são transcritos, e o próprio discurso é transformado quando a transcrição é feita, para ser mais cuidado e corrigir gralhas ou formas de linguagem menos apropriadas (Crewe 2006, p. 92).

Desta forma, e resumindo as características dramatúrgicas deste espaço, o Plenário assemelha-se a um teatro em vários sentidos: tem uma frente de cena (representada pelo púlpito, pela tribuna dos oradores e pela bancada dos deputados) e os respetivos camarins (as galerias dos cidadãos e da imprensa); é um espetáculo que tanto envolve quem intervêm em primeiro plano, como quem está sentado, que igualmente expressa gestos, rumores, risos e apartes; e finalmente, os jornalistas e convidados externos são espectadores *ao vivo,* que materializam o princípio da publicidade dos debates. É à sua frente que a representação da Nação é posta em cena. Desta forma, como também salienta Abélès (2000, p. 228) "o hemiciclo é inquestionavelmente o local para um espetáculo", ainda que, como se referiu, a forma do espetáculo nunca possa ser efetivamente dissociada do conteúdo politicamente disputado que define as interações políticas.

*A dialética do debate parlamentar*

No início do ano de 2018, acompanhei a visita de uma escola secundária em visita ao Parlamento. De manhã tivemos uma visita guiada coordenada por uma técnica de relações públicas da Assembleia, a alguns dos espaços mais emblemáticos – Escadaria Nobre, Sala das Sessões, Sala do Senado, Passos Perdidos ou o Salão Nobre.

Figura 6.8: Visita de estudo ao Parlamento
Fonte: João Mineiro

Os alunos gostaram da visita e de conhecer os "bastidores", mas o plano da tarde era aquele por que todas e todos esperavam: assistir a uma Sessão Plenária da Assembleia da República. Quando nos sentámos nas galerias o debate já estava a decorrer. Todo o grupo fez silêncio, não por causas das regras de que tinham sido informados pelo agente da PSP, mas pela surpresa que sentiram quando viram ao vivo aquela sala, repleta de pessoas que só conheciam através da televisão. À medida que o tempo foi passando, fui conversando com professores e alunos à minha

volta, e percebi que o fascínio rapidamente resvalou para o ceticismo. “Eles não se respeitam”, “Não se ouvem uns aos outros”, “Muitos nem querem saber”, comentaram alguns dos jovens. Os professores encolhem os ombros, sem saberem o que responder.

O debate prosseguia com intervenções que não suscitavam um ambiente muito entusiasmante; enquanto alguns parlamentares discursavam, outros conversavam, trabalhavam nos computadores, saíam e entravam na sala. Professores e alunos estavam a ficar impacientes: “Estão ali a encher chouriços”, dizia um professor, enquanto os alunos riam. Sem os seus telemóveis, os alunos começaram a conversar uns com os outros, perante o olhar inquieto dos professores, e a postura vigilante do agente da PSP. Até que, depois de uma intervenção política mais contundente, se sucedem os pedidos de esclarecimento e o debate se torna mais aguerrido. Os apartes faziam eco na sala, as palmas davam mais emoção à discussão. Os jovens, antes aborrecidos com a sessão, voltavam a entusiasmar-se. Uma professora ao meu lado dizia-me, a sorrir de entusiasmo: “Isto está a aquecer! Isto está a aquecer!”.

Terminada a sessão, enquanto descíamos a escada, um dos alunos comentou comigo que ficou muito desiludido e não sabia o que pensar. Disse ter gostado da experiência, mas “ninguém se ouvia”, “era só barulho” e “parecia que ninguém se respeitava”. Essa interpretação foi partilhada por vários colegas dias depois, quando entregaram às professoras um relatório da visita.

> De tarde regressámos para assistir a uma sessão plenária. Foi também interessante observar o dinamismo destas sessões, como é que funcionam as intervenções das várias bancadas. Ficámos um pouco desiludidos com a forma com os deputados assistem à sessão, pois a ideia que tínhamos era que apesar de ser um local de discussão, era um local de silêncio e de respeito, em que as ideias de cada deputado seriam ouvidas e respeitadas, o que acabou por não acontecer (Enxerto do relatório da visita escrito por duas alunas e um aluno do 12º ano de escolaridade)

> À tarde assistimos a uma sessão plenária, onde cada deputado de cada bancada usava da palavra e era controlado, no tempo, pelo presidente da Assembleia, Dr. Ferro Rodrigues. Apesar de acharmos interessante o debate, ficámos surpreendidos com a pouca atenção que os deputados prestavam uns aos outros quando falavam. Em algumas alturas parecia-nos que estavam a falar para ninguém! Isto surpreendeu-nos porque pensávamos que era suposto eles ouvirem-se uns aos outros. (Enxerto do relatório da visita escrito por duas alunas do 12º ano de escolaridade)

A visita destes jovens ao Parlamento, e a reflexão posterior sobre o que ali assistiram, revelava uma interessante contradição. Se, por um lado, se sentiam aborrecidos e desinteressados quando o debate era calmo e não suscitava tensão, por outro achavam que o debate mais vivo era uma “falta de respeito” porque ninguém se ouvia. Quando o debate estava sereno, queriam vivacidade; quando o debate estava vivo, queriam tranquilidade. Na prática, os jovens entusiasmaram-se com os momentos de maior vivacidade do debate, mas ao mesmo tempo, quando refletiam *a posteriori* sobre a sessão, revelaram-se céticos porque a Assembleia devia ser

um lugar de "silêncio" e "respeito". Maria, uma deputada há vários anos na instituição, falou-me precisamente destas contradições:

> É injusto muitas vezes as pessoas não terem a perceção do que é o funcionamento de um Plenário, por exemplo. Às vezes vou a escolas que vieram à Assembleia da República, estiveram nas galerias a assistir aos debates. Então [as] queixas que os professores dos alunos nos fazem é: "Aí que deceção, nós chegámos lá e os deputados uns a falar, outros andavam por ali…" Mas o problema é que isso é a forma normal de funcionamento de um Parlamento. É que muitas pessoas não têm a perceção que uma sala de um Plenário de um Parlamento não é uma sala de aula, nem é um centro de conferências. Tem esta dinâmica própria de trabalho: uns estão a falar, outros estão a negociar, outros estão ao telefone a pedir documentos, outros estão no computador. Isso é perfeitamente normal, qualquer Parlamento funciona assim.

Há efetivamente uma contradição na gestão dramatúrgica que decorre do facto da teatralização do debate ser feita à mais medida da transmissão televisa do que do público presencial.[147] No caso da Assembleia da República, o barulho das conversas que se ouve na Sala das Sessões não é captável nas filmagens, mas pode ser estranho para quem, habituado às transmissões televisivas, se confronta pela primeira vez com o debate ao vivo. As galerias, para todos os efeitos, são parte do cenário televisivo.[148] Em suma, a importância da teatralização do debate, que, como expliquei, é o fundamento político da arena parlamentar, parece entrar em contradição com a imagem projetada dos visitantes, que esperam encontrar um tipo de debate que, na verdade, está reservado aos espaços menos mediáticos, mais especializados e colegiais de que falarei no próximo capítulo.

Em Plenário, o debate pode ser mais tranquilo ou mais confuso, mais protocolar ou mais improvisado. Na sala, os deputados não estão todos sentados, em silêncio, como se fosse uma "sala de aulas" ou um "centro de conferências", como aludiu a deputada no excerto anterior. Pelo contrário, uns falam, outros estão a negociar; uns, ao telefone a pedir documentos, outros

[147] Este é um problema transversal a vários tipos de instituições e espetáculos. Frederico Ágoas e Pedro David Gomes (2011) mostram-nos, por exemplo, que a forma como os estádios de futebol contemporâneos foram pensados tinha mais em conta os espetadores televisivos, que o seu público presencial. O estádio devia produzir espacialmente a respeitabilidade e a dignidade capaz de tornar o jogo adequadamente televisionável, sendo o público ao vivo mais um dos atores para o público à distância que acompanha os eventos. A este respeito, aliás, os autores relembram uma frase do arquiteto Souto Moura particularmente significativa, por altura da construção do Estádio de Braga: "Eu deduzi, não percebendo muito de futebol, que tinha de fazer um palco verde para 22 pessoas mais três árbitros, com 105 câmaras a filmar, para ser transmitido para todo o mundo e cujo direitos são de milhões de contos. O que eu tinha de fazer era um estúdio de televisão." (cit. por Ágoas, Gomes 2011, p. 191).

[148] Neste espaço, aliás, há uma ilusão de ruído. Ouve-se todo o burburinho das mais de 300 pessoas presentes, impossibilitando por vezes a audição do orador. Mas no lugar de cada deputado há uma coluna que transmite individualmente o microfone de quem fala, tornando a audição possível para os parlamentares, mesmo que nas galerias disso não se tenha consciência.

respondem a *emails* ou a mensagens no *WhatsApp*; uns entram, outros saem; uns debatem diretamente, outros trocam mensagens sobre o decurso do debate. Para alguns deputados é um dos momentos mais relevantes da vida parlamentar, para outros retira-lhes tempo para se dedicarem a tarefas mais especializadas. É simultaneamente um espaço de formalidade, etiqueta, protocolo, confusão, mistifório e entusiasmo. Um local solene, mas onde se pode perder o controlo; onde há excessos e se sobe o tom de voz até o Presidente chamar a atenção.

Assumindo uma dinâmica presencial e não-presencial, o debate em Plenário implica que se fale para os pares, isto é, para dentro da instituição; e também para fora, para um público que não está fisicamente na sala, mas a quem se pode chegar por via das televisões, rádios, jornais, *Canal Parlamento*, redes sociais *online*, etc. Este "jogo duplo", como lhe chama Bourdieu (2011c), entre *falar para dentro* e para *fora* do campo político, requer um engenho que é fundamental à afirmação política e mediática dos representantes e que expressa de forma significativa de um ponto de vista ritual. Como diz Foucault (2009, p. 37–38), "o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo do diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia, suposta ou imposta, das palavras, o seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites do seu valor constrangedor".

A dialética do ritual assenta em palavras e em argumentos, tanto como nos corpos e na linguagem não-verbal. Os discursos, e a forma como são expressos, não são somente instrumentos de influência sobre o exercício do poder, são eles próprios mecanismos de produção do poder. É por isso que se exige a quem ingressa no campo parlamentar que desenvolva capacidades como o domínio e manipulação de dois tipos específicos de retórica política: a *retórica de tribuna* e a *retórica do debate*. A primeira é mais comum nos discursos da tribuna dos oradores, que, como vimos, são pensados, trabalhados e marcados por regras que procuram comunicar com diferentes audiências; a segunda remete para um debate vivo, improvisado, que acontece no hemiciclo e onde a agilidade discursiva é fundamental.[149]

Assim, o discurso deve ser proferido numa linguagem coloquial, espontânea e desprendida, capaz de entusiasmar os jornalistas, oferecendo-lhes uma declaração na forma ideal para ser convertida numa notícia ou numa filmagem. Num debate político, nada é tão bem programado como a espontaneidade.

Um dos líderes parlamentares dizia-me, a este respeito, que era essencial que os representantes parlamentares entendessem o que designava por "dialética do debate parlamentar", isto é, a arte de debate e de negociação, de conflito e de consenso, atravessada por rituais,

[149] Estas duas derivações da retórica política que podemos identificar no campo português já haviam sido identificadas no campo político francês por Pierre Bourdieu (2011c).

improvisos, empatia e posicionamentos variáveis. Para compreender essa "dialética" é preciso ter em conta que o discurso político é baseado numa dinâmica relacional de posicionamentos, o que Bourdieu designa de "sistema de desvios", em que "a produção de tomadas de posição depende do sistema de tomadas de posição propostas em concorrência pelo conjunto dos partidos antagonistas, quer dizer, da problemática política como campo de possibilidade estratégicas objetivamente oferecidas à escolha dos agentes em forma de posições efectivamente ocupadas e das tomadas de posição efectivamente propostas no campo" (Bourdieu 2011c, p. 183). No debate parlamentar, não há posições políticas expressas que não sejam relacionais, isto é, que não se posicionem perante o sistema de posições previsíveis dos outros partidos ou até dos precedentes da instituição. Além de que não há discursos e intervenções desligados de dinâmicas conflituais, políticas e sociais, que se sentem dentro e fora da instituição.

Apesar de o Plenário decorrer regra geral com bastante cordialidade, também pode ser marcado por momentos de acrimónia e conflito. Sem estes momentos o Parlamento não poderia ser a expressão de interesses contraditórios e divergentes. E o conflito manifesta-se de muitas formas. A mais comum e inofensiva é recorrer a apartes, onde se repudia a forma ou o conteúdo da intervenção do adversário. Uma deputada dizia-me mesmo que os apartes "são impossíveis de controlar"; o debate é tão intenso que "não se consegue ficar indiferente". "Há quem consiga", diz-nos, "mas acho que também é humano que às vezes nos saia qualquer coisa mais viva [risos]". Outra forma de protesto pode passar por pedir ao Presidente da Assembleia da República a palavra para uma "defesa da honra". Estas defesas da honra transformam-se muitas vezes em ataques aos adversários e são uma forma de continuação do debate por outros meios.

Os sinais de maior conflito e protesto acontecem quando os deputados batem fortemente nas mesas. O som ouve-se por toda a câmara, impede a audição dos oradores e simboliza o protesto veemente com a forma ou conteúdo de uma intervenção adversária. Geralmente, o som pesado do protesto tem como objetivo forçar o Presidente da Assembleia a intervir e solicitar ao deputado mais moderação na sua intervenção. Nas várias ocasiões em que assisti a estes protestos, o Presidente tentou acalmar os ânimos com bom humor, pedindo aos deputados que "não se vinguem na mobília". Uns riem, outros não, mas o debate prossegue.

## O ritual e os seus efeitos

Tenho vindo a observar que as reuniões em Plenário são por excelência momentos rituais da instituição parlamentar. Para Emma Crewe (2015a) o que distingue estes momentos dos ritmos e das rotinas quotidianos é o significado social e cultural desses encontros padronizados e os efeitos concretos que produzem. Nesta investigação percebi que além do acesso e a adaptação ao campo

parlamentar serem social e culturalmente circunscritos (temas desenvolvidos no capítulo anterior), também o processo de transição de "cidadão" para "representante parlamentar" é marcado por um conjunto de aprendizagens que remetem para um entendimento partilhado do que significa "fazer política". Ao longo do tempo, as pessoas eleitas adquirem um conjunto de competências que têm como objetivo a sua inserção e adaptação à instituição, sendo a participação no ritual do Plenário um dos momentos mais importantes desse processo. Porquê? Qual o significado social e cultural e que efeitos produzem as interações rituais que nele acontecem?

Em primeiro lugar, o ritual do Plenário constitui-se como um *processo de legitimação da representação política*. Como mostrei no Capítulo 1, o fundamento do Parlamento é a representação política, só que para que esta ocorra não basta haver "quem represente" e "quem seja representado": é necessário, também, que exista "algo" ou "alguém" a quem a essa representação se dirija. Historicamente essa terceira entidade era o Rei, mas, na sua ausência, a quem se dirigem os representantes? É neste aspeto que o ritual do Plenário produz o seu primeiro efeito social.

No Plenário, os deputados não falam apenas "em nome" de quem os elegeu, trazendo à presença aqueles que representam, por via da substituição da sua voz. Na verdade, eles falam perante uma *comunidade imaginada de representáveis*. Desta forma, quando em Plenário se faz referência aos "cidadãos", ao "povo", às "pessoas", aos "contribuintes", aos "desempregados", aos "portugueses", aos "jovens", aos "idosos", aos "mais fracos", aos "estudantes", aos "emigrantes", entre outras entidades coletivas, as deputadas e os deputados não estão a pensar na totalidade destes "agregados", ou em quem os elegeu, mas sobretudo em todas as pessoas que imaginam poder estar a representar com a sua voz, as ideias, as suas propostas e a sua presença.

Como não há palco sem público, nem atuação sem audiência, a teatralização do ritual do Plenário proporciona às deputadas e aos deputados um público imaginado, que a sua voz, as suas ideias e a sua presença têm a responsabilidade de representar. É isso que politicamente os *legitima* e, sobretudo, que os *distingue*. É por referência a um *universo político de representáveis* que o corpo de representantes se reconhece enquanto protagonista privilegiado da política. Essa legitimação necessita, portanto, de uma dimensão cénica, teatral e dramatúrgica. Mais do que debater *em nome de*, é necessário discutir para *dar a ver*. O ritual é significativo porque é através dele que o corpo de representantes se *dá a ver*, perante uma *comunidade imaginada de representáveis*. Ora, neste sentido, o Plenário expressa, como mais nenhum outro ritual, a produção de uma distinção não apenas entre "representantes" e "representados", mas sobretudo entre "representantes" e "representáveis". Assim, é um ritual de expressão dramática, que procura comunicar e dar a conhecer uma mensagem política dirigida a essa mesma "comunidade", conferindo legitimidade a quem a enuncia.

Um segundo aspeto é que o ritual do Plenário é a expressão concreta da *pluralidade política*. A Assembleia da República é o único órgão de soberania eleito diretamente e que é política e

ideologicamente plural. Na Assembleia estão representantes de diversos partidos, correntes políticas e de opinião, interesses locais, regionais ou setoriais. Porém, em política a representação é indissociável da esfera pública, nunca pode ser um assunto privado (Schmitt 2013). Neste sentido, a Assembleia da República legitima o corpo de representantes na medida em que este se apresente perante a comunidade através de um conjunto de rituais de debate públicos. Sendo um órgão eleito por sufrágio direto e marcado pela pluralidade, tem de conseguir espelhar e publicitar as diferenças e os debates em que sedimentam as diferentes alternativas. Daí a importância da dimensão cénica do Plenário ao garantir que a maioria dos cidadãos é confrontada com as especificidades políticas, ideológicas e estratégicas de cada partido e de cada deputado eleito. O exercício público da política é teatralizado porque os seus membros encenam diante da comunidade o debate das diferenças, das divergências e das escolhas.

É por isso que, para quem está por dentro do processo político, muitos dos debates sejam importantes encenações para o exterior, mas com pouca relevância interna. Um dos exemplos mais paradigmáticos que observei deu-se num debate quinzenal com o Primeiro-Ministro. O debate em Plenário, a propósito de uma discussão sobre o Orçamento de Estado, foi marcado por grande tensão entre os líderes partidários. No entanto, quando terminou o debate, o Primeiro-Ministro foi filmado a conversar nos Passos Perdidos com um deputado de um Grupo Parlamentar que podia vir a aprovar o orçamento. A especulação mediática era evidente: estavam a resolver no corredor uma divergência que se manifestou na discussão em Plenário. Nada mais errado, uma vez que essas divergências estavam plenamente resolvidas; os interlocutores sabiam já das conclusões e consensos a que se chegaria. Aqueles dois políticos discutiam um outro tema, que só iria manifestar-se várias semanas depois. Como me disse o deputado interlocutor nesse debate:

> [O Plenário serve para] tornar claras as diferenças, entre os pares e para o público. As pessoas têm que conhecer quais as diferenças entre os partidos e o Plenário serve para isso, para que as diferenças fiquem bem à vista. Uma negociação não é para acentuar as diferenças, é para procurar os pontos de convergência. O debate em Plenário tem uma função diferente da função negocial, mas isso não quer dizer que seja falso, nenhuma delas é falsa. Ambas são verdadeiras: uma é o enunciado das diferenças e outra é o esforço de aproximação.

Nesta ocasião, o Plenário não foi o lugar onde a negociação esteve realmente a acontecer. O debate em que se empenhavam teve como propósito principal mostrar publicamente que, apesar dos consensos que se tornariam públicos dias depois, as posições de partida dos partidos eram distintas e conflituais e que a Assembleia deve ser o espaço da representação pública, com a maior eficácia comunicativa que consigam alcançar.

Em terceiro lugar, o ritual operacionaliza a *dimensão relacional* da política. Como defendi anteriormente, o Parlamento é útil para pensar a política, não por ser o lugar onde ela naturalmente ocorre, mas por cristalizar, em si mesmo, uma tensão entre conflito e consenso, que decorre da

dimensão iminentemente relacional e conflitual da política. É certo que a pluralidade e as contradições fazem parte de qualquer comunidade. Os Nuer estudados por Evans-Pritchard (1956), por exemplo, pertenciam a coletividades que se consideravam superiores umas às outras. Cada uma delas estava dividida em clãs com um antepassado comum, que eram depois compostas por linhagens, sendo estas o principal o fator de identificação. No entanto, quando uma coletividade era ameaçada por outra, as linhagens e os clãs unificavam-se. E se os Nuer eram ameaçados por outra nação, todos os segmentos se uniam contra o inimigo. Segundo Emma Crewe (2015a, p. 63) é exatamente o mesmo que acontece com a "tribo parlamentar de Westminster" (Crewe, 2004). Os deputados pertencem a partidos quando estão na Câmara, e a fações quando estão no bar. Não há apenas dois aliados a escolher, mas uma multiplicidade.

O ritual do Plenário tem, portanto, mais este efeito social: ilustra a dimensão relacional do conflito que marca a política. As posições expressas no Parlamento não se dissociam dos sistemas de tomadas de posição concorrentes e/ou antagónicas. Cada juízo expresso depende das posições que antecipam dos adversários, dos precedentes da instituição e das dinâmicas conflituais que se expressam dentro e fora dessa instituição.[150]

Um quarto efeito é o de que o ritual de representação *congrega e une* o que a ideologia e as diferenças sociais dividem e separam. No capítulo anterior tive oportunidade de mostrar que o campo parlamentar é marcado por uma ampla diversidade político-ideológica, mas também por outros fatores de diferenciação social que se traduzem em distintas maneiras de interpretar subjetivamente o trabalho parlamentar. Assim, para além de legitimar o corpo de representantes, e expressar a dimensão relacional da política, o ritual do Plenário é também determinante para agregar e unificar aquilo que a ideologia e as diferenças sociais tenderiam a dividir e a separar. De que modo? Primeiro, a arquitetura da própria Assembleia unifica o corpo de representantes, agrupando-o em semicírculo e separando-o espacialmente do Governo a ser escrutinado. Depois, a formalidade e a codificação da linguagem, do vestuário e das formas de tratamento entre pares ajudam a estruturar um sentimento de pertença comum. Finalmente, as próprias relações que o ritual proporciona ajudam a fomentar o que um deputado designou de "lealdade parlamentar". Como sintetiza Goffman (1993, p. 104–105): "Nas organizações sociais alargadas, os indivíduos de determinada categoria formam um conjunto pelo facto de terem que cooperar na manutenção da definição da situação frente aos que se encontram acima ou abaixo deles próprios. Assim, um conjunto de indivíduos, que poderão ser diferentes sob numerosos aspectos e, por conseguinte, desejar manter certas distâncias sociais entre si, acabam por se descobrir numa relação de

[150] Um exemplo interessante deste aspeto foi-me dado por um dos deputados quando me dizia que no Parlamento seria impossível que as propostas fossem apresentadas sem a indicação do partido proponente uma vez que a avaliação do conteúdo, sem ter em conta o proponente, introduziria uma dimensão de potencial imprevisibilidade já que não tomaria em conta o sistema relacional que marca as tomadas de posição e que, neste sentido, garante certeza e segurança no processo de decisão.

familiaridade forçada, característica de companheiros de equipa que encenam uma representação."

Desta forma, em quinto lugar, o ritual do Plenário contribui para a institucionalização, despersonalização e regulação do conflito político. Para que o efeito anterior seja socialmente eficaz, o ritual de debate tem de garantir a exposição das diferenças, mas também a sua regulação. O ritual do Plenário constitui uma forma de institucionalização, despersonalização e regulação do conflito. Institucionalização, na medida em que o conflito político, sendo essencial, não pode colocar em causa os próprios termos em que pode ser expresso. Seguimos aqui explicitamente a abordagem goffmaniana, quando argumenta: "Pode estabelecer-se deliberadamente uma interacção como quadro temporal e espacial da expressão de opiniões diferentes, mas em tais casos os participantes têm de acordar entre si cuidadosamente não infringirem o tom de voz, vocabulário e grau de seriedade em que devem ser expressos todos os argumentos e definirem as regras de respeito mútuo que os participantes em desacordo deverão continuar a manifestar entre eles" (Goffman 1993, p. 21). O Plenário é essa interação privilegiada onde o conflito pode e deve ser expresso, mas sem colocar em causa os seus próprios termos. O conflito torna-se legítimo, portanto, na medida em que possa ser institucionalizado.

Há despersonalização, uma vez que uma das primeiras aprendizagens que os parlamentares desenvolvem é que o debate político, por muito aguerrido que seja, não pode ser interpretado como um ataque pessoal ou de caráter. Há inclusivamente uma figura regimental ao dispor dos deputados quando sentem que o conflito extravasa para a personalização: a defesa da honra. Este instrumento deve ser usado para expressar publicamente que a "definição da situação", para usar um termo de Goffman, está colocada em causa, ameaçando a regular conduta que o debate deve ter. É também esse o sentido de uma intervenção, por via do Presidente da Assembleia da República. Quando intervêm, os deputados nunca interpelam diretamente o adversário, devem começar por fazê-lo na terceira pessoa, dirigindo-se primeiro ao Presidente. O tratamento deve ser sempre na terceira pessoa, usando-se sempre o nome próprio e apelido, antecedido de "senhor deputado" ou "senhora deputada".

O ritual contribui ainda para a regulação já que o debate em Plenário deve cingir-se ao que é "politicamente pensável" (Bourdieu 2010, p. 672), quer dizer, ao que é considerado como "politicamente legítimo" em cada momento. Nem todos os assuntos, temas e agendas têm a mesma probabilidade de chegar ao Parlamento e de se aparentarem como "problemas legítimos" de discussão e apreciação política. Aliás, a regulação e restrição do "Período Antes da Ordem do Dia", desde 1985, conjugada com a centralização das decisões por critério maioritário na Conferência de Líderes, constituíram uma forma de regular e limitar os temas e assuntos da Assembleia, a que se acrescenta o aumento do número assinaturas (de 4 mil para 7 mil e 500) que desde 2020 é exigido para que uma petição possa ser discutida no Plenário. Quer o conteúdo quer a forma do debate, são tão mais regulados quanto menos colocarem em causa os alicerces

fundamentais da ordem social. Neste sentido, creio que continua a ser pertinente a interpretação de Bourdieu: "O Parlamento é realmente esse lugar de consenso regulado ou de dissenso em determinados limites, que pode excluir objetos de dissensão e, talvez sobretudo, maneiras de exprimir a dissensão [...] esse espaço juridicamente constituído e juridicamente controlado, no interior do qual os conflitos são regulados" (2014, p. 511–512).

Em sexto lugar, o ritual é a *performance do jogo político e das suas hierarquias*. Os efeitos que tenho vindo a explicar não podem ser compreendidos sem entendermos que o ritual se enquadra na própria lógica do jogo político e da sua organização hierárquica. Ao longo do trabalho de campo constatei que um dos momentos mais importantes do ritual do Plenário era o dos debates quinzenais com o Primeiro-Ministro. Essa ocasião era preparada com detalhe, sendo um ritual e não uma mera rotina, porque era dotado de grande significado cultural, social e político, tanto para dentro como para fora. Por um lado, era um teste ao estado da relação entre o Governo, a oposição e os líderes partidários. Por outra, permitia a evocação da unidade e antagonismo partidários. Além disso, proporcionavam uma teatralização que permitia ao Governo publicitar triunfos e à oposição argumentar críticas e propor alternativas. Por último, garantiam uma exposição ostensiva das várias hierarquias em exibição. Assim, o ritual Plenário, e tal é tão mais verdadeiro quanto maior a importância pública dos debates, unifica os grupos, mantém lealdades, lembra a todos de que lado estão, e retira crédito ao adversário. É isso que fica expresso, aliás, nesta declaração Presidente da Assembleia da República sobre o debate em Plenário que tem a função de dirigir: "No Plenário falam os deputados, e portanto falam os Grupos Parlamentares, e portanto as lideranças dos Grupos Parlamentares, e portanto as lideranças políticas ou partidárias. É muito raro num Plenário haver uma intervenção em contracorrente disto tudo, alguém que diga uma coisa contrária ao dirigente".

Se até agora o ritual legitima a representação, garante a manifestação da sua diversidade, congrega os agentes, regula o conflito e garante a performance das suas hierarquias, o seu último efeito é o de confirmar a *distinção social do corpo de representantes*. O Plenário produz, efetivamente, uma dependência dramatúrgica entre os atores, cujo relacionamento atravessa clivagens possíveis, dando base à coesão do grupo e da instituição. Na senda de Goffman (1993, p. 103), a dependência mútua criada numa representação coletiva atravessa as clivagens socais, proporcionando uma espécie de "intimidade desprovida de calor". Desta forma, sendo o Parlamento um lugar de representação coletiva da política, as suas Reuniões Plenárias tornam os seus membros cúmplices perante uma plateia – os "representados", ou, como disse, o "universo potencial de representáveis" – e neste sentido contribuem para a construção da política enquanto forma de distinção social, assente na diferenciação entre *quem está dentro* e *quem está fora*.

## CAPÍTULO 7

## PARA LÁ DO PLENÁRIO: SOCIABILIDADES, CUMPLICIDADE E EMPATIA

> "Antes desta vida, parecia-me estranho as pessoas estarem numa discussão muito grande no Plenário e depois fora entenderem-se bem. Agora aqui vejo que é essencial que seja assim." (Teresa, deputada na 1ª legislatura)

> "O conhecimento dos colegas que estão a fazer um trabalho conjunto é muito importante porque mesmo que tenham posições políticas diferentes, o facto das pessoas se conhecerem gera uma empatia que facilita e que se traduz na política." (Ana, deputada há 9 legislaturas)

Num chuvoso março de 2017, acompanhei o dia de Carlos, deputado há mais de uma década na Assembleia da República. Ao longo do dia, a sua agenda (sempre sobrelotada) foi-se atrasando e a última reunião em que estivemos acabou quando já passava das dez da noite. Ainda sem jantarmos, o deputado perguntou-me se queria ir comer "o melhor bife da noite de Lisboa". O que podia um etnógrafo querer mais? Apanhámos um táxi: Rua d'O Século, 178. Parámos em frente a uma porta verde-escura fechada, discreta e precariamente iluminada. O deputado tocou à campainha e fizemos um compasso de espera até que o "senhor Albino" abriu a porta, avaliou quem éramos e permitiu que atravessássemos o reposteiro de veludo que dava acesso à primeira sala do *Snob Bar*.

Logo na primeira mesa, do lado esquerdo, uma deputada e um deputado de partidos diferentes partilhavam uma garrafa de vinho com uma das jornalistas parlamentares que eu tinha conhecido semanas antes. "Por aqui, João?" perguntou-me, explicando aos restantes quem eu era e que pesquisa estava a fazer. Todos nos cumprimentámos, com a promessa de voltarmos a falar.

Segui com Carlos para a sala seguinte, onde nos sentamos nos velhos e clássicos sofás de couro. A luz baixa da sala combinava com o ambiente discreto e soturno, decorado com mesas antigas, cobertas com toalhas de pano verde e cadeeiros antigos que as iluminavam. Em todas as mesas se fumava, o que acentuava uma aura tanto boémia como misteriosa daquele lugar. As paredes estavam repletas de garrafas, livros e recortes de jornais, devidamente protegidos por armários de madeira envidraçados. Nessa noite a sala estava praticamente cheia, com deputados e deputadas de diferentes partidos e jornalistas de vários órgãos de comunicação social. O deputado cumprimenta todas as mesas, sem se demorar em nenhuma delas.

Foto 7.1: *Snob Bar*
Fonte: João Mineiro

Voltámos à nossa mesa, pedimos os famosos bifes e uma garrafa de vinho da zona vinícola do deputado, que acompanhou as nossas duas horas de conversa. Carlos percebeu imediatamente o meu olhar curioso para o espaço. Eu já ali tinha estado anteriormente, depois de uma estreia de uma peça de teatro de amigos, mas nunca tinha assistido a tantos deputados e jornalistas em confraternização. Expliquei-lhe isso mesmo e ele riu-se, justificando que era "perfeitamente normal". Primeiro, porque tinha sido um dia cheio na agenda parlamentar, e àquela hora o *Snob Bar* continua a ser um dos sítios de eleição para vários deputados e jornalistas. Depois porque, como me disse, "os deputados têm relações muito mais próximas uns com os outros do que as pessoas julgam". Aproveitei a deixa para falar sobre aquilo que será o tema deste capítulo: as sociabilidades, a cumplicidade a empatia na vida parlamentar.

Carlos estava na sua quarta legislatura e uma das suas mais importantes aprendizagens, e que eu definitivamente devia compreender, era que o mundo parlamentar, para lá dos momentos públicos de conflito, é marcado por relações de cumplicidade, amizade e empatia, transversais aos diversos partidos, e que superam as suas diferenças políticas e ideológicas. Estas relações estendem-se, em muitos casos, a jornalistas que acompanham há vários anos o trabalho parlamentar: "No Parlamento fazem-se amigos, criam-se vínculos fortes e até se encontram amores...", diz-me a sorrir o deputado, dando-me alguns exemplos. A sala do *Snob Bar*, naquela noite chuvosa, era apenas um reflexo dessas relações que se constroem ao longo dos anos e que podem ser encontradas em diferentes contextos etnográficos. No Reino Unido, por exemplo a *tea room* e a *smoking room* da House of Commons são um espaço de socialização, cumplicidade e cooperação onde as divisões partidárias se esbatem (Crewe 2015a, p. 68). E no Parlamento Europeu, no interior do que se designa de *Brussel Bubble,* os parlamentares participam em redes de sociabilidade num conjunto de cafés, bares e restaurantes, criando um espaço social definido

pela política (Busby 2014, p. 108–118), que forma hábitos, rotinas e códigos de grupo demarcados por práticas e gostos de elite (Wodak 2009, p. 12).

No capítulo anterior mostrei como os debates na Sala das Sessões criam uma dependência dramatúrgica, que tanto permite aos partidos diferenciarem-se entre si, como garante a agregação do corpo de representantes, e a sua distinção perante o exterior. Acompanhando o quotidiano parlamentar é possível agora mostrar que essa "dependência" é muito mais orgânica do que poderia imaginar. Quanto mais entrei no terreno, mais se tornou clara a importância das relações interpessoais, marcadas por uma proximidade que gera cumplicidade, e por lógicas inter-reconhecimento que geram empatia entre parlamentares. Como se formam, então, esse tipo de relações, num ambiente institucional marcado, apesar de tudo, pelo tribalismo político, pelo conflito e pelo dissenso? Para responder a esta questão é importante percorremos os trajetos dos próprios deputados, desde os espaços mais mediáticos da vida parlamentar até aos mais informais. É esse percurso que se irá percorrer neste capítulo.

## A "descida" às Comissões Parlamentares

Não é preciso sair do Plenário para se observar as relações de proximidade que deputadas e deputados de diferentes partidos estabelecem entre si. Durante as próprias sessões de debate, alguns dos apartes e comentários que vão fazendo, assim como as SMS e mensagens de WhatsApp que trocam, indiciam já que as suas relações são mais cúmplices do que o tom público do debate parece sugerir. Ainda assim, no ritual do Plenário esses sinais não podem ser muito expressivos, já que o que ali está em cena é a representação pública do antagonismo.

Erving Goffman (1993) explicava que neste tipo de interações as imagens de confraternização, próprias da socialização de bastidores, podem constituir uma ameaça à performance.[151] No entanto, como o autor também argumenta, sempre que duas ou mais equipas têm de manter um certo de grau de antagonismo e distância, como parece ser o caso da arena

[151] Um dos exemplos dados pelo autor é o dos jogadores de basebol que são intimados a se absterem de qualquer conversa ou convívio com os adversários antes dos desafios. Na visão de Goffman (1993, p. 233) esta é uma "regra compressível" porque "não seria conveniente que os jogadores fossem vistos a tagarelar como se estivessem num chá. para, logo a seguir, urna vez iniciado o desafio, passarem a disputar convincentemente a posse da bola. É preciso que sempre e a todo o momento se apresentem como adversários". Um mesmo princípio pode ser aplicado numa instituição parlamentares, na qual os deputados adversários podem aparecer publicamente a conviver juntos, antes de se digladiarem no Plenário como adversários. É por isso, aliás, que muitos recorrem a espaços de confraternização mais discretos, como se verá a seguir.

parlamentar,[152] é possível que se estabeleçam regiões de bastidores abertas à socialização de membros das várias equipas de representação. Sem estas, como se irá perceber, a ordem da vida institucional poderia ficar comprometida. Para compreender onde esses processos ocorrem, que tipos de relações e interações aí se estabelecem e quais os seus significados, importa começar por analisar o papel das Comissões Parlamentares. Este é um espaço distinto do Plenário, quer cenicamente, quer na forma e no conteúdo do debate que origina, condições que se refletem nas relações interpessoais que os deputados e as deputadas aí estabelecem.

*O papel das Comissões Parlamentares*

As Comissões Parlamentares são o centro do trabalho na Assembleia da República.[153] Por isso, uma das primeiras e mais disputadas decisões que os Grupos Parlamentares têm de tomar é a distribuição dos seus membros pelas diferentes Comissões, que têm diferentes graus hierárquicos informais de importância. Sendo o espaço formal que mais tempo ocupa na agenda parlamentar, na Assembleia da República há dois tipos de comissão: as Comissões Parlamentares Permanentes, de tipo especializado e temático, com jurisdição permanente e definidas em cada legislatura; e as Comissões Eventuais, criadas por um período definido de tempo e com uma finalidade bem delimitada, ficando concluída com a apresentação do relatório final dos trabalhos.[154] Em outubro de 2018 havia 12 Comissões Parlamentares Permanentes em funções, duas Subcomissões[155] e três Comissões Eventuais, uma das quais de Inquérito,[156] assim como 63 Grupos de Trabalho formais constituídos no seu âmbito. Muitas e muitos deputados desenvolvem nestas Comissões um trabalho intenso, bastante invisível e que em muitos casos se estende bem para lá do que são os horários de trabalho "normais" noutros setores de atividade.

Todas as pessoas que entrevistei concordavam que apesar da pouca visibilidade, o trabalho nas Comissões Parlamentares é aquele que exige mais tempo e dedicação. Estas opiniões não se

[152] É interessante aqui notar que um dos exemplos usados por Goffman para justificar esta proposição é o estudo desenvolvido por Dale, que demonstra que nos casos de longos projetos de lei, há uma lealdade que surge entre Governo, oposição e funcionários, desenvolvida em espaços informais, mas que não é nunca realmente explicitada (Goffman 1993, p. 232–233).

[153] A este respeito, enquanto Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues afirmou que uma verdadeira avaliação do trabalho deputados deveria centrar-se na sua prestação nas Comissões e não noutros aspetos, como o regime de faltas ou o número de intervenções nas Reuniões Plenárias.

[154] Entre as Comissões Eventuais, as mais mediatizadas são as Comissões de Inquérito que obedecem a um regime específico e têm como finalidade analisar o cumprimento da Constituição e da Lei e apreciar os atos dos Governos e da Administração Pública. Estas Comissões têm inclusivamente poderes de investigação das autoridades judiciais.

[155] Nomeadamente a Subcomissão de Ética e a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação.

[156] Designadamente a Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030", Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

distanciam da doutrina jurídica que considera que a Assembleia da República é "mais um conjunto de Comissões Parlamentares do que propriamente uma assembleia de deputados" (Canotilho e Moreira cit. por Cid 2008, p. 98). Qual é, então, a importância e significado da participação em Comissão?

No seu curso sobre o Estado entre 1989 e 1992, Pierre Bourdieu (2014) chamou a atenção para a importância de estudar a "noção de comissão" como invenção histórica e organizacional do Estado, que produz efeitos sociais concretos. A comissão é construída por dois atos: primeiro, tem por base a "designação" e a "nomeação" de "um conjunto de pessoas reconhecidas como habilitadas, socialmente designadas para cumprir determinada função"; segundo, implica a designação de um "um problema digno de ser tratado por pessoas dignas de tratar os problemas públicos" (2014, p. 47). Assim, a participação na comissão "cria efeitos simbólicos produzidos pela encenação do oficial", constituindo uma "invenção tecnológica" de tipo muito particular que consiste em "juntar pessoas de tal maneira que, estando assim organizadas, fazem coisas que não fariam se não estivessem assim organizadas" (Bourdieu 2014, p. 49). Voltando ao Parlamento, o que caracteriza, esta forma de organização particular de pessoas, e que efeitos socioculturais gera?

As Comissões Parlamentares são espaços com regras regimentais definidas e procedimentos de trabalho estabelecidos e duráveis – e, neste sentido, garantem a "encenação do oficial". Constituem-se também como lugares onde as relações entre deputadas e deputados proporcionam uma proximidade e informalidade que os leva a interagir de forma diferente em relação ao Plenário. O tempo dedicado, a especialização dos temas e os métodos de organização do trabalho criam tipos de interação distintos que são fundamentais para a própria ordem institucional, assegurando o regular funcionamento do Parlamento.

Geralmente os partidos e Grupos Parlamentares apresentam projetos de lei que são discutidos em Reuniões Plenárias, na chamada "discussão na generalidade". Nessa ocasião, por norma, há vários projetos referentes ao mesmo tema que podem ser aprovados ou "baixar à especialidade" sem votação. É aqui que os trabalhos das comissões ganham importância, ao garantirem que na especialidade os projetos aprovados ou apresentados são articulados e consensualizados num projeto único, o mais coerente possível, com contributos de toda as forças políticas que para ele queiram contribuir. Esse trabalho é tendencialmente mais eficaz quanto melhores forem as relações pessoais entre quem participa nesse processo.

### *Espaço, debate e interações*

As Comissões Parlamentares permanentes têm características distintas das Reuniões Plenárias. Uma dessas diferenças revela-se na própria organização do espaço.

Figura 7.2: Sala de Comissão Parlamentar
Fonte: Assembleia da República

Nas Comissões Parlamentares, as deputadas e os deputados sentam-se em mesas organizadas de forma retangular e intervêm sentados. No topo da Mesa está o Presidente de Comissão Parlamentar e geralmente duas assessoras da Divisão de Apoio às Comissões. À volta da mesa sentam-se os deputados, e nas filas traseiras os assessores dos Grupos Parlamentares. A disposição da sala espelha uma maior proximidade entre as pessoas, que tem impacto no tom do debate aí realizado, mas igualmente reflete as hierarquias internas, já que, em cada Grupo Parlamentar, quanto mais próximo da Presidência os deputados que se sentarem, maior é a sua autoridade hierárquica. Assim, com exceção das audições a Ministros ou a entidades externas, que tendem a replicar a teatralização do Plenário, na maioria das reuniões em Comissão as relações são tendencialmente cordiais, colaborativas e colegiais. Não é raro que se tratem por "tu" e riam juntos de piadas que aliviam a tensão política. Muitas e muitos parlamentares conhecem-se há vários anos e quem aí se estreia vai sendo socializado no tipo de relações particulares que se estabelecem, aprendendo que as interações são mais amistosas, e que se pode prescindir de parte da teatralização.

A presença de jornalistas nestas reuniões é também distinta e variável. Se em muitos casos se regista pouca presença de jornalistas (que justificam pela sobrecarga de trabalho ou a dimensão excessivamente técnica com pouco interesse jornalístico), noutros, especialmente em audições a Ministros ou Secretários de Estado, essa presença é mais notória, acompanhando os trabalhos e fotografando os protagonistas. Na Comissão, os jornalistas têm de ser rápidos e ágeis, porque é na hora que escrevem notícias que entram no *online* praticamente em tempo real. Muitas vezes trocam SMS com os deputados na sala, que os ajudam na construção da notícia.

Figura 7.3: Fotojornalista em Comissão Parlamentar
Fonte: João Mineiro

O número de deputados de cada partido em Comissão Parlamentar Permanente está dependente da dimensão do Grupo Parlamentar. Alguns partidos não têm membros suficientes para participar em todas as Comissões; outros apenas conseguem garantir a presença de um ou dois deputados por comissão; nos maiores partidos pode haver mais de uma dezena de deputados vinculados a cada comissão, elegendo entre si um coordenador. Apesar destas disparidades, o número reduzido de deputados (quando comparado com o Plenário) e as relações de proximidade que aí se desenvolvem ajudam a congregar o corpo de representantes, aliviando o conflito que marca as Reuniões Plenárias. Mas estas características têm uma outra consequência: reforçam a tensão entre o protagonismo individual, por um lado, e a organização e direção hierárquica do trabalho, por outro lado.

*Responsabilização dos eleitos e a tensão com as hierarquias*

Na vida quotidiana de uma Comissão Parlamentar a ordem da interação organiza-se a partir de uma tensão latente, também identificada por Schumann (2009), entre a lealdade partidária e a confraternização política que vai para lá dela. No nosso caso, os deputados, por um lado, assumem protagonismo individual, facto que é potenciado pelos capitais (social, cultural e simbólico) que acumulam; estabelecem redes e relações que transpõem as divisões partidárias, criando lógicas de trabalho colegiais e colaborativas. Mas por outro lado, o facto de serem representantes de Grupos Parlamentares faz com que a sua ação tenha de ter em conta as dinâmicas coletivas e

estratégicas do grupo a que pertencem, e do partido em nome do qual foram eleitos. Esta tensão nem sempre é fácil de gerir.

> João Mineiro (JM) – Estava a falar no Plenário… Como é que foram as primeiras intervenções na Comissão? Houve diferenças grandes?
>
> Carla (C) – É, é muito diferente. No Plenário tem aquela solenidade da sala e do ambiente, na Comissão temos uma proximidade muito maior. Temos uma sala em que a mesa é logo aqui... E depois não fazemos propriamente intervenções escritas. Depende muito da evolução da reunião que é uma coisa ali na hora e, portanto, nós tentamos preparar naturalmente a reunião no sentido daquilo que vai ser, mas há sempre coisas que são imprevisíveis e temos de estar prontos para dar resposta. [...] Eu ainda hoje acho que me faz mais confusão o trabalho da comissão por causa do grau de responsabilidade… Uma coisa é nós prepararmos uma intervenção a frio e termos o cenário estudado. Mas a comissão é mais um trapézio sem rede, temos de reagir na hora. [...]
>
> JM – Os deputados estão um bocado mais individualizados, não? Não têm o Grupo Parlamentar todo…
>
> C – Exatamente. Os Grupos Parlamentares que são maiores têm mais gente, é diferente. Mas no nosso caso, normalmente, há-de estar um em cada comissão e torna-se muito mais difícil…
>
> JM – O que disser ali é a posição oficial do partido…
>
> C – Exatamente. E, portanto, nós temos de ter uma ponderação tremenda num curso espaço de tempo [risos]. Essa é a questão que ainda hoje sinto sempre algum arrepio quando vou para uma reunião de Comissão porque é aquela responsabilidade última de na hora discernir o que é que é correto e o que é que não é.

Para muitas e muitos parlamentares, as relações de proximidade que as Comissões proporcionam têm a vantagem de aliviar o conflito entre partidos, estimulando interações mais cooperantes. Mas introduzem, ao mesmo tempo, um importante fator de risco, já que as decisões ali tomadas por cada pessoa podem vincular o partido que representam. Por isso Carla descreve as Comissões como "trapézios sem rede": garantindo maior flexibilidade no debate, exigem que não se esqueça a dimensão coletiva da representação. Se, por um lado, promovem o diálogo interpartidário, que por vezes supera a dinâmica conflitual e mediática, por outro lado podem dar origem, na perspetiva das hierarquias dos Grupos Parlamentares, a formas de relacionamento e tomadas de decisão que tornam invisíveis as diferenças entre os partidos.

A necessidade de articulação entre a participação colegial e a posição coletiva do grupo, exige um debate mais demorado. É por isso, aliás, que usando a expressão de uma outra parlamentar, as Comissões pode ser uma "lenta travessia" para a legislação. É preciso tempo para

que o debate detalhado, entre pares, possa ser combinado com o debate interno que acontece no seio nos Grupos Parlamentares. A complexidade destes processos, e a sua duração, torna mais relevantes a criação de outros espaços, ainda mais informais e especializados, no âmbito das Comissões: os Grupos de Trabalho.

## A fabricação do consenso nos Grupos de Trabalho

Os Grupos de Trabalho são espaços formais menos conhecidos e, simultaneamente, muito relevantes na vida parlamentar. Constituídos no âmbito das Comissões, as suas atividades podem ser discretas, pela pouca visibilidade mediática que têm. O grau de discrição é tal, que só percebi a sua relevância alguns meses depois de iniciar esta investigação; foi quando, no final de 2016, um deputado, a que chamarei David, me perguntou se o queria acompanhar a uma destas reuniões. Disse-lhe que sim, sem saber bem ao que ia.

Cheguei à sala onde o grupo iria reunir, acompanhando David, que indicou que me sentasse perto de si. As pessoas notaram a minha presença, mas ninguém fez perguntas; pareciam confiar no deputado que levava um rosto estranho para a reunião. Antes dos trabalhos começarem, as conversas eram pessoais e versavam sobre o seu fim de semana, os problemas dos filhos e das famílias respetivas, muitas delas a residir nos distritos de eleição, das dificuldades com a agenda ou até dos resultados desportivos da semana. Nada de política, muito boa disposição.

A deputada que presidia ao Grupo de Trabalho indicou que estava na hora de começar. Todas as pessoas se sentaram. O objetivo da reunião era continuarem o trabalho de preparação de um projeto de lei que devia fundir três projetos anteriores sobre o mesmo tema, depois da discussão em Plenário, na generalidade. Nesse debate, deu entrada um requerimento para que os três projetos "baixassem" à Comissão Parlamentar, sem votação. O objetivo do requerimento era que os três Grupos Parlamentares que apresentaram projetos pudessem consensualizá-los numa iniciativa legislativa conjunta. A Comissão Parlamentar decidiu, então, constituir um Grupo de Trabalho. Na altura pensei que nesse grupo estariam apenas representantes dos partidos proponentes. Se os restantes partidos manifestaram discordância com os projetos, que razões teriam para participar neste processo?

Não podia estar mais enganado. Na reunião havia representantes de todos os Grupos Parlamentares, mesmo dos que se tinham oposto. Quando se sentaram, pensei que o ambiente descontraído e informal que antecipou a reunião seria interrompido, retomando-se a ordem ritual das interações. Supus também que naquela reunião ficariam reforçados os argumentos contra os projetos em causa. Nada disto aconteceu. Todos os presentes discutiram cada um dos artigos dos projetos de lei, dialogavam sobre qual a melhor formulação a utilizar, quais as eventuais contradições ou redundâncias, que significados e interpretações cada palavra poderia ter. A

deputada que presidia ao Grupo de Trabalho, com o apoio dos assessores da Divisão de Apoio às Comissões, criou tabelas comparativas dos três projetos: ponto a ponto, alínea a alínea, os deputados discutiam e tentavam consensualizar a redação do projeto de lei. Tratava-se, ali, recuperando o contributo de Abélès (2006, p. 29–30; 2000, p. 181–224), de um verdadeiro trabalho semiótico, colegialmente partilhado por todas as pessoas presentes.

Quem assistisse somente àqueles 45 minutos, dificilmente poderia imaginar que aqueles eram os mesmos deputados que, no Plenário, debateram e discordaram com tanta veemência. Se antes acentuaram as diferenças e a oposição aos projetos com posições quase irreconciliáveis, ali debatiam, com abertura as melhores soluções para o articulado jurídico. O projeto consensualizado acabou por ser o resultado do trabalho colegial de todos os Grupos Parlamentares, apesar de, na votação final global, os grupos que votaram contra o projeto terem mantido esse sentido de voto.

Quando tratam de iniciativas legislativas ou de projetos de resolução, os Grupos de Trabalho definem-se por duas características: a tecnicidade das discussões entre os seus membros e a relativa discrição das suas atividades, não dispensando a figura de um/a presidente que coordene os trabalhos. Uma deputada que exerceu estas funções chegou a dizer-me, a rir, que "é preciso pulso", sob pena das reuniões "virarem conversas de café", já que as pessoas se "dão muito bem, o que faz com que o debate possa ficar um pouco mais difícil de controlar". Segundo esta deputada, o desafio é "no Grupo de Trabalho fazermos um tipo de discussão alínea a alínea, artigo a artigo, portanto uma discussão muito mais seca". Aproveitou a ocasião para me mostrar o documento de apoio da última reunião que tinha dirigido. Era um conjunto de folhas onde se podia ler o articulado jurídico da lei, e ao lado de cada artigo lia-se: «PCP propõe *x*», «Bloco de Esquerda propõe *y*», «o PSD pretende alterar *h*», etc. Cada proposta (artigo a artigo, alínea a alínea) é discutida pormenorizadamente, tentando-se encontrar uma formulação que corresponda a um compromisso coletivo. Depois de se percorrer todo o projeto de lei, chega-se à fase das "votações indiciárias". Basicamente são votações sobre cada uma das propostas de alteração ao articulado jurídico e que, depois de realizadas no Grupo de Trabalho, são enviadas para a Comissão Parlamentar. Quando a comissão reúne e analisa de novo a lei, se os partidos não mudarem de posição, estas votações passam a ser finais e o projeto está pronto para voltar ao Plenário para a votação final global.

Em suma, os Grupos de Trabalho são espaços fundamentais de fabricação do consenso, e cruciais para a manutenção de relações de colegialidade que superam a conflitualidade política. No que diz respeito aos espaços formais do Parlamento, é neles que as relações pessoais de proximidade, confiança e empatia mais se refletem na produção legislativa. Vejamos, a este respeito, o exemplo dado por Daniel, que em 2015 cumpria a sua sexta legislatura:

João Mineiro (JM) – Imagine que o "partido A" aprova um projeto de lei que merece o voto contra do seu partido na generalidade. Depois, vai a Comissão e forma-se um Grupo de Trabalho. Nessa ocasião vocês tentam influenciar esse projeto de lei? Já que provavelmente virá a ser aprovado, procuram melhorar este ou aquele pormenor? Ou os projetos de lei que rejeitam na generalidade não merecem o vosso contributo na especialidade?

Daniel (D) - Nós sempre que possível, procuramos contribuir também no debate de especialidade seja com alterações propostas por nós ou não, mas com a presença e com a participação. Dou-lhe um exemplo muito concreto. Lembro-me de duas Propostas de Lei que o Governo anterior apresentou. Uma delas que tinha a ver com a tal questão do reconhecimento das profissões e da sua certificação. Nós dizíamos que tinha começado da pior maneira, era uma má proposta e lá desenvolvemos a crítica que nos pareceu que era preciso registar. Mas procurávamos que fosse uma oportunidade para resolver problemas concretos que eram até identificados pelos próprios profissionais. Apresentámos um conjunto alargado de propostas de alteração na especialidade por considerarmos que havia alterações ao texto que era possível fazer e que melhorava apesar de tudo a situação. É claro que questões essenciais não formam aprovadas, [mas] algumas questões foram aprovadas e apesar de tudo melhorou o quadro um bocadinho. À outra proposta de lei que entrou em simultâneo, dissemos que era preferível que não fosse aprovada e mais valia ser retirada aquela proposta de lei. Mal por mal, a legislação que estava em vigor era preferível e se o poder político entendesse levar por diante um processo de revisão da legislação, então que começasse como deve de ser, de outra maneira e com outra participação, de envolvimento e outro método. E nós dissemos na altura: não vamos apresentar nenhuma proposta de alteração na especialidade, principalmente porque a proposta de lei não tem aproveitamento possível e que o preferível mesmo é começarmos esta discussão noutro âmbito e de outra forma. Em duas propostas irmãs, digamos assim, complementares uma à outra, tivemos duas abordagens diferentes. Não foi uma desistência, não foi dizer "não queremos saber disto". Pelo contrário, fomos às reuniões todas, ouviu-se muita gente no debate para "cascar" na proposta, entre aspas, a maior parte foi essa a crítica, mas com a diferença da intervenção na especialidade traduzir-se num caso em propostas de alteração e noutro não.

JM - Mas no primeiro caso em que se traduziu em propostas e de alteração, qual foi o vosso sentido de voto depois na votação final global?

D - Foi contra.

Estes exemplos ilustram a dimensão paradoxal, mas nem por isso menos eficaz, que combina a intervenção parlamentar entre palcos e bastidores. Os partidos discordam e fazem questão de o expressar de forma contundente no ritual público do Plenário. Mas essa discordância não impede que o trabalho parlamentar seja assumido como um compromisso coletivo, independente dessas divergências. Quando dão entrada propostas de lei, projetos de lei ou de resolução, estas iniciativas podem ser aprovadas na generalidade, mesmo com o voto contra de vários Grupos Parlamentares. No ritual do Plenário, estes grupos salientam com vivacidade a sua oposição. Mas

quando os projetos seguem para Comissão Parlamentar (e eventualmente para um Grupo de Trabalho) os Grupos Parlamentares que votaram contra determinados projetos, sentem-se implicados no processo de especialidade, contribuindo para a redação final.[157]

Este aspeto foi igualmente identificado por Schumann (2009) na Assembleia Nacional do País de Gales. O autor trabalhou como estagiário para os Liberais Democratas e compreendeu que, para lá da sua organização formal, as relações estabelecidas no seio do seu partido político, são marcadas pela lealdade partidária, que estrutura o conflito político, mas simultaneamente pela confraternização interpartidária, favorecida em particular pelos assessores dos diferentes partidos que criam condições para que, entre políticos de partidos diferentes, haja relações de proximidade que garantem a partilha de informação, favores e formas de colaboração que igualmente se refletem nos processos legislativos.

No nosso caso, este trabalho é particularmente favorecido pelas relações de proximidade e empatia construídas nos espaços sob menor cobertura mediática. Em suma, a posição política mantém-se e é expressa publicamente, tanto na fase inicial em que revelam a sua discordância, como na fase final em que votam contra, mas entre esses momentos há todo um trabalho conjunto, vertido no resultado final de uma legislação que, sendo assim, acaba por ser contruída no processo colaborativo que os espaços de bastidores proporcionam.

Os Grupos de Trabalho não servem apenas este propósito. Há Grupos de Trabalho permanentes que visam acompanhar política e legislativamente um determinado setor, por exemplo o turismo.[158] As iniciativas destes grupos, especialmente as audiências e as visitas que promovem, procuram transformar um grupo de deputados num "intermediário" direto entre o sistema político e a sociedade civil. Ao receberem, reunirem ou visitarem instituições e organizações de uma determinada área, estes deputados apresentam-se como a expressão concreta da representação política. Neste sentido, o grupo transforma a representação política abstrata num sujeito concreto que escuta e que fala. Para os deputados e as deputadas envolvidas nos Grupos de Trabalho, estes espaços permitem dotar o processo legislativo e o escrutínio da atividade governativa ou da administração pública de mais informação proveniente de quem, fora do

[157] Um caso semelhante é analisado por Crewe (2015a, p. 80) onde a autora mostra o *Labour* perdeu uma proposta de lei para o Governo sobre a crise bancária, mas trabalhou posteriormente na solução final que foi encontrada. Também no caso da morte assistida, diz a autora, as alianças e lealdades no processo legislativo atravessaram os partidos e as próprias relações pessoais entre parlamentares.

[158] Tome-se como exemplo o Grupo de Trabalho do Turismo, formado no âmbito da então Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas. Este grupo era constituído por sete deputados – dois do PS, dois do PS, um do CDS, um do PCP e um do BE – reunindo habitualmente às quintas-feiras ímpares do mês, pelas 14h. Entre a data de formação do grupo (3 de Fevereiro de 2016) até à data de 20 de Maio de 2018, o Grupo de Trabalho realizou sete audições a instituições como a Confederação do Turismo Português, a Associação Nacional de Turismo, o Turismo de Portugal, a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, a Confederação do Turismo Português, além de se pronunciarem Projetos de Resolução ao Governo na área do turismo.

Parlamento, é diretamente influenciado pelas leis que ali se votam ou da atividade do Governo. Mas esse objetivo, assumido por todos, tem simultaneamente o efeito de congregar e unir os diferentes deputados enquanto corpo de representantes, potenciando relações de inter-reconhecimento e cumplicidade.

## Nos corredores do poder

Muito embora as Comissões Parlamentares ou os Grupos de Trabalho sejam caraterizados pela colegialidade e pela proximidade, continuam a ser espaços formais de atuação. Mais ou menos mediatizados, o conteúdo debatido nesses espaços fica registado nas atas que constituem parte da história formal da instituição, mas também na memória dos funcionários que assistem e dão apoio às sessões. Além disso, o debate deve seguir as regras regimentais que codificam as interações e, portanto, também nestes espaços há declarações que não podem ser expressas, negociações que não devem ser feitas, e segredos que não são para partilhar.

Quando em janeiro de 2017 conversava com o Presidente de um Grupo Parlamentar no bar da Assembleia da República sobre os diferentes lugares de debate, uma assessora do grupo que a nós se juntou interrompeu a conversa para dizer: "Esses espaços [Plenário, Comissões e Grupos de Trabalho] são muito bonitos, mas no Parlamento são os corredores que decidem tudo."

Figura 7.4: Corredor da Assembleia da República
Fonte: João Mineiro

O deputado sorriu, um pouco constrangido, e tentou traduzir a assessora: os momentos de debate e decisão são obviamente o Plenário, as Comissões e os Grupos de Trabalho, mas há as conversas informais, as reuniões bilaterais e as trocas de impressões fora dos espaços oficiais que têm um papel fundamental na agilização da discussão e da decisão.

Ao longo da pesquisa fui conhecendo alguns desses lugares em que as pessoas estabelecem relações de proximidade, que superam as suas divergências políticas. A instituição parlamentar reproduz-se, em parte, através da permanência de algumas pessoas que criam relações entre si, que almoçam juntas, que se conhecem e reconhecem a partir de práticas culturais comuns, e que se traduzem em linguagens, vocabulários partilhados, em maneiras padronizadas de se vestir e se apresentar aos outros, em conhecimentos comuns sobre o mundo ou em espaços de socialização que frequentam. Estas relações, que na senda de Bourdieu (1980, p. 2) designo de inter-reconhecimento,[159] dão corpo a um sentido de pertença comum construída nos espaços informais, dentro e fora da Assembleia. Um dos lugares que conheci foi a improvável escada de incêndio do piso 2 do Palácio de S. Bento.

Foto 7.5: Escada de Incêndio do piso 2 do Palácio de S. Bento
Foto: João Mineiro

A sua descoberta foi um acaso. O facto de ser fumador e de passar várias horas no Parlamento à espera de entrevistas e reuniões, fez com que descobrisse este pequeno espaço que era o local mais próximo da Sala das Sessões onde se podia fumar, acolhendo diariamente dezenas, quiçá

[159] Este é um conceito que, como vimos, o autor associa ao capital social que estrutura as relações entre grupos sociais.

centenas de parlamentares, jornalistas, assessores, funcionários. Todas as pessoas falavam sem especiais reservas e ouviam as conversas umas das outras. Parecia existir apenas uma regra tácita: o que ali se ouvia, ali ficava. Por isso, muitos jornalistas desabafavam sobre o decorrer dos trabalhos, sem que isso suscitasse reação dos deputados, que igualmente conversavam sobre qualquer assunto, político ou pessoal, sem receio que aquela informação viesse a ser usada noutro contexto. Os deputados que no Plenário são adversários ali são pares em quem sentem que se pode confiar, sendo aquele um lugar onde se desenvolviam até, por vezes, combinações políticas.

> Numa ida às escadas de incêndio para fumar, assisti a uma conversa bem curiosa: um deputado e uma deputada, ele fumador e ela não, foram juntos às escadas de incêndio para trocarem impressões sobre a orientação dos votos dos seus partidos relativamente a uma petição que tinha dado entrada no Parlamento. Ali mesmo trocaram impressões sobre a importância de adiar a discussão e votação, permitindo a criação de um grupo de trabalho que desse origem a uma proposta credível que respondesse à petição. Os detalhes foram combinados ali mesmo, embora um dos intervenientes tenha garantido alguma prudência, dizendo que antes de se avançar teria de discutir o assunto com o seu Grupo Parlamentar. Combinaram então falar noutra altura sobre outros projetos comuns. (Diário de Campo, 19 de novembro de 2015)

A minha presença não foi estranha àquela interação. Era óbvio que podia ouvir a conversa, enquanto enrolava e fumava o meu cigarro. Aliás, já tinha entrevistado um dos intervenientes, que me cumprimentou quando entrei. Para mim era invulgar que os dois ali estivessem a fazer aquela combinação, perante a minha presença e a de uma outra jornalista que apareceu minutos depois. Mas volto ao que disse: o que ali se ouve, ali deve ficar. Se a jornalista usasse aquela informação para uma notícia, quebraria uma das regras de confiança fundamentais do Parlamento. Algumas semanas depois, a combinação que os deputados fizeram efetivou-se, sem qualquer percalço mediático. Seria menos provável que aquelas duas pessoas pudessem discutir com tanto à-vontade uma estratégia comum num espaço formal como os que descrevi anteriormente, televisionado e transmitido para o exterior. E, ao contrário do que se possa pensar, o papel destas relações e o protagonismo individual dos seus agentes é comum na vida parlamentar. Muitas destas relações informais garantem que parte do debate e da negociação não sejam públicos e asseguram que, mesmo entre pessoas de partidos diferentes, entre representantes e jornalistas, funcionários e assessores dos Grupos Parlamentares, se estabeleçam importantes relações de confiança e previsibilidade.

No Parlamento há outros espaços onde é permitida a presença de deputados, jornalistas e funcionários. Nas escadas de incêndio, no refeitório, no bar do 1º piso, nas traseiras do Palácio de S. Bento, nos Passos Perdidos ou nos corredores que circundam a Sala das Sessões, deputados, jornalistas e funcionários podem dialogar sem constrangimentos. Mas há também espaços de encontro mais exclusivos. Um deles é o "bar exclusivo dos deputados".

Figura 7.6: Bar exclusivo dos deputados

Fonte: João Mineiro

Na verdade, ao contrário do que o nome sugere, este não é um bar frequentado apenas por deputados. Se assim fosse, como poderia eu ter lá estado tantas vezes? Este é principalmente um lugar interdito a jornalistas, sendo que elementos externos à Assembleia parecem poder frequentá-lo quando acompanhados por um deputado ou uma deputada. Este é um dos lugares onde as relações entre parlamentares de diferentes partidos são mais distendidas. Os deputados estão descontraídos, por ser um ambiente protegido e discreto, sem câmaras e jornalistas.

Esta característica faz com que algumas deputadas e alguns dos deputados decidam almoçar num restaurante "exclusivo" a deputados a que se acede passando por este bar. Ao contrário da cantina, que é um espaço aberto a jornalistas, funcionários e convidados e em "regime self-service", neste restaurante o ambiente é mais seleto e requintado, com as suas mesas decoradas, vários tipos de talheres disponíveis, sendo nós acompanhados por um empregado atencioso que nos apresenta a ementa e nos vai enchendo os copos ao longo da refeição. Tanto no bar como no restaurante dos deputados é frequente encontrar parlamentares de partidos distintos a almoçar juntos, como amigos que são. Muitos deles são naturais do mesmo círculo eleitoral de eleição e conhecem-se há vários anos.[160] Noutros casos são amizades que se formaram por partilharem há muitos anos a vida política e parlamentar.

Outro local restrito é o restaurante do Edifício Novo. Distante do centro dos acontecimentos, este restaurante localiza-se no topo do edifício, sendo um espaço discreto, onde o recato é regra, e a exclusividade a prática. O preço é mais caro do que em todos os outros restaurantes e bares. O serviço é em buffet e o vinho é servido à mesa, por empregados vestidos a rigor e cumpridores das regras formais de etiqueta de serviço à mesa. Estes fatores refletem-se no ambiente seleto de

[160] Curiosamente, um destes deputados referiu-me que eles formam uma espécie de "comunidade de expatriados", que procura no vínculo regional o inter-reconhecimento que (ainda) não encontram no conjunto do corpo de representantes.

quem ali almoça e de quem ali convive. É geralmente aqui que se fazem almoços protocolares, envolvendo membros do Governo, deputados geralmente que ocupam os lugares de autoridade interna nos grupos ou na instituição, ou, ainda, personalidades externas que se deslocam à Assembleia. Não há jornalistas, não se ouve a conversa alheia, e geralmente ali almoça quem tem algum poder na instituição ou fora dela.

Um terceiro espaço que gostaria de destacar é um corredor "secreto" que antecede o acesso à Sala das Sessões. Os jornalistas que conversam ou interpelam os deputados e as deputadas nos corredores antes das Reuniões Plenárias não podem passar as portas que supostamente dão acesso à Sala das Sessões. Só que, entre estas portas de acesso e a sala propriamente dita, encontra-se este corredor secreto onde muitas e muitos parlamentares aproveitam para trocar impressões que não querem tornar públicas ou simplesmente para descontrair do ritmo intenso que marca os debates no Plenário.

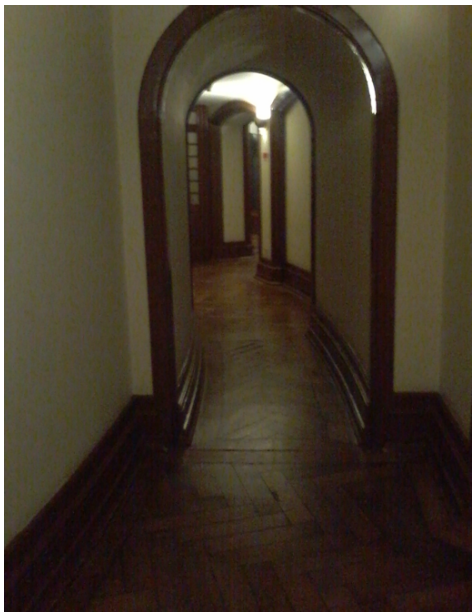

Figura 7.7: Corredor junto à Sala das Sessões
Fonte: João Mineiro

Estes lugares, muito diferentes entre si, permitem observar a diversidade de relações que as pessoas estabelecem no quotidiano. Para muitas e muitos dos deputados, as relações informais que aqui estabelecem são fundamentais por permitirem conhecer as "verdadeiras intenções" que estão para lá da encenação pública, e que garantem aos pares que, apesar do tom crispado dos debates públicos, os partidos têm abertura para negociar e chegar a compromissos. É preciso conhecer o que está nas entrelinhas das declarações mais contundentes expressas em Plenário ou em Comissão. Ou seja, essas intervenções permitem expressar uma posição pública, deixar uma intenção registada. Informalmente, depois, os partidos mantêm abertura negocial para discutir e chegar a compromissos sobre determinados temas. Num Parlamento com tantos partidos

representados, é tão importante marcar deixar publicamente claro o seu posicionamento, como encontrar compromissos que não tornem o sistema ingovernável. É isso que nos explica esta nova deputada:

> Às vezes a mim, antes desta vida, parecia-me estranho as pessoas estarem numa discussão muito grande no Plenário e depois lá fora entenderem-se bem. Agora vejo que é essencial que seja assim porque é desses vínculos que existem fora que é possível depois em comissão, em comités mais pequenos, conhecendo as pessoas, perceber aquilo que elas verdadeiramente pensam, e não a forma como se expressam necessariamente no Plenário; perceber, então, como é que eu consigo conversar, quais são as pessoas mais permeáveis a este ou àquele ponto de vista, e a partir daí estabelecer o trabalho que se espera de progressão de ideias.

As relações de que falava esta deputada acontecem no dia-a-dia, mas também em ocasiões particulares, como sejam as visitas organizadas pelas Comissões Parlamentares a empresas, instituições ou eventos, onde deputados de diferentes partidos socializam fora das dinâmicas dos seus Grupos Parlamentares. Como explicou Ana, deputada durante nove legislaturas, as visitas que as Comissões organizam "são momentos distendidos em que se procura conhecer melhor individualmente cada deputado". Isso é importante porque, e como lembra: "O conhecimento dos colegas que estão a fazer um trabalho conjunto é muito importante porque mesmo que tenham posições políticas diferentes, o facto das pessoas se conhecerem gera uma empatia que facilita e que se traduz na política…" A empatia de que fala esta parlamentar é fundamental para a articulação política, especialmente num mundo social em que o conflito, a dissensão e o debate plural são cruciais. No Parlamento, as possibilidades de diálogo nos bastidores complementam as exigências públicas do antagonismo no Plenário.

## Pares dentro, cúmplices fora

Em julho de 2018 estive uma semana a acompanhar o trabalho de uma equipa de assessores da Assembleia da República, cuja função era apoiar o trabalho de Comissões Parlamentares. A certa altura, um deles mostrou-me a sua agenda e falou-me dos planos de visitas ao exterior que tinha de organizar. "Para que servem estas visitas?", perguntei. Respondeu-me com alguma ironia: "São as visitas de estudo. Há deputados aqui que pensam que estamos na escola". Este assessor era especializado no processo legislativo, e não compreendia porque tinha de organizar visitas, que considerava terem pouca utilidade, afastando-o das tarefas que se acumulavam em extensas pastas e documentos que se avolumavam na sua secretária. No entanto, estes eventos tinham uma utilidade que o assessor ou desconhecia ou desvalorizava. Por um lado, na perspetiva de muitas e

muitos deputados, estas deslocações ao exterior permitam "sair da bolha parlamentar" e ganhar conhecimento da realidade sobre a qual legislam e discutem. Por outro, sempre que se deslocavam em conjunto para estas visitas e eventos, os parlamentares passavam vários dias juntos, tendo a oportunidade de se conhecerem melhor, estabelecerem ligações mais próximas e criarem relações de cumplicidade que, como temos visto, se revelam no funcionamento quotidiano da instituição. O trabalho colegial que o assessor parlamentar tanto disse valorizar não seria possível, ou pelo menos seria mais difícil, prescindido dos laços pessoais que estas visitas proporcionavam.

Sérgio, um dos deputados estreantes no Parlamento, confirmou esta ideia a propósito das visitas ao rio Tejo, organizadas pela Comissão Parlamentar em que participava. Quando chegou à Assembleia, o deputado sentia-se distante dos seus pares. Disse-me, inclusive, na nossa primeira conversa, que tinha "um braço, uma perna e metade da cabeça dentro do sistema, e outro braço, outra perna e o coração fora do sistema, fora do Parlamento". No entanto, ao contrário do que antecipava, rapidamente se entrosou com outros parlamentares, que passado um ano já via como colegas e com quem tinha construído relações de proximidade. Segundo Sérgio, as visitas ao exterior são um dos momentos em que os deputados se vão relacionando e aproximando. No caso do Tejo, passou uma semana com 18 deputados e resumiu-me assim a sua experiência: "É óbvio que os relacionamentos se estreitam, a informalidade ganha um pouco mais de espaço, o que é positivo, e começa-se a ganhar aquela dimensão mais humana, começa-se a conhecer a pessoa por trás do deputado".

Num outro caso que observei, uma Comissão Parlamentar foi convidada a participar numa iniciativa pública num distrito do interior do país. Paralelamente a esse convite, os deputados decidiram organizar uma agenda de outras reuniões e visitas, o que justificou a ida de um representante de cada Grupo Parlamentar. No entanto, tão importante como este plano de visitas, foi o calendário informal que planearam. Almoçaram juntos em restaurantes da região, partilharam uma bebida ao fim de tarde, e até conheceram familiares uns dos outros. A empatia era óbvia, partilhada e reforçada em cada encontro, e a cumplicidade notória para qualquer pessoa que observasse as suas interações.

Há amizades que se vão construindo ao longo dos anos, e que são transversais aos partidos, mesmo entre os mais distintos entre si. Um dos casos que conheci foi o de dois deputados que, não se conhecendo antes da eleição, se encontraram numa atividade do Grupo Desportivo Parlamentar. Esta é associação constituída por deputados, funcionários, parlamentares e jornalistas, que organiza diversas atividades de índole desportiva, cultural e de lazer, potenciando igualmente um estreitamento das relações pessoais entre quem participa na vida da instituição. No ano de 2016, por exemplo, os seus membros partilharam diversas modalidades desportivas (atletismo, basquetebol, ciclismo, golfe, danças latinas, entre outras), participaram em aulas de meditação, yoga e pilates, promoveram passeios históricos e turísticos (um deles para fora do país), além de organizarem o Coro da Assembleia da República. Os dois deputados que

mencionava conheceram-se numa destas atividades e a cumplicidade aí criada perdurou até hoje: jantam regularmente em casa um do outro, fazem férias juntos e não veem obstáculos em partilhar alguns dos debates internos dos seus partidos. No caso de Margarida, a proximidade que estabeleceu ao longo dos anos com uma deputada de outro partido com quem participava na Comissão Parlamentar era tal que ambas decidiram contratar uma ama comum para as suas filhas. As duas estavam sujeitas a horários imprevisíveis, e o seu grau de exposição mediática tornava-as reconhecidas nas ruas. Desta forma, dizia-me Margarida, as filhas ajudavam-se uma à outra a lidar com a situação, sentindo-se mais apoiadas. Estes fatores aproximaram as mães, que não permitiram que as divergências políticas colocassem em causa a amizade que desenvolveram ao longo dos anos.

Volto ao lugar onde comecei. As relações que se observam *in loco* entre deputadas e deputados de diferentes partidos, e também com jornalistas, em espaços como o seleto Snob Bar, não surgem do vazio, sendo a manifestação de um processo de construção partilhada de inter-reconhecimento, cumplicidade e empatia, que se começa a construir na instituição, mas igualmente a extravasa ocupando diversos espaços informais da vida quotidiana dos parlamentares. No bar *Foxtrot*, nas imediações da Assembleia da República, onde às segundas-feiras muitos deputados se encontram acabados de chegar dos seus distritos; no discreto *Procopio Bar*, onde descontraem e partilham uma bebida depois no final do dia de trabalho; no *Café de S. Bento*, onde deputados, jornalistas e lobistas almoçam e discutem questões políticas; no *Pão de Canela*, junto à Praça das Flores, onde ao fim da tarde se partilha um petisco e um copo de vinho, acenando aos colegas que circulam pela praça. Alguns deles acabam por jantar no *Larga o Tacho* ou noutros restaurantes das redondezas; outros, que trabalham até mais tarde, partilham o serão no *Galeto*, no Saldanha, ou no ali mais próximo, e já referido, *Snob Bar*.

Na análise etnográfica do Parlamento Europeu, Amy Busby classificou esta instituição como um "campo político transnacional" (Busby 2014, p. 221), distinto e relativamente autónomo, cujo funcionamento tem por base uma segregação dos seus membros (física, social e cultural) que, agrupados numa pequena área da cidade, desenvolvem rotinas, práticas e códigos comuns. É esse processo que permite o desenvolvimento de um *habitus* consensual, cooperativo e igualitário, reforçado por uma arquitetura que estimula a cooperação e as interações informais e presenciais (2014, p. 140). Esse aspeto era igualmente salientado por Abélès (1993) afirmando que nesta instituição tudo convoca a impressão de ligar como um "mundo fechado" cuja melhor metáfora será a arquitetura labiríntica e os escritórios, bares e espaços de encontro que estabelecem um ritmo muito próprio à vida quotidiana e contribuem para a sua lógica de fechamento.

As relações interpessoais são centrais na vida quotidiana das instituições. No entanto, quando aqui chamo a atenção para essa centralidade, não procuro reproduzir uma visão ingénua da vida parlamentar, obliterando os conflitos ou o dissenso. A vida parlamentar organiza-se a partir de uma disputa permanente entre visões ideológicas distintas, plurais e antagónicas. Assim, em todos

os Grupos Parlamentares há pessoas que não têm quaisquer relações de intimidade com adversários políticos, que consideram representar valores e interesses incompatíveis com os seus. Outras protagonizam conflitos dentro do seu próprio Grupo Parlamentar, que geram incompatibilidades pessoais. O que quero argumentar é que um dos aspetos que permite à Assembleia funcionar é o facto desses conflitos serem neutralizados por diversos espaços de sociabilidade que estruturam, ao longo do tempo, redes de relacionamento baseadas na proximidade, na cumplicidade e na empatia. É através dessas relações que os parlamentares se conhecem e reconhecem mutuamente, contribuindo para a regulação do dissenso, para a construção de um entendimento partilhado sobre a política e para a sua constituição enquanto corpo social distinto, estatutariamente vocacionado para a exercer.

## CAPÍTULO 8

## APRENDENDO HIERARQUIAS: AUTORIDADES, PRECEDÊNCIAS E CONFLITOS

"Quando estamos na oposição, ninguém nos ouve. Quando apoiamos o governo, não podemos dizer nada sem autorização."
(Madalena, deputada há cinco legislaturas)

"Tudo gravita à volta daquilo que o líder parlamentar, com a sua equipa de direção, vai articulando com a direção do partido. É coordenar o trabalho de dezenas de deputados; é definir o que cada um faz, quando faz e como faz."
(Tiago, Presidente de um Grupo Parlamentar)

Na primeira semana da legislatura que acompanhei, havia uma grande azáfama nos corredores do Parlamento. Toda a gente se desdobrava em dezenas de reuniões, em ritmo acelerado e sempre de telemóvel na mão. Uma parte desse movimento explicava-se pela necessidade de organizar a nova legislatura. Era preciso fazer a credenciação dos parlamentares, tratar dos processos burocráticos, apresentar a instituição a quem chegava pela primeira vez. Esses eram procedimentos que qualquer pessoa podia observar, caso circulasse pelos corredores. Mas havia outros acontecimentos em curso que me iam sendo relatados, e que açodavam ainda mais o ritmo quotidiano. Tratava-se de escolher a estrutura interna dos Grupos Parlamentares: eleger os seus Presidentes e Vice-Presidentes, selecionar que deputados ou deputadas presidiriam às Comissões Parlamentares, distribuir os eleitos e as eleitas pelas várias Comissões e nomear quem assumiria nelas iria assumir responsabilidades de coordenação.

A definição das hierarquias parlamentares é um processo político e relacional, que está na base da formação das autoridades políticas internas no Parlamento. O corrupio que assistia nos corredores explicava-se por dois motivos. Primeiro, este devia ser um processo rápido, uma vez que sem estar concluído a instituição não estava em condições de funcionar. Depois, porque cada decisão tomada implicava debate e disputa interna em cada Grupo Parlamentar. Assim, a definição de quem assume funções de direção e responsabilidade é um momento estruturante da ordem institucional. Determina quem dirige os Grupos Parlamentares, diferencia os deputados e deputadas por graus de responsabilidade, define quem ocupa os lugares mais importantes na Sala das Sessões e quem na legislatura assumirá maior protagonismo nos rituais públicos. Paralelamente, estabelece quem irá pertencer às Comissões Parlamentares de maior importância (especialmente à 1ª e à 3ª Comissão), quem terá maior visibilidade mediática e até quem ocupará os gabinetes de maior importância simbólica no Palácio de S. Bento.

Nos capítulos anteriores assinalei alguns dos fatores sociais e culturais que potenciam o acesso e a adaptação ao mundo parlamentar, assim como os efeitos sociais produzidos pelo ritual do Plenário e pela construção da empatia nos bastidores. Em ambos os casos procurei deixar claro que no Parlamento a ação não deve ser analisada do ponto de vista exclusivamente individual. Em política toda a ação é relacional, moldada por redes e relações que se formam ao longo do tempo e se cristalizam na organização interna dos Grupos Parlamentares.

Para compreendermos a dinâmica coletiva dos Grupos Parlamentares é necessário primeiro entendermos que a instituição parlamentar se constitui, em si mesma, como uma *comunidade de prática* (Wenger 1998; Wenger, McDermott, Snyder 2002). Nela se encontram envolvidos um conjunto de atores que têm um *propósito comum* (a institucionalização da representação política), que *interagem regularmente* (tanto em momentos de representação pública, como de socialização de bastidores), que criam *relações de dependência dramatúrgica* (que tanto os unificam, como regulam o conflito) e de *cumplicidade, empatia e inter-reconhecimento* (que congregam social e culturalmente o corpo de representantes). No entanto, sendo a pluralidade política a sua fonte de legitimidade, esta instituição está subdividida num conjunto de outras comunidades de prática que organizam a ação, orientam as práticas, regulam o quotidiano e estruturam a sua orgânica interna. Assim, entendo os Grupos Parlamentares como *comunidades de prática especializadas*: por um lado, fazem parte da comunidade de prática parlamentar em sentido mais amplo; por outro lado, consistem numa subdivisão especializada desta comunidade, tendo como objetivos enquadrar a representação política, organizar as suas hierarquias, desenvolver uma prática partilhada e uma história e identidade comuns (Busby 2014), construída através da partilha de ideias, informação, linguagens e histórias que dão sentido à prática (Wenger, McDermott, Snyder 2002). Só que esta integração, como se verá, não está isenta de tensões, contradições e conflitos.

## Grupos, partidos e governos: um triângulo de hierarquias formais

Os Grupos Parlamentares são associações de deputados eleitos pelo mesmo partido político, que entre si elegem uma direção. Estas direções têm poderes institucionais (como seja a participação na Conferência de Líderes que define o agendamento) e centralizam parte da autoridade política interna, condicionando a liberdade dos deputados. No entanto, os parlamentes têm vantagens em associar-se aos grupos, já que, por um lado, estes representam os partidos políticos pelos quais foram eleitos; e, por outro lado, isso lhes garante um conjunto de direitos que lhes seriam vedados caso se declarassem como "deputados não inscritos". Desta forma, é gerado um vínculo entre as direções dos Grupos Parlamentares e os restantes deputados, uma vez que os poderes da direção do grupo só existem porque representam uma associação de deputados; ao mesmo tempo que os deputados têm mais poderes devido ao facto por pertencerem a um Grupo Parlamentar.

As relações entre as deputadas e os deputados, e os Grupos Parlamentares, são ainda mais complexas por terem os partidos políticos como mediadores. Primeiro, porque são os partidos que constituem a base de legitimação política dos Grupos Parlamentares, conquistada nas eleições legislativas. Depois, porque a organização partidária, com as suas regras e hierarquias, igualmente influencia a atividade dos eleitos. Ao decidem participar, apoiar ou opor-se ao Governo, os partidos condicionam a ação política dos seus Grupos Parlamentares, e a prática quotidiana das deputadas e dos deputados. Desta forma, as hierarquias parlamentares formais organizam-se a três níveis: as que dizem respeito às autoridades parlamentares; as que estão relacionadas com as direções dos partidos; e as que se formam na relação com o Governo.

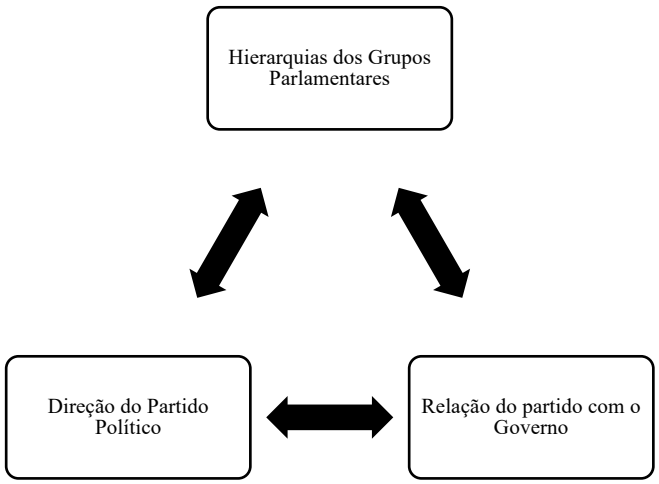


Figura 8.1: Triangulação hierárquica na vida parlamentar

Os Grupos Parlamentares têm poderes regimentais por se formarem como associações de deputados eleitos. Podem fazer-se representar nas Comissões Parlamentares; determinar a "Ordem do Dia" de várias Reuniões Plenárias; provocar a realização de "debates de urgência" ou agendar dois debates por sessão legislativa sobre política geral ou setorial, ambos com a presença de membros do Governo; suscitar "debates de atualidade"; exercer a iniciativa legislativa; apresentar moções de rejeição ou de censura; ou requerer a constituição de Comissões Parlamentares de Inquérito. Esta é a maior parte dos seus poderes formais.

Paralelamente, todos os deputados e deputadas da Assembleia da República têm poderes regimentais, a exercer individual ou conjuntamente, que lhes são atribuídos independentemente de pertencerem a um Grupo Parlamentar. Entre esses poderes destacaria a apresentação de projetos de revisão constitucional, de projetos de lei, regimento ou de resolução; intervir nos debates parlamentares e participar nas votações; dirigir perguntas ao Governo sobre a sua atividade ou da Administração Pública; requerer a constituição de Comissões Parlamentares de Inquérito ou propor Comissões Parlamentares Eventuais; requerer a Apreciação Parlamentar de

Decretos-lei; apresentar Moções de censura; requerer ao Tribunal Constitucional a fiscalização da constitucionalidade e da legalidade de normas; entre outros.[161]

Do ponto de vista exclusivamente regimental, procura-se um equilíbrio entre a ação coordenada dos grupos e o poder individual das e dos eleitos. Mas etnograficamente conseguimos observar que esta dinâmica é bem mais complexa. Formalmente, todas e todos os deputados têm os vários poderes que enunciei, mas na prática quotidiana os poderes dos parlamentares não são interpretados individualmente. Cada deputada e cada deputado perceciona os seus poderes na instituição não apenas a partir do que está tipificado no Regimento, mas sobretudo tendo em conta o seu papel no seio dos seus Grupos Parlamentares. Daí que os grupos e, como veremos, as suas estruturas de direção e coordenação, constituam um filtro que determina a ação individual das e dos parlamentares, facto que gera, simultaneamente, estabilidade ao sistema e conflitos internos.

Voltando ao Regimento da Assembleia da República, é curioso que se determine que "cada Grupo Parlamentar estabelece livremente a sua organização",[162] definindo os seus regulamentos internos. Sendo os partidos tão diferentes entre si, quer do ponto de vista das filiações político-ideológicas, quer das suas culturas políticas, poderíamos pensar que as suas estruturas de organização seriam também distintas. Iniciei esta investigação com essa ideia *apriorística* e procurei indícios que me revelassem essas diferenças. Encontrei algumas, de facto. Ainda assim, quanto mais procurava o que os diferenciava, mais encontrava o que lhes era comum.

Com efeito, entre as dimensões mais importantes e transversais da organização dos Grupos Parlamentares estão as hierarquias internas e a sua operacionalidade. Estas hierarquias assumem configurações que variam consoante a dimensão de cada Grupo Parlamentar ou a cultura política do partido. No entanto, em todos eles, a estrutura hierárquica funciona como um mecanismo de constrangimento ou agência, mediante a posição que cada deputado ou deputada ocupa face à estrutura partidária. Por outras palavras, a formação das hierarquias cria condições para que nem todos as pessoas eleitas tenham na prática os mesmos poderes. Mediante o lugar hierárquico que ocupam, o seu poder é diferencialmente percecionado. Daí que uma das primeiras tarefas de uma nova legislatura seja a definição, pelos Grupos Parlamentares, das suas estruturas de direção e a distribuição de deputados pelas Comissões Parlamentares especializadas, para as quais se nomeiam os coordenadores. Sem esta estrutura de autoridade se definir, o Parlamento não está em condições de funcionar.

[161] Note-se que alguns destes direitos só podem ser exercidos conjuntamente com outros deputados. Por exemplo, a apresentação por uma moção de censura deve ser feita ou por um grupo parlamentar ou em alternativa por um quarto dos deputados em funções; o requerimento para a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito pode ser apresentado por um quinto dos deputados. O que quero salientar é que, sejam direitos a exercer individualmente ou com outros deputados, a sua efetivação não depende da inscrição dos deputados num Grupo Parlamentar formalmente constituído.

[162] Regimento da Assembleia da República, Artigo 7º.

*Grupos Parlamentares: comunidades de prática especializada*

Um dos vértices das hierarquias diz respeito à estrutura interna dos Grupos Parlamentares. Estas estruturas atuam de forma distinta, consoante a autoridade seja mais ou menos centralizada, e conforme a dimensão do próprio grupo. Em grupos com um menor número deputados, as decisões são tendencialmente mais colegiais, podendo até envolver a participação de quem faz a assessoria. Em grupos maiores, há uma fragmentação da estrutura interna, o que indiretamente parece contribuir para uma centralização da tomada de decisão.

Em todos os grupos, no topo da hierarquia está o Presidente do Grupo Parlamentar, designado como "líder parlamentar", e a sua direção, formada por um conjunto de vice-presidentes, cujo número de membros depende da dimensão do próprio grupo. Estes parlamentares constituem o que se designa por "direção da bancada". O líder parlamentar é uma figura simbólica importante em qualquer grupo, sendo escolhido criteriosamente tendo em conta as disputas de poder internas a cada partido, a história parlamentar de cada deputado, a sua notoriedade e capital simbólico. Vejamos o caso de Tiago, um dos líderes parlamentares cujo dia de trabalho acompanhei, e que me explicou a sua evolução na instituição e o que, para si, significa liderar um Grupo Parlamentar.

João Mineiro (JM) – Sempre quis ser deputado? Era um objetivo seu?

Tiago (T) – Não, nunca tive esse objetivo fixado na minha vida. As coisas foram-se proporcionando. Como expliquei, acabei por ter esta porta de entrada na política local e depois a partir daí é evidente que o exercício de cargos autárquicos permitiu que se abrisse esta possibilidade. Nem sequer sabia, quando fui eleito a primeira vez, que cá ia ficar tanto tempo…

JM – Depois de tantas responsabilidades políticas – vereador, deputado municipal, deputado na AR, coordenador de Comissão, Vice-Presidente de bancada -, agora é líder parlamentar. Quais são as especificidades de ser líder parlamentar? Mudou muita coisa desde que chegou à liderança do grupo?

T – Quando entrei aqui fui um deputado relativamente anónimo, porque, enfim, estava a começar e a aprender…Felizmente tive sempre muita possibilidade de intervenção, quer intervenção política, quer intervenção legislativa nas Comissões de que fiz parte (e fiz parte de várias). De resto, como refere, já fiz de tudo. Enfim, já tive aqui vários contextos de intervenção. No caso da liderança parlamentar é um trabalho muito especial.

JM - Porquê?

T - Porque é um trabalho que tem a ver com a definição política das posições do partido… [pausa]. Tudo gravita à volta daquilo que o líder parlamentar, com a sua equipa de direção, vai articulando com a direção do partido. É coordenar o trabalho de dezenas de deputados. É definir o que cada um faz, quando faz e como faz. É analisar o trabalho que os nossos deputados fazem em todas as

Comissões. Enfim, é possibilitar e fomentar a articulação dos nossos deputados com a sociedade, seja aqui no Parlamento recebendo e interagindo com associações, com entidades que nos pedem audiências, às vezes até cidadãos particulares; seja nos círculos eleitorais, que é uma obrigação dos deputados também, fazer um trabalho político no seu círculo para manterem uma ligação próxima com os eleitores. É um trabalho de facto muito exigente, mas também muito gratificante.

JM – Mas como gere um Grupo Parlamentar tão grande e diversificado? Tem aqui pessoas de muitos contextos, trajetórias de vida, origens geográficas… Como se gere o trabalho?

T – [risos] Gere-se com alguma organização. Aliás, com muita organização! E com uma gestão política… Tenho aqui a minha direção constituída por vários vice-presidentes. É evidente que era impossível fazer sozinho. A cada um deles é distribuída uma Comissão que acompanha mais diretamente. Através desse acompanhamento segue-se de perto o trabalho de cada um dos deputados. Depois temos uma estrutura que basicamente passa pelo seguinte: há o Presidente da Direção, que sou eu; há a minha equipa diretiva; em cada comissão temos um coordenador e um vice-coordenador; e depois temos os deputados que fazem parte da comissão. Para além disso, temos um responsável por cada círculo eleitoral. Nuns casos chama-se mesmo coordenador, noutro pode ser o cabeça de lista, depende também da dimensão dos círculos.

Este era um caso exemplar de alguém que, na vida parlamentar, começou por ser um "deputado anónimo", e que foi subindo progressivamente nas hierarquias parlamentares, até chegar à função mais importante do seu Grupo Parlamentar. A sua história era reveladora das redes de polienvolvimento político que, como expliquei no Capítulo 5, constituem um capital social determinante na afirmação política dos representantes. Não se chega a líder parlamentar apenas por querer, esse lugar de poder é reflexo de um longo percurso partidário, político e parlamentar que confere legitimidade e autoridade, garantindo o capital político que parece ser necessário ao exercício da função. Primeiro, o *capital simbólico* assente na notoriedade, no prestígio e no carisma, enquanto fonte de legitimidade e produto do reconhecimento ou da crença daqueles que exercem a autoridade (Bourdieu 2013, p. 113–114). Depois, o *capital social*, estruturado em redes e relações de influência e reciprocidade que se vão sedimentando. Finalmente, o *capital cultural*, essencial para compreender e agir num universo institucional e burocrático complexo, caracterizado pela especialização e pelo conhecimento técnico. Aliás, se analisarmos o percurso dos vários líderes parlamentares da XIII legislatura, constatamos que todos eles eram homens, com vasta experiência partidária, parlamentar e autárquica, alguns foram governantes e com exceção de um deles, todos tinham formação académica superior.

O percurso político dos líderes parlamentares garantiu-lhes um conhecimento profundo do universo parlamentar e dos partidos políticos, que se traduzia em reconhecimento em múltiplas esferas: dos seus pares parlamentares, pela autoridade que possuem; dos membros da sua bancada, pelas responsabilidades que assumem na coordenação do grupo e na sua afirmação; da estrutura

do partido, pela capacidade de articular a intervenção política mais ampla do partido com a intervenção parlamentar; das organizações locais do partido, que os veem como aliados para garantirem a eleição ou reeleição de determinadas pessoas, ou para a promoção ou despromoção de outras; e dos jornalistas, que nele identificam autoridade e importância política.

Chegar a líder é, portanto, participar de uma rede cruzada de influências que legitima uma ação política particular. Nas palavras de Tiago, é o poder de "definir o que cada um faz, quando faz e como faz". O líder parlamentar assume as funções de coordenação do trabalho dos deputados e das deputadas do grupo. Tem de dar o exemplo e ao mesmo tempo ser um "distribuidor de jogo". É alguém atento às idiossincrasias de cada parlamentar, aos egos individuais e às agendas particulares, aos lobbies e às tensões do quotidiano. O protagonismo individual é determinante no desempenho desta função mesmo que, como argumentei com outros colegas, nas instituições do Estado este protagonismo viva em tensão permanente com dinâmicas de colegialidade e a responsabilidade coletiva (Lopes et al. 2017, p. 287). Desta forma, não é possível desempenhar com eficiência a função de líder parlamentar sem a formação de uma equipa de trabalho coesa.

A direção da bancada é o coletivo que garante a eficácia do trabalho de coordenação de um grupo, constituindo uma espécie de *subcomunidade de prática* que assegura a unidade da ação. A Direção é composta por um conjunto de deputadas e deputados escolhidos para vice-presidentes, responsáveis por áreas específicas de atuação e de acompanhamento das e dos parlamentares. Cada vice-presidente coordena, acompanha, vigia e antecipa problemas, estando quotidianamente coordenado com a direção, seja por encontros e reuniões presenciais ou por trocas regulares de mensagem por SMS ou de WhatsApp. Sendo uma peça fundamental nas engrenagens parlamentares, a direção da bancada é cuidadosamente escolhida: primeiro, os membros devem ser da confiança do líder parlamentar e da liderança do partido; depois, têm de representar diversas sensibilidades internas, com vista a unificarem a ação parlamentar; finalmente, precisam de ser parlamentares com capital social, cultural e/ou simbólico acumulado, que lhes garante capacidade de agência e de reconhecimento coletivo na função.

A direção da bancada é um núcleo relativamente coeso e centralizado que coordena cada Grupo Parlamentar. Mas os seus membros não podem estar em todo o lado ao mesmo tempo. Num universo marcado por constantes discussões e decisões, a coordenação política do grupo é garantida por uma terceira linha das hierarquias internas: os coordenadores e vice-coordenadores dos Grupos nas Comissões Parlamentares. Sendo estas Comissões, como expliquei, espaços que concentram a maioria da atividade legislativa, a ação coordenada dos membros do partido é um desafio quotidiano. Qualquer decisão que se tome compromete todo o grupo e, em última análise, o próprio partido político.

A função de quem coordena a ação nas Comissões é a de identificar prioridades políticas, organizar o trabalho semanal, distribuí-lo pelos vários deputados, com vista a aumentar capacidade de intervenção, influência e eficácia do grupo, evitando erros ou ações que o

comprometam. Estes coordenadores e vice-coordenadores devem ter proximidade com a direção da bancada, sendo um lugar de autoridade disputado internamento nos vários grupos.

Entre o líder parlamentar, os vice-presidentes e os coordenadores da comissão forma-se uma estrutura de relacionamento que centraliza a definição, atuação e definição política dos Grupos Parlamentares. É por isso que a ação individual no Parlamento nunca pode deixar de ter em conta esta estrutura hierárquica. É ela que determina os temas a serem agendados, os sentidos de voto, quem intervém em nome do grupo, quais as pessoas que ganham ou perdem protagonismo em cada momento. Facto que gera, evidentemente, uma diferenciação interna acentuada dentro cada Grupo Parlamentar, evidenciando o que Marc Abélès (2000, p. 38) distinguia como sendo uma "desigualdade real" entre a elite parlamentar interna e os "deputados de base".

Essa diferenciação é também espacial e simbólica já que a ocupação do espaço na Assembleia reflete as hierarquias internas. Em vários partidos são as direções que ocupam os gabinetes maiores e mais solenes, junto à Sala das Sessões, enquanto os restantes parlamentares trabalham noutro edifício, ou no seu piso inferior, partilhando espaços mais pequenos e menos imponentes. Na Sala das Sessões, e como já referi no capítulo anterior, os lugares dos deputados variam consoante a sua posição na hierarquia: quanto mais se desce nas filas maior é a autoridade interna das e dos parlamentares. É nessas filas que se encontra quem intervém, quem inquire o Primeiro-Ministro e o Governo, quem é escolhido para subir à tribuna e falar em nome de todo o grupo. São também muitos destes deputados que fazem comentário televisivo e recebem maior atenção dos jornalistas. Tudo isto se reflete em diferentes graus da autonomia individual das e dos eleitos. Talvez por isso, João, um deputado recém-chegado, diga o seguinte:

> As lideranças políticas cultivam a pouca autonomia dos deputados. Porque quando tu eleges 80, ou 100 ou não sei quantos como o meu partido já elegeu, a liderança política determina o trabalho. Tens uma liderança de um Grupo Parlamentar com *x* pessoas e depois tens coordenações. Metade do Grupo Parlamentar segue a marcha, segue a música. Ou então tens deputados cuja personalidade e capacidade de intervenção pública marca a diferença.

Um dos exemplos que observei desta dinâmica aconteceu por ocasião da discussão de um Orçamento de Estado. Muitas e muitos parlamentares pretendem apresentar medidas na sua área temática (educação, saúde, economia, etc.) ou ligadas ao desenvolvimento da sua região de origem. No entanto, antes de debaterem com outros partidos estas propostas e soluções, os deputados têm de se concentrar, primeiramente, em convencer a direção da sua bancada. Sem a anuência das hierarquias parlamentares e partidárias, as propostas não podem ser apresentadas. Este processo é particularmente complexo porque qualquer posição que um grupo assuma depende do que anteriormente designei por "sistema de tomadas de posição". Por outras palavras, as hierarquias não podem tomar nenhuma decisão sem tomarem em conta, previamente, qual o posicionamento e as propostas dos seus adversários. É um jogo de prudência, de gestão de

expetativas e, sobretudo, de muita paciência. Finalmente, o momento de decisão é centralizado na direção da bancada, que usa o poder que a autoridade hierárquica lhe confere para decidir em nome de todo o grupo que propostas são e não são apresentadas, e quais os votos a atribuir às que são apresentares pelos restantes Grupos Parlamentares.

Para além desta dimensão, o topo das hierarquias parlamentares determina igualmente o espaço da intervenção política nas sessões plenárias já que os deputados e as deputadas não têm completa liberdade para se inscrever e intervir. Apesar de formalmente todas e todos terem direito a pelo menos uma intervenção em Plenário, na prática, a inscrição dos deputados para as intervenções é feita pelas direções dos Grupos Parlamentares, confirmando-se que são estas quem controla as possibilidades de intervenção neste espaço.

*Os partidos políticos e as relações com o Governo*

A estrutura hierárquica de que tenho falado é relativamente formal, está regimentalmente prevista, sendo comum aos vários Grupos Parlamentares. No entanto, estando estes grupos associados aos partidos políticos que se apresentam a eleições, a sua atuação tem de ter em conta as hierarquias partidárias. Por isso, como me explicou um deputado há três décadas na instituição: "É muito importante que [se] compreenda que no Parlamento há pessoas que ninguém conhece, mas que têm imenso poder no quotidiano". A que pessoas se referia? Justamente às que estão em órgãos de direção do partido e têm relações de confiança com os líderes partidários.

Com efeito, na vida política institucional há um desafio partilhado por todas as organizações partidárias: garantir a coerência entre a ação do partido na sociedade e a intervenção do Grupo Parlamentar. Esse desafio é complexo já que os Grupos Parlamentares são estruturas formalmente autónomas, com hierarquias próprias e dinâmicas de trabalho particulares, e uma vez que os partidos, mesmo quando agem de forma consertada, são atravessados por diversas correntes internas, fações em debate e disputa permanente. Alguns dos deputados eleitos pertencem a fações que se opõem à direção do partido, criando tensões difíceis de gerir. Finalmente, porque muitas e muitos parlamentares procuram defender os interesses das suas regiões, o que pode entrar em contradição com as propostas do partido – que têm de ser nacionais e, portanto, na sua ótica, não podem cumprir todas as exigências, de todas as regiões, em todos os momentos.

Estes fatores fazem com as direções partidárias procurem ter autoridade junto dos Grupos Parlamentares, isto é, influenciando uma "partidarização parlamentar", que igualmente se reflete numa "parlamentarização partidária" (Cruz 1988). Parte dessa influência é garantida por deputadas e de deputados que, sendo membros das direções dos partidos, estão em diálogo com os líderes partidários e procuram garantir que as decisões do Grupo Parlamentar sejam consentâneas com a estratégia geral do partido. Só que, como ficou claro na citação anterior, algumas destas pessoas são relativamente discretas, podendo nem sequer fazer parte de nenhum

lugar hierárquico no Grupo Parlamentar. Exercem um poder de influência que não deve ser muito visível, sob pena dos Grupos Parlamentares serem acusados de serem "correias de transmissão" das direções partidárias.

Estas e estes parlamentares, responsáveis pela relação entre os grupos e o partido, são fundamentais no que foi descrito como "o vaivém parlamentar", expressão que pretendia retratar os trânsitos dos processos políticos e legislativos entre as hierarquias parlamentares e as hierarquias de partido. Quanto mais importantes são estas iniciativas legislativas, mais as direções dos Grupos Parlamentares têm de garantir a anuência da direção do partido sobre a posição a adotar ou a estratégia negocial a adotar. Há, portanto, parlamentares que mesmo não tendo protagonismo público ou mediático, são fundamentais na articulação entre o Grupo Parlamentar e a direção do partido, influenciando decisivamente o curso da vida parlamentar.

Finalmente, há um terceiro vértice no triângulo das hierarquias formais que organizam o quotidiano parlamentar: as relações com o Governo. No Parlamento há partidos que participam ou apoiam o Governo, e outros que estão na oposição. Ora este posicionamento face ao Governo influencia o grau de autonomia dos Grupos Parlamentares e, por inerência, dos seus membros. Tal como identificou Abélès (2006), também no nosso caso esta relação gera reações críticas de muitos parlamentares[163]. Como dava conta Madalena, deputada há cinco anos no Parlamento: "Quando estamos na oposição, ninguém nos ouve. Quando apoiamos o Governo, não podemos dizer nada sem autorização".

A expressão desta deputada não deve ser tomada completamente à letra. É possível estar na oposição e desempenhar um papel político importante, por exemplo, no plano da fiscalização do Governo ou, como vimos, na elaboração de leis num Grupo de Trabalho. Assim como se pode pertencer a um partido que apoia o Governo e ter uma ação autónoma do executivo. Apesar disto, a expressão da deputada é ilustrativa de importantes paradoxos da vida parlamentar.

Os Grupos Parlamentares formam-se a partir da pertença a partidos políticos e aos resultados eleitorais obtidos. Em função desses resultados, o partido (ou partidos) com uma maioria parlamentar de apoio, pode formar Governo. No entanto, os deputados e deputadas têm a missão de escrutinar a ação do Governo, mesmo quando é constituído pelo partido a que pertencem. Ou seja, os deputados dependem dos partidos que lhes garantem a eleição ou a reeleição, tendo ao mesmo tempo a obrigação de os escrutinar, quando estes participam no Governo. Assim, nas circunstâncias em que uma pessoa é membro de um Grupo Parlamentar cujo partido formou ou suporta o Governo, a sua ação é condicionada pela agenda governativa. O mesmo sucede quando os deputados pertencem a um Grupo Parlamentar da oposição, uma vez que a sua margem de influência está mais limitada. Assim, a relação entre partidos, deputados, Grupos Parlamentares

[163] Este aspeto é igualmente salientado por Mitchell (1982) e Crewe (2015).

e o Governo revela-se uma dimensão fundamental que condiciona a autonomia dos eleitos e das eleitas e, neste sentido, a autonomia do próprio poder parlamentar.

## Hierarquias informais: precedência, autoridade carismática, capital social e visibilidade mediática

A dinâmica das hierarquias formais é reveladora da complexidade da vida quotidiana do Parlamento. Quando observamos quem intervém sobre cada tema, que decisões são tomadas em cada momento, quais as propostas que cada parte apresenta, temos de ter em conta estas múltiplas redes de oportunidade ou de constrangimento que se estabelecem entre as hierarquias parlamentares, as direções partidárias e a relação com o Governo.

Este enquadramento torna-se mais denso à medida que conhecemos uma outra dimensão da vida quotidiana: a das hierarquias informais. Por hierarquias informais entendo o conjunto de formas de estratificação interna entre deputadas e deputados que, mesmo não dependendo de relações formais, regimentais ou codificadas, condicionam de forma desigual o poder das e dos representantes parlamentares. Quem é eleito tem de compreender tanto a estrutura dos grupos, dos partidos e das relações como Governo, como as relações de hierarquia informal que se manifestam no quotidiano e de entre as quais destacaria quatro exemplos.

Em primeiro lugar, as hierarquias de precedência. Quem chega ao Parlamento apreende uma regra tácita, comum a outros tipos de sistemas hierárquicos: a antiguidade é um lugar de poder. Para Elias e Scotson (1994) a antiguidade é um atributo de relações sociais que se constitui como um mecanismo de poder, já que através desta o grupo sedimenta normas, condutas e regras de comportamento, ao mesmo tempo que atribui e reconhece poder a quem as sustenta, reproduz e transmite. A entrada num grupo implica um sacrifício parcial da liberdade pessoal em troca do estatuto de pertença, garantido por quem acolhe. É o que sucede em contextos parlamentares em que a inserção social depende dessa "regra não escrita" que se baseia no respeito por quem ocupa as funções de representação há mais anos e que em parte determina o espaço de progressão dos recém-chegados (Matthews 1960, p. 93–94).

O processo de socialização na vida parlamentar revela a quem chega que a precedência é um fator que não deve deixar de ser ponderado, desde logo porque muitas e muitos parlamentares que estão há vários anos na instituição têm autoridade simbólica sobre intervenção sobre determinados temas. Os novos deputados e as novas deputadas devem respeitar essa autoridade para poderem igualmente ganhar espaço de intervenção e mediatismo.[164]

[164] A este aspeto é de acrescentar que quem está na instituição há mais anos tem por norma uma maior proximidade com funcionários parlamentares, bem como com jornalistas, guardando também a memória

As hierarquias de precedência são particularmente importantes porque quem chega à Assembleia não passou ainda por um processo de formação e adaptação à prática parlamentar. É-lhes entregue o Regimento da Assembleia da República e a Constituição da República Portuguesa, sendo que a aprendizagem da vida parlamentar acontece nos Grupos Parlamentares, onde quem já está na Assembleia se assume como figura de conhecimento e, portanto, de autoridade.

O poder da autoridade baseada na antiguidade e na precedência remete para o entendimento que Max Weber (2019) dá à tradição como uma das principais fontes de legitimação do poder. O poder na instituição parlamentar funda-se, em parte, num conjunto de disposições que orientam a ação dos deputados com base no reconhecimento das tradições ideológicas, da historicidade das posições políticas dos partidos e de um sentido de coerência associado à identidade de um determinado agrupamento político-partidário. A importância da tradição partidária e parlamentar permite informalmente concentrar parte da autoridade política em deputados e deputadas a quem se reconhece a posse desse conhecimento histórico. Estabelece-se, assim, uma hierarquia informal que fixa uma distribuição específica de papéis sociais. Estes papéis contribuem para o exercício do poder hierárquico, ainda que este seja um poder mais precário, porque menos formalizado e em competição com outros – por exemplo, o poder das estruturas hierárquicas formais ou partidárias, de que falei no ponto anterior.

Em segundo lugar, as hierarquias de autoridade carismática. Com efeito, há parlamentares que não precisam de ocupar nenhum lugar na hierarquia parlamentar para terem uma relação de ascendência sobre os seus colegas. O carisma é, na senda de Weber (2019), uma qualidade vista como extraordinária, que garante à pessoa que o possui uma noção de virtude, que não é acessível a qualquer um. Implica o reconhecimento por parte de quem decide sobre a validade do carisma. É uma entrega de cariz pessoal, eivada na crença, que gera adesão e entusiasmo.

A autoridade carismática manifesta-se, primeiro, na forma como alguns deputados assumem o monopólio da intervenção partidária num determinado tema ou assunto, legitimados pelo seu passado político ou profissional ligado a esse mesmo tema e pelo reconhecimento que os pares lhe atribuem. Revela-se, ainda, na maneira como alguns ou algumas parlamentares são consultados e têm um papel relevante nas principais decisões, independentemente de pertencerem (ou não) às hierarquias formais de que falei atrás. Finalmente, fica expressa na forma como algumas pessoas conseguem mais facilmente influenciar as cúpulas parlamentares ou de partido em virtude do estatuto ou prestígio que possuem na organização.

Em terceiro lugar, identifico um tipo de lugar hierárquico que se funda no capital social acumulado ao longo dos anos pelo percurso de militância partidária. Já expliquei anteriormente como este capital é parte essencial tanto no acesso ao campo político, como no processo de

da instituição e o sentido de determinadas práticas. Quem se quer afirmar enquanto parlamentar tem de ter em conta este conjunto de relações prévias que antiguidade garante.

escolha das suas hierarquias formais. Mas além disso, o capital social acumulado por algumas e alguns parlamentares faz com que não precisem, necessariamente, de um estatuto formal para influenciarem decisões que se tomam no âmbito dos Grupos Parlamentares. Essa influência dá-se por via de relações de confiança ou reciprocidade sedimentadas ao longo dos anos, e que se traduz na forma como no decurso de determinados temas, e por via da ativação dessas mesmas relações, essas pessoas consigam influência na vida parlamentar.

Finalmente, as hierarquias de visibilidade mediática, também identificadas por Abélès (2006) Nem todos os deputados têm as mesmas hipóteses de aceder ao campo mediático. Na vida quotidiana podemos perceber quem são os deputados com maior poder mediático, observando quem é mais interpelado por jornalistas ou com quem estes mais dialogam nos espaços de bastidores. Ainda assim, nem todos esses parlamentares são dirigentes do partido ou do seu grupo. A sua eventual presença mediática anterior, ou o alcance que conseguem por via das redes sociais *online*, faz com que as suas ideias sejam especialmente consideradas internamente, na medida em têm um potencial maior de ser transmitidas externamente. Neste sentido, a visibilidade mediática constitui-se como uma hierarquia informal que potencia a ação de influência de uns deputados, em detrimento de outros.

### No caminho dos votos e das decisões: disciplina, orientações e exceções

No Parlamento, a tomada de decisão é o ponto nevrálgico das hierarquias cruzadas que organizam a vida parlamentar, sendo nas decisões que se tomam, ou não tomam, no que é ou não é agendado, que mais se fazem sentir.[165] Como é que 230 pessoas, afinal, se organizam para votar milhares de iniciativas legislativas sobre matérias tão diferentes? Qual o grau de liberdade das deputadas e dos deputados nos processos de decisão?

Um apeto a ter em conta é a própria organização formal do sistema de votação no Parlamento. A primeira votação de qualquer iniciativa legislativa dá-se em Reunião Plenária da Assembleia da República e é definida como "votação na generalidade".[166] Depois dessa primeira fase, os projetos apresentados seguem para a respetiva Comissão Parlamentar, por vezes para um Grupo

[165] Steven Lukes (2004), na sua análise do poder, diferencia as três formas do seu exercício. A primeira que corresponde aos processos de decisão concretos; uma segunda que destaca não apenas as decisões que tomam, mas igualmente aqueles que não se tomam, nomeadamente na definição do que é e não é incluído, por exemplo, nas agendas de discussão e decisão; e uma terceira, que diz respeito à definição dos "interesses", isto é, à forma como uma pessoa exercita o poder sobre outra fazendo com que está aja de maneira contrária aos seus próprios interesses. Como argumenta Emma Crewe (2006), estas formas de exercício do poder não devem ser vistas isoladamente, mas relacionalmente, tendo em conta os contextos, os rituais e os processos políticos concretos.

[166] Muitas vezes noticia-se que o Parlamento aprovou uma determinada iniciativa a partir desta primeira votação. Contudo, uma votação na generalidade não garante, de facto, a aprovação de nenhum diploma.

de Trabalho que esta tenha decidido constituir, para se proceder ao debate e trabalho na especialidade. Só quando as votações na especialidade se concluem é que o projeto regressa ao Plenário e se dá a "votação final global". É então que se pode considerar que a Assembleia da República aprovou um projeto de lei.

Este processo, aqui resumido num parágrafo, é caracterizado por dinâmicas de conflito complexas. Na prática, as tomadas de decisão estão muito para lá do que é expresso publicamente nestes momentos formais. Antes de mais, porque há um trabalho político desenvolvido antes mesmo de uma iniciativa legislativa dar entrada para discussão em Plenário. Depois, porque há dinâmicas que, no debate da especialidade, ocorrem fora dos espaços formais de discussão. Finalmente, porque apesar da igualdade formal de todas e todos deputados, grande parte deles não participa nas decisões que se tomam sobre cada projeto.

Apesar do voto, em termos formais, ser individual, o processo de votação é quase sempre matéria coletiva. Em diferentes Grupos Parlamentares há léxicos distintos para expressar esta prática. Alguns deputados, por exemplo, dizem-se obrigados a respeitar a "disciplina de voto", isto é, os seus votos têm de refletir as decisões tomadas pela direção do Grupo Parlamentar ou do partido, sob pena de terem consequência disciplinares. Outros afirmam que no seu grupo não há "disciplina", mas sim "orientações de voto", ou seja, os deputados e as deputadas não têm a obrigação disciplinar, mas antes o dever político de votar de acordo com a orientação da direção da bancada. Mas há também quem designe por "respeito pela democracia interna" esta responsabilidade dos eleitos votarem, não de acordo com a sua consciência individual, mas de acordo com as decisões coletivas tomadas dentro do Grupo Parlamentar.

As três nomenclaturas nomeiam um princípio político assente na ideia de que a vontade coletiva do Grupo Parlamentar, expressa na decisão tomada pelas hierarquias parlamentares ou partidárias, se deve sobrepor à vontade individual de cada parlamentar. Este princípio é tão hegemónico e está tão naturalizado que muitas vezes basta um membro da bancada se levantar na hora das votações para indicar o sentido de voto de todos os seus membros. É por isso, aliás, que com alguma graça um deputado de um dos maiores Grupos Parlamentares é conhecido entre colegas como "o deputado com o joelho mais musculado do Parlamento", por ser ele quem se levanta sempre para dar a indicação da bancada ao Presidente da Assembleia da República. Geralmente, a Mesa da Assembleia faz a votação por bancada, e não por deputados presentes.

Nalguns casos este método de decisão tem uma dimensão normativa, inscrita nos regulamentos internos dos Grupos Parlamentares; noutros, constitui-se como regra não-escrita, mas que todas as pessoas sabem que devem cumprir. No entanto, as tensões potenciais que este sistema de decisão gera, implicaram que os próprios Grupos Parlamentares tivessem criado algumas exceções.

> A regra no partido é a disciplina de voto, existe para todas as votações, exceto no que se chamam questões de liberdade de consciência, tipicamente questões morais (Deputado e vice-Presidente do Grupo Parlamentar)

> Há disciplina de voto em Orçamentos de Estado. Depois, existe o princípio da liberdade de voto. O princípio é a liberdade de voto, salvo estas exceções. Agora, claro que o Grupo Parlamentar não é uma casa de malucos, não é? (Deputado na sua segunda legislatura)

> A orientação genérica é em matérias programáticas, ou seja, aquilo que foi levado num programa eleitoral, em princípio é aquilo ao qual nós devemos obedecer. Todas as outras matérias que não estão estritamente no programa, têm de ser vistas caso a caso. (Deputada na sua primeira legislatura)

> Temos de fortalecer o que é a intervenção do partido, temos de ter uma intervenção coerente, mas nunca arredamos a hipótese de discussão dentro do partido que é onde nós achamos que estas coisas têm de ser resolvidas. E se nós achamos que a posição tem de evoluir, temos de fazê-lo cá dentro e não fazer uma discussão do lado de fora (Deputada na sua primeira legislatura)

Estes quatro excertos permitem compreender como se interpretam as regras de voto em diferentes Grupos Parlamentares. No primeiro caso, a regra é a "disciplina de voto", podendo haver exceções quando se trata de questões de "liberdade de consciência", geralmente relativas a matérias ético-morais. No segundo, o princípio é a liberdade de voto, podendo a direção do grupo impor disciplina de voto em matérias que considera estruturantes da ordem política, governativa e/ou constitucional (orçamentos, moções de censura ou de confiança, revisões constitucionais, leis de bases, etc.). A terceira prática prende-se com a adoção do princípio da disciplina de voto nas matérias que constam do programa eleitoral e na definição caso a caso das orientações de voto para as restantes. Finalmente, no último exemplo, apesar de não haver uma regra escrita, existe uma regra tácita que faz com que os sentidos de voto sejam comuns a todos os deputados, considerando-se que este é o método mais democrático, porque implica uma definição dos votos em função da opinião da maioria.[167]

Apesar das exceções à disciplina de voto, esta continua a ser a prática regular do Parlamento. Se analisarmos a totalidade de diplomas votados desde outubro de 2015 até final de abril de 2018, percebemos que, de entre os 2458 diplomas votados apenas numa minoria deles houve deputados que votaram de forma dissonante do seu Grupo Parlamentar. Na verdade, até àquela data, entre os milhares projetos votados, apenas 55 deputados votaram mais de dez vezes de forma diferente da sua bancada, só 19 o fez em mais de 20 diplomas, e apenas 6 o fizeram em mais de 30. Porque

[167] Um dado curioso que encontrei foi o facto de vários deputadas e deputados do mesmo Grupo Parlamentar terem diferentes interpretações sobre estas regras. Para alguns elas são mais rígidas, para outros mais flexíveis. Todos as adaptavam à sua própria posição nos grupos a que pertencem.

é que perante tantos milhares de projetos, sobre assuntos tão distintos, são tão raros os casos de parlamentares que votam de forma distinta da do seu Grupo Parlamentar?

A minha hipótese é que, apesar de o Parlamento ser um espaço de confronto político, a estabilidade do seu funcionamento parece ser um valor partilhado pela generalidade das e dos deputados. Como dizia um deles, já com longa experiência: "No Parlamento, por norma, não há surpresas". Isto porque, como argumentam muitos dos meus interlocutores, um Parlamento que não limitasse a liberdade de voto, seria um Parlamento ingovernável e colocaria em causa a própria estabilidade do sistema. Enquanto instituição, a Assembleia da República precisa de lógicas de repetição que garantam previsibilidade e coerência. As votações são um desses processos onde a previsibilidade das relações de força entre Grupos Parlamentares se sobrepõe à eventual imprevisibilidade de votações individuais em que se poderiam equacionar outros tipos de filiação (regionais, pessoais, corporativas, etc.).

## Consentimento e conflito perante as hierarquias políticas

À medida que me fui dando conta de como esta estrutura hierárquica opera, fui compreendendo os argumentos que a sustentam. Um deles foi partilhado por Cláudio, um deputado que se estreava no Parlamento. Logo na primeira conversa que tivemos, não me escondeu as dificuldades que sentiu quando chegou à Assembleia. Tinha a expetativa de introduzir temas na agenda política, propor legislação e poder representar algumas causas e interesses. Na sua perspetiva, essa tarefa foi dificultada por não ter sido escolhido para nenhum lugar das hierarquias parlamentares. No entanto, Cláudio compreendia essas decisões, e concordava com elas. Vejamos um curto registo dessa nossa primeira conversa:

> Encontrámo-nos cá fora e entrámos juntos pela entrada lateral da Assembleia da República. O deputado cumprimentou os polícias que controlam a entrada e o funcionário da Assembleia que nesse dia registava as entradas. Informou que estávamos juntos e fomos diretos ao bar exclusivo dos deputados que, afinal, não era tão exclusivo quanto isso. Já com o café na mesa e num lugar discreto da sala, começou por me dizer, antes de qualquer pergunta, que gostou muito do pedido que lhe tinha feito [para acompanhar o seu dia trabalho]. Segundo ele, "era preciso desmistificar algumas coisas" já que "as pessoas têm uma perceção errada do que se passa no Parlamento". "Em que aspeto?", perguntei. Desde logo, porque ao contrário do que se julga, "na Assembleia o mérito não existe; o sistema político não é meritocrático". "Porquê?", insisti. Explicou-me que mal entrou na Assembleia compreendeu logo que a sua tarefa não ia ser fácil por causas das hierarquias estabelecidas, umas mais formais, e outras com base na antiguidade política. "É o que aqui se costumam chamar de «senadores»". […] Quanto mais me falava das estruturas hierarquias e dos seus protagonistas, mais eu me inclinava para saber mais sobre conflitos, problemas, resistências.

> Nada mais errado, porque a conversa, na verdade, caminhava noutro sentido: as justificações da própria estrutura hierárquica. Apesar das dificuldades que sentiu, e que fez questão que as registasse, diz-me que o sistema de organização hierárquica tem aspetos muito positivos na medida em que é importante "condicionar a liberdade do eleito". A minha estranheza foi percebida, e rapidamente explicou que o sistema hierárquico impede que as pessoas olhem apenas para o seu umbigo e vejam a política de um ponto de vista mais geral, incluindo os outros nas suas equações. Além disso, diz-me, há uma maior auto-fiscalização dos deputados, porque se controlam uns aos outros. Revela-me ainda que há muitos interesses individuais em jogo que ficam esbatidos pelo sistema hierárquico, e a estrutura cria uma grande adversidade ao risco pelo medo da não reeleição (Excerto Diário de Campo, 13 de Julho de 2016).

Cláudio não foi caso único nesta investigação. Tal como ele, várias as deputadas e deputados, também assessores, e até jornalistas, me explicaram que, apesar das hierarquias parlamentares poderem parecer um sistema rígido, tal é necessário por não ser possível (na sua perspetiva) ter um Parlamento com 230 representantes de sete partidos políticos, sem ter uma estrutura de autoridade bem definida, que impeça a fragmentação, a individualização, imprevisibilidade e a sobrerrepresentação de interesses regionais ou corporativos.

Uma outra deputada, quando questionada se em alguma circunstância votaria de forma distinta do seu do Grupo Parlamentar, respondeu sem hesitações: "Não, isso nunca aconteceria". Insisti: "Mas não há nenhuma matéria em que ache que independentemente do coletivo ser maioritário numa determinada posição, a sua podia ser outra?". A deputada foi ainda mais perentória: "Não, isso não aconteceria, porque eu respeito profundamente aquilo que é o funcionamento democrático do meu partido". Para si, as tomadas de decisões deviam ser tomadas coletivamente e de forma democrática, até porque confia que a opinião coletiva do seu partido é uma interpretação mais fiel da vontade dos representados, do que a sua opinião pessoal.

Esta sua posição ressoa também na declaração mais crítica de Ricardo, deputado há 11 legislaturas: "Quando se quer jogar o jogo, é preciso respeitar as regras. Há um regulamento do Grupo Parlamentar que diz que eu devo respeitar a disciplina de voto. No dia em que eu não a quiser respeitar, em termos de consciência, tenho de fazer uma opção, correto? A disciplina de voto está definida no regimento que eu subscrevi". Reiterei a questão: "Mas nunca se sentiu na posição de «Não me apetecia nada ter de votar desta maneira»?". Ele insistiu também: "Não muitas vezes, mas já aconteceu. Mas voto. Eu aceitei este sistema. No dia em que não o aceitar, vou-me embora. É fácil. Ninguém me obrigou, meu caro, ninguém me obrigou".

As hierarquias parlamentares parecem encontram, assim, uma legitimação no discurso de muitos deputados: "Os deputados têm noção de que a liberdade individual tornaria ingovernável um partido com grandes dimensões e teria impacto depois na prossecução de todas as outras ideias que nós partilhamos". Mas será que têm?

Quanto mais tempo dediquei ao trabalho de campo mais compreendi que a hierarquia gera tanto consentimento como resistência. Há dissenso, tensões e conflitos, uns mais públicos, outros mais subtis. Parte deles tem a ver com "quem decide" o sentido de voto. É certo que quanto menor a dimensão dos Grupos Parlamentares, mais as decisões tendem a ser tomadas colegialmente (em alguns casos envolvendo a participação de assessores). No entanto, mesmo em grupos pequenos, há quem questione algumas decisões estarem decididas antes das reuniões formais. Vejamos o que relata Rui, deputado durante três legislaturas, com experiência no Parlamento Europeu.

João Mineiro - Quem é que define o sentido de voto dos diplomas?

Rui - Esse é um dos problemas. Quem é que decide o sentido de voto? É um ente que eu não sei quem é, [só sei] que é da direção do Grupo Parlamentar, ou se quisermos alguém que é responsável pela direção do Grupo Parlamentar. Eu recebo um boletim de voto dez minutos antes de votar, em que diz lá: "sim, sim, sim"

Para Rui, a fragmentação da autoridade interna tornava impossível que soubesse exatamente quem decide o sentido dos votos, o que para si gerava uma contradição. Por um lado, não queria votar decisões que não podia discutir; por outro lado, tinha que cumprir o sentido de voto, sob pena de ser alvo de um processo disciplinar interno. Este caso ilustra que, apesar da disciplina consentida ser a norma, há um certo desconforto latente com o sistema de votações e hierarquias que o sustentam. Não é, pois, surpreendente que em muitos casos esse desconforto só me tenha sido revelado em ambientes menos formais, fora do contexto de entrevista gravada, em almoços, viagens ou em visitas a distritos. Mas se esse desconforto existe porque é que são tão raras as pessoas que votam de forma diferente do seu Grupo Parlamentar?

Uma das razões é a de que o conflito aberto e público é arriscado para quem o protagoniza. O risco de ter um processo disciplinar, de ser hostilizado internamente ou, eventualmente, de não vir a constar nas listas candidatas futuras inibe a expressão púbica do conflito. Outra razão, que decorre desta, é que há no quotidiano outras formas de expressar o conflito de forma menos visível, por exemplo, nas reuniões dos Grupos Parlamentares, em contactos pessoais com alguém da direção da bancada, escrevendo uma declaração de voto, ou mesmo faltando à votação.

Em todo o caso, as direções dos Grupos Parlamentares têm consciência das tensões latentes, até porque muitos dos seus dirigentes já foram parlamentares sem responsabilidade dirigente. Eles acompanham, vigiam e antecipam problemas, tensões e questões polémicas; negociam antecipadamente e tentam evitar imprevistos nas horas das votações. Este modelo não é muito diferente do que ocorre noutros parlamentos. Como revela Crewe (2015) para o caso britânico, o

sentido de voto é dos fatores de maior disputa, implicando que os *whips*[168] sejam negociadores a tempo inteiro, debatendo individualmente com cada deputado e coligindo voto a voto.

Apesar deste trabalho, há conflitos inevitáveis. No sistema parlamentar, quanto mais rígida é a gestão da disciplina de voto, menos autonomia têm as pessoas eleitas, que ponderam diferentes opções na hora de votar. Há quem, não concordando com as orientações, obedeça. Outras pessoas, entram em conflito. Mas também existe uma terceira possibilidade, mais pacífica, que consiste na possibilidade de se ter um sentido de voto diferente, se tal for autorizado pela direção do Grupo Parlamentar. "Furar a disciplina de voto", como se diz na gíria parlamentar, especialmente de forma não autorizada, pode ter como consequência a expulsão do Grupo Parlamentar ou a retirada da confiança política pelo partido. Assim, muitas vezes opta-se por uma de duas estratégias menos aparatosas: ou saem da Sala das Sessões, para não terem de votar de acordo com a disciplina; ou cumprem o sentido de voto, indicando que vão fazer uma declaração de voto, onde sinalizam a discordância por escrito.

Quando o conflito é mais visível e público, os deputados e as deputadas fazem uma gestão prudente das suas consequências. Têm de ter cautela, sendo que esses antagonismos podem influenciar negativamente a imagem do partido, do seu líder, da direção e do Grupo Parlamentar, comprometendo, desta forma, a sua permanência futura como representante parlamentar. O facto de os riscos, por vezes, serem elevados, faz com que o ressentimento seja ultrapassado, pelo menos na visibilidade da esfera pública. Esse facto não impede vários deputados de criticarem o que consideram uma cultura do "pedido de licença", como é o caso de Ana.

> Existe muito o pedir licença, eu sou muito avessa a essa cultura do pedir licença, eu não peço licença a ninguém. Há demasiada hierarquia dentro deste Parlamento, isso foi uma das coisas que eu notei com a passagem do tempo. Muitas hierarquias, muitos pedidos de licença. Aqui no partido está bastante pior. Provavelmente houve indisciplina, rebaldaria e eles [a direção parlamentar] tentaram pôr aqui alguma disciplina, mas a disciplina deu em excesso de hierarquias. Muita gente com muito medo de fazer coisas sem pedir licença não sei a quem. Ainda no outro dia eu queria uma coisa qualquer para dar a um jornalista e o assessor de imprensa disse-me assim: «Deixe-me ali perguntar ao líder se mando [um comunicado à imprensa]»; «Perguntar ao líder o quê?»; «Ah, para dar isso aos jornalistas…»; «Nem pense nisso, não dependo de ninguém para entregar uma coisa ao jornalista, entrego eu».

Esta deputada tem a "vantagem" de estar na sua nona legislatura, além de beneficiar de autoridade carismática e presença mediática regular. Quando olha para o passado, a partir da sua

[168] O *whip* trata-se de um deputado que tem a função de garantir a presença dos deputados nas Reuniões plenárias sempre que as votações são renhidas. Além disso, está encarregue de assegurar que a disciplina de voto é respeitada, e que todos os deputados votam de acordo com as orientações dadas pela direção partidária.

atual experiência como parlamentar, diz que muita coisa mudou, sendo que algum "eventual excesso de rebaldaria" terá a seu ver justificado a introdução de um sistema de disciplina entre os deputados, que rapidamente se tornou numa "cultura do pedido licença".

A assunção de uma atitude crítica perante as autoridades internas dá origem a conflitos e exemplos de desobediência relevadores das tensões latentes no quotidiano. Um dos exemplos mais claros foi o de uma deputada que, argumentando que privilegiava sempre a sua autonomia e consciência individual, se demitiu da direção da bancada para não ter de cumprir a disciplina de voto que lhe era imposta. Um outro caso foi o de um deputado que se recusou a obedecer perante a mudança na orientação de voto do seu Grupo Parlamentar, por entender que isso significaria uma quebra de um compromisso anteriormente estabelecido. Para si, a desobediência era uma questão de "política, de honradez pessoal e de dignidade institucional". Ambos os casos geraram conflitos internos, rapidamente superados, pelo menos na esfera pública. Em certo sentido, o conflito faz parte da ordem, desde que devidamente regulado.

## Representação política: tensões e desencontros entre a consciência individual e a representação coletiva

A organização dos Grupos Parlamentares, as suas hierarquias e os conflitos e tensões que originam, foram-me guiando para uma questão que esteve presente ao longo de todo o trabalho de campo. Um dos meus interlocutores definia-a como uma "uma tensão permanente entre respeitar o indivíduo e a garantia da disciplina" embora a possamos problematizar, na senda da discussão realizada no Capítulo 1, como a dimensão paradoxal e contraditória da representação política. Ana Espírito-Santo e Marco Lisi (2015) mobilizaram a este respeito dois conceitos oriundos da ciência política para pensar as relações entre deputados, partidos e eleitores. Um deles é o *foco de representação* e diz respeito a quais os interesses que são defendidos pelos eleitos – *quem representam*; o outro é o *estilo de representação* que analisa quais os critérios que orientam a ação concreta dos parlamentares – *a quem obedecem*. Quanto ao foco da representação, os autores demonstram que a esmagadora maioria dos deputados portugueses considera que representa sobretudo a população em geral, identificando igualmente uma redução do número de deputados que se sentem representantes de outras categorias, tais como o distrito de eleição, os seus eleitores ou o seu partido[169]. Além disso, em termos mais específicos, os deputados eleitos por círculos mais pequenos tendem a concordar mais com a representação prioritária do distrito.

[169] A diferença mais acentuada observa-se no caso da representação do partido, na medida em que, entre 2008 e 2013, a percentagem de deputados que concordava que o deputado representa sobretudo o partido pelo qual foi eleito passou de 85 % para 46 %.

Paralelamente, quanto mais antiga é a presença dos deputados no Parlamento mais estes tendem a valorizar a sua independência face ao partido. Já no que diz respeito ao *estilo de representação*, os autores chegam à conclusão que os deputados dão sobretudo importância à sua própria opinião, seguida da opinião do seu partido, sendo que só em terceiro lugar os deputados afirmam "obedecer" às opiniões dos seus eleitores. Além disso, os círculos mais pequenos pesam a favor da obediência à opinião dos eleitores, enquanto os deputados eleitos por círculos eleitorais mais amplos dão mais importância à obediência à sua opinião pessoal, em relação à opinião representada pelo partido. Já no caso dos deputados que não desempenham cargos partidários locais, estes tendem a valorizar mais a sua opinião pessoal em oposição à opinião dos seus eleitores, confirmando, assim, a relação entre partidarismo local e a ênfase no foco de representação dos eleitores (Espírito-Santo e Lisi, 2015: 441). Estes dados dão pistas importantes para perceber as relações que se estabelecem entre eleitos, eleitores e partidos políticos. No entanto, como os próprios autores admitem, nem sempre são claros "quais os critérios utilizados pelos deputados para orientar o seu papel como representantes" (Espírito-Santo e Lisi, 2015: 432), além de "ser difícil conhecer os mecanismos que estão por trás deste fenómeno" de alterações no estilo de representação (Espírito-Santo e Lisi, 2015: 442). É neste plano que a etnografia pode dar um contributo, chamando a atenção para a natureza multireferencial, paradoxal e disputada das práticas representação.

Todas as pessoas chegam à instituição com expetativas, planos, ideias e projetos; por mais que o discurso seja marcadamente coletivo, não encontrei quem não quisesse deixar uma marca individual da sua passagem pela instituição. Por vezes, o protagonismo individual é fundamental para a afirmação da sua "carreira política" – é preciso serem reconhecidos nos cargos que exercem. Noutros, esse reconhecimento funciona como uma espécie de compensação simbólica que contrabalança com a vida pessoal e familiar de que abdicam. Seja por que razão for, quando chegam à instituição os eleitos trazem consigo posições assumidas ao longo da vida ou "cadernos de encargos" das regiões por onde foram eleitos. No entanto, rapidamente se apercebem que as expectativas individuais têm de ser conjugadas com as lógicas coletivas que organizam a vida parlamentar.

Toda a ação individual tem de ter em conta a coesão do Grupo Parlamentar; a interação com o Governo; as orientações da direção do partido ou da bancada. Daí que a relação entre a vontade e a consciência individual, por um lado, e a tomada de decisão coletiva no âmbito dos Grupos Parlamentares, por outro, gere tensões latentes. Esta é uma expressão do que, num outro lugar, e com outros colegas, designei de "Estado como lugar de tensão" (Lopes et al. 2017, p. 283), isto é, tensões que remetem para pessoalização e impessoalização, para a colegialidade e individualidade das decisões e para as dimensões das parcerias e dos conflitos que daí emergem.

A tensão entre o protagonismo individual e as dinâmicas coletivas, não são apenas aspetos da vida quotidiana, estando inclusivamente matizadas nos documentos que regulam a vida

institucional do Parlamento. Paradoxalmente, ou não, estes documentos estabelecem que os deputados devem conjugar quatro dimensões da representação política: a sua vontade e consciência individual; as orientações dos seus partidos políticos; a relação estabelecida com os círculos regionais por onde se é eleito; e a necessidade de representar o país na sua globalidade. Ora como adverte Abélès (2006), o sistema eleitoral e a sua regulação formal não consistem apenas um conjunto de regras formais, que os académicos deveriam simplesmente descrever e comparar. Pelo contrário, refletem formas de relação políticas concretas que influenciam as próprias representações da e sobre a política.[170]

Primeiro, os candidatos a deputados são apresentados por partidos políticos,[171] através da entrega de listas fechadas, dispondo o eleitor de um voto singular na lista.[172] Estas disposições induzem, desde logo, a uma filiação do eleito ao partido político e às suas formas de organização internas – nomeadamente aos critérios de escolha e recrutamento de candidatos. Como não há um sistema de voto preferencial ou até um sistema uninominal, os deputados sabem que a possibilidade de figurarem nas listas candidatas ou de poderem ser reeleitos depende da decisão de quem, nos partidos, escolhe e ordena a lista de deputados (Freire 2015b).

Para além de representarem partidos, é preciso ter em conta que o facto de os deputados serem eleitos por círculos eleitorais geográficos[173] associados aos distritos administrativos, às regiões autónomas e aos círculos eleitorais da Europa e fora da Europa,[174] ainda que através de listas plurinominais, se reflete numa segunda filiação dos futuros deputados às áreas geográficas pelas quais são eleitos e que, em muitos casos, correspondem aos distritos de onde são provenientes. Esta circunstância faz com que se estabeleçam relações particulares entre os eleitos e as organizações concelhias, distritais ou regionais dos partidos e da sociedade civil, como se verá no próximo Capítulo.

Apesar disto, as filiações locais devem ser contrabalançadas com uma perspetiva nacional da representação política. Desde logo porque a própria Constituição estabelece que: "Os Deputados

[170] Por outras palavras, o antropólogo mostrou que a forma como os deputados são eleitos condiciona a maneira como agem e pensam politicamente, revelando, assim, que a política não é autónoma da sociedade que se propõe a representar em instituições permanentes. No caso francês, diz Abélès (2006), o sistema eleitoral maioritário em que apenas um candidato ganha a eleição, refletia-se nas práticas dos deputados, que assimilam a importância de serem reconhecidos pelos eleitores dos seus círculos de eleição. Surgem, assim, dois parâmeros significativos num processo de eleição: primeiro, esta diz respeito à relação entre o candidato e o partido político que representa; depois, à reputação e influência local dos candidatos nos seus círculos eleitorais. Na sua visão, "um representante eleito é simultaneamente uma pessoa e um símbolo. Os políticos não são apenas homens e mulheres que agem; eles têm o poder de evocação. Muitos rituais destinam-se a expressar de forma material a identificação contínua dos representantes eleitos com as suas comunidades" (2006, p. 21).

[171] Constituição da República Portuguesa, Artigo 151º.

[172] Lei Eleitoral da Assembleia da República (Lei n.º 14/79), Artigo 14º e 24º.

[173] Constituição da República Portuguesa, Artigo 149º.

[174] Lei Eleitoral da Assembleia da República (Lei n.º 14/79), Artigo 12º.

representam todo o país e não os círculos por que são eleitos".[175] Este elemento faz com que, apesar de eleitos por círculos distritais, os deputados não devam estar condicionados pelas reivindicações dos seus círculos. Este é mais um fator que origina tensões uma vez que a própria ideia de "representação do país" é interpretada subjetivamente.

Finalmente, para além destas diferentes filiações, a Constituição estabelece ainda que os deputados "exercem livremente o seu mandato",[176] devendo ter ao seu dispor todos os recursos que garantam a independência do seu trabalho. Apesar dos candidatos serem escolhidos pelos órgãos dos partidos (que elaboram listas fechadas), de serem eleitos e terem de interagir regularmente com círculos eleitorais específicos, de terem de representar o conjunto do país, devem ainda exercer o mandato livremente, em consciência e com autonomia.

Nenhuma pessoa tem este quadro normativo e contraditório presente e consciente quando intervém no dia a dia da instituição, embora este funcione como uma espécie de consciência latente da vida quotidiana. Veja-se este excerto de uma entrevista com uma deputada recém-eleita para se compreender como subjetivamente ela interpreta o seu papel de representante.

João Mineiro (JM) - Que pessoas é que pensa estar a representar aqui?

Mafalda (M) - Pois… [hesitação]

JM - Isto porque um deputado representa um país na sua globalidade, é eleito por um distrito, representa o partido pelo qual foi eleito… E ainda há muitos deputados que dizem "eu represento particularmente os jovens" ou "eu represento mais os reformados" … Que pessoas é que pensa estar a representar?

M - Pois... [hesitação longa] Olhe, eu espero estar a representar o eleitorado do meu partido em Lisboa, porque foi aquele que em princípio me elegeu. Embora enfim, num partido com esta dimensão haja sempre aqui uma expressão nacional adjacente. Dentro desse eleitorado, eu diria que represento uma área um bocadinho mais urbana ou progressista (não sei muito bem se posso fazer esta associação entre urbana e progressista). Digo-lhe também que eu acho que a principal descoberta que já tenho desta curta experiência é esta tensão entre o fator representatividade - que é o que me traz aqui - e a minha consciência ou a minha opinião pessoal - formada ao longo do tempo sobre os temas. Esta síntese é essencial e não é fácil fazer, porque a fidelidade a nós próprios e àquilo que nós dizemos nos nossos fóruns, onde todos estivemos, profissionais ou de amigos; e depois a consciência de que representamos pessoas, que representamos um programa eleitoral pelo qual fomos eleitos, que podemos não concordar em tudo, mas que respondemos por ele, às vezes implica aqui um jogo cintura que não é evidente.

[175] Constituição da República Portuguesa, Artigo 152º.
[176] Constituição da República Portuguesa, Artigo 55º.

O "jogo de cintura" de que fala a deputada resume a forma como tem de equilibrar em cada contexto as suas posições pessoais e a decisão política no âmbito dos Grupos Parlamentares, nos quais a opinião da direção do partido e das lideranças têm uma grande importância. Mas este jogo implica uma gestão difícil, com os deputados a terem que balançar mais para um lado ou para outro, mediante a posição relacional que ocupam nas estruturas de autoridade. Na perspetiva de quem ocupa lugares cimeiros da direção parlamentar ou partidos, a autonomia individual dos eleitos tem de ser controlada para evitar imprevisibilidade política. Neste sentido, a "consciência" do deputado deve subordinar-se à intervenção coletiva dos Grupos Parlamentares. Um dos líderes parlamentares vai mesmo mais longe, afirmando que a representação individual mitigaria a própria representação democrática, através da qual as pessoas conhecem as propostas partidárias:

> Eu todos os dias recebo deputados aqui. Todos os dias interajo com colegas meus que me vêm apresentar questões e me vão fazendo chegar o seu sentir. Agora nós temos necessidade de definir uma posição conjunta e uma posição global. Porquê? Porque senão, as pessoas não conseguiam identificar o que é que verdadeiramente significava a proposta partidária. Ficavam a saber o que é que pensa cada um… Há espaço, ninguém está aqui coartado na liberdade de pensamento, todos pensamos pela nossa cabeça, agora a decisão tem de ser uma decisão coletiva, porque o nosso sistema é um sistema em que a confiança dos eleitores não é apenas individualizada nos candidatos a deputados, é também no programa político

Compreende-se que a defesa da uma visão coletiva da representação é justificada politicamente como sendo o garante de uma democracia assente em programas políticos coletivos. Não obstante, esta forma de organização não deixa de originar tensões, que são reveladoras das distintas formas de pensar e exercer a representação política. Pensemos nos seguintes casos, o primeiro de um deputado com uma ampla experiência profissional antes da função, o segundo de uma deputada com um longo envolvimento partidário.

> Não tenho a noção de representar o que quer que seja. Eu tenho a noção de representar as minhas convicções, aquilo pelo qual luto há muitas décadas. E portanto acho que tenho afinidades maiores com a esquerda no Parlamento, porque me representa em parte, mas não sinto que estou a representar o distrito que me elegeu, nem os setores em que trabalhei toda a vida. Eu não sinto que estou aqui a representar algum interesse particular. (Luís, deputado na sua primeira legislatura)

> Se o meu partido, por maioria, define que aquela é a posição correta, eu tenho de respeitar essa democracia. E portanto, naturalmente, mesmo que eu tivesse uma posição diferenciada, o que faz sentido é, perante o coletivo em que me insiro, respeitar a decisão maioritária. (Rafaela, deputada na sua 2ª legislatura)

Estes dois casos são ilustrativos de alguns dos fatores sociais e políticos que podem levar as pessoas a assumir a representação política de um ponto de vista mais individual ou mais coletivo.

No primeiro exemplo, o prestígio público do deputado contribuía para a sua autonomia individual. Quer reconhecimento profissional (que lhe permitiu ganhar uma legitimidade política fundada fora do campo parlamentar) e parlamentar (isto é, pela trajetória política de prestígio na instituição), quer a presença mediática (decorrente, geralmente, do reconhecimento do deputado como especialista num tema), conferiam ao parlamentar um maior sentido de autonomia e de consciência individual na representação política. É também o que leva uma professora universitária a dizer que está "emprestada" temporariamente à política, afirmando que a sua consciência se sobrepõe sempre às orientações partidárias. Em sentido oposto, no segundo caso revelava-se um outro fator relacionado com a tradição política do partido da deputada. Com efeito, há na vida parlamentar partidos políticos representados que pela sua história, filiação ideológica, cultura política e prática quotidiana, dão mais relevância a um entendimento da representação política em termos coletivos. Outros, por seu turno, têm uma história e uma prática mais permeável a fenómenos como a individualização da intervenção política. Tais enquadramentos refletem-se na própria forma como os parlamentares percecionam a representação política.

Sobre a relação entre a autonomia individual dos deputados e a visão coletiva da representação política, um último exemplo deve ser mencionado. Está previsto no Regimento da Assembleia da República que todos os deputados, em igualdade de circunstâncias, tenham apoio técnico individual. Isto é particularmente relevante porque alguns deles não têm formação jurídica ou experiência parlamentar. No entanto, quando observamos o trabalho dos assessores dos Grupos Parlamentares, percebemos que estas pessoas estão afetas às Comissões Parlamentares, trabalhando essencialmente com os coordenadores e vice-coordenadores, e não dispondo de tanto tempo para acompanhar outros deputados, que estando nas Comissões, não têm um papel de coordenação política. É por isso que uma deputada me disse que: "Um deputado não tem um gabinete próprio, não tem gente que o apoie diretamente. Para levar a sério a sua posição, digamos que é uma tarefa praticamente impossível com as condições que tem". Opinião partilhada por uma assessora, que me disse: "Nem pense que consigo acompanhar esta gente toda. Sou sozinha para uma comissão que tem reuniões semanais e trabalha temas de todo o tipo. Eu tenho dez gajos para apoiar. Acha possível?"

A tensão entre a individualidade dos deputados e as dinâmicas coletivas dos Grupos Parlamentares dá origem a diferentes leituras e interpretações, algumas mais legitimadoras, outras mais conflituais e críticas, sobre a possibilidade de os deputados terem autonomia no exercício do cargo para o qual foram eleitos. Desse ponto de vista, como tentei mostrar, não é possível dissociar a sua iniciativa individual da posição que ocupam nas hierarquias formais e informais que organizam a vida quotidiana.

***

A Assembleia da República é um lugar onde se constrói diariamente uma ideia da política enquanto prática social e cultural especializada. Argumentei anteriormente que essa construção define a política enquanto forma de distinção social, para a qual se sentem socialmente vocacionadas algumas pessoas, em detrimento de outras. Mas esse processo só é eficaz porque se consubstancia numa prática concreta. Assim, aprender a "fazer política" nesta instituição exige saber circular entre palcos e bastidores, reconhecendo os tipos de relação social que ambos permitem. Implica, ao mesmo tempo, assimilar uma rede de hierarquias, formais e informais, que organizam a vida quotidiana e que moldam as possibilidades de ação. A vida parlamentar é uma competição latente, porque as condições de exercício do mandato não são nem igualitárias, nem universais. No Parlamento português identifica-se o mesmo que Weatherford (1985, p. 25) salientava no Congresso americano: os representantes são todos iguais, mas há alguns mais iguais que outros. Para lá do que estipulam as leis e os regimentos, a ação individual é sempre condicionada pela posição relacional que cada pessoa ocupa face à estrutura de autoridade. Porque é que, então, esta forma de organização gera mais consentimento do que conflito? A minha hipótese é a de que a instituição da política implica um conjunto de processos que garantam estabilidade ao grupo social que a representa e previsibilidade ao sistema institucional que a organiza. As hierarquias parlamentares não só conferem ao campo político uma lógica de competição interna que o tornam desafiante e viciante, como se constituem, ainda, como um elemento estruturante da ordem institucional, ao assegurarem previsibilidade, segurança e coesão à vida quotidiana. "No Parlamento, por norma, não há surpresas", dizia um parlamentar que citei. Essa garantia, instrumental à estabilidade da instituição e de quem nela participa, é um indicador fundamental para a institucionalização política e dos seus protagonistas.

## CAPÍTULO 9

# METAMORFOSES, RECONHECIMENTO SIMBÓLICO E DRAMATIZAÇÃO NA VIDA PARLAMENTAR

"Ser deputado é uma enorme responsabilidade. É um desafio, um desígnio enorme. Sou constantemente reconhecido e abordado na rua."
(Sérgio, deputado na sua primeira legislatura)

"É na perceção das pessoas que nós ganhamos legitimidade e reconhecimento."
(José, Presidente de um Grupo Parlamentar)

### Da taberna para o palácio: a semana camaleónica de Francisco

Nos primeiros meses desta pesquisa contactei as direções dos Grupos Parlamentares, pedindo autorização para acompanhar uma semana de trabalho de algumas e alguns parlamentares. O objetivo era conhecer a atividade quotidiana que estas pessoas desenvolvem dentro e fora da Assembleia, incluindo a que está para lá da cobertura mediáticas. Todos os dirigentes pareceram entusiasmados com a ideia, mas não foi fácil encontrar quem estivesse disponível para ter um etnógrafo consigo durante uma semana inteira. O Grupo Parlamentar de Francisco foi uma das exceções. Depois de alguns contactos, a autorização foi concedida, e o deputado enviou-me um *e-mail* perguntando se nos podíamos encontrar na sexta-feira seguinte.

Não me disse qual o propósito do encontro, e julguei que Francisco me queria conhecer e discutir a pesquisa com maior detalhe antes de autorizar que o acompanhasse. Ainda assim, fui preparado para realizar uma entrevista, e ainda bem, porque o deputado tinha reservado duas horas dessa tarde para falar comigo sobre o seu trabalho. No final desse tempo, e depois de termos ganho alguma confiança, perguntou-me: "João, pode então acompanhar-me a partir da próxima segunda? Vou passar o dia no meu distrito, podemos encontrar-nos às 9h15 na estação rodoviária". Eram seis da tarde de uma sexta-feira, e no dia seguinte estaria numa outra zona do país. Sendo fim do mês, quase nem tinha dinheiro para pagar um quarto na noite da véspera. Hesitei um pouco, mas a insistência do deputado fez-me esquecer isso e aceitar a oportunidade. Depois de contactar amigos da zona que me garantiam dormida,[177] consegui estar pelas nove da

[177] Agradeço a amizade do Carlos Couto e da Daniela Fernandes cujo apoio foi fundamental para conseguir acompanhar o deputado neste dia.

manhã, como havia combinado, na estação rodoviária da cidade do deputado. Poucos minutos depois, Francisco chega, põe os quatro-piscas e faz-me sinal. Não havia sequer tempo para um tomar café: "Está com energia João? Vai ser um dia longo". Foi mesmo. Bem mais longo, aliás, do que o deputado podia prever.

O nosso primeiro destino era uma localidade no extremo do distrito, que ficava a uma hora e meia de distância. Tempo de sobra, portanto, para "quebrar o gelo" com o Francisco. Aproveito a ocasião para falar um pouco de mim. O deputado queria saber quem eu era, porque fui estudar para Lisboa, o que faziam os meus pais, o meu percurso estudantil e académico. Ao mesmo tempo foi-me falando também do seu tempo de escola, da universidade, da atividade profissional e da sua trajetória na política. A circunstância de sermos ambos de distritos do interior criou uma certa proximidade, porque na perspetiva de Francisco "quem nasceu e viveu sempre lá em Lisboa, há coisas sobre o país real que não percebe".

A meio da viagem fazemos uma paragem para apanhar Rafael, assessor do Grupo Parlamentar, que trabalha diretamente com o Francisco no Parlamento e também o apoia na ligação ao distrito pelo qual foi eleito. O assessor chega sorridente e entusiasmado. Traz uma máquina fotográfica ao pescoço, porque o dia prometia vários registos. Tínhamos idades próximas, o que facilitou a nossa ligação ao longo dessa semana.

Faltava quase uma hora de viagem e Francisco voltou atrás na nossa conversa. Queria explicar-me o que tinha feito no fim-de-semana. Descreveu as diversas reuniões que teve no partido, uma sessão pública em que participou e uma visita que fez a uma IPSS. Esta descrição servia-lhe para introduzir aquilo que me queria realmente contar: a entrada no Parlamento mudou completamente a sua vida. Nesse fim-de-semana, por exemplo, tinha previsto dedicar tempo à família e a amigos próximos, que não via há algum tempo, mas as solicitações do partido fizeram com que tivesse de cancelar vários desses planos. Desde que é deputado, dizia-me, tem pouco controlo sobre a sua agenda, pouca vida pessoal, tendo até de se vestir de forma mais formal "porque o cargo tem uma estética". Resguarda a vida pessoal e nem sequer pode ter planos de diversão noturna com os seus amigos, porque a figura de deputado "implica alguma reserva".

Chegamos finalmente ao nosso destino. Francisco demora alguns minutos a compor a camisa e a colocar uma gravata, enquanto Rafael o relembra do duplo-objetivo daquele compromisso. Primeiro, o deputado deveria conhecer o trabalho de algumas pequenas e médias empresas da região, em especial uma que recentemente havia ganho um prémio. Depois, a visita servia também para consolidar relações políticas com empresários e dirigentes locais simpatizantes das ideias do partido. Rafael resume quem são as pessoas com quem se vão encontrar, e ambos discutem quais as ideias a reforçar junto de cada uma delas e em quem se deve concentrar atenção.

A relação dos dois era muito próxima. Ainda no carro, Francisco tinha-me descrito Rafael como sendo "o canivete suíço da distrital". Por outras palavras, Rafael não era apenas um confidente político e um assessor que apoiava Francisco no trabalho parlamentar, mas alguém

que fazia a gestão política do partido e do deputado no distrito por onde este fora eleito. Com efeito, os Grupos Parlamentastes têm direito a um número de assessores consoante a sua representatividade. Só que, apesar do seu vínculo formal ser à Assembleia da República, na prática os partidos atribuem a muitas destas pessoas tarefas relacionadas com a ligação dos eleitos às organizações locais dos partidos, seja a nível concelhio, regional ou distrital.

Apesar de terem estatutos hierárquicos formais diferenciados no seio da organização parlamentar e partidária, relacionavam-se a partir de um vínculo de dependência recíproca: Francisco é fundamental para Rafael, porque é o deputado quem garante o seu trabalho como assessor no Parlamento; ao mesmo tempo que Rafael é crucial para Francisco, já que é o assessor a garantir que o deputado tem uma boa relação com os órgãos locais do partido que são fundamentais na definição das listas à Assembleia da República ou aos órgãos autárquicos.

Depois do *briefing* de Rafael, Francisco está pronto para começar o dia. Sai confiante e sorridente do carro e cumprimenta o proprietário da primeira empresa e as várias pessoas que o esperam. Algumas eram familiares do proprietário, outras dirigentes locais dos partidos, que fariam parte da nossa comitiva. Começamos por visitar a loja do empresário. Nessa ocasião, o deputado começa por introduzir que "lá em Lisboa ninguém quer saber muito destes projetos", e aproveita para dar prova inequívoca que não se esqueceu da sua origem: um a um, o deputado nomeia todos os legumes, frutas, verduras e aromáticas que o empresário tinha à venda. Francisco provava que ainda estava ligado à terra onde cresceu, ou seja, como explica Goffman (1993, p. 11), procurava transmitir "veículos de indícios" que social e culturalmente o conectassem com as pessoas com quem interagia.

Seguimos depois para as instalações da empresa no parque industrial local. A visita tem uma coreografia: na linha da frente avança o deputado, o dono da empresa e uma pessoa da sua confiança; atrás seguem o assessor e os dirigentes locais do partido, que vão conversando com familiares e colaboradores do empresário sobre o negócio, a política e a região. Eu que fiz os possíveis para discretamente ir circulando entre uma e outra.

Se no primeiro encontro Francisco se apresentou como uma pessoa ligada à terra, um conterrâneo que não esqueceu a região, agora está na pele de representante político: queria saber tudo sobre a empresa, as dificuldades que sentem, em que poderia ajudar. "Como vos posso dar voz?", pergunta Francisco. As pessoas vão falando e o deputado vai ouvindo, ao mesmo tempo que dá indicações a Rafael para tirar notas. Faz comentários sobre a situação da economia e vai justificando as opções políticas do seu partido. Nessa ocasião, o deputado exibe a sua competência política: usa siglas; fala de pessoas importantes que conhece; dá exemplos económicos da região e fora dela; conta histórias de bastidores e fala do futuro. Vai informando, também, que há coisas que não pode fazer, como resolver o problema das acessibilidades, mas promete insistir nessa questão com o Governo. A certa altura da conversa, o empresário afirma que todo o investimento

que tem feito foi realizado sem recurso a crédito bancário. Francisco aproveita a oportunidade e diz, num tom entusiasmado: "Nós podemos ajudar nisso! Nós podemos ajudar nisso!"

Pega no telemóvel para ligar a "um grande amigo". O objetivo era saber quando abrem linhas de apoio a empresas com aquele perfil. Explica ao empresário que, sem se endividar, não precisava de fazer todo o investimento do seu próprio bolso; podia recorrer a fundos de apoio às PME e, nesse aspeto, ele podia ajudar. Ainda não se sabia a data dos concursos, mas o deputado deixou a promessa de o contactar mal tivesse informação sobre os prazos e regulamentos dos apoios. Rafael toma nota. Não foi nenhum favor, benefício ou promessa especial, mas antes a demonstração de que o empresário podia contar consigo. Facto, aliás, bem claro quando a visita acaba e o deputado se despede: "Caro amigo, tem aqui um funcionário ao seu serviço. Afinal de contas, é o senhor que paga; o meu amigo é o patrão". O empresário sorri, e despedem-se de forma cúmplice. A este tipo de relação já se referia Fenno (1978, p. 56, 85) quando, ao acompanhar o trabalho dos representantes nos distritos eleitorais compreendeu que a construção de relações de confiança entre o representante e o representado era o ingrediente mágico da representação e estava para lá da própria partilha de pontos de vista políticos e ideológicos.

Terminada a visita, quando entramos no carro, Francisco diz a Rafael que uma das pessoas que estava na comitiva com o empresário era simpatizante do partido. Era preciso manter contacto, a fim de saber se não gostaria de se tornar militante. Ri-me da situação e o deputado justifica, também a rir: "É preciso construir estas pontes João".

Era meio-dia e meio e fomos almoçar. Enquanto caminhávamos para o restaurante, Rafael conta aos dirigentes locais do partido vários pormenores da sua vida em Lisboa, referindo-se aos custos financeiros, ao trabalho excessivo e às saudades da sua terra. Um dos dirigentes diz-lhe diretamente: "Mas isso compensa porque estás a fazer carreira, não é?". O assessor ri e responde: "A política é como qualquer trabalho, tem um custo, mas vale a pena o sacrifício".

Almoçámos num restaurante da zona, onde o deputado cumprimentou todos os presentes. Àquela hora já estavam nas redes sociais as primeiras fotos das visitas da manhã. Rafael comenta divertido que "já anda um rebuliço no distrito": tinha recebido mensagens de pessoas de outros partidos a perguntar o que é que o partido está a fazer no terreno e se tem alguma coisa a ver com as eleições autárquicas. As suspeitas confirmaram-se ao almoço. Acompanhados de carne e vinho da região, começa o segundo objetivo do dia: combinar com a organização local do partido a estratégia para estas eleições, e discutir as disputas internas que lhe são inerentes. O deputado organiza as pessoas na mesa, assumindo uma posição ao centro. À sua frente e ao seu lado estão os dirigentes locais com mais responsabilidade locais. Estes colocam questões, antecipam cenários, revelam as suas dúvidas a Francisco que desdramatiza os problemas. Calmo e confiante, responde às questões, vai reforçando as suas propostas e sugestões e distribuindo tarefas com os restantes. Há uma relação de forte proximidade entre todos, mesmo que os dirigentes locais tratem o deputado por "doutor".

Depois de discutidos os principais assuntos, o deputado volta a falar da sua vida em Lisboa e das saudades que tem do distrito. Facto que só é compensado pelo "grande sentimento de gratidão" que sente, oriundo de pessoas, empresas e instituições da região que lhe agradecem a voz que lhes emprestou no Parlamento, retribuindo regularmente com ofertas de vinho, azeite e outros manjares locais, muitos deles de produção caseira.

A seguir ao almoço não havia visitas organizadas e a agenda estava com mais tempo livre. Rafael sugere que bebamos um café numa das tabernas mais antigas da zona. As sete pessoas presentes recebem bem o deputado, conhecido tanto pela política, como por fazer comentário televisivo sobre futebol. Algumas pessoas pedem para tirar uma foto e enquanto isso acontece o assessor pede três copos de vinho da casa, devidamente traçado, e paga a conta de todos os presentes. Brinda-se à terra.

Conversa puxa conversa, e enquanto vou fumar um cigarro à porta, um dos presentes mete uma nota em cima da mesa e oferece outra rodada geral. Bebi já sem grande vontade, mas com a consciência de que, em certos contextos, não aceitar uma oferta por quem nos recebe é considerado má educação e uma profanação ao espírito da hospitalidade. Como poderá ser óbvio, eram só homens naquele espaço. Quando pensei que íamos embora, é o deputado que toma a iniciativa: "Então eu é que sou o deputado e toda a gente paga menos eu?" Respondi-lhe que também não tinha pago, mas este retorquiu: quem é convidado, só tem o dever de aceitar. Veio, portanto, mais uma rodada. Em princípio, ninguém estava ébrio, que a generosa gasosa que ocupava mais de metade do copo não servia apenas para disfarçar o sabor do vinho, mas também para aligeirar a percentagem de alcoolémia. Faltava uma hora e meia para a visita seguinte e fomos a um outro *snack-bar*, mais discreto. Agora acompanhados de café e água com gás, estava na altura de selecionar e publicar as fotos da manhã nas redes sociais do deputado e também do assessor. Percebo nesse momento que já tinha uma foto minha, com o deputado, na sua página *Facebook*.

Foto 9.1: Visita de um deputado a uma taberna do distrito de eleição

Atualizadas as redes sociais, Rafael lembra o deputado da visita que se seguirá. Íamos conhecer uma empresa maior, a família e amigos do proprietário e a sua produção agrícola local. Chegamos à empresa e somos recebidos por uma comitiva de cerca de dez pessoas. Devidamente protegidos com capacetes de segurança, visitamos o processo de transformação de pedra. Mais tarde, a produção de mirtilos e de animais do empresário. Por fim, terminamos a beber um cálice de um vinho do porto caseiro da produção do empresário, acompanhado por nozes da zona. Eram cinco da tarde e pensei que o dia tinha chegado ao fim. Enganei-me.

Foto 9.2: Visita de um deputado a uma plantação local no distrito de eleição

Seguimos para um hotel rural, onde tínhamos à espera um banquete de manjares locais, queijos, enchidos, vinhos, salada de povo, mexilhão e bolos. Juntaram-se a nós mais algumas pessoas. Sentamo-nos à mesa em círculo: o deputado, o assessor, empresários locais, dirigentes associativos locais e dirigentes do partido. Francisco foi dirigindo a conversa. Falou de política, da região e do futuro. Explicou os problemas que teve com os outros partidos (mas também com o seu) e com vários ministros, em defesa da região. Depois, abordou subtilmente o tema das eleições autárquicas, de que se tinha falado ao almoço. Falou da dificuldade que um deputado tem em conseguir ganhar posições, quando "está tudo viciado pelo centralismo da capital". Aqui, apresenta-se sobretudo como um representante local, cujo desígnio é o de representar as causas e interesses da região no Parlamento nacional.

As pessoas da mesa estão com ele o tempo todo e, perante algum pessimismo no discurso, pedem-lhe que não desista da política. Francisco responde que um dia vai ter que sair, mas que com a força deles irá aparecer "sangue fresco", com energia para continuar a luta. O jovem assessor ri e um dirigente associativo local bate-lhe nas costas: "É de pequenino que se torce o pepino, não é?". Todos riem. O tempo passou a correr e já eram sete e meia da tarde. Francisco acelera as despedidas e tenta levar-me ao autocarro, que partia meia hora depois. Como previa,

não chegámos a tempo. Francisco não hesita em dizer-me para não me preocupar: tendo em conta o atraso, decidiu seguir naquele dia para Lisboa e assim poderia dar-me boleia. Eu recuso, sem grande convicção, dizendo que posso dormir numa pensão. Mas Francisco insistiu e eu aceitei. Enquanto o deputado vai jantar com a família, fico num restaurante a escrever as notas do dia. Pela meia noite chega o deputado, e nas quase três horas de viagem falámos sobre vários temas: portagens, sistemas de vigilância, futebol, corrupção, energia, publicidade em escolas, tabaco, situações conjugais, eutanásia, Orçamento de Estado, alterações climáticas, gastronomia... Cheguei a casa perto das três da manhã; o dia tinha sido mais logo do que ambos esperávamos.

A terça-feira foi mais calma, com o deputado a dedicar a tarde a trabalhar num conjunto de iniciativas legislativas que o seu Grupo Parlamentar iria propor, e a analisar outras que estavam em discussão na Comissão Parlamentar de que era presidente. Foi um dia de trabalho mais solitário, embora não menos trabalhoso, e sempre em contacto com Rafael.

No dia seguinte, quarta-feira, encontramo-nos de manhã à porta da Assembleia da República. Francisco informou os agentes policiais e a funcionária parlamentar da entrada que eu era seu convidado e o acesso foi imediato. Depois de tomarmos café no bar da Assembleia, seguimos para a reunião da Comissão Parlamentar, onde o deputado cumprimenta as pessoas presentes. Há uma proximidade entre ele e os colegas parlamentares. O deputado que há dois dias atrás tinha estado a beber vinho traçado, a passear na lama de uma plantação agrícola e a criticar o centralismo da capital, apresenta-se ali no seu papel de membro da instituição. Depois de receber a delegação do Governo com o protoloco que a circunstância exige, Francisco ocupa o lugar de Presidente da Comissão Parlamentar.[178] Fala de maneira formal, mostra que domina o procedimento a cumprir e que está a par de todos assuntos que serão objeto de debate. Rafael parecia também outra pessoa: a informalidade e o à-vontade com que se apresentara no distrito contrastavam com a figura séria e institucional de jovem assessor, que agora se apresenta de fato e gravata, barba feita e sapatos impecavelmente engraxados. Sempre simpático e afável, ofereceu-se para me apresentar a quem eu desejasse, do seu partido ou de outros, e ao longo da reunião ia-me contextualizando sobre o que ali se discutia.

Durante o debate, Rafael troca mensagens com Francisco e fala com assessores de outros Grupos Parlamentares. Visivelmente cansado, Rafael tinha saído da Assembleia às 23h no dia anterior, na qual tinha estado a preparar a reunião, tendo regressado às 8h da manhã: "Era preciso ter tudo preparado, todas as possibilidades. Não se pode fazer má figura nestes momentos, parecer despreparado sobre qualquer questão que possa surgir". O assessor é também uma extensão das

[178] Logo no início da Comissão percebeu-se a diferença de estatuto entre deputados e assessores. Diversos deputados e Secretários de Estado, deram a volta à mesa a cumprimentar todos os presentes. O assessor com quem eu estava sentado ficou de pé, à espera de também ser cumprimentado, mas todos passaram e o ignoraram. Ele saiu bem da situação e ofereceu-se para me trazer um café. Agradeci e acompanhei-o fingindo não ter reparado.

boas relações que o seu deputado mantém na instituição, mesmo com pessoas de partidos diferentes. Por exemplo, algum tempo depois da reunião começar, um deputado de um partido do espetro político oposto aproxima-se de Rafael e pergunta-lhe quais os temas que um outro partido tinha abordado, e que este não conseguiu ouvir. O assessor explica-lhe tudo, e justifica comigo, logo de seguida, que apesar de serem de bancadas opostas, os deputados têm boas relações de cordialidade e simpatia. Ele, como assessor, devia seguir esse exemplo.

A reunião durou várias horas e Francisco mostrou-se exímio conhecedor da dinâmica parlamentar. Vai controlando o excesso de informalidade dos colegas e moderando as intervenções. A determinado momento sente necessidade de reforçar a sua autoridade, sobrepondo a sua voz às dos presentes: "Para as pessoas perceberem lá fora o que se discute, não podem estar com tantos apartes". Todos respeitaram, pelo menos durante algum tempo. Como me diz mais tarde: "A Comissão não se pode transformar num campeonato de soundbites".

A presidir à Comissão o deputado apresenta-se como um "diretor da encenação" (Goffman 1993, p. 120), exibindo a capacidade de distribuir papéis e controlar a fachada, e ao mesmo tempo trazer de volta à linha de conduta quem dela se afaste. É calmo, ponderado e moderador, mas rapidamente tem de trocar de posição. Na terceira ronda de pedidos de esclarecimento, tem de ser ágil porque irá passar de Presidente de Comissão para deputado do seu Grupo Parlamentar. Convoca um vice-presidente para presidir à Comissão em sua substituição, desloca-se para o lugar destinado ao seu Grupo Parlamentar na reunião, em poucos minutos faz uma releitura nos documentos que Rafael preparou, e prepara-se para intervir, agora na figura de deputado.

Quando intervém, Francisco já não é diretor da encenação, mas um ativo membro de uma equipa que participa na *interação dramática* (Goffman 1993, p. 113). É crítico em relação ao desempenho do Governo e aproveita para dar visibilidade ao trabalho realizado no seu distrito dois dias antes. Diz, na sua intervenção, que na segunda-feira passada fez um périplo de visitas a empresas e setores económicos do interior do país, relatando os problemas que estas identificaram. A partir das opiniões de apenas alguns empresários e dirigentes locais o deputado trata de falar em nome das "preocupações gerais" dos pequenos e médios empresários da região e do país. Mas esta nuance é pouco importante para a performance parlamentar: nem o Ministro irá responder em detalhe às questões locais que o deputado levanta (a reunião já ia em mais de duas horas e havia ainda 17 pedidos de esclarecimento...), nem muito menos era esse o propósito. O objetivo da intervenção era mostrar aos colegas que se esteve no terreno e demonstrar às pessoas com quem reuniu que, no Parlamento, Francisco é porta-voz das suas preocupações.

Encontramo-nos quinta-feira, para assistir à sua participação numa reunião de um Grupo de Trabalho. Como expliquei anteriormente, nessas ocasiões as relações são cordiais, colegiais e distendidas. O ambiente era colaborativo, e mesmo quando na reunião um deputado de um partido de direita sugere uma visita do Grupo de Trabalho ao concelho de Fátima centrada no turismo

religioso, um outro, de um partido de esquerda, responde com humor: "Vamos, pois, desde que não vamos de joelhos!". Todos riram, eu inclusivamente.

Nessa circunstância o deputado não é o "crítico" da instituição que vi no distrito, o "moderador" reconhecido pelos colegas quando preside à Comissão Parlamentar, ou o deputado aguerrido a criticar a ação governativa. A sua performance insere-se na própria colegialidade das relações: trata os colegas na primeira pessoa, já que conhece há vários anos, e com eles colabora no trabalho quotidiano. À sexta-feira, a semana termina com uma sessão plenária, onde o deputado participa no esforço de que o seu Grupo Parlamentar vote unanimemente as iniciativas legislativas em causa. Ao início da tarde recebeu uma delegação internacional de um partido com quem tem relações, e no final do dia organizou a agenda da próxima semana. Estava agora pronto para voltar ao seu distrito, onde havia novos encontros a realizar.

## Dramatização e reconhecimento simbólico na semana mediática de Sandra

A semana parlamentar de Sandra começou com a Sessão Solene do 25 de abril. De cravo na lapela, a deputada entrou sorridente na Sala das Sessões. Em nome do seu Grupo Parlamentar iria intervir outra pessoa, mas isso não mitigou o entusiasmo desta vice-presidente do seu Grupo Parlamentar. Antes, durante e depois da sessão, tirou 11 fotos, suas e com colegas, que partilhou nas redes sociais, acompanhando algumas delas com excertos de poemas alusivos à data. Ao fim da tarde participou ainda nas celebrações da data na Assembleia Municipal do seu concelho.

Encontrámo-nos no dia seguinte, terça-feira, quando a deputada participava numa audição promovida pela sua Comissão Parlamentar. Sandra intervém sobre o decurso dos trabalhos, avisando que por motivos de agenda teria de sair mais cedo, embora agradecendo "o importante diálogo que ali se realizou e que muito irá contribuir para o trabalho parlamentar sobre estas matérias". Antes de sair tirou uma foto para publicar nas redes sociais, com um pequeno resumo do tema em discussão e explicando o quão importante é o Parlamento ouvir a sociedade civil. Mandou-me, entretanto, uma mensagem, e encontrámo-nos nos Passos Perdidos.

Seguimos para o seu gabinete onde tivemos uma primeira conversa sobre alguns dos aspetos da vida parlamentar. Sandra explica-me o papel das hierarquias formais e informais, das visitas aos distritos, do ritual do Plenário, da prática legislativa ou do trabalho de Comissão. Insiste que é preciso ter em conta a dimensão de comunicação na prática parlamentar, facto que caracterizará toda a sua semana. Uma hora depois da conversa somos interrompidos por uma secretária que avisa a deputada de que "a escola está pronta". A deputada arranja a roupa, confirma se está penteada, bebe um copo de água e seguimos para o Salão Nobre da Assembleia da República.

Ali já se encontravam algumas dezenas de jovens alunos, acompanhados por professores e uma assessora de relações públicas do Grupo Parlamentar, que dirigia uma visita guiada à instituição. As professoras recebem com entusiasmo a deputada, afirmando que é "uma honra poderem ser recebidas por si". Sandra devolve o elogio, afirmando que a honra é dela em poder receber no Parlamento tantas e tantos jovens. Estava dado o mote para Sandra explicar àqueles alunos que a Assembleia da República é o lugar onde em democracia estão representadas diferentes pessoas para "mudar a vida para melhor". Aproveita para aconselhar os alunos a seguirem os seus sonhos, como ela fez, devendo lutar sempre pelo que acreditam, seja qual for a profissão que gostariam de ter. Elogia a escola e os professores, recebe um presente dos alunos e tira várias fotos que mais tarde serão publicadas na sua página de *Facebook*: "Mais um dia cheio de alma [...] recebi os meninos/meninas do 4º ano da Escola *x* que vieram conhecer o Parlamento e agradecer os manuais e fichas escolares que tive o privilégio de lhes entregar pessoalmente quando estavam no 1º ano. Um gesto simbólico e repleto de ternura". A resposta não tardou: "Foi também para nós um gosto revê-la na casa da democracia. Gratos pelo excelente acolhimento".

Ao almoço, Sandra explicou-me que o seu poder de influência era limitado, mesmo sendo Vice-Presidente de um Grupo Parlamentar, já que é o Governo "quem tem a faca e o queijo na mão", remetendo para uma dimensão das hierarquias formais que desenvolvi no capítulo anterior. Por isso, para si, todos os gestos de "carinho e reconhecimento" das pessoas lhe davam força para continuar na política.

O almoço foi rápido porque a deputada tinha uma reunião da Comissão Parlamentar, e precisava de rever alguns documentos. Nessa ocasião a deputada intervém com confiança sobre matérias de poder local e de ciência, chamando inclusivamente a atenção para a importância da audição que se tinha realizado nessa manhã. A sua intervenção é genérica, mas serve para mais uma foto, publicada ainda durante a reunião, onde explicava o assunto sobre o qual tinha intervindo e elogiava o papel do seu partido naqueles temas. O dia termina com uma audição que uma Universidade Sénior havia pedido ao Grupo Parlamentar. A deputada ouve, explica o que o Parlamento pode e não pode fazer, e dá força ao grupo para continuarem a lutar por melhores condições. Na sua página de *Facebook* 12 fotos ilustram o seu dia de trabalho. Para Sandra, "se não comunicarmos, e sobretudo se não comunicarmos bem, parece que não fazemos nada, e como o João viu, eu faço mesmo muita coisa".

No dia seguinte cheguei cedo à Assembleia porque a deputada tinha assinalado na sua agenda o nome de Comissões Parlamentares. Depois de uma hora à porta, a assessora liga-me para avisar que a deputada não estaria de manhã na Assembleia. Aquelas Comissões assinaladas na agenda não implicavam a sua presença, apenas o seu acompanhamento enquanto Vice-Presidente. Naqueles casos a deputada "já tinha tudo combinado" com os deputados que coordenavam a intervenção do Grupo Parlamentar.

À tarde houve uma reunião de um Grupo Parlamentar de Amizade, e logo depois participou na Reunião Plenária. Sentada na segunda fila, envolve-se ativamente no debate, apoiando quem intervém em nome do seu Grupo Parlamentar, "puxando" por palmas durante e no fim dessas intervenções, recorrendo a apartes e fazendo comentários aquando das intervenções dos grupos adversários. Sobra ainda tempo para dirigir uma visita guiada a estudantes de ciências sociais de uma universidade internacional, ao final da tarde. Depois de publicar nas redes sociais algumas fotos desta visita, explicou-me que se sente "muito grata" pelo reconhecimento internacional que tem. Na sua perspetiva, era importante mostrar os feitos de Portugal e da Assembleia da República. Ser reconhecida no seu Grupo Parlamentar como alguém que pode ser porta-voz dessa experiência perante entidades estrangeiras dava-lhe um grande sentimento de satisfação.

O dia seguinte começou com uma reunião do Grupo Parlamentar, em que se discutiram as prioridades de intervenção e os sentidos de voto dessa semana. Sandra sai apressada antes da reunião se concluir e acompanho-a até à Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação.[179] Pediu para ser a primeira a intervir, porque tinha um outro compromisso. Os colegas aceitaram. Depois da sua intervenção não tem tempo para ouvir a resposta, dirigindo-se aceleradamente para uma audiência que uma associação de professores tinha solicitado ao seu Grupo Parlamentar.

Entramos na sala e a reunião já ia avançada, dirigida por um deputado e dois assessores. A deputada pede desculpas pelo atraso sublinhando que a direção do Grupo Parlamentar está muito interessada em ouvir as suas preocupações. Sandra é rápida a inteirar-se do estado da discussão e ágil a dirigir a reunião. Intervém explicando que o Parlamento não tem poderes executivos, aproveitando para falar um pouco das diferenças entre as funções representativas, que agora exerce, e a sua experiência executiva anterior, como presidente de uma autarquia. O ambiente estava tenso, porque a associação tinha uma posição diferente da que era defendida pelo Grupo Parlamentar. Sandra apercebeu-se disso e assumiu a condução da conversa, perante algum desconforto do seu colega. Num tom informal, explica que compreende a posição apresentada, que há sempre espaço para corrigir a legislação e que tudo farão para dar seguimento aos casos concretos que lhes sejam enviados. Os representantes da associação vão também mudando o tom, e acabam até por pedir desculpa: "Às vezes a gente não se apresenta da melhor maneira, porque isto para professores é um bocadinho estranho e complicado". Sandra diz que "compreende perfeitamente" e desdramatiza: "Ainda bem que há quem no país quem defenda tão bem os seus associados e com tanto sentido de missão". Sintetiza que há divergências entre o Grupo Parlamentar e a associação, mas que tal não os pode impedir de manter o diálogo para ir encontrando soluções o mais aproximadas possível.

[179] Esta é uma subcomissão temática e especializada, criada no âmbito da 1ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Esta sequência atribulada de reuniões só termina pelas 15h, altura em que a deputada segue para o Plenário, passando antes pelo bar da Assembleia onde comeu uma sanduíche de queijo e um sumo de laranja em dez minutos. Era debate quinzenal, tinha que se apressar, porque esse é o momento ritual mais importante das Reuniões Plenárias. Neste debate em particular Sandra é particularmente enérgica na afirmação da intervenção do seu grupo. Ao fim da tarde, ainda lhe sobra tempo para assistir ao lançamento de um livro. Conclui o dia publicando na sua página de *Facebook* um relato de todas estas reuniões que teve. Na sua perspetiva, "na vida política é importante e mesmo fundamental mostrar tudo aquilo que se faz".

A sexta-feira foi menos atribulada, mas não menos exigente. De manhã participou na Reunião Plenária, à tarde em reuniões de preparação da semana seguinte, e à noite numa iniciativa pública do partido. No fim de semana os planos pessoais tiveram também de ser adiados: no sábado representaria o partido, durante quase todo o dia, numa conferência nacional sobre educação; no domingo rumaria a Coimbra para uma iniciativa da juventude partidária. Assim se despediu Sandra, naquela sexta-feira: "É complicado João, às vezes é complicado, mas quem tem um sentido de missão não cansa as pernas e acaba por ter o reconhecimento merecido".

## "É na perceção das pessoas que nós ganhamos legitimidade": a semana de José, líder parlamentar

Cheguei à Assembleia da República às 9h30 numa segunda-feira de fevereiro. Tinha combinado com o Presidente de um Grupo Parlamentar acompanhar a sua semana, mas ele não apareceu à hora combinada. Uma hora mais tarde chega José, em ritmo apressado. Antes que eu dissesse alguma coisa, antecipa-se: "Vamos a isso João, vamos a isso. Como vai tudo? Vai ser uma bela semana para acompanhar!" Seguimos até ao bar da Assembleia da República, onde toma um segundo pequeno-almoço, e eu mais um café. O Parlamento estava vazio nessa segunda-feira. A maioria das pessoas estava nos seus distritos de eleição. José tinha uma visita marcada, mas foi cancelada, o que lhe permitiu concentrar o dia de trabalho na análise do Orçamento de Estado.

É já no seu gabinete que José me diz que o dia "vai ser um bocado chato". Ia passar toda a segunda-feira a analisar o Orçamento e a planear a intervenção do Grupo Parlamentar nas negociações orçamentais. Na parte da manhã percorreu as diversas áreas, à medida que telefonava a várias deputadas e a vários deputados, especialmente a Vice-Presidentes do Grupo e coordenadores em Comissão Parlamentar, mas também a assessores, dirigentes do partido e até especialistas daquela área que costumam colaborar com o partido. Por um lado, era necessário garantir que as propostas do grupo eram credíveis e coerentes, por outro lado, era preciso antecipar o eventual sentido de voto que cada proposta poderia vir a ter, tendo em conta as

negociações em curso e as posições dos restantes partidos. Interrompe esse trabalho apenas para fazer duas publicações na sua página de *Facebook*: uma, sobre um novo blog da sua área política; outra, divulgando um artigo de opinião que tinha publicado no fim de semana.

Ao almoço José explica-me que o trabalho orçamental é o mais importante da vida parlamentar, sendo uma tarefa de grande exigência. Nas suas palavras, "é neste momento que realmente podemos provocar mudanças e provar que estamos a representar as pessoas". Para si "ser deputado" é falar em nome das pessoas que representa, defender os seus interesses. Sendo essas pessoas não aquelas que votaram no partido, mas todas as outras cujos interesses o programa do partido procura defender. É um trabalho exigente não só porque é técnico e especializado, mas por igualmente exigir que a liderança saiba fazer uma boa gestão de expetativas das deputadas e deputados, coordene a ação parlamentar com a intervenção do partido fora da Assembleia, e consiga antecipar as propostas e posições dos partidos concorrentes. Tudo culmina, segundo José, na capacidade de desenvolver uma comunicação eficaz com as propostas que se apresentam, quer elas sejam aprovadas, quer sejam rejeitadas. Como diz: "A imagem do partido a seguir a um Orçamento de Estado ser votado é o que maioritariamente determina como a sociedade nos avalia. Não serve de nada ter boas propostas, aprovadas ou rejeitadas, se não formos reconhecidos publicamente por elas, porque é esse reconhecimento que nos dá força política".

O roteiro da manhã repete-se à tarde. José tentava perceber quais as propostas que deviam ser prioritárias, e que deputados as deviam defender no debate da especialidade. Era particularmente cuidadoso a explicar a alguns e algumas parlamentares porque é que as suas ideias não poderiam ser apresentadas, sendo incisivo quando, ao telefone com dirigentes do grupo ou do partido, combinava os argumentos que deviam ser usados para justificar a aprovação ou rejeição de algumas iniciativas legislativas. Apesar de estar sozinho no gabinete, o seu trabalho não tem nada de solitário: José multiplica-se em contactos, ouve opiniões contraditórias, procura apoios para as suas propostas, formulando novas ideias e desenvolvendo argumentos para afirmar a estratégia que vai sendo construída com a direção do partido.

O dia terminou com uma assembleia de militantes organizada pela direção local do partido. Nessa ocasião pôde explicar aos membros presentes qual a estratégia que estava a ser levada a cabo, qual o estado das negociações orçamentais. Apenas parte da informação que transmitia era verdadeira, já que ocultou e sonegou informações sobre as negociações que eu tinha conhecido no gabinete de manhã. Fê-lo para que as negociações não fossem prejudicadas, mas, independentemente do pretexto, recorreu a uma técnica que Goffman designa por "falsa representação", comum a diversos contextos, que correspondem a "técnicas de comunicação, como as insinuações, a ambiguidade estratégica e as omissões decisivas [que] permitem ao falso informador beneficiar de um efeito de mentira sem ter, tecnicamente, mentido." (1993, p. 79).

Quando nos encontrámos na manhã seguinte José avisou-me que eu não poderia assistir às duas reuniões que teria. A primeira, com membros do Governo, para dar continuidade às

negociações do Orçamento de Estado. A segunda, com o órgão executivo da direção nacional do partido, com quem faria o ponto de situação dessas negociações. À saída desta reunião, o deputado diz-me que a sua agenda mudou, porque o encontro com o Governo tinha sido inconclusivo e seria retomado na parte da tarde. Só que nessa tarde tinha de participar numa reunião de Comissão Parlamentar. Era preciso resolver rapidamente o problema. Liga ao chefe de gabinete, informa-o da situação e pede para se encontrarem, e convocarem outra assessora. José explica que não vai estar na reunião e é preciso preparar a deputada que o deve substituir. A situação exigia rapidez. Às 12h45 contactam a deputada, informando-a do problema e combinam almoçar juntos, para preparar a sua intervenção. A deputada foi apanhada de surpresa, mas conformou-se e aceitou ler um texto que lhe seria proposto.

Ao almoço o líder explicou a regra: a deputada precisava de intervir com algo que "entale o partido A e que entale o partido B". Assim, a intervenção centrar-se-ia em dois assuntos que, simultaneamente, incomodassem os dois partidos com quem está em concorrência mais direta. Paralelamente, era necessário fazer uma pergunta "para o ministro brilhar" e o partido não ser acusado de ter uma atitude hostil, numa fase crítica das negociações orçamentais. A deputada ouve, a assessora tira notas rapidamente e sem sequer olhar para o papel. "É preciso algum equilíbrio", adverte o líder deputado. Ao café pergunto à deputada se estava à vontade com a intervenção que ia fazer. A deputada encolhe os ombros e diz: "É a política, é o que é". Quando se despedem, José tranquiliza-a. "É uma coisa simples, não te preocupes, escrevemos-te o texto e discutimos a seguir se tiveres dúvidas". Eram 14h e a assessora e a deputada retiraram-se apressadamente para prepararem a intervenção.

Até às 15h sobrava ainda tempo para o líder parlamentar juntar o chefe de gabinete, os assessores de imprensa e dois assessores temáticos, para uma reunião rápida, onde fez um resumo das duas reuniões da manhã. José explicou, em particular, quais as matérias da negociação que podem ou não podem ser públicas, e como deviam ser comunicadas. Algumas deviam ser transmitidas em "on" aos jornalistas como "conquistas do partido". Outras deviam ser comunicadas em "off", porque eram matérias que estavam ainda em aberto. Na sua perspetiva, era necessário construir uma expectativa na opinião pública que pudesse reforçar a posição negocial do partido. O deputado era perentório e afirmativo: todo o Grupo Parlamentar tem de estar unido. A imagem pública do partido depende do sucesso da coordenação do Grupo Parlamentar, o que implicava garantir a coesão e a disciplina dos seus membros, fazer uma gestão inteligente das negociações, e construir uma boa narrativa mediática que favorecesse a imagem do partido. Depois desse *briefing*, enquanto se dirigia para a reunião com o Governo, o deputado explicava-me que para si "a questão mais importante é saber como é que as pessoas nos vão ver, como vão avaliar o que propomos, se nos veem como suas representantes, defensoras dos seus interesses, ou como mais uns iguais aos outros". Tudo se joga na comunicação, porque "é na perceção das pessoas que nós ganhamos legitimidade e reconhecimento".

Encontramo-nos à saída, já ao fim da tarde, com o deputado a revelar-me que a reunião correu bem, mas que ainda teria de levar trabalho para casa. Tinha uma lista de deputados a quem ligar para falar de todas estas matérias. Garantir a unidade do grupo é fundamental para que a estratégia do partido seja bem-sucedida. Um Grupo Parlamentar que não esteja coeso é o elo mais fraco de qualquer negociação.

Na quarta-feira encontro-me com José pelas 10h. Conversamos uns 40 minutos no bar dos deputados sobre vários aspetos do trabalho parlamentar. Normalmente neste horário reúne a Conferência de Líderes, mas naquele dia não havia reunião e José podia dedicar-se ao trabalho sobre o Orçamento de Estado e a preparar a Reunião Plenária. Vamos até uma das salas do Grupo Parlamentar e aí discutem-se as negociações que estão a decorrer entre o Governo e a Comissão Europeia que, nessa altura, estaria a fazer pressão sobre algumas medidas negociadas no Parlamento. Já com os principais dirigentes do partido na sala, aborda-se o problema da possível mudança de avaliação de uma agência de *rating*, caso algumas medidas sejam aprovadas.

Entretanto fazem um ponto de situação sobre os temas mais prováveis que cada partido trará à reunião plenária no período de declarações políticas. José avisa: "Nesta fase das negociações não se pode atacar de maneira estúpida!". Outro dirigente concorda, mas insiste num assunto que, na sua perspetiva, devia ser reforçado, para criar mais pressão nas negociações. O líder concorda, mas pede prudência porque estão numa altura crítica das negociações. Era preciso ter mais informação sobre as negociações com a Comissão Europeia e se, entretanto, houvesse algum dado novo a liderança do partido estaria no dia seguinte a visitar uma feira do fumeiro e podia fazer uma declaração, que, pelo sim, pelo não, o assessor de imprensa devia começar a preparar. O ambiente estava tenso na sala, mas um dirigente descontrai o grupo: "Não se preocupem, a feira do fumeiro é um ótimo sítio. O povo trata-nos sempre bem, o problema é que nos mete a beber vinho logo de manhã". A gargalhada é geral, apenas interrompida pela campainha que toca, a avisar que todas e todos os parlamentares se deviam dirigir para a Reunião Plenária.

Fiquei mais algum tempo na sala que minutos depois entra em polvorosa. Os assessores correm para a televisão e pegam nos telemóveis. O primeiro partido a fazer uma declaração política na reunião tinha escolhido o mesmo tema que eles, que só iriam intervir mais tarde. "Qual é o problema?" perguntei. Explicaram-me que, tendo um partido feito a primeira intervenção sobre aquele tema, seria esse partido a aparecer em destaque nas notícias. Facto que, em última análise, significava que eles não teriam um grande destaque mediático naquele dia. O assessor de imprensa parecia uma barata tonta a tentar perceber o que falhou para não ter sido o seu partido a falar primeiro e a marcar o tema. "Que grande barraca", diz-me. Eu partilho um ar igualmente preocupado, cúmplice da situação, mesmo sem perceber a razão de tamanha inquietação.

Passado pouco tempo, dois deputados saem do Plenário e encontram-se com o chefe de gabinete e o assessor de imprensa. Era preciso resolver o problema. Se não iam aparecer nas notícias com aquele tema, tinham que "furar" a agenda mediática com outro assunto. A estratégia

encontrada foi dar informação adicional a um jornalista sobre as negociações orçamentais, num registo *off the record*, pedindo-lhe que na notícia fosse indicado que tinha sido o partido quem tinha colocado o tema nas negociações. O assunto não era novidade na imprensa, mas foi dada ao jornalista alguma informação adicional. Como resumiu um dos deputados: "É assim mesmo, às vezes é preciso vender peixe requentado". A notícia saiu como tinham previsto e ao fim do dia era partilhado por vários membros do partido nas suas redes sociais.

Entretanto, na reunião plenária, o líder parlamentar interveio apenas uma vez, através de um pedido de esclarecimento a outro deputado que tinha feito uma declaração política questionando a credibilidade do Orçamento de Estado que estava em preparação. No entanto, para além dessa, havia outras cinco declarações políticas (do seu partido), sobre temas tão diferentes como o vencimento de administradores públicos, o crescimento económico e as políticas sociais, a banca ou a cultura. A reunião tinha ainda de analisar uma petição na área da educação. São vários os deputados e as deputadas que intervêm nestes temas, mas o líder parlamentar é quem os apoia. Não só tem de estar por dentro dos dossiers, como os ajuda no decurso do debate, estimulando a emoção da sua bancada ao repetir continuamente apartes: "Muito bem", "Ora aí está, é verdade", "Muito bem! É verdade!", "Custa a ouvir, custa a ouvir!".

O dia seguinte começou cedo. Combinei com uma assessora às 9h para falar do seu trabalho, antes da reunião do Grupo Parlamentar. O líder parlamentar juntou-se a nós, tomou café e seguimos para a reunião. A reunião é dirigida por José, que começa por fazer uma listagem de todas as iniciativas legislativas que serão alvo de votação nessa semana. Indica ainda que é necessário identificar a que Grupos Parlamentares de amizade querem pertencer, e quem gostaria de presidir a alguns deles. No meio dessa discussão, um deputado interrompe abruptamente uma intervenção: "Então, mas o que é que faz exatamente um Grupo Parlamentar de Amizade?" A sala ri. Claramente havia várias pessoas com a mesma questão. O líder explica o que são estes grupos, informação depois completada por uma deputada que já havia presidido a um deles. Abre-se então o ponto da ordem de trabalhos que todos esperavam: a discussão sobre o Orçamento de Estado. José começa por advertir que é preciso que os colegas diferenciem muito bem o que é "político" do que é "técnico". Na sua perspetiva, os deputados devem centrar a intervenção no que é político, no que é agenda pública e vai ser comunicado para fora. Dá informação ao grupo sobre as negociações com o Governo e explica as várias medidas que estão em cima da mesa.

Nesta altura, um deputado pede a palavra para explicar que está preocupado com as negociações. Entende que o Grupo deve ter algum espaço para poder fazer propostas que, neste momento, o Governo rejeita. José concorda, mas adverte que tem de ser um processo gerido com cautela, devendo ser centralizado pela direção. Uma nova deputada confessa "nunca vi um orçamento na vida" e pergunta qual a melhor forma de ler e traduzir aquele extenso documento técnico. O líder parlamentar explica parte do processo, pede a uma assessora para dar apoio acrescido à deputada, mas adverte: "É preciso tempo, estas coisas levam o seu tempo".

Tudo parecia alinhado na estratégia definida entre a direção do Grupo Parlamentar e o partido, até que um dos deputados provoca um silêncio na sala, quando questiona: "Então mas e quantas mais coisas é que vamos querer perder"? Um outro deputado aproveita a boleia. "Também estou um bocado à rasca", diz. Relatou que se tinha comprometido com um conjunto específico de eleitores, com quem tem lutado há várias décadas pela aprovação de um conjunto de medidas. Agora que é parlamentar pode vir a ter de aprovar um Orçamento que não contempla nenhuma delas. José explica que nada está perdido, que estão em negociações, mas que há agendas que podem demorar mais tempo a serem aprovadas. Até porque em última análise o insucesso das negociações seria sempre muito pior e podia criar uma crise política.

José gere a reunião com cautela, embora com firmeza. Ele tem de coordenar uma discussão com muitas pessoas, várias sensibilidades, e que combina dimensões de estratégia política, táticas negociais, de complexidade técnica e de agendas individuais, temáticas, setoriais ou regionais. A síntese, na sua perspetiva, forma-se sempre na perceção pública: em política, representar "significa fazer ver às pessoas que se fala em nome delas, mesmo quando se perde ou quando se é mais tático". E continua: "As boas intenções de nada servem sem força para ganhar propostas e para as comunicar publicamente".

Regressamos brevemente à sala do Grupo Parlamentar. Há um assessor que se encontra a editar vídeos das intervenções no Plenário e em Comissões. O líder dá orientações sobre os títulos de alguns dos vídeos, e quais devem ser publicados com prioridade. O assessor toma nota. A campainha toca, está na hora de mais uma sessão do Plenário. A reunião durou três horas e discutiu oito Projetos de Resolução, sete Projetos de Lei, e uma apreciação de um Decreto de Lei. O líder parlamentar pediu a um Vice-Presidente para apoiar os parlamentares que iam intervir. José esteve presente, acompanhando o debate, mas aproveitou para ao computador continuar o trabalho sobre o Orçamento, saindo ocasionalmente da reunião para pequenas reuniões.

À sexta-feira é dia de votações em reunião plenária e à tarde haverá nova ronda negocial com o Governo. José espera que seja a última e que as negociações fiquem concluídas. Até porque, se assim for, pode começar todo um outro trabalho de comunicação das propostas que o partido apresentou, das conquistas que conseguiu, das matérias que o Governo não aceitou, mas pelas quais o partido continuará a lutar. É preciso organizar uma ronda pelo país para a direção do partido explicar publicamente o processo em que tem estado empenhada e, sobretudo, garantir uma narrativa que gere reconhecimento da opinião pública. Esse será, para José, o grande desafio das semanas seguintes.

## Metamorfoses, reconhecimento e dramatização do trabalho parlamentar

### *Metamorfoses*

Todas as pessoas desempenham papéis sociais. A sua apresentação no mundo, perante os outros, incorpora e exterioriza regras de conduta e comportamento culturalmente definidas e socialmente expetáveis, que decorrem da sua pertença a determinados grupos e das situações de interação em que se encontram envolvidas (Goffman 1993; 2010; 1999). Neste sentido, a apresentação aos outros é sempre realizada a partir da construção do seu s*elf* (Mead 2015; 2011). Não por acaso, aliás, a palavra "pessoa" remete, etimologicamente, para o significado de "máscara". Estar no mundo implica, consciente ou inconscientemente, representar papéis sociais e, como lembra Robert Park (cit. por Goffman 1993, p. 31–32): "É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros. É nesses papéis que nos conhecemos a nós próprios". Socialmente, os seres humanos *são* as máscaras que projetam nas suas relações de interação e sociabilidade.

Tal não significa que o conceito de pessoa remeta para uma espécie de aparência ou de simulacro, superfície ou artifício de um "verdadeiro eu" anterior ao encontro social e ao contacto o mundo. Como refere Pina Cabral (2007b), o conceito de pessoa, contrariamente ao de indivíduo moderno, é mais fértil porque pode existir em todas as sociedades, culturas e em todos os tempos históricos. Remete, portanto, para a noção de que a alteridade precede sempre a identidade, mesmo que, seguindo a advertência do autor, a constituição da pessoalidade [*personhood*] implique comunicação, pensamento reflexivo, sendo um processo temporalmente constituído e não tendo qualquer essência ahistórica (Pina Cabral 2017, p. 99–100).

A respeito da capacidade de adaptação a diferentes contextos, pensemos, por exemplo, no mundo académico. Ser investigador/a é exercer um papel social, institucionalmente reconhecido, num órgão de poder académico. Mas qualquer pessoa que exerça essa função tem de modificar a sua linguagem, conduta e comportamento, consoante esteja a comunicar com estudantes, com outros investigadores da sua área ou de outra, em encontros científicos e congressos, em órgãos de gestação académica, científica ou pedagógica, quando fala à imprensa sobre as suas pesquisas ou em iniciativas de extensão universitária, fora do espaço académico a que se pertence.

Nada disto é particularmente original nas ciências sociais. A questão etnográfica que se coloca é então a de saber o que há de específico no caso das pessoas que exercem o papel social de representantes parlamentares. O que há de distinto e de culturalmente significativo na forma como os representantes se apresentam perante quem os ouve e com quem interagem? A minha hipótese é que, apesar de todas as pessoas adaptarem a sua conduta e comportamento consoante os papéis sociais que desempenham, no caso das pessoas que se apresentam como representantes parlamentares essa mudança é *mais frequente*, *mais rápida, mais consciente* e mais *crítica*.

Figura 9.3: Deputado em manifestação partidária
Fonte: João Mineiro

Figura 9.4: Deputados participam numa Audição em Comissão Parlamentar
Fonte: João Mineiro

Figura 9.5: Deputado participa numa visita a uma empresa do círculo de eleição
Fonte: João Mineiro

A vida parlamentar exige uma metamorfose diária na forma como os representantes se apresentam perante os outros, já anteriormente identificava por Weatherford (1985, p. 206) que salientava que um dia normal de um membro do Congresso consistia em dedicar-se a uma série de "aparições camaleónicas" (*cameo apperances*) em várias arenas rituais, ou por Emma Crewe (2015a, p. 41) quando chamava a atenção para o facto de na House of Commons os deputados terem de desempenhar diferentes papéis, interiorizar regras de atuação, saber dirigir-se a diferentes audiências e a gerir diferentes pressões, nomeadamente oriundas dos media e do público, mas também a separação das suas famílias e o desapontamento decorrente da diferença entre a imagem projetada e a realidade concreta do trabalho parlamentar.

No nosso caso, em primeiro lugar, as metamorfoses das e dos representantes parlamentares são *mais frequentes* porque exigem uma capacidade de adaptação a contextos sociais diversificados. Goffman lembrava que: "*Ser* um certo tipo de pessoa, portanto, não consiste meramente em possuir os atributos requeridos, mas também em adoptar os modelos de comportamento e apresentação a que dado grupo social se encontra apegado" (1993, p. 93). O que é específico em quem se apresenta como representante parlamentar é que esses padrões de conduta e aparência mudam frequentemente, tendo em conta os diversos grupos sociais a que pertencem (ao partido e às frações internas, ao Grupo Parlamentar, à região onde são eleitos, grupo socioprofissional anterior, grupos de interesse, movimentos sociais, etc.) e aos públicos a quem a sua ação se dirige e que, vimos no Capítulo 6, tanto são reais como imaginados. Assim, para se *ser parlamentar* não basta, como expliquei, possuir atributos socialmente valorizados e que decorrem do capital económico, social, cultural ou simbólico de que se dispõe. Esses capitais de nada servem se não se traduzirem numa adaptação permanente aos diversos contextos sociais nos quais se apresentam e que exigem formas de conduta e comportamento particulares.

Ao chamar a atenção para o que designa de *shapeshifting work of politicians,* Emma Crewe (Crewe 2021, p. 164) alerta para o facto da representação parlamentar exigir um processo de adaptação social e cultural permanente, tendo em conta os distintos aspetos do trabalho político, as redes de sociabilidade e a cultura, o passado e o futuro e os diferentes públicos a que se dirigem. Tal implica que a representação seja marcada por contradições, pressões conflituais e uma exposição a uma multiplicidade de exigências competitivas, lutas de poder, contradições individuais, antagonismos e emoções.

Antes de chegarem a parlamentares, todas as pessoas com quem dialoguei estavam inseridos em contextos de socialização que decorrem da sua origem social e familiar, dos percursos profissionais anteriores, ou das redes de relacionamento que foram construindo ao longo da sua vida. Mas a trajetória pessoal, mesmo que influencie as suas visões do mundo, tem de ser conjugada com as múltiplas pertenças que a participação política institucional requer: tanto pertencem ao "corpo de representantes" como a círculos eleitorais; a partidos políticos como a

fações e sensibilidades internas; a Grupos Parlamentares como a comités interpartidários. A pertença a estes diferentes contextos de sociabilidade exige uma mudança contínua na apresentação de si perante os outros. Veja-se o caso de Francisco, cuja semana acompanhei. À segunda-feira, no distrito de eleição, apresenta-se como um representante local. A sua performance baseia-se na construção do que a literatura sobre a representação política define como um mimetismo entre representantes e representados (veja-se Capítulo 1). O caso paradigmático deste aspeto é o Francisco para quem a questão do consumo dos produtos locais e da visita a locais "típicos" da região procura atestar a perseguição simbólica deste mimetismo entre o representante, os eleitores e a região. Para tal, Francisco percebe que é necessário "fazer prova" da sua identidade local, do seu sentido de pertença à região, mostrando que tem sido uma voz crítica do centralismo e do elitismo da instituição parlamentar.

No entanto, assim que deixa o distrito e passa a porta de entrada da Assembleia da República, a sua performance tem por base o inter-reconhecimento dos seus pares. Nesses momentos, apresenta-se como membro do corpo de representantes, e como dirigente de um Grupo Parlamentar. Nenhum dos seus colegas de partido ou de Comissão Parlamentar o vê como um "representante da região", porque não é desta forma que se apresenta. Da mesma maneira, quando participa na vida interna do partido a que pertence, age e interage enquanto dirigente nacional, capaz de pensar a política para lá dos interesses regionais, mas igualmente enquanto membro de uma fação interna, através da qual mantém autoridade na organização e assegura um lugar nas listas candidatas futuras.[180]

Por vezes, todas estas filiações podem suceder numa única performance, demonstrando-se assim que as teorias políticas sobre a representação não são antagónicas. Os representantes não têm de escolher *exclusivamente* representar o país, o distrito, o partido ou a sua consciência. Pensemos, por exemplo, na intervenção de Francisco sobre Pequenas e Médias de Empresas na Comissão Parlamentar. Nessa intervenção, o deputado consegue simultaneamente apresentar-se como parte do corpo de representantes, apelando à influência coletiva e ao escrutínio sobre o Governo; membro de Grupo Parlamentar de oposição, acentuando a sua crítica ao Governo e aos partidos que o sustentam; dirigente partidário, lembrando a história do seu partido naquele tema; e finalmente, como representante local, chamando a atenção para problemas de empresas do seu distrito de eleição. Fá-lo numa única intervenção, em escassos minutos, sem que nenhum destes papéis pareça contraditório com qualquer outro.

Em segundo lugar, as deputadas e deputados, para além de se adaptarem mais frequentemente, também o fazem *mais rapidamente*. No Capítulo 2 expliquei que a abordagem

[180] Desta forma, estou de acordo com Emma Crewe (2021) quando argumenta que os deputados não são apenas indivíduos, antes pertencendo a diferentes grupos com interesses diversos, envolvendo-se numa grande variedade de relações que exigem uma "navegação" [*navigation*] social e política complexa e é condicionada por hábitos culturais e diferentes possibilidades imaginativas.

etnográfica de que parto se baseia num entendimento da política não como esfera autónoma da realidade, mas uma dimensão da realidade que deve ser pensada contextualmente, compreendendo os contextos sociais, históricos e culturais que lhe atribuem sentido. Desta forma, a política representada na instituição parlamentar reflete uma das características centrais da nossa contemporaneidade: a aceleração do tempo social.

A ideia de aceleração da história, desenvolvida pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (2004), e da vida urbana, desenvolvida primeiramente por Simmel (1997) no início do século XX, ganha uma nova dimensão e novos contornos na era da revolução digital. Harmut Rosa (2013; Rosa, Scheuerman 2009) chamou este processo de "aceleração social", mostrando como a noção do tempo se alterou em diversos domínios da vida social, refletindo-se nos regimes espácio-temporais a cujos efeitos é cada vez mais difícil escapar, num mundo em que o futuro precário altera as próprios imaginários da ação política, tornando-nos não viventes mas sobreviventes do mundo que habitamos (Abélès 2010; Barata 2019).[181] Esta aceleração afeta todas as esferas sociais, da informação às trocas, da comunicação às ideias, do dinheiro às profissões, dos estilos de vida à produção académica. É evidente que o mundo da política não deixa de refletir estas mudanças sociais, culturais e económicas. A política institucional vive um tempo em aceleração, potenciada pelas próprias transformações mediáticas que implicam uma comunicação permanente e uma reação contínua aos acontecimentos. No contexto parlamentar, os deputados e as deputadas *mudam mais rapidamente* na forma como se apresentam aos outros porque a representação desse seu papel social exige que trabalhem em diversos lugares, tanto em formato presencial como virtual, adaptando-se instintivamente a diferentes funções, públicos e interlocutores, adequando os seus comportamentos, linguagens e formas de conduta aos variados contextos de interação por que transitam.

Esta dinâmica implica uma mudança constante e rápida que parece ser uma característica inevitável da vida político-parlamentar, a qual, segundo várias deputadas e vários deputados, se organiza a partir da regra tácita de que ninguém pode estar em silêncio. Quem quer estar no Parlamento, e nele permanecer, rapidamente percebe que tem de falar, aparecer, publicar, interagir, mostrar trabalho. Isso é fundamental para si próprio, para o Grupo Parlamentar e para o partido a que se pertence. Para além de ser crucial também para a imprensa que, alimentada por noticiários 24 horas por dia, e com jornalistas em permanência na Assembleia da República, tem de produzir conteúdo e informação numa base diária.[182]

Este ritmo é ainda exponenciado pela utilização de redes sociais *online* por quase todas e todos os parlamentares. Dos 299 deputados que exerceram funções entre outubro de 2015 e

[181] Saliente-se, no entanto, que a esse futuro precário que atravessa os imaginários pode igualmente corresponder uma reabilitação da ideia de utopia, expressada em práticas sociais, culturais e políticas concretas que antecipam outros futuros possíveis (Louçã 2019).

[182] A este assunto voltarei no Capítulo 11.

outubro de 2019, apenas 30 deles não tinha uma conta na rede social Facebook; e 136 deles estavam também registados no Twitter. O recurso a estas plataformas pelas deputadas e deputados contribui para uma aceleração da comunicação, implicando uma adaptação mais rápida dos parlamentares a diferentes públicos, a que acresce o facto de estas plataformas permitirem um contacto direto entre os representantes e os eleitores, agora à distância de um clique. É preciso mudar rapidamente porque todos têm consciência dos diferentes públicos a que se dirigem quando participam no Plenário, quando intervêm numa Comissão, quando dão uma conferência de imprensa, quando falam com um jornalista, quando discutem no partido, quando publicam um *post* ou fazem um *tweet.*

Por tudo isto, as metamorfoses dos parlamentares são tendencialmente *mais conscientes*, já que a pluralidade de interações em que se encontram envolvidos, e o ritmo e as exigências que lhes são inerentes, exigem uma preparação cuidadosa, sempre lembrada e auxiliada pelas equipas de assessores, em relação a tudo o que dizem, escrevem, publicam e sobretudo na forma como se apresentam perante os outros.

Finalmente, as metamorfoses do trabalho parlamentar, além de frequentes e rápidas, são também *mais críticas*. Segundo muitas e muitos deputados, a adaptação a contextos muito diversos tem de ser prudente e equilibrada. Tal como sugere Crewe (2021, p. 114), também no nosso caso, se os deputados mudam de forma expressiva a sua apresentação, correm o risco de parecer oportunistas e cínicos que se adaptam a qualquer contexto. Mas se, pelo contrário, não se adaptam convenientemente, correm o risco de ser acusados de "robóticos" e inflexíveis. Toda a adaptação feita a diferentes contextos deve ser "natural" e ter subjacente o que designarei de uma *coerência de si* próprio. Implica ajustar-se frequentemente e rapidamente sem perder coerência e autenticidade, processo tanto mais favorecido, quanto mais espontâneo parece. Como sintetiza Crewe (2015a, p. 223), "os deputados bem sucedidos desenvolvem uma capacidade de se adaptarem a diferentes contextos sociais sem sequer se darem conta disso". A adaptação a diferentes contextos é, sem dúvida, mais cultural do que estratégica, mais tácita que programada, mais astuciosa do que linear.

Ao contrário de outros papéis sociais que as pessoas desempenham, o papel social de representante parlamentar tem um risco consideravelmente superior na medida em depende dos resultados eleitorais, sendo uma função com um grau de exposição, escrutínio e publicidade elevado. Além disso, a atividade dos/as eleitos/as depende da perceção pública do seu desempenho, que é determinante tanto para o seu futuro pessoal (e muitas vezes profissional), como para o da organização partidária a que pertence. Quem está no Parlamento é avaliado constantemente por tudo o que diz, faz ou não faz. Dentro da instituição o escrutínio é absoluto: enquanto o *Canal Parlamento* filma o conjunto das reuniões formais, os jornalistas circulam na

sala, à procura de tudo quanto possa ser notícia.[183] Um erro, em política, pode comprometer o futuro e tornar irrelevante anos de trabalho e capital político acumulado. Como me referiu um dos deputados há mais anos na instituição: "Sabe João, já vi de tudo nesta casa. Aqui uma pessoa pode andar anos e anos a conquistar a confiança do partido e das pessoas fora. É uma tarefa árdua, ter uma boa imagem nesta altura. Mas basta que cometa um deslize, um pequeno erro, uma gralha e todo essa imagem e trabalho desaparecem em poucos segundos".

*Reconhecimento simbólico*

Os deputados e as deputadas à Assembleia da República não têm todos os mesmos poderes. Como discuti anteriormente, um olhar etnográfico centrado nos discursos, práticas e relações mostra-nos que para lá dos regimentos institucionais este é um mundo social organizado por uma rede complexa de hierarquias, tanto formais como informais, que se traduzem em diferentes maneiras de compreender e exercer a representação política e parlamentar.

Para além disso, há fatores de natureza estrutural e de economia política que nos mostram que, no contexto mais vasto da integração europeia, do neoliberalismo e da financeirização global da economia, os Estados perderam instrumentos de soberania orçamental e política (Stiglitz 2012; Piketty 2014; Rodrigues, Santos, Teles 2016; Streeck 2013; Graz, Nölke 2012; Louçã, Ash 2017), refletindo-se não apenas na mitigação dos poderes dos parlamentos nacionais e da representação política nacional, como nos próprios processos de cooptação e mobilidade social dos governantes. Esses processos são historicamente influenciados pelos vínculos, antes e depois da função, com o poder económico, em especial no que respeita aos grandes grupos económicos (Campos et al. 2015; Louçã, Lopes, Costa 2014), mesmo que, na senda de Lima (2003), essas relações não devam ser tomadas de forma excessivamente economicista, pois tal perspetiva obscureceria a compressão da multiplicidade e complexidade de interesses e disputas, onde se jogam dividendos económicos, políticos, sociais e simbólicos de diversos tipos, todos importantes para compreender as motivações dos representantes e o trabalho que desempenham.

Finalmente, não obstante o Parlamento ter como uma missão constitucional o poder legislativo, na verdade tem sido o Governo quem mais determina a agenda legislativa em Portugal (Caupers, Guibentif, Almeida 2014), o que aliás vai ao encontro da ideia de que o predomínio das funções legislativas dos parlamentos tem vindo a dar lugar a uma primazia das suas funções de escrutínio ao Governo e de relação com os cidadãos (Leston-Bandeira 2005; Abélès 2006, p. 24).

Apesar de todas estas transformações, muitas e muitos deputados não parecem questionar o seu papel e a sua presença no sistema político e democrático, ou mesmo impedir que a generalidade deles queira manter-se na instituição. O seu quotidiano é caraterizado pelo empenho

[183] Dentro das regras tácitas que de discrição que expliquei no Capítulo 7, e a que voltarei no seguinte.

em afirmar as posições político-ideológicos a que pertencem, bem como o de consolidar as redes que lhes permitem acumular capital político e, desta forma, garantir que continuam a constar nas listas candidatas. Porque é que isto acontece? Porque é que tantas pessoas querem manter-se na instituição, apesar de esta ter visto os seus poderes mitigados? Qual a razão por que se esforçam por continuar parlamentares, mesmo quando, devido ao lugar que ocupam nas hierarquias internas, não conseguem ter poder de intervenção, escrutínio ou de influência legislativa?

Há várias hipóteses que podem contribuir para dar uma resposta a estas questões. Uma delas relaciona-se com a própria circunscrição social e cultural dos representantes, de que falei no Capítulo 5. Para muitas e muitos deputados, questionar o sistema parlamentar seria colocar em causa a sua própria existência objetiva e material, no sentido em que a política institucional se tornou o seu saber especializado, e a prática parlamentar ou partidária a sua ocupação profissional. Acresce a isto que também num plano subjetivo questionar o poder da instituição, e a sua presença nela, implicaria uma interrogação mais profunda sobre a sua própria existência subjetiva e identitária. A sua subjetividade política, estruturada ao longo dos anos e que as guiou àquele lugar, depende do próprio sistema político que a tornou possível. Questionar a instituição e o papel que nela desempenham seria, de alguma forma, questionarem-se a si próprias, à sua trajetória, à sua identidade, ao seu estatuto social, e sobretudo, à forma como a política é entendida na sua vida.

Há, ainda assim, uma outra interpretação possível para as questões apresentadas, intimamente relacionada com os casos etnográficos que descrevi. Desta forma, a minha segunda hipótese etnográfica é que o trabalho das deputadas e dos deputados à Assembleia da República, dentro e fora da instituição, proporciona formas de reconhecimento simbólico que compensam a ausência, ou pelo menos a limitação, do seu poder legislativo ou de escrutínio político. Os rituais da vida parlamentar traduzem-se em diferentes tipos de trabalho que exigem, como expliquei, uma metamorfose frequente, rápida e crítica da apresentação de si mesmos perante os outros. Uma espécie de exibição do virtuosismo (Virno 2016), onde intervir no ritual do Plenário, visitar o círculo eleitoral, receber e interagir com pessoas e entidades externas, ou participar em inaugurações e eventos locais, confere aos deputados um estatuto simbólico distinto na sociedade, proporcionado por diversas formas de reconhecimento social.

O *status* e a notoriedade são recursos relacionais raros em qualquer sociedade. Max Weber (2019), por exemplo, explicava que o *status* (tal como as classes e os partidos políticos),[184] constitui-se como elemento crucial dos processos de estratificação social, por se tornar um recurso social que atribui autoridade e estabelece relações de dominação. Bourdieu (2011) vai ainda mais longe, argumentando que o capital político é uma forma de capital simbólico firmado no *crédito*, na *crença* e no *reconhecimento*, que se traduzem em poder simbólico, quer dizer, "um poder que

[184] É importante notar que a expressão "partidos" em Weber (2019, p. 428) não tem o mesmo entendimento que o termo ganhou no século XX, designando formas de associação coletiva, de ideias e posições, com uma raiz mais ampla, que não se circunscrevem às organizações burocratizadas e/ou institucionalizadas.

aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança" (Bourdieu 2011c, p. 193).

Ser eleito para o Parlamento nacional transforma e cria identidade, ampliando os contextos sociais e de sociabilidade. Passar de "cidadão" a "representante político" implica, portanto, o desenvolvimento de um conjunto de redes de sociabilidade que tanto geram inter-reconhecimento entre pares, processo que anteriormente desenvolvi, como garante reconhecimento simbólico externo, recurso culturalmente valioso para quem se encontra envolvido na vida política institucional. Assim, as pessoas "sentem-se deputadas" tanto dentro como fora das paredes da Assembleia da República.

Na Assembleia da República o reconhecimento simbólico começa no próprio acesso ao Palácio. Aceder à instituição expressa, em si mesmo, uma forma de capital simbólico que distingue quem está dentro de quem está fora. Uma dimensão ostensiva dessa distinção revela-se na receção dos visitantes. Se uma "pessoa anónima", isto é, sem qualquer contacto com deputados ou assessores, quiser assistir a uma Reunião Plenária tem de se apresentar numa porta dedicada ao público, sendo acompanhada por um agente de autoridade até às galerias, e depois à saída, quando a reunião termina. Mas quando se entra no Parlamento com um deputado ou uma deputada à Assembleia da República acede-se à instituição pela porta dos parlamentares, ninguém nos inquire sobre a razão da visita; mesmo que o detetor de metais apite não somos revistados, e ao contrário da generalidade dos cidadãos, podemos entrar com os nossos pertences pessoais e circular com algum à vontade.

Além disso, a participação nos rituais de debate e nas cerimónias solenes torna os deputados e deputadas parte do *espetáculo parlamentar* que quando transmitido para os eleitores reforça o sentimento de pertença à instituição e a um estatuto social específico. Nesses momentos, os deputados e as deputadas preparam-se, vestem-se de forma adequada, sabem o que dizer e como, tiram fotografias que, publicadas regularmente nas redes sociais, exortam o seu estatuto social de representantes políticos. Os rituais internos lembram a cada pessoa a posição política que ocupa, bem como o estatuto simbólico garantido pela instituição.

O processo de reconhecimento dentro da instituição acontece também fora dela. Quando saem da Assembleia da República o seu estatuto social acompanha-os. Nos círculos eleitorais sentem o poder simbólico da função que exercem, e reforçam-no nas interações que estabelecem com diferentes de tipos de pessoas. Na sua região sentem-se conhecidos e reconhecidos; não são pessoas como as outras, sendo fundamental criar laços de identificação comum, como os que aqui descrevi na visita de Francisco. Talvez por isso Sérgio e Paulo, o primeiro na sua primeira legislatura, e o segundo há cinco legislaturas na Assembleia da República, me digam o seguinte:

> Ser deputado é uma enorme responsabilidade. É um desafio, um desígnio enorme. Sou constantemente reconhecido e abordado na rua. É também um orgulho saber que estou, pelo menos é o sentimento que tenho, a corresponder ou a ultrapassar inclusivamente as expectativas, essa é a sensação que tenho. Aliás a sensação que tenho aqui muitas vezes no dia-a-dia quando aqui estou, é que não consigo fazer tudo aquilo que queria, e que às vezes me sinto frustrado. Mas depois o feedback que tenho nas redes sociais e mesmo na rua, é que as expectativas relativamente a mim e à prestação de deputado foram ultrapassadas positivamente. E, portanto, tenho muitos feedbacks, muitas reações positivas e a darem-me muita força (Sérgio, deputado na sua primeira legislatura)

> Tenho orgulho em algumas coisas que já fiz. Por exemplo, fui a pessoa que nos últimos 30 anos marcou a região, projetando no país lutas cívicas importantes. Lá sou reconhecido. Gosto de estar anonimamente aí na rua e as pessoas: "Sô tôr, como está? Sou seu admirador"; "Obrigado, há uns anos fez isto assim assim. (Paulo, deputado há cinco legislaturas)

O reconhecimento que estes deputados destacam é partilhado por dezenas de pessoas que entrevistei ou acompanhei. Esta dimensão ficou clara, por exemplo, na forma como Francisco programou a ida ao distrito e o tipo de interações a estabelecer mantendo a ligação à região; como Sandra transforma qualquer interação numa *photo opportunity*; ou como José organiza a negociação orçamental a partir da forma como o partido, e a sua liderança, ficarão reconhecidas por quem está fora. Neste sentido, o reconhecimento social dos parlamentares é o reflexo de um processo de construção diário e exigente que não deixa de ter efeitos políticos. Numa investigação etnográfica sobre comunicação política na Nova Zelândia, Jessica Bignell (2018) analisou como no Partido Verde[185] as declarações públicas são uma parte crucial do jogo político e da vida partidária. Como explica a etnógrafa, as pessoas não pertencem a partidos políticos apenas para influenciarem ou integrarem governos. Elas agrupam-se em lutas políticas pela representação do mundo tal como o veem e, neste sentido, Bignell mostra como a *disciplina na mensagem* que se se transmite não está relacionada apenas com as mensagens transmitidas, mas igualmente com os estilos de comunicação que se assumem. Em seu entender, a comunicação na política só tem poder na medida em que se crê na legitimidade conferida não só às palavras que se usam, mas também às pessoas que as pronunciam e à forma como o fazem.[186]

Também ao longo desta investigação observei que para os parlamentares é necessário promover o seu reconhecimento social, porque é este que parece conferir sentido ao trabalho quotidiano, dá valor à sua presença na instituição e reforça o seu estatuto social. Sem ninguém

[185] Refiro-me ao Green Party of Aotearoa New Zealand, fundado em 1990.

[186] Essa era, como vimos, a tese de Richard Fenno (1978), que salientava que as ligações políticas entre parlamentares e eleitores não implicam tanto uma concordância de perspetivas, mas sobretudo a construção de uma relação de confiança mútua. Assim, as interações entre eleitos e eleitores, mais que sobre política ou ideologia, eram sobre a confiança que o representante garantiria.

que os reconheça, o seu trabalho não tem visibilidade e o seu estatuto não tem base de legitimação. Assim, na Assembleia da República, o reconhecimento externo parece nivelar o desfasamento entre o estatuto social dos representantes e a falta de poder político que muitos dizem sentir na própria arena parlamentar. Facto, aliás, muito semelhante ao que Crewe (2006; 2005) encontrou na House of Lords, demonstrando como os *rituais de status* nessa câmara acabam por simbolicamente compensar a perda de influência deste corpo social no poder governativo e legislativo.

*A (hiper) dramatização da vida quotidiana*

As metamorfoses do trabalho parlamentar e os processos de reconhecimento simbólico dos deputados e deputadas não dispensam uma intensa dramatização da vida quotidiana. A partir da perspetiva dramatúrgica, Goffman (1993) explicava que há atividades em que a maioria do trabalho realizado permanece ocorrendo nos bastidores, sendo que os momentos públicos são especialmente dramatizados, para compensar essa dimensão de trabalho invisível.

No Parlamento há uma grande parte de trabalho que é invisível. Apesar de haver momentos significativamente mediatizados, como as Reuniões Plenárias ou até algumas Comissões, pelas razões que já vimos, nem todos os parlamentares têm a mesma oportunidade de apresentarem o seu trabalho nesses momentos. Além disso, muito do que as deputadas e os deputados fazem não é visível para o exterior e, portanto, não se apresenta como fonte de reconhecimento externo. Estes fatores provocam uma tensão na vida quotidiana, já que, vivendo em sociedades de comunicação permanente e em rede (Castells 2002; Cardoso 2005; Cardoso et al. 2015; Cardoso, Espanha, Araújo 2009), o reconhecimento social dos deputados exige que consigam dramatizar o seu trabalho perante quem os elege, nas diferentes plataformas que o permitam.

Compreendi a importância deste aspeto logo no início da pesquisa. Um deputado aceitou dar-me uma entrevista, mas no final perguntou se podia tirar uma *selfie* comigo. Acedi ao pedido, como uma espécie de ato de reciprocidade. Passados alguns minutos a foto já estava numa das suas páginas numa rede social: "No final do dia para uma conversa-entrevista com um aluno de doutoramento do ISCTE que está a trabalhar num projeto de investigação sobre o funcionamento do Estado e dos seus agentes. Estar disponível para este tipo de ações faz parte da abertura parlamentar no dia-a-dia". Tão importante quanto estar disponível para dar uma entrevista, era transmitir publicamente essa disponibilidade para quem o observa nas redes sociais *online*.

Este processo de hiperdramatização acontece a vários níveis, implicando uma diferenciação constante dos públicos a que se dirigem. Diversos deputados e deputadas afirmaram que sentem essa pressão diariamente, por terem noção que há representações críticas na sociedade portuguesa sobre as instituições políticas no geral, e sobre o Parlamento em particular. Contrariar essas representações implica afirmar o estatuto simbólico dos representantes a partir de uma

dramatização do seu trabalho diário. Os exemplos foram mais do que muitos, alguns mais espontâneos, outros mais programados. Muitas e muitos parlamentares, por exemplo, aproveitam a ida de um ministro a uma Comissão Parlamentar para, na ronda final de perguntas, inquirirem o governante sobre um problema do seu distrito de eleição. Todos sabem que o ministro não está preparado para responder sobre casos específicos, mas a pergunta é rapidamente transformada num clipe de *youtube* ou num comunicado para a imprensa local, a ser partilhado nas redes sociais. Nestes casos, mais importante do que ter uma resposta, é a partilha do momento em que se fez a pergunta, provando que se está a representar o distrito pelo qual se é eleito. Outro exemplo refere-se aos deputados que, tal como Sandra, aproveitam todas as interações para fazer uma foto, e se apresentarem publicamente como alguém que está disponível para ouvir a sociedade civil e que se preocupa com a sua representação.

Há ainda quem faça crónicas em jornais sobre o trabalho que desenvolve; quem na sua página de *Facebook* publique *posts* de "prestação de contas" do seu trabalho; quem tenha desenvolvido um *website* onde descreve as iniciativas em que está envolvido. Ao longo do trabalho de campo foram vários os momentos em que assisti a deputados que saem da Assembleia e se deslocam para junto de manifestações, concentrações e protestos junto às escadarias da Assembleia da República. Misturam-se entre os manifestantes, conversam com alguns deles, em suma, mostram-se disponíveis para ouvir e representar as suas reivindicações. Alguns são convidados a dirigir algumas palavras aos manifestantes, quase todos aproveitam o momento para tirar uma foto ou uma *selfie* que demonstre publicamente a valorização que atribuem àqueles momentos e àquelas pessoas.

Um dos casos mais interessantes (porque transversal aos partidos), ocorreu no início da XIII legislatura. Duas manifestações foram convidadas para a mesma hora na Rua de São Bento. Do lado direito da praça estavam apoiantes da coligação "Portugal à Frente" (PSD/CDS-PP), que acabara de formar Governo; do outro, uma concentração convocada por sindicatos que reivindicavam a aprovação de moções de rejeição ao programa do XX Governo Constitucional, entretanto apresentadas pelo PS, PCP, BE e PEV, e cuja aprovação implicava a queda do Governo. Neste dia, vários deputados juntaram-se a ambas as manifestações, tomando posição na rua sobre um debate que acontecia no interior da instituição. Cumprimentavam os manifestantes, recebiam palavras de ânimo e apoio e alguns gritavam também palavras de ordem. As suas páginas de *Facebook* foram inundadas de fotos e mensagens de satisfação por integrantes da respetiva concentração em que participaram. Nesse momento os deputados, mais do que eleitos fechados na instituição a fazer leis, mostravam-se parte de um campo social e político, que ganhava expressão material nas centenas de pessoas que ali se encontravam.

Finalmente, há ainda outros casos em que a dramatização é ainda mais ostensiva. Um dia fui convidado a acompanhar uma comitiva de um partido que tinha decidido fazer um "contacto com a sociedade". Acontece que não havia praticamente ninguém no local escolhido para a "arruada".

Na circunstância de haver mais membros do partido do que pessoas com quem contactar, a estratégia usada foi juntar todos os militantes, fazer uma foto, amplamente partilhada, afirmando que se realizou a arruada e que o partido estava na rua em 'contacto com a população'. O fiasco da iniciativa transformou-se numa *photo opportuniy*, que marcaria as redes sociais do partido naquele dia.

***

No roteiro da vida quotidiana, as deputadas e os deputados à Assembleia da República constroem uma narrativa sobre si, o papel social que se desempenham e a forma como se apresentam aos outros. Todos os dias procuram dar sentido ao seu estatuto social de representantes; estatuto conferido pelo voto, socialmente e culturalmente reforçado através da adaptação frequente, rápida e crítica a diferentes contextos sociais, apresentando-se perante diferentes públicos, dramatizando o seu trabalho quotidiano na procura de uma *coerência de si mesmos*. Goffman (1993) lembrava que qualquer atividade, para que seja significativa, precisa de se expressar em interações concretas. Com efeito, *ser deputado* significa fazer parte de um grupo social distinto: é uma condição, uma posição e um lugar social que se ocupa, que se traz num modelo de conduta apropriada, coerente, adequada. Para que a instituição parlamentar se constitua como um lugar onde a política se exerce, é necessário que os seus protagonistas mobilizem o consentimento (Lukes, 1975), isto é, que estruturem uma eficácia dramatúrgica que os legitime enquanto protagonistas da política. Para tal, não basta que os deputados votem, apresentem iniciativas legislativas, façam perguntas aos governantes e intervenham em reuniões. É necessário que sejam um grupo social distinto ou pelo menos como tal se percecionem. É a procura dessa distinção que organiza o quotidiano, porque sem ela estaria em causa a sua legitimidade enquanto porta-vozes de uma visão do mundo, de uma ideologia, de uma causa, de uma região, de um país. A construção da autoridade política constitui-se, portanto, como um processo de legitimação da própria representação política. Na Assembleia a política não é apenas "algo" que os deputados exercem – é uma prática concreta e quotidiana que os distingue do exterior como protagonistas, socialmente designados para representar visões do mundo, representar pessoas, falar em seu nome. Contudo, para que esse processo seja eficaz não basta analisar a sua ação, mas também a daqueles que a enquadram no seio da instituição e que potenciam a sua comunicação perante o exterior. Esse será o tema dos próximos dois capítulos onde me centrarei no papel de outras pessoas fundamentais ao funcionamento da engrenagem parlamentar: os/as funcionários/as da Assembleia da República e os/as jornalistas parlamentares.

## CAPÍTULO 10

# GUARDIÕES DA MEMÓRIA: A POLÍTICA VISTA POR FUNCIONÁRIOS PARLAMENTARES

> "Nós somos um bocadinho a memória porque no fundo nós estamos cá nas legislaturas. Há deputados que ficam e outros vão embora, mas nós continuamos. Somos aquela memória subsistente" (Inês, Assessora Parlamentar da Direção de Apoio Parlamentar)

Todos os dias entram na Assembleia da República cerca de duas mil pessoas. Cada uma delas ocupa um lugar, desempenhando uma função ou uma tarefa particular. Se algumas representam politicamente os cidadãos e as cidadãs, outras preparam e organizam o espaço onde essa representação é encenada. Se muitas trabalham na produção legislativa, outras asseguram a comunicação da instituição com o exterior. Se várias garantem a segurança do edifício, outras são responsáveis pela transmissão da memória institucional.

Apesar da atenção mediática e académica estar centrada na ação das deputadas e dos deputados, a verdade é que a vida quotidiana do Parlamento é marcada por outras pessoas que, apesar de terem um papel menos visível, igualmente contribuem para produzir e reproduzir uma forma partilhada de entender e fazer política nesta instituição. Entre elas encontram-se os jornalistas que diariamente cobrem os trabalhos, e os funcionários parlamentares que garantem o regular funcionamento da instituição nas mais variadas vertentes.

Nos primeiros meses da pesquisa fui interagindo com estas pessoas, por intermédio dos deputados ou deputadas cujo trabalho acompanhava. No entanto, os funcionários e os jornalistas seguiam para os seus gabinetes ou espaços de trabalho sempre que se concluía a sua interação com os parlamentares. A minha observação ficava sempre incompleta: nem percebia qual era o papel dos funcionários para lá da organização logística dos trabalhos, nem tão-pouco como é que os jornalistas, na prática, tratavam as informações que os deputados lhe transmitiam. Não compreendia, em suma, qual a sua influência na produção da ordem institucional.

Para responder a essas questões foi necessário entrar nos seus gabinetes, acompanhar o seu trabalho, entrevistá-las sobre como pensam aquilo que fazem na instituição. Qual o papel dos funcionários parlamentares na produção e reprodução da ordem institucional? E qual o lugar dos jornalistas na produção de uma visão particular sobre o campo parlamentar e, em última análise, sobre o próprio entendimento que se dá à política? Neste capítulo começo por analisar o papel dos funcionários e das funcionárias parlamentares, destacando o seu lugar na transmissão da

memória parlamentar, na gestão do tempo e na organização da performance, dedicando o seguinte às relações entre deputados, jornalistas e profissionais de comunicação.

## Funcionários parlamentares: guardiões da memória, gestores do tempo e profissionais da performance

A cada nova legislatura, uma parte das deputadas e deputados à Assembleia da República é renovada, seja por opção própria ou devido aos resultados eleitorais. O mesmo sucede com os assessores que prestam apoio aos seus Grupos Parlamentares. Sendo por estes nomeados, a sua permanência depende da decisão das direções dos grupos e da representatividade que estes mantenham na Assembleia.[187] Há, no entanto, um outro grupo que permanece na instituição independentemente dos resultados eleitorais: os funcionários parlamentares da Assembleia da República, constituindo um corpo permanente da instituição, responsável pelo seu funcionamento quotidiano. Em 2017 haveria cerca de 370 funcionários, divididos pela seguinte orgânica dos serviços:

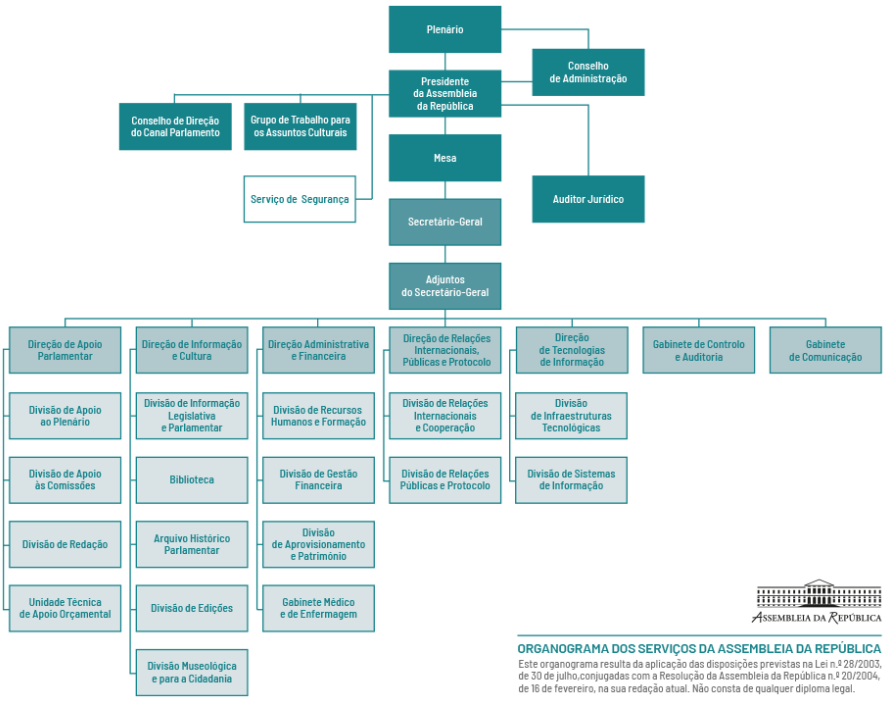


Figura 10.1: Organograma dos Serviços da Assembleia da República

Fonte: Assembleia da República

[187] Cada Grupo Parlamentar tem direito a um conjunto de assessores, técnicos ou secretários, consoante o número de eleitos que representam, sendo estas pessoas nomeadas, ou destituídas, pelas suas direções. Segundo dados do início da legislatura, os Grupo Parlamentares do PSD e do PS tinham 46 assessores, o do CDS 23, o do PCP 29, o do BE 12, o do PEV 9 e o do PAN 4.

A autoridade política na Assembleia da República emana do Plenário. É aqui que se tomam todas as decisões políticas, inclusivamente a escolha do Presidente e dos elementos que compõe a Mesa da Assembleia. Além desse órgão, a dinâmica de funcionamento interno da Assembleia é dirigida pela figura do Secretário-Geral, que coordena um conjunto de direções de serviço. Enquanto o Presidente da Assembleia da República é o representante da *ordem política*, o Secretário Geral é o mandatário da *ordem burocrática*. São duas ordens de poder que se complementam A primeira é visível, temporária e depende da legitimidade eleitoral. A segunda é discreta, permanente e depende do recrutamento interno organizado pela própria instituição.

O Secretário-Geral supervisiona cinco Direções de Serviço e dois gabinetes.[188] As Direções de Serviço subdividem-se em Divisões de Trabalho, onde a atividade é de natureza especializada, assegurando asseguram o cumprimento de tarefas como o apoio às reuniões do Plenário e das Comissões Parlamentares; a redação do Diário da Assembleia da República; a gestão da Biblioteca e do Arquivo; a filmagem e transmissão dos trabalhos parlamentares; a gestão financeira e de recursos humanos; as relações com o exterior e o protocolo; o património; o apoio médico aos membros da instituição. Como analisar etnograficamente o trabalho quotidiano destas pessoas cuja atividade é caracterizada pela discrição?

Investigar a Assembleia da República enquanto universo burocrático seria uma outra pesquisa. Cada Direção, Divisão ou Gabinete constitui em si mesmo um universo empírico próprio, com diferentes tarefas, formas de organização e contributos para a vida quotidiana na instituição. Depois de algumas reuniões com os serviços, optei por me concentrar na "Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado", atualmente designada por "Direção de Apoio Parlamentar", por ser aquela que tem um contacto mais regular com o trabalho das e dos deputados.

*Os três vértices do Apoio Parlamentar*

A "Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado" era responsável por apoiar tecnicamente o Presidente da Assembleia da República, as reuniões do Plenário, de Comissão Parlamentar, a Conferência de Líderes e a de Presidente de Comissão Parlamentar, devendo ainda auxiliar juridicamente os deputados sobre aspetos técnicos da elaboração legislativa. Além disso, era também responsável pela elaboração do Diário da Assembleia da República (documento a que voltarei) e a preparação da documentação parlamentar antes da sua publicação.

[188] Atualmente (2 de setembro de 2020) fazem parte desta orgânica a Direção de Apoio Parlamentar, a Direção de Informação e Cultura, Direção Administrativa e Financeira, Direção de Relações Internacionais Públicas e Protocolo, a Direção de Tecnologias de Informação, o Gabinete de Controlo e Auditoria e o Gabinete de Comunicação.

Esta Direção dividia-se em três vértices. Primeiro, a Divisão de Apoio ao Plenário, composta por dezoito funcionários: oito assessores parlamentares, oito técnicos de apoio parlamentar e dois assistentes operacionais. Estas pessoas desdobravam-se em múltiplas tarefas: apoio jurídico e administrativo ao Presidente, à Mesa e à organização da Conferência de Líderes; agendamento, registo, numeração e disponibilização de iniciativas legislativas; operacionalização dos pedidos de "arrastamento"[189]; produção de documentos para publicação; elaboração da agenda do Plenário, do registo de faltas, dos guiões de votação e das notas de admissibilidade das iniciativas legislativas[190]; elaboração das notas técnicas[191]; redação final dos textos aprovados pelo Plenário, organização do processo de eleições internas para Presidente da Assembleia da República, a Mesa e o Conselho de Administração, bem como as eleições de titulares de entidades administrativas independentes e órgãos externos para os quais a Assembleia da República designa membros.

Depois, a Divisão de Apoio às Comissões: a maior divisão da Assembleia da República, formada na altura por cerca de 50 pessoas que se dividiam em 12 equipas de trabalho, responsáveis por apoiar cada uma das Comissões Parlamentares.[192] Entre as inúmeras competências desta divisão[193] está a prestação de apoio técnico e administrativo às Comissões, Subcomissões e Grupos de Trabalho; a coordenação da feitura das notas técnicas das iniciativas legislativas; a garantia de apoio à Conferência dos Presidentes de Comissões Parlamentares; a organização do processo relativo a petições; a organização de iniciativas públicas, por exemplo, a organização de visitas, colóquios, conferências ou reuniões interparlamentares.

Finalmente, a Divisão de Redação e Apoio Audiovisual.[194] Entre outras tarefas, era responsável pela edição da 1ª e 2ª séries do *Diário da Assembleia da República*, no primeiro caso

[189] Na gíria parlamentar entende-se por "arrastamento" o processo que consiste no agendamento conjunto de iniciativas legislativas que versem sobre o mesmo assunto, independentemente dos Grupos Parlamentares que as apresentam. Por exemplo, se a Conferência de Líderes agendar a discussão de uma iniciativa legislativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, outros grupos ou deputados que tenham apresentado ou pretendam apresentar as suas iniciativas sobre o mesmo tema, podem solicitar o agendamento imediato dos seus projetos por "arrastamento", permitindo a discussão conjunta.

[190] As notas de admissibilidade são pareceres que analisam os requisitos formais, constitucionais e regimentalmente previstos, aquando da apresentação de iniciativas legislativa.

[191] As notas técnicas são documentos de apoio ao processo legislativo, realizados para cada projeto ou proposta de lei, onde deve constar uma análise dos requisitos formais, constitucionais e regimentais previstos; o enquadramento legal do tema em causa a nível nacional e internacional; a indicação de iniciativas pendentes, no plano nacional ou europeu, sobre as mesmas matérias; um exame sobre o cumprimento da lei formulário; uma análise sucinta dos factos e matérias em causa; um relatório da avaliação de impacto de género da lei; e a indicação das referências e contributos de entidades externas. Sobre a história e os impactos da introdução destas notas no processo legislativo ver Ribeiro e Ciammariconi (2014).

[192] Temporariamente podem também formar equipas de trabalho para apoiar Comissões Eventuais que os parlamentares decidam criar.

[193] Todas as competências da Divisão de Apoio às Comissões constam do artigo 10º do Resolução da Assembleia da República nº 74/2018.

[194] Atualmente (2 de setembro de 2020) designada apenas de Divisão de Redação.

convertendo em registo escrito o conteúdo das reuniões do Plenário e das Comissões Parlamentares (quer o discurso oral, quer os apartes e comentários), no segundo caso, garantindo a compilação, verificação e publicação dos documentos formais da Assembleia. Asseguram ainda o suporte audiovisual aos trabalhos, assim como o apoio ao *Canal Parlamento*.

*Guardiões da memória*

Todas as deputadas e deputados que conheci depositavam muita confiança nas funcionárias e nos funcionários parlamentares. Desde logo porque muitos deles, quando chegaram instituição, viram no corpo de funcionários um apoio essencial para se enquadrarem nas rotinas, regras e procedimentos de trabalho; mas também pelo facto dos funcionários, ao trabalharem há muitos anos com parlamentares de todos os grupos, transmitirem sinais de neutralidade que lhes garantiam segurança no quotidiano. Talvez por isso, um deputado, e vice-presidente da Assembleia, tenha afirmado: "Há aqui, na estrutura da Assembleia, pessoas supercompetentes. Eu entrego-me completamente nas mãos delas". Esta confiança expressava-se igualmente quando, ao acompanhar a semana de Diogo, Presidente de Comissão Parlamentar, o observei a assinar, sem ler, diversos documentos preparados pelos funcionários parlamentares, aceitando as suas propostas sobre o funcionamento da Comissão, ou sobre qual a resposta a dar às diversas solicitações externas. Como me explicou: "Eu ponho a minha função e a minha credibilidade nas mãos destas pessoas. Tenho a certeza de que não me desiludem, confio nelas a 100%".

Estas relações são uma construção quotidiana, permanente atualizada, sempre desafiante, e que têm por base o pressuposto de que os funcionários constituem a memória da instituição e neste sentido lhe conferem um sentido de continuidade, previsibilidade e coerência. Neste sentido, numa interpretação convergente com a de Crewe (2015a) os funcionários parlamentares asseguram a estabilidade, ao mesmo tempo (e se calhar por consequência) que garantem "que as coisas acontecem" (Crewe 2015a, p. 120). Ainda que, contrariamente ao caso britânico, os funcionários parlamentares em Portugal não tenham o papel político tão vincado, incutindo, por exemplo, as alianças entre Governo e oposição, ou auxiliando os ministros a ganhar apoio parlamentar para determinados projetos legislativos.

Comecei a aperceber-me desta relação de confiança ao acompanhar o dia de Luís, Presidente de uma Comissão Parlamentar. No seu trabalho diário, estava em contacto permanente, presencial, telefónico ou virtual, com os funcionários que dão apoio à sua Comissão Parlamentar. Luís dizia-me que o trabalho parlamentar "só se aprende fazendo" e esclarecia: "A gente pode ler o Regimento, há muita informação disponível, mas felizmente também as assessorias do secretariado da Comissão têm sido muito úteis. Há muita matéria com que eles têm uma enorme familiaridade que eu não tenho. Eu estou constantemente a fazer perguntas: 'Como é que se faz?'" Luís explicava-me que no seu processo de adaptação leu todos os documentos formais, mas isso

não dispensou o papel dos funcionários, "porque é neles que realmente nos apoiamos, eles é que tomam as decisões, nenhum de nós sabe todos os regulamentos, códigos, regras de conduta, o passado, etc." Para o deputado, estas pessoas "são essenciais para o funcionamento da instituição [porque] têm conhecimento acumulado de muitas memórias e do processo".

Luís admite que quando chegou ao Parlamento pensou fazer algo diferente, introduzir alguma novidade, inovação, algumas mudanças no trabalho da Comissão. Todavia, "isso é difícil porque a lógica de trabalho é muito rápida, preenchida". Os funcionários recordam ao deputado os precedentes que devem ser garantidos para que a Comissão funcione sem imprevistos. O deputado acaba por desabafar que "às vezes até pode ser impeditivo de coisas novas que a gente queira fazer. Há uma certa reação: 'Eu é que sei, eu é que já estou cá há muito tempo'". No entanto, admite que "essa memória também é muito útil para a pessoa que chega". A memória limita o universo de ação, tanto quanto possibilita que o trabalho aconteça sem imprevistos.

A consciência de que os funcionários são guardiões da memória, e, portanto, da ação presente, é partilhada tanto por deputados, como pelos próprios. Os funcionários parlamentares (e isto é tão mais verdade quanto maior a sua responsabilidade) têm consciência que um dos seus papéis é garantir que a memória é lembrada, que a precedência informa o presente, que a coerência e a continuidade enquadram quem chega à instituição. Vejamos o caso de Inês, assessora responsável por uma das divisões que tenho analisado:

> Imagine que há debates que vão ter lugar, nós levamos grelhas, informamos como foram os antecedentes, no fundo eu acho que os funcionários parlamentares têm uma grande importância em termos de trabalho técnico porque nós somos a memória, aquilo que fica. Muitas das vezes o que nos é solicitado, para além da parte dos pareceres e das informações técnicas, o que os deputados e a Mesa gostam de saber é como é que foi, como é que aconteceu, como é que foi feito antes: "Veja-me se houve situações anteriores"; "Lembra-se de situações anteriores?"; "É capaz de me fazer um levantamento das situações que existiram?" Nós somos um bocadinho a memória porque no fundo nós estamos cá nas legislaturas. Há deputados que ficam e outros vão embora, mas nós continuamos. Somos aquela memória subsistente.

Mais do que os regulamentos, que organizam o enquadramento formal, ou a transmissão mediática que, veremos no próximo capítulo, é marcada pelo imediatismo e pela procura da novidade permanente, os funcionários são os depositários dos acontecimentos passados, das decisões tomadas ao longo do tempo e, sobretudo, do contexto que as motivou. Isto significa que a ordem institucional se reproduz, em parte, a partir da memória vivida e transmitida. A "antiguidade" que personificam, tal como propõem Elias e Scotson (1994) a partir de outro contexto, constitui-se como atributo de relações sociais que legitimam o poder dos funcionários como guardiões silenciosos da memória parlamentar, e neste sentido, como grupo social capaz de

informar, incluir, enquadrar, adaptar as pessoas eleitas que temporariamente irão ocupar a instituição, garantindo um sentido de continuidade e coerência na vida institucional.

Foi isso que observei, por exemplo, numa sala de funcionários parlamentares que dava apoio a uma Comissão. Tinham chegado vários convites dirigidos à Comissão. Na opinião de um deles, "o Presidente da Comissão não tem conhecimento histórico para saber a quem responder, o que priorizar, qual é a prática e a precedência". Por isso, os funcionários recebem e organizam os convites, discutindo quais os prioritários, colocando um post-it amarelo onde se pode ler quais os antecedentes e sugerindo a resposta que deve ser dada. Para um dos assessores envolvidos neste processo, "tem de haver essa memória e a capacidade de pesquisar os antecedentes", para que "as decisões no presente não entrem em contradição com as práticas passadas". Para tal têm uma extensa base de dados informática, chamada "Actividade Parlamentar",[195] a partir da qual conseguem reconstituir a maioria dos processos. No entanto, como lembra uma colega, "esses dados não dão informação precisa do contexto", ganhando importância a memória partilhada informalmente pelos funcionários que, estando há várias décadas no Parlamento, sabem o "quando", o "como" e o "porquê" de determinadas decisões, transmitindo o contexto aos deputados, e aos novos funcionários que vão sendo recrutados.[196]

A possibilidade de transmissão da memória é facilitada pela presença de funcionários que estão na instituição há várias décadas. Em 2017, o funcionário mais antigo na Assembleia tinha 42 anos de serviço. Como dizia a coordenadora de uma das divisões: "Há pessoas que entraram para aqui em 1975 e estão nesta Divisão desde essa data, desde os seus 19 anos. [...] Têm uma experiência muito grande e uma grande dedicação. São pessoas importantes para fazer a passagem da cultura da divisão para a nova geração e para preparar [quem chega]".

Sem esta memória humana, seria difícil reconstruir uma história da instituição parlamentar. A memória institucional é partilhada entre as pessoas, em processos relacionais onde a antiguidade é um atributo das relações sociais, mas tem também uma dimensão formal, registada

[195] Atualmente disponível em acesso aberto neste link: https://www.parlamento.pt/Cidadania/Paginas/DadosAbertos.aspx

[196] Este trabalho de contextualização não se refere apenas aos processos de decisão, mas também às próprias características dos deputados envolvidas nas decisões. Como me explicou um assessor parlamentar: "Há uma coisa muito importante [que é] a capacidade de as equipas de apoio às comissões conhecerem os seus presidentes e interpretarem o seu pensamento". Na sua perspetiva, cada Presidente de Comissão "tem uma psicologia própria", uma forma de lidar com os colegas e com o trabalho. Os funcionários têm de adaptar-se a essa especificidade, até porque esta é mais um elemento a ter em conta for necessário transmitir o contexto em que as decisões se tomaram. Estes dois exemplos são ilustrações daquilo que, com outros colegas, considerei como uma tensão entre a pessoalização e a impessoalização (Lopes et al, 2017: 284-286). A memória garante que, independentemente da pessoa que ocupa um determinado cargo (por exemplo, Presidente de Comissão), há um conjunto de precedências que enquadram a sua ação e que ele deve respeitar, ao mesmo tempo que os funcionários não podem deixar de moldar a sua ação às características concretas dos agentes que, em cada momento, marcam o seu trabalho a partir das suas idiossincrasias.

e disponível para o exterior. Esse registo consiste numa "memória pública", que tem por base o relato escrito e público que garante às gerações seguintes uma narrativa dos principais acontecimentos passados.

O principal instrumento desta memória pública é o *Diário da Assembleia da República*, onde são transcritos todos os discursos parlamentares, comentários e apartes que acontecem na Sala das Sessões. Segundo Leonardo, assessor parlamentar na Divisão de Redação e Apoio Audiovisual, demora-se cerca de três anos a aprender a fazer esta transcrição de forma clara, fiel aos acontecimentos, mas igualmente percetível para o exterior. Na sua perspetiva, o Diário é um documento com 200 anos de história que reproduz tudo que acontece no Plenário, e que vive "tanto do que transcrevemos, como daquilo que não transcrevemos. O que não transcrevemos, mas presenciamos na sala é essencial para fazer o trabalho [de transcrição]. Perceber quem é que está na galeria a receber aplausos, porque é que há comoção na sala… É essencial perceber isso porque o Diário tem discurso direto e discurso indireto". Assim, quando lemos o *Diário da Assembleia da República* não estamos a ter acesso apenas a uma transcrição impessoal do discurso dos parlamentares, mas igualmente a uma interpretação desse discurso à luz de uma observação implicada dos funcionários na dinâmica do debate que transcrevem. Não há, portanto, memória institucional que prescinda do elemento humano.

*Gestores do tempo parlamentar*

A memória socialmente transmitida, que informa procedimentos e enquadra quem chega à instituição, é um elemento fundamental que reforça a estabilidade do seu funcionamento. A esse elemento deve ser acrescentado um outro, igualmente imprescindível à vida quotidiana: a gestão do tempo parlamentar.

A noção social do tempo na vida parlamentar é construída através de uma interseção de várias ordens temporais. O *tempo político*, isto é, o ritmo instituído pela agenda e ação dos partidos políticos, dos Grupos Parlamentares ou do Governo, tem de ser articulado com o *tempo mediático*, quer dizer, o padrão temporal controlado pela agenda dos órgãos de comunicação social que condicionam o "quando" e "como" é transmitida a informação para o público.[197] Tanto o tempo político, como o tempo mediático, não têm uma autonomia em relação à noção mais ampla de tempo social que, como expliquei no capítulo anterior, se caracteriza por uma aceleração de todos os domínios da vida social, incluindo na vida das instituições.

O facto de nesta instituição política estes tempos serem interconectados confere ainda maior importância aos funcionários e às funcionárias parlamentares que assumem a responsabilidade (e

[197] No ponto seguinte veremos como o tempo mediático se transformou progressivamente, a partir de uma aceleração da comunicação, marcada pelo imediatismo e a procura incessante da novidade.

simultaneamente o desafio) de fazer uma "gestão do tempo parlamentar", que não o torne refém nem do tempo político, mediático e social. Por outras palavras, os funcionários parlamentares têm a missão de garantir que qualquer processo político ou legislativo se desenrola num tempo institucional próprio, formalmente regulado e socialmente partilhado, que não esteja dependente dos ritmos de imprensa ou dos partidos – mesmo que a eles não possam ser indiferentes.

Vejamos um exemplo, a partir do *Diário da Assembleia da República*. Na 2ª Série deste Diário, que se divide subséries específicas, são publicados todos os documentos oficiais da Assembleia.[198] É um documento extenso, com mais de 40 mil páginas anuais. Em que medida a feitura deste Diário não define apenas a memória pública da instituição, mas igualmente contribui para a gestão do tempo parlamentar? Eis o que diz Leonardo, um dos funcionários responsáveis por esta publicação.

> Leonardo (L) - [No *Diário da Assembleia da República*] Há uma divisão estrutural e óbvia entre a primeira série, por um lado, e a segunda série, por outro. A equipa da 2ª série são três pessoas - uma técnica administrativa e duas assessoras - que produzem todas as cinco subséries do *Diário da Assembleia da República*. É um Diário que tem ele próprio sofrido evoluções históricas, por várias razões. Começou em 1977 como uma forma de publicação de documentos oficiais. Durante 30 e muitos anos teve esse peso de ser a única forma de conhecer documentos internos da Assembleia da República que eram necessariamente publicados. Hoje, com o advento da *internet* e com a transparência total do site, a 2ª série do Diário não perde importância, mas perde necessariamente a impedância. Aquilo que publicamos já não é novidade absoluta para ninguém. No entanto, tem ainda o peso da publicação e daí advêm efeitos jurídicos. Todo o regimento prevê prazos, e muitos desses prazos são contados a partir da data de publicação... Portanto, se eu publico na 2ª série um determinado parecer, a partir daí há uma série de ações...

Quem trabalha na redação do *Diário,* ao mesmo tempo que constrói uma base de dados parlamentar que se constitui como uma memória pública, igualmente institui um tempo próprio da vida parlamentar. Primeiro, porque a publicação dos documentos é regida por um conjunto de práticas de trabalho uniformizadas, rotinizadas e com temporalidades definidas. Ou seja, independentemente do tempo político dos grupos, ou do tempo mediático dos órgãos de comunicação, o processo legislativo obedece a um ritmo próprio, transversal e estandardizado, controlado pelos funcionários, e que harmoniza a cadência da vida institucional. O tempo das decisões parlamentares não é apenas o tempo das votações, mas também o da sua publicação.

Esse facto leva-me ao segundo ponto. É que o próprio ato de publicar a documentação na 2ª Série do *Diário da Assembleia da República* gera um conjunto de outras ações: estipula prazos,

[198] Entre outros documentos aqui são publicados decretos, resoluções, deliberações, projetos e propostas de lei, de resolução, de referendo, de deliberação, pareceres, textos de substituição, moções de rejeição, censura ou confiança, perguntas escritas ao Governo, textos e relatórios das petições, relatórios de atividade, ata das reuniões, entre muitos outros

aplica regulamentos, define as sequências de ação seguinte. Em suma, a própria publicação organiza o tempo da parlamentar, assegurando uma autonomia relativa da instituição em relação aos agentes que nela participam. Tal como no caso mais geral do Estado, em que a fixação de um calendário público define uma temporalidade social a partir da qual se organiza o tempo privado (Bourdieu 2014, p. 21), na Assembleia da República o tempo da ação política dos partidos e o tempo mediático que molda as discussões, têm de ser combinados com a temporalidade da organização burocrático-institucional que é garantida pelos funcionários parlamentares.

Um outro exemplo é a forma como o tempo se constitui como uma matéria de trabalho dos funcionários que dão apoio às Comissões Parlamentares. Os seus gabinetes e computadores de trabalho estavam repletos de folhas de Excel com todas as iniciativas legislativas, prazos e datas a cumprir; os monitores e as secretárias cobertas de post-its com "tarefas", prazos, lembretes, ao lado de pilhas de papéis e quadros de notas com datas a cumprir. O ambiente de trabalho é marcado pela pressão. Há pessoas que chegam para audições e outras que é necessário marcar; é preciso organizar a complexa agenda tendo em conta a calendarização das iniciativas legislativas, os prazos dos Grupos de Trabalho, os timings de escrutínio das iniciativas europeias, enfim, é indispensável um quadro mental que, para lá da resposta imediata, tenha em consideração o quadro temporal do dia, da semana, do mês, do ano, da sessão legislativa e da legislatura.

Vários deputados com quem conversei sobre o processo legislativo chamavam a atenção para o facto de muitas vezes, a sua vontade de tomar decisões políticas rapidamente esbarrava na "lentidão" da burocracia da Assembleia. No entanto, analisando os processos de trabalho a partir da posição dos funcionários, verificamos que essa "lentidão" corresponde à necessidade de conseguir enquadrar dezenas ou centenas de iniciativas legislativas, cada uma com procedimento e prazos próprios, que não podem ser negligenciados pelo sentido de urgência que distingue o tempo dos partidos ou da comunicação social.

Assim, nos bastidores do processo legislativo, uma das características do funcionamento burocrático é a prevalência de padrões de organização e de trabalho assegurados por conceções espácio-temporais marcadas por um ritmo próprio a cada "grupo de trabalho" que podem ser compostos por funcionários que elaboram uma nota técnica a uma iniciativa legislativa, que colaboram na sua redação final, ou que partilham a transcrição de uma reunião plenária.[199]

Para cada tarefa, os ritmos de trabalho são organizados colegialmente e os funcionários formam *comunidades de prática* estruturadas em *conhecimentos situados* (Wenger, McDermott, Snyder 2002; Wenger 1998; Lave, Wenger 1991), isto é, organizam-se em grupos que têm por

[199] Tome-se em conta que na sessão legislativa de 2017-2018, durante a qual realizei o trabalho de campo com funcionários, foram apresentadas 417 propostas e projetos de lei, além dos 250 que transitaram da sessão legislativa anterior e das 472 propostas e projetos de resolução. Cada uma destas iniciativas tem um tempo próprio e procedimentos a cumprir, além de diversos momentos de reunião que têm de ser programados, assessorados e que implicam uma articulação com a agenda pessoas externas à Assembleia.

base um domínio de conhecimento (por exemplo, o acompanhamento de uma iniciativa legislativa), uma preocupação comum (por exemplo, garantir que todos os procedimentos são cumpridos) e que exigem uma prática partilhada (por exemplo, a feitura de uma nota técnica para uma iniciativa legislativa). A constituição de equipas de trabalho, relativamente especializadas e estabilizadas, confere um sentimento de identidade, compromisso e mutualidade fundamentais à prossecução dos seus objetivos, bem como a partilha de um conjunto de recursos - ideias, ferramentas de interpretação, informação, histórias e documentos, que sendo partilhados pelos membros, dão sentido comum à sua prática.

*Técnicos da performance parlamentar*

Como tenho vindo a observar, os funcionários preservam e transmitem a memória, organizam e gerem o tempo institucional. Para além disso, são também técnicos da performance parlamentar. Já anteriormente mencionei, na senda de Langdon (2006, p. 174–175), que a encenação pública dos parlamentares pode ser analisada enquanto *ato de performance,* que define papéis, formas de expressão e atuação simbolicamente significativas, permitindo que as pessoas se apresentem como "representantes políticas", e neste sentido partilhem um sentido cultural comum sobre o que significa "fazer política". Só que, como também assinalei, na senda de Goffman (1993), a representação política implica sempre uma dimensão pública, cénica e mediática.[200]

Também neste aspeto os funcionários e funcionárias parlamentares garantem que a dimensão cénica, essencial à representação pública da política, seja dotada dos meios que garantam a sua eficácia simbólica. São eles e elas quem prepara e garante o funcionamento de todos os aspetos técnicos do Plenário: na régie técnica, do lado direito do hemiciclo, gerem todo o sistema áudio da sessão, controlam os LCD que expõe o cromómero das intervenções e os tempos de intervenção dos Grupos Parlamentares. Além de levarem copos de água aos deputados (que primem um botão disposto no seu lugar para esse efeito), distribuírem documentos durante a sessão, organizarem o protoloco das sessões solenes ou garantirem a filmagem em direto dos trabalhos parlamentares, a partir do *Canal Parlamento*. Estas tarefas podem ser resumidas no que me referiu um assessor parlamentar há vários anos na instituição: "O que tenho de fazer não é garantir que os deputados façam o seu papel, isso é lá com eles, o que eu tenho de garantir é que o Plenário é um estúdio televisivo que funcione".[201]

[200] É importante voltar a clarificar que para Goffman (1993, p. 34) um desempenho [performance] se constitui como a atividade que um indivíduo exerce, durante um período de tempo, perante um conjunto particular de observadores sobre os quais tem alguma influência.

[201] Curiosamente, esta declaração é muito próxima da de diversos arquitetos responsáveis pela construção de estádios de futebol. Frederico Ágoas e Pedro David Gomes, ao fazerem uma genealogia do estádio de futebol em Portugal, mostram como o estádio é arquitetado a partir de um primado de economia política,

Os funcionários têm consciência de que num estúdio de televisão é preciso responder sem hesitações; está-se em *direto* e são necessárias respostas imediatas e instantâneas aos problemas mais variados. Por isso, como referiu Inês, uma assessora da Divisão de Apoio ao Plenário:

> Temos de ver uma coisa muito relevante para quem está a apoiar os trabalhos. É que é algo de alta responsabilidade. Nós não podemos enganar-nos porque tudo é transmitido em direto. [...] É tudo filmado, é tudo em direto. Se me perguntam alguma coisa para uma votação, ela vai acontecer imediatamente. Não há rede, costumo dizer que não há rede. É bom que se tenha a certeza do que se informa porque o senhor Presidente está em direto, os deputados que nos pedem informação estão em direto e não há possibilidade de dizer: "Olhe, espere aí um bocadinho, vou só ali confirmar" [risos]. Não é fácil, é de uma enorme responsabilidade. Eu lembro-me perfeitamente de vários presidentes dizerem: "Veja lá porque eu estou em direto, veja lá se é mesmo assim...". Um guião de votações que é feito, é bom que não existe nenhuma falha no guião… Imagine que falta lá qualquer coisa, quem é que fica mal a ler? É o senhor Presidente quando está no momento das votações. Nós temos essa responsabilidade. Toda a gente pode falhar, só não falha quem não trabalha, mas nós tentamos que funcione como um guião de um teatro, no fundo, um teatro político, tudo tem de funcionar ali, ao milímetro, para que nada falhe, porque estamos em direto.

Tal como numa peça de teatro, num espetáculo de dança ou num concerto, há várias horas de preparação e trabalho invisível antes de as luzes se acenderem e o público ser convidado a assistir. Há um guião que é preciso ter bem decorado e equipas de apoio prontas para qualquer eventualidade. Como diz Inês, no Plenário "não há rede". É preciso responder rápido e sem incertezas. As pessoas que nos bastidores preparam a performance são também parte dela. No caso da Assembleia da República os funcionários estão ligados à organização do trabalho quotidiano da cenografia política, e até a algumas das principais inovações na comunicação pública da Assembleia. O *Canal Parlamento*, por exemplo, que é hoje um canal de televisão autónomo, começou por ser uma captação interna de imagens feitas a partir das câmaras de segurança, transformadas em câmaras de filmagem. "Era apenas para consumo interno", diz-me um funcionário há vários no Parlamento, argumentando que o objetivo era saber o que se estava a passar no Plenário. Esse facto criou uma nova realidade: para além das filmagens editadas e arquivadas pelos canais de televisão, era agora possível ter um relato de filmagens, sem qualquer edição, de tudo o que acontecia. Hoje, o *Canal Parlamento* transmite em sinal aberto as Reuniões Plenárias e de comissão, sendo possível consultar o seu arquivo num *website* especializado.[202] Não há nenhum parlamentar que, quando intervém, não tenha já incorporado o grau de exposição pública que essa mudança significou.

---

"cujo princípio é o de enquadrar devidamente as transmissões televisivas de um desporto de massas cuja audiência potencial há muito que extravasou a lotação da envolvente imediata ao terreno do jogo" (Ágoas, Gomes 2011, p. 191)

[202] Website do *Canal Parlamento* disponível aqui: https://canal.parlamento.pt.

Apesar de os deputados e deputadas concentrarem o protagonismo público da Assembleia da República, os funcionários, ao guardarem a memória, ao gerirem o tempo e ao assegurarem os meios da performance, são parte integrante da forma como as pessoas são socializadas nesta instituição, e neste sentido, como aprendem e representam a função que exercem.

## Na sala dos funcionários: colegialidade, pessoalização e hierarquias

O trabalho de muitas e muitos funcionários parlamentares tem uma inevitável dimensão pública, sobretudo nos momentos de maior atenção mediática da Assembleia. No entanto, é nos bastidores do seu gabinete que podemos compreender a vida parlamentar a partir da sua perspetiva. Assim, a observação quotidiana de um conjunto de funcionários nos seus gabinetes, isto é, "nas regiões de traseiras ou de bastidores" (Goffman 1993, p. 135) da prática parlamentar, permitiu-me compreender a importância da *colegialidade*, *pessoalização* e *gestão hierárquica* nas suas interações. É esta conjugação que garante a estabilidade dos processos em que se envolvem, convocando uma identidade comum, garantindo protagonismo individual e adequando a ação aos sistemas de poder internos, tanto políticos como burocráticos. É evidente que esta estabilidade não é isenta de tensões e conflitos, para os quais é preciso encontrar soluções. Desta forma, o seu desempenho oscila entre o formal e o informal, as regras escritas e não-escritas, a resposta imediata e os critérios de precedência, o hábito e a improvisação.

A colegialidade dos processos de trabalho foi uma característica comum a todas as pessoas e equipas que observei, constituindo-se como uma resposta integrada a uma dinâmica marcada por um ritmo acelerado e sujeito a muitas exigências, oriundas tanto dos parlamentares, como das chefias internas. Esta pressão tornava necessário o desenvolvimento de tarefas conjuntas, a partir de domínios de atividade especializados, capazes de criar rotinas e procedimentos comuns que são operacionais por serem construídos na base da confiança. Vejamos o que me disse Miguel, um dos assessores da Divisão de Apoio às Comissões:

> Miguel (M) – Eu pessoalmente acredito muito na autogestão de cada equipa. Eu acho que os funcionários sabem muito mais do seu negócio em concreto do que o chefe de divisão. […] As equipas são capazes de se autogerir, de dialogar entre si. Nem sempre estão todos de acordo, nem sempre os diálogos são fáceis, porque as pessoas são diferentes, têm feitios, personalidades, experiências, ambições, expectativas diferentes, mas o que nos interessa como Divisão é que o resultado final seja mais ou menos homogéneo em todas as Comissões. Estas equipas de apoio às Comissões, que são o motor das Comissões, são o *one-stop shop*, são elas que fazem que a Comissão nasça, viva e depois se extinga quando acaba a legislatura. São elas que garantem este fio de continuidade e em cada equipa há muitas trocas de impressões, há posições diferentes, experiências diferentes, mas são capazes de se autogerir.

João Mineiro (JM) – Mas a quem é que o Presidente [de uma comissão parlamentar] se dirige quando tem uma dúvida?

M – Em termos ideias, a qualquer membro da equipa. Naturalmente, há sempre preferências pessoais, há sempre presidentes que acham que se ligarem à pessoa A, a pessoa responde de forma mais rápida. Mas aquilo que é a nossa perspetiva do trabalho... imagine que nós somos parte de uma equipa de apoio à comissão e temos uma técnica de apoio administrativo. Naturalmente nós dividimos trabalho – se estivermos na COFMA[203] eu acompanho o Orçamento de Estado, o João os grupos de trabalho sobre fiscalidade - mas se o João esta semana não está, está de férias, se a Presidente da Comissão ligar, eu tenho de ser capaz de responder pelo seu trabalho…

A tarefa dos funcionários é exigente. Um deles chegou a dizer-me que, por causa da proibição das contratações, entre 2013 e 2016, a Divisão de Apoio às Comissões perdeu 15 funcionários, num momento em que as Comissões Parlamentares aumentaram. Mas para além disso, a natureza das funções exige que um pequeno número de pessoas domine um grande número de áreas temáticas.

Seguindo o argumento de Miguel, que observei na prática, cada Comissão Parlamentar é apoiada por equipas de funcionários que se dividem entre "assessores", "técnicos de apoio parlamentar" e "assistentes operacionais". Especialmente no caso dos assessores, devido à amplitude de temas que a Comissão Parlamentar pode tratar, é comum que cada um se especialize em determinadas áreas, embora todos tenham de se responsabilizar pelo trabalho uns dos outros. Pensemos, por exemplo, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Esta Comissão, responsável por grande parte da legislação do Parlamento (cerca de 70 %, segundo alguns assessores), era apoiada por cinco assessores juristas e dois técnicos de apoio parlamentar. Neste contexto, é natural que algumas pessoas se especializem mais em matérias relacionadas com direitos, liberdades garantias, nas questões da justiça, segurança e assuntos prisionais, nos temas da administração interna e matéria eleitoral, nas questões de asilo, imigração e refugiados, de igualdade, violência doméstica, tráfico de seres humanos ou na área da proteção de crianças e jovens. No entanto, apesar da diversidade de assuntos, todas as pessoas que apoiam a Comissão têm de saber responder sobre qualquer um destes assuntos.

No quotidiano há uma coresponsabilização entre as equipas que se envolvem num mesmo domínio de ação e isso manifesta-se até na gestão das próprias plataformas de trabalho. No primeiro dia de observação do gabinete de apoio a uma Comissão, os assessores explicaram-me que todos tinham acesso ao *email* institucional, respondendo às solicitações quem visse o email primeiro ou quem tivesse menos trabalho. Não precisavam de um coordenador que distribuísse as tarefas. Cada email era comentado na sala e entre todos decidiam quem responderia. Outro

[203] Em 2018, COFMA era o acrónimo para a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa.

exemplo foi o da gestão coletiva na resolução de um problema de agenda. Num dos dias, uma funcionária começou a falar alto, angustiada, informando os colegas que tinha cometido um erro de agenda e acabara de chegar à portaria um grupo que não era suposto ser recebido. Esse facto parou toda a sala, e cada pessoa começou a verificar os emails, as folhas e registos. Uns tentavam perceber o que aconteceu, outros estudavam hipóteses de resolver o problema. Havia uma articulação colegial, rápida e eficaz. "Não te preocupes, que isto resolve-se", diz um assessor para tranquilizar a colega. Quando encontraram uma solução, perceberam que afinal não tinha havido erro nenhum: uma reunião fora cancelada, e as pessoas afinal tinham vindo para a reunião certa.

Esta lógica coletiva é, todavia, conjugada com a pessoalização de algumas tarefas e responsabilidades. No caso deste "problema" de agenda, dois dos assessores presentes assumiram a dianteira na sua resolução, ligando a pessoas de outros serviços e ao presidente de Comissão. Em pouco tempo encontraram uma solução. A sua capacidade dependia da experiência parlamentar nessa divisão, mas também noutros serviços. Esse facto fazia com que, ao mesmo tempo, as lideranças políticas tivessem uma relação mais próxima com esses assessores, que assumiam um papel de liderança em momentos de crise.

A pessoalização da sua atividade tem também uma componente formal. Por exemplo, a feitura de uma nota técnica relativa a uma iniciativa legislativa é uma responsabilidade colegial partilhada por vários serviços.[204] No entanto, quando a nota é enviada à Comissão Parlamentar respetiva esta é assinada pelos assessores individuais que participaram na redação de cada uma delas. Facto que é muitas vezes contraditório com a própria partilha de informação regular que acontece nas diferentes divisões, onde o trabalho é organizado coletivamente.

Finalmente, a colegialidade e pessoalização têm de ser geridas no quadro de hierarquias próprias a cada Direção ou Divisão de Serviço. No caso da Divisão de Apoio às Comissões, os assessores disseram-me que tinham uma "hierarquia bicéfala" – a do Chefe de Divisão e a do Presidente de Comissão Parlamentar – ou até uma "hierarquia hexassépala, com seis cabeças", simbolizadas pelos coordenadores dos seis Grupos Parlamentares presentes na Comissão. Há também hierarquias entre os próprios funcionários, que se manifestavam, por exemplo, no facto de alguns técnicos de apoio parlamentar e assistentes operacionais tratarem os assessores por "doutores", ao contrário dos assessores que, entre si, são se tratam pelo primeiro nome.[205]

Os funcionários desdobram-se em múltiplas tarefas. Parte das suas funções consiste na elaboração de documentos formais – como as notas técnicas ou os relatórios de discussão e votação - cumprindo escrupulosamente prazos e regulamentos. Mas há também tarefas informais

[204] Normalmente a Divisão de Apoio ao Plenário (DAPLEN), a Divisão de Apoio às Comissões (DAC), a Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar (DILP), a Divisão de Assuntos Europeus (DAE) e da Biblioteca (BIB).

[205] Deve dizer-se que esta não é uma regra transversal. Depende de pessoa para pessoa, de grupo para grupo, mas não deixa de ocorrer em vários casos que pude observar, em mais que uma ocasião.

que são realizadas e que não estão previstas nas "funções regulamentares" destes profissionais. Por exemplo, alguns deles aconselham deputados com quem têm uma maior relação de confiança sobre gestão de conflitos ou a organização da sua agenda. Outros participam na feitura de súmulas e tabelas comparativas, que, não sendo documentos regimentais, são muito importantes para os deputados. Por fim, o papel dos funcionários pode também ter um cariz indiretamente político quando os presidentes consigo se aconselham sobre organização da agenda, com vista a tentar fazer avançar mais depressa determinados assuntos, incutindo alguma pressão nos parlamentares para se tomarem determinadas decisões sobre algum tipo de matérias.

## O trabalho parlamentar entre a equidistância e o envolvimento pessoal

As funcionárias e funcionários parlamentares relacionam-se com deputados de todos os grupos, com a missão de assegurar que a instituição funciona, independentemente dos conflitos políticos que nela se expressam. Neste sentido, estas pessoas contribuem para que, em cada legislatura, as forças políticas maioritárias consigam aprovar as suas iniciativas legislativas. Fazem-no independentemente de concordarem ou não com o conteúdo, de as considerarem mais ou menos justas, assinalando regularmente a importância da equidistância e da neutralidade no trabalho quotidiano. Até porque, como refere Goffman na senda de Hughes (1993, p. 150): "Muitas vezes, também, espera-se que aqueles que trabalham nos bastidores obedeçam a critérios técnicos enquanto aqueles que trabalham na região da fachada obedecem a critérios expressivos". Disso me deu conta Miguel, chefe de uma divisão interna:

> Eu costumo dizer que nós temos de ter no nosso coração um espaço igual para todos os Grupos Parlamentares ou todos os partidos que estejam na Assembleia da República. De modo que no nosso trabalho diário a conduta seja irrepreensível e o resultado final daquilo que é esperado dos serviços seja o mesmo independentemente da cor política e de quem propõe uma iniciativa. […] A gestão do relacionamento com os deputados também exige essas competências emocionais. […] Isso aprende-se com quem cá está; eu aprendi com quem cá estava. Tive boas influências quando cheguei à Assembleia, é uma coisa na qual as pessoas que cá estão, quando recebem os novos, insistem muito. Insistem muito na lógica de que se leva anos a construir uma reputação de equidistância e de distanciamento e imparcialidade e muitas vezes levam-se segundos a perdê-la. É uma tecla em que nós insistimos muito. Há uma cultura de casa, uma cultura de funcionários que advoga e apregoa muito essa capacidade de sermos sempre firmes.

Os funcionários têm um discurso contundente sobre a importância de manterem o mesmo tipo de relação com todo o tipo de deputados, independentemente do seu lugar hierárquico, o que reforça a "posição legalista" igualmente identificada por Abélès (2000, p. 103). Essa posição

manifesta-se igualmente na necessidade de manterem uma postura de equidistância em relação aos projetos legislativos com que lidam. Uma delas dizia-me, por exemplo, que apesar de ser contra a xenofobia ou o machismo, se houver uma maioria de deputados que querem aprovar leis que os reforcem, tem de os apoiar o mais possível nessa tarefa, por mais custoso que isso seja. Este é um discurso tão presente que muitos funcionários afirmam que "ser funcionário parlamentar é como uma tatuagem que se grava na pele" e que implica, inclusivamente, a não manifestação de opiniões políticas publicamente fora da instituição. Para usar uma expressão de Herzefeld (1993), há uma "produção social da indiferença" que se estende para lá da própria esfera parlamentar e que remete para a construção de uma imagem de objetividade, imparcialidade, neutralidade e equidistância, que, como explica Miguel, pode demorar anos a construir e segundos a perder. São valores que, na sua ótica, permitem preservar a independência face a afinidades e interesses em relação a diversas pessoas e ideias que ali se disputam.

Todavia, este discurso não é isento de divergências. Quando discutia este assunto numa sala de funcionários, já sem o chefe de divisão presente, uma assessora há vários anos na instituição referia-me a importância de não manifestarem opiniões políticas dentro e fora da instituição, mas eis que logo foi interrompida por um colega mais novo, dizendo que "os assessores não são eunucos". Lembrava a rir o poema do Ary dos Santos "Poeta castrado, não!", para dizer que no seu caso "funcionário castrado, não!". Todos riram na sala, mas a assessora mais velha não se escusou a dizer que havia perspetivas diferentes, mas o importante era não esquecerem nunca o seu propósito: "Nós temos que garantir que mesmo as pessoas com quem não temos nenhuma confiança, confiam plenamente em nós para fazermos o nosso trabalho, que é garantir que a instituição funciona sem percalços e sem problemas".

O Parlamento é marcado pela equidistância dos seus funcionários, mas igualmente por dinâmicas de pessoalização que acompanham procedimentos de trabalho e que implicam um grande envolvimento pessoal, emocional e motivacional. A burocracia parlamentar, contrariamente à interpretação weberiana (2019), não remete apenas para o estatuto racional e impessoal dos funcionários, organizados a partir de uma cadeira hierárquica de autoridade, que delimita as suas funções e responsabilidades a partir de procedimentos administrativos. Ambas as posturas – envolvimento e equidistância – coabitam no dia-a-dia,[206] mesmo que por vezes possam gerar tensões latentes. Muitas vezes a ação realizada é independente dos funcionários que as executam, sugerindo que uma pessoa diferente seguiria o mesmo procedimento. Noutros casos, a resolução de determinadas situações remete para a pessoalidade, sugerindo que outra pessoa agiria de maneira diferente, tendo em conta o seu *background*.

[206] Esta dupla dimensão foi igualmente etnograficamente identificada noutras instituições do Estado português, nomeadamente em dois tribunais e na Agência Portuguesa do Ambiente, fundamentando a análise do Estado como lugar de tensão (Lopes et al. 2017, p. 284).

Em síntese, ao entrar nas salas dos funcionários e funcionárias parlamentares, pude compreender como estas pessoas constroem a ordem sociotécnica que mantém e garante o funcionamento das engrenagens da instituição. O seu trabalho é crucial para a transmissão da memória, para a gestão do tempo, para a institucionalização da performance, assim como para a resolução de problemas, conjugando equidistância e envolvimento emocional, precedência e improviso, colegialidade e protagonismo individual, autonomia e hierarquia. Nesse sentido, enquanto garante da ordem institucional, os funcionários influenciam também a ordem política, já que moldam diariamente o universo institucional que os deputados recém-chegados herdam, ao qual se adaptam e que reproduzem na sua vida quotidiana.

## CAPÍTULO 11

# A URGÊNCIA MEDIÁTICA: JORNALISTAS, SPINDOCTORS E ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO

"Eu já tinha o bichinho da política. [...] Vir para aqui era muito aliciante, era poder participar na política, mas de outra forma."
(Alexandre, jornalista parlamentar)

"A semântica conquista grande parte da batalha política."
(Rúben, assessor de um Grupo Parlamentar)

## O jornalismo e a política nos corredores da Assembleia

Alexandre é jornalista há mais de 30 anos e lembra-se como se fosse hoje dos seus primeiros tempos no Parlamento. Na transição da década de 80 para a de 90, a instituição tinha horários de trabalho distendidos, que muitas vezes acabavam de madrugada. Alexandre era um jovem, com o curso superior acabado de concluir e sem compromissos familiares. Quando surgiu uma vaga para ser jornalista parlamentar não hesitou: "Eu já tinha o bichinho da política, que ganhei no movimento associativo na universidade e em algumas campanhas em que participei. Vir para aqui era muito aliciante, era poder participar na política, mas de outra forma".

A sua função consistia em fazer uma cobertura transversal dos trabalhos parlamentares, o que era estimulante, dada a amplitude de temas com que iria ter contacto. No entanto, apesar do entusiasmo, dizia que os primeiros tempos "foram extremamente difíceis". O jovem jornalista limitava-se a noticiar o que acontecia no Plenário ou nas Comissões, ao contrário dos seus colegas que relatavam não apenas o que acontecia, mas sobretudo o que iria acontecer. "Eu não percebia de onde vinham as notícias e como se conseguia fazer aquele tipo de trabalho que era muito arriscado...", confessa-me, para depois explicar que a construção de relações com as fontes determina o tipo de jornalismo que se pratica. Para si, há três regras fundamentais no jornalismo parlamentar. Primeiro, é necessário cultivar uma rede de fontes que gerem notícias e informações de contexto. Depois, é fundamental noticiar a propensão para os acontecimentos, mais do que os acontecimentos em si mesmo. Finalmente, é crucial entender que o que diferencia o valor das notícias é a capacidade de antecipação, e não o relato dos factos, sendo nesse aspeto que reside a competição entre jornalistas.

Ser jornalista parlamentar implicava a construção de uma rede de relações com deputados, dirigentes partidários e respetivos assessores que lhe permitia cumprir o que considera a "função

democrática" dos media, isto é, como referem Toril e Curran (2013), a capacidade de monitorizar o poder, informarem os cidadãos, gerarem debates e construir um filtro entre quem governa e quem é governado, quem representa e quem é representado. No entanto, ao mesmo tempo que sustentam a prática jornalística, essas relações são igualmente fonte de tensão no quotidiano. Como afirma Mariana, jornalista parlamentar há vários anos: "A nossa relação vai oscilando. Temos os nossos problemas, mas ninguém amua, porque já nos conhecemos há muitos anos, precisamos uns dos outros*".* Neste contexto, as interações entre jornalistas e parlamentares, marcadas simultaneamente pela cumplicidade e pelo conflito num contexto de comunicação e competição permanente, igualmente contribuem para a construção de uma narrativa político-mediática sobre o próprio entendimento que se dá à política (Bourdieu 1998; 1997).

A comunicação social desempenha um papel importante na vida parlamentar. Dezenas e por vezes centenas de jornalistas, entram todos os dias na Assembleia da República para fazer a cobertura dos mais variados assuntos, temas e eventos. As relações que estas pessoas estabelecem com os deputados são marcadas pela interdependência: todas e todos os parlamentares precisam dos jornalistas para afirmarem as posições e construírem a sua autoridade carismática; tal como os jornalistas precisam das deputadas e dos deputados para obterem informação que permita alimentar diferentes plataformas de comunicação – dos noticiários hora a hora, à imprensa escrita, dos diretos ao jornalismo *online,* dos liveblogs às redes sociais.

Desta forma, qualquer pessoa que observe os corredores da Assembleia da República percebe que há grande proximidade entre deputados e jornalistas. Em Portugal, vive-se a circunstância considerada excecional na Europa, dos jornalistas terem direito à livre circulação nos corredores da Assembleia da República, sendo que nenhum deputado consegue evitar esse contacto imediato. Assim, é frequente assistir às conversas entre jornalistas e deputados nos sofás que decoram os corredores da Assembleia, no bar ou até na escada de incêndio onde se faz uma pausa para fumar. Na perspetiva dos envolvidos, esta proximidade é fundamental, já que, como refere Mariana, "para se fazer um tipo de jornalismo que não seja um mero relato dos acontecimentos é fundamental passar muito tempo nos corredores". A antecipação dos acontecimentos consegue-se "fazendo muita conversa, falando com muitas pessoas e percebendo como está o ambiente no Grupo Parlamentar e no partido". Falar, mas também observar, já que quando se observam determinadas pessoas a conversar é fácil intuir "que há ali algum facto a ser cozinhado".

Estas relações de proximidade geram uma cooperação regular entre deputados, jornalistas e assessores de imprensa que medeiam essa interdependência. Na perspetiva dos jornalistas, essa cooperação pode resumir-se numa expressão: "o cultivo das fontes". Cultivar as fontes significa

estabelecer uma relação de confiança, partilha, lealdade e previsibilidade com um determinado político, sendo um trabalho relacional simultaneamente pessoal e profissional.[207]

Quanto melhor for essa relação, mais informação o jornalista consegue (sobretudo informação exclusiva, o bem mais escasso da Assembleia), e mais o político beneficia da informação transmitida. Estas relações contribuem para mitigar os conflitos que inevitavelmente ocorrem quando um jornalista faz uma notícia que um deputado não gosta, ou quando um político decide não partilhar com o jornalista uma informação que este procura.[208]

Os jornalistas divergem sobre a relação que estabelecem com as suas fontes. Por um lado, há jornalistas que são amigos pessoais de políticos, não considerando que tal constitua um condicionalismo à sua objetividade. Por outro, há quem considere que não se devem estabelecer relações pessoais sob pena da independência jornalística ficar comprometida. Na opinião de Carolina, a fazer cobertura da instituição há vários anos, o facto de os jornalistas viverem numa "bolha" partilhada com os políticos, podem condicionar a sua atitude crítica.[209]

Este aspeto foi-me revelando, então, que as relações de interdependência, proximidade e cooperação não impedem que as interações sejam igualmente marcadas pela tensão, a divergência e conflito. A relação entre jornalistas, deputados e assessores de imprensa e comunicação são complexas e contraditórias. No caso dos deputados, há uma competição permanente entre Grupos e dentro de cada Grupo pelo acesso aos media. Isto gera por vezes uma relação tensa com os jornalistas, que todos querem conquistar. Mas também entre estes há uma competição permanente pelas melhores fontes, por informações exclusivas, por notícias em primeira mão e pela antecipação dos acontecimentos. Os deputados não querem "estar na mão" dos jornalistas, tal como estes não querem ser vistos como "correias de transmissão dos partidos".

Há um episódio histórico, regularmente lembrado por jornalistas e alguns parlamentares, que dá conta das tensões entre parlamentares e jornalistas, e que funciona como consciência tácita sobre a importância da autorregulação dos conflitos. Em 1993, a Assembleia da República aprovou um regulamento de segurança que restringia a liberdade de circulação dos jornalistas nos corredores, concentrando-os na zona dos Passos Perdidos, onde ocorreriam as conferências de

[207] Além de ser um trabalho relacional que decorre das sociabilidades quotidianas na instituição, mas também fora dela, em espaços de convívio que se tornam uma extensão das sociabilidades parlamentares.
[208] Para além destes aspetos há um outro que parece pesar e que se relaciona com o facto de haver jornalistas convidados a exercer funções como assessores de imprensa de partidos ou do Governo; e assessores de imprensa que, por sua vez, acabam por voltar à profissão de jornalistas. Era o caso de Bernardo, assessor de um Grupo Parlamentar, que era jornalista antes de ser convidado para assessor de imprensa, ou Vítor, que conheci quando ainda era assessor e posteriormente voltou à função de jornalista. Na perspetiva de ambos, os trânsitos entre a imprensa, os partidos e o(s) Governo(s), acabam por dirimir os conflitos já que ninguém quer hostilizar pessoas com quem pode vir a trabalhar no futuro.
[209] Talvez por isso, nesta pesquisa, como na que foi desenvolvida por Vasco Ribeiro (2015), a generalidade dos jornalistas sublinhe a importância dos assessores de imprensa como mediadores na relação com os políticos.

imprensa. Esta alteração mudava a dinâmica de relação com as fontes. Enquanto antes os jornalistas podiam abordar deputados e assessores sempre que achassem necessário, com este regulamento tinham de comunicar aos serviços com quem queriam falar, criando-se uma certa formalidade na relação com as fontes. Perante isto, os diferentes órgãos de comunicação social decidiram fazer uma greve informativa, que durou mais de um mês, suspendeu as comemorações do 25 de abril e forçou uma tomada de posição do próprio Presidente da República.[210]

DIARIO DE NOTICIAS, QUARTA FEIRA 24 MARÇO 1993 POLITICA 9

JORNALISTAS PARLAMENTARES DEIXAM DE COBRIR NOTÍCIAS DE SÃO BENTO

# Os muros do Parlamento

O novo regulamento de circulação no Parlamento levou a São Bento os protestos dos jornalistas e de vários directores de órgãos de informação Barbosa de Melo não cedeu O lema é «Aplique-se, depois se vera »

PAULA SA

Os jornalistas parlamentares sentiram ontem os primeiros efeitos do novo regulamento de acesso circulação e perma

## O DN suspende cobertura

O *Diario de Noticias* considera que o Regulamento de Acesso Circulação e Permanência nas Instalações da Assembleia da Republica desde ontem em vigor constitui um instrumento arbitrario violador do direito de informar

As restrições de circulação no interior da AR impostas aos jornalistas que cobrem a actividade parlamentar limitam claramente o acesso as fontes de informação

Considera o DN que hoje a cobertura jornalistica da actividade parlamentar se faz mais fora do hemiciclo que na sala das sessões Ao limitar as possibilidades de circulação dos profissionais da Comunicação Social a AR esta a violar um direito constitucionalmente consagrado – o de informar e ser infor

Figura 11.1: *Diário de Notícias*, 24 de março de 1993

Durante um mês os jornalistas não fizeram cobertura da atividade parlamentar, além dos próprios desenvolvimentos em relação à luta que travavam (Correia 2009, p. 113), reconquistando o direito de circulação que perdura até hoje. Isto permite-lhes ter um contacto diário com as fontes, embora as interações nos corredores nem sempre sejam pacíficas. Um exemplo retirado da legislatura que analisei foi o de um jornalista que filmou uma conversa privada de uma deputada. Ao telefone ouvia-se a deputada a dar os parabéns a uma pessoa. A filmagem foi incluída numa peça televisiva que noticiava a formação do Governo, sugerindo implicitamente que aqueles "parabéns" seriam para um político, quando na verdade eram dirigidos a um amigo pessoal. Este acontecimento gerou um mal-estar generalizado, relembrando a necessidade de autorregulação das interações no quotidiano.[211] Outro exemplo que observei foi o de uma deputada que se irritou

[210] A cobertura noticiosa deste conflito foi recentemente disponibilizada nos Arquivos RTP: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/boicote-a-noticias/

[211] A este respeito muitos jornalistas parlamentares consideram que o facto de haver muitos jornalistas externos a dar cobertura aos trabalhos do Parlamento sem conhecerem a especificidade das relações de corredor, faz com que se gerem abusos que contribuem para um aumento da tensão.

com uma jornalista que a esperava à saída da casa de banho, gerando inclusivamente uma chamada do assessor de imprensa ao diretor do órgão de comunicação.[212]

Estes são conflitos mais evidentes, mas há outros mais subtis que dizem respeito à própria elaboração das notícias. Qualquer deputado deseja que as notícias publicadas valorizem as ideias e as propostas do seu partido. Mas nem sempre o conseguem. Joana, por exemplo, disse-me que os jornalistas têm de perceber que "os políticos estão sempre a vender um copo meio cheio" e que "todos disputam o protagonismo das boas medidas e se desresponsabilizam das más decisões". Assim, nem sempre as notícias agradam aos deputados, facto que gera relações de tensão com os próprios ou com os assessores. Na maior parte dos casos essa tensão é superada, porque no dia seguinte as pessoas continuam a precisar umas das outras. No entanto, há conflitos que podem ser duradouros. Alexandre, por exemplo, revelou-me que "já ficou de castigo" por uma notícia que publicou. Numa primeira fase, o político em causa deixou de transmitir informação ao seu órgão de comunicação, e numa segunda fase começou a passá-la a um colega da sua redação, com o objetivo de "enviar a mensagem que é comigo que tem um problema". O tempo acabou por dirimir a divergência, até porque o deputado sabia que não podia ignorar o jornalista durante um longo período, já que ambos iam continuar a partilhar o dia a dia na instituição.

Para além do conteúdo das notícias também as imagens que as acompanham podem gerar divergências. Observei um desses exemplos nos Passos Perdidos, quando Rúben, um assessor de imprensa que acompanhava, interpelou um jornalista por causa de uma filmagem que o seu órgão de comunicação tinha feito numa iniciativa do partido. O jornalista fez um direto no local onde o comício iria acontecer uma hora antes, quando a sala ainda estava vazia. Algumas horas mais tarde, quando a peça final foi para o ar, acabou por usar essas imagens da sala vazia, em vez de novas imagens já com o público presente. Para Rúben aquilo "era uma vigarice e uma desonestidade intelectual", porque associar a imagem de uma sala vazia àquela notícia iria criar uma "ilusão imagética", sugerindo, como subtexto, que a iniciativa tinha tido pouca adesão. O jornalista defendeu-se argumentando que não tinha tido tempo de fazer uma nova edição, por causa do *timing* do noticiário. Rúben retorquiu a função do jornalista era mostrar o que de facto aconteceu e não sugerir outras interpretações. Caso aquilo voltasse a acontecer, iria contactar ao diretor da publicação. O jornalista não se deixou intimidar, desafiando Rúben a fazer a chamada ali mesmo. O assessor sorriu condescendente e deixou abruptamente os Passos Perdidos. Como me disse uns minutos depois: "Os jornalistas não podem fazer tudo o quererem, sem consequências. Eles têm muito poder, têm de ser chamados à responsabilidade!"

[212] Mais recentemente, em novembro de 2019, foi público o caso de uma que deputada chegou a solicitar escolta de um membro da Guarda Nacional República, para evitar responder às questões dos jornalistas, gerando uma polémica amplamente discutida em todos os meios de comunicação social e no próprio Parlamento.

Rúben aproveitou esse exemplo para explicar que os assessores de imprensa têm de se preocupar não só com o que o político vai dizer publicamente, mas também com o contexto em que essa declaração vai ser dita. Por isso, como confessou um colega seu, de um outro partido: "Às vezes mais vale ter uma sala pequena, com montes de gente em pé, do que uma sala grande, com lugar sentado para todas as pessoas, mas com vários lugares livres." Uma transmite uma imagem de adesão e de entusiasmo; a outra faz parecer que foi um "flop" e não apareceram pessoas suficientes para as expetativas do partido.

Estas tensões que tenho descrito também podem acontecer em sentido inverso, isto é, podem ser protagonizados por jornalistas que interpelam os deputados por considerarem que estes tiveram uma má conduta. Joana, por exemplo, dizia-me "nós [os jornalistas] estamos sempre a ser usados [...] Os políticos estão sempre a tentar sair bem na fotografia, e por vezes tentam manipular a informação que passam aos jornalistas". Quando os jornalistas não consideram que o caso tenha muito importância, interpelam o assessor de imprensa ou o próprio deputado expressando o seu desagrado; mas se considerarem que a notícia foi manipulada, especialmente nos casos em que as declarações foram dadas *off the record*, podem chegar a denunciar as fontes.

As relações entre deputados e jornalistas oscilam, portanto, entre a proximidade, a cooperação e a cumplicidade, por um lado, e a tensão, a hostilidade e o conflito por outro. Um dos melhores exemplos que ilustra esse paradoxo é a gestão dos graus de confidencialidade das declarações. Sempre que deputados e jornalistas combinam conversar sobre um determinado tema uns e outros têm de acordar em que termos o primeiro fará a sua declaração. Há, na prática, quatro opções. A primeira é *on the record,* o que significa que a identidade do deputado ou deputada é revelada pelo jornalista. Por exemplo, "O deputado Luís relevou ao jornal amarelo que as negociações orçamentais estão difíceis". Na segunda, *off the record,* é o princípio é o oposto: o jornalista não deve fazer qualquer menção à identidade do entrevistado. Por exemplo, "O jornal amarelo sabe que as negociações orçamentais estão difíceis". Outro estilo é o *background/not for atribution*, em que a fonte não é mencionada, mas o jornalista pode usar informação indireta. Por exemplo, "Fonte da direção do grupo parlamentar revelou ao jornal amarelo que as negociações orçamentais estão difíceis". E finalmente, em *deep background*, o jornalista pode usar essa informação nessa pesquisa, mas sem indicar a identidade ou o interesse da fonte. Por exemplo, "o jornal amarelo sabe de fonte segura que as negociações orçamentais estão difíceis".[213]

Para Alexandre, a decisão de aceitar publicar informações sem a identificação da fonte é o momento de maior risco da atividade jornalística. Ao serem anónimas, as fontes "acabam por se desresponsabilizar". É certo que a fonte pode ser denunciada, mas isso raramente acontece porque, "na política os conceitos de verdade e de mentira são muito relativos, tudo é suscetível

[213] Estas quatro categorias de confidencialidade foram igualmente desenvolvidas por Mencher (2011).

de ser uma interpretação".[214] Assim, "quando aceitamos correr o risco, temos de assumir também a responsabilidade". Porque é que isto é um risco? Porque, segundo todos os jornalistas com quem conversei, muitos parlamentares por via de declarações *off the record* ou em "background", procuram construir acontecimentos que não têm a certeza de que vão acontecer. Um dos casos que anteriormente mencionei (ver Capítulo 9) foi o de um conjunto de deputados que decidiram transmitir uma informação a um jornalista sobre as negociações de um Orçamento de Estado. Nenhum deles tinha a certeza de que aquilo iria ser aceite pelo Governo, mas era preciso construir uma expetativa na sociedade, que pressionasse as negociações.[215] Outro exemplo que me foi relatado por Alexandre foi o de um conjunto de deputados que lhe transmitiu informação sobre uma medida que seria aprovada, quando na verdade eles estavam apenas a tentar, através dessa notícia, forçar a aprovação. Conclusão: a notícia saiu, a medida não foi aprovada e a reputação do jornalista ficou em causa. Vítor, assessor de imprensa de um Grupo Parlamentar, resumiu-me esta prática como "a estratégia do atirar barro à parede, às vezes cola, às vezes não".

### A urgência mediática: diretos, notícias 24 horas, liveblogs e redes sociais

Quando perguntei a Joana, jornalista parlamentar há quase três décadas, quais os aspetos que mais se alteraram no seu trabalho ao longo dos anos, ela respondeu-me com humor:

> Foi o almoço João, foi o almoço, hoje em dia nem consigo almoçar [risos]. Há 20 anos almoçávamos fora daqui. Lembro-me que havia um grupo de jornalistas que quando estava sol ia apanhar sol e comer a uma esplanada. Eu nunca mais almocei. Não dá porque [o Plenário] acaba ao meio dia e meia, por hipótese, ou à uma, e à uma e quarenta e cinco já está marcada uma declaração para reagir a "não sei quê", às duas já há "não sei quê", entretanto começa a comissão "não sei do quê", entretanto acaba a comissão e os partidos que falaram lá dentro – lá está outra vez o palco... – vêm cá para fora falar ao microfone para as televisões em direto, dizer tudo aquilo que já tinham dito lá dentro, é uma repetição, é um massacre! [risos]

Joana viveu na primeira pessoa algumas das mudanças estruturais do sistema mediático das últimas décadas. E a principal delas foi o aceleramento do tempo mediático e comunicacional. Ao longo dos anos, o número de acontecimentos a serem noticiados foi aumentando em proporção

[214] Vasco Ribeiro (2015, p. 99) designa como "paraverdade" o conjunto de ações, mensagens, discursos e eventos que são construídos no limar entre a verdade e a mentira e que podem passar por técnicas como o arredondamento dos números, a hipervalorização das "chachas" ou a projeção artificial das imagens dos candidatos.

[215] Neste caso, o recurso ao jornalista parecia fundamental porque, ao contrário da comunicação direta do partido (sempre relativizada), o facto da informação ser veiculada através do formato "notícia" garantia maior credibilidade que era conferida pela autoridade atribuída ao intermediário.

inversa ao tempo que os jornalistas dispunham para os noticiar. O ritmo mediático é tanto uma causa como uma consequência do aceleramento do tempo social e político (Rosa 2013; Rosa, Scheuerman 2009). É uma causa, porque o ritmo da prática jornalística influencia o aumento da quantidade de fluxos de comunicação, em particular no contexto político, onde a mediatização do trabalho e a competição no acesso ao sistema mediático definem o quotidiano das e dos parlamentares. Mas é também uma consequência porque os jornalistas sentem que o ritmo dos acontecimentos políticos aumentou, o que implica acelerar o número de notícias a publicar.

De que forma, e a partir de que transformações concretas, se deu esta "aceleração do tempo mediático"? Uma das mudanças mais importantes foi a abertura da comunicação social à iniciativa privada, que em Portugal ocorreu na passagem da década de 80 para a de 90. Esta transformação teve consequências no plano da diversificação, especialização e comercialização das publicações[216] e contribuiu para uma competição crescente por audiências e publicidade, como aliás é visível no filme quase-etnográfico *Esta televisão é sua* (1997), da realizadora Mariana Otero, onde se analisa a vida quotidiana da política de programação e captação de audiência nos primeiros anos da SIC.[217] Neste período, houve um aumento do papel e da importância dos media. Em particular no jornalismo político, onde se desenvolveu uma maior competição entre diferentes grupos de comunicação e entre os próprios partidos, que tinham agora muito mais canais disponíveis para veicular as suas mensagens.

A história democrática recente fez com que esta abertura e diversificação dos meios de comunicação ocorresse num momento em que noutros países já se discutia uma emergente crise do jornalismo. Carl Bernstein (1992), por exemplo, no início da década de 90 chamava a atenção para o facto do jornalismo de investigação, marcado por um tempo necessariamente mais lento, implicar meios e recursos financeiros que não eram compatíveis nem com a diminuição dos recursos e meios dos órgãos de comunicação, nem com a procura da rapidez e da quantidade, que gera o sentimento de se estar em permanente desatualização, atrasado ou de falta de informação. Desta forma, o imediatismo tornou-se a marca do jornalismo (Salgado 2005), sendo nesse

[216] Lembrar, a este respeito, que é na transição dos anos 80 para os 90 que em Portugal se assiste a uma expansão das rádios locais e regionais, que se deu a abertura das televisões aos privados com a criação da SIC (1992) e da TVI (1993), que ganha relevo a imprensa de teor sensacionalista (*Tal & Qual*, *A Capital* e o *Correio da Manhã*), que se funda o *Público* (1990), que se dá a privatização de diversos órgãos de comunicação social (*Jornal de Notícias*, *Rádio Comercial*, etc.), que aparecem diversos semanários como o *Semanário*, a *Visão* e *O Independente*, e que apareceu a primeiro rádio de notícias, como a *TSF* (1998), e diversas publicações especializadas (*Máxima*, *Marie Claire*, *Caras*, *VIP, Nova Gente*, o *Diário Económico*, o *Jornal de Negócios*, a *Exame,* a revista *Blitz*) e que se reforçam os grandes grupos de comunicação, como a Cofina (1990), a Media Capital (1988) e a Impresa (1991).

[217] Foi aliás a partir deste documentário que ficou conhecida a expressão de Emílio Rangel, à época Diretor de Informação e de Programas do canal, que comparava a venda de políticos à venda de sabonetes: "Uma estação que tem 50% de share vende tudo, até o Presidente da República! Vende aos bocados: um bocado de Presidente da República para aqui, outro bocado para "acoli", outro bocado para "acolá", vende tudo!" (Otero, 1997, minuto 58:05).

contexto que surge os noticiários de 24 horas.[218] Como lembrava Swanson (2003), no mundo do ciclo de 24 horas de notícias, a migração para a internet aumenta ainda mais a velocidade das reportagens e os erros jornalísticos pela falta de tempo e reflexividade antes da publicação

A emergência do *online* foi acompanhada com o surgimento dos noticiários hora a hora e com o aumentou do número de diretos, a que se associam programas de debate e comentário. Alguns deles, baseados numa conjugação de informação e entretenimento – o que vários autores designam por *infotainment* (Carpini, Williams 2005; Brants 1998; Graber 1994) ou mais especificamente de *politainment* (Riegert, Collins 2015; Nieland 2008; Schultz 2012) - desenvolveram novas técnicas, processos e meios de comunicação híbridos entre a cultura entretenimento e a intervenção política. O aceleramento do tempo mediático faz com que nenhum órgão de comunicação possa prescindir de acompanhar o ritmo dos seus concorrentes, num contexto de competição por audiências que ganhou novos contornos com a emergência do *online*.

Todas estas mudanças se sentiram em Portugal e influenciaram o jornalismo parlamentar. Um dos exemplos que pude observar aconteceu quando acompanhava o trabalho de Diana, jornalista parlamentar, enquanto esta cobria um debate no Plenário. Estávamos sentados na tribuna dos jornalistas e aí observei que a jornalista, ao mesmo tempo que observava e relatava o debate, escrevia em direto pequenas sínteses do que estava a acontecer. Como me explicou, "é preciso atualizar o liveblog, porque há muita gente que não está a acompanhar a rádio, está nas redes sociais ou no site". Era um trabalho exigente, mas imprescindível, porque se falasse apenas para quem escuta a rádio, poderia perder audiência para uma publicação escrita concorrente que, sentada ao seu lado, estava a fazer o relato escrito dos acontecimentos.

Haverá alguma diferença no jornalismo parlamentar entre relatar os acontecimentos e produzir uma notícia? Já nenhum jornalista consegue identificar claramente essa distinção. "Há muitos lugares de sombra", dizia um deles, explicando que o ideal seria apenas se publicar uma notícia depois de algum tempo de reflexão, análise e escrita. "Só que não é possível", diz-me, "porque toda a gente quer notícias em tempo real e se não formos nós a dá-las, será outro".

A exigência de noticiar os acontecimentos em tempo real faz com que a generalidade dos jornalistas utilize uma técnica que consiste em observar um determinado acontecimento (por exemplo, uma intervenção de uma deputada), publicar no mínimo tempo possível essa informação com um título, a que se acrescenta: "(em atualização)". A notícia é lançada no site e na página de *Facebook* com o título "Última hora", embora no conteúdo apenas constem um ou dois parágrafos de enquadramento, explicando quem disse o quê, onde e em que contexto. A intenção é atrair o leitor e só depois desenvolver detalhadamente a informação da notícia.

[218] Apesar dessa prática já acontecer na rádio, foi a expansão dos canais televisivos de notícias por cabo que alterou em absoluto o ritmo das notícias.

Algumas e alguns jornalistas de órgãos televisivos afirmaram que têm de recorrer a este tipo de estratégias caso contrário as pessoas irão ler as notícias nos jornais *online*, que estão constantemente a atualizar a informação. O mesmo acontece com os jornalistas da imprensa escrita que consideram que se não derem a notícia *online*, as pessoas ficam a par da informação nos noticiários de hora a hora das televisões e da rádio, tornando desatualizada ou redundante a informação publicada no dia seguinte. Todos têm razão: o ritmo da publicação e da cobertura mediática é construído relacionalmente e todos contribuem para o ritmo uns dos outros. Este ritmo de publicação é o resultado de transformações estruturais da própria comunicação política e do campo jornalismo. Veja-se o que afirma Alexandre a este respeito:

> Hoje os políticos têm de comunicar mais, há mais pressão da sociedade, mais câmaras, mais meios, há várias conferências de imprensa por dia, há mais Comissões Parlamentares para cobrir, há novos partidos e agendas diferentes. Mas simultaneamente, temos cá menos jornalistas, aqui e nas redações, para cobrir o trabalho parlamentar... Além de que, ao contrário da minha geração, as pessoas mais novas têm salários de 700 euros, trabalham às vezes 12 horas por dia. Explique-me, como é que podem fazer trabalhos de fundo? [pausa longa] É um mito João, tudo isso já é um mito...

Na vida quotidiana da Assembleia da República, os jornalistas parecem sentir que ficaram reféns de uma prática profissional assente no imediatismo, da imagem em tempo real, do timing da "ação/reação", do tempo curto e da mensagem simples, rápida e eficaz, enfim, daquilo que Bourdieu (1998, p. 94) designou por uma "ausência de interesse pelas transformações insensíveis, quer dizer por todos os processos que, à maneira da deriva dos continentes, permanecem inapercebidos e impercetíveis no instante presente [...] [facto que] vem redobrar os efeitos da amnésia estrutural favorecidos pela lógica do pensamento dia-a-dia e pela concorrência que impõe a identificação entre o importante e o recente (o scoop e as "revelações") inclinando os jornalistas a produzir uma representação instantaneísta e descontinuista do mundo". Desta forma, como explicou Diana, no jornalismo parlamentar todo o fluxo da informação a ser transmitido "tem de ser rápido e fresco", "permanentemente atualizado", o que na sua perspetiva contraria a possibilidade de uma análise reflexiva e crítica, baseada na pesquisa prévia, na historicidade dos acontecimentos, na antecipação dos impactos, na análise das relações, no confronto das fontes.

Esta realidade é ainda mais exponenciada pela emergência das redes sociais na prática dos parlamentares que utilizam as diversas plataformas digitais para comunicar diretamente e sem mediação. Estas plataformas permitem, como vimos, a produção de comunicação em permanência, mas também a segmentação dos públicos com quem se comunica. O problema identificado por Salgado (2005), de a televisão se dirigir a um público vasto e diferenciado, gerando problemas de significação da mensagem política, é hoje menos revelante pelas multiplicação e especialização das formas de comunicação – televisão generalista, canais noticiosos, canal parlamentar, jornais escritos e *online*, rádio, *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Tik-*

*Tok*, *podcasts*, canais de *Youtube*... Esta multiplicidade de plataformas permite dar eficácia ao trabalho de metamorfose que anteriormente descrevi. Facto ainda mais importante num contexto em que, como explica Giuliano da Empoli (2019), a comunicação política passou de "força centrípeta" para "força centrífuga", quer dizer, se antes os políticos, num comício público ou na televisão, tinham a necessidade de procurar denominadores comuns, hoje perduram mensagens personalizadas, dirigidas, que procuram obter consenso e identificação imediatos.[219]

"Comunicar muito, comunicar sempre", essa parece ser uma regra tácita de conduta em todos os Grupos Parlamentares, reforçada máxima do *spindoctoring*: "Aquilo que não comunicas, não aconteceu". Os jornalistas sabem disso e estão com as câmaras a postos e os microfones ligados em permanência, mesmo que nem sempre seja claro o propósito de algumas transmissões. Um exemplo disso são os "falsos diretos" que consistem na prática de gravar e comentar em direto as declarações de determinado protagonista, mesmo que a informação que ele veicula não suscite o "grau de novidade" que um direto exige. Isto acontece, segundo vários jornalistas, por causa do espírito de competição da vida parlamentar. Como confessou um deles: "Se uns gravam, eu tenho de gravar também, é isso que está na cabeça de quem toma essas decisões. Ainda que admita que esta prática retira importância àquela que seria a verdadeira função de um direto: revelar "ao vivo" um acontecimento cuja importância e excecionalidade assim o exija. [220]

Estas práticas de coberta jornalística, como afirma Herreros (2004), não são apenas uma técnica, mas também uma ideologia, já que ao sugerirem ser possível observar os eventos "em tempo real" e "à medida em que acontecem", igualmente criam a ilusão de que essa observação é suficiente para se compreender o alcance dos factos. O autor afirma que esta é uma prática útil, por exemplo, para o relato de acontecimentos desportivos, mas não para os debates parlamentares. No entanto, como tenho vindo a argumentar, o campo parlamentar não deixa de refletir (e por vezes exponenciar) as transformações mediáticas que decorrem do aceleramento do tempo social. Por isso, no Parlamento português toda a gente está sempre em direto, a partir de múltiplas plataformas – ou, pelo menos, incorporou a consciência de que, para onde quer que se virem estão sempre a ser filmados, observados e analisados. A transmissão da informação "em direto"

[219] Deve dizer-se que a comunicação por via dos media tradicionais ou das redes sociais *online* não são completamente diferenciadas, antes se alimentam mutuamente. Em muitos casos, a tentativa de comunicação direta, sem mediador, é feita justamente a pensar em transformar o conteúdo dessa comunicação em matéria e fonte noticiosa pelos órgãos de comunicação tradicionais.

[220] Já um outro assessor que entrevistei, referiu que, para além destes, há outros falsos diretos que consistem na criação da ilusão de que os acontecimentos relatados estão a suceder naquele momento exato, quando na verdade aquelas imagens já tinham sido previamente gravadas e editadas. Está é uma prática que, na perspetiva do teórico da comunicação Mariano Herreros consiste em simular o tratamento em direto quando a informação é previamente registada: "O apresentador do telejornal anuncia a ligação com um correspondente, que aparece no ecrã, cumprimenta-o de uma forma genérica e inicía a história. A imagem do apresentador para no correspondente dando a sensação de que se está a dar um tratamento em direto, mas o que se faz é inserir um vídeo" (Herreros 2004, p. 33).

proporciona a sensação de que as imagens, os corpos e os sons que se estão a ver, a ouvir ou a ser descritos correspondem a uma representação mais "autêntica" dos acontecimentos e da atuação política. Este foco no que é "atual", "visível", "quotidiano", "autêntico", "imediato," em "tempo real", mesmo que seja um dos ingredientes de uma certa espetacularização da vida política (Mineiro 2018, p. 193), nem sempre tem um valor informativo politicamente significativo.

Este sentimento partilhado sobre os diretos também se reflete nas conferências de imprensa. Num dos momentos em que acompanhava Carolina, um assessor de imprensa interrompeu-nos, informando que o líder parlamentar iria dar uma conferência de imprensa. Depois de um longo dia de trabalho todos os jornalistas protestaram. "O que é que vão dizer que já não disseram?", "Já está tudo gravado, já está tudo gravado", "Amanhã há mais, hoje já não temos espaço...". O assessor garantiu que o conteúdo seria distinto daquele que já tinham relatado. Conformados, prepararam os materiais, enquanto Carolina me garantia que não iria haver nenhuma novidade.

As suas suspeitas confirmaram-se. O conteúdo da declaração do deputado era exatamente o mesmo que tinha exposto na Reunião Plenária, apenas diferia a forma, o tom e o acrescento de duas críticas a um partido adversário que não fora possível fazer na reunião plenária. Os jornalistas estavam irritados, mas todos noticiaram a declaração, que deu origem a um debate que se seguiu nas redes sociais, suscitando uma conferência de resposta do partido adversário na manhã seguinte. "É um círculo vicioso", diz-me Carolina, garantindo que ninguém consegue escapar desta lógica de produção intensiva de notícias.

Duas expressões locais resumem bem este ambiente de comunicação constante: o "jornalismo de *flash interview*" e o "jornalismo de pingue-pongue". A primeira expressão ouvia-a Bernardo, assessor de imprensa de um dos Grupos Parlamentares:

> Neste momento o que se pratica aqui neste Parlamento é o que eu designo um "jornalismo de flash interview". Está a ver aqueles espaços no final dos jogos de futebol? É assim, imagine, o PS tomou uma determinada posição sobre um determinado assunto. O jornalista vai ao PC e ao Bloco para construir a peça. Muitas vezes não interessa o que o partido propôs. O que interessa saber é quem diz mal do que foi proposto ou que pode criticar, ou que pode criar fissuras na geringonça ou que pode abater a geringonça, isso é que é importante. É por isso que lhe digo que é pela rama. É isto é que interessa.

Qualquer pessoa que acompanhe os trabalhos parlamentares consegue identificar aquilo de que fala Bernardo. E não só sobre a chamada "gerigonça".[221] O ritmo acelerado dos

[221] "Gerigonça" foi um termo cunhado pelo cronista Vasco Pulido Valente no jornal *Público*, a 31 de dezembro de 2014, para descrever a disputa de liderança interna do Partido Socialista. O termo haveria de ser utilizado mais tarde, pelo Vice-Primeiro-Ministro Paulo Portas, no debate parlamentar de 10 de novembro de 2015, para caracterizar a maioria parlamentar composta pelo PS, PCP, PEV e BE que nessa sessão iriam apresentar moções de rejeição ao XX Governo Constitucional, dando origem a um novo Governo, formado pelo PS com o inédito apoio parlamentar deste conjunto de partidos.

acontecimentos parece exigir uma prática jornalística assente neste modelo de declaração/reação/contrarreação. Evidentemente que o conteúdo importa, mas a notícia a que este tipo de jornalismo dá origem assenta, não num escrutínio crítico dessa informação, mas no conjunto de reações e contrarreações que ela suscitou, recolhidas no mais curto espaço de tempo.

Esta prática não é estranha aos jornalistas, ainda que alguns deles lhe deem outro nome: o jornalismo de *pingue-pongue*. Esta foi a expressão usada por dois jornalistas do mesmo órgão de comunicação enquanto discutiam nos corredores. Um deles assistiu a uma declaração de um deputado e fez imediatamente uma notícia, ali mesmo sentado num sofá do corredor. A notícia seria publicada pouco tempo depois, o que irritou o seu colega. Na sua perspetiva, o que eles tinham combinado não era fazer uma peça sobre a posição do partido, mas usar a "estratégia pingue-pongue". Esta estratégia resume-me assim: um deles pede uma declaração de um deputado e transmite-a imediatamente ao colega por WhatsApp; este, por sua vez, tenta falar diretamente com um deputado de outro partido pedindo uma reação ao que dissera o deputado anterior; se este comentasse, a informação seria novamente enviada ao primeiro jornalista, para tentar uma contrarreação ou um comentário de um terceiro partido; quando consideram que já têm um número suficiente de intervenientes e declarações, enviam a notícia.

Um dos intervenientes justificou-me esta prática com a necessidade de oferecer ao público uma reação atualizada e imediata sobre o que pensam os diferentes partidos e deputados. Mas este é um tipo de trabalho que muitos jornalistas não gostam de realizar. Veja-se o que, a este respeito, diz Joana:

> Começou a haver um bocadinho menos reflexão no jornalismo político e parlamentar. Em coisas práticas, básicas... Por exemplo, os dados estão sempre a cair e esse é o exemplo mais notório. Há uns dados do INE que estão sempre a cair e depois os deputados reagem. Um lado diz: "Isto é péssimo". O outro lado diz: "Isto é ótimo". E se calhar aquilo nem é péssimo, nem é ótimo. Se a pessoa pegar nos dados e for ver os dados… Mas os jornalistas muitas vezes limitam-se a ser correias de transmissão: "O PSD diz que isto é maravilhoso"; "O PS diz que é péssimo"; e pronto.

Quando tem de fazer este tipo de trabalho, Joana diz ter esperança de que posteriormente alguém na redação possa vir a fazer um enquadramento da informação noticiada, embora saiba que nem sempre acontece: "Eu tenho consciência plena que muitas vezes estamos ali a teclar rapidamente e às vezes dá para pensar: 'Espera aí, é preciso por o enquadramento, dizer assim: na semana passada o PSD tinha dito isto, agora esta semana vem dizer isto'. Mas outras vezes não há capacidade. Só mais tarde é que a pessoa diz: 'Ah, espera aí, é preciso relacionar…' Mas é porque é aquela coisa: se nós não pusermos, vai sair de outro lado."

Num contexto de forte competição por notícias em primeira mão, todos os intervenientes parecem sentir que têm de ceder a esta pressão, mesmo que sintam que isso torna o jornalismo

menos crítico e mais exposto à influência do poder político.[222] Esse facto é ainda favorecido pela própria precarização, pela individualização, pela competição e pela comercialização do meio jornalístico (Teixeira 2007; Andringa 2014; Correia 1994).[223] A consciência da precaridade, dos ritmos de trabalho e da hierarquização refletem-se, ainda, na influência das agências comunicação. Como me disse Nuno, lobista de uma Agência de Comunicação: "Há muitas ferramentas de manipulação. Uma delas é a ignorância das redações, de jornalistas ultraprecários, que não têm tempo de questionarem. Outro é a cultura do despotismo instaurada nas redações, a eclosão dos organismos de representatividade". Assim, na sua perspetiva, para influenciar uma narrativa num jornal "nem sempre é preciso influenciar quem manda, às vezes basta saber quem, de tão assoberbado, não vai ter tempo de estudar a informação". No mesmo sentido vai Rúben, assessor de imprensa de um Grupo Parlamentar, quando me explicou que "as pessoas cá fora têm uma ideia conspirativa das notícias". No entanto, na sua perspetiva, "90 % dos erros que nós vemos que são erros, é porque são mesmo erros. É um jornalista que fez sete peças no mesmo dia e não conseguiu confirmar, não leu". Neste contexto, entre os políticos e os jornalistas existe um conjunto de profissionais que, partindo desta comunicação permanente, funcionam como mediador entre os políticos e os jornalistas. É deles que falarei a seguir.

### *Spin all the time*

"Palombella Rosa" é o nome do filme de Nanni Moretti estreado no Festival de Veneza em 1989, que conta a história de Michele Apicella, um deputado e dirigente político comunista que, traumatizado por um acidente, sofre um processo de amnésia, esquecendo-se da sua própria identidade política e ideológica. Durante um jogo de polo aquático, vai conversando com várias

[222] Mário Mesquita (2003) resume o que tenho vindo a descrever no quadro de uma reflexão sobre o poder dos media, identificando uma subordinação ao acontecimento instantâneo onde predominam esquemas binários, uma excessiva valorização das dimensões cénicas não verbais, gestuais, emocionais e sonoras, que cria uma confusão entre a política e o entretenimento. Os processos de investigação jornalística tornam-se dificilmente compatíveis com uma lógica onde a procura do êxito é exponenciada pela procura de audiências e vendas, facto já salientado por Carl Bernstein (1992), quando referia que perda do lucro da imprensa leva a uma redução dos recursos das redações, e torna o jornalismo mais refém do poder político.

[223] Diana Andringa (2014), a partir de trabalho de campo realizado na RTP, conclui que se tem verificando uma "transformação no *habitus* dos jornalistas". A individualização das relações de trabalho, a competição e o protagonismo individual contribuíram, por um lado, para a falta de formação e acompanhamento de quem chega às redações, para uma influência (por via das hierarquias) sobre o jornalismo de base e para uma perda de sentido coletivo dos jornalistas. Assim, num contexto em que o investimento publicitário mudou os critérios editoriais, os jornalistas mantêm uma forte referência à responsabilidade social, embora tenham pouca autonomia, sentindo-se "como operários numa fábrica de produção de notícias" (Andringa 2014, p. 361), onde mudou a noção do tempo de trabalho, cada vez mais rápido, o que coloca dificuldades ao cumprimento da responsabilidade social e deontológica do seu trabalho.

pessoas, procurando reconstruir a sua identidade, só que essa tarefa parece particularmente difícil quando conversa com uma jornalista, cuja linguagem Apicella acha incompreensível. Visivelmente irritado, grita com ela, repetidamente: "As palavras são importantes!"

As palavras refletem a realidade ao mesmo tempo que a constroem, constituindo um instrumento simbólico de representação do mundo a partir de um reconhecimento da autoridade de quem as pronuncia (Bourdieu 1999a). Neste sentido, quer no campo político em sentido mais amplo, quer em particular no campo parlamentar, há um conjunto de pessoas que se especializam na definição e modelação da comunicação política. Por uma questão de facilidade, designarei estas pessoas de "especialistas da comunicação", e a sua prática quotidiana de "spindoctoring". Utilizo o termo "especialistas da comunicação" porque este trabalho não é exclusivo de nenhuma categoria socioprofissional. A comunicação política nos diferentes Grupos Parlamentares e partidos é feita por pessoas que se autodefinem por "assessores de imprensa", "assessores de comunicação", "spindoctors", "relações públicas", ou mesmo por deputados especialmente conhecedores deste tipo de matérias. Independente da autodenominação profissional que é um ponto de clivagem,[224] falamos de pessoas com conhecimentos teóricos e/ou práticos dos estudos de comunicação, assumindo em cada Grupo Parlamentar preponderância na definição da mensagem, dos discursos, das estratégias comunicativas ou da relação com os jornalistas.

Quanto ao termo *spindoctoring*, defino-o genericamente como o processo de construção quotidiana de uma influência política sobre as narrativas mediáticas e os processos comunicacionais que as enquadram. Tem por base, em primeiro lugar, a elaboração de discursos e narrativas, ora mais explícitos, ora mais subentendidos, que favoreçam determinada agenda política; em segundo lugar, a construção de uma identidade pública dos políticos feita à medida das necessidades jornalísticas e comunicacionais, aquilo que desde a década de 50 começou a ser designado por "packaging politics" (Packard 2007; Riesman 2001); e finalmente a manutenção de uma relação quotidiana com os jornalistas baseada na "cumplicidade interessada", quer dizer, numa troca mutuamente benéfica que se favorece a imagem do político e a sua narrativa, ao mesmo tempo que se oferece ao jornalista informações exclusivas, privilegiadas ou de contexto.

Assim genericamente definido, o "spindoctoring" está presente sempre que a produção de notícias implica uma relação entre jornalistas e um conjunto de fontes que procuram obter uma vantagem no espaço mediático. Nesse sentido, apesar do termo só ter surgido na década de 1980,[225] os objetivos que lhe estão inerentes estão presentes na história das instituições

[224] Esta divergência sobre a autoclassificação profissional foi igualmente identificada por Ribeiro (2005).

[225] O termo spin doctor terá surgindo em 1984 numa crónica de Wiliam Safire no *The New York Times* a partir de uma articulação entre a expressão "doctor of publicity", utilizado pelo publicista e relações públicas Ivy Lee, com o termo "spin" utilizado pelo jornalista James Reston, que partindo da metáfora do efeito dado à bola de baseball para iludir os adversários, denunciava na década de 50 as crescentes estratégias de manipulação da informação por um conjunto de assessores que ganhava cada vez mais espaço nas administrações americanas.

democráticas, em particular na segunda metade do século XX,[226] quando se desenvolveram os grandes meios de comunicação de massas, crescentemente transformados numa perspetiva de comunicação em rede (Cardoso, Espanha, Araújo 2009; Cardoso 2005).

O que é específico desde as últimas décadas do século XX, e que de certa forma o termo spindctoring procura ilustrar, é que este trabalho se foi intensificando, ampliando, profissionalizando e especializando, à medida que acompanhou as próprias transformações tecnológicas e comunicacionais. Ao longo do tempo, com a evolução dos meios de informação, surgiram pessoas especializadas nessa exigente tarefa de combinar a definição de políticas e a eficácia da sua comunicação. É, aliás, neste período, que a comunicação política ganha contornos de publicidade comercial profissionalizada – Edward Bernays (1947) chamará a estes profissionais de "engenheiros do consenso" – e que o sociólogo David Riesman (2001) e o teórico e jornalista Vince Packard (2007) começam a usar o termo "packaging", que poderíamos traduzir por "embalamento", para pensar a apresentação pública dos políticos.

Estas mudanças chegaram também à jovem democracia portuguesa. A viragem mediática da década de 80, que se caracterizou pela abertura da comunicação social aos privados, pela diversificação e especialização das publicações, pela criação de grandes grupos de media nacionais, aliada ao desenvolvimento recente das redes sociais (em particular as redes sociais *Facebook* e *Twitter*), teria consequências tanto na prática quotidiana dos deputados, como nas relações entre políticos e jornalistas, que viram aumentar o número de profissionais de comunicação e a sua importância na vida política portuguesa. Nenhum partido hoje dispensa a constituição de equipas de comunicação capazes de utilizar os mais variados meios para afirmação das suas mensagens. Neste contexto, começaram igualmente a tornar-se públicas as tensões entre jornalistas, políticos e os seus assessores.[227]

---

[226] Este processo de mediatização terá começado na década de 50, quando se inaugurou uma nova abordagem à comunicação mobilizando-se meios televisivos, rádio e cinema para promover a fotogenia dos candidatos e a sua representação no espaço público. Ao longo das décadas seguintes estreitaram-se os encontros regulares e pessoais entre políticos e jornalistas (Tunstall 1971), apostou-se no marketing, na comunicação direta e no controlo do fluxo informativo e das narrativas, num processo num processo ficou conhecido na presidência de Reagan como "spin control" (Maltese 1994; Blyskal, Blyskal 1985) e na de Clinton por "spin cycle" (Kurtz 1998). Paralelamente, tornaram-se cada vez mais sofisticadas as tentativas de influência política sobre o jornalismo, contribuindo, segundo Manning (2001), para a indistinção crescente entre o jornalismo como serviço público e a propaganda governativa e partidária. Já no século XXI e sobretudo a partir da campanha de Barack Obama (2009-2017), entra-se num novo capítulo desta história com o recurso às mais modernas técnicas de marketing, segmentação dos públicos e das mensagens e com a utilização das redes sociais.

[227] A título de exemplo lembre-se os casos das pressões de David Damião, assessor do Primeiro-Ministro José Sócrates, a propósito da polémica sobre a sua licenciatura; a polémica entre Manuel Maria Carrilho e a Agência de Comunicação Cunha e Vaz (Carrilho, 2006); o caso das escutas ao Palácio de Belém, envolvendo Fernando Lima, assessor da Presidência da República, o jornal Público e o jornal Diário de Notícias; a tese de mestrado de Fernando Moreira de Sá (2013), ex-assessor de comunicação, onde explica a estratégia de promoção de campanhas negras com vista à eleição de Pedro Passos Coelho para Presidente do PSD e para Primeiro-Ministro, e que envolveu políticos, jornalistas e agências de comunicação.

Apesar de em Portugal as práticas de spindoctoring estarem historicamente associadas aos governos (Ribeiro 2015), também na Assembleia da República há uma procura constante por parte dos deputados e dos Grupos Parlamentares em comunicar de forma a que a mensagem transmitida lhes seja favorável. Esse facto é ainda mais notado em legislaturas em que nenhum partido tem a maioria dos deputados, o que implica negociações permanentes, muitas das quais no Parlamento. Mas se esta prática, como se viu, não é um processo novo na história democrática, hoje adquire um grau de maior sofisticação e complexidade. De que forma isto se traduz na vida quotidiana da Assembleia da República?

Um aspeto relatado em diversos Grupos Parlamentares é que, ao longo dos anos, os deputados começaram a preocupar-se com a estratégia de comunicação, as repercussões da sua ação nos órgãos de comunicação e a perceção da opinião pública. Essa preocupação acompanhou as próprias mudanças na Assembleia, com a abertura dos trabalhos de Comissão Parlamentar à imprensa, e especialmente com a criação do *Canal Parlamento* (ou *ARTV*). Neste contexto, os deputados tornaram-se mais visíveis no espaço público e começaram a ter em conta as propostas sugeridas pelos seus assessores de imprensa e de comunicação.

Ao acompanhar o trabalho diário de muitas e muitos parlamentares, sobretudo os que pertencem às direções dos grupos, observei que estes assessores têm um papel importante, por exemplo, na elaboração dos discursos em Plenário, no planeamento das conferências de imprensa ou na mediação da relação com os jornalistas. Em muitos casos, aliás, são estas pessoas quem gere as redes sociais dos deputados, publicando conteúdos e respondendo a algumas das mensagens que lhes chegam. Outros escrevem os artigos de opinião que os deputados publicam nos jornais, deixando para o deputado apenas a revisão final. Mas a sua ação não é completamente autónoma, sendo sempre outorgada pelos deputados e sobretudo pelas direções dos partidos. Porque é que isto acontece?

Para Pedro, líder parlamentar, é "inevitável" e "imprescindível" que os deputados "se coloquem na mão dos seus assessores de comunicação". Na sua perspetiva: "Todos parlamentares vivem num regime de comunicação permanente, [em que] ganha quem comunicar melhor". Este "regime de comunicação", como lhe chama, apesar de não ser exclusivo do universo da política, já que atravessa a mais diversas esferas da vida social e cultural contemporânea, adquire nela um significado prático particular.

Por estarem expostos ao escrutínio público permanente, os representantes políticos parecem ter consciência de que há frases e expressões que podem ser interpretadas de forma distinta, consoante diferentes públicos e audiências; que a postura corporal se deve adequar às informações que se transmitem; que as interações e as mensagens nas redes sociais podem ser deturpadas, devendo ser cuidadosamente trabalhadas. "Como é que nós podemos estar sempre a pensar nisso, não é?", pergunta Pedro. "Com tanta coisa aqui, leis, orçamentos, projetos de resolução, audições, audiências, os nossos partidos... Alguém tem que orientar e pensar nestas coisas todas

antecipadamente". A opinião de Pedro é secundada por Joel, assessor de comunicação, que considera o seu trabalho (e dos seus colegas de outros partidos) muito relevante pois tem um domínio aprofundado sobre o campo mediático, das relações internas nas redações, da sensibilidade de cada jornalista, do estado da opinião pública, dos comentadores e do que se diz nas redes sociais. Como afirmou: "Sempre que um político quer comunicar nós sabemos definir o que dizer, como, onde, consoante o objetivo que ele tem".

Assim, o seu trabalho não é apenas discursivo, é também dramático e cénico. Eles aconselham os deputados sobre o melhor local onde fazer uma declaração (por exemplo, falar no Parlamento sugere solenidade e elevação, enquanto falar fora pode sugerir uma relação de proximidade com a sociedade); o que o deputado deve vestir (geralmente aconselha-se roupa formal, mas pode haver momentos em que se deve ter uma "postura mais solta"); qual a atitude que deve demonstrar (por exemplo, ser mais severo ou mais espontâneo); como dar enfâse a determinada parte do argumento e para onde deve olhar (por exemplo, falar para o jornalista ou para a câmara diretamente gera um efeito diferente); quem deve ter ao lado (por exemplo, falar sozinho ou acompanhado de outros dirigentes e personalidades tem significados distintos).

Quanto maior for a longevidade do deputado na instituição e no partido, mais os conselhos dos assessores são personalizados. Nas palavras de Joel: "A imagem transmitida pela pessoa conta tanto ou mais quanto o que ela vai dizer". Qualquer profissional de comunicação sabe que tão importante quanto trabalhar a mensagem é construir uma imagem de confiança em torno de determinado político. Sendo que, como me explicaram, essa confiança se conquista de forma muito distinta: em alguns casos que devem trabalhar a imagem do "líder forte" e seguro; noutros têm de apostar num "tom professoral" em que as pessoas confiam porque respeitam; mas também podem apostar numa imagem mais "terra a terra" e emotivo. Como admite Bernardo: "Tu quando comunicas não vendes apenas a ideia – tens de vender também a pessoa, se queres vender a ideia. João, ninguém confia numa ideia, por mais brilhantemente que seja representada por uma pessoa que não dá, que não te transmite confiança. É ou não é?"

A construção da imagem dos políticos, neste caso dos parlamentares, nunca parece dispensar o que um dos spindoctors designou como o "controlo da narrativa", já que a política parlamentar é um processo tanto material como simbólico. Isto é, do ponto de vista material, qualquer conflito político é ganho por quem acumula o maior número de votos – assessorar um partido é, nesta perspetiva, "conseguir os números", o que noutros contextos se designa por "whipping" (Crewe 2006; 2015a; Abélès 2006; Busby 2014). Mas a política tem também uma componente simbólica, já que, e usando as palavras de Rúben, assessor de comunicação: "Do ponto de vista político ganha quem contar a melhor história". Os spindoctors, assessores de imprensa e parlamentares

especialistas em comunicação trabalham diariamente sobre histórias que na sua perspetiva "constituem aquilo fica no imaginário das pessoas".[228]

"Controlar a narrativa" é um processo de construção de um discurso político que seja percetível e compreensível para quem está fora e que, dessa forma, se imponha como uma narrativa tácita em torno da qual todos os intervenientes se posicionam. A elaboração dessa narrativa baseia-se na identificação de um problema, na definição de um responsável, e na proposta de uma saída.[229] Como afirma Bernardo: "Um spindoctor (eu não sei se sou, talvez sim, talvez sim...) tenta criar uma determinada realidade, compreende? Face a um determinado problema que o político para quem trabalha identifica, o spindoctor tenta construir uma realidade dirigida às pessoas que estão fora do campo político. Propõe uma interpretação do real em função da solução política que quer aprovar". Assim, controlar a narrativa é "criar realidade", isto é, trata-se de um processo através do qual um corpo específico de conhecimento ou uma interpretação particular sobre esse mesmo conhecimento se estabelece como "realidade" subjetivamente apreendida pelos atores sociais (Berger, Luckmann 2004, p. 154). Como é que este processo se realiza no quotidiano da Assembleia?

Uma das formas diz respeito às técnicas discursivas, utilizadas pelos profissionais de comunicação para construir narrativas que legitimem as propostas políticas do seu Grupo Parlamentar. Por exemplo, se um partido num debate orçamental estabelece como prioridade a redução de impostos, os assessores trabalham na construção de uma narrativa assente na ideia de que Portugal é um dos países da Europa com maior carga fiscal, bloqueando a vida das empresas e das famílias. Mas se, em sentido oposto, um outro partido considerar que não há alternativa ao aumento de impostos, então é preciso construir um outro discurso público, salientando que esse mesmo aumento não irá afetar as famílias de mais baixo rendimento, mas apenas as de patamares de rendimentos mais elevados (contribuindo para a justiça social), ou que é necessário gerar receitas fiscais para se fazer investimento, gerar emprego, financiar os serviços públicos ou controlar as contas do Estado. Num outro exemplo, se quiser aumentar o salário mínimo, um partido tem que construir uma narrativa assente na ideia de que Portugal tem dos salários mais

[228] Rúben dá-me o exemplo das eleições legislativas de 2015. Segundo ele, era óbvio que a coligação *Portugal à Frente* iria ganhar: "Eles tinham a história mais simples de contar: 'O Sócrates levou o país ao charco, tivemos de apertar o cinto, porque houve um despesismo galopante e o Estado estava descontrolado. Fizemos este sacrífico e agora como se vê está uma luz ao funo do túnel. Agora vamos continuar melhorando a economia e as pessoas vão voltar ao nível de antes'. Era uma história simples e batia certo com anos de uma ideologia muito forte das 'contas certas', 'só se gasta o que se tem', 'sermos bons pagadores'. Essa macroideologia na sociedade, grande parte deixada pelo salazarismo, continua viva e a narrativa encaixava nela: 'Só se gasta aquilo que se tem'; 'Agora que pusemos ordem na casa, vamos melhorar'; 'vocês é que tornaram isto possível, sacrificaram-se e agora vamos colher'. É a história da cigarra e da formiga… 'Agora vamos colher os frutos'. É muito difícil do outro lado dizer: 'Há uma alternativa política a isto, e é possível'. Perguntam-te: 'Onde é que ela funciona'?"

[229] Uma estratégia de construção discursiva, aliás, muito próxima à própria estrutura interna dos discursos populistas contemporâneos recentemente analisados por Mariana Gomes (2020).

baixos da Europa, sendo ao mesmo tempo um dos países que mais trabalha. Todavia, se considerar que os salários não devem aumentar, a narrativa tem que se centrar na ideia de que aumentar os salários pode gerar crescimento do desemprego ou dar origem a deslocalizações de empresas que irão procurar países com salários mais baixos.

A disputa das narrativas implica não só, para voltar à expressão de Rúben, saber "contar a melhor história", mas também escolher as próprias palavras que, ao definirem a realidade, modelam a sua interpretação. Dependendo da perspetiva de cada partido, uma política que a Comissão Europeia considere que Portugal deve implementar pode ser caracterizada como uma "recomendação" ou como uma "imposição"; a redução do orçamento de serviços públicos e despesas sociais pode ser designada como um "corte" ou como um "ajustamento"; a privatização de empresas públicas ou a desregulação das leis laborais podem ser classificada como "liberalização" ou como "reformas estruturais"; uma redução dos salários pode ser explicada como "corte" ou como "promoção da competitividade"; a redução dos indicadores económicos pode ser exposta como sinónimo de "recessão" ou de "crescimento negativo"; a intervenção do FMI, do BCE e da Comissão Europeia em Portugal, entre 2011 e 2014, pode ser nomeada como "ajuda externa" ou como "imposição externa", como "memorando de entendimento" ou como "pacto de agressão", como "programa de assistência" ou como "ingerência à soberania nacional"; o controlo do Estado sobre uma empresa pode ser proposto como "nacionalização" ou "controlo público e democrático". E o que é mais "radical", pagar a dívida pública ou reestruturá-la? É mais "ideológico" rejeitar a austeridade ou defendê-la?

Deputados, assessores e spindoctors trabalham diariamente na construção das linguagens que sustentam as suas narrativas; uma semântica que permita enquadrar e legitimar escolhas políticas particulares. A história que é contada sobre uma realidade, e as palavras usadas para a narrar, contribuem para construir essa mesma realidade, ao hegemonizarem uma representação parcial do mundo. Como sintetiza Rúben: "A semântica conquista grande parte da batalha política". Retomemos, portanto, Nanni Moretti: as palavras são importantes.

Para controlar a narrativa não basta ter uma história para contar e um político em quem se possa confiar. É preciso criar espaço mediático, isto é, canais concretos onde essa narrativa possa ter expressão. Apesar das redes sociais serem uma realidade crescente no universo parlamentar, parece ser na imprensa tradicional que ainda se disputam as grandes narrativas políticas. Aliás, grande parte da utilização que os deputados fazem das redes sociais consiste justamente em construir mensagens, polémicas e imagens capazes de ser absorvidas pela comunicação social.

Uma das técnicas para testar a eficácia da narrativa do partido é o *clipping*, isto é, a análise sistemática e diária de todas as referências feitas ao partido, ao Grupo Parlamentar e aos deputados em todos os meios noticiosos. "Tratar a informação é a parte central", diz-me Rúben, esclarecendo que é necessário "ver a quantidade de coisas que se estão a dizer, o que está a passar, ver as notícias e perceber onde é que ali se pode passar pelos pingos da chuva, perfurar e criar espaços

mediáticos". Este é um trabalho que exige flexibilidade. É preciso identificar quais os temas que devem ser dirigidos para cada formato – para o *online*, para a rádio, para a imprensa escrita e para televisão. Mesmo que, como refere Rúben, tudo se articule: "É preciso vender bem a informação aos jornais, porque se eles pegarem, depois é tema também na televisão".

A televisão continua a ser o grande espaço de disputa entre partidos. Segundo um jornalista os noticiários principais têm cerca de 22 peças, das quais sobre "política" serão quatro ou cinco, com "economia" e "sociedade" talvez chegam a 10 peças onde os políticos podem aparecer, a que se acrescenta o tempo do comentário político. No entanto, não são apenas os partidos que competem pelo protagonismo nessas peças e espaços. A eles se juntam agências de comunicação privadas, que igualmente disputam a presença mediática, procurando promover os seus clientes.

A disputa é, portanto, estruturalmente competitiva. Essa competição implica "ter uma boa história", mas também desenvolver uma estratégica de atração mediática. "Como é que se faz para que os jornalistas olhem para nós e não para outros?", pergunta retoricamente Rúben. Primeiro, "apresentando as propostas de forma mais sexy", indo para lá da conferência de imprensa tradicional que "toda a gente sabe que é um bocejo absoluto". É preciso ser criativo no enquadramento social que acompanha as declarações dos políticos. Depois, criando mensagens à medida dos media – o que genericamente se chama *soundbite* –, por vezes especializando a comunicação consoante o jornalista ou o órgão com quem se irá interagir. Finalmente, trabalhando em mensagens simultaneamente sintéticas, claras e simples de ser entendida (desde logo pelos jornalistas), afirmativas e entusiasmantes, que se diferenciem claramente dos adversários. A eficácia da mensagem mede-se pela sua capacidade de poder ser compreendida, memorizada e repetida pelos jornalistas e pela generalidade pessoas que a irão ouvir.[230]

Paralelamente à construção das narrativas político-mediáticas, os profissionais da comunicação precisam de ter uma relação direta com os jornalistas que as podem ampliar. Uma das formas mais eficazes de o fazer é através das "fugas de informação", em que se partilha informação restrita com alguns jornalistas, permitindo-lhes ter notícias em exclusivo. O objetivo desta prática pode ser o de afirmar um determinado um político, oferecer um favor a um jornalista (que se prevê que será retribuído no futuro), promover um assunto específico, denunciar um adversário ou simplesmente testar as reações públicas a determinadas propostas.[231]

Em todo o trabalho feito pelos profissionais da comunicação, está implícita a ideia de que qualquer proposta que se apresente tem de ter em conta o que os seus diversos adversários vão apresentar e argumentar e que é preciso estar ciente da forma como essa proposta vai ser recebida

[230] Há partidos que recorrem também a sondagens e *focus group*, mais ou menos rigorosos, que permitem testar em grupos de pessoas com características sociodemográficas distintas, a eficácia das suas propostas ou argumentos.

[231] A estas diferentes fugas que me foram relatadas, Stephen Hess (1984) acrescenta duas outras: a fuga egocêntrica por afirmação pessoal e as fuga-denúncia, relacionada com ilegalidades ou irregularidades, que nenhum dos meus intervenientes considerou relevante, nem tampouco pude testemunhar.

por essa abstração mitificada designada por "opinião pública". É por isso que Manuel, assessor de comunicação de um Grupo Parlamentar, me disse que: "Nós costumamos dizer que o CDS tem assessores à esquerda da sua linha e o Bloco à direita da sua linha [risos]. Porquê? Porque é preciso suavizar, apresentar as propostas de uma forma mais suave. A principal questão que tens de ter como assessor nessa matéria é perceber: 'Como é que o que vais dizer vai ser recebido?' Porque não há uma comunicação neutra. O que eu quero dizer é aquilo e a forma como as pessoas apreendem não é sempre aquela. Há sempre ruído pelo meio e há os preconceitos que as pessoas têm do outro lado, que as ajudam a moldar e a condicionar aquilo que ouvem".

Para além deste esforço de adequação entre as propostas e a perceção que têm da forma como estas serão apreendidas pela sociedade, os profissionais da comunicação são ainda fundamentais na modelação dos congressos, convenções e conferências. Como explica Faucher-King (2005), as conferências partidárias nasceram há 100 anos, mas hoje em dia as lealdades partidárias mudaram e as conferências profissionalizaram-se. Estes momentos relembram a existência dos partidos, ao mesmo tempo que os trazem para fora das instituições. São o momento para as "photo opportunities", organizados quase como como festas (Stanyer 2001). Os dirigentes partidários que entrevistei referiram, por exemplo, que consideram necessário abrir as conferências, congressos e encontros partidários à imprensa e ao público (por exemplo, através de *livestream)* para gerar uma sensação de maior transparência e escrutínio. No entanto, igualmente admitem que essa dimensão pública dos eventos, alimenta formas de discurso para fora e secundarizando o debate interno entre os membros. Assim, a comunicação desses encontros é pensada para o exterior mais que para o interior, inscrevendo-se num processo que designei por *espetacularização da política* (Mineiro 2018, p. 195) e que se caracteriza pela produção de uma diferenciação crescente entre o monopólio dos produtores do fenómeno político e aquelas e aqueles a quem a representação se dirige, remetidas e remetidos ao estatuto de espetadoras e figurantes da representação.

## De que "política" fala o jornalismo político?

Dezenas de jornalistas entram todos os dias na Assembleia da República, ocupando os seus corredores. Todas e todos eles ali se encontram com uma missão e um desígnio: retratar e escrutinar a democracia política e os seus protagonistas. Só que, para usar a expressão de Bourdieu (1998, p. 109), ao mesmo tempo que os escrutinam, os jornalistas oferecem "serviços simbólicos indispensáveis" ao campo parlamentar, nomeadamente a promoção de uma "atenção exclusiva ao "microcosmos político" [que] tende a produzir um corte com o ponto de vista do

público, ou pelo menos das suas fracções mais preocupadas com as consequências reais que as tomadas de posição podem ter sobre a existência do mundo social".

Os jornalistas garantem ao corpo de representantes a exibição pública do seu estatuto simbólico, que encontra fundamento nas dinâmicas próprias do universo institucional da política, das suas regras e interações. No entanto, em sentido inverso, também o corpo de representantes presta um serviço simbólico imprescindível ao jornalismo político, já que os deputados apresentam uma imagem de si próprios, das suas organizações, das suas linguagens, das suas práticas e das suas relações, que legitima a existência de um jornalismo especializado sobre o universo institucional em que atuam. Por via de uma relação simbiótica, o jornalismo político legitima a autonomia do campo político da mesma maneira que, *mutatis mutandis*, o campo político legitima a autonomia do jornalismo político.

Essa influência recíproca é constituída a partir das próprias relações que quotidianamente se estabelecem entre deputados, jornalistas e profissionais de comunicação, marcadas simultaneamente pela cumplicidade e pelo conflito, e intensificadas pelo sentimento de urgência, que é consequência do aceleramento do tempo social, político e mediático. Deputados e jornalistas são vítimas e responsáveis por esse sentimento de urgência mediática. Vítimas já que ambos sentem que têm de comunicar a um ritmo diário para não serem ultrapassados pelos adversários ou pelos concorrentes. Mas são também responsáveis na medida em que o ritmo da comunicação política dos deputados influencia a necessidade premente dos media para noticiar; assim como essa mesma urgência incute aos políticos a pressão para comunicarem com mais frequência e regularidade. Por isso, os profissionais de comunicação que mediam as relações entre deputados e jornalistas, assumem que estão "numa espécie de campanha permanente", marcada por uma luta pela semântica, pela disputa das narrativas e pela criação de espaço mediático. Os políticos colocam-se nas mãos dos assessores que lhes escrevem os discursos, preparam o cenário, gerem as redes sociais e trabalham a sua imagem perante o exterior. Todas estas interações fazem com que a construção do tempo mediático influencie o tempo político, mas igualmente que a prática política incorpore uma dimensão crescentemente mediática.

Neste contexto, o meu argumento é que o jornalismo que se autodesigna como um instrumento de retrato e escrutínio da realidade política, na prática acaba por ser um instrumento de construção dessa mesma realidade. Os jornalistas têm uma posição extremamente ambígua no campo parlamentar. Têm influência sobre o decurso dos acontecimentos, ao mesmo tempo que não são membros de pleno direito da instituição, isto é, não se encontram politicamente legitimados. No entanto, ainda que não se considerem parte da disputa parlamentar, os jornalistas são uma peça fundamental na reprodução da ordem política, na medida em que, a partir das relações que estabelecem com os seus protagonistas, acabam por participar na construção de um entendimento da "política" enquanto uma prática especializada que ocorre *exclusivamente* no campo das instituições. Por outras palavras, a uma ideia da política enquanto característica

potencial de todas as relações sociais, e que portanto está para lá da institucionalidade (ver capítulos 1 e 2), o jornalismo contrapõe tacitamente a ideia, partilhada com os deputados e profissionais da comunicação, de que a política é essencialmente uma esfera autónoma da realidade que deve ser retratada enquanto tal, e uma prática especializada controlada por profissionais, que estabelecem relações de conflito no mundo das instituições.

Desta forma, o jornalismo político baseia-se em cinco pressupostos: primeiro, a política acontece nos universos institucionais estatais, onde deve ser relatada; segundo, a política é uma esfera especializada, cuja dinâmica pode ser descrita autonomamente; terceiro, a política tem como protagonista inerente os políticos profissionais; quarto, a política é essencialmente um jogo, onde diferentes agentes são motivados por interesses pessoais, privados, corporativos ou partidários; quinto, a função de um jornalismo político é desvendar esse jogo e as suas intrigas.

O que argumento, enfim, é que o campo mediático, aqui representado pelo jornalismo político e parlamentar, ao produzir e reproduzir uma visão particular do que a política significa, igualmente contribui para a construção da realidade política enquanto forma de distinção social. Isto acontece ao assegurar a produção de um discurso e de uma imagem sobre as especificidades e a autonomia do seu campo institucional, mais do que das suas intersecções com o exterior. Neste sentido, o jornalismo político confirma os seus pressupostos ideológicos que entendem e organizam a política a partir do monopólio dos seus profissionais.

O tipo de jornalismo praticado no Parlamento, que é alimentado pelos deputados e aditivado pelos profissionais da comunicação, tem por base um relato do conflito entre atores, e não uma reflexão objetiva sobre a política. O que se trata é de dar a conhecer o jogo, priorizando-se a tática à substância, o combate ao debate, o confronto à dialética, as pessoas aos argumentos, não porque conscientemente o desejem, mas porque também eles são parte implicada dessa realidade que estão a descrever. Os jornalistas procuram interpretar as posições políticas que se tomam a partir dos interesses associados às posições no campo parlamentar, e acabam por contribuir para uma visão cínica do mundo da política, arena entregue à ambição dos seus protagonistas, por contraposição a uma outra visão que a entenderia como um reflexo das relações de força sociais. Dito isto não creio que, como defende Bourdieu (1998, p. 93), esta abordagem jornalística à política tenha contribuído para o que designa como uma "despolitização da sociedade". Como argumentei anteriormente, se entendermos a política como uma dimensão potencial das relações humanas, dificilmente poderíamos ver na prática do jornalismo uma forma de despolitização da sociedade. Pelo contrário, o tipo de jornalismo aqui descrito contribui antes para o que entendo ser a institucionalização da política, quer dizer, para a construção quotidiana de um entendimento particular da política enquanto forma de distinção social e prática especializada que se organiza no mundo das suas instituições formais. Essa é, como vimos, apenas uma das formas de entender.

## CONCLUSÃO

A etnografia da Assembleia da República, realizada entre outubro de 2015 e julho de 2018, permitiu-me proceder a uma descrição empírica do quotidiano desta instituição, dos seus protagonistas e das suas relações. Essa análise determinou e foi sendo determinada por uma orientação teórica dirigida à compreensão do carácter construído da própria ideia de política que é ali colocada em cena. "Fazer política" assume um duplo sentido nesta investigação: por um lado, remete-nos para uma análise das práticas e das relações concretas e quotidianas em que se materializa a democracia parlamentar; por outro, convoca-nos para uma problematização sobre o próprio entendimento que é dado à política por quem dela se assume representante. Neste sentido, esta é uma investigação etnográfica sobre a política, centrada nas relações e nos processos que lhe atribuem significado numa instituição política e representativa do Estado. A etnografia procura pensar a política enquanto ideia socialmente construída, culturalmente partilhada e historicamente situada. Ou, dito por outras palavras, tratou-se de problematizar uma instituição política formal, mostrando como a mesma é objetivada enquanto o lugar "natural" onde se *faz política*. Reconstituindo este percurso de pesquisa, nestas páginas que agora se concluem, começo por sintetizar o conceito de política que esteve subjacente a esta investigação e esclarecer de que forma este foi etnograficamente operacionalizado; depois, saliento como tal conceito foi sendo disputado na história do parlamentarismo português, tendo em conta a tradição liberal de cidadania que lhe está inerente e a sua recontextualização como resultado e resposta à Revolução de 1974/75 e ao PREC; finalmente, caracterizo a ideia de política subjacente à vida parlamentar na atualidade, analisada enquanto prática especializada e forma de distinção social, produzida nas relações quotidianas entre deputados, assessores, funcionários e jornalistas. Ao salientar o carácter culturalmente construído deste entendimento, concluo que a política é uma ideia em aberto e em disputa, intrinsecamente vinculada à vontade humana que lhe atribui sentido e lhe confere significado.

***

A vida parlamentar constituiu um terreno etnográfico privilegiado para compreender como neste órgão de soberania se produz, reproduz e naturaliza uma ideia particular do que a política significa, de quem está socialmente habilitado ao seu exercício e de que forma esta deve ser desempenhada. Deste modo, a prática etnográfica foi acompanhada por uma discussão e análise crítica do próprio conceito de política, tal como foi formulado tanto pela história das ideias, como pela tradição antropológica. Este enquadramento de partida permitiu evitar o erro de tomar a política enquanto categoria autoexplicativa, que precederia a própria análise formal das

instituições, de cujo funcionamento bastaria fazer uma descrição formal ou comparativa. Pelo contrário, nesta tese assume-se a política como um conceito marcadamente plural, polissémico e relacional, que nada tem de autoevidente, sendo antes uma construção humana, cultural e histórica cujo significado simbólico a etnografia deve tentar alcançar.

Pelo menos desde Aristóteles que a política é um conceito interpretado subjetivamente. Desde logo porque a sua afirmação de que "o homem é por natureza um animal político" tinha subjacente a ideia de que a política apenas acontecia dentro das fronteiras da *polis,* assumindo um protagonista ideal particularizado: os homens, adultos, ociosos e libertos da escassez. É evidente que pouco há de comparável entre a experiência da *polis* ateniense e as modernas democracias liberais europeias, onde o povo emerge como categoria política soberana, ocorrendo a sua representação em assembleias parlamentares, formadas por partidos políticos que expressariam a pluralidade da sociedade. Tanto o sufrágio como o sistema de partidos tratariam de consubstanciar a moderna definição da política, caracterizando-a como uma prática que ocorre no Estado, sendo protagonizada por representantes eleitos e organizados em partidos que simbolizariam a sociedade. Neste contexto, poderíamos discutir a proposição aristotélica problematizando se, na era do sufrágio universal, da igualdade jurídica e da democracia parlamentar, a política pode ser qualificada como uma atividade da qual participa a generalidade dos seres humanos ou se, pelo contrário, permanece como prática confinada a espaços socialmente circunscritos, nos quais se cultivam hábitos igualmente particulares, que distinguem uma minoria socialmente habilitada a "fazer política", de uma maioria destinada a desta ser objeto.

Inquirir o significado da política pode parecer um programa de investigação invulgar se pensarmos como as interpretações políticas, mediáticas e académicas dominante parecem defini-la tautologicamente como sendo aquilo que os "políticos" fazem. Nesta perspetiva, a política não é uma atividade humana da qual participa a generalidade das pessoas, a quem caberia apenas a expressão regular do consentimento nos rituais eleitorais, mas antes uma prática concretizada pelos profissionais que participam nas instituições constitucionalmente identificadas como "políticas". Assim definida, a política tende a não se distinguir da própria participação no Estado e nas suas instituições, o que remete para o entendimento hobbesiano que entendia como sinónimos os conceitos de Estado e de política. A esta conceção oponho um outro entendimento, problematizando a política enquanto uma ideia culturalmente construída em processos relacionais concretos, que não se restringem ao funcionamento das suas instituições formais.

O aparente consenso desta identificação da política como atividade estatal foi desafiado por correntes políticas e científicas do pensamento moderno. Como se assinalou, o contributo antropológico mostrou que a política acontece mesmo onde não existe um Estado centralizado, podendo ocorrer nas suas próprias margens, estimulando uma compreensão mais ampla, complexa e plural do seu significado, que não pode ser desvinculado de outras esferas, como a religião ou o parentesco, o território ou os rituais, a economia política ou a globalização, o

colonialismo ou os movimentos sociais. Quer isto dizer que estudar aquilo que, em cada momento, uma comunidade humana identifica como "político" depende das próprias formações culturais particulares em que essa identificação se fundamenta. O contributo antropológico teve um importante significado para os propósitos desta pesquisa, na medida em que estimulou uma tentativa de compreensão da especificidade social, cultural e histórica do entendimento da política no presente, observando a construção quotidiana de tal entendimento numa instituição central do Estado português: a Assembleia da República.

Nesta investigação defino a política como sendo um tipo de relação social específica, ou uma forma concreta que as relações sociais podem assumir. Contrariamente ao entendimento hobbesiano, não a circunscrevo a uma prática que ocorre no campo exclusivo do Estado, e distintamente de Arendt (2007) ou Rancière (1999) tampouco a defino como um acontecimento raro na história humana. A política pode ocorrer nas instituições e fora delas, estando presente tanto nos momentos de dissidência que desestruturam a ordem social, como naqueles em que esta é imposta e reproduzida pela força do consenso. Como tal, a política não pode ser pensada nem como uma característica inata aos seres humanos, nem muito menos como uma prática circunscrita ao Estado e aos seus profissionais. Tendo por base essa dupla-recusa, esta investigação avança numa definição da política como algo que *acontece* e *onde* quando a *assembleia* se encontra, entendendo-se por assembleia, não uma instituição concreta ou historicamente definida, mas um espaço social específico e próprio que se instituiu quando os seres humanos se relacionam, a partir da consciência e/ou do reconhecimento de que há assuntos que lhes são comuns, e projetos que os unem e dividem.

Ora, se a política é o espaço social que se forma onde a assembleia se encontra, então a sua natureza é eminentemente relacional e, portanto, não tem nem uma instituição natural, nem um protagonista inerente. Estrutura-se, antes, como uma dimensão *potencial* das relações humanas. O pensamento etnográfico sobre a política - clássico e contemporâneo, nas sociedades ocidentais e não-ocidentais, nas instituições e fora delas - em vez de a tomar como uma categoria autoevidente, desenvolve o processo inverso, procurando questionar, a partir das práticas quotidianas e das representações sociais e culturais, de que forma diferentes pessoas interpretam a política nos seus contextos de vivência, sociabilidade e interação quotidiana.

O que singulariza esta investigação de outras abordagens feitas à mesma instituição, é o facto de se ter analisado a vida quotidiana do Parlamento português como um ângulo para pensar como é construída culturalmente uma conceção particular do que significa "fazer política", e de que forma esta instituição se produz e reproduz, social e culturalmente, como um lugar onde *naturalmente* a política é exercida. Dito de outra forma, a problematização da própria ideia de política precedeu epistemologicamente a descrição formal da sua representação. Aproximando-me do terreno etnográfico, esta pesquisa revela a natureza construída (e, portanto, precária, provisória e mutável) da ideia de política que está em causa na instituição parlamentar. Tal ideia,

apesar de ser particular e específica, tende a ser representada de forma axiomática e universal. Por outras palavras, nas práticas e relações quotidianas, os deputados e as deputadas, tal como os assessores, os funcionários e os jornalistas, participam na construção da ideia de que as instituições constituem o espaço "natural" para fazer, ser e estar *politicamente.* Neste contexto, a vida quotidiana no Parlamento é expressão de um processo que configura a *ideia de política* enquanto prática social e cultural setorial e especializada, tendencialmente controlada por profissionais e pertencente a um mundo simbólico específico. Em suma, esta etnografia revela-nos de diversas formas a institucionalização da política enquanto forma de distinção social e cultural.

***

A natureza distintiva da política parlamentar tem raízes históricas concretas que se refletem no presente. Não é, portanto, um fenómeno recente, sendo concomitante com a própria história da representação política e da cidadania no Portugal contemporâneo. Desde a Revolução Liberal de 1820, e até ao 25 de Abril de 1974, ser cidadão não era sinónimo de poder exercer direitos políticos, nomeadamente de eleger e ser eleito. As restrições à participação eleitoral com base na idade, no sexo, no rendimento ou na educação tinham como base a conceção de que a maioria da população estava socialmente desqualificada para a prática da política, por contraposição ao homem burguês, liberal e qualificado, *naturalmente* destinado ao seu exercício. O projeto liberal introduziu uma hierarquia na vida pública, através da qual a política representativa se estabeleceu como um reflexo da desigualdade económica e social da sociedade de classes, reproduzida institucionalmente.

É na base desse princípio de hierarquia que também a I República fundamenta a recusa do sufrágio universal, cuja implementação significaria o governo das "maiorias incultas", a que se contrapunha o saber das elites ilustradas, cultivadas e inteligentes. Desta forma, a República foi expressão de uma contradição entre o programa da igualdade social e a prática da desigualdade política, reproduzida através da exclusividade masculina e do sufrágio capacitário. A política continuava a ser entendida como uma ocupação *exclusiva* de classes e grupos privilegiados, um elemento de distinção social, monopolizada por novas classes médias, letradas, cultivadas ou proprietárias, que transformavam a sua qualificação cultural em qualificação política.

É igualmente a partir desse elemento distintivo que o Estado Novo legitima a sua "política nacional", que encontra o seu fundamento na nação orgânica, na "ordem natural" a ser protegida quer do individualismo liberal (que enfraquecia as comunidades "naturais"), quer da subversão coletiva do socialismo (que subvertia a ordem natural pela luta de classes). Essa dupla-recusa fez-se em nome de uma certa ideia de chefia e liderança que se traduzia numa forma de "fascismo de cátedra" (Sousa 2013) ou, como preferia Salazar, uma "ditadura de doutores", dirigida por um

"mago das finanças" tecnicamente apoiado numa aliança entre especialistas universitários e quadros militares, em vigia tutelar de um povo esforçado mas volátil e incapaz de compreender os seus verdadeiros interesses (Rosas 2020). Esta política não podia tolerar a pluralidade e o dissenso, distinguindo uma elite capaz de governar, enquadrar, conduzir, ordenar e conformar um "povo" cujo estatuto de menoridade cívica o destinava a ser guiado.

O 25 de abril e o PREC constituem a grande rutura política do Portugal contemporâneo, ao darem origem à generalização sem precedentes de formas de participação popular e de politização das relações sociais. Apesar dessa rutura não ser absoluta, já que terá precedentes numa dimensão de política popular presente ainda no século XIX e na primeira metade do século XX, o facto é que a transição de regime não seria tutelada por elites económicas, ilustradas ou militares, mas garantida por um movimento revolucionário que, a partir do enfraquecimento da autoridade do Estado, questionava a própria conceção da política enquanto assunto de elites, prática de doutos ou privilégio de classe. A política *acontecia* onde a assembleia se encontrava, deslocando-se para a rua, para os bairros, para os campos, para as fábricas, para as relações íntimas, nunca deixando se refletir nas instituições políticas formais. Com a resolução da crise de Estado, criam-se as condições para que as instituições estatais recuperassem o monopólio do exercício da política, concluído esse período em que a política pôde ganhar esse sentido que o filósofo Jacques Rancière lhe atribui: uma prática que acontece *não importa onde* e protagonizada por *não importa por quem*.

A democracia representativa, legitimada pela ampla participação eleitoral logo em 1975, edificou-se simultaneamente como resultado e resposta ao 25 de Abril e ao PREC. Por outras palavras, a democracia política não existe *apesar* da revolução, mas por causa dela. Por um lado, porque foi o movimento revolucionário que, ao exercê-las, conquistou as liberdades públicas e a democracia política. Por outro, porque a deslocação da política da rua para o Parlamento materializou uma vitória do monopólio das instituições sobre a militância política, no sentido amplo e coletivo em que aqui foi retratada. O fundamento democrático encontra-se agora numa Assembleia eleita por cidadãos nacionais, sem distinção de sexo, rendimento ou escolaridade, que assumiu um papel crucial na legitimação do regime e do exercício de poder, reforçando os partidos políticos e assumindo-se como o espaço central para a resolução dos conflitos. No entanto, apesar da renovação parlamentar, desde a Assembleia Constituinte a composição social do Parlamento foi mudando, reforçando-se a presença de dirigentes partidários, de pessoas com percursos profissionalizados na política, com qualificações elevadas e oriundas de profissões liberais (especialmente advogados, juristas e docentes).

O presente tem uma história que o enforma, ainda que não o determine. Na verdade, mesmo atravessando quatro regimes, grande parte do percurso histórico do parlamentarismo português (que nesta tese analisei a partir da disputa sobre o próprio entendimento da política) continua a refletir-se e a materializar-se em muitas das ideias, práticas e relações que organizam a vida

parlamentar e o modo como a política nela é pensada. É certo que o fim das restrições sociais em matérias de direito ao voto, renovaram substancialmente as condições de exercício da cidadania. No entanto, tal alargamento não parece ter transformado estruturalmente o que Bourdieu (2011c) designava por "divisão de trabalho político", isto é, a forma como as determinantes económicas e sociais produzem e reproduzem uma separação entre "agentes politicamente ativos" e "agentes politicamente passivos", reduzindo a política a uma prática sectorial e especializada, com uma participação regulada, que ultrapolitiza o Estado no mesmo processo que despolitiza a sociedade no seu conjunto. Por conseguinte, o exercício da política democrática, fundamentado na liberdade e na igualdade para eleger e ser eleito, não parece ter implicado uma igualdade nas possibilidades de eleição e representação, nem tampouco questionou o próprio fundamento político em que essa desigualdade de poder se expressa.

***

Que ideia particular de política é hoje construída na vida parlamentar e o que revela sobre o funcionamento quotidiano da própria democracia? A vida quotidiana na Assembleia da República organiza-se a partir da ideia de que a política é uma prática social e cultural setorial e especializada, constituindo um assunto a que se dedicam e que se destina a especialistas, e caracterizando-se como uma ocupação exercida e praticada por profissionais nas instituições políticas do Estado. Em suma, a política estrutura-se enquanto forma de distinção social institucionalmente organizada. Restringindo-se tautologicamente o entendimento da política ao que os políticos fazem, a vida parlamentar traduz-se em boa medida num conjunto de práticas, processos e relações que procuram universalizar e naturalizar essa ideia que, como vimos, nada tem de universal ou autoevidente.

Antes de avançar é necessário fazer uma advertência prévia. Um ato de distinção, qualquer que seja, não é necessariamente o resultado de uma intencionalidade calculada, que estaria inerente a um cálculo racional e estratégico deliberadamente orientado para o reforço da posição de autoridade e poder em determinado campo. Tal conceção, que estabelece os fundamentos do *paradigma da escolha racional* e do *novo institucionalismo,* correntes extremamente influentes na ciência política contemporânea, não parece observar no campo parlamentar nada mais que relações de oferta e de procura, de cálculo e estratégia, de competição e de interesse, desvalorizando as dimensões culturais, relacionais, rituais, ideológicas e simbólicas que organizam a ligação dos seres humanos com o mundo e que estruturam os encadeamentos entre as ideias, as práticas e as instituições. A rejeição desta conceção igualmente se refletiu na recusa do recurso ao conceito de "classe política", que além de teoricamente impreciso, naturaliza ideologicamente a ideia de que a política se deve circunscrever a quem dela se assume

protagonista, atribuindo a todas as pessoas que participam nas instituições uma mesma identidade e uma semelhante partilha de interesses. Em suma, transformando as convicções, as conceções morais, as ideologias e as motivações políticas em meros alibis para a perpetuação consciente da sua própria situação de dominação e/ou de privilégio.

Contrariamente a essas interpretações, a distinção de que falo resulta de um "sentido prático" do mundo, ou seja, é um efeito de práticas socialmente construídas, culturalmente modeladas, historicamente situadas e hegemonicamente determinadas, que se estruturam a partir de um conjunto de disposições formadas em experiências sociais concretas que se expressam em diferenças sociais (Bourdieu 2010). É a experiência incorporada que gera diferenças sociais e culturais, isto é, a distinção, que pode atravessar as trajetórias de vida ou corresponder a um estatuto circunstancial. A vida parlamentar estrutura-se, então, como uma experiência social na qual quem nela se envolve partilha e constrói um entendimento e uma experiência particular da política. Tal experiência baseia-se na produção social e cultural de uma diferenciação entre quem *faz* política e quem dela deve ser objeto, fundamentada em práticas e relações quotidianas de parlamentares, assessores e jornalistas políticos que se estabelecem simultaneamente enquanto causa e consequência da institucionalização da política enquanto forma de distinção social e cultural.

Essa forma de distinção estrutura-se, desde logo, pelas características sociais do próprio corpo de representantes, revelando-nos como a autoperceção da *competência política* está diretamente ligada ao sentimento de *competência social*, isto é, ao "sentimento correlativo de estar estatutariamente legitimado e de ser chamado a exercer essa capacidade específica" (Bourdieu 2010, p. 601). Com efeito, esta etnografia sugere que o *princípio abstrato* da democracia, assente na possibilidade universal de eleger e ser eleito, contrasta com o *princípio prático* do acesso ao campo político. Quer a partir de um conjunto de retratos biográficos, quer de uma análise sociológica da composição social dos deputados, pode concluir-se que as probabilidades de participação na atividade político-institucional e a ocupação de posições de relevo num partido ou nas hierarquias parlamentares aumentam consoante as posições intersecionais que se ocupa nas hierarquias sociais, nas suas diferentes dimensões de classe, género, identidade, escolaridade, rendimento, origem geográfico-territorial e idade. Por outras palavras, o corpo de representantes não é homogéneo, mas é coerente.

Esta relativa circunscrição social e cultural da representação política resulta do facto de o acesso, a adaptação e a permanência de um conjunto de pessoas no campo parlamentar ter por base a posse prévia de um conjunto de capitais, que se traduz em recursos e conhecimentos que potenciam a autonomia ao campo e, por consequência, à própria ideia de política que lhe está subjacente. Assim, contrariamente ao que poderíamos inferir da interpretação de Bourdieu, o "capital político" não parece ser meramente uma forma de capital simbólico, "crédito firmado na crença e no reconhecimento", que se transforma em poder simbólico "que aquele que lhe está

sujeito dá àquele que o exerce" (2011c, p. 193). Analisando os percursos biográficos e observando as práticas, esta tese leva mais longe tal entendimento, argumentando que o capital político se constitui relacionalmente como uma forma de *capital compósito*, que articula diferentes tipos de capitais socialmente valorizados: *capital cultural*, patente na forma como as qualificações parecem permitir a adaptação às dimensões burocráticas, especializadas, técnicas e linguísticas do campo; *capital social*, que se forma e reforça nos percursos político-partidários profissionalizados, muitas vezes influenciados por herança familiar, e que nas suas diversas escalas e configurações providencia recursos mobilizáveis que permitem aceder material e simbolicamente ao campo político-parlamentar, traduzindo-se em conhecimentos organizacionais específicos e nas redes partidárias em que as pessoas se inserem; *capital económico*, que determina um conjunto de oportunidades educativas, militantes, profissionais e de tempo livre, que aumentam as probabilidades de acesso e adaptação à vida política partidária e institucional; e finalmente o *capital simbólico*, já que participar no Parlamento parece implicar um crédito firmado na crença, reconhecimento, autoridade, prestígio e notoriedade. Aceder ao campo parlamentar não implica que se detenham simultaneamente todos estes capitais, recursos e conhecimentos, mas a sua articulação confere um conjunto de possibilidades e capacidades que lhes permite produzir, construir e manipular os instrumentos fundamentais do fenómeno político.

Sublinhe-se que a estruturação da política como prática especializada, além de se basear numa relativa circunscrição da proveniência social, cultural e económica dos representantes parlamentares, igualmente implica a sua exibição pública em rituais e performances concretas. Não basta possuir um conjunto de capitais prévios à entrada: é preciso que estes se traduzam em formas de ação política concretas e reconhecíveis. Em suma, é preciso que as pessoas, depois de eleitas, se *tornem deputadas.* Neste tese explicita-se de forma original este processo que, como se viu, é marcado por um amplo conjunto de aprendizagens: em termos organizacionais, implica o conhecimento e adaptação a regras, rotinas, temporalidades que marcam o ritmo institucional; a nível grupal, baseiam-se na inserção e conformação às regras de trabalho internas aos Grupos Parlamentares, à especificidade dos processos de tomada de decisão, dos conflitos que geram, e das hierarquias que os organizam; no plano estratégico, é necessária uma adaptação às lógicas de teatralização da política, às dimensões de tática e estratégia associadas à disputa partidária e à ação calculada entre palcos e bastidores; no que respeita a aprendizagens mediáticas, é essencial que se incorporem formas de discurso e comportamento adaptadas à dimensão pública, mediática e escrutinada da instituição parlamentar; e finalmente, a nível relacional, impõe-se uma aprendizagem da importância de relações informais, que não seguem regulamentos e regras escritas.

Estas múltiplas aprendizagens são testadas naquele que parece ser o ritual público mais significativo da instituição: as reuniões em Plenário. O facto de este ser um espaço que ocupa uma pequena parte da semana parlamentar contrasta com a elevada mediatização e com a

complexa preparação que lhe está inerente. Procurando ir além da descrição formal das suas competências, ou da sua maior ou menor centralidade no processo legislativo ou no escrutínio do Governo, nesta investigação descreveram-se as características interacionais do ritual do Plenário, avançando-se numa clarificação sobre os efeitos sociais e simbólicos que esse ritual produz na vida quotidiana. Como não há palco sem público, nem atuação sem audiência, a produção da política enquanto distinção não tem por base apenas a diferenciação entre representantes e representados, já que o ritual igualmente proporciona às deputadas e aos deputados um público imaginado, que a sua voz, o seu corpo e as suas ideias devem "trazer à presença". É por referência a um "universo político de representáveis" que os deputados e as deputadas se reconhecem enquanto protagonistas privilegiados da política. É isso que politicamente os *legitima* e, sobretudo, que os *distingue* enquanto representantes. Tal não significa, como sugerem algumas leituras citadas, que a representação política possa ser resumida a uma forma de ação cerimonial, analisada a partir dos comportamentos individuais dos eleitos, preocupados com a afirmação do seu poder. Na verdade, a dimensão relacional do ritual garante a expressão pública da pluralidade política, ao mesmo tempo que contribui para agregar e unificar aquilo que a ideologia e as diferenças sociais tenderiam a dividir e a separar, contribuindo para a institucionalização, a despersonalização e a regulação do conflito político. Sem prejuízo de dar expressão a pontos de vista ideológicos diferenciados e até contraditórios, o ritual do Plenário, ao distinguir socialmente o corpo de representantes, produz uma dependência dramatúrgica entre atores cujo relacionamento supera as próprias clivagens, dando base à coesão do grupo e da instituição.

À análise desta dimensão pública e relacional que define o Plenário como um ritual de conflito e de distinção foi acrescentada uma outra dimensão que remete para as relações interpessoais que se observam nos bastidores da ação política. A conjugação entre estas duas vertentes ainda não havia sido explorada, sobretudo com recurso à observação das relações concretas que estabelecem nos espaços de sociabilidade quotidianos. Assim, foi possível concluir que, se publicamente as deputadas e os deputados dramatizam a representação política e dão expressão pública aos conflitos, nos bastidores partilham-se interações onde esses antagonismos são neutralizados, a partir de relações de proximidade que geram cumplicidade, e de lógicas de inter-reconhecimento que geram empatia. Não quer isto dizer que o conflito político e ideológico entre Grupos Parlamentares – e até no interior dos próprios grupos – esteja ausente. A política no plano parlamentar é sempre expressão de interesses contraditórios que veiculam as relações de força que se expressam na sociedade. No entanto, esse elemento contraditório é frequentemente articulado com tipos de interações que se estabelecem nas Comissões ou nos Grupos de Trabalho, nas escadas de incêndio (onde se fuma) ou no bar dos deputados (onde se convive), bem como nas visitas ao exterior ou nos espaços de sociabilidade fora da Assembleia, que igualmente garantem confiança, segurança e previsibilidade ao quotidiano, contribuindo para a construção de

um entendimento partilhado sobre a política e para a sua constituição enquanto corpo social distinto, culturalmente vocacionado para a exercer.

Tanto os fatores sociais e culturais que potenciam o acesso e a adaptação ao mundo parlamentar, como os efeitos sociais produzidos pelo ritual do Plenário e pela construção da empatia nos bastidores revelam que na vida parlamentar a ação não deve ser analisada do ponto de vista exclusivamente individual. Neste sentido, esta investigação demonstra que todas as dinâmicas quotidianas remetem invariavelmente para dinâmicas relacionais, moldadas por redes e relações que se constroem ao longo do tempo e se cristalizam na organização interna dos Grupos Parlamentares. Funcionando como *comunidades de práticas especializadas,* os Grupos enquadram a ação política, organizam as suas hierarquias, desenvolvem uma prática partilhada e estruturam uma história e identidade comuns, construídas através da partilha de ideias, informação, linguagens e histórias que dão sentido à prática.

Se os Grupos Parlamentares enquadram e operacionalizam a prática parlamentar, não deixam de ser um espaço de tensões, contradições e conflitos que se expressam nas relações quotidianas. Apesar de todas as deputadas e todos os deputados terem os mesmos poderes regimentais, a observação das suas relações permitiu levar mais longe a discussão sobre a organização das suas hierarquias internas, aqui reveladas nas suas dimensões simultaneamente formais e informais. No plano formal, a ação individual depende da relação dos eleitos com as direções dos Grupos Parlamentares, dos partidos políticos e com o Governo. Do ponto de vista da informalidade, não podem deixar de se ponderar as hierarquias de precedência, autoridade carismática, capital social e visibilidade mediática que, embora não regulamentadas, igualmente definem as relações de autoridade e poder internas.

As características destas relações, ao oscilarem entre o consentimento e o conflito, permitiram avançar numa caracterização mais precisa e menos abstrata das práticas de representação política, aqui expostas na sua natureza inerentemente contraditória. Na sua ação quotidiana, os deputados *representam* o partido e o programa pelo qual são eleitos, que se expressa num compromisso com determinadas visões político-ideológicas e na lealdade às direções partidárias; representam, também, os Grupos Parlamentares, cujas direções determinam as agendas estratégicas e coletivas que devem seguir; representam, além disso, os círculos eleitorais pelos quais são eleitos e aos quais se sentem social e culturalmente vinculados; representam, ainda, uma visão particular sobre o que entendem ser o "interesse nacional" e o "interesse público"; representam, finalmente, a sua consciência, juízo e juízo individual. Estes múltiplos referentes geram um desafio quotidiano para todas e todos as/os parlamentares, que se expressa em performances concretas e que exige uma capacidade de adaptação permanente.

A Assembleia da República é, como referi, um lugar onde se constrói uma ideia da política enquanto prática social e cultural especializada, que exige saber circular entre palcos e bastidores, reconhecendo os tipos de relação social que ambos os espaços permitem, ao mesmo tempo que

implica assimilar uma rede de hierarquias, tanto formais como informais, que organizam a vida quotidiana e que moldam as possibilidades de ação. A vida parlamentar baseia-se numa competição latente, porque as condições de exercício do mandato não são nem igualitárias, nem universais. Assim, o meu argumento é o de que a institucionalização da política implica um conjunto de processos que garantem estabilidade ao grupo social que a monopoliza, e previsibilidade ao sistema institucional que a assegura. As hierarquias parlamentares não só conferem ao campo político uma lógica de competição interna que o torna desafiante e viciante, como se tornam um elemento estruturante da ordem institucional ao assegurarem previsibilidade, segurança e coesão à vida quotidiana. "No Parlamento, por norma, não há surpresas", dizia um parlamentar que citei. Essa garantia, instrumental à estabilidade da instituição e de quem nela participa, é um indicador fundamental para a institucionalização política e dos seus protagonistas.

Para além destes aspetos, "fazer política" na instituição parlamentar implica uma adaptação permanente, por parte dos parlamentares, a múltiplos contextos de interação, que estão para lá do ritual público do Plenário, das sociabilidades de bastidores e das hierarquias que politicamente as organizam. Apesar de na vida quotidiana todas as pessoas adaptarem a sua conduta e comportamento consoante os papéis sociais que desempenham, esta investigação levou mais longe esse pressuposto, demonstrando que o que caracteriza o papel social de representante político é que essa adaptação é *mais frequente*, *mais rápida, mais consciente* e mais *arriscada*, exigindo metamorfoses constantes na forma como se apresentam e relacionam com os outros. *Mais frequente*, tendo em conta os diversos grupos sociais a que pertencem (ao partido e às fações internas, ao Grupo Parlamentar, à região onde são eleitos, ao grupo socioprofissional anterior, a grupos de interesse, movimentos sociais, etc.) e aos públicos a quem a sua ação se dirige, tanto reais como imaginados. *Mais rápida*, porque o trabalho parlamentar se realiza em diversos lugares, em formato presencial e virtual, adaptando-se instintivamente a diferentes funções, públicos e interlocutores, adequando os seus comportamentos, linguagens e formas de conduta consoante os variados contextos de interação em que transitam. Por isso, a adaptação é também *mais consciente*, já que a pluralidade de interações implica uma preparação de diversas formas de apresentação perante os outros, frequentemente apoiadas pelos assessores. E finalmente *mais arriscada* porque os parlamentares estão expostos a um elevado escrutínio e visibilidade, sendo a perceção pública do seu desempenho determinante para o seu futuro pessoal (e muitas vezes profissional), para a organização partidária a que pertencem e para os projetos político-ideológicos em que se empenham.

Acompanhar este trabalho de adaptação permitiu-me ainda compreender porque é que muitas e muitos deputados não colocam em causa a sua pertença à instituição, mesmo quando lamentam ter pouco poder e autonomia ou que as suas propostas não têm espaço para ser aprovadas, fruto da sua posição face às hierarquias internas, mas também da mitigação dos poderes do Parlamento no quadro da integração europeia, da globalização financeira e da preponderância do Governo na

produção legislativa. Para muitas e muitos deputados, questionar o sistema parlamentar significaria colocarem em causa a sua própria trajetória: por um lado, porque a política institucional se tornou ao longo dos anos o seu saber especializado, e a participação parlamentar e partidária se transformou na sua ocupação profissional; por outro, porque a nível subjetivo, questionar o poder da instituição e, portanto, a sua presença nela, implicaria uma interrogação mais profunda sobre a sua própria trajetória de vida, que a levou àquele lugar em nome de determinados princípios, ideias e valores. A sua subjetividade política depende do próprio sistema político que a moldou, determinando a sua identidade e estatuto social.

Uma das conclusões da etnografia realizada é que o trabalho das deputadas e dos deputados à Assembleia da República, dentro e fora da instituição, proporciona formas de reconhecimento simbólico que compensam a ausência, ou pelo menos a limitação, do seu poder legislativo ou de escrutínio político. Alcançar a eleição para o Parlamento nacional transforma e cria estatuto e identidade, ampliando os contextos de sociabilidade e interação cultural. Passar de "cidadão" a "representante político" implica, portanto, o desenvolvimento de um conjunto de redes de interações que tanto geram inter-reconhecimento entre pares, como garantem reconhecimento simbólico externo, recurso culturalmente valioso para quem se encontra envolvido na vida política institucional. Com efeito, *ser deputado* significa fazer parte de um grupo social distinto: é uma condição, uma posição e um lugar social que se ocupa, que se traduz num modelo de conduta apropriada, coerente e adequada. Para que se apresentem enquanto "protagonistas naturais da política", aos deputados não basta que votem, apresentem iniciativas legislativas, façam perguntas aos governantes e intervenham em reuniões. É necessário que se organizem como um grupo social distinto ou, pelo menos, que enquanto tal se percecionem. Sem este reconhecimento estaria em causa a sua legitimidade enquanto porta-vozes de uma visão do mundo, de uma ideologia, de uma causa, de uma região, de um país. A construção da autoridade política dá-se, portanto, como um processo de legitimação da própria representação política.

Na Assembleia da República, a política não se resume apenas uma prática que se exerce – constitui-se, para além disso, como uma experiência social e simbólica concreta que distingue os deputados do exterior, como protagonistas socialmente qualificados para simbolizar visões do mundo, representar pessoas, falar em seu nome. Para compreender a eficácia desse processo não bastou analisar a ação ou os discursos dos deputados, tal como ocorre com a generalidade dos estudos parlamentares, tornando-se necessário explorar duas outras dimensões que ainda não haviam sido conjugadas: a ação dos funcionários parlamentares e o papel dos jornalistas.

Os funcionários parlamentares tornam-se essenciais na vida parlamentar porque formam um corpo permanente responsável pela transmissão da memória da instituição, contribuindo para garantir um sentido de continuidade, previsibilidade e coerência à vida institucional. Mais do que os regulamentos, que definem o enquadramento formal, ou a transmissão mediática, caracterizada pelo imediatismo, a urgência e a procura da novidade, os funcionários são os depositários dos

acontecimentos e decisões passadas, bem como do contexto que as motivou. Isto significa que a ordem institucional se reproduz, em parte, a partir da sua memória vivida, transmitida e partilhada, em processos relacionais onde a antiguidade é um atributo. Para além disso, os funcionários têm ainda um importante papel na gestão do tempo parlamentar, procurando que este mantenha uma certa autonomia face ao tempo político, mediático e social. Para além de preservarem e transmitirem a memória, organizarem e gerirem o tempo institucional, estas pessoas são também importantes técnicos da performance parlamentar, ao assegurarem que a dimensão cénica, essencial à representação política, está dotada dos meios que garantam a sua eficácia simbólica. Nesse sentido, ao assegurarem a ordem institucional, os funcionários influenciam também a ordem política, já que moldam diariamente o universo institucional que os deputados recém-chegados herdam, ao qual se adaptam e que reproduzem na vida quotidiana. O conteúdo determina a forma, tanto quanto a forma determina o conteúdo.

Revelando de forma inédita as relações e interações entre deputados, jornalistas e profissionais de comunicação no quotidiano parlamentar, esta investigação avança ainda no argumento que o papel dos funcionários na reprodução da ordem institucional é concomitante com o contributo que os jornalistas políticos e parlamentares dão à produção da ideia de política que venho retratando. Todas e todos eles sentem que ali se encontram para cumprir o desígnio de escrutinar os atores políticos e, portanto, de garantir a transparência da própria democracia. Todavia, as suas relações são de dependência mútua: os representantes "precisam" dos jornalistas porque estes continuam a providenciar uma imagem mediática, que é eficaz dentro e fora do campo parlamentar; da mesma forma que os jornalistas precisam dos representantes, já que estes projetam uma imagem de si próprios, das suas organizações, linguagens, práticas e relações, que legitima a existência de um jornalismo especializado sobre o universo institucional onde atuam.

A tarefa dos jornalistas é exigente porque se baseia numa competição pelo acesso à informação e em desafiantes interações com os parlamentares que entre si disputam a atenção mediática. Esta característica levou-me a pensar as relações entre políticos e jornalistas, marcadas simultaneamente, pela proximidade, garantida pela copresença quotidiana, pelos espaços de socialização comuns e pela longevidade na instituição; assim como por uma tensão latente, que por vezes se traduz em conflitos, até porque o retrato que os jornalistas fazem dos acontecimentos parece continuar a determinar a imagem que a sociedade tem sobre os partidos e os seus protagonistas parlamentares. Estes conflitos são, no entanto, neutralizados, porque os media, ao garantirem a exibição pública do estatuto simbólico do corpo de representantes, acabam por legitimar a sua própria especialização jornalística na "política" que estes praticam. Em resumo, pode concluir-se que o "jornalismo político" legitima a "autonomia do campo político" como, *mutatis mutandis*, o "campo político" legitima a autonomia do "jornalismo político".

As relações entre os representantes políticos e jornalistas são intensificadas pelo sentimento de pressão e urgência que decorre do aceleramento do tempo mediático. Na vida parlamentar,

deputados e jornalistas participam de um ambiente de comunicação permanente, impressivo, "ao vivo" e instantâneo, onde obsessivamente se procura a "novidade", o "exclusivo", a "última hora". Tudo isto é ainda favorecido pelas próprias contradições estruturais do jornalismo atual: redações com menos jornalistas, poucos recursos para a investigação, luta por audiências e publicidade que crescentemente "foge" para as redes sociais, e sobretudo a precariedade dos jornalistas, a instabilidade laboral, a individualização e a competição das relações de trabalho, que é simultânea a uma hipercomunicação dos partidos e dos deputados. Neste contexto, esta tese oferece ainda um contributo para a análise da forma como os profissionais da comunicação dos partidos e Grupos Parlamentares, conhecendo as características do campo mediático, desenvolvem técnicas crescentemente sofisticadas para "formar realidade" ou "controlar a narrativa", isto é, construírem mensagens e linguagens que, implícitas às próprias notícias, favoreçam a imagem de um determinado político, partido, Grupo Parlamentar ou agenda política. Vive-se "numa espécie de campanha permanente", dizia-me um assessor de comunicação, marcada por uma luta pela semântica e pela criação de espaço mediático.

Estas interações fazem com que a construção do tempo mediático influencie o tempo político, mas igualmente que a prática política incorpore uma dimensão crescentemente mediática. Por consequência, o "jornalismo político", que se autodefine como um instrumento de registo e escrutínio da realidade política, acaba por ser na prática um instrumento de construção dessa mesma realidade. Os jornalistas são uma peça fundamental da ordem política porque, a partir das relações que quotidianamente estabelecem com os profissionais da política, participam na construção de um entendimento da "política" enquanto prática setorial e especializada, esfera autónoma da realidade que deve ser retratada enquanto tal. Desta forma, o campo mediático, exemplificado etnograficamente pelo jornalismo político-parlamentar, produz e reproduz uma visão particular do que a política significa, contribuindo para a construção da realidade política enquanto forma de distinção, assegurando uma cobertura das especificidades do campo, mais do que os seus cruzamentos com o exterior.

***

Com o projeto de pensar a política sem pensar *politicamente*, Pierre Bourdieu (1988, p. 2) ofereceu ao pensamento sobre a representação política e a democracia um novo e estimulante quadro de interpretação teórica, pouco explorado etnograficamente. Em certo sentido, foi a partir desse estímulo que aqui se refletiu sobre as condições sociais e culturais em que numa instituição representativa do Estado se constrói um significado particular para a ideia de política, caracterizada como uma prática social especializada e enquanto forma de distinção perante o exterior. Para lá de qualquer definição abstrata ou descrição formal, a democracia parlamentar

pode e deve ser compreendida etnograficamente, a partir da análise situada das relações concretas que a estruturam e dos mecanismos sociais e culturais que a regulam, alguns deles aqui descritos.

No entanto, a abertura desse espaço de análise que indiscutivelmente marca a obra de Bourdieu, não isentou o autor de mobilizar um entendimento tácito da política que acaba por reproduzir os próprios pressupostos que a sua crítica parece empenhada em desconstruir. Na sua ânsia de mostrar que o povo não tem um conhecimento inato da política ou de desconstruir a "fé ingénua na igualdade formal face à política" (2010, p. 615), o autor acaba por representá-la como uma prática circunscrita e fundamentalmente caracterizada por relações de oferta e de procura, isto é, como uma dimensão humana que deve ser cientificamente analisada por referência à oferta institucionalmente organizada, e não a partir das relações concretas em que se formam as subjetividades políticas, dentro e fora das instituições. Tal entendimento, mesmo desconstruindo a visão abstrata da democracia e dos principais instrumentos metodológicos usados para a descrever, acaba por reduzir a subjetividade política às relações estabelecidas com o campo da sua institucionalização, contribuindo para a reprodução da própria ideia de política que lhe está subjacente.

Por conseguinte, ao procurar as "condições sociais de possibilidade do juízo político" (Bourdieu 2010, p. 615), o autor circunscreve o "político" à institucionalidade e só nessa linha argumentativa pode concluir que existe uma correlação entre a pertença a setores sociais desfavorecidos e a rejeição generalizada da política ou que a capacidade de produção de um discurso e de uma ação consciente sobre o mundo social se circunscreve a quem participa no campo da política profissionalizada (2010, p. 584) - como se, afinal, a política apenas pudesse ser pensada e problematizada por relação com o sistema formal da sua representação.

Este paradoxo marca igualmente o trabalho de Emma Crewe, que tanto tenho citado. Ao mesmo tempo que a autora desvenda etnograficamente os mecanismos invisíveis da democracia parlamentar britânica, acaba a fazer uma "defesa dos políticos" (Crewe 2015a, p. 51), considerando que "renunciar à política é destruir a possibilidade de ordenar o pluralismo de forma não violenta". O pressuposto de tal interpretação é o de que a crítica do sistema representativo e dos seus protagonistas, justa ou injusta (não é isso que está em causa), constitui uma rejeição da política em sentido lato, como se esta se circunscrevesse às práticas daqueles que dela se ocupam profissionalmente na arena parlamentar ou governativa. Da sua análise fica implícito que o parlamentarismo estabelece a forma "natural", seguramente eficaz e útil, de organizar politicamente a comunidade e de ordenar o conflito. Não discutindo aqui a adesão política a essa ideia, tão legítima como qualquer outra, salienta-se antes que tal entendimento estabelece, também ele, uma forma particular de entender a política, a qual reproduz os pressupostos ideológicos da própria ordem institucional analisada.

Neste sentido, contrariamente a Crewe, eu não resumiria a crítica da profissionalização da política a uma forma de recusa da política em sentido amplo, e diferentemente de Bourdieu, não

associaria o fechamento do campo político a uma qualquer forma de "demissão" ou de "delegação incondicional" por parte de quem nele não participa. Como tenho argumentando, do meu ponto de vista a política é uma característica potencial das relações humanas que está para lá da institucionalidade e dos profissionais que a asseguram, além de que a própria crítica da representação pode, em certas circunstâncias, ser uma crítica feita em nome da política e da democracia: ora questionando a forma como esta é condicionada por redes interpessoais, institucionais e estruturais que constrangem as possibilidades político-democráticas; ora colocando como hipótese a emergência de novos sujeitos e protagonistas políticos, oriundo dos movimentos sociais, que politicamente questionam o aparente estatuto de passividade política dos representados.

Por contraposição à naturalização e universalização da política enquanto forma de distinção, e à sua redução à institucionalidade, procurei que esta abordagem etnográfica fosse mais crítica. Partindo das relações quotidianas, tentei compreender como num órgão de soberania se constrói social e culturalmente um significado partilhado para a ideia de política, processo a que corresponde a produção de uma distinção entre "quem faz política" e quem dela é objeto; entre "agentes politicamente ativos" e "agentes politicamente passivos"; entre quem está "dentro" e quem está "fora"; entre "atores" e "espectadores" da produção do fenómeno político.

Ao destacar, revelar e expor a natureza construída deste entendimento, os seus fundamentos históricos e a sua continuidade no presente, não procurei reforçar a ideia de que as sociedades em que vivemos estão estruturalmente condenadas à sua reprodução, como se a história da própria política tivesse chegado ao fim, conformada com o consenso da ordem política estabelecida. Por outras palavras, como se a política não pudesse ser pensada para lá de quem dela se assume como protagonista natural e universal neste tempo histórico particular. Se as ideias que formam as instituições são construídas relacionalmente, em processos sociais e culturais concretos, então são também precárias e potencialmente mutáveis. Estão intrinsecamente vinculadas às possibilidades da vontade humana e da imaginação que a determina. A política é sempre uma hipótese de futuro que não deserta das relações humanas. Por isso, uma antropologia política de vocação crítica não pode estar condicionada à reprodução ingénua ou desinteressada dos alicerces da ordem política, remetendo-se a uma condição passiva, que se limitaria a descrever e a comparar os sistemas políticos, os comportamentos dos eleitores, os processos eleitorais ou a fundamentar reformas e políticas públicas. Desta forma, esta tese procura oferecer um contributo interpretativo para pesquisas futuras que procurem pensar as instituições a partir das ideias que lhes dão forma, dos processos em que essas ideias são culturalmente construídas e partilhadas, e das relações concretas e quotidianas que as organizam, materializam e reproduzem. Tal tarefa crítica corresponde sobretudo a um compromisso com a descoberta da realidade e das suas possibilidades, mais do que com a sua ordenação, regulação e reprodução. Tal foi o esforço do gesto etnográfico a que me dediquei neste percurso de investigação.

**BIBLIOGRAFIA**


AALBERG, Toril e CURRAN, James (orgs.), 2013. *How Media Inform Democracy: A Comparative Approach*. New York: Routledge. ISBN 978-0-415-74042-5.

ABBINK, Jon e SALVERDA, Tijo (orgs.), 2013. *The Anthropology of Elites: power, culture, and the complexities of distinction*. New York: Palgrave Macmillan. ISBN 978-1-349-45060-2.

ABÉLÈS, Marc, 1988. *El lugar de la política*. Barcelona: Mitre. ISBN 978-84-7652-034-5.

ABÉLÈS, Marc, 1989. *Quiet days in Burgundy: a study of local politics*. Cambridge: University Press. ISBN 978-0-521-38302-8.

ABÉLÈS, Marc, 1992. *La vie quotidienne au Parlement Européen*. Paris: Hachette. ISBN 978-2-01-018049-1.

ABÉLÈS, Marc, 1993. Political Anthropology of a Transnational Institution: The European Parliament. *French Politics and Society*. 1993. vol. 11, no. 1, p. 1–19.

ABÉLÈS, Marc, 2000. *Un ethnologue à l'Assemblée*. Paris: Editions Odile Jacob. ISBN 978-2-7381-0756-5.

ABÉLÈS, Marc, 2006. Parliament, politics and ritual. Em: CREWE, Emma e MÜLLER, Marion G., *Rituals in Parliaments: Political, Anthropological and Historical Perspectives on Europe and the United States*. Bern: Peter Lang. p. 19–40. ISBN 978-3-631-51993-6.

ABÉLÈS, Marc, 2010. *The Politics of Survival*. Durham: Duke University Press. ISBN 978-0-8223-4607-4.

ABRAMS, Philip, 2006. Notes on the Difficulty of Studying the State. Em: SHARMA, Aradhana e GUPTA, Akhil, *The Anthropology of the State: A Reader*. Oxford: Blackwell. p. 112–130. ISBN 978-1-4051-1467-7.

ABRANTES, Pedro et al., 2016. "A escola dos ciganos": contributos para a compreensão do insucesso e da segregação escolar a partir de um estudo de caso. *Configurações*. 2016. no. 18, p. 47–66.

ABRANTES, Pedro e ROLDÃO, Cristina, 2019. The (mis)education of African descendants in Portugal: Towards vocational traps? *Portuguese Journal of Social Science*. 2019. vol. 18, no. 1, p. 27–55. DOI 10.1386/pjss.18.1.27_1.

ACCORNERO, Guya, 2013. A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. *Análise Social*. 2013. vol. 48, no. 208, p. 572–591.

ÁGOAS, Frederico e GOMES, Pedro David, 2011. Contributos para uma genealogia do estádio de futebol em Portugal: arquitectura, Estado e cultura de massas. Em: NEVES, José e DOMINGOS, Nuno, *Uma História do Desporto em Portugal: Corpo, Espaços e Media, Volume I*. Porto: QuidNovi. p. 167–192. ISBN 978-989-554-887-3.

ALMEIDA, José Fonseca de, 2015. Recrutamento parlamentar: o associativismo conta em

tempos de crise? Em: FREIRE, André, LISI, Marco e VIEGAS, José Manuel Leite, *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*. Lisboa: Assembleia da República. p. 411–428. ISBN 978-972-556-624-4.

ALMEIDA, Maria Antónia de Figueiredo Pires de, 2006. *A revolução no Alentejo: memória e trauma da reforma agrária em Avis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. ISBN 978-972-671-169-8.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, 1991. *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel. ISBN 978-972-29-0248-9.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, 1995. *A construção do estado liberal. Elite política e burocracia na "Regeneração" (1851-1890)*. Doutoramento. FCSH-UNL.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, FERNANDES, Paulo Jorge e SANTOS, Marta Carvalho dos, 2006. Os deputados da 1ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico. *Revista de História das Ideias*. 2006. vol. 27, p. 399–417. DOI 10.14195/2183-8925_27_11.

ANDRINGA, Diana, 2014. *Funcionários da verdade: profissionalismo e responsabilidade social dos jornalistas do serviço público de televisão*. Lisboa: Tinta-da-China. ISBN 978-989-671-227-3.

ANTUNES, Miguel Lobo, 1998. A Assembleia da República e a consolidação da democracia em Portugal. *Análise Social*. 1998. vol. 24, no. 100, p. 77–95.

ARENDT, Hannah, 1990. *On Revolution*. London: Penguin Books. ISBN 978-0-14-018421-1.

ARENDT, Hannah, 2007. *A Promessa da Política*. Lisboa: Relógio D'Água. ISBN 978-972-708-948-2.

ARETXAGA, Begona, 2000. Playing Terrorist: Ghastly Plots and the Ghostly State. *Journal of Spanish Cultural Studies*. 2000. vol. 1, no. 1, p. 43–58. DOI 10.1080/713683435.

ARISTOTLE, 1992. *The Politics*. Harmondsworth ; New York: Penguin Books. ISBN 978-0-14-044421-6.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, 2003. A rede de formação do ensino superior e a democratização do ensino. *DIDASKALIA*. 2003. vol. XXXIII, p. 605–618. DOI 10.34632/didaskalia.2003.1603.

ASAD, Talal (org.), 1973. *Anthropology and the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press. ISBN 978-0-903729-00-0.

AURÉLIO, Diogo Pires (org.), 2009a. *Representação Política: textos clássicos*. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN 978-972-24-1664-1.

AURÉLIO, Diogo Pires, 2009b. O que representam os representantes do povo. Em: *Representação Política: textos clássicos*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 9–51. ISBN 978-972-24-1664-1.

AUSTIN, J. L., 2002. *Quand dire, c'est faire: How to do things with words*. Paris: Éditions

du Seuil. ISBN 978-2-02-012569-7.

AUYERO, Javier, 2006. Introductory Note to Politics under the Microscope: Special Issue on Political Ethnography I. *Qualitative Sociology*. 2006. vol. 29, no. 3, p. 257–259. DOI 10.1007/s11133-006-9028-7.

BAIOCCHI, Gianpaolo e CONNOR, Brian T., 2008. The Ethnos in the Polis: Political Ethnography as a Mode of Inquiry. *Sociology Compass*. 2008. vol. 2, no. 1, p. 139–155.

BALANDIER, Georges, 1972. *Political Anthropology*. Harmondsworth: Penguin Books. ISBN 978-0-14-021397-3.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, 1978. *Portugal 1975 – Os campos, Porto, Afrontamento.* Porto: Afrontamento.

BARATA, André, 2019. *E se parássemos de sobreviver? Pequeno livro para pensar e agir contra a ditadura do tempo*. Lisboa: Documenta. ISBN 978-989-8902-32-0.

BARLEY, Nigel, 2006. *O Antropólogo Inocente*. Lisboa: Fenda. ISBN 978-989-603-015-5.

BARROS, Afonso, 1979. *A Reforma Agrária em Portugal: Das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária.

BARRY, A., OSBORNE, T. e ROSE, N. (orgs.), 1996. *Foucault and Political Reason: Liberalism, Neo-Liberalism, and Rationalities of Government*. Chicago: University of Chicago Press. ISBN 978-0-226-03826-1.

BAUMAN, Richard, 1975. Verbal Art as Performance. *American Anthropologist*. 1975. vol. 77, no. 2, p. 290–311. DOI 10.1525/aa.1975.77.2.02a00030.

BAUMAN, Richard (org.), 1984. *Verbal Art as Performance*. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press. ISBN 978-0-88133-048-9.

BAUMAN, Richard e BRIGGS, Charles L., 1990. Poetics and Performance as Critical Perspectives on Language and Social Life. *Annual Review of Anthropology*. 1990. vol. 19, p. 59–88.

BAUMAN, Richard e BRIGGS, Charles L., 2003. *Voices of Modernity: Language Ideologies and the Politics of Inequality*. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 978-0-521-81069-2.

BAUMGARTEN, Britta, 2015. O futuro dos movimentos sociais na representação sociopolítica. Em: FREIRE, André, *O Futuro da Representação Política Democrática*. Lisboa: Vega. p. 143–156. ISBN 978-989-750-038-1.

BEBIANO, Rui e CRUZEIRO, Maria Eduarda, 2006. *Anos Inquietos: Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-0836-6.

BECKER, Howard S. et al., 1977. *Boys in White: Student Culture in Medical School*. New Brunswick, N.J: Transaction Books. ISBN 978-0-87855-622-9.

BECKER, Howard S., 1977. *Sociological Work: Method and Substance*. New Brunswick,

NJ: Transaction Books. ISBN 978-0-87855-630-4.

BECKER, Howard S., 1998. *Tricks of the Trade: How to Think about your Research while you're Doing It*. Chicago: University of Chicago Press. ISBN 978-0-226-04124-7.

BECKER, Howard Saul, 1991. *Outsiders: Studies In The Sociology Of Deviance*. New York: Free Press. ISBN 978-0-684-83635-5.

BEEK, Jan, 2012. 'There should be no open doors in the police': criminal investigations in northern Ghana as boundary work. *The Journal of Modern African Studies*. 2012. vol. 50, no. 4, p. 551–572. DOI 10.1017/S0022278X12000353.

BENTO, Afonso de Castro, 2017. O programa Escola Segura: prevenção, proximidade e comunidade. *Etnográfica*. 2017. vol. 21, no. 2, p. 319–339.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas, 2004. *A Construção Social da Realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro. ISBN 978-972-576-354-4.

BERNAYS, Edward L., 1947. The Engineering of Consent. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*. 1947. vol. 250, no. 1, p. 113–120. DOI 10.1177/000271624725000116.

BERNSTEIN, Carl, 1992. The idiot culture. *The New Republic*. 1992. P. 22–28.

BERTAUX, Daniel, 2020. *As Narrativas de Vida*. Lisboa: Mundos Sociais. ISBN 978-989-8536-75-4.

BEVILAQUA, Ciméa e LEIRNER, Piero de Camargo, 2000. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. *Revista de Antropologia*. 2000. vol. 43, no. 2, p. 105–140. DOI 10.1590/S0034-77012000000200006.

BIGNELL, Jessica Anne Copplestone, 2018. *Political Messaging, Parliament, and People Or, Why Politicians Say the Things They Do the Way They Do: The Parliamentary Green Party of Aotearoa New Zealand in 2013*. Doutoramento. Palmerston North, Aotearoa New Zealand: Massey University.

BLUMER, Herbert, 1969. *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. ISBN 0-13-879924-5.

BLYSKAL, Jeff e BLYSKAL, Marie Hodge, 1985. *PR: How the Public Relations Industry Writes the News*. New York: W. Morrow. ISBN 978-0-688-04788-7.

BOBBIO, Noberto, 1989. Estado. Em: *Encicolpédia Einaudi volume 14: Estado-Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p. 215–275.

BOTELHO, Maria do Carmo et al., 2014. A mão esquerda e a mão direita do Estado português: que atuais tendências? *Observatório das Desigualdades e-Working Papers*. 2014. no. 4. DOI 10.15847/CIESODWP042014.

BOURDIEU, Pierre, 1980. Le capital social. Notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 1980. no. 31, p. 2–3.

BOURDIEU, Pierre, 1986a. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences*

*Sociales*. 1986. vol. 62, no. 1, p. 69–72. DOI 10.3406/arss.1986.2317.

BOURDIEU, Pierre, 1986b. The Forms of Capital. Em: *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport, Connecticut: Greenwood. p. 241–256. ISBN 978-0-313-23529-0.

BOURDIEU, Pierre, 1988. Penser la politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. 1988. vol. 71–72, p. 2–4.

BOURDIEU, Pierre, 1997. *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 978-972-8027-74-2.

BOURDIEU, Pierre, 1998. *Contrafogos*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-007-3.

BOURDIEU, Pierre, 1999a. *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Harvard University Press. ISBN 978-0-674-51041-8.

BOURDIEU, Pierre, 1999b. *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 978-972-774-046-8.

BOURDIEU, Pierre, 2002. *Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 978-972-774-142-7.

BOURDIEU, Pierre, 2006. *Para Uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70. ISBN 978-972-44-1206-1.

BOURDIEU, Pierre, 2010. *A Distinção: uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Edições 70. ISBN 978-972-44-1577-2.

BOURDIEU, Pierre, 2011a. A génese dos conceitos de habitus e de campo. Em: BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70. p. 57–72. ISBN 978-972-44-1666-3.

BOURDIEU, Pierre, 2011b. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edicões 70.

BOURDIEU, Pierre, 2011c. A Representação política: Elementos para uma teoria do campo político. Em: BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70. p. 167–215. ISBN 978-972-44-1666-3.

BOURDIEU, Pierre, 2011d. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*. 2011. no. 5, p. 193–216. DOI 10.1590/S0103-33522011000100008.

BOURDIEU, Pierre, 2013. Capital simbólico e classes sociais. *Novos Estudos - CEBRAP*. 2013. no. 96, p. 105–115. DOI 10.1590/S0101-33002013000200008.

BOURDIEU, Pierre, 2014. *Sobre o Estado: curso no Collège de France (1989-1992)*. Lisboa: Edições 70. ISBN 978-972-44-1769-1.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude, 1983. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Editorial Vega. ISBN 978-972-699-167-0.

BRANAMAN, A., 1997. Goffman's Social Theory. Em: LEMERT, C. e BRANAMAN, A., *The Goffman Reader*. Oxford: Blackwell. p. xlv–lxxxii. ISBN 1-55786-893-X.

BRANTS, Kees, 1998. Who's Afraid of Infotainment? *European Journal of Communication*.

1998. vol. 13, no. 3, p. 315–335. DOI 10.1177/0267323198013003002.

BRYMAN, Alan, 2012. *Social Research Methods*. Oxford: Oxford University Press. ISBN 978-0-19-958805-3.

BULMER, M., 1984. *The Chicago School of Sociology: Institutionalization, diversity, and the rise of sociological research*. Chicago: University of Chicago Press. ISBN 978-0-226-08005-5.

BURAWOY, Michael, 1998. The Extended Case Method. *Sociological Theory*. 1998. vol. 1, no. 16, p. 3–33. DOI 10.1111/0735-2751.00040.

BURAWOY, Michael, 2009. *The Extended Case Method: Four Countries, Four Decades, Four Great Transformations, and One Theoretical Tradition*. Berkeley: University of California Press. ISBN 978-0-520-25901-0.

BURKE, Edmund, 1854. *The Works of the Right Honorable Edmund Burke*. London: Henry G. Bohn.

BURKE, Edmund, 2009. Discurso sobre a reforma da representação na Câmara dos Comuns. Em: AURÉLIO, Diogo Pires, *Representação Política: textos clássicos*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 53–64. ISBN 978972241664.

BUSBY, Amy, 2013. 'Normal Parliament': Exploring the Organisation of Everyday Political Life in an MEP's Office. *Journal of Contemporary European Research*. 2013. vol. 9, no. 1.

BUSBY, Amy, 2014. *The everyday practice and performance of European politics: an ethnography of the European parliament*. Doctoral. Sussex: University of Sussex.

BUTLER, Judith, 2020. *The Force of Nonviolence: An Ethico-Political Bind*. New York: Verso. ISBN 978-1-78873-276-5.

CAETANO, Marcelo, 1952. *Lições de Direito Constitucional e de Ciência Política (1951-1952)*. Coimbra: Coimbra Editora.

CAMPOS, Adriano et al., 2015. Representantes e dominantes: Os governantes e as relações de classe em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 2015. no. 108, p. 55–74. DOI 10.4000/rccs.6095.

CARDINA, Miguel, 2008. Memórias incómodas e rasura do tempo: Movimentos estudantis e praxe académica no declínio do Estado Novo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 2008. no. 81, p. 111–131. DOI 10.4000/rccs.654.

CARDINA, Miguel, 2010. Poder, Estado e Revolução: notas para um debate. *transform!* 2010. no. 5, p. 158–192.

CARDOSO, António Monteiro, 2010. «Autogoverno» e «moralismo igualitário». Política popilar em Portugal no século XIX. Em: NEVES, José, *Como Se Faz Um Povo: Ensaios em História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Edições Tinta da China. p. 57–69. ISBN 978-989-671-040-8.

CARDOSO, Gustavo, 2005. *Os Media na Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste

Gulbenkian. ISBN 978-972-31-1155-2.

CARDOSO, Gustavo et al., 2015. *A Sociedade em Rede em Portugal: Uma Década de Transição*. Coimbra: Almedina. ISBN 978-972-40-5992-1.

CARDOSO, Gustavo, ESPANHA, Rita e ARAÚJO, Vera, 2009. *Da Comunicação de Massa à Comunicação em Rede*. Porto: Porto Editora. ISBN 978-972-0-45268-9.

CARMO, Renato Miguel do et al. (orgs.), 2018. *Desigualdades Sociais: Portugal e a Europa*. Lisboa: Mundos Sociais. ISBN 978-989-8536-65-5.

CARPINI, Michael X. Delli e WILLIAMS, Bruce A., 2005. Let Us Infotain You: Politics in the New Media Environment. Em: BENNETT, W. Lance e ENTMAN, Robert M., *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy*. New York: Cambridge University Press. p. 160–181.

CARUJO, Carlos, 2010. Considerações sobre a Casa Amarela: o Estado e a Revolução. *transform!* 2010. no. 5, p. 163–182.

CARVALHO, Inês Beatriz Barbosa de, 2016. *Crise, austeridade e ação coletiva: Experiências de aprendizagem crítica com Teatro do Oprimido*. Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

CARVALHO, Miguel, 2017. *Quando Portugal Ardeu: Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*. Lisboa: Ofícina do Livro. ISBN 978-989-741-667-5.

CASANOVA, José Luís, 2018. Crisis and Cultural Change: The Countries with Adjustment Programmes in the European Union. *Comparative Sociology*. 2018. vol. 17, no. 2, p. 187–220. DOI 10.1163/15691330-12341454.

CASTELLS, Manuel, 2002. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-31-0984-9.

CASTRO, Zília Osório de, 2000. Cultura e Ideias do Liberalismo. *Lusitania Sacra*. 2000. vol. 2, no. 12, p. 17–35.

CAUPERS, João, GUIBENTIF, Pierre e ALMEIDA, Marta Tavares de, 2014. *Feitura das Leis: Portugal e a Europa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

CELLARD, A., 2008. A análise documental. Em: POUTART, J., *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes. p. 295–616.

CHIBBER, Vivek, 2020. *The ABCs of Capitalism*. New York: Jacobin. ISBN 978-94-6267-167-6.

CID, Nélia, 2008. As Comissões Parlamentares. Em: RIBEIRO, Cláudia, VARGAS, Ana e VALENTE, Pedro, *O Parlamento na Prática*. Lisboa: Assembleia da República. p. 97–141. ISBN 978-972-556-457-8.

CLASTRES, Pierre, 2018. *A Sociedade contra o Estado*. Lisboa: Antígona. ISBN 978-972-608-319-1.

COFFEY, Armanda, 2014. Analysing Documents. Em: FLICK, Uwe, *The SAGE Handbook*

*of Qualitative Data Analysis*. Los Angeles: SAGE Publications. p. 367–379. ISBN 978-1-4462-0898-4.

COHEN, Abner, 2003. *Custom and Politics in Urban Africa: A Study of Hausa Migrants in Yoruba Towns*. London ; New York: Routledge. ISBN 978-0-415-32009-2.

COLEMAN, James, 2000. *Foundations of Social Theory*. Cambridge/MA: Harvard University Press. ISBN 978-0-674-31226-5.

COLLINS, Randall, 2004. *Interaction Ritual Chains*. Princeton: Princeton University Press. ISBN 978-0-691-12389-9.

COLLINS, Randall, 2013. Goffman and Garfinkel in the intellectual life of the 20th century'. Disponível em: *The Sociological Eye: Writings by Sociologist Randal Collins*. 2013.

COMERFORD, John Cunha e BEZERRA, Marcos Otavio, 2013. Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. . 2013. vol. XLVIII (2.º), no. 27, p. 465–489.

CORREIA, A., 1994. Quem somos e para onde queremos ir? Em: GARCIA, J. e OLIVEIRA, J., *Jornalista Português: o que é? Inquérito e perfil socioprofissional*. Lisboa: Sindicato de Jornalistas. p. 5–10.

CORREIA, Mário, 2009. O blackout informativo ao Parlamento em 1993. Em: GARCIA, José Luís, *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. p. 109–120.

CORRIGAN, Philip e SAYER, Derek, 1985. *The Great Arch: English State Formation As Cultural Revolution*. Oxford: Blackwell. ISBN 978-0-631-14054-2.

COSTA, António Firmino da, 2012a. *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Mundos Sociais. ISBN 978-989-8536-15-0.

COSTA, António Firmino da, 2012b. Desigualdades globais. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 2012. no. 68, p. 9–32. DOI 10.7458/SPP201268691.

COULANGES, Fustel de, 2001. *The Ancient City: A Study on the Religion, Laws, and Institutions of Greece and Rome*. Kitchener, Canada: Batoche Books.

CREWE, Emma, 2005. *Lords of Parliament: Manners, Rituals and Politics*. Manchester: Manchester University Press. ISBN 978-0-7190-7206-2.

CREWE, Emma, 2006. Rituals and the Usual Channels in the British House of Lords. Em: CREWE, Emma e MÜLLER, Marion G., *Rituals in Parliaments: Political, Anthropological and Historical Perspectives on Europe and the United States*. Bern: Peter Lang. p. 83–109. ISBN 978-3-631-51993-6.

CREWE, Emma, 2015a. *The House of Commons: An Anthropology of MPs at Work*. London ; New York: Routledge. ISBN 978-1-4742-3457-3.

CREWE, Emma, 2015b. *Commons and Lords: A Short Anthropology of Parliament*. London: Haus. ISBN 978-1-910376-07-2.

CREWE, Emma, 2016. Ethnography of Parliament: Finding Culture and Politics Entangled in the Commons and the Lords. *Parliamentary Affairs*. 2016. vol. 70, no. 1, p. 155–172. DOI 10.1093/pa/gsw012.

CREWE, Emma, 2018a. Ethnographies of parliament: culture and uncertainty in shallow democracies. *Journal of Organizational Ethnography*. 2018. vol. 7, no. 1, p. 16–30. DOI 10.1108/JOE-11-2017-0057.

CREWE, Emma, 2018b. Ethnographies of parliament: culture and uncertainty in shallow democracies. *Journal of Organizational Ethnography*. 1 janeiro 2018. vol. 7, no. 1, p. 16–30. DOI 10.1108/JOE-11-2017-0057.

CREWE, Emma, 2021. *The Anthropology of Parliaments: Entanglements in democratic politics*. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge. ISBN 978-1-350-08960-0.

CREWE, Emma e MÜLLER, Marion G. (orgs.), 2006. *Rituals in Parliaments: Political, Anthropological and Historical Perspectives on Europe and the United States*. Bern: Peter Lang. ISBN 978-3-631-51993-6.

CRUZ, Manuel Braga da, 1982. Notas para uma caracterização política do salazarismo. *Análise Social*. 1982. vol. 18, no. 72/74, p. 773–794.

CRUZ, Manuel Braga da, 1988. Sobre o Parlamento português: partidarização parlamentar e parlmentarização partidária. *Análise Social*. 1988. vol. XXIV, no. 100, p. 97–126.

CSORDAS, Thomas, 1995. *Embodiment and Experience: The Existential Ground of Culture and Self*. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 978-0-521-45890-0.

CUNHA, Manuela Ivone, 2002. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século. ISBN 978-972-754-181-2.

CUNHA, Manuela Ivone, 2019. *Criminalidade e segurança*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN 978-989-8943-45-3.

CZARNIAWSKA-JOERGES, Barbara, 2007. *Shadowing: And Other Techniques for Doing Fieldwork in Modern Societies*. Copenhagen: Copenhagen Business School Press DK. ISBN 978-87-630-0215-8.

DAVIES, Charlotte Aull, 2002. *Reflexive Ethnography: a Guide to Researching Selves and Others*. London; New York: Routledge. ISBN 978-0-415-40901-8.

D'ERAMO, Marco, 2013. Populism and the New Oligarchy. *New Left Review*. 2013. no. 82.

DEVILLARD, Marie José, MUDANÓ, Adela Franzé e PAZOS, Álvaro, 2012. Apuntes metodológicos sobre la conversación en el trabajo etnográfico. *Política y Sociedad*. 2012. vol. 49, no. 2, p. 353–369. DOI 10.5209/rev_POSO.2012.v49.n2.36512.

DIAS, Bruno Peixe e NEVES, José (orgs.), 2011. *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Edições Tinta da China. ISBN 978-989-671-063-7.

DONOVAN, Frances R., 1920. *The Woman who Waits*. Boston: R. G. Badger.

DONOVAN, Frances R., 1929. *The Saleslady*. Chicago: University of Chicago Press.

DOWNS, Charles (org.), 1978. *Os Moradores à Conquista da Cidade*. Lisboa: Armazém das Letras.

DOWNS, Charles, 1989. *Revolution at the Grassroots: Community Organizations in the Portugese Revolution*. Albany, New York: SUNY Press. ISBN 978-0-7914-0066-1.

DUDLEY, Donald R., 2008. *A History of Cynicism: From Diogenes To The 6th Century A.D.* Mayo Press. ISBN 978-1-4437-2176-9.

DUMONT, Louis, 1992. *Homo Hierarchicus: Le Système des Castes et Ses Implications*. Paris: Gallimard. ISBN 978-2-07-028649-2.

DURÁN MUÑOZ, Rafael, 1997. *Acciones colectivas y transiciones a la democracia España y Portugal, 1974-1977*. Doutoramento. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.

DURÃO, Susana, 2011. Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes. *Etnográfica*. 2011. vol. 15, no. 1, p. 129–152.

DURKHEIM, Émile, 2002. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totémico na Austrália*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 978-972-774-128-1.

DURKHEIM, Émile, 2004. *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1429-7.

EASTON, David, 1959. Political Anthropology. *Biennial Review of Anthropology*. 1959. vol. 1, p. 210–262.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L., 1994. *The Established and the Outsiders: A Sociological Enquiry into Community Problems*. London: SAGE Publications. ISBN 978-0-8039-7949-9.

EMPOLI, Giuliano da, 2019. *Os Engenheiros do Caos*. Belo Horizonte: Vestígio Editora. ISBN 978-85-541-2660-5.

ENGELS, Friedrich, 1986. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Lisboa: Editoral Avante. ISBN 978-972-550-138-2.

ESPÍRITO-SANTO, Ana e LISI, Marco, 2015. Quem representam e a quem obedecem: atitudes dos deputados portugueses antes e depois da crise. Em: FREIRE, André, LISI, Marco e VIEGAS, José Manuel Leite, *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*. Lisboa: Assembleia da República. p. 429–445. ISBN 978-972-556-624-4.

ESTRELA, A. de Vale, 1978. A reforma agrária portuguesa e os movimentos camponeses. Uma revisão crítica. *Análise Social*. 1978. vol. XIV, no. 54, p. 219–263.

EVANS-PRITCHARD, E. E., 1956. *The Nuer: a description of the modes of livelihood and political institutions of a nicolit people*. New York: Oxford University Press. ISBN 978-0-19-500322-2.

FASSIN, Didier (org.), 2015. *At the Heart of the State: The Moral World of Institutions*. London: Pluto Press. ISBN 978-0-7453-3560-5.

FAUCHER-KING, F., 2005. *Changing Parties: An Anthropology of British Political*

*Conferences*. London: Palgrave Macmillan UK. ISBN 978-1-4039-0462-1.

FENNO, R., 1978. *Home Style, House Members in Their Districts*. New York: HarperCollins. ISBN 0-673-39440-9.

FERGUSON, James, 1990. *The Anti-Politics Machine: Development, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 978-0-521-37382-1.

FERGUSON, James, 2006. *Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order*. Durham: Duke University Press. ISBN 978-0-8223-8764-0.

FERGUSON, James e GUPTA, Akhil, 2002. Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmentality. *American Ethnologist*. 2002. vol. 29, no. 4, p. 981–1002.

FERNANDES, António Teixeira, 2006. O campo político. *Sociologia : Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 2006. vol. 16, p. 41–85.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, 2002. *Rebeldes e Insubmissos: Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844)*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-0613-3.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, 2010. Do moderno conceito de povo em Portugal: constituição e usos (1807-1850). Em: NEVES, José, *Como Se Faz Um Povo: Ensaios em História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Edições Tinta da China. p. 25–39. ISBN 978-989-671-040-8.

FINE, Gary Alan (org.), 1995. *A Second Chicago School? The Development of a Postwar American Sociology*. Chicago: University of California Press. ISBN 978-0-226-24939-1.

FINE, Gary Alan e MANNING, Phillip, 2003. Erving Goffman. Em: RITZER, G., *The Blackwell Companion to Major Contemporary Social Theorists*. Oxford: Blackwell. p. 34–62. ISBN 978-0-470-99991-2.

FONSECA, Inês, 2006. *Aivados: Posse da Terra, Resistência e Memória no Alentejo*. Lisboa: Edições Dinossauro. ISBN 978-972-8165-45-1.

FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. E., 1987. *African Political Systems*. London: Kegan Paul International. ISBN 978-0-7103-0245-8.

FOUCAULT, Michel, 2009. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola. ISBN 978-85-15-01359-3.

FOUCAULT, Michel, 2011. A governamentalidade. Em: *A Política dos Muitos: povo, classe e multidão*. Lisboa. p. 113–136. ISBN 978-989-671-041-5.

FOX, Richard G. e STARN, Orin (orgs.), 1997. *Between Resistance and Revolution*. New Jersey: Rutgers. ISBN 0-8135-2416-4.

FRASER, Nancy, 2008. *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World*. New York: Columbia University Press. ISBN 978-0-231-51962-5.

FREIRE, André, 1998. Lógicas de recrutamento parlamentar: os deputados portugueses,

1975-1999. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 1998. no. 28, p. 15–47.

FREIRE, André, 2001. *Recrutamento parlamentar: os deputados portugueses da constituinte à VIII legislatura*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. ISBN 978-972-9311-65-9.

FREIRE, André, 2002. A profissionalização política dos deputados portugueses. *Sociologia : Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 2002. vol. 12, p. 17–56.

FREIRE, André, 2015a. O futuro da democracia representativa. Em: FREIRE, André, *O Futuro da Representação Política Democrática*. Lisboa: Vega. p. 15–71. ISBN 978-989-750-038-1.

FREIRE, André, 2015b. Sistemas eleitorais e reformas políticas: Portugal em perspetiva comparada. *e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público*. 2015. vol. 2, no. 1, p. 01–28.

FREIRE, André, MATOS, Tito e SOUSA, Vanessa Alcântara, 2001. *Recrutamento parlamentar: Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. Lisboa: Stape. ISBN 978-972-9311-65-9.

FREIRE, João, 2001. *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers, And Soldiers in Portugal's History*. Montréal: Black Rose. ISBN 978-1-55164-138-6.

FRISBY, David Patrick e FEATHERSTONE, Mike (orgs.), 1997. *Simmel on Culture: Selected Writings*. London: SAGE Publications. ISBN 978-0-8039-8652-7.

FROIS, Catarina, 2011. *Vigilância e poder*. Lisboa: Mundos Sociais. ISBN 978-989-8536-01-3.

FROIS, Catarina, 2013. *Peripheral Vision: Politics, Technology, and Surveillance*. New York: Berghahn. ISBN 978-1-78238-023-8.

FROIS, Catarina, 2017. *Mulheres condenadas: histórias de dentro da prisão*. Lisboa: Edições Tinta da China. ISBN 978-989-671-380-5.

FROIS, Catarina, 2020. *Prisões*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN 978-989-9004-07-8.

FROIS, Catarina e BENTO, Afonso, 2019. Incarceration as Violence: Inflicting Pain in Portuguese Prisons. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 2019. no. 120, p. 117136. DOI 10.4000/rccs.9726.

GARFINKEL, Harold, 1984. *Studies in Ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press. ISBN 978-0-7456-0005-5.

GARLAND, David, 2014. O que significa escrever uma 'Historia do Presente'? A abordagem Genealogica de Foucault explicada. *Revista Justiça e Sistema Criminal*. 2014. vol. 6, no. 10, p. 73–96.

GEERTZ, Clifford, 1980. *Negara: The Theatre State in Nineteenth-Century Bali*. Princeton, N.J: Princeton University Press. ISBN 978-0-691-00778-6.

GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin, 2001. *O Inquérito: Teoria e Prática*.

Oeiras: Celta Editora. ISBN 978-972-774-120-5.

GLASER, Barney e STRAUSS, Anselm L., 1980. *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. New York: Aldin. ISBN 978-0-202-30028-3.

GLUCKMAN, Max, 1956. *Custom and Conflict in Africa*. Oxford: Blackwell. ISBN 978-0-631-04840-4.

GLUCKMAN, Max, 2012. *Politics, Law and Ritual in Tribal Society*. New Brunswick: Routledge. ISBN 978-1-4128-4615-8.

GODINHO, Paul, 2014. *Antropologia e perfomance: agir, atuar, exibir*. Castro Verde: 1001uz. ISBN 978-989-8448-26-2.

GODINHO, Paula, 2017. *O Futuro é para Sempre: Experiência, Expectativa e Práticas Possíveis*. Lisboa: Letra Livre. ISBN 978-989-8268-37-2.

GOFFMAN, Erving, 1970. *Asylums*. Harmondsworth: Penguin Books. ISBN 978-0-14-021007-1.

GOFFMAN, Erving, 1982. The Interaction Order. *American Sociological Review*. 1982. vol. 48, no. 1, p. 1–17. DOI 10.2307/2095141.

GOFFMAN, Erving, 1993. *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio d'Água. ISBN 978-972-708-205-6.

GOFFMAN, Erving, 1999. *Os Momentos e os Seus Homens*. Lisboa: Relógio D'Água. ISBN 978-972-708-532-3.

GOFFMAN, Erving, 2010. *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*. New Brunswick, N.J: Transaction Publishers. ISBN 978-1-4128-1006-7.

GOLD, David A., LO, Y. H. e WRIGHT, Erik Olin, 1975. Recent Developments in Marxist Theories of the Capitalist State, Part I. *Monthly Review*. 1975. vol. 27, no. 5, p. 29–43. DOI 10.14452/MR-027-05-1975-09_3.

GOMES, Mariana Correia, 2020. *Poder e consentimento: uma performance sobre o discurso*. Mestrado. Lisboa: FCSH-UNL.

GÖPFERT, Mirco, 2012. Security in Niamey: An Anthropological Perspective on Policing and an Act of Terrorism in Niger. *The Journal of Modern African Studies*. 2012. vol. 50, no. 1, p. 53–74. DOI 10. 101 7/S002 2278X1 100060.

GRABER, Doris A., 1994. The Infotainment Quotient in Routine Television News: A Director's Perspective. *Discourse & Society*. outubro 1994. vol. 5, no. 4, p. 483–508. DOI 10.1177/0957926594005004004.

GRAEBER, David, 2009. *Direct Action: An Ethnography*. Edinburgh: AK Press. ISBN 978-1-904859-79-6.

GRAMSCI, Antonio, 1968. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAMSCI, Antonio, 1971. *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. New

York: International Publishers and Lawrence & Wishart. ISBN 978-0-85315-280-4.

GRAZ, Jean-Christophe e NÖLKE, Andreas, 2012. The Limits of Transnational Private Governance. Em: GUZZINI, Stefano e NEUMANN, Iver B., *The Diffusion of Power in Global Governance: International Political Economy Meets Foucault*. London: Palgrave Macmillan UK. p. 118–140. ISBN 978-1-137-28355-9.

GUIMARÃES, Valmir Percival, 2017. *Cinismo: passado e presente*. Mestrado. Ouro Preto, Minas Gerais: Universidade Federal de Ouro Preto.

GUPTA, Akhil, 1995. Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State. *American Ethnologist*. 1995. vol. 22, no. 2, p. 375–402. DOI 10.1525/ae.1995.22.2.02a00090.

GUPTA, Akhil, 2012. *Red Tape: Bureaucracy, Strutural Violence and Poverty in India*. Durham: Duke University Press. ISBN 978-0-8223-5110-8.

HAMMERSLEY, Martyn e ATKINSON, Paul, 1995. *Ethnography: Principles in Practice*. London: Routledge. ISBN 978-0-415-08664-6.

HAMMOND, John L., 1988. *Building Popular Power: Worker's and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution*. New York: Monthly Review Press. ISBN 978-0-85345-741-1.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio, 2012. *Declaration*. Argo-Navis. ISBN 978-0-7867-5290-4.

HARRISON, Faye V. (org.), 1997. *Decolonizing Anthropology: Moving Further Toward an Anthropology for Liberation*. Arlington, Virginia: American Anthropological Association. ISBN 978-0-913167-83-0.

HENRIQUES, Mendo, 2010. *A Grande Ilusão - Um ensaio sobre 1910*. Lisboa: Bertrand Editora. ISBN 978-972-25-2210-6.

HERMET, Guy, 2008. *El invierno de la democracia: auge y decadencia del gobierno del pueblo*. Barcelona: Los Libros del Lince.

HERREROS, Mariano Cebrián, 2004. *La información en televisión: Obsesión mercantil y política*. Barcelona: Editorial GEDISA. ISBN 978-84-16919-15-4.

HERZFELD, Michael, 1993. *The Social Production of Indifference: Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy*. Chicago: The University of Chicago Press. ISBN 978-0-85496-638-7.

HESPANHA, António Manuel, 2008. Sob o signo de Napoleão: A Súplica constitucional de 1808. *Almanack Braziliense*. 2008. no. 7, p. 80–101. DOI 10.11606/issn.1808-8139.v0i7p80-101.

HESS, Stephen, 1984. *The Government/Press Connection: Press Officers and Their Offices*. Washington, D.C: Brookings Institution Press. ISBN 978-0-8157-3596-0.

HILLER, E. T., 1928. *The Strike*. Chicago: University of Chicago Press.

HILTON, John, 1953. Calculated Spontaneity. Em: SUTHERLAND, James, *The Oxford*

*Book of English Talk*. Clarendon Press. p. 399–404.

HOBBES, Thomas, 1998. *Leviathan*. Oxford: Oxford University Press.

HONÓRIO, Cecília (org.), 2018. *O Espectro dos Populismos: Ensaios Políticos e Historiográficos*. Lisboa: Edições Tinta da China. ISBN 978-989-671-448-2.

HUGHES, Everett C., 1931. *The Growth of an Institution: The Chicago Real Estate Board*. Chicago: Arno Press.

HUGHES, Everett C., 1981. *Men and their Work*. Westport, Connecticut: Greenwood Press. ISBN 978-0-313-22791-2.

INGOLD, Tim, 1992. Editorial. *Man*. 1992. vol. 27, no. 4, p. 693–696.

INGOLD, Tim, 2018. *Anthropology: Why It Matters*. Medford: Polity Press. ISBN 978-1-5095-1979-8.

ITURRA, Raúl, 2009. Trabalho de campo e observação participante em antropologia. Em: SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira, *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento. p. 149–163.

JACKSON, Anthony (org.), 1987. *Anthropology at Home*. Londres: Tavistock Publications. ISBN 978-0-422-60560-1.

JAKOBSON, Roman, 1960. Closing Statement: Linguistics and Poetics. Em: SEBEOK, Thomas A., *Style in Language*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press. p. 350–377.

JESSOP, Bob, 1999. Narrating the Future of the National Economy and the National State: Remarks on Remapping Regulation and Reinventing Governance. Em: STEINMETZ, G., *State/Culture: State Formation After the Cultural Turn*. Ithaca, New York: Cornell University Press. p. 378–405. ISBN 978-0-8014-8533-6.

JESSOP, Bob, 2007. *State Power: A Strategic-Relational Approach*. Cambridge ; Malden, MA: Polity. ISBN 978-0-7456-3321-3.

JOHNSON, Janet Buttolph, REYNOLDS, H. T. e MYCOFF, Jason D., 2020. *Political Science Research Methods*. Thousand Oaks: SAGE Publications. ISBN 978-1-5443-3143-0.

JONES, Delmos, 1970. Towards a Native Anthropology. *Human Organization*. 1970. vol. 29, no. 4, p. 251–259. DOI 10.17730/humo.29.4.717764244331m4qv.

JOSEPH, Gilbert M. e NUGENT, Daniel (orgs.), 1994. *Everyday Forms of State Formation: Revolution and the Negotiation of Rule in Modern Mexico*. Durham: Duke University Press. ISBN 978-0-8223-1467-7.

JOSEPH, Lauren, MAHLER, Matthew e AUYERO, Javier (orgs.), 2007. *New Perspectives in Political Ethnography*. New York: Springer-Verlag. ISBN 978-0-387-72593-2.

KAUR, Jastinder, 2017. *Towards an anthropology of coups in Fiji*. Doctoral. London: SOAS University of London.

KERTZER, David, 2001. Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano. *Horizontes Antropológicos*. 2001. vol. 7, no. 15, p. 15–36. DOI 10.1590/S0104-

71832001000100002.

KERTZER, David I., 1988. *Ritual, Politics, and Power*. New Haven: Yale University Press. ISBN 978-0-300-04362-4.

KLÜGER, Elisa, 2015. A contraposição das noções de técnica e política nos discursos de uma elite burocrática. *Revista de Sociologia e Política*. 2015. vol. 23, no. 55, p. 75–96. DOI 10.1590/1678-987315235505.

KOSELLECK, Reinhart, 2004. *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. New York: Columbia University Press. ISBN 978-0-231-50204-7.

KOSELLECK, Reinhart, 2015. *Critique and Crisis: Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press. ISBN 978-0-262-61157-2.

KURTZ, Howard, 1998. *Spin Cycle: How the White House and the Media Manipulate the News*. New York: Simon & Schuster. ISBN 978-0-684-85715-2.

KVALE, Steinar, 1996. *Interviews: An Introduction to Qualitative Research*. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications. ISBN 978-0-8039-5819-7.

KVALE, Steinar, 2007. *Doing Interviews*. London: SAGE. ISBN 978-0-7619-4977-0.

LANGDON, Esther Jean, 2006. Performance e sua Diversidade como Paradigma Analítico: A Contribuição da Abordagem de Bauman e Briggs. *Ilha Revista de Antropologia*. 2006. vol. 8, no. 1–2, p. 163–183. DOI 10.5007/%25x.

LATOUR, Bruno, 2003. What if we Talked Politics a Little? *Contemporary Political Theory*. 2003. vol. 2, no. 2, p. 143–164. DOI 10.1057/palgrave.cpt.9300092.

LATOUR, Bruno, 2010. *The Making of Law: An Ethnography of the Conseil d'Etat*. Cambridge: Polity Press. ISBN 978-0-7456-3985-7.

LAVE, Jean e WENGER, Etienne, 1991. *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 978-0-521-42374-8.

LEACH, E. R., 1973. *Political Systems of Highland Burma: A Study of Kachin Social Structure*. Oxford: Routledge. ISBN 978-1-84520-277-4.

LEITÃO, Maria e SANTOS E SILVA, Nuno, 2008. O sistema eleitoral da Assembleia da República. Em: VARGAS, Ana e VALENTE, Pedro, *O Parlamento na Prática*. Lisboa: Assembleia da Repúbica. p. 7–54. ISBN 978-972-556-457-8.

LENINE, Vladimir Ilitch, 2011. *O Estado e a Revolução*. Lisboa: Edições Avante! ISBN 978-972-550-387-4.

LESTON-BANDEIRA, Cristina, 1996. O impacto das maiorias absolutas na actividade e na imagem do parlamento português. *Análise Social*. 1996. vol. XXI, no. 135, p. 151–181.

LESTON-BANDEIRA, Cristina, 2000. A Assembleia da República de 1976 a 1999: da legislação à legitimação. *Análise Social*. 2000. vol. XXXV, no. 154–155, p. 175–205.

LESTON-BANDEIRA, Cristina, 2002. *Da Legislação à Legitimação: o Papel do Parlamento Português*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISBN 978-972-671-087-5.

LESTON-BANDEIRA, Cristina (org.), 2005. *Southern European Parliaments in Democracy*. London ; New York: Routledge. ISBN 978-0-415-35888-0.

LESTON-BANDEIRA, Cristina, 2016. Why symbolic representation frames parliamentary public engagement. *The British Journal of Politics and International Relations*. 2016. vol. 18, no. 2, p. 498–516. DOI 10.1177/1369148115615029.

LESTON-BANDEIRA, Cristina e THOMPSON, Louise, 2018. *Exploring Parliament*. Oxford ; New York: Oxford University Press. ISBN 978-0-19-878843-0.

LEWIS, Diane, 1973. Anthropology and Colonialism. *Current Anthropology*. 1973. vol. 14, no. 5, p. 581–602.

LI, Tania Murray, 2007. *The Will to Improve: Governmentality, Development, and the Practice of Politics*. Durham: Duke University Press Books. ISBN 978-0-8223-4027-0.

LIMA, Antónia Pedroso de, 1997. Trabalho de campo com família da elite empresarial de Lisboa: um terreno para a análise e o exercício de relações de poder. *Ethnologia*. 1997. vol. 6–8, p. 103–122.

LIMA, Maria Antónia Pedroso de, 2003. *Grandes Famílias, Grandes Empresas: Ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 978-972-20-2339-9.

LOCKE, John, 2007. *Segundo Tratado do Governo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-31-1197-2.

LOPES, Daniel Seabra et al., 2017. *O Estado por dentro: Uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN 978-989-8863-40-9.

LOPES, Daniel Seabra e MARQUES, Rafael, 2011. How Credit Institutions Look at Society. *European Societies*. 2011. vol. 13, no. 4, p. 509–533. DOI 10.1080/14616696.2011.580856.

LOPES, João Teixeira, 2020. Sociedade: um século desigual e de contratempos. Em: ROSAS, Fernando et al., *O Século XX Português: Política, economia, sociedade, cultura, império*. Lisboa: Edições Tinta da China. p. 205–243. ISBN 978-989-671-589-2.

LOUÇÃ, Francisco e ASH, Michael, 2017. *Sombras: A Desordem Financeira na Era da Globalização*. Lisboa: Bertrand Editora. ISBN 978-972-25-3461-1.

LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira e COSTA, Jorge, 2014. *Os Burgueses*. Lisboa: Bertrand Editora. ISBN 978-972-25-2782-8.

LOUÇÃ, João Carlos, 2014. *Call Centers: trabalho, domesticação, resistências*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-989-8701-04-6.

LOUÇÃ, João Carlos Anacleto, 2019. *Pensar o Imposível, Transformar a Realidade: a prática da utopia concreta no Porto e Pirinéus*. Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

LOURENÇO, Gabriela, COSTA, Jorge e PENA, Paulo, 2001. *Grandes Planos. Oposição*

*estudantil à ditadura 1956-74*. Lisboa: Âncora Editora. ISBN 978-972-780-066-7.

LOWIE, Robert, 1927. *The Origin of The State*. New York: Harcourt.

LÖWY, Michael, 2010. Rosa Luxemburg and Communism. *Actuel Marx*. 2010. vol. 48, no. 2, p. 22–32.

LUKÁCS, Gyorgy, 2009. A questão do parlamentarismo. Em: *A Representação Política: textos clássicos*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 139–150. ISBN 978-972-24-1664-1.

LUKES, Steven, 1975. Political Ritual and Social Integration. *Sociology*. 1975. vol. 9, no. 2, p. 289–308. DOI 10.1177/003803857500900205.

LUKES, Steven, 2004. *Power: A Radical View*. New York: Red Globe Press. ISBN 978-0-333-42092-8.

LUTZ, Catherine, 2002. Making War at Home in the United States: Militarization and the Current Crisis. *American Anthropologist*. 2002. vol. 104, no. 3, p. 723–735. DOI 10.1525/aa.2002.104.3.723.

LUXEMBURGO, Rosa, 2015. *Introducción a la Economía Política*. Madrid: Siglo XXI de España. ISBN 978-84-323-0129-2.

MACLEAN, A. M., 1923. Four months in a model factory. *Century*. 1923. no. 196, p. 436–444.

MACLEOD, William Christie, 1931. *The Origin and History of Politics*. New York: J. Wiley.

MAINE, H. S., 1986. *Ancient Law: Its Connection With The Early History Of Society And Its Relation To Modern Ideas*. Tucson, Arizona: University of Arizona Press. ISBN 978-0-8165-1006-1.

MALTESE, John Anthony, 1994. *Spin Control: The White House Office of Communications and the Management of Presidential News*. Chapel Hill: University of North Carolina Press. ISBN 978-0-8078-4452-6.

MANNING, Paul, 2001. *News and News Sources: A Critical Introduction*. London: SAGE Publications. ISBN 978-0-7619-5796-6.

MAQUIAVEL, Nicolau, 2007. *O Princípe*. Lisboa: Edições Sílabo. ISBN 978-972-618-451-5.

MARONGIU, Antonio, 1968. *Medieval Parliaments: A Comparative Study*. London: Eyre & Spottiswood.

MAROTZKI, Winfried, HOLZE, Jens e VERSTÄNDIG, Dan, 2014. Analysing Virtual Data. Em: FLICK, Uwe, *The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis*. Los Angeles: SAGE Publications. p. 450–163. ISBN 978-1-4462-0898-4.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1986. *História de Portugal Vol. III: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. Lisboa: Palas Editores.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 2000. *Parlamentares e Ministros da 1 República (1910-*

*1926)*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-0512-9.

MARX, Karl, 2008. O 18 brumário de Luís Bonaparte. Em: *Revolução antes da revolução II*. São Paulo: Expressão Popular. p. 209–338. ISBN 978-85-7743-047-5.

MARX, Karl, 2013. A Ideologia Alemã. Em: *Teorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p. 11–60. ISBN 978-972-31-0379-3.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, 1997. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições Avante! ISBN 978-972-550-114-6.

MASCARENHAS-KEYES, Stella, 1987. The Native Anthropologist: Constraints and Strategies in Research. Em: JACKSON, Anthony, *Anthropology at Home*. Londres: Tavistock Publications. p. 23–41. ISBN 0-422-60560-3.

MASON, Jennifer, 2002. *Qualitative Researching*. London: SAGE Publications. ISBN 0 7619 7427 X.

MASQUERAY, Émile, 2012. *Formation des cités chez les populations sédentaires de l'Algérie: Kabyles du Djurdjura, Chaouïa de l'Aourâs, Beni Mezab*. Ulan Press.

MATTHEWS, D., 1960. *U.S. Senators and Their World*. Chapel Hill: University of North Carolina Press. ISBN 978-0-393-00679-7.

MAURITTI, Rosário et al., 2016. The social structure of European inequality: a multidimensional perspective. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 2016. no. 81, p. 75–93. DOI 10.7458/SPP2016818798.

MCDONALD, Seonaidh, 2005. Studying actions in context: a qualitative shadowing method for organizational research: *Qualitative Research*. 2005. vol. 5, no. 4, p. 455–473. DOI 10.1177/1468794105056923.

MEAD, G. H., 2011. *G. H. Mead: A Reader*. London: Routledge. ISBN 978-0-415-55625-5.

MEAD, George Herbert, 2015. *Mind, Self, and Society*. Chicago: University of Chicago Press. ISBN 978-0-226-11273-2.

MELHUUS, Marite, MITCHELL, Jon P. e WULFF, Helena (orgs.), 2012. *Ethnographic Practice in the Present*. New York: Berghahn Books. ISBN 978-0-85745-159-0.

MENCHER, Melvin, 2011. *Melvin Mencher's News Reporting and Writing*. New York: McGraw-Hill Higher Education. ISBN 978-0-07-351199-3.

MESQUITA, Mário, 2003. *O Quarto Equívoco: O poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra. ISBN 978-972-798-083-3.

MILANOVIC, Branko, 2016. *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. ISBN 978-0-674-73713-6.

MILIBAND, Ralph, 2009. *The state in capitalist society*. Pontypool: Merlin Press. ISBN 978-0-85036-688-4.

MINEIRO, João, 2018. O tempo, as redes e o espetáculo do populismo. Em: HONÓRIO, Cecília, *O Espectro dos Populismos: Ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Edições Tinta

da China. p. 171–201. ISBN 978-989-671-448-2.

MINEIRO, João, 2019. Classes sociais, trajetórias de vida e lugares de poder: Uma abordagem etnográfica da representação política. *SOCIOLOGIA ON LINE*. 2019. no. 20, p. 11–35. DOI 10.30553/sociologiaonline.2019.20.1.

MINTZ, Sidney Wilfred, 1986. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Penguin Books. ISBN 978-0-14-009233-2.

MITCHELL, Austin Vernon, 1982. *Westminster man: a tribal anthropology of the Commons people*. London: Thames Methuen. ISBN 978-0-423-00380-2.

MITCHELL, Timothy, 2016. Society, Economy, and the State Effect. Em: SHARMA, Aradhana e GUPTA, Akhil, *The Anthropology of the State: A Reader*. Oxford: Blackwell. p. 169–186. ISBN 978-1-4051-1467-7.

MONTESQUIEU, 2011. *Do Espírito das Leis*. Lisboa: Edições 70. ISBN 978-972-44-1564-2.

MORGAN, Lewis H., 1985. *Ancient Society*. Tucson, Arizona: University of Arizona Press.

MOSCA, Gaetano, 2013. A classe política. Em: *Teorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-31-0379-3.

NANCY, Jean-Luc, 2011. Finite and Infinite Democracy. Em: AGAMBEN, Giorgio et al., *Democracy in What State?* New York: Columbia University Press. p. 58–75. ISBN 978-0-231-15298-3.

NARAYAN, Kirin, 1997. How Native is a Native Anthropologist? Em: LAMPHERE, L. e RAGONÉ, H., *Situated Lives: Gender and Culture in Everyday Life*. New York: Routledge. p. 23–41. ISBN 978-0-415-91807-7.

NAROTZKY, Susana, 2010. Las antropologías hegemónicas y las antropologías del sur: El caso de España. *Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología*. 2010. no. 11, p. 241–258.

NIELAND, J.-U., 2008. Politainment. Em: *The International Encyclopedia of Communication*. Oxford: Wiley-Blackwell. p. 3659–3660. ISBN 978-1-4051-3199-5.

NORONHA, Ricardo, 2018. *A Banca do Serviço do Povo*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea. ISBN 978-989-8956-03-3.

NORONHA, Ricardo e TRINDADE, Luís, 2019. *Portugal, uma retrospectiva: 1974*. Lisboa: Edições Tinta da China. ISBN 5602227309529-00003.

NUGENT, David, 2004. Governing States. Em: NUGENT, David e VINCENT, Joan, *A Companion to the Anthropology of Politics*. Malden: Blackwell. p. 198–216. ISBN 0-631-22972-8.

NUNES, A. Sedas, 1964. Portugal, sociedade dualista em evolução. *Análise Social*. 1964. vol. 2, no. 7/8, p. 407–462.

O'NEILL, Brian Juan, 2009. Histórias de Vida em Antropologia: estilos e visões, do etnográfico ao hipermoderno". Em: LECHNER, Elsa, *Histórias de Vida: Olhares*

*Interdisciplinares*. Porto: Afrontamento. p. 109–111.

O'REILLY, Karen, 2005. *Ethnographic methods*. London: Routledge. ISBN 978-0-415-32156-3.

ORTNER, Sherry B., 1984. Theory in Anthropology since the Sixties. *Comparative Studies in Society and History*. 1984. vol. 26, no. 1, p. 126–166. DOI 10.1017/S0010417500010811.

PACKARD, Vance, 2007. *The Hidden Persuaders*. Brooklyn, N.Y: IG Publihing. ISBN 978-0-9788431-0-6.

PALACIOS CEREZALES, Diego, 2003. *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa*. Lisboa: ICS. Impressa de Ciências Sociais. ISBN 978-972-671-115-5.

PEREIRA, Miriam Halpern, 1994. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 978-972-23-1703-0.

PEREIRA, Miriam Halpern, 2016. *A Primeira República: Na fronteira do liberalismo e da democracia*. Lisboa: Gradiva. ISBN 978-989-616-729-5.

PÉREZ SUÁREZ, Miguel, 2018. Igualdade e fraternidade: a autogestão no processo revolucionário portguês de 1974-75. Em: TIRIBA, L., FARIA, M. e NOVAES, H., *Cenários da autogestáo em Portugal: o processo revolucionário em curso*. Uberlândia: Navegando. p. 259–286. ISBN 10.29388/978-85-53111-03-9-0.

PÉREZ SUÁREZ, Miguel Ángel, 2019. A autogestão operária no processo revolucionário português de 1974-75. Em: FONTES, Jorge et al., *Entre Outubro e Abril: estudos sobre trabalho, revoluções e movimentos sociais no século XX*. Lisboa: Humus. p. 163–188. ISBN 978-989-755-379-0.

PIÇARRA, Constantino, 2008. *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja, 1974 - 1975*. Coimbra: Almedina. ISBN 978-972-40-3544-4.

PIERING, Julie, [sem data]. Cynics. *Internet Encyclopedia of Philosophy* [em linha]. Disponível em: https://iep.utm.edu/cynics/

PIKETTY, Thomas, 2014. *O Capital no Século XXI*. Lisboa: Temas e Debates. ISBN 978-989-644-304-7.

PINA CABRAL, João de, 2007a. "Aromas de urze e de lama": reflexões sobre o gesto etnográfico. *Etnográfica*. 2007. vol. 11, no. 1, p. 191–212. DOI 10.4000/etnografica.1922.

PINA CABRAL, João de, 2007b. A pessoa e o dilema brasileiro: uma perspectiva anticesurista. *Novos estudos CEBRAP*. 2007. no. 78, p. 95–111. DOI 10.1590/S0101-33002007000200010.

PINA CABRAL, João de, 2013. The Two Faces of Mutuality: Contemporary Themes in Anthropology. *Anthropological Quarterly*. 2013. vol. 86, p. 257–275. DOI 10.1353/anq.2013.0010.

PINA CABRAL, João de, 2017. *World*. Londres: HAU Books. ISBN 978-0-9973675-0-8.

PINA-CABRAL, João de e LIMA, Antónia Pedroso de (orgs.), 2000. *Elites: choice, leadership and succession*. Oxford: Berg. ISBN 978-1-85973-394-3.

PINTO, António Costa, 1998. Dealing with the legacy of the authoritarianism: political purges and radical right movements in Portugal's transition to democracy 1974-1980's. Em: LARSEN, Stein Ugelvik e HAGTVET, Bernt, *Modern Europe after Fascism: 1943-1980s*. Boulder: Social Science Monographs. p. 1679–1718. ISBN 0-88033-973-X.

PINTO, António Costa, 2008. Political Purges and State Crisis in Portugal's Transition to Democracy, 1975-76. *Journal of Contemporary History*. 2008. vol. 43, no. 2, p. 305–332.

PITKIN, Hanna, 1967. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press.

PLATÃO, 2001. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-31-0509-4.

POTECHI, Bruna, 2018. *Fazer mulher, fazer lei: uma etnografia da produção de leis no Congresso Nacional Brasileiro*. Doutoramento. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

POULANTZAS, Nicos, 1971. *Poder politico e classes sociais do estado capitalista*. Porto: Portucalense Editora.

POULANTZAS, Nicos, 1978. *O Estado, o poder, o socialismo*. Lisboa: Moraes Editores.

POZZI, Pablo A. e GODINHO, Paula (orgs.), 2019. *Insistir con la Esperanza: el Compromiso Social y Político del Intelectual*. Buenos Aires: CLACSO. ISBN 978-987-722-411-5.

PUREZA, José Manuel, 2015. *Linhas Vermelhas: Crítica da Crise-Como-Política*. Lisboa: Bertrand. ISBN 978-972-25-3058-3.

PUTNAM, Robert D. (org.), 2004. *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*. Oxford: Oxford University Press. ISBN 978-0-19-517160-0.

PUTNAM, Robert D. e PHARR, Susan (orgs.), 2000. *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton, N.J: Princeton University Press. ISBN 978-0-691-04923-6.

QUENTAL, Antero de, 2008. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Edições Tinta da China. ISBN 978-972-8955-70-0.

RAI, Shirin e JOHNSON, Rachel E. (orgs.), 2014. *Democracy in Practice Ceremony and Ritual in Parliament*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire ; New York, NY: Palgrave Macmillan. ISBN 978-1-137-36190-5.

RAMOS, Rui, 2004. Para uma história política da cidadania em Portugal. *Análise Social*. 2004. vol. XXXIX, no. 172, p. 547–569.

RANCIÈRE, Jacques, 1999. *Disagreement: politics and philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press. ISBN 978-0-8166-2844-5.

RANCIÈRE, Jacques, 2003. *The Philosopher and His Poors*. London: Luke University

Press.

RANCIÈRE, Jacques, 2014. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial. ISBN 978-85-7559-400-1.

RAPOSO, Paulo, 2015a. Festa e perfomance em espaço público: tomar a rua! *Ilha: Revista de Antropologia*. 2015. vol. 16, no. 2, p. 89–114. DOI 10.5007/2175-8034.2014v16n2p89.

RAPOSO, Paulo, 2015b. "Artivismo": articulando dissidências, criando insurgências. *Cadernos de Arte e Antropologia*. 2015. vol. 4, no. 2, p. 3–12. DOI 10.4000/cadernosaa.909.

RHODES, R. A. W., 2011. *Everyday life in British government*. Oxford ; New York: Oxford University Press. ISBN 978-0-19-960114-1.

RIBEIRO, Fernando Bento e CIAMMARICONI, Anna, 2014. The Influence of Comparative Law on the Portuguese Parliament and the Legislative Process. Em: LUPO, Nicola e SCAFFARDI, Lucia, *Comparative Law in Legislative Drafting: The Increasing Importance of Dialogue Amongst Parliaments*. The Hague, The Netherlands: Eleven International Publishing. p. 22–44. ISBN 978-94-6236-118-8.

RIBEIRO, Vasco, 2015. *Os Bastidores do Poder: Como Spin Doctors, Políticos e Jornalistas Moldam a Opinião Pública Portuguesa*. Coimbra: Almedina. ISBN 978724061917.

RIEGERT, Kristina e COLLINS, Sue, 2015. Politainment. Em: *The International Encyclopedia of Political Communication*. Oxford: Wiley-Blackwell. p. 974–984. ISBN 978-1-118-29075-0.

RIESMAN, David, 2001. *The Lonely Crowd: a Study of the Changing American Character*. New Haven: Yale Nota Press. ISBN 0-300-08865-5.

ROBBEN, Antonius C. G. M. e SLUKA, Jeffrey A., 2007. *Ethnographic fieldwork: an anthropological reader*. Malden: Blackwell. ISBN 978-1-4051-2592-5.

ROBERT, V. Kozinet, DOLBEC, Pierre-Yann e EARLEY, Amanda, 2014. Netnographic Analysis: Understanding Culture through Social Media. Em: FLICK, Uwe, *The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis*. Los Angeles: SAGE Publications. p. 262–276. ISBN 978-1-4462-0898-4.

RODRIGUES, Carlos Farinha, FIGUEIRAS, Rita e JUNQUEIRA, Vítor, 2016. *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN 978-989-8838-69-8.

RODRIGUES, João, SANTOS, Ana Cordeiro dos e TELES, Nuno, 2016. *A Financeirização do Capitalismo em Portugal*. Coimbra: Actual Editora. ISBN 978-989-694-147-5.

RODRIGUES, Maria, 1999. *Pelo Direito à Cidade: O Movimento de Moradores no Porto (1974-76)*. Porto: Companhia das Letras. ISBN 978-972-610-124-6.

ROQUE, Ana Sofia Pedro, 2012. *Política e modernidade: crítica da tradição do pensamento político em A promessa da política de Hannah*. Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.

ROSA, Hartmut, 2013. *Social Acceleration: A New Theory of Modernity*. New York:

Columbia University Press. ISBN 978-0-231-14834-4.

ROSA, Hartmut e SCHEUERMAN, William E. (orgs.), 2009. *High-Speed society: Social Acceleration, Power, and Modernity*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press. ISBN 978-0-271-03416-4.

ROSANVALLON, Pierre, 1992. *Le sacre du citoyen: histoire du suffrage universel en France*. Paris: Gallimard. Bibliothèque des histoires). ISBN 978-2-07-072745-2.

ROSANVALLON, Pierre, 2006. *La contre-démocratie: la politique à l'âge de la défiance*. Paris: Seuil. ISBN 978-2-02-088443-3.

ROSANVALLON, Pierre, 2010. *Le peuple introuvable: Histoire de la représentation démocratique en France*. Paris: Gallimard. ISBN 978-2-07-041831-2.

ROSAS, Fernando, 2004. *Pensamento e Acção Política: Portugal Século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias. ISBN 972-46-1523-5.

ROSAS, Fernando, 2010. *Porque venceu e porque se perdeu a I República?* Lisboa: Bertrand Editora. ISBN 978-972-25-2210-6.

ROSAS, Fernando, 2015. *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Edições Tinta da China. ISBN 978-989-671-168-9.

ROSAS, Fernando, 2020. Os Quatro Regimes. Em: ROSAS, Fernando et al., *O Século XX Português: Política, economia, sociedade, cultura, império*. Lisboa: Ediçoes Tinta da China. p. 17–115. ISBN 978-989-671-589-2.

ROSE, Nikolas, 1996. Governing '"Advanced"' Liberal Democracies. Em: BARRY, A., OSBORNE, T. e ROSE, N., *Foucault and Political Reason: Liberalism, Neo-liberalism and Rationalities of Government*. Chicago: University of Chicago Press. p. 37–64. ISBN 978-0-226-03826-1.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, 1999. *Discourse on Political Economy and The Social Contract*. Oxford: Oxford University Press. ISBN 0-19-283597-1.

SÁ, Victor de, 1978. *A revolução de Setembro de 1836*. Lisboa: Livros Horizonte.

SÁ, Vítor de, 1987. *Instauração do liberalismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

SÁ, Luís, 1994. *O lugar da Assembleia da República no sistema político*. Lisboa: Caminho. ISBN 978-972-21-0904-8.

SALAZAR, António de Oliveira, 1951. *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*. Coimbra: Coimbra Editora.

SALGADO, Susana, 2005. A comunicação do poder ou o poder da comunicação. *Media & Jornalismo*. 2005. vol. 7, p. 79–94.

SAMARA, Maria Alice, 2010. O movimento republicano e o povo. Em: NEVES, José, *Como Se Faz Um Povo: Ensaios em História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Edições Tinta da China. p. 93–105. ISBN 978-989-671-040-8.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, 1993. *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na*

*Transição Espanhola*. Lisboa: Assírio & Alvim. ISBN 978-972-37-0317-7.

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1990. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-0241-8.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENDES, José Manuel (orgs.), 2017. *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*. Lisboa, Portugal: Edicões 70. ISBN 978-972-44-1967-1.

SANTOS, José Hipólito, 2014. *Sem mestres, nem chefes, o povo tomou a rua: lutas dos moradores no pós-25 de abril*. Lisboa: Letra Livre. ISBN 978-989-8268-27-3.

SAUDERS, T. J. (trad.), 1992. Reviser's Introduction. Em: ARISTOTLE, *The Politics*. Harmondsworth ; New York: Penguin Books. p. 29–44. ISBN 978-0-14-044421-6.

SAWICKI, Frédéric e SIMÉANT, Johanna, 2009. Décloisonner la sociologie de l'engagement militant. Note critique sur quelques tendances récentes des travaux français. *Sociologie du travail*. 2009. vol. 51, no. 1, p. 97–125. DOI 10.4000/sdt.16032.

SCHATZ, Edward (org.), 2009. *Political Ethnography: What Immersion Contributes to the Study of Power*. Chicago: University of Chicago Press. ISBN 978-0-226-73677-8.

SCHEFFER, Thomas, 2010. *Adversarial Case-Making: An Ethnography of English Crown Court Procedure*. Leiden: Brill. ISBN 978-90-04-18726-9.

SCHMITT, Carl, 2007. *The Concept of the Political*. Chicago: University of Chicago Press. ISBN 978-0-226-73892-5.

SCHMITT, Carl, 2013. *Théorie de la Constitution*. Paris: PUF. ISBN 978-2-13-062764-7.

SCHULTZ, David, 2012. *Politainment: The Ten Rules of Contemporary Politics: A citizens' guide to understanding campaigns and elections*. David Schultz. ISBN 978-0-615-59420-0.

SCHUMANN, W., 2009. *Toward an Anthropology of Government: Democratic Transformations and Nation Building in Wales*. New York: Palgrave Macmillan. ISBN 978-0-230-61745-2.

SCOTT, James C., 1985. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press. ISBN 978-0-300-03641-1.

SCOTT, James C., 1998. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press. ISBN 978-0-300-07815-2.

SCOTT, James C., 2013. *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*. Lisboa: Letra Livre. ISBN 978-989-8268-18-1.

SCOTT, James C., 2019. *Homo Domesticus, Une histoire profonde des premiers États*. Paris: La Découverte. ISBN 978-2-7071-9923-2.

SEABRA, Teresa et al., 2011. *Trajectos e Projectos de Jovens Descendentes de Imigrantes à Saída da Escolaridade Básica*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.). ISBN 978-989-685-014-2.

SEABRA, Teresa, 2012. Desigualdades de desempenho escolar: etnicidade, género e

condição social em escolas básicas da Área Metropolitana de Lisboa. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 2012. P. 185–210.

SEABRA, Teresa et al., 2016. *Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior*. Lisboa: Alto-Comissariado para as Migrações. ISBN 978-989-685-077-7.

SEGURO, António José Martins, 2015. *A reforma do parlamento português, 2007-2014: análise organizacional da função de controlo político*. Mestrado. Lisboa: ISCTE-IUL.

SEGURO, José António, 2016. *A Reforma do Parlamento Português: O Controlo Político do Governo*. Lisboa: Quetzal Editores. ISBN 978-989-722-287-0.

SHARMA, Aradhana, 2006. Crossbreeding Institutions, Breeding Struggle: Women's Empowerment, Neoliberal Governmentality, and State (Re)Formation in India. *Cultural Anthropology*. 2006. vol. 21, p. 60–95. DOI 10.1525/can.2006.21.1.60.

SHARMA, Aradhana e GUPTA, Akhil (orgs.), 2006. *The Anthropology of the State: A Reader*. Oxford: Blackwell. ISBN 978-1-4051-1467-7.

SHORE, Cris, 2000. Introduction: towards an anthropology of elites. Em: SHORE, Cris e NUGENT, Stephen, *Elite Cultures: Anthropological Perspectives*. London: Routledge. p. 1–21.

SHORE, Cris, WRIGHT, Susan e PERÒ, Davide (orgs.), 2011. *Policy Worlds: Anthropology and the Analysis of Contemporary Power*. New York: Berghahn Books. ISBN 978-0-85745-116-3.

SHUMAN, Edwin L., 2018. *Practical Journalism: A Complete Manual of the Best Newspaper Methods*. London: Forgotten Books. ISBN 978-1-331-91480-8.

SILVA, Maria Cardeira da (org.), 1997. *Trabalho de campo*. Lisboa: Edições Cosmos. ISBN 972-762-155-4.

SIMÕES, João Gaspar, 1972. *A Geração de 70: alguns tópicos para a sua história*. Inquérito.

SINCLAIR, Thomas Alan (trad.), 1992. Translator Introduction. Em: ARISTOTLE, *The Politics*. Harmondsworth ; New York: Penguin Books. p. 13–27. ISBN 978-0-14-044421-6.

SMITH, Adam, 1994. *A Riqueza das Nações: Volume I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-31-0342-7.

SOEIRO, José, 2014. Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika: Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 2014. vol. 28, p. 55–79.

SOEIRO, José, 2015. *A Formação do Precariado: Transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal*. Doutoramento. Universidade de Coimbra.

SOEIRO, José, 2019. Ainda precisamos de partidos? E por que gostam tanto os socialistas de falar em movimentos? Em: PRÍNCIPE, Catarina e MINEIRO, João, *ABC do Socialismo*. Lisboa: Parsifal. p. 151–160.

SOUSA, Jorge Pais de, 2013. O Estado Novo de Salazar como um fascismo catedrático. Fundamentação histórica de uma categoria política. *Intellèctus*. 2013. vol. 12, no. 2, p. 1–30.

SPENCER, J., 2007. *Anthropology, Politics and the State: Democracy and Violence in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 978-0-511-80185-3.

SPENCER, Jonathan, 1997. Post-Colonialism and the Political Imagination. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*. 1997. vol. 3, no. 1, p. 1–19. DOI 10.2307/3034362.

STANYER, James, 2001. *The Creation of Political News: Television and British Party Political Conferences*. Portland, Oregon: Sussex Academic Press. ISBN 978-1-902210-76-6.

STIGLITZ, Joseph E., 2012. *The Price of Inequality*. New York: W. W. Norton. ISBN 978-0-393-34506-3.

STINCHCOMBE, Arthur L., 1987. *Constructing Social Theories*. Chicago: University of Chicago Press. ISBN 978-0-226-77484-8.

STOELTJE, Beverly J, 2013. Ganhando uma eleição com performance: transpondo limiares em Gana. *Revista de Antropologia*. 2013. vol. 56, no. 2, p. 153–181.

STRATHERN, Marilyn, 1989. Em: *Anthropology at Home*. London: Tavitock Publictions.

STRAUSS, Anselm L., 1978. *Negotiations: Varieties, Contexts, Processes, and Social Order*. San Francisco: Jossey- Bass. ISBN 978-0-87589-369-3.

STRAUSS, Anselm L., 2001. *Professions, Work, and Careers*. New Brunswick, N.J: Transaction Publishers. ISBN 978-0-7658-0875-2.

STRAUSS, Anselm L., 2010. *Qualitative Analysis for Social Scientists*. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 978-0-511-55784-2.

STREECK, Wolfgang, 2013. *Tempo Comprado: A Crise Adiada do Capitalismo Democrático*. Coimbra: Actual Editora. ISBN 978-989-694-057-7.

SWANSON, David L., 2003. Political News in the Changing Environment of Political Journalism. Em: *Political Communication in a New Era: A Cross-national Perspective*. London ; New York: Routledge. p. 11–31. ISBN 978-0-415-28953-5.

SWARTZ, Marc J., TURNER, Victor W. e TUDEN, Arthur, 2008. *Political Anthropology*. New Bruswick: Aldine Transaction. ISBN 978-0-202-30894-4.

TAYLOR, Diana, 1997. *Disappearing Acts: Spectacles of Gender and Nationalism in Argentina's "Dirty War"*. Durham: Duke University Press. ISBN 978-0-8223-1868-2.

TAYLOR, Diana, 2013. Performando a cidadania: artistas vão às ruas. *Revista de Antropologia*. 2013. vol. 56, no. 2, p. 137–151. DOI 10.11606/2179-0892.ra.2013.82463.

TEIXEIRA, Ana Lúcia Albano, 2016. *Desigualdades de género nos cargos políticos em Portugal: do poder central ao poder local*. Doutoramento. Lisboa: FCSH-UNL.

TEIXEIRA, Renato, 2007. *Ardinas da Mentira*. Lisboa: Edições Dinossauro.

TENNEKOON, N. Serena, 1988. Rituals of Development: The Accelerated Mahaväli Development Program of Sri Lanka. *American Ethnologist*. 1988. vol. 15, no. 2, p. 294–310.

TERRAY, Emmanuel, 1988. Le débat politique dans les royaumes de l'Afrique de l'Ouest. Enjeux et formes. *Revue française de science politique*. 1988. vol. 38, no. 5, p. 720–731. DOI

10.3406/rfsp.1988.411164.

THELEN, Tatjana, VETTERS, Larissa e BENDA-BECKMANN, Keebet von (orgs.), 2018. *Stategraphy: Toward a Relational Anthropology of the State*. Oxford ; New York: Berghahn Books. ISBN 978-1-78533-699-7.

THERBORN, Göran, 2013. *The Killing Fields of Inequality*. Cambridge: Polity. ISBN 978-0-7456-6259-6.

TILLY, Charles, 2007. Afterword: Political ethnography as art and science. Em: *New perspectives in political ethnography*. New York: Springer. p. 247–250. ISBN 978-0-387-72593-2.

TOERIEN, Merran, 2014. Conversations and Conversation Analysis. Em: FLICK, Uwe, *The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis*. Los Angeles: SAGE Publications. p. 327–340. ISBN 978-1-4462-0898-4.

TRÉFAUT, Sérgio, 1999. *Outro País*. [Documentário]. FAUX, 1999.

TRINDADE, Luís, 2018. Crítica da cultura política do salazarismo. Em: HONÓRIO, Cecília, *O Espectro dos Populismos: Ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Edições Tinta da China. p. 67–90. ISBN 978-989-671-448-2.

TUNSTALL, Jeremy, 1971. *Journalists at Work: Specialist Correspondents: Their News Organizations, News Sources, and Competitor-colleagues*. London: Constable. ISBN 978-0-09-457710-7.

TURNER, Victor, 1970. *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*. Ithaca, New York: Cornell University Press. ISBN 978-0-8014-9101-6.

TURNER, Victor, 1995. *The Anthropology of Performance*. New York: PAJ Publ. ISBN 978-1-55554-001-2.

TURNER, Victor, 1996. *Schism and Continuity in an African Society: A Study of Ndembu Village Life*. London: Routledge. ISBN 978-0-85496-282-2.

TURNER, Victor W., 1974. *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis: Editora Vozes.

VAN MAANEN, J., 2001. Natives R Us: Some notes on the ethnography of organisations. Em: GELLNER, D. e HIRSCH, E., *Inside Organizations: Anthropologists at Work*. Oxford: Berg. p. 231–261. ISBN 978-1-85973-487-2.

VANNETTE, David L. e KROSNICK, John A., 2018. *The Palgrave Handbook of Survey Research*. Cham: Palgrave Macmillan. ISBN 978-3-319-54395-6.

VASCONCELOS, Pedro, 2011. *Capital social, solidariedade familiar e desigualdade social no Portugal Contemporâneo*. Doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL.

VECA, Salvatore, 1996. Política. Em: *Encicolpédia Einaudi volume 22: Política-Tolerância/intolerância*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. p. 11–35.

VEGT, David Mulder van der e LARA, Max Cohen de, 2016. *Parliament*. Amsterdam:

XML. ISBN 978-90-90-29764-4.

VIEGAS, Susana de Matos e MAPRIL, José, 2012. Mutualidade e conhecimento etnográfico. *Etnográfica*. 2012. vol. 16, no. 3, p. 513–524. DOI 10.4000/etnografica.2104.

VIEIRA, Monica Brito e RUNCIMAN, David, 2008. *Representation*. Cambridge: Polity Press. ISBN 978-0-7456-4160-7.

VIRNO, Paolo, 2016. *Virtuosismo y revolución: la acción política en la era del desencanto*. traficantes de sueños. Madrid. ISBN 978-84-932982-1-0.

WALKER, Charles R., 1970. *Steeltown: An Industrial Case History of the Conflict Between Progress and Security*. New York: Russell & Russell.

WALKER, Charles Rumford, 1977. *Steel: The Diary of a Furnace Worker*. New York: Arno Press. ISBN 978-0-405-10213-4.

WALLERSTEIN, Immanuel, 1990. *O Sistema Mundial Moderno: Volume I*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-0228-9.

WEATHERFORD, J. McIver, 1985. *Tribes on the Hill: The U.S. Congress Rituals and Realities*. South Hadley, Massachusetts: Bergin & Garvey. ISBN 978-0-89789-072-4.

WEBER, Max, 2000. *A politica como profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. ISBN 978-972-8296-64-3.

WEBER, Max, 2019. *Economy and Society*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. ISBN 978-0-674-91654-8.

WELLS, Samuel e QUASH, Ben, 2010. *Introducing Christian Ethics*. Malden, MA: Wiley-Blackwell. ISBN 978-1-4051-5277-8.

WENGER, Etienne, 1998. *Communities of Practice: Learning, Meaning, and Identity*. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 978-0-521-66363-2.

WENGER, Etienne, MCDERMOTT, Richard e SNYDER, William M., 2002. *Cultivating Communities of Practice*. Boston: Harvard Business School Press. ISBN 978-1-57851-330-7.

WESSELS, Bernhard, 2011. Performance and Deficits of Present-day Representation. Em: *The Future of Representative Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 96–123. ISBN 978-0-521-17703-0.

WILLNER, Roland, 2011. Micro-Politics: An Underestimated Field of Qualitative Research in Political Science. *German Policy Studies*. 2011. vol. 7, no. 3, p. 155–185.

WODAK, Ruth, 2009. *The Discourse of Politics in Action: Politics as Usual*. New York: Palgrave Macmillan. ISBN 978-0-230-30075-0.

WOLF, Eric R., 1982. *Europe and the People Without History*. Berkeley: University of California Press. ISBN 978-0-520-04898-0.

WOODS, Peter, 1996. *Researching the Art of Teaching: Ethnography for Educational Use*. London ; New York: Routledge. ISBN 978-0-415-13129-2.

ZICKAR, Michael J. e CARTER, Nathan T., 2010. Reconnecting With the Spirit of Workplace Ethnography: A Historical Review. *Organizational Research Methods*. 2010. vol. 13, no. 2, p. 304–319. DOI 10.1177/1094428109338070.